

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria de Estado da Educação e da Cultura - SEEC

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Faculdade de Ciências da Saúde - FACS

Curso de Medicina

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE MEDICINA
DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

MOSSORÓ/RN

FEVEREIRO, 2014

Reitor

Prof. Dr. Pedro Fernandes Ribeiro Neto

Vice-Reitor

Prof. Esp. Aldo Gondim Fernandes

Pró-Reitora de Ensino

Prof^ª. Dr^ª. Inessa da Mota Linhares Vasconcelos

Pró-Reitor de Extensão

Prof. Ms. Etevaldo Almeida Silva

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof^ª. Dr. João Maria Soares

Pró-Reitora de Recursos Humanos e Assuntos Estudantis

Prof^ª. Esp. Lúcia Musmee Fernandes Pedrosa

Pró-Reitor de Administração

TNS Iata Anderson Fernandes

Pró-Reitora de Planejamento, Orçamento e Finanças

Prof. Dr. Wogelsanger Oliveira Pereira

Diretor da Faculdade de Ciências da Saúde

Prof. José Hélio Cabral Freire

Chefe do Departamento de Ciências Biomédicas

Prof^a. Dra. Sônia Elisabeth López Carrillo.

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Jose Hélio Freire - Diretor

Sonia Elizabeth López Carrillo - Chefe do DCB

Patrícia Estela Giovaninni - Orientadora do Curso

Flávio Henrique Amaral Pires Veras - Membro

João Batista de Souza - Membro

Isabelle Cantidio Fernandes Diógenes - Membro

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	13
APRESENTAÇÃO	15
1.IDENTIFICAÇÃO	19
1.1 Identificação da Instituição Mantenedora.....	19
1.2 Identificação da Instituição Mantida.....	19
1.3 Identificação Do Curso.....	20
2. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)	22
3.UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	
(UERN)	22
3.1 Breve histórico da UERN	22
3.2 Missão da UERN	24
3.3 Campus Central e Faculdade de Ciências da Saúde	
(FACS)	25
4. HISTÓRIA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE -	
FACS	26
5. MUNICÍPIO DE MOSSORÓ	31
5.1 Caracterização do Município de Mossoró	31
5.1.1 Origem.....	32
5.1.2 Nome	32
5.1.3 Economia.....	32
5.1.4. Saúde e Serviços em Mossoró Pactuados com a UERN	
para Cenários de Ensino-Aprendizagem e Estágios	32
5.1.4.1 Serviços Ambulatoriais	35
5.1.4.2 Serviços Hospitalares Públicos e Privados	36
Morbidade com internação hospitalar pelo SUS.....	37
5.1.4.2.1Hospital Regional Dr. Tarcísio de Vasconcelos Maia	

(HRTM)	37
5.1.4.2.2 Hospital Rafael Fernandes.....	39
5.1.4.2.3 Casa de Saúde São Camilo de Lellis	40
5.1.4.2.4 Hospital da Mulher “Parteira Maria Correia”	41
5.1.4.2.5 Hospital Regional da Polícia Militar	42
5.1.4.2.6 Hospital da Solidariedade.....	42
5.1.4.2.7 APAMI.....	42
5.1.4.2.8 Hospital Wilson Rosado.....	43
5.1.4.2.9 Centro de Hematologia e Oncologia de Mossoró	43
5.1.4.3 Saúde do Trabalhador - CEREST	44
5.1.4.3.1 CEREST Mossoró	45
5.1.4.4 Saúde Pública em Mossoró	46
5.1.4.4.1 Estratégia Saúde da Família.....	46
5.1.5 Outros Programas Estratégicos públicos em Mossoró ...	46
5.1.6 Situação de Recursos Humanos (estadual e municipal) em Mossoró	47
5.1.7 Qualificação de Recursos Humanos em Mossoró - PROGESUS.....	47
6. JUSTIFICATIVAS	47
6.1 Justificativa para criação e para a permanência do Curso de Medicina da UERN	47
6.1.1 Justificativa da Pertinência e da Relevância do Curso nas Dimensões Acadêmica e Social	50
7. OBJETIVOS DO CURSO	52
7.1 Objetivo geral das cinco grandes áreas do conhecimento médico.....	52
7.2 Dos objetivos específicos das cinco grandes áreas do conhecimento médico	53
7.2.1 Objetivos Específicos das Disciplinas Básicas da Medicina.....	53

7.2.2 Objetivos Específicos das Disciplinas Profissionalizante Fundamentais e Especializadas da Medicina	54
7.2.3 Objetivos específicos do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC)	54
7.2.4 Objetivos específicos dos estágios (Internatos)	55
7.2.5 Objetivos específicos das atividades complementares ...	55
7.2.6 Objetivos específicos dos componentes curriculares optativos	56
8. FORMAS DE INGRESSO	56
8.1 Sobre Vagas Não Iniciais Disponíveis (VNI)	57
9. ESTRUTURA GERAL DO CURSO	57
9.1 Infraestrutura geral da FACS e do DCB para o funcionamento do Curso de Medicina	58
9.1.1 Infraestrutura conveniada com a FACS-UERN	58
9.1.2 Infraestrutura da FACS para o Curso de Medicina	60
9.1.2.1 Infraestrutura Administrativa	60
9.1.2.2 Salas de aula e cenários de ensino-aprendizagem	62
9.1.2.3 Ambulatórios próprios(FACS conveniado com o SUS)	62
9.1.3.3 Laboratórios	63
9.1.3.3.1 Laboratórios e setor comum de microscopia	63
9.1.3.3.2 Laboratórios Fisiologia e Biofísica	64
9.1.3.3.3 Laboratório de Histologia e Parasitologia	65
9.1.3.3.4 Laboratório de Bioquímica e Biologia Molecular	69
9.1.3.3.5 Laboratório de Anatomia	73
9.1.3.3.6 Laboratório de Farmacologia	75
9.1.3.3.7 Laboratório de Patologia	76
9.1.3.3.8 Laboratório de Microbiologia e Imunologia	77
9.1.3.3.9 Laboratório de Neurologia Experimental - LABNEURO	78

9.2 OUTROS ESPAÇOS DA FACS	80
9.3 BIBLIOTECA SETORIAL	80
9.3.1 Estrutura e funcionamento da Biblioteca Setorial da FACS.....	81
9.3.2 Acervo	82
9.4 INFORMÁTICA.....	85
10. PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO (PPC).....	85
11. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO	89
12. PERFIL, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DO PROFISSIONAL MÉDICO FORMADO PELA UERN.....	94
12.1 Perfil do Profissional Médico Egresso.....	94
12.2 Competências e Habilidades	95
12.2.1 Competências e habilidades gerais	95
12.2.2 Competências e habilidades específicas.....	95
12.2.2.1 Competências e habilidades ético-humanísticas	96
12.2.2.2 Competências e habilidades políticas	96
12.2.2.3 Competências e habilidades profissionalizantes	97
12.2.2.4 Competências e habilidades de autodesenvolvimento	97
12.3 Campo de atuação do médico a partir dos cenários de práticas	98
13. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	98
13.1 Núcleos Temáticos e Relações entre Componentes Curriculares	101
13.1.2 Núcleo de formação básica	102
13.1.3 Núcleo de formação de habilidades políticas e ético-humanísticas	102
13.1.4 Núcleo de agressão e defesa	103
13.1.5 Núcleo de doenças	103

13.1.6 Núcleo de neurociências	103
13.1.7 Núcleo materno Infantil.....	103
13.1.8 Núcleo de saúde coletiva.....	104
13.1.9 Núcleo de atividades complementares	104
13.1.10 Núcleo de trabalho científico e de TCC	104
13.1.11 Núcleo de disciplinas Optativas	104
13.2 Estrutura Curricular	106
13.2.1 Componentes Curriculares	106
13.2.2 Articulação do Ensino nos Eixos Transversal, Horizontal e Vertical	107
13.2.3 Operacionalização do Processo de Articulação Curricular	108
13.3 Integralização Curricular	111
13.4 Entrada e Desligamento no Curso de Medicina	111
14. FLUXO CURRICULAR - MATRIZ CURRICULAR.....	112
14.1 Matriz Curricular com Carga Horária Semanal e Total	124
15. EQUIVALÊNCIA ENTRE MATRIZES CURRICULARES (2004.1 e 2014.1).....	126
15.2 Componentes da Estrutura Curricular Semestre a Semestre	128
15.3 Resumo das Atividades do Curso em Distribuição e Carga Horária.....	142
16. INTERNATOS (ESTÁGIOS).....	143
16.1 Estágio Curricular Supervisionado na Forma de Internato.....	143
16.1.1 Matrículas em Estágios (Internatos)	144
16.1.3 Setores de Estágio	145
16.1.4 Frequência e controle em atividades de estágios (Internato)	146

16.1.5 Estágios e Atividades Complementares	148
17. AS ATIVIDADES DO SUS E AS ATIVIDADES ACADÊMICAS (Atividades Complementares)	148
17.1 Atividades do SUS I, II, III e IV (Atividades Complementares)	148
17.2 Atividades Acadêmicas (Atividade Complementar)	149
18. SEMINÁRIOS TRANSVERSAIS (ATIVIDADE COMPLEMENTAR)	150
19. TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO (TCC)	150
20. DISCIPLINAS OPTATIVAS	153
21. EMENTÁRIOS DOS COMPONENTES CURRICULARES ...	154
21.1 Disciplinas obrigatórias do Curso de Medicina (ordenadas por ofertas e por período)	154
21.1.1 Atividades Complementares	189
21.1.2 Ementário das Disciplinas Optativas	192
22. METODOLOGIA	210
22.1 Resultados esperados e resultados obtidos no Curso de Medicina da UERN	212
23. PROGRAMAS COMPLEMENTARES INSTITUCIONAL	213
23.1 Programas Complementares Institucional (PIM e PET) ..	213
24. PROGRAMA COMPLEMENTAR NÃO INSTITUCIONAL – LIGAS ACADÊMICAS DE MEDICINA	215
25. RECURSOS HUMANOS PARA O CURSO DE MEDICINA DA FACS	215
25.1 Docentes Efetivos do Departamento de Ciências Biomédicas	216
25.1.1 Funcionários Não Docentes, da Faculdade de Ciências da Saúde	219
25.1.2 Corpo Docente de Contrato Temporário do	

Departamento de Ciências Biomédicas	221
25.1.3 – Docentes e Preceptores de contrato não efetivo (temporário) – para Estágio de Internatos I, II, III e IV.....	224
25.2 Perfil do Corpo Docente.....	225
26. PERFIL DO EGRESSO	225
27. POLÍTICAS DA INSTITUIÇÃO E DO CURSO	226
28. POLITICA DE GESTÃO	226
28.1 Gestão Administrativa da UERN	226
28.1.1 Gestão Administrativa da FACS.....	227
28.1.2 Gestão Administrativa do DCB	227
28.1.3 Gestão Administrativa do Curso de Medicina.....	227
28.1.4 Gestão Administrativa do Núcleo Docente Estruturante (NDE)	228
28.2 Política de Capacitação de Recursos Humanos - UERN.	229
28.2.1. Oficinas de Capacitação Docente	230
28.3 Estado Atual da Capacitação Docente	231
29. POLÍTICAS DE EGRESSO.....	231
29.1 PÓS-GRADUAÇÃO “LATO SENSU”	234
29.1.1 Residência Médica.....	234
29.1.1.2 Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade	235
29.2 Pós-graduação “stricto sensu”	235
29.2.1 Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde (PPGSS) - Mestrado Acadêmico em Saúde e Sociedade	235
30 POLITICA DE AVALIAÇÃO	236
30.1 Política de Avaliação Institucional.....	236
30.2 Política de Avaliação do Projeto Pedagógico Do Curso	239
30.3 Política de Avaliação do Processo	

Ensino-Aprendizagem	241
30.4 ENADE.....	242
31. POLÍTICA DE ARTICULAÇÃO ENSINO-SERVIÇO	243
32. POLÍTICA DE ESTÁGIO (Internatos)	244
33. POLÍTICA DE EXTENSÃO	245
33.1 Extensão Universitária da UERN	245
33.1.2 Ações de Extensão Universitária.....	246
33.1.3 Atividade Curricular em Comunidade (ACC).....	247
33.1.4 Projetos de Extensão da FACS	247
34. POLITICA DE PESQUISA	250
34.1 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)	250
34.2 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).....	250
34.3 Grupos de Pesquisa do Departamento de Ciências Biomédicas – FACS/UERN.....	251
34.4 Projetos de Pesquisa no Departamento de Ciências Biomédicas – FACS/UERN.....	252
35. SUPORTE PARA FUNCIONAMENTO DO CURSO	254
35.1. Núcleos de Apoio: Psicologia, Pedagogia e Ciências Sociais	254
35.2 Núcleo de Apoio em Psicologia (NAP-FACS)	254
35.3 Núcleo de Apoio Didático- Pedagógico(NADPED-FACS).....	255
35.4 Núcleo de Apoio em Ciências Sociais (NACS-FACS).....	256
36. EM PROVIDÊNCIAS	257
36.1 Periódicos CAPES	258
36.2 Projeto para Laboratório de Habilidades e Simulação Realística (LHSR)	258
36.3 Projeto de Inclusão Digital (aos cuidados da Deputada Federal Sandra Rosado, desde 2011)	259

36.4 Projeto de Acessibilidade às dependências da FACS.....	260
36.5 Núcleos de Apoio: Psicologia e Ciências Sociais	260
REGIMENTO INTERNO DO CURSO DE MEDICINA	261
37. REFERÊNCIAS	317
ANEXOS DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	321
ANEXO 1- Ato de Credenciamento da UERN.....	322
ANEXO 2- Ato de Criação do curso de Medicina: Lei Estadual nº 7.995 de 29 de outubro de 2001.....	324
ANEXO 3 - Decreto nº 22.232/2011, publicado no Diário Oficial do RN, de 07 de maio de 2011 (reconhecimento do Curso de Medicina).....	327
ANEXO 4 - Portaria que constitui o Núcleo Docente Estruturante (NDE).....	328
ANEXO 5 - Diretrizes do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Medicina Faculdade de Ciências da Saúde- UERN .	330
ANEXO 6 - DIRETRIZES NACIONAIS EM LIGAS ACADÊMICAS DE MEDICINA	332
ANEXO 7 - Regimento dos Internato I, Internato II, Internato III e Internato IV	337
ANEXO 8 - Formulários Internos Próprios dos Estágios de Internatos para Controle do DCB.....	353
ANEXO 9 – Convênios de Cooperação entre a FUERN e as Instituições de Saúde.....	359
ANEXO 10 - Lei nº 11.788/2008 de 25.09. 2008 – MEC, que regulamenta Estágios.....	360
ANEXO 11 - Resolução Nº 34/2013 - CONSEPE/UERN que autoriza matrícula fora do calendário.....	367
ANEXO 12 - RESOLUÇÃO Nº 01/2012-CEE/CES/RN, de 1º de agosto de 2012. Dispõe sobre o ato do reconhecimento e de renovação de reconhecimento de curso de graduação	368
ANEXO 13 - RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 4, de 7 de novembro	

de 2001 que institui as diretrizes curriculares nacionais do	
Curso de Medicina	373
ANEXO 14 – Resolução n.º 45/2012-CONSEPE. Aprova as	
Normas de Capacitação Docente da UERN e revoga a	
Resolução n.º 47/2010- CONSEPE.	378
ANEXO 15 – Manual do TCC	385
ANEXO 16 - Formulários de Acompanhamento e Avaliação	
do TCC	425
ANEXO 17 - Quadros Demonstrativos dos Projetos de Extensão	
do Curso De Medicina FACS/UERN	437
ANEXO 18 - Quadros Demonstrativos dos Projetos de Pesquisa	
do Curso de Medicina FACS/UERN	451
ANEXO 19 - Relatório do Acervo Bibliográfico	456
ANEXO 20 – Ata da Reunião do Consad que Aprova o PPC do	
Curso de Medicina	503
ANEXO 21 – Ata da Reunião do DCB que Aprova o PPC	
do Curso de Medicina.....	506
ANEXO 22 - Currículo Lattes do Coordenador do Curso	517

LISTA DE SIGLAS

AAI/ASSPEC – Assessoria de Avaliação Institucional/ Assessoria para Assuntos Pedagógicos e Científicos
ABEM – Associação Brasileira de Educação Médica
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
AMEs - Ambulatórios Médicos de Especialidades
AMI – Ambulatório Materno Infantil
APAMI – Associação de Proteção Materno Infantil
CACER - Centro Acadêmico Carlos Ernani Rosado
CAPS - Centro de Apoio Psicossocial
CEE – Conselho Estadual de Educação
CEP – Código de Endereçamento Postal
CEREST - Centro de Referência para Saúde do Trabalhador
CES – Conselho Estadual de Saúde
CES/CNE – Conselho Estadual de Saúde/Conselho Nacional de Saúde
CH – Carga Horária
CINAEM - Comissão Interinstitucional Nacional de Avaliação do Ensino Médico
CNES - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde
CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa e Tecnologia
CNS – Conselho Nacional de Saúde
COBEM – Congresso Brasileiro de Educação Médica
COHM - Centro de Oncologia e Hematologia de Mossoró
CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONSAAD – Conselho Administrativo
CONSAAD/FACS – Conselho Administrativo da Faculdade de Ciências da Saúde
CONSEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
COSE – Comissão Setorial de Avaliação
CPA- Comissão Própria de Avaliação
CREMERN – Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Norte
CTA - Centro de Testagem e Aconselhamento
DAB - Departamento de Atenção Básica, do Ministério da Saúde (DAB).
DATASUS – Banco de dados do Sistema Único de Saúde
DCB – Departamento de Ciências Biomédicas
DCN's - Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina
DIRCA – Diretoria de Registro e Controle Acadêmico
ECG – Eletro Cardiograma
ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM – Exame Nacional de Ensino Médio
ESF – Estratégia de Saúde da Família
FACEM - Faculdade de Ciências Econômicas de Mossoró
FACS – Faculdade de Ciências da Saúde
FUERN – Fundação do Estado do Rio Grande do Norte
FUNCITEC - Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica
FURRN – Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte
GECH/UERN - Grupo Executivo de Trabalho para o Curso de Medicina/Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

GECEM - Grupo Executivo de Trabalho para o Curso de Medicina
GM – Gabinete Ministerial
GS/MS – Gerência de Saúde/Ministério da Saúde
HRTM – Hospital Regional Dr. Traciário de Vasconcelos Maia
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LMECC – Liga Mossoroense de Estudos e Combate ao Câncer
MEC - Ministério da Educação
MS – Ministério da Saúde
NDE – Núcleo Docente Estruturante
OA – Orientação Acadêmica
PACS – Programa Agente Comunitário de Saúde
PET - Programa Especial de Treinamento
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBITI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PIM – Programa Institucional de Monitoria
PPC – Projeto Político Pedagógico
PPI – Programação Pactuada Integrada
PROEG – Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
PROGESUS – Programa de Qualificação e Estruturação da Gestão do Trabalho e da Educação no Sistema Único de Saúde
PSF – Programa Saúde da Família
PSVI – Processo Seletivo Vocacionado Inicial
PSVNI – Processo Seletivo de Vagas Não Iniciais
RCG – Regimento dos Cursos de Graduação
RENAS - Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador
SAMU – Serviço de Assistência Móvel de Urgência
SESAP – Secretaria de Estado da Saúde Pública
SIAB – Sistema de Informação da Atenção Básica
SIH/SUS – Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde
SUS – Sistema Único de Saúde
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
UBS – Unidade Básica de Saúde
UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UPA – Unidade de Pronto Atendimento
UPD/UERN – Unidade de Processamento de Dados/ Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UPI – Unidade de Pacientes Infectados
URRN – Universidade Regional do Rio Grande do Norte
URSAP – Unidade Regional de Saúde Pública
UTI – Unidade de Tratamento Intensivo
VNI – Vagas não Iniciais

APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico de um Curso Universitário explicita o posicionamento da Instituição de Ensino Superior a respeito do ser humano, da educação e da sociedade, e assegura o cumprimento de suas políticas e ações, configurando-se, portanto, como elemento fundamental na estruturação e operacionalização dos cursos de formação profissional. Este Projeto Pedagógico de Curso (PPC) tem como perspectiva a formação do bacharel em medicina, apontando para um egresso crítico, reflexivo, com competência técnico-científica e ético-política para intervir na realidade concreta da produção dos serviços de saúde da medicina em Mossoró, na Região do Semiárido Nordeste e do país, em atendimento às necessidades sociais com foco no processo saúde-doença.

Desse modo, propõe que a formação do médico incorpore o ideário da Reforma Sanitária Brasileira, consubstanciado na implantação e consolidação do Sistema Único de Saúde – SUS, na defesa e garantia dos seus princípios fundamentais, considerando o atendimento às demandas da sociedade, sem perder de vista as suas especificidades loco regionais. Para tanto, busca-se a articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, procurando desenvolver atividades que partam da realidade concreta dos serviços e que envolvam docentes, profissionais de saúde dos serviços e discentes, tendo como base os princípios da flexibilidade, interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e do trabalho em equipes de saúde.

A proposta se inicia com uma caracterização da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), seu histórico e papel social no espaço do Ensino Universitário Público brasileiro, tentando integrar a Faculdade de Ciências da Saúde (FACS) e o Curso de Graduação em Medicina, dentro de uma visão global do ensino superior, ressaltando-se que esta deve contribuir e integrar o projeto idealizado de construção efetiva de uma nova sociedade, sob a óptica da prevenção da doença e do tratamento e da reabilitação de agravos à saúde da população. O PPC de medicina, por ser dinâmico, estará sempre aberto à atualização de forma conjunta com o Núcleo Docente Estruturante (NDE), criado em 2012, e com o Colegiado do Curso.

A descrição da realidade socioeconômica, cultural e de saúde, na qual o Curso de Medicina da FACS está inserido, contextualiza o desenvolvimento e o aperfeiçoamento do trabalho acadêmico definido pelas políticas de avaliação, extensão, pesquisa e gestão e materializa, nas atividades complementares e estágio, o exercício dos componentes

curriculares pedagogicamente articulados.

Para a construção inicial do PPC, foi constituído um Grupo Executivo de Trabalho para o Curso de Medicina (GECM-UERN) composto pelo Dr. Carlos Ernani Rosado Soares, Prof. Francisco das Chagas da Silva, Dr. Milton Marques de Medeiros, Prof.^a Isaura Amélia de Souza Rosado Maia, Dr. Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade (após o início dos trabalhos, estes dois membros se afastaram para ocupar cargos no novo governo e os demais foram se afastando progressivamente para ocuparem outras funções fora da FACS); as médicas professoras Maria Auxiliadora Carvalho da Rocha e Emilia Maria Trigueiro Moraes de Paiva, integrantes do mesmo Grupo, ainda permanecem na Assessoria do Curso.

O PPC, atualizado até abril de 2013, traz como ponto de corte o calendário da UERN 2012.2, mas tem, neste novo PPC, revisto, finalizado em novembro de 2013 a data documental correspondente a data da Reunião Ordinária do Colegiado do Curso de Medicina e da Reunião Extraordinária do Conselho Administrativo da FACS (CONSAD/FACS), quando em ambas as Reuniões foi aprovado por unanimidade, em 28 de novembro de 2013.

O Curso permanece com características próprias de uma escola médica em funcionamento desde 2004, voltada para o ensino integrado e articulado, a partir da multidisciplinaridade e da interdisciplinaridade. É orientado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina (DCN's), cuja Resolução nº 4, de 7 de novembro de 2001, no seu Artigo 3º, contempla o profissional médico egresso com:

“... formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, capacitado a atuar pautado em princípios éticos, no processo de saúde-doença em seus diferentes níveis de atenção, com ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação à saúde, na perspectiva da integralidade da assistência, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano”.

Construído desde o início com base numa postura teórico-metodológica renovada e metodologia que contempla os eixos transversal, vertical e horizontal do processo ensino-aprendizagem, o Curso de Medicina da FACS apreende novos espaços educacionais no Rio Grande do Norte (RN), sem perder de vista a cidadania e o desenvolvimento de competências e habilidades em saúde, possibilitando a implantação da educação médica na região Oeste do Estado, no âmbito da UERN. Um dos pilares desde a construção inicial e posterior atualização deste Projeto apoia-se, positivamente, na necessidade da disseminação da cultura de avaliar para transformar, daí o PPC de Medicina da FACS caracterizar-se como

um processo em desenvolvimento e de avaliação permanente. Deverá ser revisto periodicamente para adequar-se a modernidade do ensino médico brasileiro e após cada visita do Conselho Estadual de Educação (CEE) para acatar suas recomendações com fins de renovação de reconhecimento do curso, consoante o que emana das DCN's ou de recomendações da Associação Brasileira de Educação Médica (ABEM).

O Curso foi criado durante a IV Fase do Projeto da Comissão Interinstitucional Nacional de Avaliação do Ensino Médico (CINAEM) e contempla o que recomendou a própria CINAEM: um novo modelo pedagógico para os cursos de medicina do Brasil, voltado para a interação e interligação dos conteúdos a partir dos núcleos temáticos, para a qualidade dos seus recursos humanos (docente, discente e funcionários); e como consequência, para o perfil do médico desejado, isto é, que atue no processo saúde-doença da nossa população, de forma contextualizada e segundo os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). Até 2012.2 formou 03 (três) turmas de médicos, totalizando 24 (vinte e quatro), 22 (vinte e dois) e 19 (dezenove) egressos respectivamente, com quarta turma de 22 concluintes saindo em setembro de 2013. Todos os 65 (sessenta e cinco) primeiros egressos estão atuando no cenário local e regional ou continuando sua formação como médico em Residências Médicas de Especialidades no Estado e no Brasil, em serviços de excelência. A quarta turma de egressos, recém formada, encontra-se em fase de preparação para concursos de residência médica, alguns já concluído concurso público para ingressar no mercado de trabalho do SUS, voltado para o exercício da atividade médica no sistema público de saúde.

Este PPC mantém os mesmos referenciais teórico-metodológicos da fase inicial do curso, foi revisto com base na linguagem documental vigente contida no Regimento dos Cursos de Graduação - RCG/UERN (2013) e reorganizou em seus componentes curriculares com inclusão de disciplinas obrigatórias, ampliando-se a carga horária total do curso de 9.555 horas para 9.690 horas. Os alunos de entrada inicial, a partir de 2014.1, estarão automaticamente inseridos na nova matriz curricular. A matriz anterior 2004.1 está sendo gradualmente extinta até que os alunos que atualmente estão vinculados à matriz concluem o curso. O aluno poderá solicitar ao DCB aproveitamento das disciplinas da matriz 2004.1 que tenham equivalência com a matriz 2014.

O pleitear da renovação de reconhecimento do curso consiste num processo previsto pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), na Resolução nº 01/2012-CEE/RN e no RCG/UERN (2013) dos quais se destacam trâmites internos e externos: aprovação do Projeto Pedagógico em primeira instância pelo Colegiado do Departamento e também pelo

CONSAD da Unidade Universitária (RCG, Art. 59); homologação do Projeto Pedagógico na Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG), com acompanhamento da Assessoria competente (RCG, Art. 57); Parecer em conjunto da Assessoria de Avaliação Interna (AAI//ASSPEC), conforme previsto (RCG, Art. 58); tramitação no Conselho Estadual (CEE) prevista na Resolução nº 01/2012-CEE/RN; e para o curso de Medicina, deve ser submetido ao Conselho da área (Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Norte - CREMERN), previsto na Resolução nº 01/2012-CEE/RN, Art. 9, cujo indicado pelo referido Conselho acompanha em visita, a Comissão do CEE.

O Projeto, portanto, inscreve-se na atenção/observação com esses marcos e apresenta detalhadamente toda a organização do curso, considerando o processo dinâmico de atualização e de ajustes que retrata a condição própria de um Curso superior.

1.IDENTIFICAÇÃO

1.1 Indentificação da Instituição Mantenedora

Nome: Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FUERN)

Endereço: Rua Almino Afonso, 478 – Centro

Mossoró/RN | CEP: 59.610-210.

Contatos

Telefone: (84) 3315-2148 Fax: 3315-2108

Site: www.uern.br

E-mail: reitoria@uern.br

Presidente: Prof. Pedro Fernandes Ribeiro Neto

Espécie Societária: Não Lucrativa

CNPJ: 08.258.295/0001-02

1.2 Identificação da Instituição Mantida

Nome: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Endereço: Campus Universitário

Rua Prof. Antônio Campos s/n. Costa e Silva

CEP: 59607-360

Contatos:

Telefone: (84) 3315 - 2248 Fax: 3115-2108

E-mail: reitoria@uern.br

Home Page: www.uer.br

Reitor: Prof. Pedro Fernandes Ribeiro Neto

Ato de Criação: Lei Municipal nº 20/68, de 29 de setembro de 1968

Autorização de Funcionamento: Decreto Estadual nº 5.025, de 11 de novembro de 1968

Ato de Reconhecimento: Parecer nº 277/93, de 04 de maio de 1993

Ato de Credenciamento/Homologação: Portaria nº 874/93, de 17 de junho de 1993

Ato de reconhecimento: Decreto nº 22.232/2011, publicado no Diário Oficial do RN, de 07 de maio de 2011.

1.3 Identificação Do Curso

Instituição: Universidade do Estado do Rio Grande do norte - UERN

Unidade: Faculdade de Ciências da Saúde - FACS

Denominação do Curso: Curso de Medicina

Código: 1022100

Departamento: Departamento de Ciências Biomédicas - DCB

Modalidade: Bacharelado

Criação do curso: Lei Estadual nº 7.995 de 29 de outubro de 2001

Condição legal do curso: Reconhecido

Número de vagas em 2012.2: 26 (vinte e seis) vagas anuais

Número de vagas para 2014: 60 (sessenta) vagas anuais, com 30 vagas semestrais

Turnos de oferta para funcionamento do Curso de Medicina: matutino, vespertino e noturno.

Número máximo de alunos por turma até 2012.2: 26(vinte e seis) alunos

Número máximo de alunos aprovado pelo CONSEPE para o Processo Seletivo Vocacionado (PSVI) a partir de 2014: 60(sessenta) alunos sendo 30 (trinta) alunos para o primeiro semestre e 30 (trinta) alunos para o segundo semestre.

Sistema de cotas: a partir de 2014 será 15 alunos aprovados no PSVI oriundos de escolas públicas e 15 alunos aprovados no PSVI oriundos de escolas privadas, a cada semestre letivo.

Forma de acesso ao Curso: PSVI, Processo Seletivo de Vagas não Iniciais Disponíveis (PSVNI) e Transferência *ex-offício* conforme RCG/UERN (2013).

Aprovação do novo Projeto Pedagógico do Curso de Medicina (PPC) pelo Colegiado do Curso e pelo CONSAD/FACS, após cumpridas as diligências da PROEG: 28 de novembro de 2013 (cópia da Ata que aprova este PPC encontra-se nos anexos).

Carga horária total do Curso: 9.690 (nove mil seiscentos e noventa horas)

Migração: migração obrigatória para alunos ingressantes a partir de 2014.1, com matrícula no primeiro período do curso. Demais ingressantes se adequará ao PPC vigente ao período da data de ingresso, sem caber recursos e sem criação de componentes curriculares especiais para adequação ao curso de medicina.

Avaliação do CEE/RN: Parecer nº 001/2011, de 05/01/2011.

Ato de Reconhecimento do Conselho Estadual de Educação (CEE): Decreto nº 22.232/2011, publicado no Diário Oficial do RN, de 07 de maio de 2011.

Tempo mínimo para integralização do curso: 06 (seis) anos/ 12 (doze) semestres

Tempo máximo para integralização do curso: 09 (nove) anos/ 18 (dezoito) semestres

Regime de matrícula: Semestral. Atualmente a matrícula dos Internados tem autorização do CONSEPE para ser realizada fora de datas previstas pelo Calendário Universitário.

Rede de informação acessada: INTERNET

Comissão responsável pelo novo PPC do Curso:

a) Núcleo Docente Estruturante (NDE): Jose Hélio Freire – Diretor, Sonia Elizabeth López Carrillo - Chefe do DCB, Patrícia Estela Giovannini - Orientadora do Curso, Flávio Henrique Amaral Pires Veras – Membro, João Batista de Souza – Membro, Isabelle Cantidio Fernandes Diógenes – Membro.

b) Assessoria do Curso: Maria Auxiliadora Carvalho da Rocha e Emilia Maria Trigueiro Morais de Paiva

Ata de aprovação do novo PPC pelo Colegiado de Curso, em 28 de novembro de 2013.

Ata de aprovação do novo PPC pelo CONSAD/FACS, em 28 de novembro de 2013.

Ato de Criação do Curso: Resolução nº 001/2002/CONSEPE, de 11 de janeiro de 2002.

Início de Funcionamento: 19 de novembro de 2004.

Primeira Turma Concluinte: 12 de maio de 2011.

Local de Funcionamento:

Rua Manoel da Silva Neto, s/n.

Aeroporto Mossoró-RN

CEP: 59607-360

Telefone: (84) 3315 2248

E-mail: facs@uern.br

Dimensão das turmas para aulas práticas hospitalares e ambulatoriais: pequenos grupos de 3 a 10 alunos. Os grupos poderão ser subdivididos em grupos ainda menores para atender as exigências dos serviços de saúde e para os rodízios de estágio (Internatos) conforme recomendações da ABEM.

Diretor da FACS: Prof. José Hélio Cabral Freire

Coordenadora do Curso: Profa. Dra. Sonia Elizabeth López Carrillo

Orientadoras Acadêmicas: Profa. Ms. Patrícia Estela Giovannini

Profa. Isabele Cantidio

2. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

Coerente com a Resolução Nº 01 de 17, de junho de 2010, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e conforme Res. CONSEPE-UERN (59/2013), fez-se necessário a criação do Núcleo Docente Estruturante (NDE) com função de formular o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e acompanhar sua implantação; bem como de intermediar, no âmbito do curso de medicina, necessidades específicas do Curso não contempladas ou não tão claras no RCG/UERN (2013), portanto não aberto às especificidades e nomenclaturas usuais próprias deste curso de medicina.

3.UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (UERN)

3.1 Breve histórico da UERN

A Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte (FURRN) foi criada pela Lei Municipal nº 20/68, de 28 de setembro de 1968, assinada pelo prefeito Raimundo Soares de Souza, com o objetivo de implantar progressivamente cursos superiores e manter a Universidade Regional do Rio Grande do Norte (URRN). Entretanto, o sonho de dotar Mossoró de uma instituição de ensino superior é mais antigo. Seu marco inicial é a Faculdade de Ciências Econômicas de Mossoró (FACEM), instituída através da Resolução nº 01/43, de 18 de agosto de 1943, por iniciativa da Sociedade União Caixeiral, mantenedora da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral.

À luta do grupo de idealistas da União Caixeiral, somou-se a União Universitária Mossoroense, entidade fundada em 9 de julho de 1955, composta por universitários de Mossoró que estudavam em outras cidades. A entidade foi presidida por João Batista Cascudo Rodrigues que veio a ser o primeiro reitor da URRN.

Como resultado desses esforços, surgiu com a Lei Municipal nº 41/63, de 5 de dezembro de 1963, sancionada pelo prefeito Antônio Rodrigues de Carvalho, a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (FUNCITEC) que, em 1968, foi transformada em FURRN pelo então prefeito Raimundo Soares de Souza. Após a transformação da FUNCITEC em FURRN, Monsenhor Walfredo Gurgel, então governador do Rio Grande do Norte, autorizou o seu funcionamento como instituição superior, através do Decreto Estadual nº 5.025, de 14 de novembro de 1968.

Integravam, inicialmente, a URRN, nos termos da Lei nº 20/68, a Faculdade de Ciências Econômicas de Mossoró, a Faculdade de Serviço Social de Mossoró, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mossoró e a Escola Superior de Enfermagem de Mossoró.

Em 19 de fevereiro de 1973, o prefeito Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia segmentou a administração da Instituição. Assim, a FURRN passou a ser gerida por um presidente, a quem cabia às atividades burocráticas e a captação de recursos financeiros, e a URRN, por um reitor, incumbido das ações acadêmicas. Esse modelo administrativo vigorou por alguns anos, voltando mais tarde uma só pessoa a gerir, juntamente com os conselhos superiores, a mantenedora (FURRN) e a mantida (URRN).

Um dos passos mais importantes para a continuidade da Instituição foi dado no dia 8 de janeiro de 1987. Naquela data, o governador Radir Pereira, através da Lei nº 5.546, estadualizou a FURRN, que já contava com o Campus Universitário Central e os Campi Avançados de Açu, Patu e Pau dos Ferros.

A luta pela estadualização uniu todos os segmentos acadêmicos e vários setores da comunidade. Duas pessoas aí se destacaram: Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia, que fez em seu segundo mandato como prefeito, a doação do patrimônio da FURRN ao Estado, e o reitor Sátiro Cavalcanti Dantas, que comandou o processo em um momento de grave crise.

Outro passo importante na história da URRN foi o seu reconhecimento pelo Conselho Federal de Educação, em sessão realizada no dia 4 de maio de 1993, conforme Portaria Ministerial nº 874, de 17 de junho de 1993 e Decreto nº 83.857, de 15 de agosto de 1993, do ministro Murílio de Avellar Hingel.

Em 29 de setembro de 1997, o governador Garibaldi Alves Filho, através da Lei Estadual nº 7.063, transformou a Universidade Regional do Rio Grande do Norte em Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, mantendo, no entanto, a sigla URRN.

Em 15 de dezembro de 1999, o Governo do Estado, através da Lei nº 7.761, alterou a denominação de Universidade Estadual do Rio Grande do Norte para Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, o que implicou na alteração, também, da denominação da mantenedora, passando de Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte para Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - FUERN, através do Decreto nº 14.831, de 28 de março de 2000.

O sonho de dotar Mossoró de um Curso de Medicina também é antigo, já idealizado pelo Dr. Jerônimo Vingt-Un Rosado como o primeiro que mencionou possibilidades de criação de Faculdade de Medicina em Mossoró, como consta em

documentos na Coleção Mossoroense extraído de discurso do Prof. Ernani Rosado “... O sonho da Faculdade de Medicina não é de hoje. Em 1964, quando da inauguração do Hospital Francisco Menescal, do Instituto Brasileiro do Sal, o visionário das grandes causas, Vingt-un Rosado, já dizia em seu discurso: “*“... aqui se plantou a semente de uma Faculdade de Medicina, outra célula da futura grande Universidade de Mossoró, que haverá de aproveitar a experiência da gente mossoroense em sua caminhada de 200 anos, através de vicissitudes, lutas e vitórias.”* Isto ele já dizia quatro anos antes da fundação desta Universidade. Logo após sua instalação, Vingt-un novamente vislumbrou a possibilidade desta Faculdade, em telegrama a Epílogo de Campos, então Diretor de Ensino Superior do MEC.” (Soares, 2005).

O projeto da Faculdade de Medicina só posteriormente foi encampado pelo Reitor José Valter da Fonseca, já no início do Século XXI, tendo sua construção, de forma objetiva, iniciado em primeiras reuniões para elaboração do Projeto Pedagógico do Curso, em 10 de janeiro de 2002. Teve sua primeira turma de médicos formados em 12 de maio de 2010 e sua primeira turma de médicos residentes em Medicina de Família e Comunidade (pós-graduação “*lato sensu*”), formados em 26 de abril de 2013, em parceria com a Prefeitura de Mossoró, via MEC-Ministério da Saúde.

A UERN reconhece o curso de medicina como um desafio e uma necessidade na busca de formação de recursos humanos com foco no atendimento e para as necessidades do SUS, diante de uma demanda crescente da população jovem que busca cursos de medicina, sobretudo no semiárido nordestino. A realidade brasileira aponta mais de 700.000 inscritos que buscaram as pouco mais de 16.000 vagas ofertadas em Cursos de Medicina no Brasil, no início de 2013. Em meados de 2013, por meio do Programa Mais Médicos, do Ministério da Saúde, busca-se ampliar em mais 11.000 as vagas para Cursos de Medicina no Brasil, até 2015.

3.2 Missão da UERN

“É missão da UERN promover a formação de profissionais competentes, críticos e criativos, para o exercício da cidadania, além de produzir e difundir conhecimentos científicos, técnicos e culturais que contribuam para o desenvolvimento sustentável da região e do País” (PDI, p.33).

Parte-se do pressuposto de que a organização e a operacionalização de toda e

qualquer instituição deve voltar-se para um ideal maior que a identifique e ao mesmo tempo, a diferencie entre seus pares, ao imprimir em suas decisões acadêmicas e administrativas, além da marca de qualidade no ensino, na pesquisa e na extensão, uma pertinência social no que se refere às peculiaridades econômicas, sociais e culturais da região em que se insere. Baseado neste pressuposto é missão da UERN é consoante com o seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

Atualmente a UERN, atuando em todas as regiões do Estado e ciente da sua responsabilidade social, como única universidade pública estadual, reconhece a inadiável tarefa que lhe compete a partir de uma pesquisa séria e comprometida, que é a de contribuir concretamente para inserção da economia do Estado no cenário de desenvolvimento nacional e decisivamente, para a materialização de compromissos institucionais com a melhoria da qualidade de vida da sociedade, seja na promoção e ampliação do acesso à educação superior de qualidade, seja fortalecendo novas articulações com a sociedade, apresentando soluções efetivas para questões socioeconômicas que particularizam a Região Oeste, em particular a cidade de Mossoró-RN.

3.3. Campus Central e Faculdade de Ciências da Saúde (FACS)

Criada pela Lei nº 7.995, de 29 de outubro de 2001, sancionada pelo Governador do Estado, Dr. Garibaldi Alves Filho, foi publicada no Diário Oficial do Estado, em 30 de outubro de 2001, que autorizou a criação da Faculdade de Ciências da Saúde e do Curso de Medicina da UERN e estabeleceu um prazo de 24 (vinte e quatro) meses para sua implantação, tendo como sede a cidade de Mossoró-RN. A Resolução nº 001/2002 CONSEPE-UERN homologou a criação do Curso de Medicina e, no final de novembro de 2010, a FACS recebeu visita de professores médicos enviados pelo Conselho Estadual de Saúde, ligados à docência no Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e o representante do Conselho Regional de Medicina do RN (CREMERN), cujo Relatório de Visita, entregue ao Conselho Estadual de Educação do RN, em dezembro de 2010, subsidiou o reconhecimento do Curso de Medicina FACS-UERN. O Parecer nº 001/2011-CEE/RN foi submetido à apreciação em 05 de janeiro de 2011 e sancionado pela governadora em 06 de maio de 2011. O Decreto nº 22.232/2011, que reconheceu o Curso de Medicina da UERN foi publicado no Diário Oficial do Estado do RN em 07 de maio de 2011. O prazo determinado pelo CEE/RN para renovação de

reconhecimento do Curso de Medicina FACS-UERN foi de 03(três) anos a partir daquela data, que terminará em maio/2014. Em data posterior à criação do Curso de Medicina, foi criado o Curso de Odontologia, em Caicó/RN, que embora pertença a FACS, tem sua administração sede em Caicó.

4. HISTÓRIA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - FACS

A Faculdade de Ciências da Saúde e o Curso de Medicina, ambos vinculados à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, em Mossoró, à época administrada pelo Reitor Prof. Ms. José Walter da Fonseca e pela Vice-Reitora Profa. Ms. Olga de Oliveira Freire, é reivindicação antiga da sociedade mossoroense e oriundos do Projeto de Lei nº 281/2000, apresentado pela Deputada Sandra Maria da Escóssia Rosado, à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte (RN), em 29 de dezembro de 2000.

A Lei nº 7.995, de 29 de outubro de 2001, sancionada pelo Governador do Estado, Dr. Garibaldi Alves Filho, e publicada no Diário Oficial do Estado, em 30 de outubro de 2001, autoriza a criação da Faculdade de Ciências da Saúde e do Curso de Medicina da UERN e estabelece o prazo de 24 (vinte e quatro) meses para sua implantação, tendo como sede a cidade de Mossoró-RN.

A Portaria nº 069/02, de 11 de janeiro de 2002, da Reitoria – UERN, assinada pelo então Reitor José Walter da Fonseca, designa uma Comissão composta pelos especialistas: Deputada Sandra Maria da Escóssia Rosado, representante da Assembleia Legislativa; médico e professor Dr. Carlos Ernani Rosado Soares, representante da Secretaria de Estado da Educação, da Cultura e dos Desportos; Dr. Pedro de Oliveira Cavalcanti Filho, representante da UERN; Dr. Antônio Francisco de Araújo, representante da Secretaria do Estado da Saúde, para acompanhar todo o processo inicial de instalação do Curso de Medicina da UERN.

A Resolução nº 001/2002, do Conselho Universitário – CONSUNI, de 11 de janeiro de 2002, cria a Faculdade de Ciências da Saúde (FACS), a funcionar, na sua fase inicial, ministrando o Curso de Medicina. Por igual, a Resolução 001/2002, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, cria o Curso de Medicina, em Mossoró, vinculado à Faculdade de Ciências da Saúde.

A Portaria nº 070/2002 - GR/UERN, retificada pela Portaria nº 161/2002 – GR/UERN, cria o Grupo Executivo de Trabalho do Curso de Medicina - GECEM-UERN,

também em 11 de janeiro de 2002, composto de sete especialistas quando foi indicado o Dr. Carlos Ernani Rosado Soares para coordenar os trabalhos de construção e implantação do Projeto Pedagógico do Curso de Medicina da FACS/UERN.

A primeira reunião do GECM-UERN ocorreu às 10 horas do dia 25 de janeiro de 2002, no Instituto Presidente Kennedy, sito à Rua Jaguarari em Natal/RN, estando presentes: Dr. Carlos Ernani Rosado Soares, representante do Governo do Estado e Coordenador do Projeto; Prof. Francisco da Chagas da Silva, Pró-Reitor de Ensino de Graduação da UERN; Prof.^a Isaura Amélia de Souza Rosado Maia, Secretária Municipal de Cidadania e representante da Prefeitura de Mossoró; Dr. Milton Marques de Medeiros, professor da UERN e dirigente hospitalar; Dr. Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade, Secretário Executivo Adjunto da Federação das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia; Dra. Maria Auxiliadora Carvalho da Rocha, Coordenadora do Curso de Medicina da UFRN também representante do Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Norte e a médica Emília Maria Trigueiro Moraes de Paiva, do Núcleo de Educação Médica da UFRN e Conselheira do Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Norte, cabendo às últimas a redação do Projeto e a elaboração da parte pedagógica. Ambas continuam assessorando o Curso e participaram da construção deste novo PPC.

Na sua segunda reunião, em 22 de fevereiro de 2002, foi apresentado um esboço do Projeto Pedagógico de Curso baseado em questões de natureza teórico-metodológicas e administrativas, abordadas pelo grupo em sua primeira reunião. As reuniões se sucederam mensalmente, agregando ao Projeto o amadurecimento das idéias.

Em 19 de abril de 2002, parte do GECM-UERN deslocou-se até Mossoró para avaliação do local das futuras instalações do Curso, assim como das condições da rede hospitalar local, suporte para implantação do Curso de Medicina. Nesse mesmo ano, procedeu-se às negociações com o Governo do Estado e a Prefeitura de Mossoró, visando à estruturação física do Projeto, à definição da sede do Curso de Medicina, ao apoio das unidades hospitalares locais e da Rede de Atenção Básica em Saúde do Município de Mossoró, além da viabilidade de convênios futuros. No final do ano de 2002, conclui-se a parte pedagógica do Projeto, fio condutor para confecção do projeto arquitetônico e construção das instalações físicas da Faculdade de Ciências da Saúde.

Com o Edital 001/2003-CCD-Gabinete do Reitor, publicado no Diário Oficial do Estado do RN, edição nº 10.493, de 22 de maio de 2003, foi desencadeado o processo do primeiro concurso público para professores da FACS-UERN, coordenado pela Profa.

Sirleyde Dias de Almeida, então Pró-Reitora de Recursos Humanos e Assuntos Estudantis da UERN.

Oito Bancas Examinadoras foram constituídas mediante Portarias do Gabinete do Reitor, assinadas em 25 de setembro de 2003, que determinava a realização do 8º Concurso Público de Provas e Títulos para Docentes da UERN, no período de 19 a 21 de outubro de 2003, em Mossoró. Foram ofertadas 12 vagas, a fim de contemplar as disciplinas a serem ministradas nos dois primeiros períodos. Apresentaram-se vinte e sete candidatos, havendo um indeferimento, em razão de o candidato não corresponder à graduação solicitada. Dos vinte e seis inscritos, nove candidatos faltaram a prova escrita, dezessete compareceram e cinco foram aprovados.

O corpo docente da FACS-UERN passou a ser composto pelos professores aprovados, o corpo de professores já existentes na UERN oriundos dos cursos da área de saúde no exercício de disciplinas correlatas e afins. São os primeiros professores concursados: André Newton do Monte Negreiros (Bioquímica), Francisco Napoleão Túlio Varela Barca (Genética Humana e Embriologia), Adriana Benjamim de Oliveira (Introdução à Medicina, Noções de Ética e Bioética), Cristianny Cardoso de Sousa (Anatomia) e Jair de Araújo Alves (Introdução à Metodologia Científica e Epidemiologia). A Reitoria cogitou iniciar um programa de professores visitantes, portanto não efetivos, para as disciplinas que não tiveram candidatos aprovados e abriu, em tempo posterior, novo concurso para preenchimento de vagas remanescentes. Entre 2004 e 2009, ocorreram seis Concursos Públicos e que se sucederem posteriormente para preenchimento de vagas docentes, mas o quadro previsto de 120 docentes efetivos ainda não foi preenchido. Até o presente momento não se inscreveu, em nenhum momento, candidatos à vaga para docência em Patologia Geral.

Durante a construção do PPC, o Grupo Executivo de Trabalho, por intermédio das médicas Emília Maria Trigueiro Morais de Paiva e Maria Auxiliadora Carvalho da Rocha, participou do XL Congresso Brasileiro de Educação Médica, Fortaleza-Ceará, em 2002, quando apresentaram o tema “*Núcleo de Apoio em Psicologia, Pedagogia e Ciências Sociais: proposta para o Curso de Medicina da Universidade do Estado do RN*”, escolhido pela Comissão Científica do evento para apresentação oral e em forma de pôster. Em 2003, durante o XLI Congresso Brasileiro de Educação Médica, em Florianópolis - Santa Catarina, o mesmo grupo teve os seguintes trabalhos aceitos pela Comissão Científica para apresentação em forma de pôsteres: *Projeto Político-Pedagógico da Faculdade de Medicina do Estado do RN*; *Princípios norteadores e perfil profissional do médico da Faculdade de Medicina do*

Estado do RN; Estrutura Curricular Obrigatória da Faculdade de Medicina do Estado do RN; Estrutura Curricular Complementar da Faculdade de Medicina do Estado do RN. Assim, durante o processo de construção pedagógica, os cinco trabalhos enviados à Comissão Científica da Associação Brasileira de Educação Médica (ABEM) foram aprovados para apresentação em seus Congressos, com os resumos publicados em seus Anais.

Em dezembro de 2002, foram concluídas as definições de estrutura curricular do Projeto e as discussões para objetivação de sua estrutura física inicial, que passaram a tramitar para fase de regulamentação, confecção e construção dos projetos de arquitetura e de engenharia das futuras instalações. Após a transição do governo do Dr. Fernando Antônio da Câmara Freire para a Prof.^a Vilma de Faria, que se deu em 2003, iniciaram-se estudos para celebração de convênios; deram-se providências à cessão da área indicada e ao início do projeto arquitetônico das instalações físicas; e foi definida aquisição de equipamentos e biblioteca. A primeira audiência entre a Governadora, Prof.^a Vilma de Faria e o coordenador do Grupo Executivo de Trabalho do Curso de Medicina, Dr. Carlos Ernani Rosado Soares, ocorreu no dia 9 de fevereiro de 2003, em Natal, na presença do Reitor e da Vice-Reitora da UERN, quando se deu sequência à proposta apresentada no início dos trabalhos do GECEM-UERN.

Em outubro de 2003, conclui-se o projeto arquitetônico elaborado pelos arquitetos Vera Cidley e Eduardo Falcão, após uma série de visitas e de estudos das propostas do GECEM-UERN. Em 13 de dezembro de 2003, em solenidade na Reitoria, a Governadora Prof.^a Wilma de Faria assinou o contrato autorizando o início das obras de edificação da estrutura física para funcionamento do Curso de Medicina. O terreno, com 3.375m², desmembrado do Hospital Dr. Tarcísio de Vasconcelos Maia, foi doado à UERN por Lei da Assembleia Legislativa do Estado, de autoria do Poder Executivo, e fica ao lado do referido Hospital, principal unidade de suporte para o Curso de Medicina.

O projeto arquitetônico previu, inicialmente, a construção de 2.664,42m² de área, dos quais 1.901,38m² de área coberta e considerou futuras ampliações dos seus espaços, previstas para os anos subsequentes, conforme as necessidades do(s) curso(s) abrigados pela FACS. Em 2007, teve início a construção de uma nova edificação para abrigar laboratórios, salas de aula, sala para professores com gabinetes individualizados, salas de apoio e ambulatórios anexos voltados para o ensino-serviço, distribuídos em 3 pavimentos.

O Projeto Pedagógico, durante a implantação gradativa do Curso de Medicina, entre os anos 2004 e 2010, sofreu adequações motivadas pelas necessidades de oferecer um

ensino de qualidade e em atendimento a legislação em vigor, de forma condizente com os padrões recomendados para o ensino médico no Brasil. Representações do corpo docente passaram a frequentar os Congressos anuais da ABEM desde a implantação do Curso.

Após o reconhecimento do Curso de Medicina pelo CEE, mediante Decreto nº 22.232/2011, publicado no Diário Oficial de 07 de maio de 2011, e para atender às necessidades de adequação e recomendação apontadas no documento de reconhecimento emitido pelo referido Conselho, nova proposta pedagógica começou a ser pensada no sentido de caminhar para a renovação de reconhecimento, previsto para até 7 de maio de 2014. Criou-se o Núcleo Docente Estruturante do Curso de Medicina, em 26 de abril de 2012. Entre 2010 e 2013, pensou-se no PPC de forma a atender as recomendações emanadas do CEE com vista a renovação de reconhecimento do Curso de Medicina para 2014, atender a linguagem documental vigente da UERN e atender as apreciações didático-pedagógicas observadas durante toda a fase de implantação do curso. Novas situações ainda que previstas no RCG/UERN (2010) ocorreram no período letivo (2012.2) quando o curso de medicina acatou determinação da Promotoria de Justiça para a abertura imediata das vagas não iniciais até 2013 e sofreu pressão social para antecipar a ampliação do número de vagas a partir de 2014, já aprovada no CONSEPE em outubro/2013, confirmando então as 60(sessenta) vagas anuais. Haverá migração obrigatória dos matriculados do primeiro período a partir de 2014.1 para este novo PPC e assim seguirá em sequência para os novos ingressantes iniciais.

Em 22 de fevereiro de 2013, a Assessoria de Avaliação Institucional (AAI) convocou todas as instâncias administrativas da UERN que participavam direta ou indiretamente junto ao Curso de Medicina para tratar de assuntos relativos à próxima visita da Comissão de Especialistas do Conselho Estadual de Educação, com vistas a renovação de reconhecimento do curso de Medicina, prevista para até 7 maio de 2014 e para avaliar o estado atual e as providências já tomadas relativas às recomendações da citada Comissão quando da visita anterior, na época do reconhecimento inicial do Curso. Em consequências do aumento do número de vagas para o PSVI, foi reivindicado: concurso público para completar o quadro de professores previstos desde o início do curso em 120 docentes; necessidade de contratar novos preceptores para acompanhamento dos alunos nos serviços de saúde conveniados; aquisição de equipamentos para funcionamento do Laboratório de Patologia, do Laboratório de Farmacologia e adequação e melhorias para o Laboratório de Fisiologia e Biofísica assim como o Laboratório de Parasitologia; acessibilidade para portadores de necessidades especiais no novo prédio verticalizado com três níveis de pavimento da FACS;

melhoria no acesso ao Sistema de Informática com ênfase na cobrança da implantação do Programa de Inclusão Digital, estes dois últimos itens em trâmites burocráticos na UERN desde a gestão governamental anterior, em 2011, mas até novembro de 2013 não instalado.

A FACS teve como Diretores: Prof. Milton Marques de Medeiros, que exonerou-se do cargo para assumir a Reitoria, seguido do Prof. Ms. Antônio Leite da Costa, que desligou-se por aposentadoria. A FACS é dirigida pelo Prof. José Hélio Cabral Freire, desde 2012. O DCB teve como primeiro Chefe de Departamento o Prof. Ms. Paulo Alfredo Simonetti Cortez Gomes, afastado em 2012 para o doutorado e atualmente é dirigido pela Profa. Dra. Sônia Elisabeth López Carrillo.

5. MUNICÍPIO DE MOSSORÓ

5.1 Caracterização do Município de Mossoró

O Município de Mossoró, segundo maior entre os 167 municípios do Estado, está localizado na Região Salineira, Meio Oeste Potiguar, a 280 quilômetros da capital, onde residem 266.758 pessoas (IBGE 2012). A cidade enseja ao visitante desfrutar de suas águas térmicas, nas piscinas ou em cascatas, com temperaturas variadas, provenientes de fontes hidrominerais naturais. Tem localização bastante privilegiada, podendo ser alcançada pela BR 110, BR 304 e BR 405, além de rodovias intermunicipais.

Pelo pregão turístico, é conhecida carinhosamente como "a terra do sol, do sal e do petróleo". Apesar de localizar-se no sertão, possui fácil acesso às praias, sendo Tibau a mais próxima (42 km), seguida por Areia Branca com Upanema (48 km) e Ponta do Mel (53 km). Considerada uma das cidades que mais crescem e se desenvolvem no país, Mossoró adquiriu inúmeros títulos a partir da superação de grandes desafios na última década, passando de "interior do Rio Grande do Norte" a "metrópole do futuro", "polo universitário", "capital potiguar da cultura", entre outros. A cidade conseguiu crescer, se desenvolver, atrair investidores, realizar grandes obras e oferecer uma melhor qualidade de vida para a sua população.

Limita-se ao norte com Estado do Ceará e o Município de Grossos, ao sul com os Municípios de Governador Dix-Sept Rosado e Upanema, ao leste com Areia Branca e Serra do Mel e a oeste com Baraúna.

Seu clima é semiárido, com temperaturas médias mínimas de 22,5°C e médias

máximas de 33,3°C.

5.1.1 Origem

A cidade de Mossoró se apoia nas tradições e em um passado ilustrado de histórias que demonstram resistência, para espelhar um futuro promissor. Antecipou-se à libertação da escravidão, combateu o bando do cangaceiro Lampião e foi berço da primeira eleitora da América Latina. A princípio era apenas uma fazenda, "Santa Luzia", pertencente, antes de 1739, ao Capitão Teodorico da Rocha. Por volta de 1770, a posse estava com o português Antônio de Souza Machado. A fixação demográfica foi iniciada pela criação de gado, oficina de carnes e extração do sal.

Em 13 de fevereiro de 1852 foi lida na Assembleia Provincial uma representação dos habitantes da freguesia de Santa Luzia do Mossoró pedindo que se elevasse a povoação à categoria de vila e município. A lei nº 246 de 15 de março de 1852 (segundo Câmara Cascudo), ou 15 de março de 1850 (segundo Manuel Ferreira Nobre), elevou o povoado à categoria de vila, com o título de Vila de Santa Luzia de Mossoró. Em 9 de novembro de 1870, a Lei Provincial nº 620, de autoria do vigário Antonio Joaquim Rodrigues, conferiu-lhe as honras de cidade.

5.1.2 Nome

Luiz da Câmara Cascudo diz que o topônimo provém dos cariris monxorós ou mossorós. Para Antônio Soares, Mossoró é corruptela de mô-çoroc, vocábulo indígena que significa fazer roturas, o que rasga, rompe ou abre fendas. "Aplica-se bem ao rio Mossoró, que rasgou ou rompeu a terra marginal em diversos pontos, formando camboas".

5.1.3 Economia

A vocação para o comércio é histórica. No ano de 1957, Mossoró já era reconhecida como um forte empório comercial do Rio Grande do Norte. Essa condição é fortalecida pela localização privilegiada. A cidade é equidistante de duas capitais, Natal (RN), a 280 km e Fortaleza (CE), a 260 km. As três estão ligadas, por via terrestre, pela rodovia BR

A fruticultura tropical irrigada é hoje um dos pilares da economia de Mossoró. O setor é um dos grandes geradores de emprego em Mossoró e região.

A vocação industrial extrativista de Mossoró a coloca hoje no pódio como principal produtora de sal e de petróleo, este em área terrestre do país. No início de 1980, foi perfurado com sucesso o poço Mossoró-14, o primeiro poço terrestre comercialmente viável em terras potiguaras. As perfurações dos poços terrestres foram intensificadas no início da década dos anos 1980, nos municípios de Macau, Areia Branca, Alto do Rodrigues e Mossoró. Embora o número de poços em operação sofra variações frequentes, quando sua totalidade estava em 3.551 poços, 3.440 eram poços terrestres, e apenas 3,12% correspondiam aos poços localizados no campo marítimo da plataforma continental no litoral potiguar, sendo a bacia de Mossoró responsável por sua quase totalidade. Em 2011 a produção de petróleo no RN chegou ao volume de 21,3 milhões de barris, com fração majoritária de 18,6 milhões de barris em poços terrestres e o restante, 2,7 milhões em plataformas marítimas. sendo a bacia de Mossoró responsável por sua quase totalidade. Mossoró contribui com 95% da produção salineira do país. As salinas de Mossoró estão localizadas na várzea estuarina dos rios Mossoró e do Carmo. Essa várzea é inundada, ora pelas águas do mar, ora pelas águas das enchentes dos rios, que quando cessam as chuvas formam salinas naturais, onde o relevo é plano e baixo.

A carcinicultura (criação de camarões em cativeiros) está atraindo grupos nacionais e estrangeiros que veem um mercado promissor na região.

Mossoró tem unidade fabril de cimento e de cerâmica de revestimento.

5.1.4. Saúde e Serviços em Mossoró Pactuados com a UERN para Cenários de Ensino-Aprendizagem e Estágios

O Município é habilitado à Gestão Plena de Sistema Municipal de Saúde, conforme assinatura do Termo de Compromisso da Gestão, aprovado e encaminhado em agosto de 2007. Nesse Termo de Compromisso está instituído o compromisso de realizar cooperação entre entidades públicas quando couber, comando único, termo de limite financeiro global do município e o Relatório de Indicadores de Monitoramento. Permanecem sob sua responsabilidade o gerenciamento de seus serviços próprios, a contratação e pagamento dos prestadores públicos, privados, conveniados e filantrópicos, participantes do

SUS, bem como a avaliação de todo o sistema municipal, contando com 16 auditores.

A rede de assistência à saúde conta hoje com 182 (cento e oitenta e duas) unidades de saúde, sendo 62 unidades sob gestão municipal, 7 sob gestão estadual e 113 são privados, conveniados e filantrópicos. Assiste uma população residente de 266.758 (IBGE, 2012) habitantes, dos quais cerca de 22.574 são habitantes rurais. Do total, 98% estão cadastrados no Cartão Nacional de Saúde. Há estimativa não confirmada de quase 100.000 habitantes referenciados dos municípios satélite: Baraúnas, Serra do Mel, Areia Branca, Upanema, Tibau, Porto do Mangue, Grossos e Gov. Dix-Sept Rosado, conforme a Programação Pactuada Integrada (PPI).

Pelo DATASUS/2013, estão registradas no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), 73 unidades pertencentes à Prefeitura de Mossoró distribuídas em Unidades Básicas de Saúde (UBS), Central de Regulação de Serviços de Saúde, Centro de Referência a Saúde do Trabalhador (CEREST), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), Centro de Reabilitação Oral e Auditiva, Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA), Farmácia Central, Centro de Zoonoses, Centro Clínico, Ambulatório Materno Infantil (AMI), Unidades de Pronto Atendimento (UPA), Vigilância de Saúde, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Casa de Saúde (hospital municipal) São Camilo de Lellis, Central de Regulação Médica de Urgências e Telessaúde.

O Conselho Municipal de Saúde do Município de Mossoró, é integrante do SUS no âmbito administrativo municipal, tem caráter permanente e deliberativo, atuando na formulação de estratégias e no controle da execução política municipal de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas deliberações seguem as Diretrizes da Conferência Municipal de Saúde. Garante a participação da sociedade na formulação de estratégias e controle da execução da política municipal de saúde, se reúne regularmente e extraordinariamente sempre que convocado. Criado através da Lei nº 566 de 1991, o Conselho Municipal de Saúde é composto por representantes dos usuários, prestadores de serviço e profissionais de saúde.

O município é sede da II Regional de Saúde do Estado do Rio Grande do Norte, formada por quinze municípios, reunindo, além de Mossoró, os municípios de Areia Branca, Apodi, Baraúna, Campo Grande, Caraúbas, Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado, Grossos, Janduí, Messias Targino, Serra do Mel, Tibau, Triunfo Potiguar e Upanema. Segundo dados da Gerência Executiva de Saúde, Mossoró possuía, em 2009, um total de

1.425 profissionais de saúde, todos eles residentes no próprio município, sendo 433 agentes de saúde, 89 assistentes sociais, 270 auxiliares de enfermagem, dezesseis bioquímicos, 126 dentistas, 126 enfermeiros, 19 fisioterapeutas, 209 médicos dos quais três radiologistas, oito nutricionistas, e 16 psicólogos, além de 110 profissionais outros exercendo atividades em saúde. Os dados atuais, a partir de 2010, são divergentes em quantitativos e, portanto não confiáveis.

A segunda maior causa de morte no Brasil em crianças menores de 5 anos de idade é a diarreia. O estudo “Esgotamento Sanitário Inadequado e Impactos na Saúde da População” do Instituto Trata Brasil, mostrou que de acordo com os dados divulgados (relativos a 2011), Mossoró tem o segundo menor índice de internação hospitalar por doenças diarreicas em crianças entre os 100 maiores municípios brasileiros em população.

5.1.4.1 Serviços Ambulatoriais

Os Ambulatórios Médicos de Especialidades (AMEs) são centros ambulatoriais de diagnóstico e orientação terapêutica de alta resolutividade em especialidades médicas, com ênfase nas necessidades da rede básica. Devem proporcionar atendimento de forma próxima e acessível ao cidadão, através da prestação de um conjunto de serviços que garantam uma intervenção rápida e eficaz, a fim de promover o diagnóstico precoce, orientar a terapêutica e ampliar a oferta de serviços ambulatoriais especializados, atendendo à necessidade regional nos problemas de saúde que não podem ser plenamente diagnosticados ou orientados na rede básica, pela sua complexidade, mas que não precisam de internação hospitalar ou atendimento urgente.

Os atendimentos nos AMEs são referenciados e programados, em regime de consultas. São direcionados para a oferta de serviços de consulta especializada, a indicação de exames de apoio diagnóstico e orientação de tratamento, dentro de um contato único dos doentes com o centro, sempre que possível. Prevê-se, ainda, que possam resolver a maior parte das consultas em um único deslocamento do doente, dentro dos processos clínicos prioritários previamente definidos e incluídos em suas carteiras de serviços.

Das 182 Unidades de Saúde do Sistema Municipal de Saúde, 73 encontram-se sob a Gerência da Prefeitura Municipal de Mossoró. Foram utilizados dados passados, pois as estatísticas atuais de acesso público apresentam divergências quantitativas. Em 2007, o número de ações médicas básicas alcançou o montante de 378.455, ou seja, 1,63

consulta/habitante – o que implica dizer que o município não correspondeu à média pactuada pelos Indicadores de Monitoramento e Avaliação do Pacto pela Saúde, que foi de 1,96 consulta/hab/ano. Mesmo não alcançando a média pactuada o município se encontra dentro do parâmetro nacional que é de 1 a 2 consultas/hab/ano. No município de Mossoró, na Rede de Atenção Básica, durante o mês de abril de 2009, foram atendidas 240.800 pessoas (site DATASUS).

5.1.4.2 Serviços Hospitalares Públicos e Privados

Os serviços hospitalares com registro no CNES, nível hospitalar, estadual, em Mossoró correspondem: Região: Nordeste

Unidade Federação: Rio Grande do Norte

Microrregião: RN Mossoró

Natureza: Administração Direta da Saúde (MS, SES, e SMS)

Tipo de Gestão: Estadual.

Tipo de Prestador: Público

Período: Abr/2013 –

TOTAL: 30 estabelecimentos

O CNES apresentou em hospitais, a Clínica de Otorrino e o Centro de Oncologia e Hematologia, definindo hospitais especializados e hospitais gerais. Dos estabelecimentos inscritos no CNES, 04 são hospitais públicos, 07 hospitais privados e 02 filantrópicos para atender toda a população local, além do fluxo de pacientes oriundos dos municípios pactuados no Plano Diretor de Regionalização. A distribuição dos leitos necessários, segundo os parâmetros da Portaria GM/ N° 1101/2002 do Ministério da Saúde é de 2,5 a 3,0 leitos para cada 1.000 habitantes. O município apresenta 4,2 leitos para cada 1.000 habitante num total de 1.004 leitos. Destes, 747 estão destinados aos SUS, isto é 74,40% do total dos leitos. Dos leitos do SUS 26,1% são para cirurgia; 33,1% são leitos psiquiátricos; 22,2% leitos para clínica médica; 9,5% são para obstetrícia; 7,4% leitos pediátricos; 2,1% para fisiologia e 2,0% são de Unidade de Terapia Intensiva.

Morbidade com internação hospitalar pelo SUS
Município: Mossoró. Microrregião: Mossoró. Período: Abr/2013

Município	Internações/mês
Mossoró	1.500

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Nota: situação da base de dados nacional em 06/05/2013.

As internações hospitalares supracitadas, no município de Mossoró, vêm apresentando redução em relação a anos anteriores. Isso se deveu principalmente a melhoria da estrutura da Atenção Básica adotada pelo Município. Segundo os parâmetros do MS de 7% à 9 % da população necessita de algum tipo de internamento, mas em Mossoró este percentual foi aquém do esperado para internamento/hab/ano.

Mossoró dispõe de Central de Regulação de Serviços de Saúde, Centro de Referência para Saúde do Trabalhador, Centro de Atendimento Psicosocial (CAPS Infantil, Adulto e gerais), Unidade Integrada de Saúde Mental, Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA), Farmácia Central, Centro de Zoonoses, Centros Clínicos, Central de Ambulância, Ambulatório Materno Infantil (AMI) Centro de Atenção Integrado à Criança (CAIC), Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Vigilância à Saúde, Banco de Leite Materno, Hospital Geral Casa de Saúde Dix-Sept Rosado, Hospital Municipal São Camilo de Lellis (psiquiátrico), Unidades Odontológicas (gabinetes fixos e móveis), Hemocentro Mossoró, Hospital da Mulher “Parteira Maria Correia”, Hospital dia “Dr. Rafael Fernandes”, Hospital Regional “Dr Tarcísio de Vasconcelos Maia”, este hospital geral com atendimento 24 horas, (50 leito cirúrgicos, 36 leitos clínicos, 9 leitos de UTI, 13 leitos pediátricos) e Unidade Descentralizada de Agentes Terapêuticos (UNICAT) Mossoró. Dentre os vários estabelecimentos de saúde pactuados com a UERN, alguns hospitais de Mossoró seguem em considerações, abaixo:

5.1. 4.2.1. Hospital Regional Dr. Tarcísio de Vasconcelos Maia (HRTM)

Localizado em Mossoró/RN, o Hospital Regional Dr. Tarcísio Maia é um hospital geral estadual de grande porte, referência para toda a região Oeste do Estado,

servindo de hospital sentinela para todos os agravos epidemiológicos desta região potiguar. Tem atendimento 24 horas em Urgência e Emergência e é do SUS.

Com 5.456 m² de área construída, conta com a força de trabalho de 637 funcionários, distribuídas em diversas especialidades e funções tanto na assistência à saúde quanto na área administrativa, inclusive terceirizados de cooperativas e de empresas de serviços. Em relatório da Vigilância Epidemiológica do HRTM, evidencia-se que em 2011 houve um aumento de 33,37% de agravos/doenças registrados no HRTM, sendo que 70% relacionados à dengue quando no ano anterior foi de 18,08% do total. São serviços prestados por essa Unidade de Saúde: Clínica Médica; Clínica Cirúrgica; Clínica Pediátrica, UPI (Unidade de Pacientes Infectados); Traumatologia, Oftalmologia, Odontologia, Cirurgia Buco Maxilo Facial; Unidades de Enfermagem; Serviço Social, Nutrição e Dietética; Fisioterapia; Terapia Ocupacional e Saúde Ocupacional. Contamos ainda com um Centro Cirúrgico, com quatro salas e uma UTI – Unidade de Terapia Intensiva, com nove leitos; Serviço de Diagnóstico e Imagem como: Raios X, Endoscopia, Ultrassonografia e Tomografia computadorizada, além de um Laboratório de Análises Clínicas e outro de microbiologia.

Por mês chega a realizar 120 cirurgias e 200 tomografias computadorizadas e cerca de, aproximadamente, 45 mil refeições por mês, para pacientes, acompanhantes e funcionários. Além de fornecer ainda, aproximadamente, 2,5 mil unidades de nutrição enteral/mês. Realiza-se ainda em média de 350 internamentos/mês distribuídos nas Clínicas: médica, cirúrgica, pediátrica, UPI (unidade de pacientes infectados) e UTI (unidade de terapia intensiva). Em 2011, ocorreram 1.347 internamentos clínicos, predominando agravos respiratórios e cardíacos, enquanto na UTI predominou os traumatismos craneoencefálicos e acidentes vasculares cerebrais como as principais causas de internamento.

A equipe de plantão é composta por 15 Médicos, distribuídos em: dois Ortopedistas e Traumatologistas; um Cirurgião Buco-Maxilo Facial; um Intensivista, dois Anestesiologistas; três Clínicos Gerais; três Cirurgiões; três Pediatras. Possui ainda uma equipe de profissionais denominada de “sobre aviso” que a qualquer momento são acionados pelo hospital. Esta equipe é composta de Neurocirurgião, Otorrinolaringologista, Oftalmologista, Radiologista e Ultrassonografista. É um hospital que serve como campo de estágio curricular para os cursos de Medicina, Enfermagem, Técnico de Enfermagem e Serviço Social.

Compõem o quadro funcional deste hospital 637 funcionários, entre Médicos, Enfermeiros, Farmacêuticos, Bioquímicos, Psicólogos, Assistentes Sociais, Terapeuta

Ocupacional, Fisioterapeutas, Nutricionistas, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem, Técnicos de Raios-X, Técnicos de Tomografia, Técnicos de Laboratório, Serviços Gerais, Vigilância, Equipe Administrativa e Higienização. O pessoal terceirizado são 36, entre pessoal de higienização, vigilância e limpeza. São números ainda subestimados para o seu porte.

O hospital atende uma média de 7.500 pacientes/mês. De janeiro a março 2012, foram realizados 27.260 exames sendo 14.333 especializados. De janeiro a novembro de 2012, o Hospital registrou 6.305 entradas de vítimas de acidentes de trânsito, sendo mais de 70% acidentes de moto. O HRTM já conta com um Núcleo de Saúde do Trabalhador, instrumento que visa oferecer uma melhor qualidade de vida aos servidores. Dispõe de serviço de telemedicina nas áreas da Cardiologia e Tomografia. Tem serviço de hemodiálise com capacidade para até 60 sessões mês.

O anseio atual do HRTM é pelo Protocolo junto ao Ministério da Saúde para que o Hospital possa receber a Certificação de Hospital Escola. Apesar de sugerido desde o início do Curso que o HRTM viesse a ser o Hospital de Ensino ou Hospital Escola para o Curso de Medicina da UERN por ser este hospital geral, estadual e de referência regional, mesmo assim ainda não preenche os requisitos determinados pelo MEC e MS necessários à certificação de Hospital Escola. Até o momento não foi requisitado pela Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Norte o título referência para aquele hospital se transformar em Certificado como Hospital de Ensino. O hospital dispõe, para ocupação imediata, de 9 leitos de UTI e 101 leitos para clínica e cirurgia.

Localização:

Hospital Regional Dr. Tarcísio Maia

Rua Projetada, S/N - Bairro: Aeroporto - Mossoró / RN.

Fone: (84) 3315.3416

5.1.4.2.2. Hospital Rafael Fernandes

O Hospital Rafael Fernandes foi fundado em julho de 1990. É especializado em doenças infectocontagiosas sendo referência no tratamento da AIDS, hanseníase e tuberculose, para toda a região do Oeste potiguar. O Hospital dispõe hoje do atendimento Hospital-dia, no qual o paciente soropositivo é tratado durante o dia e retorna para sua casa à noite.

O hospital tem como clientela e adultos e crianças, oferecendo serviços de: Ambulatório; Cardiologia; Comissão de Infecção Hospitalar; Dermatologia; Enfermagem; Esterilização; Farmácia; Nutrição; Odontologia; Pediatria; Psicologia, Psiquiatria; Serviço Social, Ginecologia e Tisiologia. Em sua estrutura dispõe de 52 leitos, com uma sala para procedimentos de pequenas cirurgias (biópsias, pacientes internados e de ambulatório), e atende aproximadamente 850 pacientes por mês. Compõem os serviços de apoio ao diagnóstico: colposcopia, eletrocardiograma, laboratório e radiologia com um equipamento de 100 a 500 ma. Tendo ainda os serviços de Endoscopia e Ultrassom terceirizados, perfazendo um total médio de 2.200 exames por mês. Dispõe ainda dos equipamentos imprescindíveis para uma unidade hospitalar: Desfibrilador - 01; monitor com ECG - 02; Reanimador Pulmonar – 01; Respirador/Ventilador - 01. O Hospital dispõe de 01 ambulância.

A média diária de atendimento é de 20 pacientes portadores de doenças sexualmente transmissíveis (DST's) e AIDS. Nesses dois casos, há aproximadamente 850 pacientes cadastrados no hospital. Já no hospital-dia, que atende exclusivamente casos de pacientes portadores de HIV, é registrada a média de dois atendimentos diários e 11 internamentos mensais. Hoje dispõe de 16 leitos hospitalares.

O serviço de Nutrição e Dietética serve mensalmente uma média de 5.900 refeições. Também manipula dietas enterais, de aproximadamente 610 unidades por mês. O serviço de Lavanderia hospitalar é próprio e em prédio separado do bloco hospitalar.

Localização:

Rua Juvenal Lamartine, 03

Santo Antônio – Mossoró/RN

Fone: (84) 3315.3480 / 3486 / 3516

5.1.4.2.3. Casa de Saúde São Camilo de Lellis

Hospital de assistência psiquiátrica, com 160 leitos, em 2008 foi passado do setor privado para o poder público municipal e mantém relação com Centros de Atenção Psicossocial - CAPs, criados para ressocialização de usuários do sistema de saúde mental.

Tem como finalidade:

- 1 – Prestar assistência médico-hospitalar a quantos procurem seus serviços, sem distinção de quaisquer espécies, seja de raça, cor, sexo, língua, opinião política, origem nacional, riqueza ou qualquer outra condição.

2 – atender o triplice da psiquiatria contemporânea efetuando atividades no campo das sonantes com as determinações dos órgãos governamentais especializados.

3 – colaborar com o setor educacional no campo da saúde mental, assistindo às escolas de nível superior e médio, isento de qualquer objetivo de lucro.

Características:

a) Hospital horizontal, pavilhonar. Com área de superior a 10 mil metros quadrados, situado no Bairro Novo Betânia, dividido em unidades, onde os pacientes são setorizados por gravidade dos sintomas.

B) oferece assistência em regime ambulatorial, de urgência, internações e semi-internações. Utilizam tratamentos Farmacoterápicos, psicoterápicos, biológicos, relax, terapias ocupacionais (auto expressivas, motoras e sociais e assistência religiosa).

c) Mantém engajamento com os alcoólicos anônimos, Universidade Rural do Semiárido, UERN, Escola de Educação Física e Profissionalizante Elizeu Viana. Possui 160 leitos.

Localização

Casa de Saúde São Camilo de Lellis

Rua Manoel Cristino de Moraes, 123 - Nova Betânia

CEP: 59611-380 - Mossoró - RN

Tel: (84) 3316-1166 / 3314-2080 (fax).

5.1.4.2.4. Hospital da Mulher “Parteira Maria Correia”

Hospital de natureza obstétrica, estadual, tem sido apontado como sede de UTI neonatal. Atualmente, enfrenta crise administrativa na cidade de Mossoró e possui 53 leitos para internação. O Hospital não forneceu informações sobre o seu funcionamento em tempo hábil para ser inserido neste PPC.

Localização:

Hospital da Mulher “Parteira Maria Correia”

Rua Francisco Bessa, 168 – Nova Betânea

CEP 59612-207 – Mossoró – RN

Tel: (84) 3317-6073.

5.1.4.2.5. Hospital Regional da Polícia Militar

O Hospital Regional da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, com sede na cidade de Mossoró, foi inaugurado no dia 28 de agosto de 1977, funciona como hospital geral e obstétrico e é conveniado como campo de estágio para UERN. O hospital atende pelo sistema SUS, e não só a comunidade militar. O atendimento se estende à comunidade em geral. Oferece serviços de ambulatório nas especialidades de Clínica Médica, Neurologia, Oftalmologia, Ginecologia e Obstetrícia, Pediatria, Psicologia, Serviço Social e serviço de atendimento odontológico que também é direcionado à população, com três cirurgiões-dentistas. Possui 19 leitos hospitalares.

5.1.4.2.6 Hospital da Solidariedade

O Hospital da Solidariedade da Liga Mossoroense de Estudos e Combate ao Câncer (LMECC) é uma unidade hospitalar resultado de uma luta de anos encabeçada pelo oncologista Cure de Medeiros e fruto da parceria do poder público, da iniciativa privada e de voluntários, que através de doações, viabilizaram a construção do Hospital, em Mossoró e a aquisição de equipamentos. Teve inauguração e credenciamento com o SUS em outubro de 2013.

A estrutura da unidade está preparada para atender pacientes do município e de mais 64 cidades da mesorregião Oeste do Estado, representando uma cobertura populacional de 810 mil pessoas.

5.1.4.2.7 APAMI

Hospital da Associação de Assistência e Proteção a Maternidade e a Infância, em Mossoró, possui leitos hospitalares, mas não nos forneceu, em dados, os quantitativos necessários à caracterização neste PPC em tempo hábil.

5.1.4.2.8 Hospital Wilson Rosado

O Hospital Wilson Rosado dispõe de instalações de hospital geral, equipamentos laboratoriais e de imagem além de equipe de profissionais de saúde. É Hospital geral e também possui os seguintes serviços: Ecocardiografia, Videolaparoscopia, Radiologia Geral, Análises Clínicas, Eletrocardiografia, Ergometria, Ultrassonografia. É pactuado como campo de ensino-aprendizagem para UERN, sobretudo em Imagem (radiologia e ultrassonografia). É Hospital geral e de urgência. Possui 105 leitos.

Localização:

Rua Dr. João Marcelino, 429 - Santo Antônio - Mossoró – RN.

5.1.4.2.9 Centro de Hematologia e Oncologia de Mossoró

O Centro de Oncologia e Hematologia de Mossoró (COHM) buscou credenciamento junto ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti). O órgão solicitou cinco bolsas nessa modalidade e lançará edital para o preenchimento das vagas, o que incentiva o desenvolvimento da pesquisa junto aos alunos e professores das Instituições de Ensino Superior local. Serão cinco bolsas de estudo com duração de 12 meses, no valor de R\$ 400, para alunos matriculados em cursos de graduação das universidades. As ofertas serão nas áreas de Tecnologia e Saúde, preferencialmente em áreas relacionadas à oncologia. Deverá trabalhar em conjunto com o Hospital da Solidariedade.

O COHM já conta com parceria do CNPq desde 2010, quando começou a participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), que também disponibiliza bolsas de estudo para estudantes de graduação. Existe quatro bolsas Pibic e o Centro disponibilizará nove, a partir da aprovação no CNPq. No Pibic, as bolsas são acadêmicas e no Pibiti, as pesquisas são realizadas na própria empresa. Funciona com 52 leitos.

Localização:

Rua Dr. João Marcelino, 429 – Santo Antônio – Mossoró/RN

Fone: (84) 3314-1949

5.1.4.3 Saúde do Trabalhador - CEREST

O Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador – CEREST constitui um polo irradiador da cultura especializada, subtendida na relação processo de trabalho x processo saúde/doença, assumindo a função de suporte técnico e científico deste campo do conhecimento. Suas ações devem estar articuladas aos demais serviços da rede SUS, orientando-os e fornecendo retaguarda às suas práticas, de forma que os agravos à saúde relacionados ao trabalho possam ser atendidos em todos os níveis de atenção do SUS, de forma integral e hierarquizada.

O CEREST assume, ainda, a função de monitoramento e avaliação da rede de serviços sentinela para a saúde do trabalhador no Estado; implementação de práticas conjuntas de intervenção Inter setorial, incluindo a vigilância dos ambientes, processo e organização do trabalho; capacitação de recursos humanos; desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de saúde e meio ambiente do trabalho; monitoramento e avaliação dos CEREST Regionais; além de exercer um importante papel na organização e estruturação da assistência de média e alta complexidade do Estado.

Há três tipos de habilitação para implantação dos CEREST: de abrangência estadual, regional e municipal (Portaria 2728/GM/MS de 2009). No Rio Grande do Norte, existem atualmente quatro CEREST, um Estadual e três Regionais. O Centro de Referência em Saúde do Trabalhador Estadual foi habilitado pela Portaria N° 135/GM/MS, em 2004. No mesmo ano, foi habilitado pela Portaria 455/GS/MS, o CEREST da Regional Metropolitana, sediado em Natal e sob a gestão da Secretaria Municipal de Saúde, o qual abrange 05 municípios. Em 2006, foram habilitados pela Portaria N° 653/GS/MS os CEREST das Regionais de Mossoró, que abrange 27 municípios, e Caicó, que abrange 25 municípios.

Em 22 de outubro de 2007, através da Portaria N° 306/GS foi instituída a Rede Sentinela no Rio Grande do Norte, que é composta por unidades de saúde, incluindo serviços de Pronto Atendimento, CAPS, CEREST Regional, Hospital Psiquiátrico e demais unidades com serviços especializados, cuja responsabilidade é diagnosticar, notificar e tratar casos confirmados de doenças e/ou acidentes relacionadas ao trabalho. A rede sentinela atualmente é composta por 51 unidades.

A Política Municipal em Saúde do Trabalhador de Mossoró/RN conta hoje com cinco unidades sentinelas:

- ✓ Hospital Regional Dr. Tarcísio de Vasconcelos Maia
- ✓ Centro de Oncologia e Hematologia
- ✓ Unidade de Pronto Atendimento – UPA – Rua Mariazinha Mendes
- ✓ Unidade de Pronto Atendimento – UPA – Conchecita Ciarlini
- ✓ CEREST Regional de Mossoró

O processo de encaminhamentos dos trabalhadores se dá a partir das UBS, UPA, Hospitais Públicos, Sindicatos, Empresas e ONG's.

O CEREST estadual atua segundo o princípio da desconcentração de ações que são desenvolvidas pelas regionais de saúde - URSAP, sediadas nos municípios de São José do Mipibú, Mossoró, João Câmara, Caicó, Santa Cruz e Pau dos Ferros. Os técnicos responsáveis atuam em unidades especializadas denominadas Núcleos Regionais de Saúde do Trabalhador - NURSAT, cuja missão é desenvolver as ações de Saúde do Trabalhador na região.

5.1.4.3.1 CEREST Mossoró

CARACTERIZAÇÃO

CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL – CEREST MOSSORÓ	
Cadastro Nacional do Estabelecimento de Saúde (CNES)	5040892
Portaria de Habilitação pela RENAST	Portaria 455 de 27 de agosto de 2004.
Endereço	Rua Juvenal Lamartine, SN – Santo Antônio.
Contatos	(084) 3315-2523 / 3315-1626 / cerestmossoro@yahoo.com.br
Municípios de abrangência	Porto do Mangue, Angicos, Fernando Pedrosa, Pendências, Messias Targino, Patu, Janduís, Triunfo Potiguar, Campo Grande, Carnaubais, Alto do Rodrigues, Assú, Ipanguaçu, Itajá, Parau, São Rafael, Tibau, Baraúna, Mossoró, Grossos, Areia Branca, Serra do Mel, Governador Dix-sept Rosado, Felipe Guerra, Apodi, Upanema, Caraúbas.
Equipe Técnica	02 Enfermeiros do Trabalho, 01 Técnico de Segurança, 01 Técnico de Enfermagem, 01 Engenheiro de Segurança, 01 Assistente Social, 01 Fonoaudiólogo, 01 Técnico de Nível Ocupacional.

Serviços Assistenciais Oferecidos	Enfermagem do Trabalho, Assistência Social, Fonoaudiologia.
Demais Serviços	Vigilância Epidemiológica Promoção em Saúde do Trabalhador Interinstitucionalidade Capacitação dos profissionais do CEREST e da rede de serviços (Atenção Básica, Média e Alta complexidade)

5.1.4.4 Saúde Pública em Mossoró

5.1.4.4.1 Estratégia Saúde da Família

O objetivo da Estratégia Saúde da Família é atuar na manutenção da saúde e na prevenção de doenças, alterando, assim, o modelo de saúde centrado em hospitais. Criado em 1993, o programam já atende mais de 103 milhões de brasileiros.

Os avanços na Estratégia Saúde da Família (ESF) existem, mas no RN sobram deficiências e reclamações. Faltam qualificação e eficiência. ESF (ex-PSF), em Mossoró, com 60 equipes ainda é subdimensionada para as necessidades locais. Juntos, os municípios de Apodi, Currais Novos, Caicó, Parnamirim, Mossoró, Macaíba, São Gonçalo do Amarante e Natal ainda poderiam implantar 224 equipes de Saúde da Família, segundo a informações disponíveis no site do Departamento de Atenção Básica, do Ministério da Saúde (DAB). Mossoró apresentou uma cobertura populacional acompanhada de 82,47%, com uma população total de 191.496 habitantes cadastrados neste modelo, sendo 44.348 famílias mossoroenses atendidas por 60 equipes de ESF e 59 de saúde bucal. Há 61.104 famílias estimadas (89,84%), que estão cadastradas no Sistema Informação da Atenção Básica - SIAB. No Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e ESF, o município apresenta um percentual de cobertura de 96,35%, atendendo a uma população de 226.975 habitantes, distribuída em 59.110 famílias cadastradas.

5.1.5 Outros Programas Estratégicos públicos em Mossoró

São programas ligados ao SUS: Saúde da Criança, Saúde da Mulher, Programa

de Atenção ao Pré-Natal, Programa de Planejamento Familiar, Programa de Prevenção do Câncer Uterino e Detecção Precoce do Câncer de Mama, Programa de Hipertensão e Diabetes Mellitus, Programa DST/AIDS, Atendimento Pré-hospitalar e de Urgência e Emergência, Transporte Social, Saúde Mental, Assistência Farmacêutica.

5.1.6 Situação de Recursos Humanos (estadual e municipal) em Mossoró

Recursos humanos na área da saúde ainda é subdimensionado para a realidade e necessidades de saúde da região.

5.1.7 Qualificação de Recursos Humanos em Mossoró - PROGESUS

A Gerência Executiva da Saúde de Mossoró reconhece a importância de iniciativas que propiciem melhorias em relação à gestão, à formação e ao desenvolvimento do trabalho no SUS, acreditando que tais ações são importantes para que o Município possa se organizar como autoridade sanitária e assumir, de forma eficiente e ágil, as funções indelegáveis que lhe cabem. Habilitou-se a receber um incentivo para implantar o Programa de Qualificação e Estruturação da Gestão do Trabalho e da Educação no Sistema Único de Saúde – PROGESUS, criado pela Portaria Nº 2.261 de 22 de setembro de 2006 e foi contemplado na Etapa II, com 1.989 Postos de Trabalhos Públicos, com recursos aplicados, exclusivamente, na implantação ou no fortalecimento dos Setores de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Os profissionais da área da saúde, ainda subdimensionados para a região, necessitam de uma política de qualificação e capacitação eficaz.

6. JUSTIFICATIVAS

6.1 Justificativa para criação e para a permanência do Curso de Medicina da UERN

O Curso de Medicina da UERN, dúvida alguma deve haver, vem preencher uma lacuna nas questões relativas à saúde-doença da região Oeste Potiguar, de modo que

representa um avanço do Governo Estadual em prol do desenvolvimento do Rio Grande do Norte, da melhoria das condições de vida de sua população, adequando as condições de saúde à realidade loco-regional.

O entendimento é que o processo de formação médica assume características condizentes com o perfil do profissional desejado, em que se possam destacar:

- ✓ utilização de novos espaços e modelos pedagógicos aplicáveis ao ensino médico;
- ✓ conteúdos pertinentes à realidade loco-regional e nacional, com ênfase na geopatologia brasileira e na análise do binômio agressão-resposta;
- ✓ conteúdos interligados ao conhecimento em Saúde Pública;
- ✓ conteúdos de natureza ético-humanística voltados para formação do médico enquanto cidadão e para sua atuação em sociedade;
- ✓ pedagogia da convergência, com ensino integrado básico e profissionalizante, com suas correlações clínicas desde o início do curso;
- ✓ fundamentação teórica adequada ao desenvolvimento de atividades práticas;
- ✓ flexibilidade da sua estrutura curricular complementar;
- ✓ oferta de componentes curricular distribuídas nos turnos matutino, vespertino e noturno;
- ✓ carga horária de 9.690 horas, compatível com as necessidades de formação do médico generalista prevista pelo Ministério da Educação (MEC);
- ✓ participação discente em atividades de pesquisa e extensão;
- ✓ produção científica incluindo o TCC; e
- ✓ avaliação discente formativa e somativa.

Os documentos legais aplicáveis ao funcionamento de um Curso de Medicina, entre os quais o Plano Nacional de Educação, exigem a preparação de um médico com formação geral e com perfil que atenda às necessidades internas do País. Dentre os documentos consultados amíude para a construção deste PCC (até 2012.2) e o RCG/UERN (2013), alguns destes constam no rol de anexos deste PPC. Citamos:

- ✓ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 20.12.1996.
- ✓ Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Medicina (anexo);
- ✓ Recomendações do MEC para as Escolas Médicas;
- ✓ Parecer da CES/CNE Nº 583/01;
- ✓ Regimento dos Internatos I, II, III e IV (anexo);
- ✓ Lei nº 11.788/2008 de 25.09. 2008 – MEC, que regulamenta Estágios;

- ✓ Resolução Nº 01/2012-CEE/CES/RN, de 01.08.2012, para reconhecimento e renovação de Cursos de Graduação Superior/RN (anexo);
- ✓ Recomendações do Conselho Estadual de Educação para o Curso de Medicina da FACS-UERN (2011).

Este PPC é flexível e oferece possibilidades para que o aluno integralize além dos conteúdos obrigatórios, disciplinas optativas que atendam às suas necessidades e aspirações individuais, lhe permita desenvolver uma prática médica nos níveis primário, secundário e terciário de atendimento em saúde e adequados ao SUS e que lhe possibilite a convivência com equipes multiprofissionais nos Serviços de Atenção à Saúde. Essa convivência deverá ocorrer em todos os cenários onde se trabalhe a saúde e não exclusivamente em hospitais. O PPC deve fornecer ao aluno a possibilidade de complementar o seu currículo de forma individualizada e aberta, seja por matrículas em disciplinas optativas (disciplinas optativas de cursos existentes no âmbito da UERN e citados neste PPC) ou por inscrição em atividades complementares como participação em atividades de iniciação científica, cursos de extensão ou eventos ligados às sociedades de especialidades médicas, às associações de classe e Ligas Acadêmicas, entre outros citados ao longo do PPC. Por igual, deve possibilitar a realização de atividades complementares enquanto dos muitos exercícios práticos da medicina, conforme demanda o ensino médico, inclusive plantões no SUS e em acordo com a Estrutura Curricular deste curso.

Além do incentivo à flexibilização curricular, na formação do médico generalista da UERN, há que valorizar a base ético-humanística. O dimensionamento do processo formativo do médico se volta para novas propostas pedagógicas que possibilitam o conhecimento contextualizado, sobretudo *o aprender a aprender* (UNESCO, 1999). Este PPC, embora não esteja comprometida em formar precocemente o especialista, aponta para uma visão ampla da medicina, o que permite ao aluno, ao final do curso, optar por qualquer área do conhecimento médico e continuar os estudos em áreas específicas do conhecimento, ou aprofundar-se na sua formação de médico geral apto para o mercado de trabalho. Pretende-se, que o profissional formado pela UERN seja competente e capacitado a preservar, tratar, reabilitar e garantir a saúde como bem-estar físico, psíquico e socioambiental, com base em princípios humanísticos e éticos, com proposta pedagógica centrada no aluno e foco no paciente como ser biopsicossocial.

6.1.1 Justificativa da Pertinência e da Relevância do Curso nas Dimensões Acadêmica e Social

Consoante o parecer ProEg-UERN que contempla este PPC, a adequação do curso às demandas do mundo do trabalho e a áreas de tradição científica perpassa pela formação do trabalhador da saúde e pelo SUS. O PPC não é pautado sobre o paradigma hegemônico da saúde centrado no modelo biomédico, mas avança na perspectiva de uma formação em medicina que defende a saúde como direito do cidadão e contribui com a consolidação dos princípios e diretrizes do SUS, centrado na atenção integral, equânime e universal da saúde e de tudo que reduza desigualdades sociais envolvidas no processo saúde-doença. De acordo com a política nacional de saúde e com base no Programa Mais Médicos, espera-se que os fomentos dirigidos as IES que contemplam tais anseios nacionais destinem benefícios para UERN enquanto formadora de recursos humanos também para saúde.

Na construção deste PPC, as ementas e conteúdos programáticos do curso tem orientação nas Políticas Nacionais de Saúde, nas Políticas de Formação e Desenvolvimento para o SUS e mais recentemente, no contexto do Programa Mais Médicos, também voltados para o SUS. Nesse contexto, as DCN's para Curso de Graduação de Medicina define o perfil do egresso como:

Art. 3º (...) uma formação generalista, humanista, crítica e reflexiva. Capacitado a atuar, pautado em princípios éticos, no processo de saúde-doença em seus diferentes níveis de atenção, com ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação à saúde, na perspectiva da integralidade da assistência, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano (BRASIL, 2001, p.1).

A gestão do curso de graduação em medicina, orientado pelo PPC, garante a inserção do aluno desde o início do curso no SUS afim de que possa pensar e produzir conhecimento, desenvolver práticas coerentes com o processo de trabalho médico diante das necessidades sociais, tornando-se possível, portanto, pensar em competências gerais com base na atenção à saúde, tomada de decisões, comunicação, liderança, administração e gerenciamento, além de cuidados com a educação permanente do egresso.

O conhecimento, competências e habilidades específicas perpassam por uma visão do papel social do médico e assim incentivae a atuação do egresso em: atividades de

política e de planejamento em saúde; o reconhecimento da saúde como direito e garantia da integralidade da assistência mediante compreensão e domínio da propedêutica médica, diagnóstico, prognóstico e conduta terapêutica nas doenças que acometem o ser humano em todas as fases dos ciclos de vida; utilização de recursos semiológicos e terapêuticos para atenção integral à saúde; realização com proficiência da anamnese e a consequente construção da história clínica, bem como domínio do exame físico (BRASIL, 2001) que apontam para a construção de um processo ensino-aprendizagem de qualidade pautado no ensino-serviço.

Definir competências e habilidades para o perfil do médico generalista exige condições estruturais mínimas, recursos humanos comprometidos e o exercício de práticas fundamentadas nos princípios formativos articulado de teoria e prática. A flexibilização, contextualização, democratização e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (UERN, 2013), garantem, portanto, uma formação cidadã comprometida com o SUS. Na articulação ensino-pesquisa-extensão, na graduação, envolve-se simultaneamente atores enquanto componentes individuais e o apoio logístico da estrutura institucional que garanta a execução do projeto. O Curso de Medicina precisa estar articulado às necessidades sociais do atual mundo do trabalho, compreendendo, portanto, que o trabalho médico em saúde deve ter por base o SUS, o movimento organizado dos trabalhadores em saúde e possibilitar a produção de conhecimentos articulada às necessidades sociais local regional e nacional. O curso de Medicina da UERN vivencia um processo de consolidação de sua qualidade que expressa o compromisso de uma formação ético-política e que contribui para a construção do direito à saúde da população brasileira. Esse processo de formação permeia muito mais que uma infraestrutura adequada, pois é por meio do PPC e de recursos humanos comprometidos que se traduz a formação médica transformadora e torna possível ações em saúde, intervenções sociais no processo saúde-doença, reduzindo assim a exclusão social em saúde.

O contexto social atual mantém fora da universidade mais de 80% do contingente de jovens egressos do ensino médio e da faixa etária para ingresso no ensino superior. Em medicina, a UERN respondeu a uma parcela pequena desta demanda com a aprovação pelo CONSEPE-UERN (2013) do aumento de vagas destinadas ao PSVI de 26 para 60 vagas ofertadas já a partir de 2014 e distribuídas em 30 vagas por semestre.

7. OBJETIVOS DO CURSO

O Curso de Medicina da UERN visa à aplicação dos conhecimentos das ciências da saúde de forma contextualizada, com ênfase na saúde, no método clínico (semiologia) e no uso apropriado da tecnologia na solução dos problemas do processo saúde-doença, de forma hierarquizada, tendo como referência a assistência no SUS. Deve propiciar uma ampla visão do ser humano integrado à natureza, e o médico egresso deve exercer as suas atividades com todo o rigor da ética médica, a fim de desenvolver o sentimento de respeito e de disponibilidade para sua profissão. Objetiva a formação do médico generalista, com conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para promover a saúde, prevenir e tratar a doença, reabilitar a incapacidade. O egresso deve se apoiar nos pilares para a educação do Século XXI: aprender a conviver, aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender a ser (UNESCO, 1999).

O Curso de Medicina da UERN formará médicos com capacidade para compreender os indivíduos e as comunidades urbanas e rurais no campo da medicina e da vida e intervir em suas necessidades de saúde visando a redução dos danos e ampliação da autonomia social. Deverá organizar e promover estudos e pesquisas voltados para temáticas que ensejem uma articulação interdisciplinar e multidisciplinar; refletir sobre a sociedade na qual irá atuar; buscar a sua formação continuada; manter vínculos de comunicação ainda que virtual com o aparelho formador de modo a manter a prática avaliativa e de seguimento de egressos como procedimento contínuo de revisão de metas e correção de desvios para subsidiar revisão periódica do PPC.

7.1. Objetivo geral das cinco grandes áreas do conhecimento médico

O curso de medicina, no seu PPC, aponta para cinco grandes áreas do conhecimento médico: saúde coletiva, clínica médica, clínica cirúrgica, tocoginecologia e pediatria, cujo objetivo geral é a formação do médico generalista voltado para as necessidades do SUS, com competências e habilidades para manter a integridade física e mental do ser humano, para compreender e intervir nos agravos do processo saúde-doença buscando resolutividade; minimizar desníveis sociais em saúde; reintegrar o indivíduo egresso do processo saúde-doença na sociedade e no trabalho; e buscar a melhoria das condições de vida da população.

No contexto dessas grandes áreas do conhecimento médico são apontados objetivos de maior especificidade e melhor definidos como objetivos específicos.

7.2 Dos objetivos específicos das cinco grandes áreas do conhecimento médico

As cinco grandes áreas do conhecimento médico foram agrupadas por conteúdos afins e nelas estão apontados objetivos bem específicos, que se seguem nos subitens.

7.2.1 Objetivos Específicos das Disciplinas Básicas da Medicina:

- I. Descrever o desenvolvimento, a estrutura e a função dos órgãos e sistemas, indicando-lhes o relacionamento morfofuncional, de forma a possibilitar a correlação com dados fisiopatológicos;
- II. indicar as principais causas de agressão a órgãos e sistemas por agentes biológicos, físicos, químicos, descrevendo a sequência de alterações por eles produzidas e relacionando-as à clínica;
- III. descrever o mecanismo de ação das principais substâncias que atuam nos sistemas orgânicos, e as bases farmacológicas da terapêutica clínica;
- IV. reconhecer um segmento anatômico como parte de um corpo e, no seu conjunto, fazer correlações em anatomia radiológica (imagenologia) e anatomia aplicada;
- V. manipular instrumentos de estimulação e registro de eventos fisiológicos (mecânicos, elétricos e eletrônicos);
- VI. capacitar para a utilização de instrumentos usados em laboratórios (balanças, centrífugas, pHmetros, colorímetros, contadores de radiação, microscópios, aparelhos de eletroforese e cromatografia);
- VII. conhecer os serviços do SUS.

7.2.2 Objetivos Específicos das Disciplinas Profissionalizante Fundamentais e Especializadas da Medicina

Disciplinas fundamentais:

- I. Capacitar para o diagnóstico das condições de saúde e das condições clínicas das doenças mais frequentes nas populações urbanas e rurais;
- II. alertar para a conveniência do diagnóstico precoce e o seu reconhecimento; capacitar para a aplicação dos recursos terapêuticos nas condições clínicas mais frequentes;
- III. habilitar para o reconhecimento e tratamento das condições de emergência;
- IV. desenvolver uma visão global integralizada entre os conhecimentos básicos que permitam apreender as interrelações das clínicas fundamentais.

Disciplinas especializadas:

- I. Capacitar para o reconhecimento da saúde e dos quadros clínicos das doenças mais comuns nas diversas especialidades médicas;
- II. reconhecer os sintomas e sinais observados nos vários segmentos do corpo e interpretar as interações e retroações entre as partes e o todo;
- III. alertar para a conveniência do diagnóstico precoce;
- IV. capacitar para o emprego de recursos terapêuticos adequados;
- V. oportunizar o reconhecimento de doenças de maior complexidade e os meios de referência a serviços secundários ou terciários de atenção à saúde;
- VI. habilitar para o reconhecimento das condições de emergência e seu pronto atendimento;
- VII. inserir os alunos nos serviços de assistência especializadas do SUS.

7.2.3 Objetivos específicos do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC)

- I. Capacitar para desenvolver a cultura ético-humanística e científica;
- II. fomentar o sentido de cidadania, sociedade civil e democracia a partir de conhecimento científico;
- III. aprender a conviver, conhecer, fazer e ser, de modo a facilitar-lhe a atuação como médico em sociedade;

- IV. motivar a construção de um currículo que atenda às aspirações individuais do aluno; motivar o hábito da leitura e investigação;
- V. motivar o aprender a aprender e incentivar o estudo continuado;
- VI. desenvolver a capacidade de observação, indagação e do espírito científico;
- VII. produzir conhecimento.

7.2.4 Objetivos específicos dos estágios (Internatos)

- I. Aplicação prática de conhecimentos e exercício da assistência e do reconhecimento da saúde e dos quadros clínicos das doenças mais comuns nas diversas especialidades médicas;
- II. aplicação prática do conhecimento e o exercício do reconhecimento dos sintomas e sinais observados nos vários segmentos do corpo e interpretando as interações e retroações entre as partes e o todo;
- III. alertar para a conveniência do diagnóstico precoce;
- IV. capacitar para o emprego de recursos terapêuticos adequados e hierarquizados em saúde;
- V. oportunizar o reconhecimento de doenças de maior complexidade e os meios de referência a serviços secundários ou terciários de atenção à saúde;
- VI. habilitar para o reconhecimento das condições de emergência e seu pronto atendimento buscando resolutividade.

7.2.5 Objetivos específicos das atividades complementares

- I. Desenvolver a noção de integração do indivíduo, saudável ou doente no ambiente familiar ou comunitário;
- II. conhecer os problemas essenciais do ser humano e as suas entidades multidimensionais;
- III. desenvolver em campo atividades de prevenção da doença e promoção da saúde;
- IV. avaliar, criticamente, o enfoque psicodinâmico das doenças, de acordo com o conceito de integração psicossomática e social;
- V. enfatizar as principais doenças loco regionais salientando os aspectos

ecológicos e epidemiológicos;

VI. fornecer conhecimentos sobre as causas das doenças, os mecanismos de agressão e defesa, a correlação clínico-patológica, a história natural das doenças e seu prognóstico;

VII. acompanhar e assistir processos de saúde-doença em situação de urgências e emergências nas grandes áreas da medicina;

VII. treinar a assistência em regime de plantões nos serviços SUS;

VIII. inserir o ensino-serviço no SUS.

7.2.6 Objetivos específicos dos componentes curriculares optativos

I. Fornecer conhecimentos diversificados do processo saúde-doença;

II. desenvolver a comunicação e os interrelacionamentos individuais e coletivos de forma multiprofissional;

III. fomentar a flexibilização curricular individual e de interesse do aluno;

IV. atender a interesses próprios de cada aluno na elaboração do seu próprio currículo;

V. buscar conhecimentos não necessariamente da área médica mas adquirir cultura em geral.

8. FORMAS DE INGRESSO

O preenchimento das 60 (sessenta) vagas iniciais das turmas do curso de medicina para 2014, ocorrerá mediante a aprovação de candidatos no PSVI, realizado anualmente pela UERN. A Resolução nº 027/2003-CONSEPE estabeleceu normas para o preenchimento de Vagas Não Iniciais Disponíveis (VNI), atualizada pelo Ad Referendum Nº 13/2013/CONSEPE que regulamenta os cursos de graduação e que vigora desde 23 de setembro de 2013, como RCG/UERN (2013). Dispõe sobre formas de ingresso regular e especial no ensino de graduação e sobre transferência escolar *ex-officio* de servidores públicos federais ou estaduais civis ou militares, para Cursos de Graduação da UERN.

Já aprovado pelo CONSEPE, serão ofertadas 60(sessenta) vagas iniciais, mediante PSVI único com duas entradas semestrais de 30 (trinta) alunos em cada entrada para

curso de graduação em medicina.

8.1 Sobre Vagas Não Iniciais Disponíveis (VNI)

A oferta de Vagas Não Iniciais Disponíveis (VNI), conforme trata o RCG/UERN (2013), ocorreu em tempo oportuno, solicitado pelo DCB, de modo a acomodar os corpos discente e docente às exigências de qualidade do curso. Vem ocorrendo desde 2012.2 a fim de atender à sociedade e a relevância social de oferta de mais vagas para o curso de medicina, que assim disponibilizou as VNI existentes desde o início do Curso de medicina para 2013.1. Estas vagas ofertadas foram decorrentes de transferências, desistências e desligamentos compulsórios de matriculados do curso de medicina durante toda sua implantação e continuarão a ocorrer anualmente, após a conclusão da matrícula curricular do segundo semestre para ingresso no primeiro ou no segundo período do ano seguinte. O número de VNI é calculado pela Diretoria de Registro e Controle Acadêmico – DIRCA/PROEG, e comunicado em edital específico. A análise dos processos de VNI é feita por comissão interna da FACS conforme normativas do edital.

9. ESTRUTURA GERAL DO CURSO

A garantia do padrão de qualidade do Curso de Graduação em medicina se faz quando se consegue combinar os 3 eixos:

- ✓ infraestrutura que assegure o desenvolvimento e a continuidade dos múltiplos processos inerentes à formação profissional;
- ✓ projeto pedagógico de curso que garanta a formação de profissionais voltados para as transformações sociais e não apenas de interesse do mercado;
- ✓ recursos humanos (docentes, discentes e técnico-administrativos em seus diversos níveis de formação).

9.1. Infraestrutura geral da FACS e do DCB para o funcionamento do Curso de Medicina

Em atendimento ao disposto nos Diplomas Jurídicos Legais emanados dos Colegiados Superiores e dos organismos de reconhecimento, acompanhamento do curso e renovação de reconhecimento, o curso de medicina terá a infraestrutura ampliada conforme planejamento institucional e cronograma de investimentos contido no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o desenvolvimento das atividades acadêmicas se dará sob vigilância do NDE e a administração acadêmica seguirá o RCG/UERN (2013).

Pertencendo a UERN à Administração Pública Estadual, com *status* jurídico de Fundação Pública de Direito Público, obriga-se o Estado do Rio Grande do Norte ao movimento dos recursos orçamentários e financeiros para fazer frente aos investimentos em implantação e manutenção da estrutura do Curso de Medicina, inserido no Departamento de Ciências Biomédicas (DCB) da Faculdade de Ciências da Saúde (FACS) UERN.

Considerou-se que tanto a implantação da FACS quanto a implantação gradativa do Curso de Medicina deu-se de acordo com o cronograma previsto ao longo dos sete primeiros anos do curso e os investimentos do Estado em infraestrutura foram diluídos naqueles prazos. O Governo do Estado inseriu no Orçamento da UERN, no Ano Fiscal de 2002, ainda antes da conclusão do primeiro Projeto Pedagógico do Curso, a verba suplementar que garantiu a construção da primeira edificação da FACS, ainda em 2003. Em 2009 foi construída nova estrutura física com três pavimentos, anexa à edificação existente, que encontra-se em fase de ocupação progressiva em função das dificuldades e adequações orçamentárias do provedor estatal, no intervalo 2009-2013, para a sua completa ocupação e funcionamento, inclusive quanto à finalização da acessibilidade e a inclusão digital.

9.1.1 Infraestrutura conveniada com a FACS-UERN

O *Campus* Central da UERN, com sede em Mossoró, localiza-se no bairro Costa e Silva, na Região Leste da Cidade, abrigando todos os cursos de graduação e de pós-graduação, exceto o Curso de Enfermagem, que funciona no centro da Cidade e a FACS, que funciona no Bairro Aeroporto, vizinho ao Hospital Regional Dr. Tarcísio de Vasconcelos Maia (HRTM). A FACS não dispõe de serviços próprios de saúde, senão os ambulatorios conveniados com o SUS.

A infraestrutura hospitalar de saúde que apoia a FACS é a rede municipal e estadual, em Mossoró, composta basicamente por hospitais públicos, hospitais privados e filantrópicos de atendimento à saúde e conveniados com o SUS e com a FACS.

Geograficamente, todos os hospitais da cidade como a maior parcela da rede de atendimento, localizam-se na região Oeste da Cidade. As demais unidades do SUS, incluindo toda a rede da Atenção Básica, também são conveniadas com a UERN.

O HRTM, pertencente à Secretaria de Estado da Saúde Pública (SESAP), classificado como hospital público de referência para a Mesorregião Oeste Potiguar, localizado no bairro Aeroporto, apresenta perfil adequado para apoiar o Curso de Medicina da UERN, não só pela qualidade, quantidade e variedade de procedimentos médicos ali realizados, senão também por dispor de terreno adjacente com dimensão suficiente para ampliação da infraestrutura física, necessária ao funcionamento adequado de cursos da área da saúde.

O HRTM foi indicado como o hospital referência para o curso de medicina da UERN mas ainda não obteve sua qualificação e certificação, em sua plenitude, como hospital de ensino.

Na confluência dos bairros Centro e Santo Antônio, concentra-se a maioria dos hospitais da cidade de Mossoró. Num raio de quinhentos metros, estão localizados: o Complexo APAMIM, constituído pela Casa de Saúde Dix-Sept Rosado, Maternidade Almeida Castro e Hospital Infantil Cid Augusto e dos Hospitais Rafael Fernandes, Wilson Rosado e Duarte Filho. Completavam a rede hospitalar da cidade de Mossoró: a Casa de Saúde São Camilo de Lellis, especializada na área de psiquiatria e o Hospital Geral de Olhos, situados, respectivamente, nos Bairros de Nova Betânia e Santo Antônio. Atualmente se dispõe do Hospital da Mulher e do Centro de Oncologia e Hemoterapia dentre outros equipamentos em saúde.

O GECEM-UERN, durante a elaboração inicial do Projeto Pedagógico, em 2002, analisou a área e ponderou todas as variáveis e situações definidoras da localização geográfica para funcionamento do Curso de Medicina, definindo as adjacências do Hospital Regional Dr. Tarcísio Maia como área estratégica, inclusive pela facilidade de implantação e extensão da rede de informática, portanto, propício a sediar o Curso de Medicina da UERN.

O edifício da FACS foi construído em área adjacente ao Hospital Regional Tarcísio Maia, cuidando a Reitoria, junto ao Governo do Estado e do Município, da liberação burocrática do terreno, e viabilizando, junto ao Estado, da construção das primeiras instalações: administrativas, laboratórios, biblioteca, anfiteatros e demais estruturas necessárias ao funcionamento inicial do Curso, em 2004, sob a orientação do Projeto Pedagógico do Curso inicial. A Sede da FACS, inaugurada em 2004 e concluída em 2005,

atualmente encontra-se com algumas salas ambientadas e em funcionamento e outras em processo de ambientação. Com a construção deste bloco, com três pavimentos, a FACS abrigar novos laboratórios, salas de aula, salas de professores, salas de apoio e informática.

Diante da maior concentração de hospitais, supra nominados, no entorno da Praça Estêvão Dantas, e tendo em vista o futuro do Curso de Medicina da UERN junto à rede de hospitais especializados, recomenda-se a aquisição de um imóvel, seja terreno ou edificação pronta, nas proximidades da referida Praça, para instalação e base de apoio futura para a FACS.

A UERN, por não ter serviços próprios, fez parcerias e mantém convênios com hospitais públicos, privados e filantrópicos, com sede em Mossoró e em Natal como cenários de ensino-aprendizagem e campo de estágios, seja o estágio obrigatório, não obrigatório ou atividades de práticas não obrigatória. Também mantém convênios com o SUS em todos os seus níveis para apoio ao Curso de Medicina. Tem sido celebrado convênios fora do Estado, provocado por interesses docentes e discentes, em anexo consta a lista de Universidades conveniadas.

9.1.2 Infraestrutura da FACS para o Curso de Medicina

9.1.2.1 Infraestrutura Administrativa

Secretaria da FACS

- ✓ Área: 30 metros quadrados
- ✓ Recursos Humanos:
 - 1 secretária geral
 - 1 auxiliar de secretaria
 - 1 digitador
 - 1 subprefeito do prédio
 - 8 vigilantes
 - 4 auxiliares de serviços gerais
- ✓ Equipamentos e Materiais:
 - 2 pontos de internet
 - 2 computadores em rede com mesas e cadeiras
 - 1 aparelho de fax
 - 3 armários para arquivo dos documentos
 - 1 arquivo de aço
 - 2 birôs para o desenvolvimento das atividades

- 1 impressora com xerox
- 1 mesa redonda com quatro cadeiras
- ambiente climatizado
- 2 estantes em madeira
- 4 cadeiras giratórias
- 4 cadeiras fixas
- 3 projetores de multimídia
- 2 retroprojetores
- 1 notebook

Sala do Diretor

- ✓ Área: 9 metros quadrados de área construída
- ✓ Equipamentos e Materiais:
 - 1 ponto de telefone
 - ambiente climatizado
 - 1 birô com cadeira giratória

Sala do Departamento (DCB) e Sala do Chefe do Departamento

- ✓ Área: 9 metros quadrados de área construída
- ✓ Recursos humanos:
 - 1 secretária
 - 1 médico (Chefe do Departamento)
- ✓ Equipamentos e Materiais:
 - 1 ponto de internet
 - 3 computadores
 - 1 mesa em formato “L”
 - 1 birô
 - 4 cadeiras fixas
 - 3 cadeiras giratórias
 - 1 impressora jato de tinta
 - 1 estante em aço
 - 1 armário em aço
 - 1 birô com cadeira giratória

Área de Serviços de Apoio

- 1 espaço para copa
 - 2 lavabos (1 masculino e 1 feminino)
 - 1 lavanderia
- ✓ Equipamentos e Materiais:
 - 1 fogão,
 - 1 gelágua e
 - 1 armário em aço fechado

9.1.2.2 Salas de aula e cenários de ensino-aprendizagem

- ✓ Área: 70 metros quadrados de área construída por sala
4 salas de aula no primeiro bloco e demais no anexo
- ✓ Equipamentos e Materiais:
 - 26 carteiras universitárias em cada sala
 - 2 Ventiladores fixos na parede
 - 1 ponto de internet
 - 1 quadro grande em fórmica branca

Sala dos Professores

- ✓ Área: 35 metros quadrados de área construída
- ✓ Recursos humanos:
 - 61 professores efetivos (concursados)
 - 34 professores provisórios (contratados)
 - 15 preceptores provisórios (contratados)
- ✓ Equipamentos e Materiais:
 - 1 mesa para reunião com 14 cadeiras
 - pontos de internet
 - 3 computadores com mesa e cadeiras
 - 3 armários tipo roupeiro

9.1.2.3 Ambulatórios próprios (FACS conveniado com o SUS):

- ✓ Área: 20 metros quadrados de área construída por sala
2 salas para ambulatórios com pia para lavagem de mãos
1 sala para secretaria
- ✓ Recursos Humanos:
 - 1 secretária
 - 1 auxiliar de serviços gerais
- ✓ Equipamentos e Materiais:
 - 2 mesas para exames
 - 2 biombos
 - 2 mesas de apoio
 - 1 balança digital antropométrica, com verificador de altura
 - 2 aparelhos para verificação de pressão arterial

- 1 computador com impressora
- 5 birôs
- 16 cadeiras tipo carteiras universitárias
- 2 negatoscópios
- 1 balança para peso de criança
- 2 aparelhos de ar condicionados
- 3 lixeiras
- vidrarias e materiais do uso diário (luvas, seringas, etc)

9.1.3.3 Laboratórios

9.1.3.3.1 Laboratórios e setor comum de microscopia

Tem como função primordial apoio ao estudante em suas práticas e em pesquisas. O setor comum da microscopia, denominado internamente como Laboratório de Microscopia, atualmente serve de apoio a todos os laboratórios que necessitam dos equipamentos abaixo discriminado.

Equipamentos e materiais:

- 1 Computador
- 1 Estabilizador
- 3 Estantes de aço
- 23 Microscópico Colemam N107
- 1 Microscópio
- 1 TV de 29 polegadas da marca Toshiba
- 1 Armário de aço
- 1 Quadro Branco
- 1 Geladeira duplex Consul 400Ls
- 30 Banquinhos de madeiras
- Caixas de lâminas

9.1.3.3.2 Laboratórios Fisiologia e Biofísica

- ✓ Área: 84 metros quadrados de área construída
- ✓ Recursos humanos:

1 técnico de laboratório

- ✓ Atividades desenvolvidas:
 1. aulas práticas de fisiologia
 2. apoio a projetos de pesquisa
- ✓ Equipamentos e materiais:
 - 2 pontos internet
 - 2 computadores
 - 2 impressoras HP
 - 1 powerlab
 - 1 estabilizador
 - 1 nobreak
 - 2 mesas de computadores
 - 3 birôs
 - 2 cadeiras giratórias
 - 1 cadeiras fixa
 - 2 estantes de aço
 - 2 armários de aço
 - 1 ventilador de coluna pequeno
 - 1 refrigerador
 - 9 bicos de Bunsen
 - 1 botijão de gás
 - 1 quadro branco
 - vidraria e reagentes
 - 26 bancos de madeira
- ✓ Vidrarias:

50	Pipetas de 20ml
01	Becker de 500ml
02	Balão do fundo chato 250ml
03	Becker de 1000ml
02	Erlenmeyer de 500ml
02	Erlenmeyer de 1000ml
04	Becker de 50ml
02	Proveta de 100ml
02	Proveta de 500ml
02	Balão do fundo chato de 1000ml

Atualmente, estamos buscando melhorias para este laboratório.

9.1.3.3.3 Laboratório de Histologia e Parasitologia

Os dois laboratórios funcionam em espaço conjunto.

✓ Área: 84 metros quadrados de área construída

✓ Recursos humanos:

1 técnica de laboratório

✓ Equipamentos e materiais:

1 ponto de internet

1 computador

22 microscópios COLEMAN (disponível no Lab. Microscopia)

1 microscópio OLYMPUS

1 aparelho de televisão de 29 polegadas

1 armário em aço

1 quadro branco

1 refrigerador duplex

26 bancos de madeira

2 cadeiras giratórias

1 mesa

3 estantes de aço

1 ventilador de coluna

LABORATÓRIO DE HISTOLOGIA:

LÂMINA

QUANTIDADE

01 Adrenal	26
02 Amígdala (HE)	25
03 Apêndice cecal (HE)	26
04 Artéria (HE)	26
05 Artéria grande calibre (Mallory)	26
06 Boço (HE)	25
07 Bexiga (HE)	24
08 Calota craniana (HE)	25
09 Cérebro (HE)	25
10 Cérebro (Prata)	26
11 Cerebelo (HE)	26
12 Cerebelo (Prata)	26
13 Coração (HE)	26
14 Coração (Purking)	26
15 Coração disco-intercalar (HE)	26
16 Cordão Umbilical	26
17 Córnea (HE)	24

18	Corpúsculo Paccini (HE)	26
19	Couro Cabeludo (HE)	28
20	Disco intertebral (HE)	26
21	Esfregação de sangue (Rosenfeld)	26
22	Estômago (HE)	26
23	Estômago cárdia (HE)	25
24	Estômago pilórica (HE)	26
25	Feixe vaso nervoso (HE)	26
26	Fígado Kufper (HE)	26
27	Fígado (Masson)	26
28	Folículo linfóide (HE)	26
29	Glândula bulbo uretral (HE)	26
30	Glândula mamária repouso (HE)	26
31	Globo ocular (HE)	25
32	Hipófise (HE)	26
33	Intestino delgado (HE)	26
34	Intestino delgado-íleo	26
35	Intestino grosso (HE)	26
36	Lábio (HE)	26
37	Laringe (HE)	26
38	Língua corpúsculo gustativo e nervo (HE)	27
39	Linfonodo (HE)	27
40	Medula (HE)	26
41	Medula (prata)	25
42	Meiose testículo (Feulgen)	26
43	Músculo cardíaco (HE)	25
44	Músculo estriado (HE)	26
45	Nervo (HE)	26
46	Osso compacto desgastado (Harves)	19
47	Ossificação endocrinal	25
48	Ovário (HE)	24
49	Pâncreas (HE)	23
50	Pâncreas (H.Floxina)	27
51	Parótida (HE)	26
52	Pele fina (HE)	28

53 Pele grossa (HE)	19
54 Pele grossa (Mallory)	28
55 Pênis (HE)	26
56 Pulmão (HE)	25
57 Retina (HE)	25
58 Rim (HE)	27
59 Sublingual (HE)	26
60 Submandibular (HE)	24
61 Traqueia/Esôfago (HE)	25
62 Tendão (HE)	25
63 Testículo/Esôfago (HE)	25
64 Timo (HE)	25
65 Tireoide/Paratireoide (HE)	24
66 Transição esôfago/estômago	26
67 Transição Estômago/intestino	25
68 Uretra (HE)	27
69 Útero proliferativo (HE)	26
70 Vagina (HE)	26
71 Veia (HE)	25

OBS: projeta-se que o laboratório de parasitologia médica deverá evoluir e tornar-se laboratório específico independente.

Quadro 3. Lâminas parasitológicas para as aulas práticas de Parasitologia Médica

ESPÉCIE	DESCRIÇÃO	QTD.
<i>Ancylostoma caninum</i>	Macho	4
<i>Ancylostoma canium</i>	Fêmea	4
<i>Ascaris lumbricoides</i>	Corte histológico	7
<i>Ascaris lumbricoides</i>	Ovos	7
<i>Cryptosporidium sp</i>	Oocistos corados	7
<i>Ctenocephalides felis</i>	Macho	3
<i>Ctenocephalides felis</i>	Fêmea	3
<i>Cysticercus bovis</i>	Lâmina	7
<i>Dematobia hominis</i>	Larva – corte de pele	3
<i>Entamoeba histolytica</i>	Trofozoítos	6
<i>Giardia lamblia</i>	Trofozoítos	6
<i>Hymenolepis nana</i>	Ovos	7
<i>Hymenolepis nana</i>	Escolex	7
<i>Isospora belli</i>	Ooscistio corados	7
<i>Leishmania sp</i>	Amastigota	6

<i>Leishmania sp</i>	Promastígota	7
<i>Pediculus captis</i>	Macho	3
<i>Pediculus captis</i>	Fêmea	3
<i>Rhipicephalus sanguineus</i>	Macho	4
<i>Rhipicephalus sanguineus</i>	Fêmea	2
<i>Sarcoptes scabiei</i>	Vários	7
<i>Schistosoma mansoni</i>	Corte hist. Fígado	6
<i>Schistosoma mansoni</i>	Corte hist.-intestino	7
<i>Schistosoma mansoni</i>	Adultos	7
<i>Schistosoma mansoni</i>	Cercária	7
<i>Schistosoma mansoni</i>	Ovos	7
<i>Strongyloides sp</i>	Larva rabditóide	7
<i>Strongyloides sp</i>	Fêmea partenogenética	0
<i>Strongyloides sp</i>	Larva filirióide	7
<i>Toxoplasma gondii</i>	Cisto-Corte histológico	7
<i>Toxoplasma gondii</i>	Taquizoíte	5
<i>Trichomonas sp</i>	Trofozoítos	6
<i>Trypanosoma cruzi</i>	Corte histológico	7
<i>Trypanosoma cruzi</i>	Tripomastígota	5
<i>Tunga penetrans</i>	macho	3
<i>Tunga penetrans</i>	Fêmea	3
<i>Xenopsylla cheopis</i>	Macho	3
<i>Xenopsylla cheopis</i>	Fêmea	3

Quadro 4. Espécimes parasitológicas para as aulas práticas de Parasitologia Médica

ESPÉCIE	DESCRIÇÃO	QTD.
<i>Toxocara canis</i>	Frasco com 2 casais	1
<i>Ancylostoma caninum</i>	Frasco com 5 casais	1
<i>Culex quinquefastasciatus</i>	Kit do ciclo biológico	1
<i>Chrysomya sp</i>	Adulto - alfinete	1
<i>Cochliomya sp</i>	Adulto - alfinete	1
<i>Dermatobia hominis</i> - pupário	2 exemplares / seco	1
<i>Musca domestica</i> - Forético	Com ovos de <i>D. hominis</i> - seco	1
<i>Sarcophagidae</i>	Adulto - alfineta	1
<i>Rhodnius prolixus</i>	Caixa madeira com ciclo evolutivo	1
<i>Tritoma infestans</i>	Adulto - alfinete	1

OBS.: A professora Patrícia Barra, após retornar de doutorado, assumiu o compromisso (registrado na ata da reunião ordinária departamental de 06/02/2014) de colaborar com as atividades de pesquisa a fim de captar recursos para equipar o laboratório e fortalecer a disciplina de Parasitologia.

✓ Atividades desenvolvidas:

1. aulas práticas
2. apoio a projetos de pesquisa

Aulas práticas: utilização de microscópio, manuseio de lâminas, acondicionamento e seleção das lâminas para aulas. Projetos de pesquisa: utilização de microscópio, manuseio e acondicionamento de lâminas. O professor tem a missão de acompanhar e orientar os alunos durante as atividades práticas, e o técnico mantém o funcionamento do laboratório facilitando o andamento das atividades práticas. Recursos humanos subdimencionados.

9.1.3.3.4 Laboratório de Bioquímica e Biologia Molecular

BIOLOGIA MOLECULAR

Área: 84 m²

Entrada com bancadas para os estudantes

Sala de Coordenação / Professores

Sala de manipulação gênica

Sala ampla para as aulas / execução dos experimentos e Sala de Cultura celular

Recursos humanos (com especificação da função):

01 Técnica de Laboratório de Nível Superior

Equipamentos e materiais:

Destilador de água

Centrifuga

Agitador magnético

banho-maria

estufa de secagem

Estufa de CO₂

Freezer – 20° C

Freezer – 80° C

Geladeira

Cuba para eletroforese

Vidrarias:

Balão volumétrico

Béquer

Provetas

Atividades desenvolvidas:

Pesquisas e aulas práticas nas áreas compreendidas no grupo de Pesquisa “Biologia e Epidemiologia de doenças infecciosas e genéticas.

BIOQUÍMICA

✓ Área: compartilha o espaço de 84 metros quadrados de área construída

✓ Recursos humanos:

3 professores

1 técnico em laboratório

✓ Equipamentos e materiais:

1 ponto de internet

2 computadores

1 agitador magnético

1 agitador de tubos Vórtex

1 autoclave vertical 50l

1 balança analítica

1 balança eletrônica

1 banho maria sorológico

1 banho maria digital

5 bico de Bunsen

1 biodigestor

1 capela para exaustão de gases

1 centrífuga digital para 18 microtubos

1 centrífuga para 16 tubos

1 coluna de cromatografia com coletor de frações

1 cuba de eletroforese horizontal

1 cuba e fonte para eletroforese

1 destilador de água

1 espectrofotômetro UV
 1 estufa de secagem e esterilização
 1 fonte e cuba para eletroforese
 1 freezer
 1 refrigerador
 1 GPS
 1 lâmpada UV com câmara escura
 1 liquidificador
 1 microondas
 1 mufla
 1 Phmetro
 1 ultra filtrador de água (sistema Milli-Q)

✓ Materiais diversos:

Nº ordem	Descrição do material	Qtd.
01	Beck p/ ponteiros 1000µl c/ tampa	05
02	Beck p/ ponteiros 200µl c/ tampa	05
03	Espátula c/ colher de aço inox 15 cm	02
04	Espátula dupla de aço inox 15 cm	02
05	Estante de Arame com PVC 12 furos de 16 mm	05
06	Estante de Arame com PVC 24 furos de 16 mm	02
07	Fita Indicadora de pH – caixa com 100 unidades	02
08	Garra dupla para bureta	04
09	Gaze hidrófila 91x91	03
10	Luvas de Procedimento Tam. M com 100 pares	02
11	Máscaras descartáveis	50
12	Micropipeta volume variável 100 a 1000µl	01
13	Micropipeta volume variável 100 a 1000µl	01
14	Pact. Ponteira para micropipeta s/ filtro 0,6-10µl	01
15	Pact. Ponteira para micropipeta s/ filtro 1000µl	02
16	Pact. Ponteira para micropipeta s/ filtro 200µl	02
17	Papel de filtro qualitativo de 15 cm c/ 100 unid.	02
18	Papel de filtro qualitativo de 9 cm c/ 100 unidades	02
19	Pêra de sucção três vias cor azul	05
20	Pêra de sucção três vias cor azul	05
21	Pinça de Mohr 60 mm	04
22	Pipeta Automática c/ 8 canais vol. 5-50µl	01
23	Pipeta Automática c/ 8 canais vol. 20-200µl	01
24	Pipeta de Pasteur plástica 3 ml c/ 500 unidades	01
25	Pipetador Automático 5 µl(vol. Fixo)	01
26	Pipetador Automático 10 µl(vol. Fixo)	01
27	Pipetador pipump azul de 2ml	01
28	Pipetador pipump verde de 10ml	01
29	Pipetador pipump vermelho de 25ml	01
30	Pisseta em PE graduada capacidade 250ml	03
31	Seringas Descartáveis 10 ml	200
32	Seringas Descartáveis 20 ml com agulha 25x7	25

33	Seringas Descartáveis 20 ml com agulha 25x7	200
34	Termômetro clínico de -10 a +250 C ref. 5033	03
35	Termômetro clínico de -10 a +250 C ref. 5033	03
36	Timer Digital c/ 4 canais independentes	01
37	Tubo a vácuo c/ tampa 5ml (c/ 100)	02
38	Tubo à vácuo c/ tampa EDTA 5ml (c/ 100)	02
39	Tubos Eppendorf 2ml c/ tampa	2(1000)
40	Tubos Eppendorf 2ml c/tampa	01
41	Tubo Falcon 15 ml	02 pct.
42	Tubo Falcon 50 ml	02 pct.
43	Tubo Vacutainer 5 ml	02
44	Tubo vacutainer 10 ml	02
45	Fita Acetato de celulose	01
46	Luvas de Procedimentos Tam. Médio	05
47	Caixa suporte p/ microtubos	20
48	Caixa de Luvas Cirúrgicas Tam. M	07
49	Micropipeta Vol. Variável 0,5-10µl	01
50	Micropipeta Vol. Variável 100-1000µl	01
51	Micropipeta Vol. Variável 10-100µl	01
52	Micropipeta Vol. Variável 2-20µl	01
53	Pisseta Grand. 500ml bico curvo	02
54	Pinça dente de rato de 18 cm	02
55	Pinça sem dente de 16 cm	02
56	Pisseta Grand. 500ml transp. Bico curvo	03
57	Pisseta Grand. 500ml transp. Bico reto	01
58	Fita de Autoclave	01
59	Escova para limpeza de Tubos	01

✓ Vidrarias:

Nº ordem	Descrição do material	Qtd.
01	Balão de Fundo chato c/ boca esmerilhada 24x24 capacidade 50 ml	05
02	Balão volumétrico de 10 ml com tampa de poli	05
03	Balão volumétrico de 100 ml com tampa de poli	05
04	Balão volumétrico de 50 ml com tampa de poli	05
05	Bastão de vidro de 8x300mm	20
06	Becker de borossilicato, forma baixa capacidade 100 ml.	20
07	Becker de borossilicato, forma baixa capacidade 1000 ml.	04
08	Becker de borossilicato, forma baixa capacidade 20 ml.	05
09	Becker de borossilicato, forma baixa capacidade 250 ml.	10
10	Becker de borossilicato, forma baixa capacidade 400 ml.	04
11	Becker de borossilicato, forma baixa capacidade 50 ml.	20
12	Becker de borossilicato, forma baixa capacidade 600 ml.	05
13	Cubeta de vidro com tampa plástica	03
14	Cubeta de Quartzo de 1,7ml com tampa plástica	01
13	Erlenmeyer em vidro de boca larga 1000ml	05
14	Erlenmeyer em vidro de boca larga 250 ml	05
15	Erlenmeyer em vidro de boca larga 500ml	05
16	Gral com pistilo de 120 mm	02
17	Pipeta de 10 ml em vidro com traço e esgot. Total	15

18	Pipeta de 2 ml em vidro com traço e esgot. Total	35
19	Pipeta de 25 ml em vidro com traço e esgot. Total	20
20	Pipeta de 5 ml em vidro com traço e esgot. Total	30
21	Proveta de vidro com base de polietileno 10 ml	05
22	Proveta de vidro com base de polietileno 100 ml	05
23	Proveta de vidro com base de polietileno 1000 ml	05
24	Proveta de vidro com base de polietileno 50 ml	05

✓ Atividades desenvolvidas:

Aulas práticas para turmas dos cursos de enfermagem, odontologia, medicina e biologia referente à bioquímica molecular, celular e genética. Atividades de pesquisa na área de enzimologia e epidemiologia de doenças infectocontagiosas.

9.1.3.3.5 Laboratório de Anatomia

- ✓ Área total: 293,30 metros quadrados de área construída
(distribuídos em 4 ambientes)
- sala de dissecação com 67,2 metros quadrados de área
 - anfiteatro com 84 metros quadrados de área
 - sala de anatomia com 84 metros quadrados de área
 - sala de formolização com 58,10 metros quadrados de área

Recursos humanos:
01 técnico de laboratório

INFRAESTRUTURA

Descrição	Quantidade
1- Mesas de dissecação	15
2- Tanques de inox p/órgãos	16
3- Tanques p/ cadáveres	04
4 – Câmara fria.	01 cap. 02 cadav.
5- Microretifica	01

OSSÁRIO

1- Esqueletos de resina	03
2- Manequins de resina(anatômicos)	06

SALA TECNICA

1- Computador c/impressora.	01
2- Geladeira duplex 450Lts	01
3- Ventilador	01

4- Estantes de ferro	10
5- Bancos de madeira	55
6- Peças anatôm. de diversos órgãos. (Resina)	45

SALA DE DISSECAÇÃO

1-Kit de dissecação - Pinça anatômica

- Pinça dente de rato
- Porta agulha curto
- Porta agulha longo
- Tesoura ponta reta
- Tesoura ponta romba
- Tesoura Metzenbaum
- Cabo de bisturi
- Lâm.de bisturi nº 24

2- Kit p/ formolização - Formol a 37%

- Botelha (cap. 5 lts)
- Tubo látex 1/3de polegada
- Agulha calibrosa p/infusão
- Fio de sutura 0

✓ Atividades desenvolvidas:

1. aulas práticas
2. apoio a projetos de pesquisa

Aulas práticas: com manipulação de instrumentos perfuro-cortantes, manipulação de manuseio de órgãos individualizados, manipulação e diluição de substâncias tóxicas e corrosivas para preparação e formolização de cadáveres.

Projetos de pesquisa: ambiente para dissecação em pesquisa.

✓ Equipamentos e materiais:

- 2 pontos de internet
- 1 computador
- 1 impressora HP
- 1 refrigerador duplex
- 1 ventilador de coluna
- 10 estantes de aço
- 55 bancos de madeira
- 45 peças anatômicas de diversos órgãos humanos
- 3 esqueletos em resina
- manequins de resina
- 15 mesas de dissecação
- 16 tanques de inox para acondicionamento e guarda de órgãos
- 4 tanques para acondicionamento e guarda de cadáveres humanos
- 1 câmara fria com capacidade para dois cadáveres humanos

1 kit de dissecação
1 kit para formolização

9.1.3.3.6 Laboratório de Farmacologia

O Laboratório de Farmacologia da FACS não está por ser implantado e a disciplina Farmacologia Básica oferece aulas práticas com o uso do programa de computador Pharamatutor (software). Dessa forma, para a graduação a disciplina Farmacologia Básica não oferece aulas em laboratórios.

NECESSIDADES PARA O LABORATÓRIO:

- ✓ Área: 40 metros quadros de área construída
- ✓ Recursos humanos:
 - 1 técnico em laboratório
- ✓ Equipamentos e materiais:
 - 10 microscópios
 - 1 balança digital
 - 1 armário de aço
 - 1 refrigerador
 - vidrarias (Becker, pipetas, cálices, e outros).
- ✓ Atividades a ser desenvolvidas:
 - 1. aulas práticas
 - 2. apoio a projetos de pesquisa
 - 3. atividades de monitoria

Projeta-se aulas práticas com lâminas prontas e com material recolhido na Unidade de Saúde Vingt-Rosado (fezes para realização de exame parasitológico e fezes).

Projeta-se atividades de pesquisa com alimentos e com água.

Aulas práticas de farmacologia utilizando-se animais de pequeno porte para administração de medicamentos e análise de reações, quando permitido pela UERN.

Atividades de monitoria.

9.1.3.3.7 Laboratório de Patologia

Este laboratório também está por ser implantado.

Necessidades para o laboratório:

- ✓ Área: 40 metros quadrados de área construída
- ✓ Recursos humanos:
 - 1 técnico em laboratório
 - 1 técnico de necropsia
 - 1 digitador
- ✓ Atividades desenvolvidas:
 - 1. aulas práticas
 - 2. aulas teórico-práticas
 - 3. necropsias
 - 4. macroscopia de biópsias e peças cirúrgicas
 - 5. emissão de laudos anatomopatológicos
- ✓ Equipamentos e materiais:
 - 2 pontos de internet
 - 2 computadores
 - 2 impressoras
 - 1 powerlab
 - 2 estabilizadores
 - 2 nobreaks
 - 2 mesas de computadores
 - 3 birôs
 - 2 cadeiras giratórias
 - 1 cadeira fixa
 - 3 estantes de aço
 - 3 armários de aço para arquivo de laudos
 - 3 armários de aço para arquivo de lâminas
 - 1 bancada de granito (mínimo de 2 metro de comprimento)
 - 3 cubas inox
 - 1 refrigerador
 - 1 micrótomo de parafina
 - 1 micrótomo de congelação
 - 1 histotécnico
 - 1 estufa
 - 1 centrífuga
 - 1 banho-maria
 - 1 exaustor
 - 26 microscópicos binoculares (Lab de Microscopia)
 - 1 microscópio de cinco cabeças
 - 1 televisão de 29 polegadas
 - 26 bancos de madeira
 - 2 aparelhos de ar condicionados

2 bicos de Bunsen
 1 botijão de gás
 vidraria e reagentes
 1 quadro branco
 1 balança digital com capacidade para até 10 kilos

9.1.3.3.8 Laboratório de Microbiologia e Imunologia

✓ Área: 84 metros quadrados de área construída

✓ Recursos humanos:

1 técnico em laboratório

✓ Atividades desenvolvidas:

1. Aulas práticas
2. Projetos de Pesquisa

✓ Equipamentos e materiais:

1 refrigerador duplex 400 litros
 1 armário de aço com duas portas
 1 estante de aço

✓ Vidrarias e materiais diversos:

Nº ordem	Descrição do material	Qtd.
1	Barrilhete de 10 litros	01
2	Proveta de 1000ml	02
3	Proveta de 100ml	03
4	Pipetas de 1ml	25
5	Pipetas de 5ml	25
6	Pipetas de 10ml	25
7	Pipetas de 20ml	25
8	Placas de Petri 90 x 15	15
9	Placas de Petri 120 x 20	15
10	Erlemayer de 1000ml	02
11	Erlemayer de 500ml	01
12	Balão do fundo chato de 100ml	01
13	Estantes para 40 tubos (PVC)	04
14	Frasco conta-gotas Âmbar (coloração) de 100ml	04
15	Frasco conta-gotas Transparente (coloração) de 100ml	04
16	Frasco conta-gotas Transparente (coloração) de 50ml	03
17	Bicos de Bunsen	08

18	Botijão de Gás (13Kg)	01
----	-----------------------	----

9.1.3.3.9 Laboratório de Neurologia Experimental - LABNEURO

Área: 84 metros quadrados de área construída

Recursos humanos:

3 professores

0 técnico em laboratório (uma vaga já foi solicitada)

Atividades desenvolvidas:

Aulas práticas

Projetos de Pesquisa (Iniciação científica, TCC, Projetos de dissertações de mestrado e teses de doutorado)

Equipamentos e materiais:

1 Refrigerador duplex 400 litros;

1 Armário de aço com duas portas;

1 Armário (prateleiras) em aço;

1 Bancada em madeira para quatro computadores;

4 Computadores (1 de uso exclusivo dos alunos, 1 para análise estatística e formatação de imagens, 1 acoplado ao sistema de microscopia, 1 para o powerlab e experimentações envolvendo eletrofisiologia);

1 Microscópio Nikon e-200, com câmera motic 2300 e sistema epi-fluorescência;

4 Microscópios ópticos bioval para estudos de lâminas histológicas;

1 Roda de atividade para Ratos;

1 Esteira motorizada para ratos (seis baias);

1 Estante ventilada para biotérios;

12 Gaiolas para acondicionamento de ratos;

1 Campo aberto para testes comportamentais;

1 Campo espelhado para testes comportamentais;

1 Micrótoomo Leica;

1 Bomba peristáltica para perfusão de animais;

1 Destilador de água tipo pilsen;

1 Agitador magnético com controle de temperatura;

1 PHmetro de bancada;

1 Estufa para secagem de material;

2 Balanças digitais;

Vidrarias e materiais diversos:

Nº ordem	Descrição do material	Qtd.
1	Barrilete de 10 litros	02
2	Proveta de 1000ml	01
3	Proveta de 500ml	01
4	Proveta de 100ml	05

5	Proveta de 50 ml	04
6	Proveta de 25 ml	02
6	Proveta de 10 ml	04
7	Proveta de 5 ml	04
6	Erlemayer de 1000ml	01
7	Erlemayer de 500ml	01
8	Bécker de 2000 ml	02
9	Bécker de 600ml	02
10	Bécker de 100ml	02
11	Bécker de 50ml	06
12	Bécker de 20 ml	04
13	Bécker de 10ml	04
14	Bécker de 5 ml	03
15	Estantes para 40 tubos (PVC)	02
16	Tubos de ensaio (10 ml)	50
17	Pipetas de vidro	10
18	Gral com Pistilo (300 ml)	01
19	Gral com Pistilo (60 ml)	01
20	Bastões de Vidro	05
21	Eppendorff 0,5 µL	3000
22	Funil Analítico Raiado de Haste Curta	03
23	Pissetas	05
24	Lâminas para Microscopia (caixa)	04
25	Lamínulas para Microscopia (caixa)	04
26	Tubo para centrífuga 14 ml	36
27	Tubo para centrífuga 50 ml	40

Criado em 2012 pelos Professores Dr. Fausto Pierdoná Guzen, Msc. José Rodolfo Lopes de Paiva Cavalcanti e Msc. Dayane Pessoa de Araújo, o LabNeuro (assim chamado na comunidade acadêmica) vem desempenhando papel relevante no que tange à produção intelectual no campo das neurociências. Atualmente, seus coordenadores buscam elucidar aspectos relacionados à regeneração do sistema nervoso central e periférico, desenvolvimento/envelhecimento de centros subcorticais e efeito de produtos antioxidantes e neuroprotetores em diversos modelos experimentais como, por exemplo, na Doença de Parkinson.

9.2 OUTROS ESPAÇOS DA FACS

✓ Auditório

Dispõe de um auditório climatizado, com capacidade para 214 pessoas sentadas, em oltronas com pranchetas. Possui tablado e sistema de som.

✓ Área de convivência e banheiros

Área de convivência ampla e aberta, que dispõe de 4 banheiros, sendo 2 masculinos e 2 femininos.

✓ Lanchonete

Espaço para lanchonete (em funcionamento terceirizado) em área de convivência.

✓ Serviços reprográficos

Uma sala para serviços reprográficos (funcionamento terceirizado), próximo a Biblioteca Setorial.

✓ Espaço adaptado para o Centro Acadêmico Carlos Ernani Rosado (CACER)

9.3 BIBLIOTECA SETORIAL

O sistema de Bibliotecas da UERN é constituído por uma Biblioteca Central e Bibliotecas Setoriais. A Biblioteca Setorial que serve ao Curso de Medicina está instalada no prédio da FACS.

A Biblioteca Setorial de Ciências da Saúde da UERN possui 2.734 exemplares catalogados por título até abril 2013 e registrados no SIABI - Sistema de Automação de Bibliotecas (vide relação por títulos nos anexos).

Com o avanço da política de pesquisa da UERN que vem atendendo aos critérios de excelência definidos pelo MEC, o acesso parcial livre e gratuito ao Portal de Periódicos da CAPES já é uma realidade, mas em acordo com o Memorando 54/2013 PROPEG e Portaria 023/2013 da GR-UERN da Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação, datado de 12/04/2013 houve aprovação de um Programa de Pós-Graduação com conceito 4 na avaliação CAPES o que qualificará a UERN e permitirá a professores, pesquisadores, alunos e funcionários o acesso total aos seus conteúdos. Também se recomenda o “Portal Saúde Baseado em Evidências”, que disponibiliza seu conteúdo de forma livre a todos os profissionais da saúde que possuem registro nos seus respectivos conselhos e onde são ofertadas sete bases: Rebrates Embase, Porquês Hospital Collection, Atheneu livros Virtuais, Micromedex, Dynamed e Best

Practive-British Medicial Journal (BMJ).

Para gerenciamento dos acervos das Bibliotecas, a UPD-UERN desenvolveu e implantou um sistema próprio e eficaz para usuários e técnicos das bibliotecas e das Comissões Verificadoras das Condições de Oferta dos Cursos de Graduação. O planejamento estratégico da UERN, prática recentemente adotada e em processo de construção e aperfeiçoamento, tem valorizado o Sistema de Bibliotecas da UERN, aumentando a cada ano a disponibilidade financeira para ampliação do acervo.

A biblioteca da FACS funciona das 07:00 horas até às 22:00 horas, sem intervalos, das segundas às sextas-feiras. Aos sábados funciona das 08:00 horas às 13:00 horas.

9.3.1 Estrutura e funcionamento da Biblioteca Setorial da FACS

O Sistema de Automação de Bibliotecas (SIABI), entre os documentos catalogados registra 792 exemplares, ordenados por título na área da medicina, no período de 01/01/2012 até 19/08/2013. Segue a listagem nos anexos.

- ✓ Área total: 247,75 metros quadrados de área construída
(5 salas/espacos)
 - sala de processo técnico
 - sala de consulta individual
 - espaço de consulta coletiva
 - espaço videoteca
 - espaço para reuniões
- ✓ Recursos humanos:
 - 4 técnicos administrativos
- ✓ Equipamentos e materiais:
 - 6 computadores
 - 1 impressora
 - 1 aparelho de televisão
 - 1 aparelho de DVD
 - 1 aparelho de som microsistema
 - 1 aparelho vídeo cassete
 - 6 mesas de estudo
 - 8 cabines de estudos
 - 1 armário
 - 1 arquivo

4 birôs com cadeiras
11 estantes para livros
1 estante para multi-meios

✓ Atividades desenvolvidas:

1. atendimento ao usuário
2. guarda volumes
3. empréstimo, devolução, reserva de livros, periódicos e coleção especial
4. empréstimo de multi-meios CD, VHS, etc
5. acesso a internet
6. acesso ao Portal de Periódicos CAPES

9.3.2 Acervo

Livros: – 2.734 exemplares
Periódicos: exemplares abaixo especificados e acesso ao Portal de Periódicos CAPES.

A) Títulos correntes:

ABCD. Arquivos Brasileiros de Cirurgia Digestiva (São Paulo) - 24 números
Acta Cirúrgica Brasileira - 120 números
Acta Ortopédica Brasileira - 63 números
Acta Paulista de Enfermagem - 45 números
Anais Brasileiros de Dermatologia - 67 números
Anais da Academia Brasileira de Ciências - 52 números
Arquivos Brasileiros de Cardiologia - 240 números
Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia - 104 números
Arquivos Brasileiros de Oftalmologia - 80 números
Arquivos de Gastrenterologia - 54 números
Arquivos de Neuropsiquiatria - 189 números
Brazilian Dental Journal - 46 números
Brazilian Journal of Infectious Diseases - 75 números
Brazilian Journal of Medical and Biological Research - 193 números
Brazilian Journal of Otorhinolaryngology - 23 números
Brazilian Journal of Pharmaceutical Sciences - 16 números
Brazilian Journal of Physical Therapy - 40 números
Brazilian Oral Research - 47 números
Cadernos de Saúde Pública - 217 números
Ciência & Saúde Coletiva - 87 números
Clinics - 76 números
Coluna/Columna - 16 números
Dental Press Journal of Orthodontics - 17 números
Einstein (São Paulo) - 4 números

Escola Anna Nery - 30 números
 Fisioterapia e Pesquisa - 19 números
 Fisioterapia em Movimento - 12 números
 História, Ciências, Saúde-Manguinhos - 79. números
 Interface - Comunicação, Saúde, Educação - 44 números
 International Archives of Otorhinolaryngology - 4 números
 International braz j urol - 60 números
 Jornal Brasileiro de Nefrologia - 15 números
 Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial - 63 números
 Jornal Brasileiro de Pneumologia - 79 números
 Jornal Brasileiro de Psiquiatria - 29 números
 Jornal Vascular Brasileiro - 31 números
 Jornal da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia - 8 números
 Jornal de Pediatria - 85 números
 Journal of Coloproctology (Rio de Janeiro) - 4 números
 Journal of Applied Oral Science - 57 números
 Memórias do Instituto Oswaldo Cruz - 418 números
 Motriz: Revista de Educação Física - 10 números
 Radiologia Brasileira - 73 números
 Revista Brasileira de Anestesiologia - 71 números
 Revista Brasileira de Cardiologia Invasiva - 24 números
 Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano - 19 números
 Revista Brasileira de Cirurgia Cardiovascular - 101 números
 Revista Brasileira de Cirurgia Plástica - 8 números
 Revista Brasileira de Ciências do Esporte - 11 números
 Revista Brasileira de Educação Física e Esporte - 15 números
 Revista Brasileira de Enfermagem - 61 números
 Revista Brasileira de Epidemiologia - 55 números
 Revista Brasileira de Farmacognosia - 62 números
 Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia - 8 números
 Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia - 168 números
 Revista Brasileira de Hematologia e Hemoterapia - 66 números
 Revista Brasileira de Medicina do Esporte - 92 números
 Revista Brasileira de Oftalmologia - 34 números
 Revista Brasileira de Ortopedia - 42 números
 Revista Brasileira de Psiquiatria - 85 números
 Revista Brasileira de Reumatologia - 57 números
 Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil - 50 números
 Revista Brasileira de Saúde Ocupacional - 18 números
 Revista Brasileira de Terapia Intensiva - 28 números
 Revista CEFAC - 35 números
 Revista Dor - 8 números
 Revista Gaúcha de Enfermagem - 12 números
 Revista Latino-Americana de Enfermagem - 113 números
 Revista Odonto Ciência - 11 números
 Revista Paulista de Pediatria - 23 números
 Revista da Associação Médica Brasileira - 81 números
 Revista da Educação Física / UEM - 2 números
 Revista da Escola de Enfermagem da USP - 77 números

Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia - 24 números
Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical - 100 números
Revista de Nutrição - 74 números
Revista de Odontologia da UNESP - 2 números
Revista de Psiquiatria Clínica - 70 números
Revista de Saúde Pública - 260 números
Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões - 90 números
Revista do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo - 172 números
Sao Paulo Medical Journal - 114 números
Texto & Contexto - Enfermagem - 39 números
Trends in Psychiatry and Psychotherapy - 5 números

B) Títulos não-correntes:

Arquivos Internacionais de Otorrinolaringologia - 7 números - Arquivos Internacionais de Otorrinolaringologia Continua como [International Archives of Otorhinolaryngology](#)
Jornal de Pneumologia - 28 números Jornal de Pneumologia continua como [Jornal Brasileiro de Pneumologia](#)
Journal of Epilepsy and Clinical Neurophysiology - 33 números Journal of Epilepsy and Clinical Neurophysiology Indexação interrompida pelo Comitê em Novembro de 2012
Pesquisa Odontológica Brasileira - 17 números Pesquisa Odontológica Brasileira continua como Brazilian Oral Research
Pró-Fono Revista de Atualização Científica - 21 números Pró-Fono Revista de Atualização Científica continua como Jornal da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia
Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas - 28 números Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas continua como [Brazilian Journal of Pharmaceutical Sciences](#)
Revista Brasileira de Coloproctologia - 22 números Revista Brasileira de Coloproctologia continua como [Journal of Coloproctology \(Rio de Janeiro\)](#)
Revista Brasileira de Otorrinolaringologia - 46 números Revista Brasileira de Otorrinolaringologia continua como Brazilian Journal of Otorhinolaryngology (Impresso)
Revista Dental Press de Ortodontia e Ortopedia Facial - 35 números Revista Dental Press de Ortodontia e Ortopedia Facial continua como Dental Press Journal of Orthodontics
Revista de Odontologia da Universidade de São Paulo - 12 números Revista de Odontologia da Universidade de São Paulo continua como [Pesquisa Odontológica Brasileira](#)
Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul - 28 números Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul continua como Trends in Psychiatry and Psychotherapy
Revista do Hospital das Clínicas - 36 números Revista do Hospital das Clínicas continua como [Clinics](#).

Coleção Especial: 24 obras – 37 exemplares
Multi-meios: 55 cds e 65 vhs

9.4 INFORMÁTICA

A UERN deu um salto qualitativo na área de informática, dispondo de um provedor de acesso à Internet, UERN On Line, inicialmente com capacidade de tráfego de 64 KBPS, operando agora com a velocidade de 1MBPS. A Rede UERN de Informática, que serve ao Curso de Medicina, foi instalada em 1998, com fibra óptica em todo o Campus Central, estendendo-se às Faculdades, Bibliotecas e Grupos de Pesquisas ali instalados, englobando a FACS, instalada próxima ao HRTM.

A Unidade de Processamento de Dados (UPD-UERN) executou projeto técnico de instalação da rede de informática interligando todos os edifícios da UERN localizados no centro de Mossoró: Reitoria, Complexo Epílogo de Campos, Faculdade de Enfermagem, ACEU e FACS, com a rede do Campus Central. Este projeto comporta linha de fibra óptica desde o Campus Central até o centro da cidade, numa extensão de 3 km.

Recentemente expandida, a velocidade de tráfego entre quaisquer de seus pontos chega ao limite de 100 MBPS. As redes estão conectadas por meio de cabos coaxiais e de par trançado, nos campi avançados. Assim, a localização da FACS adjacente ao HRTM facilita a dotação de recursos de informática, tanto para transmissão de dados quanto para acesso à Internet.

A nova edificação da FACS, construída a partir de 2009, contempla espaço apropriado para expansão e instalação de novos gabinetes individuais informatizados, destinados a discentes e docentes. Atualmente, na Biblioteca Setorial da FACS, cada aluno tem direito à acesso a internet, durante meia hora por turno, até a completa instalação de rede de computadores. A FACS está inscrita no Programa de Inclusão Digital, já aprovado, faltando concluir trâmites burocráticos para aquisição e instalação do Laboratório de Informática. A FACS dispõe de sistema Wi-Fi e acesso a periódico CAPES.

10. PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO (PPC)

A importância do PPC reside no próprio reconhecimento ou renovação de reconhecimento do curso. O instrumento de avaliação dos cursos de graduação do MEC/CONAES/INEP desde 2006 (Portaria n.º 563, 2006) esclarece que a articulação entre o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e a Estrutura Curricular, esta como elemento constitutivo

do PPC, será avaliada respeitando-se as características da organização acadêmica da Instituição de Ensino Superior (IES) e da região onde se localiza, conforme preconiza a legislação em vigor. O PPC de medicina expressa os principais parâmetros para a ação educativa, fundamentado com base no PDI e na gestão acadêmica, pedagógica e administrativa do curso. Deverá continuar-se em permanente construção e avaliado sempre que se fizer necessário. O PPC de medicina deve estar sintonizado com a visão de mundo, expressar o paradigma de sociedade, do processo saúde-doença e de educação em saúde, garantindo a formação geral e crítica para os envolvidos no processo, como forma de capacitá-los para o exercício da medicina e da cidadania, bem como sujeitos de transformação da realidade, com respostas e resolução para os problemas da saúde local, loco-regional e do Brasil, tendo como principal foco o trabalho no SUS. Desta maneira, o ensino médico de graduação na UERN está voltado para a construção do conhecimento e não pode se orientar exclusivamente por uma matriz curricular rígida, um regimento institucional que não contemple suas especificidades técnicas pois é integralizado em 9.690 horas, das quais 3.960 horas estão na forma de estágios, portanto contempla mais de 35% do total mínimo exigido para o curso de medicina conforme determina o MEC.

Este PPC não está baseado no enfoque unicamente disciplinar e sequenciado de conteúdos confinado aos limites da sala de aula, onde o ensino tem por base a exposição submissa aos conteúdos descritivos. Este PPC contempla diversos cenários de práticas em saúde como laboratórios, ambulatorios, hospitais, maternidades, serviços comunitários, serviços de urgência e emergência e serviços de assistência pré-hospitalar, entre outros serviços do SUS ou a ele conveniados, descritos ao longo do PPC.

O PPC foi construído buscando sintonia, aproximação e articulação com o PDI da UERN, com as Políticas Nacionais de Saúde e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Medicina e em especial, temos um PPC voltado para construção do conhecimento com base não só no ensino, mas veiculado a processos de pesquisa e extensão existentes na UERN. Este PPC é um documento de orientação acadêmica em que constam, dentre outros elementos: conhecimentos e saberes considerados necessários para o desenvolvimento das competências estabelecidas a partir do perfil do egresso desejado; estrutura curricular; ementário, bibliografias básica e complementar; estratégias de ensino; docentes e outros recursos humanos; recursos materiais, serviços administrativos, serviços de laboratórios e infraestrutura de apoio ao pleno funcionamento do curso.

A estrutura curricular é um importante elemento constitutivo deste PPC e está

em consonância com o perfil desejado para o egresso, tendo como orientação básica as DCNs para Medicina, cujo aperfeiçoamento implica a consideração dos resultados dos processos da avaliação. Para garantir a permanente atualização do PPC, provocando o fazer pedagógico e científico, além de responder às necessidades regionais e nacionais, a estrutura curricular foi construída a partir da base mínima, indispensável para a formação do médico generalista voltado para o SUS.

Para a atualização deste PPC, fez-se necessário consultas aos parâmetros legais e normativos construídos por instâncias superiores como Ministério da Educação (MEC), Ministério da Saúde (MS), Conselho Nacional de Saúde (CNS), Conselho Estadual de Educação (CEE) e documentos próprios da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Dentre os vários parâmetros citamos: Resolução Nº 4/2001 CNE/CES que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina; Resolução Nº 350/2005 do Conselho Nacional de Saúde e Portaria Interministerial Nº 2.400/2007 que estabelece os requisitos para certificação de unidades hospitalares como Hospitais de Ensino. Sucede que até o presente momento o Curso de Medicina da FACS-UERN, por não ter hospital de ensino próprio, utiliza prioritariamente a rede de saúde conveniada com o Município de Mossoró e com a Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Norte (SESAP). Consta que nenhuma das unidades conveniadas com a UERN apresenta certificação como Hospital de Ensino, mas nelas estão os diversos cenários de ensino-aprendizagem e de práticas do Curso de Medicina da UERN.

A Resolução 01/2012CEE-RN que dispõe sobre o ato do reconhecimento e de renovação de reconhecimento de curso de graduação mantido por instituição de educação superior integrante do sistema de ensino do Estado do Rio Grande do Norte, foi também um dos indicadores que desencadearam esta revisão culminando na construção deste novo PPC. Com base nas recomendações do CEE-RN, na visita da Comissão de Técnicos em 2010 e diante das necessidades de reorganização de componentes curriculares na sua matriz, solicitadas por docentes e discentes no sentido de facilitar melhorar o fluxo do ensino-aprendizagem, este PPC foi revisto, reorganizado e formatado como um novo PPC, utilizando-se da linguagem documental mais recente da UERN.

Com vistas à renovação de reconhecimento, que se vencerá em 07 de maio de 2014, o atendimento às recomendações por ocasião daquela visita foram solucionadas dentro da realidade da FACS-UERN e outras medidas estão “em providências”, pois depende de ações do Governo do Estado, nas quais a UERN não tem governabilidade. Espera-se para

maio de 2014 a visita da CEE/RN e do representante do Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Norte (CREMERN) para vistoria de renovação de reconhecimento. O CEE e o CREMERN fazem a vistoria em conjunto, mas emitem relatórios de vistoria em separado.

A situação econômico-financeira da UERN, enquanto instituição pública estadual, trouxe dificuldades para a execução e implantação de algumas das recomendações postas pela Comissão do CEE para o Curso de Medicina, quando da sua visita anterior, que limitou o reconhecimento do curso em 3 (três) anos, já que algumas destas recomendações ainda continuam “em providências”, com promessas de evolução num futuro próximo, com financiamento de programas do governo federal, a partir de incentivos que possam vir do Programa Mais Médicos (2013).

Os referenciais teórico-metodológicos para o curso permanecem os iniciais, mas ocorreram modificações com finalidade de dar maior clareza ao PPC em nomenclaturas; melhor funcionalidade na distribuição de disciplinas para melhorar etapas do ensino-aprendizagem no curso remanejadas entre alguns períodos; desmembramento de componentes curriculares em acordo com as nomenclaturas RCG/UERN (2013) para adequação à legislação local; e acréscimo de 135 horas em disciplinas obrigatórias.

Para atender a Lei de Estágios (MEC), as Atividades do SUS I, II, III e IV foram enquadradas como atividades complementares e desmembradas dos estágios (Internatos I, II III e IV), este agora de 40 (quarenta) horas semanais; migração de duas disciplinas optativas para disciplinas obrigatórias; acréscimo de 15 (quinze) horas para a nova disciplina Metodologia Científica TCC 2; e fusão de duas disciplinas do oitavo período, por aproximação de conteúdos (Pediatria – Crescimento e Desenvolvimento), somando-se sua carga horária e gerando o componente “Pediatria e Criança saudável”. Isso faz com que fique mais clara a leitura e análise dos componentes curriculares ao longo do PPC e para uma melhor funcionalidade do ensino-aprendizagem do curso. Não houve mudanças substanciais no ementário, como não houve mudanças no referencial teórico-metodológico do Curso, apenas adequações pertinentes ao funcionamento e a atualização dos cursos de medicina no Brasil, aproximando-o de uma linguagem mais própria do RCG/UERN (2013).

11. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

Os princípios norteadores são elementos indispensáveis para a organização curricular, pois se caracterizam como referencial teórico-metodológico orientador do processo de formação. O RCG/UERN (2013) define os princípios mínimos necessários a formação na UERN, que são: interdisciplinaridade, articulação teoria e prática, flexibilização, contextualização, democratização, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Este PPC é pautado na interdisciplinaridade e multidisciplinaridade, perpassando pela articulação teoria e prática (ensino-serviço), contextualização, democratização, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O PPC é coerente entre o que está definido nos objetivos, no perfil do egresso, nas aquisição de competências e habilidades e nas concepções dos princípios norteadores da formação do médico generalista. O processo ocorre a partir do primeiro período do curso com a inclusão do aluno nos problemas e anseios da comunidade via SUS, de forma que haja integração entre a teoria e a prática em todos os momentos do curso. Neste PPC, o aluno é o sujeito da aprendizagem, o professor é o facilitador e mediador do processo ensino-aprendizagem e o homem, no contexto do processo saúde-doença, o foco da assistência integral à saúde no seu aspecto biopsicossocial e ambiental.

A abordagem deste Projeto Pedagógico, como organização do trabalho no Curso de Medicina da UERN, está fundamentada em princípios que deverão nortear a escola estadual, pública, democrática, gratuita e de qualidade. Este Curso objetiva capacitar seus alunos, não apenas do ponto de vista técnico, mas dar-lhes consciência de tudo que, ao longo da história, a humanidade realizou na área de saúde e entender a condição humana, sua identidade terrena e sua ecologia. Segundo Lampert (2003), os princípios norteadores indicados para formar o médico com esse perfil devem ser direcionados para:

I - Abordagem Pedagógica - estrutura curricular com atividades integradas em disciplinas e ou módulos; processo ensino-aprendizagem centrado no aluno com papel ativo na construção do próprio conhecimento, tendo o professor papel facilitador em atividades mais interativas com pequenos grupos de alunos; avaliação do desempenho na prática clínica e social de conhecimentos, habilidades e atitudes.

II - Cenário da Prática - prática na rede do sistema de saúde, preferencialmente no SUS, em graus crescentes de complexidade voltada para as necessidades de saúde prevalentes dentro de uma visão intersetorial com enfoque na saúde; aluno com oportunidade de prática ampla e de complexidade crescente, supervisionada por docente; atividades práticas cobrindo vários

programas e serviços voltado para o processo saúde-doença (adulto, materno-infantil, medicina do trabalho, atividades comunitárias, etc.).

III - Capacitação Docente - formação pedagógica exigida com acompanhamento e avaliação do Núcleo de Apoio Didático-pedagógico e NDE; exigência de atualização e aprimoramento técnico-científico com incorporação crítica de novos conhecimentos e tecnologia; docentes comprometidos com o SUS, analisando criticamente os modelos de prática e desenvolvendo processo formativo ligado às necessidades regional e local em saúde e participando da avaliação das políticas e planejamento dos serviços para melhorias e funcionamento do SUS.

Na concepção pedagógica de educação, o objeto de estudo da medicina é o ser humano dentro de sua dimensão biológica e social indivisível, entretanto, devido ao padrão de formação antecedente, docentes, assim como os demais profissionais já inseridos no mercado de trabalho, apresentam uma visão especializada na abordagem do indivíduo e dos seus problemas, condicionando a relação médico–doente a uma abordagem essencialmente topográfica. O indivíduo é encarado de forma cartesiana como o resultado da soma das partes. Este PPC, enquanto modelo de currículo proposto pela UERN busca quebrar esse paradigma e formar médicos generalistas com uma visão humanista, partindo-se do princípio que os professores também tenham essa concepção. O desenvolvimento científico e tecnológico na área médica reforça o aparecimento dos especialistas, mas é indispensável que docentes generalistas representem modelos de identificação para o médico geral que desejamos formar. Reconhecemos o médico generalista, identificando sua posição legítima com alta capacidade de resolução dos problemas comuns de saúde, bem como indispensável agente modificador dos padrões de promoção à saúde e minimizador das desigualdades sociais no processo saúde-doença da nossa população.

O reflexo no mercado de trabalho foi um movimento intenso de fracionamento do trabalho médico, que passa a se diferenciar em práticas ligadas diretamente à prestação do cuidado (profundamente diferenciadas segundo o grau de especialização) e a atividades gerenciais. A consequência foi a criação de cargas de trabalho, valorização e remuneração diferenciada para as distintas modalidades da prática, levando a uma estratificação técnica e social no interior do trabalho médico quando multiplicaram-se as consultas, divididas entre os responsáveis pelo cuidado de um ou outro aparelho e diminuiu a resolubilidade em relação aos problemas de saúde de cada pessoa. Outra consequência dessa tendência é tornar a

abordagem dos problemas de saúde mais onerosa, pois o olhar do médico especialista é mais fragmentado e incompleto, sendo solicitados recursos diagnósticos e terapêuticos mais caros muitas vezes desnecessários que nem sempre beneficiam o paciente.

A fragmentação da atenção implica na falta de compromisso do profissional em relação à saúde geral do paciente e este, por sua vez, se sente insatisfeito em relação à atenção que recebe. Para se modificar o processo de formação médica de modo que o resultado seja um profissional com uma sólida formação geral, humanista, crítica, capaz de trabalhar em equipe e consciente da realidade social na qual está inserido, é necessário que as contradições descritas acima sejam enfrentadas pela escola médica. A criação de novos cenários de ensino-aprendizagem e a modificação da prática dos profissionais responsáveis pelo processo de formação são fundamentais para que esse objetivo seja alcançado.

A concepção de currículo proposta, além do objetivo de formar um médico generalista, abre espaço para além de componentes curriculares obrigatórios: componentes curriculares optativos, seja na forma de disciplinas ou de atividades complementares, para que os alunos tenham contato com estudantes e disciplinas de outras áreas da saúde e outras áreas do saber, promovendo a interdisciplinaridade do conhecimento, favorecendo o crescimento profissional e pessoal e como consequência desenvolva habilidades para trabalho em equipe multiprofissional.

Se o objetivo do graduado é prestar serviço com competência no sentido de influir positivamente nos indicadores de qualidade da saúde da população, precisamos dotar o ensino médico de um currículo mínimo que contemple as necessidades básicas da população. A abordagem proposta do curso para uma efetiva mudança do cenário, prevê um enfoque contextualizado do currículo médico, onde o aluno possa entrar em contato com a realidade da assistência médica e serviços de saúde, na sua região, desde o início do curso. A estratégia político pedagógica para consolidar estes objetivos baseia-se, entre outras medidas, na inclusão de carga horária curricular específicas e obrigatórias de atividades complementares para além do estágio, nos dois anos finais do Curso, fora do horário de estágio de Internatos, com referência a Atividades no SUS (não estágio), na forma do exercício prático em plantões e atividades comunitárias.

Estas práticas, enquanto atividades complementares com 1.200 horas, representa uma inovação do ensino-aprendizagem na consolidação do processo de construção do conhecimento direcionadas às necessidades SUS, na prática médica cotidiana da região onde a UERN está inserida. Outras atividades complementares serão desenvolvidas

fora da sala de aula, de maneira integrada com diversos grupos populacionais e com os setores público e privado, integrando saberes, práticas sociais e econômicas, trabalhando com problemas concretos em um território real e propondo soluções viáveis e exequíveis dentro da organização do sistema local de saúde e assim colaborar na consolidação do SUS.

A concepção de ensino aqui abordada tem como objetivo auxiliar o aluno a criar sua própria identidade, preparando-o para um mundo em constante transformação, além de levá-lo à compreensão sobre os conhecimentos que circulam fora da universidade. O Curso de Graduação em Medicina da UERN tem um PPC construído coletivamente, centrado no aluno como sujeito da aprendizagem, apoiado no professor como facilitador e mediador do processo ensino-aprendizagem e o foco na integralidade da assistência ao paciente, aproximando o graduando dos quatro pilares da Educação, que constam do relatório da UNESCO, proposto para a educação do século XXI: aprender a conhecer, aprender a conviver, aprender a fazer e aprender a ser.

Problemas autênticos são apresentados nas atividades complementares, permitindo aos alunos trazer o conhecimento externo para dentro da universidade e levar a academia para a comunidade, de modo a contemplar:

- ✓ Atenção à Saúde – o desenvolvimento de competências e habilidades, entendendo-se que a atenção à saúde não se resume ao ato técnico, mas a resolução do problema de saúde na sua pluralidade, seja individual ou coletiva;
- ✓ Tomada de Decisão – o desenvolvimento de competências e habilidades entendendo-se que a tomada de decisão está pautada na eficácia e custo-efetividade, força de trabalho, uso adequados de medicamentos e equipamentos nos procedimentos da prática médica;
- ✓ Comunicação – o desenvolvimento de competências e habilidades entendendo-se que a ética e confiabilidade das informações devem permear todo procedimento médico e as boas relações interpessoais com profissionais de saúde e comunidade. São priorizados o acesso ao conhecimento atualizado ainda que esteja em língua estrangeira e o domínio da tecnologia da informação, entre elas a informática em saúde, a informática médica e o domínio de língua universal;
- ✓ Liderança – o desenvolvimento de competências e habilidades, cujo foco deve ser o bem-estar da comunidade, envolvendo compromissos, responsabilidades, empatia, tomada de decisões seja individual ou em conjunto com profissionais

de saúde, comunicação, gerenciamento de forma eficaz e capacidade de liderança entre profissionais de saúde e ou equipe multidisciplinar;

- ✓ Administração e Gerenciamento – o desenvolvimento de competências e habilidades, quando o curso volta-se para a aptidão empreendedora, gestão de recursos públicos, gestão de recursos humanos, gestão de recursos da informação, seja como empreendedor, gestor, administrador, empregador ou líder em equipes de saúde; e
- ✓ Educação Permanente – voltado para o desenvolvimento de competências e habilidades, incentivando-se o “aprender a aprender” de forma responsável e contínua em teoria e práticas em saúde, repassando conhecimentos à futuras gerações de profissionais médicos quando pertinentes, com foco no benefício mútuo dos profissionais da saúde, com vistas ao processo de ensino-aprendizagem e como facilitador da mobilização acadêmico/profissional.

Este Projeto traz a possibilidade de se criar componentes curriculares voltados para um currículo organizado em núcleos temáticos, o que possibilita o aprofundamento dos conhecimentos com recursividades e garante a formação integral do médico generalista ao longo do curso. Na busca da integração curricular, faz-se necessário que se contemplem espaços para discussões de temas afins, com olhares interdisciplinares e multidisciplinares, convergindo o conhecimento no seu todo, o que significa não incentivar a departamentalização do ensino, numa lógica de hierarquização de conteúdos por critérios individuais de importância, em detrimento desse todo e sem correlações com a clínica. Assim, a proposta pedagógica da estrutura curricular deste PPC envolve os eixos vertical, horizontal e transversal na distribuição dos seus componentes curriculares.

Este PPC contempla diversos cenários de práticas em saúde como laboratórios, ambulatórios, hospitais, maternidades, serviços comunitários, serviços de urgência e emergência, serviços de assistência pré-hospitalar, preferencialmente do SUS ou a ele conveniados. O PPC foi construído buscando sintonia, aproximação e ou articulação com o PDI da UERN, com as Políticas Nacionais de Saúde e com as DCN's para Cursos de Medicina, daí termos um documento voltado para construção do conhecimento com base não só no ensino, mas veiculado a processos de pesquisa e extensão existentes na UERN.

O cenário do ensino não se constitui apenas local de aula de fundamentação teórica ou de práticas, mas significa, principalmente, a construção conjunta de atividades que

possibilitem a compreensão dos problemas da saúde de forma contextualizada, global, multidimensional e complexa, efetivando desde o início do curso, o contato do aluno com a população na Atenção Básica à saúde. O aluno é inserido no SUS a partir do primeiro período do Curso de Medicina via disciplinas obrigatórias em Vivência em Comunidade I.

O curso médico de graduação propicia ao aluno além dos conteúdos obrigatórios para que este seja um bom médico, componentes curriculares optativos de forma a que este aluno: sinta-se livre e consciente de que lhe foi oferecido também um espaço complementar para sua qualificação individual; esteja motivado pela escolha profissional, o que contribui para sua satisfação pessoal e melhor desempenho no ensino-aprendizagem e nas práticas em serviços.

O médico egresso da UERN terá uma formação integrada à sociedade e ao SUS, com a percepção de sua totalidade em níveis de assistência primária, secundária e a referências terciárias na complexidade do SUS. O PPC se adequará de forma continuada e articulada às constantes e rápidas modificações que ocorram no mundo contemporâneo da medicina. A crítica à organização do ensino universitário e à função social dos conteúdos escolares aponta para os pressupostos teórico-metodológicos em que a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade, permearão todo o curso, baseados no paradigma integralizador, a fim de promover a superação da especialização precoce e a desarticulação entre a fundamentação teórica, principalmente a de natureza básica, da prática médica cotidiana.

12. PERFIL, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DO PROFISSIONAL MÉDICO FORMADO PELA UERN

12.1 Perfil do Profissional Médico Egresso

O médico egresso da UERN terá uma formação humanista, generalista, reflexiva, crítica e estará apto para atuar na sociedade na qual será inserido como promotor da saúde. Será reconhecido como um profissional que possua:

- ✓ senso de responsabilidade social;
- ✓ consciência das suas limitações e dos seus deveres éticos;
- ✓ compromisso com a cidadania individual e coletiva;

- ✓ visão crítica da profissão e da sociedade;
- ✓ capacidade de exercer a atividade médica global, no sentido biopsicossocioambiental;
- ✓ capacidade para realizar ações de promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva;
- ✓ visão em saúde pública e epidemiologia;
- ✓ conhecimentos abrangentes de medicina nas áreas básicas e em urgência e emergência;
- ✓ formação médica holística na assistência ao enfermo; e
- ✓ cultura geral e visão humanística, para atuar em sociedade.

12.2 Competências e Habilidades

12.2.1 Competências e habilidades gerais

A UERN formará o médico com competências, habilidades e atitudes para atender às necessidades de um país semiperiférico como o Brasil e às exigências da sociedade contemporânea. São competências gerais: a atenção à saúde; a comunicação interpessoal e com a comunidade; a tomada de decisões no processo saúde/doença; a administração e o gerenciamento em políticas de saúde; a liderança e a educação continuada, já descritos ao longo deste PPC.

12.2.2 Competências e habilidades específicas

As competências e habilidades são aqui distribuídas por categorias e abrangem as competências: ético-humanísticas, profissionalizante, políticas e aquelas associadas ao autodesenvolvimento.

12.2.2.1 Competências e habilidades ético-humanísticas

- ✓ estabelecer relações com equipes multidisciplinares para atuar em saúde;
- ✓ estabelecer relações interpessoais harmônicas (colegas de trabalho, pacientes e seus familiares);
- ✓ informar e educar seus pacientes, familiares e a comunidade em relação à promoção e prevenção de saúde, tratamento e reabilitação das doenças;
- ✓ zelar pelos procedimentos éticos e técnicos de transmissão do conhecimento médico às gerações posteriores;
- ✓ atender aos princípios éticos e técnicos previstos nas políticas de saúde;
- ✓ compreender a função social do médico em face das necessidades loco-regionais e das necessidades internas de um país semiperiférico como o Brasil.

12.2.2.2 Competências e habilidades políticas

- ✓ entender e atuar junto ao Sistema Único de Saúde (SUS);
- ✓ lidar com a dinâmica do mercado de trabalho e com as políticas públicas de saúde;
- ✓ refletir, de forma crítica, os conceitos relacionados à economia em saúde, orientando os sujeitos envolvidos na utilização criteriosa de recursos;
- ✓ considerar as relações de mercado e o custo-benefício nas decisões médicas, direcionados para necessidades da população, sem ferir os preceitos da ética;
- ✓ atuar na política e no planejamento em saúde, voltados para a cidadania e para a democracia.

12.2.2.3 Competências e habilidades profissionalizantes

- ✓ conhecer o SUS e os níveis de atendimento na Atenção Básica e ser capaz de atuar integralmente nos níveis primário e secundário, com possibilidades de atendimento em nível terciário;
- ✓ dominar a técnica da semiologia na construção da história clínica e na arte de realizar o exame físico de forma ética e completa;
- ✓ reconhecer, no processo saúde/doença, os casos que fujam das limitações técnicas da formação do médico generalista, e encaminhá-los à rede referenciada.

No domínio da semiologia, o egresso da UERN deverá encontrar-se apto para reconhecer a doença, extrair dados relevantes e produzir hipóteses diagnósticas. A ênfase será no método clínico e deverá contemplar: descrição e comparação do quadro clínico mais característico; identificação, avaliação e validação de cada hipótese diagnóstica; proposta sequencialmente organizada de procedimentos diagnósticos, incluindo exames específicos e inespecíficos para as hipóteses diagnósticas não descartadas clinicamente; indicação de recursos propedêuticos e terapêuticos contemporâneos hierarquizados; atuação na proteção e promoção da saúde, na prevenção de doenças, no tratamento e reabilitação dos problemas de saúde e no acompanhamento do processo da morte, norteando sua prática pela ética.

12.2.2.4 Competências e habilidades de autodesenvolvimento

- ✓ desenvolver atividades que garantam a educação permanente do médico, estimulando a autoaprendizagem, a fim de que possa sempre atuar com qualidade e alto poder de resolutividade nos processos de saúde-doença;
- ✓ estimular a leitura crítica de artigos técnico-científicos e participar da produção de conhecimentos;
- ✓ entender a ecologia humana e planetária;
- ✓ dominar os conhecimentos científicos básicos de natureza bio-psico-socioambiental;
- ✓ utilizar com propriedade a língua pátria, ler textos científicos em outro

idioma principalmente na língua inglesa (língua mais usada na ciência universal) e ter conhecimentos gerais.

- ✓ Cuidar de sua própria saúde física e mental, e buscar seu bem-estar como cidadão e como médico é mais que um dever, é um direito do ser humano.

12.3 Campo de atuação do médico a partir dos cenários de práticas

As competências e habilidades (gerais e específicas) do egresso do Curso de Medicina da FACS-UERN possibilitam a sua atuação nos diferentes cenários de produção dos serviços de saúde, a partir do desempenho de ações assistenciais, gerenciais, de pesquisa e de ensino, nos serviços (públicos e/ou privados) de baixa, média e alta complexidade, nos níveis de atenção primária, secundária e terciária do SUS.

13. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Define-se a base da organização curricular do ensino e da avaliação de desempenho do aluno, a partir do conjunto de conteúdos e objetivos articulados. A organização curricular, a partir da construção da sua matriz, é dimensionada pela organização e desenvolvimento de componentes curriculares estabelecidos pelo PPC, respeitada a autonomia e as especificidades de cada curso (UERN, 2013). O RCG/UERN (2013) define no Art. 22 que a matriz curricular de cada curso compreende um conjunto de componentes curriculares, que são unidades de estruturação didático-pedagógicas, podendo ser ordenado por meio de pré-requisitos agrupados em: I – disciplinas; II – atividades da prática como componente curricular (estas ligadas aos cursos de licenciatura); III – estágio; IV – trabalho de conclusão de curso; V – atividades complementares.

O currículo foi concebido para o curso de Medicina, nível bacharelado, organizado com perfil, competências e habilidades que possibilitam a organização dos conteúdos curriculares em núcleos temáticos. Estes devem despertar a atenção, de forma integralizada, para amplas discussões interdisciplinares e multidisciplinares sobre um tema em um mesmo espaço, o que ensejará a utilização de métodos ativos de ensino, além de formatos tipo simpósios, mesas redondas, eventos, aulas expositivas, casos clínicos e fóruns.

A integração entre os componentes curriculares que compõem os núcleos temáticos de formação básica e profissionalizante, ambos voltados para o exercício da medicina, é essencial para o planejamento curricular. Questões de natureza integradora entre disciplinas e entre disciplinas e módulos oferecidos no período em curso devem constar nas avaliações escrita dos discentes.

Nos primeiros oito semestres, o Curso está estruturado em um conjunto de componentes de oferta semestral, com predominância teórica e teórico-prática, organizadas a partir de conteúdos afins, que serão distribuídos em oito semestres para fundamentação. Os quatro semestres finais do Curso, serão de atividades complementares, denominados Atividades no SUS I, II, III e IV, com 1.200 horas e de estágios obrigatórios na forma de Internatos I, II, III e IV, com 3.960 horas, este em regime de 40 horas semanais.

A formação integral do aluno dar-se-á pela articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão/assistência. Essa formação contribuirá para a compreensão, interpretação, preservação, reforço, fomento e difusão das culturas, num contexto pluralista, mas respeitador da diversidade, focado no homem como ser biopsicossocial em seu meio ambiente.

Os conhecimentos apontados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, listados a seguir, são organizados de forma a contemplar os núcleos com conteúdos essenciais, na perspectiva da formação do perfil do médico da UERN e nas competências e habilidades delineadas. Os conteúdos essenciais foram desenvolvidos a partir do conjunto de suas afinidades consideradas importantes para a formação do médico generalista e estão assim discriminados:

A - Conteúdos de formação ético-político-humanísticos: compreende conteúdos com questões relevantes de natureza ética, políticas e humanísticas, ligadas à prática em saúde e, principalmente, à humanização nas relações em serviços de saúde. São elas: Ética, Bioética, Psicologia Médica, Administração Sanitária (Legislação e Administração de Sistemas de Saúde) e Medicina Legal.

B - Conteúdos de formação médica básica: compreende conteúdos com questões relevantes de natureza médica ligadas às ciências básicas do conhecimento, importantes na formação geral do médico. São conteúdos de metodologia da pesquisa científica; citologia e organização biomolecular (biologia celular e molecular); sistemas neuroendócrinos e sistemas digestórios, respiratório, cardiovascular, excretor e locomotor (embriologia, anatomia, histologia, genética, bioquímica, fisiologia, biofísica); conteúdos

de parasitologia, microbiologia, imunologia, farmacologia básica e farmacologia aplicada, imagenologia básica (distribuída na forma de inserção em diversas disciplinas e módulos), patologia geral (sendo a anatomia patológica distribuída na forma de inserção em diversas disciplinas e módulos), semiologia médica, clínica e instrumentação cirúrgica, e anestesiologia.

C- Conteúdos de especialidades de formação médica em clínica e cirurgia: compreende conteúdos com questões relevantes de natureza médica em clínica e cirurgia, relacionados à: doenças do aparelho digestivo; doenças cardiovasculares; doenças respiratórias; doenças geniturinárias; doenças imunológicas; doenças do tecido conjuntivo e das articulações (reumatológicas); doenças neurológicas; doenças dermatológicas; endocrinopatias; doenças infecciosas; doenças pediátricas; doenças das mamas, ginecológicas e obstétricas; doenças geriátricas; bases da oncologia; urgências clínicas; urgências traumáticas; oftalmologia, otorrinolaringologia e da psiquiatria.

D - Conteúdos de saúde coletiva: compreende conteúdos com questões relevantes de saúde comunitária, preservação da qualidade de vida individual e coletiva, prevenção de doenças e humanização dos serviços de saúde, relacionados a: epidemiologia, nutrição e saúde, medicina preventiva, criança saudável no seu crescimento e desenvolvimento, vivências em comunidade, administração sanitária (Legislação e Administração de Sistemas de Saúde).

E - Conteúdos complementares: com atividades complementares obrigatórias e optativas, quando compreende conteúdos diversos, de interesse particular do aluno, implícitos nas recomendações do MEC, a fim de que possam complementar o currículo de forma individualizada. São conteúdos de natureza geral: social; antropológica; filosófica; política; administrativa; histórica; artística; econômica; psicológica; de higiene; educacional; bioestatística; matemática; da corporeidade; da enfermagem; da informática e de natureza linguística, citadas no rol de disciplinas optativas ofertadas pelos cursos da UERN.

F - Trabalho de conclusão de curso (TCC): contempla disciplinas de iniciação à metodologia científica; a metodologia científica quando da construção de um pré-projeto, submissão e desenvolvimento do trabalho; e a escrita do projeto aprovado, na elaboração do trabalho científico, finalizado com a apresentação pública do TCC antes de iniciado o oitavo período do curso.

13.1 Núcleos Temáticos e Relações entre Componentes Curriculares

Atender a determinação da DCN's para o Curso de Medicina significa promover a união de partes de componentes curriculares diferentes seguindo um critério de organização do conhecimento, diferente do esquema tradicional. Pode-se estabelecer três graus de relações disciplinares:

- a) multidisciplinaridade que é a organização mais tradicional, conteúdos apresentados por matérias estanques, independentes umas das outras, é a organização mais comum presente nos cursos universitários;
- b) interdisciplinaridade que é a integração entre duas ou mais disciplinas variando desde a simples comunicação de ideias até a integração recíproca dos conceitos fundamentais, sendo utilizada nos currículos integrados; e.
- c) transdisciplinaridade que é o grau máximo de relações entre as disciplinas, que supõe uma integração global dentro de um sistema e é assim que deveria funcionar como organização para o conhecimento do corpo humano e suas relações, mais que essa forma de organização ainda permanece como utopia.

A organização deste PPC está pautada, portanto, na multidisciplinaridade e na interdisciplinaridade que norteiam o planejamento e desenvolvimento do Curso, lembrando que não existe receita pronta de um projeto pedagógico aplicável a todos os cursos de medicina e nem a todos os cursos de uma mesma instituição.

A distribuição em núcleos temáticos mostra, de forma objetiva, conteúdos que se articulam científica e politicamente entre si. Em alguns núcleos, são evidenciados componentes curriculares comuns a mais de um núcleo de forma que o conhecimento, fluído em nível sequencial por semestre, não perde de todo o elo de ligação que mantêm com o conhecimento anterior e de forma recursiva, retoma-o em alguns momentos. Desses entrelaçamentos, configura-se a distribuição, em oito períodos iniciais, dos componentes curriculares obrigatórios.

Nos 4 semestres finais do curso, eminentemente práticos, os conhecimentos ético-humanísticos estão incorporados na dia a dia da prática médica. Na sua história, a medicina grega, berço da medicina ocidental, estava indissociada da filosofia e da política, portando a medicina tem sua origem em formação humanística; Hipócrates, grego, pai da medicina, nos seus escritos 406 a.C discorre sobre ética e condutas. A medicina ocidental,

incluindo a brasileira, ainda hoje é de natureza hipocrática, mas foi a partir de Descartes e do método cartesiano que a medicina passou a ser dicotomizada, fragmentada, perdendo paulatinamente sua condição de humanidade. Só ao final do Século XX foi incorporado no aparelho formador, o ideário da necessidade da formação holística para o médico, como um processo de re-humanização da medicina, sendo recomendado desde então, a inclusão de um núcleo de conteúdos ético-humanístico na sua estrutura curricular, subliminarmente incluso nas DCN's (2001), quando dialoga com ética, comunicação, relações humanas, relações interprofissionais, bem-estar, políticas de gestão, dentre outros. A mesma lógica ocorre com os demais núcleos.

13.1.2 Núcleo de formação básica

- ✓ Citologia e Organização Biomolecular (1º período)
- ✓ Introdução à Metodologia Científica – TCC 1 (2º período)
- ✓ Módulo Morfofuncional I (1º período)
- ✓ Genética Humana (2º período)
- ✓ Módulo Morfofuncional II (2º período)
- ✓ Anatomia Topográfica e Descritiva (3º período)
- ✓ Semiologia Médica (4º período)
- ✓ Instrumentação e Clínica Cirúrgica (4º período)
- ✓ Imagenologia (4º período) e inserções nas disciplinas e módulos
- ✓ Farmacologia Básica (4º período)
- ✓ Anestesiologia (4º período)
- ✓ Farmacologia Aplicada I (5º período)
- ✓ Metodologia Científica -TCC 2 (5º período)
- ✓ Elaboração de Trabalho Científico – TCC 3 (7º período)
- ✓ Farmacologia Aplicada II (8º período)

13.1.3 Núcleo de formação de habilidades políticas e ético-humanísticas

- ✓ Introdução à Medicina (1º período)
- ✓ Noções de Ética e Bioética (1º período)
- ✓ Psicologia Médica (3º período)
- ✓ Administração Sanitária (Legislação e Administração de Sistemas de Saúde) (7º período)
- ✓ Medicina Legal (7º período)

13.1.4 Núcleo de agressão e defesa

- ✓ Imunologia (3º período)
- ✓ Infectologia (5 º período)
- ✓ Microbiologia Médica (3º período)
- ✓ Parasitologia Médica (3º período)
- ✓ Patologia Geral (4º período e inserções nas disciplinas e módulos)

13.1.5 Núcleo de doenças

- ✓ Doenças do Aparelho Digestivo (5º período)
- ✓ Doenças Cardiovasculares (5º período)
- ✓ Doenças Hematológicas e Linfopoiéticas (5º período)
- ✓ Doenças Endócrinas (5º período)
- ✓ Bases da Oncologia (4º período)
- ✓ Doenças Respiratórias (6º período)
- ✓ Doenças do Aparelho Gênito-urinário (6º período)
- ✓ Doenças Imunológicas, do Tecido Conjuntivo e das Articulações (6º período)
- ✓ Doenças Neurológicas (6º período)
- ✓ Doenças Dermatológicas (7º período)
- ✓ Doenças Osteoarticulares (7º período)
- ✓ Urgências Clínicas (7º período)
- ✓ Urgências Traumáticas (7º período)
- ✓ Geriatria (8º período)
- ✓ Ginecologia e Mastologia (8º período)
- ✓ Oftalmologia (7º período)
- ✓ Otorrinolaringologia (7º período)

13.1.6 Núcleo de neurociências

- ✓ Doenças Neurológicas (6º período)
- ✓ Psicologia Médica (3º período)
- ✓ Psiquiatria (6º período)

13.1.7 Núcleo materno Infantil

- ✓ Pediatria e Criança Saudável (8º período)
- ✓ Ginecologia e Mastologia (8º período)
- ✓ Obstetrícia (8º período)

13.1.8 Núcleo de saúde coletiva

- ✓ Epidemiologia I (2º período)
- ✓ Epidemiologia II (3º período)
- ✓ Vivência em Comunidade I (1º período)
- ✓ Vivência em Comunidade II (2º período)
- ✓ Nutrição e Saúde (3º período)
- ✓ Medicina Preventiva (4º período)
- ✓ Administração Sanitária (Legislação e Administração de Sistemas de Saúde) (7º período)

13.1.9 Núcleo de atividades complementares

- ✓ Atividades Acadêmicas (do 1º ao 8º período, exceto PET)
- ✓ Atividades do SUS I (do 9º ao 12º período)
- ✓ Atividades do SUS II (do 9º ao 12º período)
- ✓ Atividades do SUS III (do 9º ao 12º período)
- ✓ Atividades do SUS IV (do 9º ao 12º período)
- ✓ Seminários Transversal (do 1º ao 12º período)

13.1.10 Núcleo de trabalho científico e de TCC

- ✓ Iniciação à Metodologia Científica - TCC 1 (2º período)
- ✓ Metodologia Científica – TCC 2 (5º período)
- ✓ Elaboração do Trabalho Científico – TCC 3 (7º período)
- ✓ Apresentação do TCC (final do 7º período, antes do início do 8º período)

13.1.11 Núcleo de disciplinas Optativas

- ✓ Administração de Recursos Humanos I
- ✓ Administração Hospitalar
- ✓ Antropologia Cultural I
- ✓ Antropologia Cultural II
- ✓ Antropologia da violência
- ✓ Antropologia e Saúde
- ✓ Bioestatística
- ✓ Biogeografia dos Ecossistemas
- ✓ Chefia e Liderança
- ✓ Ciência Política I
- ✓ Contabilidade Geral I

- ✓ Correlação Anátomo-clínica I (FACS)
- ✓ Correlação Anátomo-clínica II (FACS)
- ✓ Desenvolvimento motor
- ✓ Didática
- ✓ Direito e Legislação Social
- ✓ Economia de Empresas
- ✓ Economia do Trabalho
- ✓ Elementos de Teoria Musical e Solfejo I
- ✓ Elementos de Teoria Musical e Solfejo II
- ✓ Estrutura da Matéria
- ✓ Filosofia das Ciências Humanas
- ✓ Folclore
- ✓ Fundamentos da Filosofia
- ✓ Fundamentos da Psicologia
- ✓ Fundamentos da Sociologia
- ✓ Geografia da População
- ✓ Geografia do Nordeste
- ✓ Geografia do Rio Grande do Norte
- ✓ Geografia Humana e Econômica
- ✓ Higiene (FACS)
- ✓ História da Arte
- ✓ História da Região Nordeste
- ✓ História do Rio Grande do Norte
- ✓ Iniciação Empresarial
- ✓ Interpretação I (Espanhol/Português)
- ✓ Interpretação II (Espanhol/Português)
- ✓ Introdução à Gestão Ambiental
- ✓ Introdução à Política
- ✓ Introdução à Sociologia
- ✓ Introdução ao Computador
- ✓ Leitura e Produção de Textos I (Espanhol)
- ✓ Língua Brasileira de Sinais
- ✓ Língua Inglesa I
- ✓ Língua Inglesa Instrumental I
- ✓ Língua Inglesa Instrumental II
- ✓ Língua Portuguesa I
- ✓ Língua Portuguesa II
- ✓ Língua Portuguesa Instrumental I
- ✓ Língua Portuguesa Instrumental II
- ✓ Literatura de Cordel
- ✓ Matemática Comercial e Financeira
- ✓ Matemática 1
- ✓ Medicina e Arte (FACS)
- ✓ Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
- ✓ Metodologia Científica
- ✓ Movimentos Sociais
- ✓ Oficina I de Vivência na Comunidade (FACS)
- ✓ Prática Desportiva I
- ✓ Prática Desportiva II

- ✓ Produção textual
- ✓ Psicologia da Adolescência
- ✓ Psicologia da Criança
- ✓ Redação Oficial
- ✓ Saúde Ambiental
- ✓ Sociedade e Natureza
- ✓ Sociedades Camponesas
- ✓ Sociologia da Educação
- ✓ Sociologia do Meio Ambiente
- ✓ Sociologia do Nordeste Brasileiro
- ✓ Sociologia Geral
- ✓ Sociologia Rural
- ✓ Sociologia Urbana
- ✓ Teatro brasileiro I
- ✓ Teatro brasileiro II
- ✓ Termodinâmica

13.2 Estrutura Curricular

Define a base da organização curricular do ensino e da avaliação de desempenho do aluno, a partir do conjunto de conteúdos e objetivos articulados.

13.2.1 Componentes Curriculares

O conjunto de componentes curriculares contemplados no RCG/UERN (2013), são unidades de estruturação didático-pedagógicas, algumas ordenadas sem pré-requisitos e outras ordenadas por meio de pré-requisitos e que permitiram a organização da matriz curricular deste PPC. Esse conjunto está assim agrupado:

I – disciplinas – são componentes curriculares obrigatórios e optativos que necessitam registrar CH, créditos e nota. Consta neste PPC uma matriz curricular, com conteúdos do agrupado disciplinas obrigatórias, onde o aluno integralizará 3.975 horas e 265 créditos e as respectivas notas junto a uma matriz de disciplinas optativas, onde o aluno integralizará 225 horas e 15 créditos com as respectivas notas, para constar no seu Histórico Escolar.

II – atividades da prática como componente curricular – são componentes curriculares que não se enquadram no curso de medicina enquanto bacharelado, pois são componentes específicos para cursos de licenciatura;

III – estágio - corresponde aos Internatos I, II, III e IV, distribuídos em semestres, com CH semanal de 40 horas e integralização total em 3.960 horas;

IV – trabalho de conclusão de curso – apresentação e aprovação do TCC, antes de iniciado o 8º período do curso;

V – atividades complementares – conjunto de estratégias didático-pedagógica que permitem a articulação teoria-prática. Estão inseridas neste PPC as Atividade Acadêmica, com CH de 180 horas, ligadas ao ensino, pesquisa e extensão; o Seminários Transversal, com CH de 150 horas e que permeia de forma transversal todo o curso de medicina, ofertados de 15 a 20 horas por semestre, porém não necessariamente semestres consecutivos. Caracteriza-se pela exploração de temas abrangentes de interesse discente. Em atividades complementares enquadra-se também as Atividades do SUS I, II, III e IV, com CH de 1.200 horas, aplicada na forma de plantões no SUS e atividades comunitárias da Atenção Básica do SUS. A integralização das atividades complementares no todo e nas partes ocorrerá quando cumprido todo cronograma de atividades propostas, integralização da CH no todo e nas partes e a ordenação dos registros em formulário próprio interno da Orientação Acadêmica para cada componente complementar obrigatório e consequente encaminhamento para registro escolar.

O conjunto dos componentes curriculares visa ao desenvolvimento de competências e habilidades mencionadas ao longo do PPC e contempla, além dos segmentos do conhecimento médico do básico ao profissionalizante, conhecimento de conteúdos para além ciências da saúde. O PPC permite disponibilizar novas disciplinas no âmbito dos cursos da UERN, em função do interesse pessoal do aluno, na forma de matrícula em disciplinas optativa. A articulação transversal, horizontal e vertical promove a recursividade entre conteúdos e favorecem o ensino-aprendizagem em medicina.

13.2.2 Articulação do Ensino nos Eixos Transversal, Horizontal e Vertical

A articulação entre as várias etapas do percurso educativo implica uma sequencialidade progressiva, conferindo a cada etapa a função de completar, aprofundar e alargar a etapa anterior, numa perspectiva de continuidade e unidade global do ensino-aprendizagem, de forma a favorecer a transição adequada entre os ciclos do ensino básico,

profissionalizante (técnico/clínico) e prático. O tema aglutinador do percurso é o eixo transversal, que permeia não só a semestralidade, vai além, permeia todo o curso (do primeiro ao décimo segundo período). Uma das estratégias dessa articulação é a realização de atividades ou eventos semestrais que contemple todos os períodos do curso em um mesmo momento. Para isso este PCC aponta o “Seminários Transversal”, inserido na UERN como “Atividades Complementares”. A articulação de conteúdos programáticos, entre componentes curriculares, nos eixos vertical e horizontal melhora a gestão do tempo e a qualidade do ensino-aprendizagem, melhora o desempenho escolar do aluno e está voltado para uma aprendizagem mais significativa. O PPC contempla:

1. eixo vertical - de origem departamental e responsabilidade do NDE, garante a sequência e coerência nos vários grupos de componentes curricular de ensino-aprendizagem, que se traduzem na progressão gradual do conhecimento disciplinar nos vários ciclos e períodos do ensino. Esta articulação é expressa e dinamizada pelo DCB e orientação pedagógica do curso sob olhares firmes do NDE. Aos docentes compete o trabalho colaborativo, assumindo a forma consistente de articulação interdisciplinar e a sequencialidade das etapas educativas. Essa etapa torna-se mais visível, no PPC, entre outros momentos, nos “Modulo Morfofuncional I e II”, enquanto componente curricular do ciclo básico apresentado na forma multidisciplinar.
2. eixo horizontal - da responsabilidade compartilhada do Colegiado do Curso, Departamento, professores e orientação pedagógica. Visa aferir conteúdos, objetivos, procedimentos, atividades e estratégias numa lógica de harmonização e interação de conhecimentos num mesmo patamar de desenvolvimento.
3. o eixo transversal - a partir do “Seminários Transversal” busca integrar nas discussões de temas de interesse coletivo e de atualizações, sempre centrados no interesse discente, todos os períodos do curso em um mesmo momento e local, promovendo um amplo debate de forma a integrar todos os períodos do curso na sua complexidade.

13.2.3 Operacionalização do Processo de Articulação Curricular

O Curso de Medicina da UERN visa educar para a cidadania. O eixo transversal define temas variados e pode versar conteúdos sobre educação para cidadania, mercado de trabalho, educação, direitos humanos, desenvolvimento sustentável, educação ambiental, educação intercultural; temas para discussão de casos clínicos; temas de cunho científico, segurança no trabalho, momento religioso ecumênico, bioética, dentre muitos outros de interesse sociais e principalmente do interesse discente.

Este PPC aponta na direção em que a transversalidade articula os vários períodos do curso e as articulações horizontal e vertical dos conteúdos curricular gera uma participação colaborativa dos docentes visando integrar saberes, atividades e projetos dando sentido às aprendizagens.

As orientações para o ensino integrado apontam:

1. educar para a cidadania, de modo transversal, a partir das escolhas de temas e objetivos semestrais;
2. articular conteúdos e objetivos dos diversos períodos com coerência e sequencialidade;
3. avaliar o desempenho dos alunos com critérios uniformes semestrais;
4. valorizar o ensino-aprendizagem de forma integral associando teoria à práticas;
5. usar biblioteca e sistemas informatizados como dinamizador e articulador curricular; e
6. favorecer e valorizar o trabalho docente colaborativo entre docentes, FACS-DCB e a comunidade por meio do SUS.

A estrutura curricular proposta neste PPC, será operacionalizada de forma a que os temas sejam abordados, preferencialmente de forma integrada, nos eixos horizontal, vertical e transversal. Sempre que possível, os facilitadores do aprendizado, de forma interdisciplinar, devem apresentar a visão social de promoção da saúde, da prevenção e cura das doenças, em cada etapa do processo. Serão utilizadas medidas que visem a:

- ✓ integração e correlação entre os componentes curriculares (disciplinas) dos ciclos básico e profissionalizante;
- ✓ carga horária adaptada às necessidades dos conteúdos específicos aos

componentes curricular;

- ✓ estágios (internato), de quatro semestres, possibilitando melhor desenvolvimento das atividades práticas;
- ✓ possibilidade de criação de novos componentes curricular (disciplinas) e atividades complementares que poderão ser integralizadas em 405 horas no seu Histórico Escolar, permitida pela flexibilização do PPC do Curso;
- ✓ disponibilidade de horários nos turnos matutino, vespertino, noturno e possibilidade de utilização dos sábados, para componentes curriculares, domingos e feriados para o internato;
- ✓ possibilidade de oferta de dois ou mais componentes curricular (considerando o número de créditos, carga horária e disponibilidade de professores) no mesmo espaço do calendário, mas ofertadas de forma sequenciada (termina uma disciplina e começa a disciplina seguinte);
- ✓ introdução da elaboração de trabalho científico seguindo o Manual do TCC para curso de medicina e as regras do RCG/UERN (2013) e que deve ser concluído e apresentado no sétimo período do curso, portanto antes de o aluno ingressar no oitavo período do curso;
- ✓ introdução do aluno em práticas na Saúde do Município desde o início do curso o que será feito via disciplinas obrigatórias: Vivências em Comunidade I e II e Epidemiologia I e II, voltada para saúde e cidadania;
- ✓ conteúdos de Anatomia Patológica integradas nas diversas disciplinas relacionados à clínicas e cirurgias.
- ✓ Inserção da imagenologia nos diversas disciplinas, quando pertinentes.

O “Seminários Transversal” é ofertado do 1º ao 12º períodos, obrigatório para todos os alunos do Curso , totalizando 150 horas. Para o aluno de entrada não-inicial, a carga horária exigida é obrigatória e será contabilizada em 15 a 20 horas semestrais a partir do período de entrada, com a obrigatoriedade de reposição anterior à data da entrada da carga horária total, integralizada por meio de componentes curriculares de atividades complementares, em acordo com a orientação acadêmica do curso. O computo deste Seminários Transversal deverá ser de um mínimo de 15(quinze) até 20(vinte) horas como carga horária semestral, entretanto a CH é variável para os alunos de entrada não inicial, podendo ser a maior, a fim de totalizar as 150 horas até o final do décimo segundo período

do curso.

13.3 Integralização Curricular

O conceito atual de currículo é essencialmente dinâmico. A complexidade, a diversidade e a renovação permanente dos conhecimentos médicos tornam imperativa a revisão periódica da estrutura curricular. Neste PPC, o Curso tem duração mínima de 6 (seis) anos (doze semestres) e máxima de 9 (nove) anos (dezoito semestres), totalizando 9.690 horas obrigatórias, com a seguinte distribuição: 3.975 horas (265 créditos de 15 horas cada um) com conteúdos de formação médica básica e profissionalizante (disciplinas e módulos) e 3.960 horas de estágios. Às 3.960 horas de estágios (264 créditos de 15 horas cada um) serão integralizadas nos Estágio de Internatos I, II, III e IV, com duração mínima de 2 (dois) anos (quatro semestres). Nos dois últimos anos do Curso, completa-se a CH com atividades complementares na forma de Atividades para o SUS I, II, III e IV com 1.200 horas obrigatórias ofertadas em correquisitos com os Internatos, sob supervisão do mesmo preceptor e é obrigatória e desenvolvida fora do horário de estágios e operacionalizada na forma de plantões e de atividades comunitárias do SUS. A Integralização de CH incluindo disciplinas obrigatórias (3.975 horas), disciplinas optativas (225 horas) e as atividades complementares como as Atividades do SUS I, II, III e IV com 1.200 horas, as Atividades Acadêmicas com 405 horas e o Seminários Transversal com 150 horas, totalizam 9.690 horas obrigatórias para o Curso de Medicina da UERN.

13.4 Entrada e Desligamento no Curso de Medicina

O Curso de Medicina da FACS permitirá a entrada do aluno na UERN, através PSVI, dispondo em 2014 de sessenta vagas, com entrada semestral de trinta alunos ou em vagas não iniciais disponíveis quando autorizada entrada, ou por transferências *ex-officio* (RCG/UERN (2013)).

O Número de Vagas Não-Iniciais Disponíveis (NVNI), no curso de graduação em medicina, por semestre, para preenchimento no período subsequente à sua apuração, será calculado pela Diretoria de Registro e Controle Acadêmico – DIRCA, semestralmente, após a matrícula regular realizada em prazo previsto no calendário universitário e de acordo com os

critérios definidos no *Ad Referendum* 13/2013-CONSEPE, que regulamenta os cursos de graduação, para em seguida ser enviado à Pró-Reitoria de Ensino e Graduação (PROEG) para divulgação em edital. As normas para o preenchimento das respectivas vagas são regidas pelo RCG/UERN (2013).

O desligamento de alunos, no âmbito da UERN, tem amparo legal no RCG/UERN (2013) e consiste no ato de exclusão do cadastro discente do curso de graduação em medicina, com perda de vaga, observadas as seguintes formas:

- ✓ Desligamento Compulsório: exclusão automática do cadastro de curso de graduação de discente que deixar de cumprir as normas regimentais.
- ✓ Desligamento Voluntário: exclusão de cadastro de curso de graduação por solicitação escrita do aluno.

A distribuição atual de vagas para entrada no curso de medicina FACS-UERN contempla o sistema de cotas, ofertando 50% das 60(sessenta) vagas, ou seja 30(trinta) das vagas para alunos oriundos do ensino público que tenham cursado de forma completa e presencial os três anos do Ensino Médio comprovadamente em escola pública, aceito em acordo com as determinações do RCG/UERN (2013). O número de vagas correspondentes à cotas vigentes poderá sofrer alterações em função do aumento de vagas, quando autorizadas pelo CONSEPE. Estima-se para 2014 a entrada de 15 alunos aprovados no PSVI oriundos de escolas públicas e de 15 alunos aprovados no PSVI oriundos de escolas privadas, a cada semestre.

14. FLUXO CURRICULAR - MATRIZ CURRICULAR

Contempla o que é obrigatório como componentes curriculares agrupados em disciplinas obrigatórias e optativas, estágios, TCC e atividades complementares, incluído código de registro na PROEG, carga horária, número de créditos, pré e o departamento de origem.

As disciplinas e estágios contabilizam CH, créditos e notas e os demais componentes curriculares contabilizam a CH e a integralização dos conteúdos programáticos de regulação interna do curso, via orientação acadêmica, exceto a apresentação, defesa e aprovação do TCC, de responsabilidade da Banca Examinadora do TCC.

Na matriz curricular inserida ao final deste texto constam: componentes curriculares obrigatórios, estágios, TCC e as atividades complementares. A seguir estão

relacionadas as disciplinas optativas disponíveis para o curso de medicina, constando estas de CH, créditos e departamento de origem. As disciplinas optativas são de livre escolha do aluno, desde que sejam extraídos do conjunto de componentes curriculares ofertados para o curso de medicina, visando integralizar 225 horas para registros no histórico escolar, de forma flexibilizada, com CH e créditos.

Abaixo constam nomenclaturas, códigos do SAE, carga horária, créditos, pré-requisitos e o departamento de origem de todos os componentes curriculares.

Matriz curricular deste Projeto Pedagógico de Curso

PRIMEIRO PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR (DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS)	CÓDIGO	C.H	CR	PRÉ- REQUISITO	DEPTº DE ORIGEM
Introdução à Medicina	1001001-1	30	02	--	DCB
Noções de Ética e Bioética	1001002-1	30	02	--	DCB
Citologia e Organização Biomolecular	1001003-1	180	12	--	DCB
Módulo Morfofuncional I	1001004-1	180	12	--	DCB
Vivência em Comunidade I	Inserir código	60	04	-	DCB
<i>TOTAL</i>		480	32		

SEGUNDO PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR (DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS)	CÓDIGO	C.H	CR	PRÉ- REQUISITO	DEPTº DE ORIGEM
Epidemiologia I	1001005-1	45	03	1001001-1	DCB
Genética Humana	1001006-1	60	04	1001003-1	DCB
Introdução à Metodologia Científica – TCC 1	1001007-1	45	03	-	DCB
Módulo Morfofuncional II	1001008-1	300	20	1001004-1	DCB
Vivência em Comunidade II	Inserir código	60	04	-	DCB
<i>TOTAL</i>		510	34		

TERCEIRO PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR (DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS)	CÓDIGO	C.H	CR	PRÉ- REQUISITO	DEPTº DE ORIGEM
Epidemiologia II	1001009-1	45	03	1001005-1	DCB
Nutrição e Saúde	1001010-1	30	02	1001005-1 1001003-1	DCB
Anatomia Topográfica e Descritiva	1001013-1	120	08	1001008-1	DCB
Psicologia Médica	1001033-1	60	04	1001001-1 1001002-1	DCB
Parasitologia Médica	1001016-1	90	06	1001003-1	DCB
Microbiologia Médica	1001017-1	60	04	1001003-1	DCB
Imunologia	1001018-1	45	03	1001003-1	DCB
<i>TOTAL</i>		<i>450</i>	<i>30</i>		

QUARTO PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR (DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS)	CÓDIGO	C.H	CR	PRÉ- REQUISITO	DEPTº DE ORIGEM
Patologia Geral	1001015-1	90	06	1001003-1 1001008-1	DCB
Bases da Oncologia	Inserir código	45	03	1001003-1	DCB
Medicina Preventiva	1001020-1	45	03	1001009-1	DCB
Anestesiologia	1001021-1	30	02	-	DCB
Farmacologia Básica	1001022-1	60	04	1001003-1 1001008-1	DCB
Semiologia Médica	1001011-1	150	10	1001008-1	DCB
Instrumentação e Clínica Cirúrgica	Inserir código	60	04	1001008-1	DCB
Imagenologia	1001014-1	60	04	-	DCB
<i>TOTAL</i>		<i>540</i>	<i>36</i>		

QUINTO PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR (DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS)	CÓDIGO	C.H	CR	PRÉ- REQUISITO	DEPTº DE ORIGEM
Doenças do Aparelho Digestivo	1001023-1	150	10	1001011-1 1001015-1	DCB
Doenças Cardiovasculares	1001024-1	150	10	1001011-1 1001015-1	DCB
Infectologia	1001019-1	90	06	1001011-1 1001015-1	DCB
Doenças Hematológicas e Linfopoiéticas	1001026-1	60	04	1001011-1 1001015-1	DCB
Doenças Endócrinas	1001027-1	60	04	1001011-1 1001015-1	DCB
Farmacologia Aplicada I	1001028-1	30	02	1001022-1	DCB
Metodologia da Pesquisa Científica - TCC 2	Inserir código	15	1	1001007-1	DCB
<i>TOTAL</i>		555	37		

SEXTO PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR (DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS)	CÓDIGO	C.H	CR	PRÉ- REQUISITO	DEPTº DE ORIGEM
Doenças Respiratórias	1001029-1	120	08	1001011-1 1001015-1	DCB
Doenças do Aparelho Gênito- urinário	1001030-1	120	08	1001011-1 1001015-1	DCB
Doenças Imunológicas do Tecido Conjuntivo e das Articulações	1001031-1	75	05	1001011-1 1001015-1	DCB
Doenças Neurológicas	1001032-1	90	06	1001011-1 1001015-1	DCB
Psiquiatria	1001034-1	90	06	1001011-1 1001033-1	DCB
<i>TOTAL</i>		495	33		

SÉTIMO PERÍODO

COMPONENTES CURRICULAR (DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS e TCC)	CÓDIGO	C.H	CR	PRÉ- REQUISITO	DEPTº DE ORIGEM
Elaboração de Trabalho Científico - TCC 3	1001035-1	30	02	1001001-1 1001007-1	DCB
Doenças Dermatológicas	1001036-1	60	04	1001011-1 1001015-1	DCB
Doenças Osteoarticulares	1001037-1	75	05	1001011-1 1001015-1	DCB
Urgências Clínicas	1001038-1	60	04	1001029-1 1001030-1 1001031-1 1001032-1 1001034-1	DCB
Urgências Traumáticas	1001039-1	60	04	1001029-1 1001030-1 1001031-1 1001032-1 1001034-1	DCB
Administração Sanitária (Legislação e Administração de Sistemas de Saúde)	1001040-1	45	03	1001020-1	DCB
Oftalmologia	1001043-1	30	02	1001011-1 1001015-1	DCB
Otorrinolaringologia	1001044-1	30	02	1001011-1 1001015-1	DCB
Medicina Legal	1001048-1	60	04	1001002-1 1001011-1 1001015-1	DCB
Apresentação do TCC		-	-		DCB
<i>TOTAL</i>		<i>450</i>	<i>30</i>		

OITAVO PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR (DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS)	CÓDIGO	C.H	CR	PRÉ- REQUISITO	DEPTº DE ORIGEM
Pediatria e Criança Saudável	Inserir código	180	12	1001011-1 1001015-1	DCB
Ginecologia e Mastologia	1001045-1	75	05	1001011-1 1001015-1	DCB
Obstetrícia	1001046-1	120	08	1001011-1 1001015-1	DCB
Farmacologia Aplicada II	1001047-1	60	04	1001028-1	DCB
Geriatria	1001049-1	60	04	1001011-1 1001015-1	DCB
<i>TOTAL</i>		<i>495</i>	<i>33</i>		

DO NONO PERÍODO AO DÉCIMO SEGUNDO PERÍODOS

Condições para ingresso nos Internatos: integralizado do primeiro ao oitavo períodos inclusive e o Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado. Estágios: internato I, internato II, internato III e internato IV. Atividades Complementares: Atividades do SUS I, Atividades do SUS II, Atividades do SUS III e Atividades do SUS IV. Os estágios e as atividades complementares serão ofertados não necessariamente na ordem numérica e sem pré-requisitos entre si mas em corequisitos.

Inserir Código – Internato I, 990h (Estágio) - DCB

Espaço para o exercício de competências e habilidades em clínica médica e saúde coletiva. Estágio voltado para o diagnóstico das doenças de condução cirúrgicas e de procedimentos básicas ao exercício da profissão de médico com formação geral. Ênfase na pequena cirurgia, procedimentos invasivos em situação de emergência para manutenção da vida, postura e responsabilidades ética e técnica na realização de procedimentos básicos em cirurgia. Assistência inicial ao portador de trauma multissistêmico. Treinamento das competências e habilidades em saúde coletiva. Ênfase na postura ética e humanizada ao tratar com a comunidade, com as pessoas e seus familiares voltando-se para a promoção da saúde, bem-estar individual e coletivo e de sua própria saúde. Prevenção das doenças mais frequentes em nosso meio. Calendário de imunizações do adulto. Busca de soluções apropriada para melhoria da qualidade de vida das populações urbanas e rurais, do médico e dos profissionais de saúde.

PR 1001001-1 Introdução à Medicina, 30 h

PR 1001002-1 Noções de Ética e Bioética, 30 h

PR 1001003-1 Citologia e Organização Biomolecular, 180 h
 PR 1001005-1 Epidemiologia I, 45 h
 PR 1001006-1 Genética Humana, 60 h
 PR 1001007-1 Introdução à Metodologia Científica TCC 1, 45 h
 PR 1001009-1 Epidemiologia II, 45 h
 PR 1001010-1 Nutrição e Saúde, 30 h
 PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h
 PR 1001012-1 Instrumentação e Técnica Cirúrgica, 60 h
 PR 1001013-1 Anatomia Topográfica e Descritiva, 120 h
 PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h
 PR 1001016-1 Parasitologia Médica, 90 h
 PR 1001017-1 Microbiologia Médica, 60 h
 PR 1001020-1 Medicina Preventiva, 45 h
 PR 1001021-1 Anestesiologia, 30 h
 PR **Inserir Código** Bases da Oncologia, 30h
 PR 1001022-1 Farmacologia Básica, 60 h
 PR 1001023-1 Doenças do Aparelho Digestivo, 150 h
 PR 1001024-1 Doenças Cardiovasculares, 150 h
 PR 1001026-1 Doenças Hematológicas e Linfopoiéticas, 60 h
 PR 1001027-1 Doenças Endócrinas, 60 h
 PR 1001028-1 Farmacologia Aplicada I, 30 h
 PR **Inserir Código** Metodologia Científica TCC2, 15h
 PR 1001029-1 Doenças Respiratórias, 120 h
 PR 1001030-1 Doenças do Aparelho Genitourinário, 120 h
 PR 1001031-1 Doenças Imunológicas, do Tecido Conjuntivo e das Articulações, 75 h
 PR 1001034-1 Psiquiatria, 90 h
 PR 1001035-1 Elaboração de Trabalho Científico TCC 3, 30 h
 PR 1001038-1 Urgências Clínicas, 60 h
 PR 1001039-1 Urgências Traumáticas, 60 h
 PR 1001040-1 Administração Sanitária (Legislação e Administração de Sistemas de Saúde), 45 h
 PR 1001045-1 Ginecologia e Mastologia, 75 h
 PR 1001046-1 Obstetrícia, 120 h
 PR 1001047-1 Farmacologia Aplicada II, 60 h
 PR 1001049-1 Geriatria, 60 h
 PR **Inserir Código** Pediatria e Criança Saudável, 180h
 PR 1001043-1 Oftalmologia 30 h
 PR 1001044-1 Otorrinolaringologia 30 h
 PR 1001048-1 Medicina-Legal 60 h
 CO Atividades do SUS I (atividades complementares)
 EQ 1001054-1 Estágio Supervisionado e Integrado na Forma de Internato em Clínica Cirúrgica 660 h
 EQ 1001055-1 Estágio Supervisionado e Integrado na Forma de Internato em Saúde Comunitária 660 h

Atividades do SUS I 300 P (Atividades Complementares) - DCB

Inserir Código – Internato II, 990h (Estágio) - DCB

Espaço para o exercício de competências e habilidades em clínica cirúrgica e em clínica médica nas áreas do aparelho digestivo, cardiovascular, pulmonar, neurociências, sistemas endócrino e metabólico, geniturinário e locomotor, dermatológica, imunológica e geriátrica. Enfoque para o diagnóstico das doenças de condução clínicas e das doenças de condução cirúrgicas com indicação de procedimentos possíveis na Assistência da Atenção Básica. Treinamento básico para o médico de formação geral e suas limitações em técnicas cirúrgicas. Ênfase na postura e responsabilidade ética e técnica em procedimentos básicos e na assistência inicial ao portador de trauma multissistêmico; ênfase na postura ética e humanizada ao tratar com pessoas fragilizadas e seus familiares; entendimento e compreensão do ser humano como unidade biológica, antropológica, histórica, social, cultural e ambiental.

PR 1001001-1 Introdução à Medicina, 30 h

PR 1001002-1 Noções de Ética e Bioética, 30 h

PR 1001003-1 Citologia e Organização Biomolecular, 180 h

PR 1001005-1 Epidemiologia I, 45 h

PR 1001006-1 Genética Humana, 60 h

PR 1001007-1 Introdução à Metodologia Científica TCC 1, 45 h

PR 1001009-1 Epidemiologia II, 45 h

PR 1001010-1 Nutrição e Saúde, 30 h

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

PR 1001012-1 Instrumentação e Técnica Cirúrgica, 60 h

PR 1001013-1 Anatomia Topográfica e Descritiva, 120 h

PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h

PR 1001016-1 Parasitologia Médica, 90 h

PR 1001017-1 Microbiologia Médica, 60 h

PR 1001020-1 Medicina Preventiva, 45 h

PR 1001021-1 Anestesiologia, 30 h

PR **Inserir Código** Bases da Oncologia, 30h

PR 1001022-1 Farmacologia Básica, 60 h

PR 1001023-1 Doenças do Aparelho Digestivo, 150 h

PR 1001024-1 Doenças Cardiovasculares, 150 h

PR 1001026-1 Doenças Hematológicas e Linfopoiéticas, 60 h

PR 1001027-1 Doenças Endócrinas, 60 h

PR 1001028-1 Farmacologia Aplicada I, 30 h

PR **Inserir Código** Metodologia Científica TCC2, 15h

PR 1001029-1 Doenças Respiratórias, 120 h

PR 1001030-1 Doenças do Aparelho Genitourinário, 120 h

PR 1001031-1 Doenças Imunológicas, do Tecido Conjuntivo e das Articulações, 75 h

PR 1001034-1 Psiquiatria, 90 h

PR 1001035-1 Elaboração de Trabalho Científico TCC 3, 30 h

PR 1001038-1 Urgências Clínicas, 60 h

PR 1001039-1 Urgências Traumáticas, 60 h

PR 1001040-1 Administração Sanitária (Legislação e Administração de Sistemas de Saúde), 45 h

PR 1001045-1 Ginecologia e Mastologia, 75 h

PR 1001046-1 Obstetrícia, 120 h

PR 1001047-1 Farmacologia Aplicada II, 60 h

PR 1001049-1 Geriatria, 60 h

PR **Inserir Código** Pediatria e Criança Saudável, 180h
PR 1001043-1 Oftalmologia 30 h
PR 1001044-1 Otorrinolaringologia 30 h
PR 1001048-1 Medicina-Legal 60 h
CO Atividades do SUS II (atividades complementares)
EQ 1001050-1 Estágio Supervisionado e Integrado na Forma de Internato em Clínica Médica "A" 660 h
EQ 1001054-1 Estágio Supervisionado e Integrado na Forma de Internato em Clínica Cirúrgica 660 h

Atividades do SUS II 300 P (Atividades complementares) - DCB

Inserir Código – Internato III, 990h (Estágio) - DCB

Espaço para o exercício de competências e habilidades em medicina clínica, nas áreas da infectologia, psiquiatria e urgências clínicas e em tocoginecologia. Ênfase na postura ética e humanizada ao tratar com pessoas fragilizadas e seus familiares. Espaço para treinamento em ginecologia e obstetrícia. Ênfase na promoção da saúde da mulher e na prevenção da violência de gênero e de situações de risco para agravos na saúde; reversão da morbimortalidade materno-infantil; reabilitação do parto humanizado como celebração da vida. Assistência a mulher da infância à senectude; os casais, parturientes, mulheres fragilizadas e seus familiares. Entendimento e compreensão do ser humano como unidade biológica, antropológica, histórica, social, cultural e ambiental.

PR 1001001-1 Introdução à Medicina, 30 h
PR 1001002-1 Noções de Ética e Bioética, 30 h
PR 1001003-1 Citologia e Organização Biomolecular, 180 h
PR 1001005-1 Epidemiologia I, 45 h
PR 1001006-1 Genética Humana, 60 h
PR 1001007-1 Introdução à Metodologia Científica TCC 1, 45 h
PR 1001009-1 Epidemiologia II, 45 h
PR 1001010-1 Nutrição e Saúde, 30 h
PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h
PR 1001012-1 Instrumentação e Técnica Cirúrgica, 60 h
PR 1001013-1 Anatomia Topográfica e Descritiva, 120 h
PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h
PR 1001016-1 Parasitologia Médica, 90 h
PR 1001017-1 Microbiologia Médica, 60 h
PR 1001020-1 Medicina Preventiva, 45 h
PR 1001021-1 Anestesiologia, 30 h
PR **Inserir Código** Bases da Oncologia, 30h
PR 1001022-1 Farmacologia Básica, 60 h
PR 1001023-1 Doenças do Aparelho Digestivo, 150 h
PR 1001024-1 Doenças Cardiovasculares, 150 h
PR 1001026-1 Doenças Hematológicas e Linfopoiéticas, 60 h
PR 1001027-1 Doenças Endócrinas, 60 h
PR 1001028-1 Farmacologia Aplicada I, 30 h
PR **Inserir Código** Metodologia Científica TCC2, 15h
PR 1001029-1 Doenças Respiratórias, 120 h
PR 1001030-1 Doenças do Aparelho Genitourinário, 120 h

PR 1001031-1 Doenças Imunológicas, do Tecido Conjuntivo e das Articulações, 75 h
 PR 1001034-1 Psiquiatria, 90 h
 PR 1001035-1 Elaboração de Trabalho Científico TCC 3, 30 h
 PR 1001038-1 Urgências Clínicas, 60 h
 PR 1001039-1 Urgências Traumáticas, 60 h
 PR 1001040-1 Administração Sanitária (Legislação e Administração de Sistemas de Saúde), 45 h
 PR 1001045-1 Ginecologia e Mastologia, 75 h
 PR 1001046-1 Obstetrícia, 120 h
 PR 1001047-1 Farmacologia Aplicada II, 60 h
 PR 1001049-1 Geriatria, 60 h
 PR **Inserir Código** Pediatria e Criança Saudável, 180h
 PR 1001043-1 Oftalmologia 30 h
 PR 1001044-1 Otorrinolaringologia 30 h
 PR 1001048-1 Medicina-Legal 60 h
 CO Atividades do SUS III (atividades complementares)
 EQ 1001052-1 Estágio Supervisionado e Integrado na Forma de Internato em Clínica Médica "B" 660 h
 EQ 1001053-1 Estágio Supervisionado e Integrado na Forma de Internato em Tocoginecologia 660 h

Atividades do SUS III 300 P (Atividades Complementares) - DCB

Inserir Código – Internato IV, 990h (Estágio) - DCB

Espaço para o exercício de competências e habilidades em ginecologia e obstetrícia e em pediatria e manuseio da criança saudável. Ênfase na promoção da saúde da mulher e cuidados com vítimas de violência sexual. Planejamento familiar. Pré-natal; reabilitação do parto humanizado e condução no parto cirúrgico. Neonatologia, crescimento e desenvolvimento e assistência pediátrica. Ênfase na postura ética e humanizada ao tratar com crianças e jovens fragilizados e seus familiares. Enfoque da promoção da saúde infanto-juvenil, do bem-estar individual e coletivo. Prevenção de acidentes e situação de risco; reversão do processo das doenças mais frequentes em nosso meio, contextualizando-as na política e na cultura. Tratamento e reabilitação de jovens doentes. Compreensão da criança como ser humano em desenvolvimento e como unidade biológica, antropológica, histórica, social, cultural e ambiental.

PR 1001001-1 Introdução à Medicina, 30 h
 PR 1001002-1 Noções de Ética e Bioética, 30 h
 PR 1001003-1 Citologia e Organização Biomolecular, 180 h
 PR 1001005-1 Epidemiologia I, 45 h
 PR 1001006-1 Genética Humana, 60 h
 PR 1001007-1 Introdução à Metodologia Científica TCC 1, 45 h
 PR 1001009-1 Epidemiologia II, 45 h
 PR 1001010-1 Nutrição e Saúde, 30 h
 PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h
 PR 1001012-1 Instrumentação e Técnica Cirúrgica, 60 h
 PR 1001013-1 Anatomia Topográfica e Descritiva, 120 h
 PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h
 PR 1001016-1 Parasitologia Médica, 90 h

PR 1001017-1 Microbiologia Médica, 60 h
 PR 1001020-1 Medicina Preventiva, 45 h
 PR 1001021-1 Anestesiologia, 30 h
 PR **Inserir Código** Bases da Oncologia, 30h
 PR 1001022-1 Farmacologia Básica, 60 h
 PR 1001023-1 Doenças do Aparelho Digestivo, 150 h
 PR 1001024-1 Doenças Cardiovasculares, 150 h
 PR 1001026-1 Doenças Hematológicas e Linfopoiéticas, 60 h
 PR 1001027-1 Doenças Endócrinas, 60 h
 PR 1001028-1 Farmacologia Aplicada I, 30 h
 PR **Inserir Código** Metodologia Científica TCC2, 15h
 PR 1001029-1 Doenças Respiratórias, 120 h
 PR 1001030-1 Doenças do Aparelho Genitourinário, 120 h
 PR 1001031-1 Doenças Imunológicas, do Tecido Conjuntivo e das Articulações, 75 h
 PR 1001034-1 Psiquiatria, 90 h
 PR 1001035-1 Elaboração de Trabalho Científico TCC 3, 30 h
 PR 1001038-1 Urgências Clínicas, 60 h
 PR 1001039-1 Urgências Traumáticas, 60 h
 PR 1001040-1 Administração Sanitária (Legislação e Administração de Sistemas de Saúde), 45 h
 PR 1001045-1 Ginecologia e Mastologia, 75 h
 PR 1001046-1 Obstetrícia, 120 h
 PR 1001047-1 Farmacologia Aplicada II, 60 h
 PR 1001049-1 Geriatria, 60 h
 PR **Inserir Código** Pediatria e Criança Saudável, 180h
 PR 1001043-1 Oftalmologia 30 h
 PR 1001044-1 Otorrinolaringologia 30 h
 PR 1001048-1 Medicina-Legal 60 h
 CO Atividades do SUS IV (atividades complementares)
 EQ 1001053-1 Estágio Supervisionado e Integrado na Forma de Internato em Tocoginecologia 660 h
 EQ 1001056-1 Estágio Supervisionado e Integrado na Forma de Internato em Pediatria 660 h

Atividades do SUS IV 300 P (Atividades Complementares) - DCB

MÓDULO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

DO PRIMEIRO AO DÉCIMO SEGUNDO PERÍODOS

ATIVIDADES COMPLEMENTARES	C.H.	PRÉ-REQUISITO
Atividades Acadêmica	180	-
Atividades do SUS I	300	TCC apresentado
Atividades do SUS II	300	TCC apresentado

Atividades do SUS III	300	TCC apresentado
Atividades do SUS IV	300	TCC apresentado
Seminários Transversal	150	-
<i>Total</i>	<i>1.530</i>	

14.1 Matriz Curricular com Carga Horária Semanal e Total

CARGA HORÁRIA SEMANAL E TOTAL DOS COMPONENTES CURRICULARES

2013

COMPONENTES CURRICULAR (DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS)	CH SEMANAL	CH TOTAL
Introdução à Medicina	02	30
Noções de Ética e Bioética	02	30
Citologia e Organização Biomolecular	12	180
Módulo Morfofuncional I	12	180
Vivência em Comunidade I	04	60
Epidemiologia I	03	45
Genética Humana	04	60
Introdução à Metodologia Científica – TCC 1	03	45
Módulo Morfofuncional II	20	300
Vivência em Comunidade II	04	60
Epidemiologia II	03	45
Nutrição e Saúde	02	30
Anatomia Topográfica e Descritiva	08	120
Psicologia Médica	04	60
Parasitologia Médica	06	90
Microbiologia Médica	04	60
Imunologia	03	45
Patologia Geral	06	90
Bases da Oncologia	03	45

Medicina Preventiva	03	45
Anestesiologia	02	30
Farmacologia Básica	04	60
Semiologia Médica	10	150
Instrumentação e Clínica Cirúrgica	04	60
Imagenologia	04	60
Doenças do Aparelho Digestivo	10	150
Doenças Cardiovasculares	10	150
Infectologia	06	90
Doenças Hematológicas e Linfopoiéticas	04	60
Doenças Endócrinas	04	60
Farmacologia Aplicada I	02	30
Metodologia Científica – TCC 2	01	15
Doenças Respiratórias	08	120
Doenças do Aparelho Gêrito-urinário	08	120
Doenças Imunológicas do Tecido Conjuntivo e das Articulações	05	75
Doenças Neurológicas	06	90
Psiquiatria	06	90
Elaboração de Trabalho Científico – TCC 3	02	30
Doenças Dermatológicas	04	60
Doenças Osteoarticulares	05	75
Urgências Clínicas	04	60
Urgências Traumáticas	04	60
Administração Sanitária (Legislação e Administração de Sistemas de Saúde)	03	45
Oftalmologia	02	30
Otorrinolaringologia	02	30
Medicina Legal	04	60
Pediatria e Criança Saudável	12	180
Ginecologia e Mastologia	05	75

Obstetrícia	08	120
Farmacologia Aplicada II	04	60
Geriatria	04	60
Apresentação do TCC	-	-
Internato I	40	990
Internato II	40	990
Internato III	40	990
Internato IV	40	990
Atividades Acadêmica	12	180
Atividades do SUS I	20	300
Atividades do SUS II	20	300
Atividades do SUS III	20	300
Atividades do SUS IV	20	300
Seminários Transversal	-	150


15. EQUIVALÊNCIA ENTRE MATRIZES CURRICULARES (2004.1 e 2014.1)

O novo PPC evidencia componentes curriculares que sofreram adequação de nomenclatura para maior clareza sem alterar a sua carga horária. As principais mudanças, além de adequação de nomenclatura, apontam para inclusão de 3 disciplinas obrigatórias, sendo, outrora, duas optativas: Vivência em Comunidade I e Vivência em Comunidade II, ambas com carga horária de 60 horas e 4 créditos e a Metodologia Científica – TCC 2, com CH de 15h e 1 crédito, o que eleva a carga horária total do Curso de Medicina da UERN de 9.555 horas para 9.690 horas.

Este PPC apresenta quadro de equivalência de matriz curricular com o PPC versão anterior, mas não apresenta quadro de equivalências entre cursos por existir, entre os vários cursos de graduação da UERN, cursos bem distintos do curso de medicina. O PPC anterior foi apresentado ao CEE após aprovado pelo CONSEPE/UERN, em 2010. Segue a equivalência de componentes curriculares, na forma de matriz curricular.

QUADRO 1 – EQUIVALÊNCIA ENTRE COMPONENTES DE MATRIZES CURRICULARES (MC) DIFERENTES DO MESMO CURSO

UNDADE UNIVERSITARIA:	FACS		
DEPARTAMENTO ACADEMICO:	DCB	CURSO:	MEDICINA

ITEM	CODIGO DA MC DE ORIGEM DO COMPONENTE_____			CODIGO DA MC DO COMPONENTE EQUIVALENTE_____				
	COMPONENTE CURRICULAR DA MC DE ORIGEM			COMPONENTE CURRICULAR EQUIVALENTE			(*)	
	CODIGO	DISCIPLINA	CH/CR	CÓDIGO	DISCIPLINA	CH/CR	SIM	NAO
01	1001012-1	Instrumentação e Técnica cirúrgica	60/04	Inserir código	Instrumentação e Clínica Cirúrgica	60/04	x	
02	1001025-1	Oncologia	45/03	Inserir código	Bases da Oncologia	45/03	x	
03	1001035-1	Elaboração de Trabalho Científico	30/02	Inserir código	Elaboração de Trabalho Científico – TCC 3	30/02	x	
04	1001065-1	Oficina I de Vivência na Comunidade	60/04	Inserir código	Vivência em Comunidade I	60/04	x	

(*) Caso em que a equivalência é recíproca entre as disciplinas.

15.2 Componentes da Estrutura Curricular Semestre a Semestre

Esta lista organiza os componentes com origem no DCB, seguida de PR(pré-requisitos) e EQ (equivalência entre componentes curriculares da UERN) - PPC, 2014

1º SEMESTRE

1001001-1 Introdução à Medicina - 30 horas - TE

Aborda conceitos ligados á história, antropologia, filosofia e sociologia da prática médica. Reflete sobre a gênese e formação da personalidade, das motivações, das atitudes e das relações interpessoais. Ênfase na compreensão da natureza do homem como ser biopsicossocial de forma transdisciplinar.

1001002-1 Noções de Ética e Bioética 30 horas TE

Introduzir conceitos de valores e atitudes no comportamento de profissionais de saúde. Aborda a ética para o estudante de medicina. Introduz noções gerais de ética médica. Conceitua e aborda temas para reflexão em bioética.

1001003-1 Citologia e Organização Biomolecular 180 horas TE

Busca a compreensão dos fatores moleculares determinantes na função celular por meio de temas de Biologia celular e Bioquímica. Analisa a composição estrutural e química da célula;o metabolismo de organismos unicelulares e as interrelações metabólicas nos organismos multicelulares, de interesse médico. Aborda a divisão celular e a hereditariedade. Estimula a compreensão dos fenômenos biológicos e estabelece correlações químico-clínicas, buscando a apreensão de forma integrada.

1001004-1 Módulo Morfofuncional I 180 horas TP

Aborda, de forma multidisciplinar, conteúdos das ciências biológicas. Busca compreender técnicas de estudo do desenvolvimento a partir da morfologia humana, com ênfase nos tecidos, órgãos e sistemas, e bases celulares dos processos normais, da estrutura e função dos tecidos, reconhecendo suas disfunções, nos sistemas nervoso e endócrino.

Inserir Código Vivência em Comunidade I 60 horas TP

Disciplina voltada para o conhecimento prático da medicina social e seus equipamentos sociais, com visitas às práticas de saúde na comunidade e como objeto levar o aluno ao entendimento e compreensão do ser humano como unidade biológica, antropológica, histórica, social, cultural e ambiental. Reflete sobre a busca de soluções apropriadas para a melhoria da qualidade de vida das populações e o processo saúde-doença.

EQ 1001065-1Oficina I de Vivência na Comunidade 60h, TP

2º SEMESTRE

1001005-1 Epidemiologia I 45 horas TP

Elementos teórico-conceituais para a compreensão das determinantes no processo saúde-doença,com ênfase na dimensão coletiva e no caráter multidimensional do ser humano. Bases epidemiológicas para análise de frequência e distribuição dos processos de saúde-doença na

população.

PR 1001001-1 Introdução à Medicina, 30 h

1001006-1 Genética Humana 60 horas TE

Base nas técnicas de análise do genoma humano e dos cromossomos. Compreensão de mecanismo de herança e mapeamento genético; patologias moleculares, instabilidade do genoma, erros inatos do metabolismo e sua clínica, genética do desenvolvimento; Manipulação genética e suas aplicações em medicina.

PR 1001003-1 Citologia e Organização Biomolecular, 180 h

1001007-1 Introdução à Metodologia Científica 45 horas TE

Bases conceituais do conhecimento científico e os processos que envolvem sua produção. Reflete sobre a elaboração do projeto de pesquisa e a construção de uma monografia. Estimula atividades de pesquisa e o desenvolvimento do raciocínio científico.

1001008-1 Módulo Morfofuncional II 300 horas TP

Aborda, de forma multidisciplinar, conteúdos das diversas ciências biológicas. Busca compreender técnicas de estudo do desenvolvimento a partir da morfologia humana, com ênfase no estudo dos tecidos, dos órgãos e sistemas, das bases celulares dos processos normais, da estrutura e função dos tecidos, reconhecendo suas disfunções nos sistemas cardiovascular, respiratório, renal, excretor, nervoso e locomotor.

PR 1001004-1 Módulo Morfofuncional I, 180 h

Inserir Código Vivência em Comunidade II 60 horas TP

Trata do exercício da construção do saber a partir das vivências e vínculos com a comunidade, de forma hierárquica. Informações e orientações educativas sobre cuidados de saúde na família, na escola e na comunidade, de forma integralizada, voltada para o entendimento e a consolidação dos programas do SUS. Equipamentos sociais da comunidade. Processo saúde-doença.

3º SEMESTRE

1001009-1 Epidemiologia II 45 horas TP

Métodos epidemiológicos e seus instrumentos. Análise do risco de adoecer nas populações humanas. Análises da determinação dos processos saúde-doença na sociedade; técnicas de validação; testes diagnósticos e testes de hipóteses epidemiológicas.

PR 1001005-1 Epidemiologia I, 45 h

1001010-1 Nutrição e Saúde 30 horas TE

Metabolismo energético e de nutrientes. A dieta em estados fisiológicos e em situações especiais. Os princípios da dietoterapia, e a nutrição em saúde pública.

PR 1001003-1 Citologia e Organização Biomolecular, 180 h

PR 1001005-1 Epidemiologia I, 45 h

1001013-1 Anatomia Topográfica e Descritiva 120 horas TP

Colaboração para familiarização do estudante com a linguagem médica por meio do estudo macro-regional do corpo humano, e sua aplicação na medicina clínica e cirúrgica. Aborda a localização dos órgãos e suas relações anatomo-funcionais.

PR 1001008-1 Módulo Morfofuncional II, 300 h

1001033-1 Psicologia Médica 60 horas TE

Bases conceituais e históricas da psicologia geral e da psicologia social comparada. Ênfase no estudo do comportamento do ser humano durante o desenvolvimento fisiológico e em situações adversas da vida. Psicofisiologia da emoção e tratamento humanizado. O ser humano de forma integrada: o homem biológico, histórico, social e cultural. A relação interpares e a relação médico-paciente.

PR 1001001-1 Introdução à Medicina, 30 h

PR 1001002-1 Noções de Ética e Bioética, 30 h

1001016-1 Parasitologia Médica 90 horas TP

Aspectos morfológicos e funcionais dos parasitas e a interação parasito-hospedeiro. Enfatiza a identificação dos parasitas, vetores, artrópodes peçonhentos, serpentes e moluscos nos processos saúde-doença de prevalência loco-regional e nacional. Integra a patogenia à ecoepidemiológica e analisa aspectos de profilaxia e tratamento das doenças parasitárias do ser humano.

PR 1001003-1 Citologia e Organização Biomolecular, 180 h

1001017-1 Microbiologia Médica 60 horas TP

Aborda aspectos da biologia, patogênese e epidemiologia dos principais microrganismos patogênicos em nosso meio. Conteúdos básicos de bacteriologia geral, bacteriologia médica, virologia e micologia.

PR 1001003-1 Citologia e Organização Biomolecular, 180 h

EQ 0803062-1 Microbiologia, 45 h

1001018-1 Imunologia 45 horas TP

Fundamentos da imunologia básica, análise da estrutura geral do sistema imunológico (componentes, interações e ativação, e mecanismos efetores básicos). Mecanismos imunológicos de resistência às infecções e outras doenças, envolvimento do sistema imune em imunopatologias. Aplicação clínica da imunologia.

PR 1001003-1 Citologia e Organização Biomolecular, 180 h

EQ 0803065-1 Imunologia Básica, 45 h

4º SEMESTRE**1001015-1 Patologia Geral 90 horas TE**

Bases da patologia celular no entendimento das lesões celulares nos tecidos. Análise da fisiopatologia e o reconhecimento de patologias específicas. Ênfase nos procedimentos em patologia necessários à formação geral do médico.

PR 1001003-1 Citologia e Organização Biomolecular, 180 h

PR 1001008-1 Módulo Morfofuncional II, 300 h

Inserir código Bases da Oncologia 45 horas TE

Conceito, fatores de risco e prevalência do câncer; carcinogênese e as bases biomoleculares; características da célula tumoral; medidas de prevenção e detecção por meio de programas de controle do câncer; métodos de estadiamento no câncer; noções básicas sobre tratamentos e indicações de procedimentos: cirurgia, quimioterapia, radioterapia, hormonioterapia, imunoterapia; recentes avanços no diagnóstico e nas formas de tratar câncer. Encaminhamentos.

PR 1001003-1 Citologia e Organização Biomolecular, 180 h

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

PR 1001025-1 Oncologia, 45h

1001020-1 Medicina Preventiva 45 horas TE

História natural das doenças transmissíveis e crônicas-degenerativas. Percepção do ato médico nas suas dimensões preventivas e curativas. Principais acidentes e violências e medidas práticas de prevenção e controle.

PR 1001009-1 Epidemiologia II, 45 h

1001021-1 Anestesiologia 30 horas TP

Anestesiologia e dor. Manuseio posológico, cinético e farmacodinâmico das drogas psicoativas mais usadas. Métodos e técnicas adotados na anestesia geral, regional e local. Manobras de ressuscitação cardio-respiratória e de ventilação pulmonar artificial. Analisa aspectos da dor crônica, numa abordagem multidisciplinar.

PR 1001012-1 Instrumentação e Técnica Cirúrgica, 60 h

1001022-1 Farmacologia Básica 60 horas TE

Bases e princípios gerais da farmacologia; interação entre grupos farmacológicos e o corpo humano; aplicação da farmacologia básica no processos saúde-doença.

PR 1001003-1 Citologia e Organização Biomolecular, 180 h

PR 1001008-1 Módulo Morfofuncional II, 300 h

EQ 0803086-1 Farmacologia, 45 h

1001011-1 Semiologia Médica 150 horas TP

O método clínico como base para o exercício da medicina em suas múltiplas possibilidades. Ênfase na prática de uma medicina humanizada e contextualizada. Reflexão sobre a visão de conjunto do ser humano biopsicossocial e ambiente dependente na saúde e na doença. Métodos propedêuticos hierarquizados para diagnósticos e seus aspectos éticos e morais. Reflexão sobre as perspectivas futuras da semiologia humana. Prontuário em papel e prontuário eletrônico. Cartão nacional de saúde.

PR 1001008-1 Módulo Morfofuncional PR II, 300 h

1001012-1 Instrumentação e Técnica Cirúrgica 60 horas TP

Bases e princípios da cirurgia. Técnicas fundamentais a resposta ao trauma cirúrgico. Ênfase na postura e responsabilidade do cirurgião na realização de procedimentos técnicos básicos e indispensáveis ao desempenho do médico com formação geral.

PR 1001008-1 Módulo Morfofuncional II, 300 h

1001014-1 Imagenologia 60 horas TP

Princípios gerais da imagenologia. Métodos de diagnósticos por imagem e suas principais indicações. Leitura e interpretação das imagens nos processos saúde-doença.

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

5º SEMESTRE

1001023-1 Doenças do Aparelho Digestivo 150 horas TP

Doenças mais frequentes do tubo digestivo (da boca ao ânus) e seus aspectos preventivo, clínico e cirúrgico. Fatores de risco, orientação de medidas preventivas e curativas,

individuais e coletivas, no processo saúde-doença. Principais doenças e o acompanhamento nos níveis de atenção primária e secundária, e orienta quanto à referência para nível terciário de atenção à saúde.

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h

1001024-1 Doenças Cardiovasculares 150 horas TP

Doenças mais frequentes do sistema cardiovascular e seus aspectos preventivos, clínicos e cirúrgicos. Fatores de risco. Orientação de medidas preventivas e curativas, individuais e coletivas, no processo saúde-doença do coração e do sistema vascular. Principais doenças e o acompanhamento nos níveis de atenção primária e secundária. Orientação quanto à referência para nível terciário de atenção à saúde.

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h

1001019-1 Infectologia 90 horas TP

Doenças infecciosas mais frequentes na região Nordeste e no Brasil; endemias e epidemias, e orientação preventiva, diagnóstica e curativa nos processos saúde-doença em níveis primário, secundário e terciário de atenção à saúde da população.

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h

1001026-1 Doenças Hematológicas e Linfopoiéticas 60 horas TP

Doenças do sistema linfohematopoiético e seus aspectos preventivos, clínico e cirúrgico. Medidas preventivas e curativas, individuais e coletivas, no processo saúde-doença. Fatores de risco; orientação na interpretação clínica dos exames hematológicos. Principais doenças e o acompanhamento nos níveis de atenção primária e secundária, e orienta quanto à referência para nível terciário de atenção à saúde.

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h

1001027-1 Doenças Endócrinas 60 horas TP

Doenças do sistema endócrino e seus aspectos preventivo, clínico e cirúrgico; medidas preventivas e curativas, individuais e coletivas, no processo saúde-doença. Fatores de risco; orientação na interpretação clínica dos exames complementares. Principais doenças e o acompanhamento nos níveis de atenção primária e secundária, e orienta quanto à referência para nível terciário de atenção à saúde.

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h

1001028-1 Farmacologia Aplicada I 30 horas TP

Aplicação de fármacos no processo saúde-doença nas áreas de neurociências e comportamento manuseio cinético, farmacodinâmico e posológico das drogas. Principais fármacos usados do processo saúde-doença do sistema cardiovascular, respiratório, gastrointestinal, coloproctológico e endócrino.

PR 1001022-1 Farmacologia Básica, 60 h

Inserir Código - Metodologia Científica TCC 2, 15h TE

Elaboração, registro e apresentação do anteprojeto de pesquisa; orientação, análise do

Manual para Elaboração do TCC; deveres e responsabilidades do orientador e do orientando. Resoluções de pesquisas em seres humanos. O TCC.

6º SEMESTRE

1001029-1 Doenças Respiratórias 120 horas TP

Doenças respiratórias e seus aspectos preventivos, clínico e cirúrgico. Medidas preventivas e curativas, individuais e coletivas, no processo saúde-doença. Fatores de risco; orientação na interpretação clínica dos exames complementares. Principais doenças e o acompanhamento nos níveis

de atenção primária e secundária, e orienta quanto à referência para nível terciário de atenção à saúde.

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h

1001030-1 Doenças do Aparelho Genitourinário 120 horas TP

Doenças do sistema genitourinário e seus aspectos preventivo, clínico e cirúrgico. Medidas preventivas e curativas. Fatores de risco. Orientação na interpretação clínica dos exames complementares. Principais doenças e orientação no atendimento inicial aos portadores de doenças do trato urinário, aparelho genital masculino, e de doença nefrológicas. Acompanhamento e procedimentos nos níveis de atenção primária e secundária e referência para nível terciário de atenção à saúde.

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h

1001031-1 Doenças Imunológicas, do Tecido Conjuntivo e das Articulações 75 horas TP

Doenças do sistema imunológico e seus aspectos preventivo, clínico e cirúrgico. Medidas preventivas e curativas, individuais e coletivas, no processo saúde-doença. Fatores de risco; orientação na propedêutica e terapêutica das doenças do tecido conjuntivo e das articulações: a avaliação inicial, a postura do indivíduo no repouso e no trabalho, principais doenças e acompanhamento de portadores de doenças degenerativas e crônicas nos níveis de atenção primária e secundária, e orienta quando à referência para nível terciário de atenção à saúde.

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h

1001032-1 Doenças Neurológicas 90 horas TP

Fatores de riscos na população. Medidas de natureza preventiva, clínica e cirúrgica das doenças neurológicas e síndromes mais frequentes. Diagnósticos sindrômico, topográfico e etiológico. Manuseio, cinético, farmacodinâmico e posológico de drogas usadas nas áreas de neurociências. Procedimentos neurocirúrgicos básicos. Acompanhamento de portadores de doenças crônicas e sequelas neurológicas nos níveis de atenção primária e secundária e orienta quanto à referência para nível terciário de atenção à saúde.

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h

1001034-1 Psiquiatria 90 horas TP

Processo saúde-doença em psiquiatria e seus aspectos preventivos e clínicos, individuais e coletivos. Fatores de risco e doença social. Principais síndromes psiquiátricas e bases

psicofarmacológicas, neuroquímicas e psicossociais da terapêutica psiquiátrica. Ênfase na prática da medicina humanizada e contextualizada. Acompanhamento de portadores de doenças crônicas nos níveis de atenção primária e secundária. Orienta quanto à referência para nível terciário de atenção à saúde.

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

PR 1001033-1 Psicologia Médica, 60 h

7º SEMESTRE

1001035-1 Elaboração de Trabalho Científico TCC 3, 30 horas TE

Instrumentos conceituais, técnicos e operacionais que permitem a elaboração de uma monografia de conclusão de Curso. Reflexão e síntese dos conhecimentos e as práticas em saúde. A linguagem como prática na elaboração de um Projeto de Pesquisa de natureza qualitativa e/ou quantitativa. A temática e o interesse particular do aluno. Monografia como um dos instrumentos de avaliação de habilidades técnico-científicas.

PR 1001001-1 Introdução à Medicina, 30 h

PR 1001007-1 Introdução à Metodologia Científica, 45 h

EQ 0803048-1 Organização das Atividades Acadêmico-científicas, 45 h

1001036-1 Doenças Dermatológicas 60 horas TP

Doenças da pele e seus aspectos preventivos, clínico e cirúrgico. Fatores de risco; propedêutica, fundamentos clínicos - morfológicos e terapêuticos das doenças cutâneas mais frequentes. Manifestações dermatológicas de origem sistêmicas e sua fisiopatologia. Seguimento de doenças crônicas nos níveis de atendimento primário e secundário. Orienta quanto à referência para nível terciário de atenção à saúde.

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h

1001037-1 Doenças Osteoarticulares 75 horas TP

Doenças do sistema ósteo-articular e seus aspectos preventivos, clínico e cirúrgico. Fatores de risco e orientação na interpretação clínica dos exames complementares. História natural da doença e as possibilidades de interferência no seu curso. Doenças ortopédicas mais frequentes e o sistema de movimento axial e segmentar. acompanhamento de portadores de doenças crônicas e de seqüelas ortopédicas nos níveis de atenção primária e secundária, e orienta quanto à referência para nível terciário de atenção à saúde.

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h

1001038-1 Urgências Clínicas 60 horas TP

Suporte básico e avançado em urgências clínicas e cirúrgicas, não traumáticas, para o médico com formação geral. Assistência a pacientes graves ou potencialmente graves, recursos humanos e tecnológicos especializados, familiarização com métodos diagnósticos e de tratamento intensivo. Aspectos psicológicos dos familiares e do paciente grave. Humanização em unidade de terapia intensiva e semi-intensiva.

PR 1001014-1 Imagenologia, 60 h

PR 1001029-1 Doenças Respiratórias, 120 h

PR 1001030-1 Doenças do Aparelho Gênito-Urinário, 120 h

PR 1001031-1 Doenças Imunológicas, do Tecido Conjuntivo e das Articulações, 75 h

PR 1001032-1 Doenças Neurológicas, 90 h

PR 1001034-1 Psiquiatria, 90 h

1001039-1 Urgências Traumáticas 60 horas TP

Suportes básicos e avançados em urgências traumáticas de natureza clínica e cirúrgica, de forma multidisciplinar. Atendimento pré-hospitalar e hospitalar. Conceitos, princípios e algoritmo na avaliação primária e secundária do trauma com risco de morte real ou potencial.

Atendimento no trauma multissistêmico.

1001014-1 PR Imagenologia, 60 h

PR 1001029-1 Doenças Respiratórias, 120 h

PR 1001030-1 Doenças do Aparelho Gênito-Urinário, 120 h

PR 1001031-1 Doenças Imunológicas, do Tecido Conjuntivo e das Articulações, 75 h

PR 1001032-1 Doenças Neurológicas, 90 h

PR 1001034-1 Psiquiatria, 90 h

1001040-1 Administração Sanitária (Legislação e Administração de Sistemas de Saúde) 45 horas TE

Sistema único de saúde (SUS). Reformas da Política Nacional de Saúde. Organização dos serviços de saúde e das práticas assistenciais. Gestão em saúde. Avanços na política de saúde loco-regional e nacional. Cartão Nacional de Saúde e Prontuário Eletrônico.

PR 1001020-1 Medicina Preventiva, 45 h

1001043-1 Oftalmologia 30 horas TE

Bases conceituais em oftalmologia preventiva e as inter-relações da oftalmologia com doenças de outros órgãos e sistemas. Aspectos preventivos, clínico e cirúrgico das doenças mais frequentes dos olhos e suas sequelas. Orienta para identificação e cuidados no atendimento inicial das urgências oftalmológicas, e como referenciá-las.

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h

1001044-1 Otorrinolaringologia 30 horas TE

Bases conceituais em otorrinolaringologia preventiva e as inter-relações da otorrinolaringologia com doenças de outros órgãos e sistemas. Orienta para identificação e cuidados no atendimento inicial das urgências otorrinolaringológicas e como referenciá-las.

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h

1001048-1 Medicina-Legal 60 horas TE

Conceitos de responsabilidade médica e legal. Estrutura e funcionamento de um instituto de Medicina Legal. Aspectos médico-legais na realização de perícias em pessoas, cadáveres, animais e coisas. Perícia e peritos. Identificação médico-legal e criminal. Lesões corporais leves, graves e gravíssimas. Homicídios, suicídios e acidentes. Crimes sexuais.

PR 1001002-1 Noções de Ética e Bioética, 30 h

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h

8º SEMESTRE

Inserir Código **Pediatria e Criança Saudável 180 horas TP**

A criança saudável e o crescimento e desenvolvimento. Prevenção e situações de risco para saúde infanto-juvenil. Fatores biopsicossociais na promoção da saúde infanto-juvenil. Cartão e calendário de Vacinas. Saúde do Escolar. Intercorrências no processo saúde-doença do período neonatal à adolescência. Doenças mais frequentes na criança e no adolescente e seus aspectos preventivos e curativos clínico e cirúrgico. Fatores de risco e orientação de medidas preventivas e curativas, individual e coletiva no processo saúde-doença em pediatria. Humanização no atendimento pediátrico. Acompanhamento e seguimento em pediatria nos níveis de atenção primária e secundária. Resolutividades no processo saúde-doença. Orienta quanto à referência de complexidade para o nível terciário de atenção à saúde.

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h

EQ 1001041-1 Puericultura 45 h

EQ 1001042-1 Pediatria 135 h

1001045-1 Ginecologia e Mastologia 75 horas TP

Conceitos de saúde da mulher. Aparelho genital feminino e suas alterações da infância à senectude. Procedimentos e técnicas de prevenção, diagnóstico e conduta terapêutica frente às doenças sexualmente transmissíveis que acometem o aparelho genital feminino. Fatores de risco do câncer ginecológico, das mamas e suas intercorrências. Reprodução humana e planejamento familiar.

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h

1001046-1 Obstetrícia 120 horas TP

Conceitos de saúde materno-infantil. Procedimentos e técnicas pré-concepcionais e seus aspectos éticos e bioéticos. Condução do pré-natal aos trabalhos de parto, analisando fatores de risco e intercorrências. Parto normal e cesariana. Puerpério, riscos e intercorrências. Identificação e prevenção do dano materno-infantil. Noções de responsabilidade legal em obstetrícia.

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h

1001047-1 Farmacologia Aplicada II 60 horas TE

Drogas mais aplicadas no processo saúde-doença em situação clínica, infecção e infestação, tocoginecologia e pediatria, e o manuseio cinético, farmacodinâmico e posológico. Avanços terapêuticos, dependência química, alcoolismo, farmacologia alternativa. Pesquisa e consulta farmacológica virtual: atualização em terapêutica medicamentosa.

1001028-1 Farmacologia PR Aplicada I, 30 h

1001049-1 Geriatria 60 horas TP

Conceitos de saúde em relação ao idoso. Assistência e condução das doenças crônico-degenerativas da senectude. Fatores de risco e morbi-mortalidade. Identificação e prevenção de danos à saúde do idoso. Qualidade de vida e perspectiva de morte.

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h

DO NONO AO DÉCIMO SEGUNDO PERÍODOS (sem pré-requisitos entre si) os Estágios INTERNATOS I, II, III e IV são realizadas concomitantemente com as Atividades do SUS I, II, III e IV respectivamente e estas atividades do SUS são inseridas como Atividades Complementares.

Todos os componentes curriculares correspondentes ao nono, décimo, décimo primeiro e décimo segundo períodos serão ofertados em rodízios, sem ordem cronológica

9º SEMESTRE

Inserir Código – Internato I, 990h (Estágio)

Espaço para o exercício de competências e habilidades em clínica médica e saúde coletiva. Estágio voltado para o diagnóstico das doenças de condução cirúrgicas e de procedimentos básicos ao exercício da profissão de médico com formação geral. Ênfase na pequena cirurgia, procedimentos invasivos em situação de emergência para manutenção da vida, postura e responsabilidades ética e técnica na realização de procedimentos básicos em cirurgia. Assistência inicial ao portador de trauma multissistêmico. Treinamento das competências e habilidades em saúde coletiva. Ênfase na postura ética e humanizada ao tratar com a comunidade, com as pessoas e seus familiares voltando-se para a promoção da saúde, bem-estar individual e coletivo e de sua própria saúde. Prevenção das doenças mais frequentes em nosso meio. Calendário de imunizações do adulto. Busca de soluções apropriada para melhoria da qualidade de vida das populações urbanas e rurais, do médico e dos profissionais de saúde.

- PR 1001001-1 Introdução à Medicina, 30 h
- PR 1001002-1 Noções de Ética e Bioética, 30 h
- PR 1001003-1 Citologia e Organização Biomolecular, 180 h
- PR 1001005-1 Epidemiologia I, 45 h
- PR 1001006-1 Genética Humana, 60 h
- PR 1001007-1 Introdução à Metodologia Científica TCC 1, 45 h
- PR 1001009-1 Epidemiologia II, 45 h
- PR 1001010-1 Nutrição e Saúde, 30 h
- PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h
- PR 1001012-1 Instrumentação e Técnica Cirúrgica, 60 h
- PR 1001013-1 Anatomia Topográfica e Descritiva, 120 h
- PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h
- PR 1001016-1 Parasitologia Médica, 90 h
- PR 1001017-1 Microbiologia Médica, 60 h
- PR 1001020-1 Medicina Preventiva, 45 h
- PR 1001021-1 Anestesiologia, 30 h
- PR **Inserir Código** Bases da Oncologia, 30h
- PR 1001022-1 Farmacologia Básica, 60 h
- PR 1001023-1 Doenças do Aparelho Digestivo, 150 h
- PR 1001024-1 Doenças Cardiovasculares, 150 h
- PR 1001026-1 Doenças Hematológicas e Linfopoiéticas, 60 h
- PR 1001027-1 Doenças Endócrinas, 60 h
- PR 1001028-1 Farmacologia Aplicada I, 30 h
- PR **Inserir Código** Metodologia Científica TCC2, 15h
- PR 1001029-1 Doenças Respiratórias, 120 h

PR 1001030-1 Doenças do Aparelho Geniturinário, 120 h
 PR 1001031-1 Doenças Imunológicas, do Tecido Conjuntivo e das Articulações, 75 h
 PR 1001034-1 Psiquiatria, 90 h
 PR 1001035-1 Elaboração de Trabalho Científico TCC 3, 30 h
 PR 1001038-1 Urgências Clínicas, 60 h
 PR 1001039-1 Urgências Traumáticas, 60 h
 PR 1001040-1 Administração Sanitária (Legislação e Administração de Sistemas de Saúde), 45 h
 PR 1001045-1 Ginecologia e Mastologia, 75 h
 PR 1001046-1 Obstetrícia, 120 h
 PR 1001047-1 Farmacologia Aplicada II, 60 h
 PR 1001049-1 Geriatria, 60 h
 PR **Inserir Código** Pediatria e Criança Saudável, 180h
 PR 1001043-1 Oftalmologia 30 h
 PR 1001044-1 Otorrinolaringologia 30 h
 PR 1001048-1 Medicina-Legal 60 h

Atividades do SUS I 300 P (Atividades Complementares)

10º SEMESTRE

Inserir Código – Internato II, 990h (Estágio)

Espaço para o exercício de competências e habilidades em clínica cirúrgica e em clínica médica nas áreas do aparelho digestivo, cardiovascular, pulmonar, neurociências, sistemas endócrino e metabólico, geniturinário e locomotor, dermatológica, imunológica e geriátrica. Enfoque para o diagnóstico das doenças de condução clínicas e das doenças de condução cirúrgicas com indicação de procedimentos possíveis na Assistência da Atenção Básica. Treinamento básico para o médico de formação geral e suas limitações em técnicas cirúrgicas. Ênfase na postura e responsabilidade ética e técnica em procedimentos básicos e na assistência inicial ao portador de trauma multissistêmico; ênfase na postura ética e humanizada ao tratar com pessoas fragilizadas e seus familiares; entendimento e compreensão do ser humano como unidade biológica, antropológica, histórica, social, cultural e ambiental.

PR 1001001-1 Introdução à Medicina, 30 h
 PR 1001002-1 Noções de Ética e Bioética, 30 h
 PR 1001003-1 Citologia e Organização Biomolecular, 180 h
 PR 1001005-1 Epidemiologia I, 45 h
 PR 1001006-1 Genética Humana, 60 h
 PR 1001007-1 Introdução à Metodologia Científica TCC 1, 45 h
 PR 1001009-1 Epidemiologia II, 45 h
 PR 1001010-1 Nutrição e Saúde, 30 h
 PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h
 PR 1001012-1 Instrumentação e Técnica Cirúrgica, 60 h
 PR 1001013-1 Anatomia Topográfica e Descritiva, 120 h
 PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h
 PR 1001016-1 Parasitologia Médica, 90 h
 PR 1001017-1 Microbiologia Médica, 60 h
 PR 1001020-1 Medicina Preventiva, 45 h

PR 1001021-1 Anestesiologia, 30 h
 PR **Inserir Código** Bases da Oncologia, 30h
 PR 1001022-1 Farmacologia Básica, 60 h
 PR 1001023-1 Doenças do Aparelho Digestivo, 150 h
 PR 1001024-1 Doenças Cardiovasculares, 150 h
 PR 1001026-1 Doenças Hematológicas e Linfopoiéticas, 60 h
 PR 1001027-1 Doenças Endócrinas, 60 h
 PR 1001028-1 Farmacologia Aplicada I, 30 h
 PR **Inserir Código** Metodologia Científica TCC2, 15h
 PR 1001029-1 Doenças Respiratórias, 120 h
 PR 1001030-1 Doenças do Aparelho Genitourinário, 120 h
 PR 1001031-1 Doenças Imunológicas, do Tecido Conjuntivo e das Articulações, 75 h
 PR 1001034-1 Psiquiatria, 90 h
 PR 1001035-1 Elaboração de Trabalho Científico TCC 3, 30 h
 PR 1001038-1 Urgências Clínicas, 60 h
 PR 1001039-1 Urgências Traumáticas, 60 h
 PR 1001040-1 Administração Sanitária (Legislação e Administração de Sistemas de Saúde), 45 h
 PR 1001045-1 Ginecologia e Mastologia, 75 h
 PR 1001046-1 Obstetrícia, 120 h
 PR 1001047-1 Farmacologia Aplicada II, 60 h
 PR 1001049-1 Geriatria, 60 h
 PR **Inserir Código** Pediatria e Criança Saudável, 180h
 PR 1001043-1 Oftalmologia 30 h
 PR 1001044-1 Otorrinolaringologia 30 h
 PR 1001048-1 Medicina-Legal 60 h

Atividades do SUS II 300 P (Atividades complementares)

11º SEMESTRE

Inserir Código – Internato III, 990h (Estágio)

Espaço para o exercício de competências e habilidades em medicina clínica, nas áreas da infectologia, psiquiatria e urgências clínicas e em tocoginecologia. Ênfase na postura ética e humanizada ao tratar com pessoas fragilizadas e seus familiares. Espaço para treinamento em ginecologia e obstetrícia. Ênfase na promoção da saúde da mulher e na prevenção da violência de gênero e de situações de risco para agravos na saúde; reversão da morbimortalidade materno-infantil; reabilitação do parto humanizado como celebração da vida. Assistência a mulher da infância à senectude; os casais, parturientes, mulheres fragilizadas e seus familiares. Entendimento e compreensão do ser humano como unidade biológica, antropológica, histórica, social, cultural e ambiental.

PR 1001001-1 Introdução à Medicina, 30 h
 PR 1001002-1 Noções de Ética e Bioética, 30 h
 PR 1001003-1 Citologia e Organização Biomolecular, 180 h
 PR 1001005-1 Epidemiologia I, 45 h
 PR 1001006-1 Genética Humana, 60 h
 PR 1001007-1 Introdução à Metodologia Científica TCC 1, 45 h
 PR 1001009-1 Epidemiologia II, 45 h

PR 1001010-1 Nutrição e Saúde, 30 h
 PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h
 PR 1001012-1 Instrumentação e Técnica Cirúrgica, 60 h
 PR 1001013-1 Anatomia Topográfica e Descritiva, 120 h
 PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h
 PR 1001016-1 Parasitologia Médica, 90 h
 PR 1001017-1 Microbiologia Médica, 60 h
 PR 1001020-1 Medicina Preventiva, 45 h
 PR 1001021-1 Anestesiologia, 30 h
 PR **Inserir Código** Bases da Oncologia, 30h
 PR 1001022-1 Farmacologia Básica, 60 h
 PR 1001023-1 Doenças do Aparelho Digestivo, 150 h
 PR 1001024-1 Doenças Cardiovasculares, 150 h
 PR 1001026-1 Doenças Hematológicas e Linfopoiéticas, 60 h
 PR 1001027-1 Doenças Endócrinas, 60 h
 PR 1001028-1 Farmacologia Aplicada I, 30 h
 PR **Inserir Código** Metodologia Científica TCC2, 15h
 PR 1001029-1 Doenças Respiratórias, 120 h
 PR 1001030-1 Doenças do Aparelho Genitourinário, 120 h
 PR 1001031-1 Doenças Imunológicas, do Tecido Conjuntivo e das Articulações, 75 h
 PR 1001034-1 Psiquiatria, 90 h
 PR 1001035-1 Elaboração de Trabalho Científico TCC 3, 30 h
 PR 1001038-1 Urgências Clínicas, 60 h
 PR 1001039-1 Urgências Traumáticas, 60 h
 PR 1001040-1 Administração Sanitária (Legislação e Administração de Sistemas de Saúde), 45 h
 PR 1001045-1 Ginecologia e Mastologia, 75 h
 PR 1001046-1 Obstetrícia, 120 h
 PR 1001047-1 Farmacologia Aplicada II, 60 h
 PR 1001049-1 Geriatria, 60 h
 PR **Inserir Código** Pediatria e Criança Saudável, 180h
 PR 1001043-1 Oftalmologia 30 h
 PR 1001044-1 Otorrinolaringologia 30 h
 PR 1001048-1 Medicina-Legal 60 h

Atividades do SUS III 300 P (Atividades Complementares)

12º SEMESTRE

Inserir Código – Internato IV, 990h (Estágio)

Espaço para o exercício de competências e habilidades em ginecologia e obstetrícia e em pediatria e manuseio da criança saudável. Ênfase na promoção da saúde da mulher e cuidados com vítimas de violência sexual. Planejamento familiar. Pré-natal; reabilitação do parto humanizado e condução no parto cirúrgico. Neonatologia, crescimento e desenvolvimento e assistência pediátrica. Ênfase na postura ética e humanizada ao tratar com crianças e jovens fragilizados e seus familiares. Enfoque da promoção da saúde infanto-juvenil, do bem-estar individual e coletivo. Prevenção de acidentes e situação de risco; reversão do processo das doenças mais frequentes em nosso meio, contextualizando-as na política e na cultura. Tratamento e reabilitação de jovens doentes. Compreensão da criança como ser humano em

desenvolvimento e como unidade biológica, antropológica, histórica, social, cultural e ambiental.

- PR 1001001-1 Introdução à Medicina, 30 h
- PR 1001002-1 Noções de Ética e Bioética, 30 h
- PR 1001003-1 Citologia e Organização Biomolecular, 180 h
- PR 1001005-1 Epidemiologia I, 45 h
- PR 1001006-1 Genética Humana, 60 h
- PR 1001007-1 Introdução à Metodologia Científica TCC 1, 45 h
- PR 1001009-1 Epidemiologia II, 45 h
- PR 1001010-1 Nutrição e Saúde, 30 h
- PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h
- PR 1001012-1 Instrumentação e Técnica Cirúrgica, 60 h
- PR 1001013-1 Anatomia Topográfica e Descritiva, 120 h
- PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h
- PR 1001016-1 Parasitologia Médica, 90 h
- PR 1001017-1 Microbiologia Médica, 60 h
- PR 1001020-1 Medicina Preventiva, 45 h
- PR 1001021-1 Anestesiologia, 30 h
- PR **Inserir Código** Bases da Oncologia, 30h
- PR 1001022-1 Farmacologia Básica, 60 h
- PR 1001023-1 Doenças do Aparelho Digestivo, 150 h
- PR 1001024-1 Doenças Cardiovasculares, 150 h
- PR 1001026-1 Doenças Hematológicas e Linfopoiéticas, 60 h
- PR 1001027-1 Doenças Endócrinas, 60 h
- PR 1001028-1 Farmacologia Aplicada I, 30 h
- PR **Inserir Código** Metodologia Científica TCC2, 15h
- PR 1001029-1 Doenças Respiratórias, 120 h
- PR 1001030-1 Doenças do Aparelho Genitourinário, 120 h
- PR 1001031-1 Doenças Imunológicas, do Tecido Conjuntivo e das Articulações, 75 h
- PR 1001034-1 Psiquiatria, 90 h
- PR 1001035-1 Elaboração de Trabalho Científico TCC 3, 30 h
- PR 1001038-1 Urgências Clínicas, 60 h
- PR 1001039-1 Urgências Traumáticas, 60 h
- PR 1001040-1 Administração Sanitária (Legislação e Administração de Sistemas de Saúde), 45 h
- PR 1001045-1 Ginecologia e Mastologia, 75 h
- PR 1001046-1 Obstetrícia, 120 h
- PR 1001047-1 Farmacologia Aplicada II, 60 h
- PR 1001049-1 Geriatria, 60 h
- PR **Inserir Código** Pediatria e Criança Saudável, 180h
- PR 1001043-1 Oftalmologia 30 h
- PR 1001044-1 Otorrinolaringologia 30 h
- PR 1001048-1 Medicina-Legal 60 h
- CO Atividades do SUS IV 300h (atividades complementares)
- EQ 1001053-1 Estágio Supervisionado e Integrado na Forma de Internato em Tocoginecologia 660 h
- EQ 1001056-1 Estágio Supervisionado e Integrado na Forma de Internato em Pediatria 660 h

Atividades do SUS IV 300 P (Atividades Complementares)

15.3 Resumo das Atividades do Curso em Distribuição e Carga Horária

O resumo abaixo mantido ao final das Matrizes Curriculares de equivalência, evidencia de forma clara e objetiva a síntese de distribuição das CH e créditos quando pertinentes, facilitando a leitura e associação dos componentes curriculares obrigatórios e optativos, as atividades da prática dos componentes curricular, estágios e atividades complementares. Não traduz e nem substitui nenhuma matriz curricular.

RESUMO POR GRUPOS DE COMPONENTES CURRICULAR (apenas para visualização objetiva do Curso, não traduz e nem substitui matrizes acima)

COMPONENTES CURRICULARES	CREDITOS	CARGA HORÁRIA
Disciplinas obrigatórias: áreas básica e profissionalizante	265	3.975
Estágios: Internatos I, II, III e IV	264	3.960
Disciplinas optativas	15	225
Atividade Complementar: Atividades Acadêmica	-	180
Atividades Complementares: Atividades do SUS I, II, III e IV	-	1.200
Atividade Complementar: Seminários Transversal	-	150
Total	544	9.690

O conjunto de Atividades Complementares, outrora denominado Módulo de Formação Complementar guarda as mesmas relações anteriores quanto a carga horária total, havendo mudanças da nomenclatura de alguns desses componentes adequando-os à linguagem do RCG/UERN (2013). Neste conjunto estão incluídas como Atividades Complementares: Atividades Acadêmica, que permanece com as mesmas características da Atividade de Formação Acadêmica (Matriz curricular, 2010); as Atividades do SUS I, II, III e

IV que foram desvinculadas dos estágios Internatos I, II, III e IV em acato a regulamentação para estágios em regime de 40 horas semanais; o Seminário Transversal, que permanece com algumas características anteriores mas com nova nomenclatura tornando-se mais aberto para seleção de temas de interesse discente. Estão agrupados como disciplinas optativas as que possuem CH e créditos oriundos do DCB criadas para esse fim e disciplinas de outros Departamentos da UERN descritas no rol de disciplinas optativas.

16. INTERNATOS (ESTÁGIOS)

16.1 Estágio Curricular Supervisionado na Forma de Internato

Para Estágios (Art. 22 RCG/2013 – CONSEPE/UERN), os Internatos I, II, III e IV terão carga horária semanal de 40 horas. As 3.960 horas serão distribuídas nos quatro Internatos, com CH de 990 horas cada Internato, conforme legislação específica do MEC para fins de estágio. O CONSEPE-UERN, a partir de 2013, autorizou abertura de matrícula para Internatos em datas fora do seu Calendário Universitário, pela especificidade do curso de medicina. Os Internatos funcionarão em sistema de rodízio e sem pré-requisitos entre si, cabendo à coordenação do curso organizar, na forma de sorteio e na presença dos alunos interessados, a composição discente inicial em cada Internato, desencadeando assim o sistema de rodízio a partir da sua sequência.

Os Internatos I, II, III e IV terão matrículas desencadeadas ao final do nono período, sem pré-requisitos entre si (entre os 4 Internatos), sem sofrer solução de continuidade até o décimo segundo período, guardado o período de férias obrigatória indicada pela legislação vigente para Estágios (MEC, 2012). O aluno integralizará em 2 anos a carga horária específica de 3.960 horas de estágio, com 40 horas semanais.

Do estágio - O funcionamento do Internato será em sistema de rodízios, com duração total de 100(cem) semanas e com 4(quatro) semanas de recesso entre o 10º e 11º períodos. A sequência de rodízio para os estágios obrigatórios se dará na forma de sorteio aleatório pela Coordenação do Curso ou seu representante, na presença de alunos interessados, não havendo possibilidade de permuta entre alunos sorteados. Os grupos são formados equitativamente por alunos ao término do 8º período. O período de recesso (férias) será de 4(quatro) semanas após concluídas as primeiras 50(cinquenta) semanas de estágio,

conforme a Lei nº 11.788 de 25.09.2008 – MEC. Não há pré-requisitos entre os quatro Estágios de Internato durante os rodízios, mas o aluno só poderá ingressar em estágios do 9º ao 12º períodos quando integralizados e concluídos os oito períodos iniciais do curso (do 1º ao 8º períodos), sem nenhuma pendência e já tiver defendido, com êxito, o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC).

INTERNATO I - contempla 990 (novecentos e noventa) horas, com 40 horas semanais de estágio. Faz parte do Internato I a Clínica Cirúrgica e a Saúde Coletiva.

INTERNATO II – contempla 990 (novecentos e noventa) horas, com 40 horas semanais de estágio. Faz parte do Internato II a Clínica Médica (área A) e a Clínica Cirúrgica.

INTERNATO III - contempla 990 (novecentos e noventa) horas, com 40 horas semanais de estágio. Faz parte do Internato III a Clínica Médica (área B: Infectologia, Psiquiatria e Urgências Clínicas) e a Tocoginecologia.

INTERNATO IV - contempla 990 (novecentos e noventa) horas, com 40 horas semanais de estágio Faz parte do Internato IV a Tocoginecologia e a Pediatria.

16.1.1 Matrículas em Estágios (Internatos)

Os estágios obrigatórios referente aos últimos 2 anos do curso de medicina poderão ter suas matrículas ofertadas em datas iguais ou divergentes do calendário acadêmico da UERN, de acordo com a Resolução Nº 34/2013-CONSEPE/UERN, para que não haja solução de continuidade na prestação de serviços de saúde conveniados com a UERN. A FACS solicitou e aguarda que o CONSEPE/UERN em um futuro próximo aprove mais uma especificidade para o curso de medicina mediante abertura de matrícula anual para os Internatos e seus co-requisitos, as Atividade do SUS I, II, III e IV afim de se manter um fluxo contínuo de alunos nos serviços de saúde conveniados com a UERN, inseridos de forma continuada nos programas de planejamento estratégico a curto e médio prazo nas ações de saúde do SUS, sem solução de continuidade na assistência à população.

16.1.2 Férias no Estágio

Durante os dois anos de Estágio do Internato, do 9º ao 12º períodos do Curso de

Medicina, as férias serão intercaladas entre o primeiro e segundo anos de estágio, de acordo com o cronograma de rodízio por grupos, para que todos possam mudar de estágio ao mesmo tempo e com obediência à carga horária pré-estabelecida, por estágio, determinada em função da legislação maior pertinente a Estágios (Lei 11.788/2008 - MEC).

16.1.3 Setores de Estágio

Nos seus primeiros momentos, a FACS-UERN firmou convênios para campo de estágios obrigatórios em Mossoró e Natal, quando não tinha recursos humanos suficientes e cenários específicos que contemplasse todos os estágios práticos naquela ocasião. Pela flexibilização curricular é possível o aluno, por sua opção e voluntariamente solicitado à FACS, fazer parte do seu estágio obrigatório fora do domicílio da FACS, entretanto o local receptor deverá ter o convênio vigente com a UERN. Assim foi firmado convênios com o Hospital Maria Alice Fernandes (Pediatria – Natal), Hospital Dr. Pedro Teixeira (Santa Catarina – Natal), Hospital Cel. Pedro Germano (Hospital da Polícia – Natal), Hospital Giselda Trigueiro (Natal), Hospital Infantil Varela Santiago (Pediatria – Natal) dentre outros cenários. Foi ofertado aos alunos os cenários de prática supracitados onde alguns fizeram esta opção sem ônus para UERN e outros permaneceram em Mossoró onde foram inseridos nos cenários locais. Nos últimos 8 anos a realidade da saúde de Mossoró mudou a partir da instalação e funcionamento do curso de medicina: enfermarias para a FACS foram disponibilizadas no HRTM, ambulatórios específicos estão sob responsabilidade do curso, unidades de saúde foram inserida como cenários do processo ensino-aprendizagem e evoluíram para cenários de pós-graduação “sensu lato”. Parcerias e convenios tem sido firmados para o Internato também fora do Estado, sempre em acordo com o RCG/UERN(2013), o Regimento do Curso de Medicina e os interesses dos alunos.

Os alunos desenvolverão todos os estágios do Internato em regime de 40 horas semanais, totalizando cem semanas anuais, em qualquer lugar em que a FUERN/FACS tenha convênio de cooperação técnica e educacional. Os coordenadores, monitores pertencem aos hospitais conveniados, garantindo aos estudantes o acompanhamento assegurado por lei. Os estudantes sairão para o estágio curricular supervisionado na forma de internato obrigatoriamente munidos do termo do compromisso do estudante.

As atividades teóricas dos Internato não poderão ultrapassar mais que 20% da CH de todo os Internatos: seminários, palestras abordando grandes temas de atualização,

discussão de casos clínicos e resumos de revistas. A formação em Clínica Cirúrgica deve ser direcionada para o médico generalista de forma a orientar sobre condução clínica e indicação de tratamento cirúrgico eletivo ou de urgência e não deve ser pautado em técnica operatória exclusiva. Ênfase na manutenção da vida.

O controle da frequência diária dos alunos dos internatos e a execução de atividades atribuídas para os dois últimos anos do curso serão conferidos mediante preenchimento de fichas individuais, de exclusivo controle interno do curso e sob responsabilidade dos preceptores, que ao final encaminhará ao DCB para registro no Histórico escolar. Essas fichas específicas constam nos anexos do Regimento dos Internatos.

No rodízio de Clínica Médica, a área A do Internato II compreende todas as especialidades clínicas não contempladas na área B. No Internato III a Clínica Médica contempla a área B: Infectologia, Psiquiatria e Urgências Clínicas.

1 - Obrigatoriamente os alunos do Internato I deverão passar pelos setores de Clínica Cirúrgica e Saúde Coletiva. Esses alunos desenvolverão atividades em: Ambulatórios, Enfermarias, Centro Cirúrgico, Pequena Cirurgia, UTI e Pronto Atendimento. O estágio saúde coletiva será exclusivamente na Atenção Básica do SUS.

2 - Obrigatoriamente os alunos do Internato II deverão passar pelos setores de Clínica Médica (área A) e Clínica Cirúrgica. Esses alunos desenvolverão atividades em: Ambulatórios, Enfermarias, Centro Cirúrgico, Pequena Cirurgia, UTI e Pronto Atendimento..

3 - Obrigatoriamente os alunos do Internato III deverão passar pelos setores de Clínica Médica (área B: Infectologia, Psiquiatria e Urgências Clínicas) e Tocoginecologia. Esses alunos desenvolverão atividades em: Ambulatórios, Enfermarias, Maternidades e Pronto Atendimento.

4 - Obrigatoriamente os alunos do Internato IV deverão passar pelos setores de Tocoginecologia e de Pediatria. Esses alunos desenvolverão atividades em: Unidades Básicas de Saúde do Município indicado pela Coordenação do Curso, Pronto Atendimento, Ambulatórios e Enfermarias de Hospitais e Maternidades incluindo Berçário e UTI neonatal.

16.1.4 Frequência e controle em atividades de estágios (Internato)

Há determinante para a carga horária das atividades do Internato, em acordo com a Lei nº 11.788/2008-MEC, e do período de férias estudantil do aluno do Internato. O Regimento Geral do Internato (vide nos anexos) indica escala fixa de rodízio com acesso e

detalhamento de setores de estágio da FACS-UERN, bem como fichas individuais de controle interno do curso.

A avaliação do rendimento escolar do interno, em cada uma das grandes áreas do conhecimento médico, no sistema de rodízio, abrangerá os pontos de assiduidade, pontualidade e desempenho nas atividades, todos eliminatórios por si mesmo.

Não será aprovado o interno que apresentar frequência inferior a 90% das atividades previstas do Internato, bem como avaliação com nota inferior a 7.0 (sete) em cada rodízio e na média final, o que corresponderá ao cumprimento do estágio.

O interno não poderá faltar ao estágio, exceto em situação especial, que deve ser justificada ao Coordenador da Área do Internato (o responsável pelo aluno durante aquele rodízio), que avaliará cada caso em separado. Entende-se por falta justificável: doença do interno, doença ou morte de familiares, motivos outros que devem ser expostos ao Coordenador de Área.

O interno que não concluir com êxito quaisquer dos rodízios do Estágio de Internato deverá repeti-lo, obrigatoriamente, nos cenários de prática das Unidades de Saúde vinculadas ao curso de Medicina da UERN, em Mossoró, sede da FACS. Nestas condições, é vedado ao aluno cumprir aquele estágio fora da sede.

As alunas do Internato em estado de gravidez até o 3º mês e após o 7º mês, ou alunos do Internato portadores de doenças que exijam controle efetivo ou necessidade especial comprovada, terão por parte do Conselho do Internato a decisão de lotação em parte no Internato II (relativo à área Rural) da maneira mais conveniente, podendo ser dispensados da parte do estágio rural que será obrigatoriamente realizado em área periférica urbana no Município de Mossoró; para tal, deverá recorrer ao Conselho de Internato com antecedência e apresentar-se munidos de atestado médico fornecido pela Junta Médica da UERN quando existente ou por Comissão criada para esse fim específico.

Apesar de previsto, até o momento não existe uma Junta Médica constituída no âmbito da UERN e, assim, deverá ser instituída uma Comissão que será temporária e específica. Será indicada pela FACS para fins específico e composta por 3 médicos docentes, sem conflito de interesses para o caso em foco. Diante da resolutividade do caso em foco, automaticamente a Comissão será desfeita. Trata-se de uma necessidade de funcionamento para o Curso de Medicina até que seja instalada a Junta Médica da UERN, em Mossoró. A Junta Médica do Estado, que serve a UERN, funciona em Natal.

16.1.5 Estágios e Atividades Complementares

Os Internatos terão matrículas ofertadas ao final do oitavo período, em data fora do Calendário Universitário conforme aprovado pelo CONSEPE em 2013, sem pré-requisitos entre si (entre os 4 Internatos), sem sofrer solução de continuidade até o décimo segundo período, guardado o período de férias obrigatória indicada pela legislação vigente para Estágios (MEC, 2012). As atividades complementares como as Atividades do SUS I, II III e IV, seguem em inscrição correspondente a data das matrículas ofertadas para os Internatos, pois são desenvolvidas em concomitância com este, e serão realizadas na forma de plantões de 12 horas semanais em serviços do SUS, em horários divergente dos Internatos, podendo ser plantões noturnos ou em finais de semana e feriados, mas terão controle interno do curso para sua integralização.

Durante o período da Atividade do SUS I, quando no rodízio em Saúde Coletiva, as 12 horas semanais serão desenvolvidas junto a projetos comunitários de saúde em finais de semana e feriados, visitas domiciliares e utilização do turno noturno para planejamento de ações comunitárias e elaboração de relatórios de atividades do SUS.

17. AS ATIVIDADES DO SUS E AS ATIVIDADES ACADÊMICAS (Atividades Complementares)

17.1 Atividades do SUS I, II, III e IV (Atividades Complementares)

As Atividades do SUS I, II, III e IV - enquanto atividades complementares não são caracterizadas como estágios, mas atividades complementares para serem efetivadas exclusivamente no SUS e serão desenvolvidas na forma de 12 horas de plantões semanais em serviços SUS e nas atividades comunitárias do SUS, esta quando em concomitância com o Internato I, que também tem cenários na Saúde Coletiva. Serão ofertadas nos 2 últimos anos do curso de medicina, no mesmo período em que se realizarão os Internatos e serão contabilizadas em CH. Estão assim distribuídas:

Atividades do SUS I – desenvolvidas na forma de plantão de 12 horas semanais, no setor da clínica cirúrgica do SUS ou cenários conveniados com o SUS e de 12

horas semanais em atividades comunitárias do SUS, em concomitância com o Estágio Internato I, totalizando 300(trezentas) horas. Terá como preceptor o mesmo coordenador do Internato I.

Atividades do SUS II – desenvolvidas na forma de plantão de 12 horas semanais, no setor da clínica cirúrgica do SUS ou cenários conveniados com o SUS e de plantão de 12 horas semanais, no setor da clínica médica do SUS ou cenários conveniados com o SUS, em concomitância com o Estágio Internato II, totalizando 300(trezentas) horas. Terá como preceptor o mesmo Coordenador do Internato II.

Atividades do SUS III – desenvolvidas na forma de plantão de 12 horas semanais, no setor da clínica médica do SUS ou cenários conveniados com o SUS e de plantão de 12 horas semanais no setor da ginecologia e obstetrícia do SUS ou cenários conveniados com o SUS, em concomitância com o Estágio Internato III, totalizando 300(trezentas) horas. Terá como preceptor o mesmo Coordenador do Internato III.

Atividades do SUS IV – desenvolvidas na forma de plantão de 12 horas semanais, no setor de ginecologia e obstetrícia do SUS ou cenários conveniados com o SUS e de plantão de 12 horas semanais no setor da neonatologia e pediatria do SUS ou cenários conveniados com o SUS, em concomitância com o Estágio Internato IV, totalizando 300(trezentas) horas. Terá como preceptor o mesmo Coordenador do Internato IV.

17.2 Atividades Acadêmicas (Atividade Complementar)

O Curso oferecerá o componente curricular designado de Atividades Acadêmicas como pertencente às Atividades Complementares. As Atividades Acadêmicas estão definidas pela FACS-UERN e inseridas nos anexos deste PPC distribuídas como atividades de Grupos I, II e III, específicos para ensino, pesquisa e extensão, quais sejam: monitorias, estágios em unidades e serviços de saúde, participação em programa de iniciação científica e projetos de pesquisa e extensão, participação em programas de pós-graduação como aluno estagiário, programas da graduação, ou aluno bolsista de iniciação científica, inscrição e participação em cursos realizados no âmbito da UERN e plantões supervisionados em unidades de saúde conveniadas. Serão contabilizadas como carga horária obrigatória para fins de Histórico Escolar o total de 180 horas (cento e oitenta horas) quando integralizadas.

18. SEMINÁRIOS TRANSVERSAIS (ATIVIDADE COMPLEMENTAR)

O “Seminário Transversal” é ofertado do 1º ao 12º períodos, não necessariamente de forma sequenciada e totaliza 150 horas obrigatória para o aluno de entrada inicial. Para o aluno de entrada não inicial, a carga horária total exigida continua obrigatória e será contabilizada a partir do período de entrada, com a obrigatoriedade de reposição da carga horária total em atividades recomendados pelo DCB, com foco na sua ementa.

O cômputo desse Seminário Transversal deverá ser de até 20(vinte) horas como carga horária por semestre, variável de 15 a 20 horas/semestre para os alunos de entrada inicial afim de totalizar as 150 horas até o décimo segundo período do curso inclusive. O dimensionamento da CH semestral será flexibilizada pelo DCB para o aluno de entrada não inicial, a critério, mas com foco na ementa, de forma a integralizar as 150 horas previstas até o final do curso.

19. TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) enquanto componente curricular, é uma atividade acadêmica de caráter obrigatório e individual. Constitui-se em um momento de potencialização e sistematização de habilidades e conhecimentos adquiridos ao longo da graduação na forma de pesquisa acadêmico-científica e contribui de forma criativa na resolução de problemas teóricos e empíricos. Articula o conhecimento global do aluno no interior de sua área de formação, é concebido e executado como uma atividade científica e não somente como forma de avaliação de seu desempenho no domínio e/ou avaliação de um componente curricular específico. A apresentação e aprovação do TCC é requisito parcial para a conclusão do Curso de Medicina da UERN, determinado pelo RCG/UERN (2013).

Como trabalho que se submete aos padrões da produção científica, o TCC deve respeitar seus parâmetros e a ele envolve três etapas: a de formulação de um projeto de pesquisa, submissão e execução na forma de uma pesquisa e a apresentação de seus resultados em forma de artigo científico. As etapas estão detalhadas no Manual para Elaboração do TCC do Curso de Medicina e no Regimento Interno do Curso de Medicina, 2013. Sua construção começa na Disciplina Metodologia de Iniciação Científica – TCC 1, continua-se em etapas seguidas pelo orientador durante o quinto período do curso, na

disciplina Metodologia Científica – TCC 2 e a escrita deverá ser finalizada durante a disciplina Elaboração do Trabalho Científico – TCC 3. Ao final do sétimo período o(s) alunos deverão apresentar o TCC e submetê-lo a aprovação segundo RCG/UERN (2013).

Ao apresentar o trabalho finalizado e antes da exposição oral, o aluno deverá entregá-lo no formato que permita ser submetido para publicação em periódico de circulação nacional e/ou internacional e incluir, no trabalho, as normas de publicação da revista selecionada:-

O TCC deve ser submetido à apreciação de uma Banca Examinadora composta de três professores: o orientador e dois outros professores escolhidos de acordo com sua habilitação técnica em relação ao tema abordado o possibilita a avaliação do artigo sob a ótica de diferentes perspectivas. Pontua em formulário específico, os critérios utilizados.

A defesa do TCC diante de uma Banca Examinadora traduz a possibilidade do aluno testar sua competência discursiva, de exercitar sua capacidade argumentativa e de defender sua perspectiva além de permitir-lhe esclarecer elementos de seu trabalho que possam ter ficado obscuros ou frágeis do ponto de vista de sua consistência ou pertinência científica. O TCC exercita a capacidade lógico-dedutiva, de análise e de síntese, sua fluência em termos de expressão e defesa de suas ideias, bem como sua capacidade de resposta diante de argumentos da Banca Examinadora.

O TCC é um trabalho individual discente e deverá ter orientação docente. Sua finalização ocorrerá no 7º (sétimo) período letivo do curso, quando deverá ser apresentado e defendido.

Por ocasião da matrícula em componentes curriculares do 5º(quinto) período do curso, os alunos deverão registrar no DCB, em formulários específicos contidos no Manual para Elaboração do TCC, o anteprojeto de e a carta de aceite do orientador. Os alunos desnívelados devem realizar a inscrição do seu trabalho no semestre letivo em que forem integralizar todos os componentes curriculares da matriz curricular do quinto período e casos omissos serão da competência da orientação acadêmica.

O TCC deverá estar correlacionado à Comissão de Pesquisa da FACS. São atribuições desta Comissão: realizar e atualizar o registro dos professores disponíveis para orientação de trabalhos, com as respectivas linhas de pesquisa, conforme os critérios definidos; apreciar os anteprojetos de pesquisa e relatórios semestrais, acompanhar o andamento dos trabalhos, desde o início até a finalização, verificando, em cada etapa, o cumprimento dos prazos e requisitos administrativos descritos no Manual para Elaboração do

TCC; auxiliar os professores orientadores na resolução de pendências relativas aos TCCs constatadas em qualquer fase de sua construção; avaliar situações de excepcionalidade envolvendo a elaboração dos TCCs e recomendar soluções e encaminhamentos para apreciação e decisão da Chefia de Departamento.

Nas publicações do TCC e trabalhos apresentados, os alunos devem, obrigatoriamente, fazer referência à sua condição de alunos do Curso de graduação em Medicina da FACS-UERN, bem como citar os nomes do orientador, colaboradores e respectivas Instituições envolvidas. O julgamento de procedimento antiético cometido e as penalidades aplicadas são atribuições da Comissão de Pesquisa da FACS.

Cada orientador poderá orientar um máximo de quatro trabalhos e a seu critério, recomenda-se que o projeto de pesquisa e os alunos envolvidos se cadastrem em uma das Bases de Pesquisa vinculadas à Pró-reitora de Pesquisa da UERN.

Um dos três avaliadores será o próprio orientador do trabalho e a ele compete a presidência da banca. Os trabalhos devem ser entregues aos membros das bancas 10 (dez) dias antes da data de apresentação que terá duração mínima de 20 (vinte) minutos e máxima de 30 (trinta) minutos. O tempo de arguição será de 20 (vinte) minutos no máximo. São critérios e pontuações para julgamento do TCC:

- ✓ originalidade do tema (valor máximo de 1,0 ponto);
- ✓ metodologia utilizada (valor máximo de 2,0 pontos);
- ✓ resultados obtidos (valor máximo de 2,0 pontos);
- ✓ apresentação oral (valor máximo de 2,0 pontos);
- ✓ apresentação do trabalho em condições de ser submetido para publicação (valor máximo de 2,0 pontos);
- ✓ desempenho geral do aluno (valor máximo de 1,0 ponto)

Os critérios para escrita incluindo os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais e a avaliação do TCC estão descritos no Manual para Elaboração do TCC. Cópia do TCC finalizado e aprovado deverá ser arquivado na Biblioteca Setorial da FACS, entretanto tais considerações deverão, em breve, passar por revisão para se adequar à realidade do sistema de arquivamento da biblioteca setorial (informatização).

A defesa do TCC se dará até o final do sétimo período inclusive, quando deverá ser inserido no registro escolar do aluno. A defesa pública se dará em data, local e horário definidos pela Comissão de Pesquisa da FACS de acordo com a legislação específica da

UERN. O TCC é pré-requisito para os Estágios Internatos I, II, III e IV, bem como pré-requisitos para as Atividades do SUS I, II, III e IV.

Organização: o TCC deverá ser pensado e posto em escolha os temas a serem abordados a partir do segundo período do curso, durante o componente curricular (disciplina) Iniciação a Metodologia Científica – TCC 1. Durante os semestres seguintes deverá ser pensado o anteprojeto e providenciado o registro no quinto período, durante a disciplina Metodologia Científica- TCC 2 e durante o sétimo período, na disciplina Elaboração de Trabalho Científico – TCC 3, o projeto será finalizado e posto para apresentação e defesa. O TCC segue as normas contidas no Manual para Elaboração do TCC e no Regimento Interno do Curso de Medicina.

Objetivos e finalidades do TCC: deve ser construído adotando como referência o ato de interrogar, (re)produzir e criar, isto é, interrogar a realidade de modo crítico e permanente, (re)produzir o conhecimento de modo consciente de suas limitações, e orientar para a busca de soluções criativas para os problemas com que defronta. O TCC aponta para a atitude reflexiva e problematizadora do aluno, que lhe permitirá ser produtor do conhecimento. O comportamento investigativo aplica-se tanto às atividades ditas em sala de aula, como em cenários outros de ensino-aprendizagem.

Responsabilidades dos atores/sujeitos envolvidos: do submeter o anteprojeto à Comissão de Ética em Pesquisa quando se tratar de pesquisa com seres humano; do observar a Resolução 196/96 à Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012 que trata pesquisa em seres humanos; do observar ética em pesquisa ao cumprimento de prazos, tem-se o envolvimento, com deveres e atribuições, dos discentes, orientadores e da Comissão de Pesquisa da FACS, detalhados no Regimento Interno do Curso (anexos) e no Manual de Elaboração do TCC.

A natureza do trabalho acadêmico: de natureza científica, preferencialmente desenvolvidos na área da saúde e em condições de publicação em periódicos nacional ou internacional de qualidade.

20. DISCIPLINAS OPTATIVAS

As disciplinas optativas constituem parte do elenco dos componentes curriculares dos diversos cursos de graduação da UERN incluindo a FACS, e serão disponibilizadas para o Curso de Medicina, desde 2004, quando houver aluno(s)

interessado(s) e vaga(s) disponíveis nos Cursos dos Departamentos de origem, em função da disponibilidade daqueles Departamentos, sendo a carga horária contabilizada como obrigatória para fins de Histórico Escolar, no total de 225 horas (duzentos e vinte e cinco horas). Pertencem as diversas unidades universitárias e mais recentemente foram criadas algumas disciplinas optativas no DCB. O rol das disciplinas optativas estará descrito mais adiante, após o ementário dos componentes curriculares.

21. EMENTÁRIOS DOS COMPONENTES CURRICULARES

O ementário dos componentes curriculares obrigatórios está inserido na sequência em que é ofertado, período a período. Algumas ementas foram reescritas de forma a tornar mais claro o foco do componente curricular, sem contudo alterar o entendimento anterior. A bibliografia básica em quase sua totalidade enquanto “disciplinas” está associada ao acervo da biblioteca setorial e livros indicados, entretanto a bibliografia complementar, principalmente direcionadas à práticas, apontam para “Medicina Baseada em Evidências”, para sites de especialidades, de instituições de ensino, de entidades de classe e a portais do MS. São sites com temas de atualização que são inseridos na internet de forma continuada e pertence ao acervo informatizado das bibliotecas de especialidades médicas e de sociedades científicas nacional e internacionais. Periódicos de especialidades via CAPES tem a liberação de acesso na competência das bibliotecas e é institucional. A bibliografia complementar para o curso de medicina, via acesso internet, constitui na mais importante e corrente forma de manter a atualização dos conteúdos ministrados, a partir de diretrizes para condutas e seguimento de doenças, assim como os portais do Ministério da Saúde, do Programa Mais Médicos, 2013.

21.1 Disciplinas obrigatórias do Curso de Medicina (ordenado por ofertas e por período)

PRIMEIRO PERÍODO

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001001-1 DCB	Introdução à Medicina	Disciplina	30/02
Aplicação	Avaliado por		
Teórica	Nota		

EMENTA: Aborda conceitos ligados à história, antropologia, filosofia e sociologia da prática médica. Reflete sobre a gênese e formação da personalidade, das motivações, das atitudes e das relações interpessoais. Ênfase na compreensão da natureza do homem como ser biopsicossocial de forma transdisciplinar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DAVIM, Paulo. Médicos de ontem por médicos de hoje.
2. FRIEDMAN, Meyer. As Dez Maiores Descobertas da Medicina. Companhia das Letras, 2000.
3. SOUZA, Álvaro. Grandes Médicos & Grandes Artistas. Casa da Qualidade, 2006.
4. VIEIRA, Raymundo Manno. A Medicina. Livraria e Editora Rubio, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Site portal médico CFM
2. Portal de Periódicos CAPES
3. Site de Sociedades de Especialidade

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001002-1 DCB	Noções de Ética e Bioética	Disciplina	30/02
Aplicação	Avaliado por		
Teórica	Nota		

1. **EMENTA:** Introduz conceitos de valores e atitudes no comportamento de profissionais de saúde. Aborda a ética para o estudante de medicina. Introduz noções gerais de ética médica. Conceitua e aborda temas para reflexão em bioética.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

2. COSTA, Sérgio Ibiapina Ferreira e cols. Iniciação à Bioética. Conselho Federal de Medicina, 1998.
3. COUTINHO, Arnaldo Pineschi de Azeredo. Ética na Medicina. Editora Vozes, 2006.
4. Direitos e obrigações dos médicos. São Paulo: Ltr, 1998.
5. FORTES, Paulo Antonio de Carvalho. Ética e Saúde. Editora Pedagógica e Universitária, 2005.
6. GOMES, Júlio César Meireles et. al. Erro médico 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
7. MARGOTTA, Roberto. História ilustrada da Medicina.
8. NEVES, Nedy Cerqueira. Ética para os Futuros Médicos. É Possível Ensinar. Conselho Federal de Medicina, 2006.
9. SGRECCIA, Elio. Manual de Bioética I: Fundamentos e ética biomédica.
9. SGRECCIA, Elio. Manual de Bioética II: Aspectos médico-sociais

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Site portal médico CFM
2. Portal de Periódicos CAPES

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001003-1 DCB	Citologia e Organização Biomolecular	Disciplina	180/12
Aplicação	Avaliado por		
Teórico-prática.	Nota		

3

EMENTA: Busca a compreensão dos fatores moleculares determinantes na função celular por meio de temas de Biologia Celular e Bioquímica. Analisa a composição estrutural e química da célula; o metabolismo de organismos unicelulares e as inter-relações metabólicas nos organismos multicelulares, de interesse médico; aborda a divisão celular e a hereditariedade. Estimula a compreensão dos fenômenos biológicos e estabelece correlações químico-clínicas, buscando a compreensão de forma integrada.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. JUNQUEIRA e CARNEIRO Biologia Celular e Molecular. 9º Edição. Ed Guanabara-Koogan.
2. BRUCE A. et al. Fundamentos da Biologia Celular. 4º Edição. Ed Artmed.
3. DONALD V. Fundamentos de Bioquímica. 3º Edição. Ed Artmed.
4. THOMAS M. D. Manual de Bioquímica com Correlações Clínicas. 6º Edição. Ed Blucher.
5. ALBERT L. L. Princípios de Bioquímica. 4º Edição. Ed Savier.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. www.ncbi.nlm.nih.gov
2. www.highwire.org
3. www.scielo.br
4. www.conselho.saude.gov.br
5. Site portal médico CFM

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001004-1 DCB	Módulo Morfofuncional I	Disciplina	180/12
Aplicação	Avaliado por		
Teórico-prática.	Nota		

4

EMENTA: Aborda, de forma multidisciplinar, conteúdos das diversas ciências biológicas. Busca compreender técnicas de estudo do desenvolvimento a partir da morfologia humana, com ênfase nos tecidos, órgãos e sistemas; e bases celulares dos processos normais, da estrutura e função dos tecidos, reconhecendo suas disfunções, nos sistemas nervoso e endócrino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. AIRES, M. Fisiologia. 2ª ed. (2000). Guanabara Koogan. Rio de Janeiro, RJ
2. BERNE, R. M. & LEVY, M. N. & KOEPPEN, B. M. (et al). Fisiologia. 5ª ed. (2004).
3. JUNQUEIRA E CARNEIRO. Biologia Celular e Molecular. 9º Edição. Ed Guanabara-koogan.
4. BRUCE ALBERT et al. Biologia Molecular da Célula. 4º Edição. Ed Artmed.
5. CRESPO, ANTÔNIO ARNOT. Estatística Fácil - Editora Saraiva.
6. DANGELO, J. G. & FATTINI, C. A. Anatomia Humana Sistêmica e Segmentar. 2ª ed.

- (2000). Atheneu. São Paulo, SP.
7. DONALD VOET. Fundamentos de Bioquímica. 3º Edição. Ed Artmed.
 8. GARCIA, E. A. C. Biofísica. 1ª ed. (2002). Sarvier. São Paulo, SP.
 9. GUYTON, A. C. Tratado de Fisiologia Médica. 10ª ed. (2002). Editora Guanabara Koogan. Rio de Janeiro, RJ.
 10. MACHADO, A. B. M. Neuroanatomia Funcional. 2ª ed. (2004). Editora Atheneu. São Paulo, SP.
 11. THOMAS M DEVLIN. Manual de Bioquímica com Correlações Clínicas. 6º Edição. Ed Blucher.
 12. MARTINS, GILBERTO DE ANDRADE e DONARE, DENIS. Princípios de Estatística - Editora Atlas.
 13. MOORE, K. & DALLEY, A. F. Anatomia Orientada para a Clínica. 4ª ed. (2001). Guanabara Koogan. Rio de Janeiro, RJ.
 14. NETTER, Frank H. Atlas de Anatomia Humana. 3ª ed. (2003). Editora Artmed. Porto Alegre, RS.
 15. ALBERT L LEHNIGER. Princípios de Bioquímica. 4º Edição. Ed Savier.
 16. RJ.GUYTON, A. C. Tratado de Fisiologia Médica. 10ª ed. (2002). Editora Guanabara Koogan. Rio de Janeiro, RJ.
 17. RJ.LENT, R. Cem Bilhões de Neurônios. 1ª ed. (2003). Editora Atheneu. São Paulo, SP.
 18. SOBOTTA. Atlas de Anatomia. V. 1: cabeça, pescoço e extremidade superior. 21ª ed. (2000). Guanabara Koogan. Rio de Janeiro,
 19. TOLEDO, G.L. e OVALLE, I. Estatística Básica - Editora Atlas Ltda.
 20. VIEIRA, SONIA. Introdução à Estatística – Editora Campos

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. www.ncbi.nlm.nih.gov
2. www.highwire.org
3. www.periodicos.capes.gov.br
4. Site portal médico CFM
5. Portal de Periódicos CAPES

Código Dep. De Origem: DCB	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
Inserir código	Vivência em Comunidade I	Disciplina	60/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórico-prática	Nota		

5

EMENTA: É voltada para práticas de medicina Social com atuação na comunidade, objetivando levar ao aluno o entendimento e a compreensão do ser humano como unidade biológica, antropológica, histórica, social, cultural e ambiental. Reflete sobre a busca de soluções apropriada para melhoria da qualidade de vida das populações e o papel do médico nas soluções destes problemas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CAMPOS, G.W.S.; MINAYO; M.C.S. AKERMAN; et al. Tratado de Saúde Coletiva, Hucitec, São Paulo, 2006.

- MARINS; J.J.N. REGO; S. LAMBERT; J. B. Educação Médica em Transformação. Hucitec, São Paulo, 2004.
- ROUQUAYROL, M. Z. ; FILHO, N. A.; Epidemiologia e Saúde 6ªed. Guanabara Koogan S.A., Rio de Janeiro-RJ, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde. www.saude.gov.br/bvs.
- Portal de Periódicos CAPES

SEGUNDO PERÍODO

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001005-1 DCB	Epidemiologia I	Disciplina	45/03
Aplicação	Avaliado por		
Teórica	Nota		

6

EMENTA: Conhecimento relacionados à Epidemiologia enquanto produto e instrumento das práticas institucionais e sociais; Construção do conhecimento em Epidemiologia e sua aplicação na prática da saúde coletiva; elementos teóricos conceituais que possibilitem a compreensão do processo saúde-doença e seus determinantes, com ênfase na dimensão coletiva; perfis epidemiológicos da população e monitoramento das condições de saúde; bases do raciocínio epidemiológico para análise de frequência e distribuição dos processos de saúde-doença na população; sistemas de informação em saúde (informatizados e manuais); instrumentos e métodos epidemiológicos; desenvolvimento do raciocínio lógico e compreensão dos métodos qualitativos e quantitativos empregados na investigação epidemiológica; o trabalho médico e suas conexões com o modelo clínico e epidemiológico de produção dos serviços de saúde; compreensão da produção dos serviços de saúde/médico a partir da realidade local, reflexão sobre problemas e elaboração de projetos de intervenção em saúde/medicina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ALMEIDA FILHO, N.; ROUQUAYROL, M.Z. - Introdução a Epidemiologia Moderna. Rio de Janeiro, MEDSI, 2002.
- ALMEIDA FILHO, N. A Ciência e a Epidemiologia: Laços, Contratos e Contradições. IN: ROUQUAYROL, M.Z. - Epidemiologia & Saúde. 4ed. . Rio de Janeiro, MEDSI, 1993. P 209-15.
- ALMEIDA, E. S. de; CASTRO, C.G.J.de; LISBOA, C.A. Distritos Sanitários: Concepção de organização. São Paulo, Faculdade de Saúde Pública da Faculdade de São Paulo, 1998.(Série Saúde e Cidadania – 1).
- ANDRADE, S.M.; SOARES, D.A.; CORDONI JUNIOR, L. Bases da saúde Coletiva. LONDRINA:UEL-ABRASCO, 2001.
- BREILH, J. Epidemiologia: Economia, Política e Saúde. São Paulo: UNESP/HUCITEC, 1991. Cap. 2; Os Modelos Epidemiológicos como recurso do Projeto Capitalista. p. 72-131.
- CÉSAR, C.L.G. O Enfoque de Risco em Saúde Pública. In: BARRETO, M.L.; ALMEIDA FILHO, de VERAS, R.P.; BARATA, R.B. Epidemiologia, Serviços e Tecnologias em Saúde. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ABRASCO, 1998 (Série Epidemiológica 3) p.79-91
- GOLABAUM, M.A. Epidemiologia em busca da Equidade em Saúde. In: : BARRETO, M.L.; ALMEIDA FILHO, de VERAS, R.P.; BARATA, R.B. Equidade e Saúde:

Contribuições da Epidemiologia. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ABRASCO,1997 (Série Epidemiológica 1)p.63-80.

8. GUEDES, M.B.L.S.; GUEDES, J.S. Bioestatística para Profissionais de Saúde. Ao Livro técnico – CNPQ, Rio de Janeiro 1998.
9. MEDRONHO, AR; CARVALHO, D.M.; BLOCK KV; LUIZ, R.R.; WERECK, G.L.(ED). Epidemiologia. São Paulo: Atheneu, 2002 (parte I e parte II).
10. SAMAJA, J. Epistemologia e Epidemiologia. In: ALMEIDA FILHO, N. de; : BARRETO, M.L.; ALMEIDA FILHO, de VERAS, R.P.; BARATA,R.B. Teoria Epidemiológica Hoje: fundamentos, interfaces e tendências. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ABRASCO,1998 (Série Epidemiológica 2)p.23-36.
11. VAUGHAN, J.P.; MORROW, R. H. Epidemiologia e Saúde

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Portal de Periódicos CAPES

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001006-1 DCB	Genética Humana	Disciplina	60/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórica	Nota		

7

EMENTA: Estrutura e função dos ácidos nucleicos. Genoma Humano. Métodos moleculares utilizados em genética humana. Instabilidade do Genoma Humano. Padrões de herança monogênicos. Patologia Molecular. Farmacogenética. Tratamento das Doenças Genéticas. Citogenética Clínica. Genética do Desenvolvimento. Teratogênese. Noções de Terapia Celular. Genética do Câncer. Genética e Sociedade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ALBERTS, B; JOHNSON, A; LEWIS, J; RAFF, M; ROBERTS, K; WALTER, P. Biologia Molecular da Célula, 4 ed., Porto Alegre: ARTMED Editora, 2004.
2. BORGES-OSÓRIO, M.R.; ROBINSON, W.M. Genética Humana. 2.ed. Porto Alegre: ARTMED Editora LTDA, 2001.
3. GRIFFITHS, A.J.F.; MILLER, J.H.; SUZUKI, D.T.; LEWONTIN, R.C.; GELBART, W.M. Introdução à Genética. 7.ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan S.A., 2002.
4. NUSSBAUM, R L.; McINNES, R. R.; WILLARD, H. F. Thompson & Thompson – Genética Médica. 7.ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2008
5. STRACHAN, T.; READ, A. P. Genética Molecular Humana. 2.ed. Porto Alegre: ARTMED Editora LTDA, 2002.
6. WATSON, J.D.; BAKER, T.A.; BELL, S.P.; GANN, A.; LEVINE, M.; LOSICK, R. Biologia Molecular do Gene. 5.ed. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. VOGEL, F.; MOTULSKY, A.G. Genética Humana – Problemas e Abordagens. 3.ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan S.A., 2000
2. SANSEVERINO, M.T.V.; SPRITZER, D. T.; SCHÜLLER-FACCINI, L. Manual de Teratogênese. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.
3. JORDE, L.B.; CAREY, J.C.; BAMSHAD, M.J.; WHITE, R.L. Genética Médica. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan S.A., 2002.

4. LIMA, C.P. Genética Humana. 3.ed. São Paulo: Ed. HARBRA LTDA., 1996.
5. OTTO, P.G.; OTTO, P.A.; FROTA-PESSOA, O. Genética Humana e Clínica. 2.ed. São Paulo: Ed. ROCA LTDA., 2004.
6. Portal de Periódicos CAPES

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001007-1 DCB	Introdução à Metodologia Científica – TCC 1	Disciplina	45/03
Aplicação	Avaliado por		
Teórica	Nota		

8

EMENTA: Construção de novos conhecimentos, atitudes e desenvolvimento de habilidades relacionadas à aplicação da Metodologia da Pesquisa na vida acadêmica e na prática cotidiana, passando de uma atitude passiva e ingênua para uma atitude ativa e crítica frente ao conhecimento. Noções para o início do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico. 4ed. São Paulo: Atlas, 1999.
2. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, RJ. Normas da ABNT sobre documentação. Rio de Janeiro, 1989 até 2006 (revisões).
3. FRANÇA, J.L. Manual para normalização de publicação técnico-científico. 3 ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.
4. GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.
5. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico. 6ed. rev. Aum. São Paulo: Atlas, 2001.
6. MEDEIROS, João Bosco de. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2006.
7. MINAYO M. C.S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 6.ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
8. NUNES, Rizatto. Manual de Monografia: como se faz uma monografia, uma dissertação, uma tese. 3ed. Revista, ampliada e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2002.
9. SALOMON, D. V. Como fazer uma monografia. 10 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
10. SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23 ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.
11. VIEIRA, Sônia; HOSSNE, S. W. Metodologia científica para a área da saúde. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001008-1 DCB	Módulo Morfofuncional II	Disciplina	300/20
Aplicação	Avaliado por		
Teórica	Nota		

EMENTA: Aborda, de forma multidisciplinar, conteúdos das diversas ciências biológicas. Busca compreender técnicas de estudo do desenvolvimento a partir da morfologia humana, com ênfase nos tecidos, órgãos e sistemas; bases celulares dos processos normais, da estrutura e função dos tecidos, reconhecendo suas disfunções, nos sistemas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MOORE, K. & DALLEY, A. F. Anatomia Orientada para a Clínica. 4ª ed. (2001). Guanabara Koogan. Rio de Janeiro, RJ.
2. DANGELO, J. G. & FATTINI, C. A. Anatomia Humana Sistêmica e Segmentar. 2ª ed. (2000). Atheneu. São Paulo, SP.
3. NETTER, Frank H. Atlas de Anatomia Humana. 3ª ed. (2003). Editora Artmed. Porto Alegre, RS.
4. SOBOTTA. Atlas de Anatomia. V. 1: cabeça, pescoço e extremidade superior. 21ª ed. (2000). Guanabara Koogan. Rio de Janeiro, RJ.
5. GUYTON, A. C. Tratado de Fisiologia Médica. 10ª ed. (2002). Editora Guanabara Koogan. Rio de Janeiro, RJ.
6. AIRES, M. Fisiologia. 2ª ed. (2000). Guanabara Koogan. Rio de Janeiro, RJ.
7. BERNE, R. M. & LEVY, M. N. & KOEPPEN, B. M. (et al). Fisiologia. 5ª ed. (2004). Elsevier. Rio de Janeiro, RJ.
8. GARCIA, E. A. C. Biofísica. 1ª ed. (2002). Sarvier. São Paulo, SP.
9. HENEINE, I. F. Biofísica Básica. (2003). Atheneu. São Paulo, SP.
10. JUNQUEIRA, I. C. & CARNEIRO, J. Histologia Básica: texto e atlas. 10ª ed. (2004). Editora Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, RJ.
11. DI FIORE, Mariano S. H. Atlas de Histologia. 7ª ed. (2001). Guanabara Koogan. Rio de Janeiro, RJ.
12. JUNQUEIRA, I. C. & CARNEIRO, J. Histologia Básica: texto e atlas. 10ª ed. (2004). Editora Guanabara Koogan. Rio de Janeiro, RJ.
13. JUNQUEIRA, I. C. & CARNEIRO. Histologia Básica. 9ª ed. (1999). Editora Guanabara Koogan. Rio de Janeiro, RJ.
14. PERSAUD, T. V. N. Embriologia Clínica. 6ª ed. (2000). Guanabara Koogan. Rio de Janeiro, RJ.
15. SHIOTA, K. Atlas Colorido de Embriologia Clínica. 2ª ed. (2002). Guanabara Koogan. Rio de Janeiro, RJ.
16. SADLER, T. W. Langman: Embriologia Médica. 8ª ed. (2001). Guanabara Koogan. Rio de Janeiro, RJ.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Portal Periódicos CAPES

Código:	Nome do Componente	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
Dep. De Origem	Curricular:		
Inserir código	Vivência em	Disciplina	60/04
DCB	Comunidade II		
Aplicação	Avaliado por		
Teórico-prática	Nota		

EMENTA: Trata do exercício da construção do saber a partir das vivências e vínculos com a

comunidade, de forma hierárquica. Informações e orientações educativas sobre cuidados de saúde na família, na escola e na comunidade, de forma integralizada, voltada para o entendimento e a consolidação dos programas do SUS. Equipamentos sociais da comunidade. Processo saúde-doença.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CAMPOS, G.W.S.; MINAYO; M.C.S. AKERMAN; et al. TRATADO DE SAÚDE COLETIVA, Hucitec, São Paulo, 2006.
2. MARINS; J.J.N. REGO; S. LAMBERT; J. B. EDUCAÇÃO MÉDICA EM TRANSFORMAÇÃO. Hucitec, São Paulo, 2004.
3. ROUQUAYROL, M. Z. ; FILHO, N. A.; EPIDEMIOLOGIA E SAÚDE 6ªed. Guanabara Koogan S.A., Rio de Janeiro-RJ, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde. www.saude.gov.br/bvs.
2. Portal de Periódicos CAPES

TERCEIRO PERÍODO

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001009-1 DCB	Epidemiologia II	Disciplina	45/03
Aplicação	Avaliado por		
Teórica	Nota		

11

EMENTA: Métodos epidemiológicos e seus instrumentos; análise do risco de adoecer nas populações humanas; análise da determinação dos processos saúde-doença na sociedade; técnicas de validação; testes diagnósticos e testes de hipóteses epidemiológicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ALMEIDA FILHO, N. A Ciência e a Epidemiologia: Laços, Contratos e Contradições. IN: ROUQUAYROL, M.Z. - Epidemiologia & Saúde. 4ed. . Rio de Janeiro, MEDSI, 1993. P 209-15.
2. ALMEIDA FILHO, N.; ROUQUAYROL, M.Z. - Introdução a Epidemiologia Moderna. Rio de Janeiro, MEDSI, 2002.
3. ANDRADE, S.M.; SOARES, D.A.; CORDONI JUNIOR, L. Bases da saúde Coletiva. LONDRINA:UEL-ABRASCO, 2001.
4. BREILH, J. Epidemiologia: Economia, Política e Saúde. São Paulo: UNESP/HUCITEC, 1991. Cap. 2; Os Modelos Epidemiológicos como recurso do Projeto Capitalista. p. 72-131.
5. CAMPOS, G. W. S; MINAYO, M. C. S; AKERMAN, M; JUNIOR, M. D; CARVALHO, Y. M; Tratado de Saúde Coletiva. Editora Fiocruz, São Paulo- Rio de Janeiro, 2006.
6. CÉSAR, C.L.G. O Enfoque de Risco em Saúde Pública. In: BARRETO, M.L.; ALMEIDA FILHO, de VERAS, R.P.; BARATA, R.B. Epidemiologia, Serviços e Tecnologias em Saúde. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ABRASCO, 1998 (Série Epidemiológica 3) p.79-91
7. GOLABAUM, M.A. Epidemiologia em busca da Equidade em Saúde. In: : BARRETO, M.L.; ALMEIDA FILHO, de VERAS, R.P.; BARATA, R.B. Equidade e Saúde: Contribuições da Epidemiologia. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ABRASCO, 1997 (Série Epidemiológica 1) p.63-80.

8. GUEDES, M.B.L.S.; GUEDES, J.S. Bioestatística para Profissionais de Saúde. Ao Livro técnico – CNPQ, Rio de Janeiro 1998.
9. MEDRONHO, AR; CARVALHO, D.M.; BLOCK KV; LUIZ, R.R.; WERECK, G.L.(ED). Epidemiologia. São Paulo: Atheneu, 2002 (parte I e parte II).
10. SAMAJA, J. Epistemologia e Epidemiologia. In: ALMEIDA FILHO, N. de; : BARRETO, M.L.; ALMEIDA FILHO, de VERAS, R.P.; BARATA, R.B. Teoria Epidemiológica Hoje: fundamentos, interfaces e tendências. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ABRASCO, 1998 (Série Epidemiológica 2) p.23-36.
11. VIEIRA, SONIA. Introdução à Estatística – Editora Campo

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Site portal médico CFM
2. Portal de Periódicos CAPES

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001010-1 DCB	Nutrição e Saúde	Disciplina	30/02
Aplicação	Avaliado por		
Teórica	Nota		

12

EMENTA: Metabolismo energético e de nutrientes; a dieta em estados fisiológicos e em situações especiais; os princípios da dietoterapia; a nutrição em saúde pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. Cuppari, L. Guias de Medicina Ambulatorial e Hospitalar – Nutrição Clínica no Adulto, São Paulo: Ed. Manole Ltda, 2002.
2. Krause, M. V.; Mahan, L. K. Alimentos, Nutrição e Dietoterapia, São Paulo: Ed. Roca Ltda.
3. Waitzberg, D. L. Nutrição Parenteral e Enteral na Prática Clínica, 3. ed São Paulo: Ed. Atheneu, 2000

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Site portal médico CFM
2. Portal de Periódicos CAPES

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001013-1 DCB	Anatomia Topográfica e Descritiva	Disciplina	120/08
Aplicação	Avaliado por		
teórico-prática.	Nota		

13

EMENTA: Colabora para familiarização com a linguagem médica por meio do estudo macrorregional do corpo humano e sua aplicação na medicina clínica e cirúrgica. Aborda a localização dos órgãos e suas relações anatomo-funcionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DANGELO, J.G & FATTINI, C.A Anatomia Humana Sistêmica e Segmentar.

Liv. Atheneu, Rio de Janeiro-São Paulo. 1985.

2. DIDIO, L.J.A. Sinopse De Anatomia. Ed. Guanabara Koogan. 1979.
3. FRANK H. NETTER, M.D. Atlas de Anatomia Humana. Ed. Artmes, 1988.
4. GARDNER, e GRAY D.J. & O'RAHELLY, R - Anatomia. Ed. Guanabara Koogan 1978.
5. MACHADO, A.B.M Neuroanatomia Funcional. Atheneu São Paulo, 1977.
6. SNELL, R.S.-ANATOMIA. Medsi, 1984.
7. SOBOTTA/BECHER Atlas de Anatomia Humana Ed. Guanabara Koogan, 1977.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Site portal médico CFM
2. Portal de Periódicos CAPES

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001033-1 DCB	Psicologia Médica	Disciplina	60/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórica	Nota		

14

EMENTA: Bases conceituais e históricas da psicologia geral e da psicologia social comparada. Ênfase no estudo do comportamento do ser humano durante o desenvolvimento fisiológico e em situações adversas da vida. Psicofisiologia da emoção e tratamento humanizado. O ser humano de forma integrada: o homem biológico, histórico, social e cultural. As relações interpares e a relação médico-paciente-família.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. Porto Alegre: Artmed, 2000.
2. JASPERS, K. J Psicopatologia geral. Rio de Janeiro. Atheneu, 1979.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Site portal médico CFM
2. Portal de Periódicos CAPES

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001016-1 DCB	Parasitologia Médica	Disciplina	90/06
Aplicação	Avaliado por		
teórico-prática.	Nota		

15

EMENTA: Aspectos morfológicos e funcionais dos parasitas e a interação parasito-hospedeiro. Enfatiza a identificação dos parasitas, vetores, artrópodes peçonhentos, serpentes e moluscos nos processos saúde-doença de prevalência local-regional e nacional. Integra a patogenia a eco epidemiologia e analisa aspectos de profilaxia e tratamento das doenças parasitárias do ser humano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CIMERMAN, B.; CIMERMAN, S. Parasitologia Humana. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2005

2. CIMERMAN, B.; FRANCO, M.A. Atlas de Parasitologia - Artrópodes, Protozoários e Helminths. São Paulo: Atheneu, 2002.
3. MARCONDES, C. B. Entomologia Médica e Veterinária. Rio de Janeiro; Atheneu, 2001.
4. MARKELL, E. K; JONH,D ,T; KROTOSKI, W. A. Parasitologia Médica. 8. ed Rio de Janeiro; Guanabara Koogan. 2003.
5. NETO, V. A.; GRYSCHKE, R. C. B.; AMATO, V. S.; TUON, F. F. Parasitologia: uma abordagem clínica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
6. NEVES, D. P., BITTENCOURT NETO, J. B. Atlas Didático de Parasitologia. Rio de Janeiro; Atheneu, 2006.
7. NEVES, D.P. Parasitologia humana. 11. ed. Rio de Janeiro; Atheneu, 2005.
8. REY, L. Parasitologia. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan,2001.
9. REY, L.. Bases da Parasitologia médica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
10. URQUHART, G.M., ARMOUR, J.,DUNCAN, J.L.,DUNN, A.M.,JENNINGS, F.W. Parasitologia Veterinária. 2. edição. Guanabara Koogan. 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Site portal médico CFM
2. Portal de Periódicos CAPES

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001017-1 DCB	Microbiologia Médica	Disciplina	60/04
Aplicação	Avaliado por		
teórico-prática.	Nota		

16

EMENTA: Aborda aspectos da biologia, patogênese e epidemiologia dos principais microrganismos patogênicos em nosso meio; conteúdos básicos de bacteriologia geral, bacteriologia médica, virologia e micologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. JAWETZ, Ernest. Microbiologia médica. 20a ed. Rio de Janeiro: GUANABARA KOOGAN, 1995.524 p.
2. KONEMAN, Elmer W. et al. Diagnóstico Microbiológico: texto e atlas colorido. 5. Ed. BOGOTA: PANAMERICANA, 1999. 1432 p.
3. MIMS, Cedric et al. Microbiologia médica. 2ª. Ed São Paulo: MANOLE, 1999. 584 p.
4. MURRAY P, Kobayachi, C., Pfaller, M. & Rosenthal, K. Medical Microbiology. 2ª Ed., 1994. Mosby, St. Louis.
5. MURRAY, Patrick R. Microbiologia médica. Rio de Janeiro: GUANABARA KOOGAN, 1990. 513 p.
6. OPLUSTIL, Carmen Paz et al. Procedimentos básicos em microbiologia clínica. SÃO PAULO: Sarvier, 2000. 254 p.
7. PELCZAR JÚNIOR. Mchael J. Microbiologia: conceitos e aplicações. 2ª ed. Rio de Janeiro: Makron Books do Brasil, 1996. 517 p.
8. JAWETZ E., Melnick, J.& Adelberg, E. Medical Microbiology. 20.Ed., 1995. Applenton & Lange, Norwalk, Connecticut.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Site portal médico CFM

2. Portal de Periódicos CAPES

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001018-1 DCB	Imunologia	Disciplina	45/03
Aplicação	Avaliado por		
teórico-prática.	Nota		

17

EMENTA: Fundamentos de imunologia básica; análise da estrutura geral do sistema imunológico (componentes, interações e ativação e mecanismos efetores básicos). Mecanismos imunológicos de resistência às infecções e outras doenças; envolvimento do sistema imune em imunopatologias; aplicação clínica da imunologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. J. S. POBER; EDITORA: W.B.SAUNDERS Cellular and Molecular Immunology - Editores: Abul K. Abbas; Andrew H. Lichtman; Co., 6. ed., Philadelphia, 2008.
2. WALTER FERREIRA & SANDRA L. M. Ávila Diagnóstico Laboratorial das Principais Doenças Infecciosas e Auto-imunes Editora: Guanabara/Koogan, 2ª ed, Rio de Janeiro, 2001.
3. IVAN ROITT; JONATHAN BROSTOFF; DAVID MALE Immunology – 4. ed.; Editora: Mosby, London, 1996;
4. JANEWAY, CHARLES A. TRAVERS, PAUL. WALPORT, MARK & SHOLAMCHIK MARK J. Imunobiologia: O Sistema Imune na Saúde e na Doença. 6a. Ed. Editora Artmed 2007,.
5. VERA CALICH & CELIDÉIA VAZ Imunologia -Editora: Livraria e Editora Revinter Ltda, Rio de Janeiro, 2001.
6. PETER PARHAM, O Sistema Imune, São Paulo: Editora Artes Médicas, 2001 ISBN 85-7307-816/2.
7. ROIT I; BROSTOFF J; MALE D. Imunologia , Editora Manole, 2. ed. 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Site portal médico CFM
2. Portal de Periódicos CAPES

QUARTO PERÍODO

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001015-1 DCB	Patologia Geral	Disciplina	90/06
Aplicação	Avaliado por		
Teórico-prática.	Nota		

18

EMENTA: Bases da patologia celular no entendimento das lesões celulares nos tecidos; análise da fisiopatologia e o reconhecimento de patologias específicas; ênfase nos procedimentos em patologia necessários à formação geral do médico. Continua-se com inserção de patologias especiais nas diversas disciplinas clínicas de forma multidisciplinar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CONTRAS RS, KUMAR V., ROBBIN SL. Patologia Estrutural e Funcional. Guanabara Koogan, 7ª ed.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Site portal médico CFM
2. Portal de Periódicos CAPES

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
DCB	Bases da Oncologia	Disciplina	45/03
Aplicação	Avaliado por		
Teórica.	Nota		

19

EMENTA: Conceito, fatores de risco e prevalência do câncer; carcinogênese e as bases biomoleculares; características da célula tumoral; medidas de prevenção e detecção por meio de programas de controle do câncer; métodos de estadiamento no câncer; noções básicas sobre tratamentos e indicações de procedimentos: cirurgia, quimioterapia, radioterapia, hormonioterapia, imunoterapia; recentes avanços no diagnóstico e nas formas de tratar câncer. Encaminhamentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. KOWALSKI, LUIZ PAULO. et. al. Manual de Condutas Diagnósticas e Terapêuticas em Oncologia. 2. ed. São Paulo: Âmbito Editores, 2002.
2. LOPES, ADEMAR. Oncologia para graduação. 2ª. Ed., Editora Teccmed, 2008.
3. MORAES, MARCOS F. Princípios da Cirurgia Oncológica. Volume I. Rio de Janeiro: Atheneu, 1996.
4. VINCENT T. JR, DEVITA, et. al. Cancer: Principles & Practice of Oncology (2- Vol set Books), 7th edition, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. www.inca.gov.br
2. www.hcan.org.br
3. Site portal médico CFM
4. Portal de Periódicos CAPES

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001020-1 DCB	Medicina Preventiva	Disciplina	45/03
1. Aplicação	Avaliado por		
Teórico-prática.	Nota		

20

EMENTA: História natural das doenças transmissíveis e crônico-degenerativas; percepção do ato médico nas suas dimensões preventivas, curativas e de reabilitação; principais acidentes e violências com agravos à saúde e medidas práticas de prevenção e controle.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ALMEIDA FILHO, N. A Ciência e a Epidemiologia: Laços, Contratos e Contradições. IN: ROUQUAYROL, M.Z. - Epidemiologia & Saúde. 4.ed. . Rio de Janeiro: MEDSI, 1993. P

209-15.

2. ALMEIDA FILHO, N.; ROUQUAYROL, M.Z. - Introdução a Epidemiologia Moderna. Rio de Janeiro: MEDSI, 2002.
3. ANDRADE, S.M.; SOARES, D.A.; CORDONI JUNIOR, L. Bases da saúde Coletiva. LONDRINA:UEL-ABRASCO, 2001.
4. BREILH, J. Epidemiologia: Economia, Política e Saúde. São Paulo: UNESP/HUCITEC, 1991. Cap. 2; Os Modelos Epidemiológicos como recurso do Projeto Capitalista. p. 72-131.
5. CAMPOS, G. W. S; MINAYO, M. C. S; AKERMAN, M; JUNIOR, M. D; CARVALHO, Y. M; Tratado de Saúde Coletiva. Editora Fiocruz, São Paulo- Rio de Janeiro, 2006.
6. CÉSAR, C.L.G. O Enfoque de Risco em Saúde Pública. In: BARRETO, M.L.; ALMEIDA FILHO, de VERAS, R.P.; BARATA, R.B. Epidemiologia, Serviços e Tecnologias em Saúde. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ABRASCO, 1998 (Série Epidemiológica 3) p.79-91
7. GOLABAUM, M.A. Epidemiologia em busca da Equidade em Saúde. In: : BARRETO, M.L.; ALMEIDA FILHO, de VERAS, R.P.; BARATA, R.B. Equidade e Saúde: Contribuições da Epidemiologia. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ABRASCO, 1997 (Série Epidemiológica 1) p.63-80.
8. GUEDES, M.B.L.S.; GUEDES, J.S. Bioestatística para Profissionais de Saúde. Ao Livro técnico – CNPQ, Rio de Janeiro 1998.
9. MEDRONHO, AR; CARVALHO, D.M.; BLOCK KV; LUIZ, R.R.; WERECK, G.L.(ED). Epidemiologia. São Paulo: Atheneu, 2002 (parte I e parte II).
10. SAMAJA, J. Epistemologia e Epidemiologia. In: ALMEIDA FILHO, N. de; : BARRETO, M.L.; ALMEIDA FILHO, de VERAS, R.P.; BARATA, R.B. Teoria Epidemiológica Hoje: fundamentos, interfaces e tendências. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ABRASCO, 1998 (Série Epidemiológica 2) p.23-36.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Site portal médico CFM
2. Portal de Periódicos CAPES

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001021-1 DCB	Anestesiologia	Disciplina	30/02
Aplicação	Avaliado por		
Teórico-prática.	Nota		

21

EMENTA: Noções de anestesiologia e dor. Noções dos métodos e técnicas adotados na anestesia geral e ênfase em bloqueios regional e local. Manobras de ressuscitação cardiorrespiratória e de métodos de ventilação pulmonar artificial. Analisa aspectos da dor crônica numa abordagem multidisciplinar e o manuseio posológico, cinético e farmacodinâmico das drogas psicoativas mais usadas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BRUCE F. CULLEN Anestesia Clínica - Robert, K. STOELTING, Paul G. BARASH - 4ª Edição – 2004 - Editora: Manole.
2. JAMES MANICA E COLS Anestesiologia - Editora: Artes Médicas
3. SAESP Anestesiologia — Sociedade de Anestesiologia do Estado de São Paulo. - Autor: Vários sob a coordenação de Antonio V. Ortenzi e Maria A. Tardelli - Editora: Atheneu

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Site portal médico CFM
2. Portal de Periódicos CAPES
3. Site da Sociedade Brasileira de Anestesiologia

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001022-1 DCB	Farmacologia Básica	Disciplina	60/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórica.	Nota		

22

EMENTA: Bases e princípios gerais da farmacologia; interação entre grupos farmacológicos e o corpo humano; aplicação da farmacologia básica no processo saúde-doença; formas de administração e prescrição de medicamentos. Acesso e disponibilização de fármacos no SUS.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BRUNTON, L. L.; LAZO, J. S.; PARKER, K. L. Goodman & Gilman. As Bases Farmacológicas da Terapêutica. 11^a ed, Rio de Janeiro: McGraw-Hill.
2. KATZUNG, B.G. Farmacologia Básica e Clínica, 9^a edição, Guanabara Koogan S/A.
3. RANG, H.P., DALE, M.M., RITTER, J.M. and MOORE, P. k. Farmacologia. 5^a edição, Elsevier.
4. SILVA, P. Farmacologia. 7^a ed, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Site portal médico CFM
2. Portal de Periódicos CAPES
3. Site de especialidades farmacêuticas

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001011-1 DCB	Semiologia Médica	Disciplina.	150/10
Aplicação	Avaliado por		
teórico-prática.	Nota		

23

EMENTA: O método clínico como base para o exercício da medicina em suas múltiplas possibilidades; ênfase na prática de uma medicina humanizada, contextualizada e hierarquizada; reflexão sobre a visão de conjunto do ser humano biopsicossocial e ambiente dependente na saúde e na doença. Métodos propedêuticos hierarquizados para diagnósticos e seus aspectos éticos e morais. Reflexão sobre as perspectivas futuras da semiologia humana: prontuário em papel e prontuário eletrônico; Cartão Nacional de Saúde e processos de registro de informática médica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BENSEÑOR, Isabela M. Semiologia clínica. Sarvier, 2002.
2. PORTO, C.C. Semiologia médica. 5^a. ed. Guanabara-Koogan. 2005.
3. SEIDEL, Henry M. Mosby Guia de exame físico. Trad. da 6^a. ed. Elsevier, 2007.
4. SWARTZ, Mark H. Tratado de semiologia médica. Elsevier, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Site portal médico CFM
2. Portal de Periódicos CAPES

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
Inserir código DCB	Instrumentação Clínica Cirúrgica	eDisciplina	60/04
Aplicação teórico-prática.	Avaliado por Nota		

24

EMENTA: Bases e princípios da clínica cirurgia e fundamentos da resposta ao trauma cirúrgico. Ênfase na postura e responsabilidade do cirurgião na realização de procedimentos técnicos básicos e indispensáveis ao desempenho do médico com formação geral. Principais procedimentos cirúrgicos na Atenção Básica do SUS. Noções sobre técnicas cirúrgicas convencionais. Noções sobre procedimentos laparoscópicos e cirurgia robótica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. FÁBIO GOFFI. Técnica Cirúrgica - Livraria Atheneu, 2004.
2. JOSÉ C VINHAES. Clínica e Terapêutica Cirúrgicas – Ed. Guanabara, 1997.
3. MARQUES VIEIRA. Clínica Cirúrgica - Editora Atheneu, 2000.
4. SCHWARTZ. Princípios de Cirurgia - Ed. Guanabara Koogan. 2 volumes, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Site portal médico CFM
2. Portal de Periódicos CAPES

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001014-1 DCB	Imagemologia	Disciplina	60/04
Aplicação teórico-prática.	Avaliado por Nota		

25

EMENTA: Princípios gerais da imagenologia. Método de diagnóstico por imagem e suas principais indicações. Leitura e interpretação das imagens no processo saúde-doença. Imagenologia na Atenção Básica do SUS. Continua-se com inserção de imagenologia nas diversas disciplinas clínicas de forma multidisciplinar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. Paul & Juhl Interpretação em Radiologia, Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Portal de Periódicos CAPES
2. Sites apontados pela sociedade da especialidade

QUINTO PERÍODO

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001023-1 DCB	Doenças do Aparelho Digestivo	Disciplina	150/10
Aplicação	Avaliado por		
Teórico-prática	Nota		

26

EMENTA: Doenças mais frequentes do tubo digestivo (da boca ao ânus) e seus aspectos preventivo e curativo clínico e cirúrgico. Fatores de risco, orientação de medidas preventivas e curativas individuais e coletivas no processo saúde-doença. Principais doenças, acompanhamento nos níveis de atenção primária e secundária e resolutividades. Resolutividade e seguimento. Câncer do aparelho digestivo. Orienta quanto à referência de complexidade o para nível terciário de atenção à saúde.

1. BIBLIOGRAFIA BÁSICA
2. CORMAN, M.L; ALLISON, STEPHEN e cols.: Manual de Cirurgia Colorretal. Editora Revinter. Rio de Janeiro, RJ, 2006.
3. DANI, RENATO; CASTRO, LUIZ DE PAULA. Gastroenterologia Essencial, 3ª edição. Editora Guanabara Koogan S/A . Rio de Janeiro-RJ, 2006.
4. FBG – FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE GASTROENTEROLOGIA. Condutas em Gastroenterologia, Editora Revinter, Rio de Janeiro-RJ, 2004
5. MISZPUTEN, S. Jankiel. “Guia de Medicina Ambulatorial e Hospitalar” UNIFESP – Escola Paulista de Medicina. Gastroenterologia, 2ª edição. Baurueri-SP. Editora da série Nestor Schor/Manole, 2007.
6. SHERLOCK, SHEILA. Doenças do Fígado e do Sistema Biliar, 11ª edição. Editora Guanabara Koogan S/A . Rio de Janeiro-RJ, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Site portal médico CFM
2. Portal de Periódicos CAPES
3. Sites da Federação Brasileira de Gastreenterologia
4. Sites do Colégio Brasileiro de Cirurgia do Aparelho Digestivo
5. Sites da Sociedade Brasileira de Endoscopia Digestiva

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001024-1 DCB	Doenças Cardiovasculares	Disciplina	150/10
Aplicação	Avaliado por		
Teórico-prática	Nota		

27

EMENTA: Doenças mais frequentes do sistema cardiovascular e seus aspectos preventivo e curativo clínico e cirúrgico. Fatores de risco, orientação de medidas preventivas e curativas individuais e coletivas no processo saúde-doença do coração e do sistemas cardiovascular e vascular. Hipertensão arterial. Principais doenças, acompanhamento nos níveis de atenção primária e secundária. Resolutividades e seguimento. Orienta quanto à referência de complexidade o para nível terciário de atenção à saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BRAUNWALD Tratado de Cardiologia 7ª edição. Ed.: Elsevier
2. CECIL; Tratado de Medicina Interna –Lee Goldman, Dennis, 22ª edição. Ed: Elsevier.
3. MAFFEI, F.H.A. Doenças vasculares periiféricas. 3ª edição. Rio de Janeiro : Medsi, 2002
4. NOBRE, F. SERRANA JR, G., SOCESP Tratado de Cardiologia. Ed.: Marple
5. SBC Diretrizes de cardiologia – disponível www.cardiol.br

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Site portal médico CFM
2. Portal de Periódicos CAPES
3. Sites da Sociedade Brasileira de Cardiologia
4. Sites da Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001019-1 DCB	Infectologia	Disciplina	90/06
Aplicação	Avaliado por		
Teórico-prática	Nota		

28

EMENTA: Doenças infecciosas mais frequentes na região Nordeste e no Brasil; endemias e epidemias; orientação preventiva, diagnóstica e curativa nos processos saúde-doença em níveis primário, secundário e terciário de atenção à saúde da população. Procedimentos invasivos pertinentes. Estado atual e calendário de vacinas do adulto.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CECIL LOEB – Tratado de Medicina Interna.
2. MAURO SCHECHTER/DENISE MARONGONI. [Doenças Infecciosas. Conduta Diagnóstica e Terapêutica.](#)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Site portal médico CFM
2. Portal de Periódicos CAPES
3. Site da Sociedade Brasileira de Infectologia

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001026-1 DCB	Doenças Hematológicas e Linfopoiéticas	Disciplina	60/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórico-prática	Nota		

29

EMENTA: Doenças do sistema linfo hematopoiético e seus aspectos preventivos e curativos clínico e cirúrgico; medidas curativas no processo saúde-doença e as indicações para transplante. Fatores de risco e orientação na interpretação clínica dos exames hematológicos. Principais doenças e acompanhamento nos níveis de atenção primária e secundária. Resolutividades e seguimento. Orienta quanto à referência de complexidade o para nível terciário de atenção à saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BEUTLER E, Lichtman MA, Kipps TJ, Seligsohn U, Kaushansky K, Prchal JT. Williams Hematology, edited by Marshall A. Litman et al. – 7º edition, 2006.
2. ZAGO MA, Falcão RP, Pasquini R. Hematologia: fundamentos e prática, 2ª edição, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Site portal médico CFM
2. Portal de Periódicos CAPES
3. Sites da Sociedade Brasileira de Hematologia e Hemoterapia

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001027-1 DCB	Doenças Endócrinas	Disciplina	60/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórico-prática	Nota		

30

EMENTA: Doenças do sistema endócrino nos aspectos preventivos e curativos clínico e cirúrgico; medidas preventivas e curativas no processo saúde-doença individual e coletiva. Fatores de risco para endocrinopatias; obesidade; diabetes; tireoideopatias; orientação na interpretação clínica dos exames complementares. Neoplasias endócrinas. Acompanhamento e seguimento das doenças endócrinas nos níveis de atenção primária e secundária. Resolutividades e seguimento. Orienta quanto à referência de complexidade para o nível terciário de atenção à saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BANDEIRA, F e cols. Endocrinologia e Diabetes. Ed. Medsi. 2003.
2. GARDNER, DG & SHOBACK, D. Greenspan's Basic and Clinical Endocrinology. 8th Ed, 2007. Mc Graw Hill.
3. LIMA, J, NÓBREGA, LHC e NÓBREGA, MLC. Aulas em Endocrinologia, 2001, Editora Atheneu.
4. VILAR, L. e cols. Endocrinologia Clínica. 3ª edição, 2006, Ed. Medsi.
5. Tratamento e acompanhamento do *Diabetes mellitus* – Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Site da Sociedade Brasileira de Diabetes:
http://www.diabetes.org.br/educacao/docs/Diretrizes_SBD_2007.pdf
2. Site portal médico CFM
3. Portal de Periódicos CAPES

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001028-1 DCB	Farmacologia Aplicada I	Disciplina	30/02
Aplicação	Avaliado por		
Teórico-prática	Nota		

31

EMENTA: Aplicação de fármacos no processo saúde-doença nas áreas de neurociências e comportamento humano. Principais fármacos usados do processo saúde-doença do sistema

gastrointestinal, coloproctológico, cardiovascular, endócrino e respiratório. Manuseio cinético, farmacodinâmico e posológico das drogas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. GOODMAN & GILMAN'S. Farmacologia Clínica: Série Incrivelmente Fácil, Editora Guanabara Koogan S.A, 2003.
2. GOODMAN & GILMAN'S . The Pharmacological Basis of Therapeutics
3. SILVA, Penildon. Farmacologia. 6º ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Site portal médico CFM
2. Portal de Periódicos CAPES
3. Sites do Conselho Federal de Farmácia
4. Sites da Sociedade Brasileira de Farmacologia

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
Inserir código DCB	Metodologia Científica - TCC 2	Disciplina	15/01
Aplicação teórica	Avaliado por Nota		

37

EMENTA: elaboração e apresentação do anteprojeto de pesquisa; análise do Manual para Elaboração do TCC; deveres e responsabilidades do orientador e do orientando. Resoluções de pesquisas em seres humanos. O TCC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. INTERNATIONAL COMMITTEE OF MEDICAL JOURNAL EDITORS. Requisitos uniformes para manuscritos apresentados a periódicos biomédicos. R. Saúde Pública, v. 33, n. 1, p.6-15, fev. 1999.
2. NORMAS DA ABNT (Normalização de trabalhos científicos)
3. REIS, Linda G. Produção de monografia da teoria à prática. Brasília, Editora Senac, DF, 1006. 115p.
4. SOUZA, Evânia Leiros de; UCHOA, Alice; HETZEL DE MACEDO, Isa Maria. Manual de elaboração do trabalho final (curso de medicina). Natal, 2007. Apostilha de sala de aula.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. RCG/UERN (2010). Trabalho de Conclusão do Curso.

SEXTO PERÍODO

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001029-1 DCB	Doenças Respiratórias	Disciplina	120/08
Aplicação teórico-prática.	Avaliado por Nota		

EMENTA: Doenças respiratórias e seus aspectos preventivo e curativos clínico e cirúrgico; medidas preventivas e curativas individual e coletiva, no processo saúde-doença. das doenças respiratórias de origem infecciosa, alérgica e obstrutivas do trato respiratório. Indicação e manuseio de respiradores artificiais. Fatores de risco e orientação na interpretação clínica dos exames complementares clínicos e de imagem. Acompanhamento e seguimento das doenças do trato respiratório nos níveis de atenção primária e secundária. Resolutividades e seguimento. Orienta quanto à referência de complexidade o para nível terciário de atenção à saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ZAMBONI M; Pereira CAC; Pneumologia – Diagnóstico e Tratamento. São Paulo: Editora Atheneu, 2006.
2. MULLER NL; et al; Diagnóstico Radiológico das Doenças do Tórax. Rio de Janeiro: Editora Guanabara – Koogan S.A.; 2003.
3. TARANTINO AB. Doenças Pulmonares. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Guanabara-Koogan S.A.; 2002.
4. SILVA LCC; MENEZES AMB; Epidemiologia das Doenças Respiratórias. Editora Revinter LTDA - Vol 1. 2001

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. www.sbpt.org.br. Consensos e Diretrizes da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia.
2. Portal de Periódicos CAPES

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001030-1 DCB	Doenças do Aparelho Gênitourinário	Disciplina	120/08
Aplicação	Avaliado por		
teórico-prática.	Nota		

EMENTA: Doenças do sistema gênito-urinário e seus aspectos preventivo, clínico e cirúrgico; medidas preventivas e curativas individual e coletiva. Fatores de risco; orientação na interpretação clínica dos exames complementares e de imagem. HBP, DST's e câncer de próstata. Principais doenças e orientação no atendimento inicial aos portadores de doenças do trato urinário, aparelho genital masculino e da saúde do homem. Doenças nefrológicas, diálise e transplante renal. Acompanhamento e seguimento das doenças do trato gênito-urinário nos níveis de atenção primária e secundária. Resolutividades e seguimento. Orienta quanto à referência de complexidade o para nível terciário de atenção à saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. RIELLA, M.C. Princípios de Nefrologia e Distúrbios Hidroeletrolíticos. 4a Edição. Editora Guanabara Koogan, 2002.
2. ZATZ, R. Fisiopatologia Renal. 2a Edição. Editora Atheneu, 2002.
3. BARROS, E.; MANFRO, R.C.; THOMÉ, F.S.; GONÇALVES, L.F.S Nefrologia: Rotinas, Diagnóstico e Tratamento. Editora Artmed, 3a Edição, 2006.
4. CRUZ, J.; PRAXEDES, J. N.; CRUZ, H. M. M. Nefrologia. Editora Sarvier, 2ª Edição, 2006.
5. BRENNER & RECTOR. The Kidney. 7a Edição. Editora Saunders, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Portal de Periódicos CAPES
2. Sites da Sociedade Brasileira de Urologia
3. Sites da Sociedade Brasileira de Nefrologia

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001031-1 DCB	Doenças Imunológicas do Tecido Conjuntivo e das Articulações	Disciplina	75/05
Aplicação	Avaliado por		
teórico-prática.	Nota		

34

EMENTA: Doenças do sistema imunológico e seus aspectos preventivos e curativos clínicos e cirúrgicos; medidas preventivas e curativas, individual e coletiva no processo saúde-doença. Fatores de risco; orientação na propedêutica e terapêutica das doenças do tecido conjuntivo e das articulações: a avaliação inicial, a postura do indivíduo no repouso e no trabalho, principais doenças reumatológicas. Acompanhamento e seguimento de portadores de doenças degenerativas e crônicas nos níveis de atenção primária e secundária. Resolutividades e seguimento. Orienta quanto à referência de complexidade o para nível terciário de atenção à saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. FERNANDES, J.L E VIANA, S.L; Diagnóstico por Imagem em Reumatologia, Guanabara Koogan, 2007.
2. HARRIS E.D. et al; Kelley's Textbook of Rheumatology; 7th ed.; Elsevier Saunders, 2005.
- I. SATO, E; Guia de reumatologia, Manole, 2004.
3. IMBODEN J.B. et al; Current Rheumatology Diagnosis & Treatment, 2th ed.; McGraw-Hill, 2007.
4. KLIPPEL J.H. et al; Primer on the Rheumatic Diseases; 12th ed.; Arthritis Foundation; 2001.
5. MOREIRA C., CARVALHO M. A. P., et al; Reumatologia – Diagnóstico e Tratamento, 2ª edição; Medsi, 2001.
6. WEST S.G. et al; Segredos em Reumatologia: respostas necessárias ao dia-a-dia em rounds, na clínica, em exames orais e escritos; Artmed; 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Site portal médico CFM
2. Portal de Periódicos CAPES
3. Sites da Sociedade Brasileira de Reumatologia

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001032-1 DCB	Doenças Neurológicas	Disciplina	90/06
Aplicação	Avaliado por		
teórico-prática.	Nota		

EMENTA: Fatores de risco na população para doenças neurológicas; medidas de natureza preventiva e curativa clínica e cirúrgica das doenças neurológicas. Síndromes neurológicas mais frequentes. Diagnóstico sindrômico, topográfico e etiológico; manuseio, cinético, farmacodinâmico e posológico de drogas usadas nas áreas de neurociências. Noções de procedimentos neurocirúrgicos com ênfase nos principais procedimentos invasivos básicos para diagnóstico e acompanhamento de portadores de doenças crônicas e sequelas neurológicas. AVC. Acompanhamento e seguimento de portadores de doenças neurológicas e sequelados nos níveis de atenção primária e secundária. Resolutividades e seguimento. Orienta quanto à referência de complexidade para o nível terciário de atenção à saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ADAMS and VICTOR'S. Principles of Neurology – 8th edition
2. ROPPER, A. H., BROWN, R. H, HILL, McGraw. MERRIT'S - Textbook of Neurology – 11th edition
3. LEWIS P. WILLIAMS & WILKINS Rowland,. Handbook Of Neurosurgery – 6TH edition
4. GREENBERG, M. S., YOUNG T. Neurological Surgery – 5TH edition
5. WINN H. R, Condutas no paciente grave – 2ª edição – Elias Knobel , Athene
6. ROBBINS and Cotran Pathological Basis of Disease – 7TH edition – Kumar; Abbas, Fausto, Elsevier

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Portal de Periódicos CAPES
2. Sites da Sociedade Brasileira de Neurologia
3. Sites da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001034-1 DCB	Psiquiatria	Disciplina	90/06
Aplicação	Avaliado por		
teórico-prática.	Nota		

EMENTA: Processo saúde-doença em psiquiatria e seus aspectos preventivo e curativo A saúde mental individual e coletiva. Fatores de risco e doença social. Principais síndromes psiquiátricas e bases psicofarmacológicas, neuroquímicas e psicossociais da terapêutica psiquiátrica. Reforma psiquiátrica. Assistência psiquiátrica no SUS: acompanhamento ambulatorial nos níveis de atenção primária e secundária e resolutividades. Seguimento e orientação quanto à referência de complexidade para o nível terciário de atenção à saúde. O internamento psiquiátrico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION – Referência rápida aos critérios diagnósticos do DSM-IV-TR / American Psychiatric Association. Maria Cristina Ramos Gularte. 4 edição revisada. Porto Alegre: Artmed, 2003.
2. DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. Porto Alegre: Artmed, 2000.
3. JASPERS, K. Psicopatologia geral. Rio de Janeiro. Atheneu, 1979.
4. KAPLAN, H.I.; SADOCK, B.J. Tratado de psiquiatria. 3ª edição, Porto Alegre: Artmed,

1995.

5. LOUZÃ NETO, M.R e ELKIS, H. Psiquiatria básica. 2 edição. São Paulo: Artmed, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Portal de Periódicos CAPES
2. Sites da Sociedade Brasileira de Psiquiatria
3. BALONE, G. Site Portal da Psiquiatria, disponível em www.psiqweb.med.br

SÉTIMO PERÍODO

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
Inserir código? DCB	Elaboração de Trabalho Científico - TCC 3	Disciplina	30/02
Aplicação	Avaliado por		
teórica	Nota		

37

EMENTA: Instrumentos conceituais, técnicos e operacionais que permitem a elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC). Reflexão e síntese dos conhecimentos e das práticas em saúde: a linguagem escrita como prática na elaboração de um Projeto de Pesquisa de natureza qualitativa e/ou quantitativa. O TCC: temática e interesse particular do aluno. TCC como instrumento de avaliação de habilidades técnico-científicas. A escrita final do TCC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. INTERNATIONAL COMMITTEE OF MEDICAL JOURNAL EDITORS. Requisitos uniformes para manuscritos apresentados a periódicos biomédicos. R. Saúde Pública, v. 33, n. 1, p.6-15, fev. 1999.
2. NORMAS DA ABNT (Normalização de trabalhos científicos)
3. REIS, Linda G. Produção de monografia da teoria à prática. Brasília, Editora Senac, DF, 1006. 115p.
4. SOUZA, Evânia Leiros de; UCHOA, Alice; HETZEL DE MACEDO, Isa Maria. Manual de elaboração do trabalho final (curso de medicina). Natal, 2007. Apostilha de sala de aula.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. RCG/UERN (2013). Trabalho de Conclusão do Curso.

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001036-1 DCB	Doenças Dermatológicas	Disciplina	60/04
Aplicação	Avaliado por		
teórico-prática.	Nota		

38

EMENTA: Doenças da pele e aspectos preventivo e curativos clínico e cirúrgico. Fatores de risco; propedêutica, fundamentos clínicos - morfológicos e terapêuticos das doenças cutâneas mais frequentes. Procedimentos cirúrgicos sob bloqueio anestésico local. Manifestações dermatológicas de origem sistêmicas e sua fisiopatologia. Câncer de pele. Seguimento de doenças crônicas nos

níveis de atendimento primário e secundário. Orienta quanto à referência para nível terciário de atenção à saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. AZULAY, Rubem David & AZULAY, David Rubem. Dermatologia. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2008.
2. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Dermatologia na Atenção Básica. 1 Ed. Brasília, 2002.
3. SAMPAIO, Sebastião. Dermatologia. 3 ed. São Paulo: Ed. Artes Médicas, 2007.
4. TALHARI, Sinésio & GARRIDO, René. Atlas de Dermatopatologia Tropical.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. <http://www.sbd.org.br/>
2. <http://www.dermatologia.net>
3. <http://www.apele.com.br/>
4. <http://www.hansenise.passouemg.br/>
5. <http://www.hansen.bvr.br/>
6. Site portal médico CFM
7. Portal de Periódicos CAPES

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001037-1 DCB	Doenças Osteoarticulares	Disciplina	75/05
Aplicação	Avaliado por		
teórico-prática.	Nota		

39

EMENTA: Doenças do sistema ósteo-articular e aspectos preventivo e curativo clínico e cirúrgico em ortopedia. Fatores de risco e orientação na interpretação clínica dos exames complementares e de imagem. História natural da doença e possibilidades de interferência no seu curso. Doenças ortopédicas mais frequentes e o sistema de movimento axial e segmentar. Risco de quedas e sequelas. Acompanhamento de portadores de doenças crônicas e de sequelas ortopédicas nos níveis de atenção primária e secundária. Resolutividades e seguimento. Orienta quanto à referência de complexidade o para nível terciário de atenção à saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CANALE S. T. ; Cirurgia Ortopédica do Campbell, Manole, 10ª edição, 2006.
2. HERBERT S. & PARDINI A. ; Ortopedia e Traumatologia, Princípios e Prática. Artmed, 3ª edição, 2002.
3. NETTER F. H. ; Atlas de Anatomia Humana, Campus, 4ª edição, 2008.
4. OSVANDRÉ L. ; Exame Físico em Ortopedia, Sarvier, 2ª edição, 2002.
5. SKINNER H. B. ; Current Ortopedia, MacGraw-Hill, 3ª edição, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Site portal médico CFM
2. Portal de Periódicos CAPES
3. Sites da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001038-1 DCB	Urgências Clínicas	Disciplina	60/04
Aplicação teórico-prática.	Avaliado por Nota		

40

EMENTA: Suporte básico e avançado em urgências clínicas e cirúrgicas, não traumáticas, para o médico com formação geral. Assistência a pacientes graves ou potencialmente graves. Recursos humanos e suporte tecnológicos especializados na assistência a urgências clínicas. Familiarização com métodos diagnósticos, de tratamento intensivo e indicação de tratamento cirúrgico. Aspectos psicológicos dos familiares e do paciente grave. Assistência humanizada em unidade de terapia intensiva e semi-intensiva.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ELIAS KNOBELL Condutas no paciente grave: Guias de medicina ambulatorial e hospitalar: urgências médicas.
2. AMIB Tratado de UTI da AMIB
3. Manual ACLS

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Site portal médico CFM
2. Portal de Periódicos CAPES

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001039-1 DCB	Urgências Traumáticas	Disciplina	45/03
Aplicação teórico-prática.	Avaliado por Nota		

41

EMENTA: Suporte básicos e avançados de vida em urgências traumáticas. Atendimento a urgências traumáticas pré-hospitalar e hospitalar em equipe multidisciplinar. SAMU.. Conceitos, princípios e algoritmo na avaliação primária e secundária do poli trauma com risco de morte real ou potencial. Atendimento inicial no trauma multissistêmico. Modos de encaminhamento do poli traumatizado ao serviço referência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. FELICIANO DV, MATTOX KL – Trauma 5th edition – McGraw-Hill, 2004.
2. FREIRE E - Trauma: a doença do século – 1^a edição – Atheneu, 2001.
3. SABISTON Textbook of Surgery 17th Edition – W.B. Saunders, 2004.
4. SAVT-ATLS Suporte Avançado de Vida no Trauma – 7^a edição. Colégio Brasileiro de Cirurgiões, 2004

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Site portal médico CFM
2. Portal de Periódicos CAPES

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001040-1 DCB	Administração Sanitária (Legislação e Administração de Sistemas de Saúde)	Disciplina	45/03
Aplicação	Avaliado por		
teórico-prática.	Nota		

42

EMENTA: Sistema Único de Saúde (SUS). Reformas da Política Nacional de Saúde. Normas Operacionais em Saúde. Organização dos serviços de saúde e das práticas assistenciais. Gestão em saúde. Avanços na política de saúde loco-regional e nacional. Gerência Executiva de Saúde;Secretaria Municipal de Saúde local. Cartão Nacional de Saúde, Prontuário Eletrônico e informática em saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BRASIL, Conselho Nacional de Legislação estruturante do SUS Brasília CONASS
2. BRASIL. Conselho Nacional de A Gestão administrativa e financeira no Brasília CONASS
3. BRASIL. Conselho Nacional de Atenção primária e promoção da saúde Brasília CONASS
4. BRASIL. Conselho Nacional de Ciência e tecnologia em saúde Brasília CONASS
5. BRASIL. Conselho Nacional de Conass 25 anos Brasília CONASS
6. BRASIL. Conselho Nacional de Gestão do trabalho na saúde Brasília CONASS
7. BRASIL. Conselho Nacional de Regulação em saúde Brasília CONASS
8. BRASIL. Conselho Nacional de Sistema único de saúde Brasília CONASS
9. BRASIL. Conselho Nacional de SUS: avanços e desafios 002 Brasília CONASS
10. BRASIL. Conselho Nacional de Vigilância em saúde Brasília CONASS
11. BRASIL. Ministério da Saúde, Manual de controle das doenças 004 Brasília - DF
Ministério da Saúde
12. BRASIL. Ministério da Saúde, Manual integrado de vigilância Brasília - DF Ministério da Saúde .
13. BRASIL. Ministério da Saúde, Monitoramento e avaliação na política Brasília Ministério da Saúde
14. BRASIL. Ministério da Saúde, Painel de indicadores do SUS Brasília Secretaria de Gestão
15. DUNCA,Bruce B.;SCHIMIDt, Maria Inês; GIUGLIANI, Elsa R. J.Medicina Ambulatorial: condutas clínicas em atenção primária. Porto Alegre.Artes Médias.1990 .495 p.
16. MENDES, Eugênio V. Os grandes dilemas do SUS: tomo I. Salvador. Casa da Qualidade Editora. 2001.144 p.
17. MENDES, Eugênio V. Os grandes dilemas do SUS: tomo II. Salvador. Casa da Qualidade Editora. 2001.176 p.
18. PAIM, J. S. Saúde, política e reforma sanitária. Salvador. ISC. 2002.448p.
19. ROUQUAYROL, Maria Zélia;ALMEIDA FILHO, Naomar. Epidemiologia & Saúde.Rio de Janeiro. MDSI. 2003.708 p

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. www.saude.sc.gov.br/gestores/sala_de_leitura/saude_e_cidadania/extras/pref.htm Cadernos Saúde & Cidadania.

2. www.saude.gov.br : Biblioteca virtual em saúde, sistemas de informação nacional.
3. Site portal médico CFM

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001043-1 DCB	Oftalmologia	Disciplina	30/02
Aplicação teórico-prática.	Avaliado por Nota		

43

EMENTA: Bases conceituais em oftalmologia preventiva e as inter-relações da oftalmologia com doenças de outros órgãos e sistemas. Aspectos preventivos de agravos clínicos e encaminhamento cirúrgico das doenças mais frequentes dos olhos e suas sequelas. Exame fundo de olho. Orienta para identificação e cuidados no atendimento inicial das urgências oftalmológicas e como referenciá-las a unidades especializadas e de urgência. Aspectos gerais de captação e funcionamento dos serviços de transplante de córnea.

1. BIBLIOGRAFIA BÁSICA
2. ABUJANRA. Retina e Vítreo-Clínica E Cirúrgica. 1ª ed. (2000). Editora Roca. São Paulo, SP;
3. ADALMIR MORTERA DANTAS. Anatomia Funcional do Olho e Seus Anexos. 2ª ed. (2001). Editora Revinter. Rio de Janeiro, RJ.
4. ADERBAL. Refração. 4ª ed. (2005). Editora Cultura Médica. Rio de Janeiro, RJ
5. BELFORT. CÓRNEA -Clínica e Cirúrgica. São Paulo, SP; Editora Roca, 1996.
6. DIAZ. Estrabismo. 2. ed. São Paulo: Editora Roca, 2005.
7. KAUFMAN. Adlers Physiology of the Eye 10/E. 10. ed. (2002). Editora Elsevier. EUA;
8. ORÉFICE. Uveítes. 2. ed. (2006). Editora Cultura Médica. Rio de Janeiro, RJ;
9. SHIELD'S. Glaucoma. 5. ed. (2006). Editora Cultura Médica. Rio de Janeiro, RJ;
10. SPALTON. Atlas de Oftalmologia Clínica. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Elsevier, 2006.
11. KANSKI. Oftalmologia Clínica. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Elsevier, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Site portal médico CFM
2. Portal de Periódicos CAPES
3. Sites da Sociedade Brasileira de Oftalmologia

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001044-1 DCB	Otorrinolaringologia	Disciplina	30/02
Aplicação teórico-prática.	Avaliado por Nota		

44

EMENTA: Bases conceituais em otorrinolaringologia preventiva e as inter-relações da otorrinolaringologia com doenças de outros órgãos e sistemas e com doenças infecciosas. Traumas locais e corpo estranho. Permeabilidade das vias aéreas. Orienta para identificação e cuidados no atendimento inicial das urgências otorrinolaringológicas e como referenciá-las a serviços especializados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. HÉLIO HUNGRIA, Otorrinolaringologia, 8. edição. Guanabara Koogan.
2. TSBO Tratado de Otorrinolaringologia, Sociedade Brasileira de Otorrinolaringologia, 1ª edição, volumes 1, 2, 3, 4 e 5. Editora Roca Ltda.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. www.conselho.saude.gov.br
2. Site portal médico CFM
3. Portal de Periódicos CAPE
4. www.aborlccf.org.br
5. www.portalmédico.org.br
6. www.ncbi.nlm.nih.gov
7. www.highwire.org
8. www.scielo.br

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001048-1 DCB	Medicina Legal	Disciplina	60/04
Aplicação	Avaliado por		
teórico-prática.	Nota		

45

EMENTA: Conceitos de responsabilidade médica e legal. Estrutura e funcionamento de um Instituto de Medicina Legal. Aspectos médico e legais na realização de perícias em pessoas, cadáveres, animais e coisas. Perícia e peritos. Identificação médico legal e criminal. Lesões corporais leves, graves e gravíssimas. Homicídios, suicídios e acidentes. Crimes sexuais. Crimes de violências. Atestado de óbito de morte não natural.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CROCE, D. & CROCE JUNIOR, D. Manual de Medicina Legal. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 1998.
2. DEL-CAMPO, EDUARDO ROBERTO ALCÂNTARA. Medicina Legal. 4 Ed. São Pulo: Saraiva, 2007.
3. FRANÇA, GENIVAL VELOSO DE. Medicina Legal. 8 ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Portal do Conselho Federal de Medicina
2. <http://www.medicinalegal.com.br/>
3. <http://www.abml-medicinalegal.org.br>
4. <http://www.rbdm.com.br/>
5. <http://www.rbml.com.br/>
6. <http://www.malthus.com.br/>
7. Portal de Periódicos CAPES

OITAVO PERÍODO

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
Inserir código	Pediatria e Criança	Disciplina	180/12

DCB	Saudável		
Aplicação	Avaliado por		
teórico-prática.	Nota		

46

EMENTA: A criança saudável e o crescimento e desenvolvimento. Prevenção e situações de risco para saúde infanto-juvenil. Fatores biopsicossociais na promoção da saúde infanto-juvenil. Cartão e calendário de Vacinas. Saúde do Escolar. Intercorrências no processo saúde-doença do período neonatal à adolescência. Doenças mais frequentes na criança e no adolescente e seus aspectos preventivos e curativos clínico e cirúrgico. Fatores de risco e orientação de medidas preventivas e curativas, individual e coletiva no processo saúde-doença em pediatria. Humanização no atendimento pediátrico. Acompanhamento e seguimento em pediatria nos níveis de atenção primária e secundária. Resolutividades e seguimento. Orienta quanto à referência de complexidade para nível o terciário de atenção à saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BEHRMAN, NELSON. Tratado de Pediatria, 16ª ed, Guanabara Koogan, 2002.
2. FIGUEIRA. Pediatria do IMIP, 3. ed, Medsi, 2004.
3. LOPEZ, CAMPOS JÚNIOR. Tratado de Pediatria – Sociedade Brasileira de Pediatria, Manole, 2007.
4. MARCONDES. Pediatria Básica, 9. ed, Sarvier, 2003.
5. MORAIS, CAMPOS. Pediatria: Guias de Medicina Ambulatorial e Hospitalar, Manole, 2005.
6. MURAHOVSKI. Emergência em Pediatria, 7. ed, 1997.
7. MURAHOVSKI. Pediatria: diagnóstico e tratamento, 5. ed, 1998.
8. SUCUPIRA. Pediatria em Consultório, 4. ed, Sarvier, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Site portal médico CFM
2. Portal de Periódicos CAPES
3. Sites da Sociedade Brasileira de Pediatria

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001045-1 DCB	Ginecologia Mastologia	eDisciplina	75/05
Aplicação	Avaliado por		
teórico-prática.	Nota		

47

EMENTA: Conceitos de saúde da mulher. Aparelho genital feminino e suas alterações da infância à senectude. Procedimentos e técnicas de prevenção, diagnóstico e conduta terapêutica frente às doenças sexualmente transmissíveis que acometem o aparelho genital feminino. Fatores de risco do câncer ginecológico, das mamas e suas intercorrências. Reprodução humana e planejamento familiar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BASTOS, A. C. Noções de Ginecologia.
2. HALBE, H. Tratado de Ginecologia. São Paulo: Roca, 2000
3. MARTINS, N. V. Patologia do Trato genital Inferior. São Paulo: Roca, 2005
4. OLIVEIRA, H. C.; LEMGRUBER, I. Tratado de ginecologia da FEBRASGO. Rio de

Janeiro: Revinter, 2000.

5. PIATO, S. Ginecologia: Diagnostico e Tratamento: Barueri, Manole, 2008
6. SPEROFF, L; GLASS, R. H.; KASE, N.G. Endocrinologia ginecológica clínica e infertilidade. 5. ed. São Paulo: Manole, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Site portal médico CFM
2. Portal de Periódicos CAPES
3. Sites da Sociedade Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia
4. Sites da Sociedade Brasileira de Mastologia

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001046-1	Obstetrícia	Disciplina	120/08
Aplicação teórico-prática.	Avaliado por Nota		

48

EMENTA: Conceitos de saúde materno-infantil. Procedimentos e técnicas pré-concepcionais e seus aspectos éticos e bioéticos. Condução do pré-natal ao parto, analisando fatores de risco e intercorrências. Parto: do natural ao cirúrgico. Puerpério, riscos e intercorrências. Identificação e prevenção do dano materno-infantil. Noções de responsabilidade legal em obstetrícia. Mortalidade materna.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. FEBRASGO. Tratado de Obstetrícia. 2003
2. NEME, B. Obstetrícia Básica: São Paulo. Sarvier, 2006
3. PASTORE, A. R; CERRI, G. G. Ultra-sonografia: Obstetrícia, Ginecologia. São Paulo: Sarvier, 2003
4. RESENDE, J. Obstetrícia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002
5. ZUGAIB, M. Obstetrícia. Barueri, Manole, 2008
6. LITERATURA COMPLEMENTAR - Sites, revistas e periódicos da Sociedade Brasileira de Tocoginecologia.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Site portal médico CFM
2. Portal de Periódicos CAPES
3. Sites da Sociedade Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001047-1 DCB	Farmacologia Aplicada II	Disciplina	60/04
Aplicação teórico-prática.	Avaliado por Nota		

49

EMENTA: Drogas mais usadas no processo saúde-doença em situação clínica, infecção e infestação, na doença respiratória aguda e crônica, na tocoginecologia e na pediatria. Manuseio cinético, farmacodinâmico e posológico. Avanços terapêuticos, dependência química, alcoolismo,

farmacologia alternativa. Pesquisa e consulta farmacológica pelo sistema virtual: Formas de atualização em terapêutica medicamentosa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. GRAEFF, FREDERICO GUILHERME; GUIMARÃES, FRANCISCO SILVEIRA. Fundamentos de Psicofarmacologia — São Paulo: Editora Atheneu, 2005.
2. GOODMAN & GILMAN'S . As bases farmacológicas da terapêutica 11ª edição.
3. RANG e DALE – Farmacologia - 6ª edição, Elsevier – 2008.
4. SILVA, Penildon. Farmacologia. 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Site portal médico CFM
2. Portal de Periódicos CAPES
3. Sites do Conselho Federal de Farmácia

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
1001049-1 DCB	Geriatria	Disciplina	60/04
Aplicação teórico-prática.	Avaliado por Nota		

50

EMENTA: Conceitos em saúde do idoso. Assistência e condução das doenças crônico-degenerativas da senectude. Identificação e prevenção de danos à saúde do idoso. Fatores de risco de agravos à saúde e morbimortalidade. Risco de queda. Alzheimer. Qualidade de vida e perspectiva de morte. Internamento domiciliar. Terminalidade da vida.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CARVALHO FILHO E., PAPALÉO NETO M. Geriatria – Fundamentos, Clínica e Terapêutica. . Segunda edição. 2005.
2. SBGG-SP – Atualizações Diagnósticas E Terapêuticas Em Geriatria. Júlio César Moriguti e Alberto de Macedo Soares. Primeira edição. Editora Atheneu, 2007.
3. GUIMARÃES E CUNHA Sinais e Sintomas em Geriatria. Segunda edição 2004.
4. FREITAS, PY, NÉRI, CANÇADO, GORZONI & ROCHA Tratado De Geriatria E Gerontologia.. Editora Guanabara-Koogan. Segunda edição , 2006

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Site portal médico CFM
2. Portal de Periódicos CAPES
3. Sites da Sociedade Brasileira de Geriatria

DO NONO AO DÉCIMO SEGUNDO PERÍODOS

INTERNATO I

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
Inserir código DCB	Internato I	Estágio	990/66
Aplicação	Avaliado por		

Prática	Nota		
---------	------	--	--

51

EMENTA: Campo de estágio voltado para ao diagnóstico das doenças de condução cirúrgicas e procedimentos a partir das necessidades básicas ao exercício da profissão de médico com formação geral. Ênfase na pequena cirurgia, procedimentos invasivos em situação de emergência, postura e responsabilidades ética e técnica na realização de procedimentos básicos em cirurgia. Treinamento em assistência inicial ao portador de trauma multissistêmico. Treinamento das competências e habilidades em saúde coletiva. Ênfase na postura ética e humanizada ao tratar com a comunidade, com as pessoas e seus familiares voltando-se para a promoção da saúde, bem-estar individual e coletivo e de sua própria saúde. Prevenção das doenças mais frequentes em nosso meio. Calendário de imunizações. Reflexão sobre a busca de soluções apropriada para melhoria da qualidade de vida das populações urbanas e rurais, do médico e dos profissionais de saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. Colégio Brasileiro de Cirurgias
2. Associação Brasileira de Cirurgia do Aparelho Digestivo.
3. CAMPOS, G.W.S.; MINAYO; M.C.S. AKERMAN; et al. Tratado de Saúde Coletiva, Hucitec, São Paulo, 2006.
4. MARINS; J.J.N. REGO; S. LAMBERT; J. B. Educação Médica em Transformação. Hucitec, São Paulo, 2004
5. ROUQUAYROL, M. Z. ; FILHO, N. A.; Epidemiologia e Saúde 6ªed. Guanabara Koogan S.A., Rio de Janeiro-RJ, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Portal de Periódicos CAPES
2. Portal do Conselho Federal de Medicina
3. Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde. www.saude.gov.br/bvs

INTERNATO II

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
Inserir código DCB	Internato II	Estágio	990/66
Aplicação	Avaliado por		
Prática	Nota		

52

EMENTA: Espaço para o exercício de competências e habilidades em clínica médica e cirúrgica nas áreas do aparelho digestivo, cardiovascular, pulmonar, neurociências, sistemas endócrino e metabólico, geniturinário e locomotor, dermatológica, imunológica e geriátrica. Enfoque para o diagnóstico das doenças de condução clínicas e das doenças de condução cirúrgicas com indicação de procedimentos sobretudo possíveis na Atenção Básica. Treinamento básico para o médico de formação geral e suas limitações em técnicas cirúrgicas. Ênfase na postura e responsabilidade ética e técnica na realização de procedimentos básicos e na assistência inicial ao portador de trauma multissistêmico; ênfase na postura ética e humanizada ao tratar com pessoas fragilizadas e seus familiares; entendimento e compreensão do ser humano como unidade biológica, antropológica, histórica, social, cultural e ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. Sociedade Brasileira de Gastroenterologia
2. Sociedade Brasileira de Cardiologia
3. Sociedade Brasileira de Pneumologia
4. Sociedade Brasileira de Reumatologia
5. Sociedade Brasileira de Dermatologia
6. Sociedade Brasileira de Endoscopia Digestiva
7. Sociedade Brasileira de Hepatologia
8. Sociedade Brasileira de Coloproctologia
9. Sociedade Brasileira de Medicina Tropical
10. Colégio Brasileiro de Cirurgiões
11. Associação Brasileira de Cirurgia do Aparelho Digestivo

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Portal do Conselho Federal de Medicina
2. Portal de Periódicos CAPES
3. Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde. www.saude.gov.br/bvs

INTERNATO III

Código:	Nome do Componente	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
Dep. De Origem	Curricular:		
Inserir código DCB	Internato III	Estágio	990/66
Aplicação	Avaliado por		
Prática	Nota		

53

EMENTA: Espaço para o exercício de competências e habilidades em medicina clínica, nas áreas da infectologia, psiquiatria e urgências clínicas. Ênfase na postura ética e humanizada ao tratar com pessoas fragilizadas e seus familiares. Espaço para treinamento em ginecologia e obstetrícia. Ênfase na promoção da saúde da mulher e na prevenção da violência e de situações de risco para agravos na saúde; reversão da morbimortalidade materno-infantil; reabilitação do parto humanizado como celebração da vida. Postura ética e humanizada ao tratar a mulher da infância à senectude; os casais, parturientes, mulheres fragilizadas e seus familiares. Entendimento e compreensão do ser humano como unidade biológica, antropológica, histórica, social, cultural e ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. Sociedade Brasileira de Infectologia
2. Sociedade Brasileira de Psiquiatria
3. Sociedade Brasileira de Medicina Intensivista
4. Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia
5. Sociedade Brasileira de Mastologia

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Portal do Conselho Federal de Medicina
2. Portal de Periódicos CAPES
3. Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde. www.saude.gov.br/bvs

INTERNATO IV

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
Inserir código DCB	Internato IV	Estágio	990/66
Aplicação	Avaliado por		
Prática	Nota		

54

EMENTA: Espaço para o exercício de competências e habilidades em ginecologia e obstetrícia. Ênfase na promoção da saúde da mulher e cuidados com vítimas de violência sexual. Planejamento familiar. Pré-natal; reabilitação do parto humanizado e condução no parto cirúrgico. Neonatologia, crescimento e desenvolvimento e assistência pediátrica.. Ênfase na postura ética e humanizada ao tratar com crianças e jovens fragilizados e seus familiares. Enfoque da promoção da saúde infanto-juvenil, do bem-estar individual e coletivo. Prevenção de acidentes e situação de risco; reversão do processo das doenças mais frequentes em nosso meio, contextualizando-as na política e na cultura. Tratamento e reabilitação de jovens doentes. Compreensão da criança como ser humano em desenvolvimento e como unidade biológica, antropológica, histórica, social, cultural e ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia
2. Sociedade Brasileira de Mastologia
3. Sociedade Brasileira de Pediatria
4. Sociedade Brasileira de Cirurgia Pediátrica

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Portal do Conselho Federal de Medicina
2. Portal de Periódicos CAPES
3. Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde. www.saude.gov.br/bvs

21.1. 1 Atividades Complementares

Aos componentes curriculares apresentados na forma de atividades complementares, não são atribuídas ementas e nem avaliação por nota. As atividades complementares são contabilizada em carga horaria e sua integralização, obrigatória, se faz mediante controle do desempenho e do cumprimento das atividades programadas, registradas em ficha próprias e arquivadas no DCB. São atividades complementares do curso de medicina: Atividades Acadêmicas, Atividades do SUS I, Atividades do SUS II, Atividades do SUS III, Atividades do SUS IV e Seminários Transversal.

a) ATIVIDADES ACADÊMICAS - Departamento de Origem:

DCB - Carga horária: 180 horas

Atividades Acadêmica, com 180(cento e oitenta) horas, traduz as necessidades de cada aluno, na forma permitida pela flexibilização curricular, de completar sua CH com livre escolha em atividades em ensino, pesquisa e extensão, estas limitadas apenas por carga horária máxima, tendo como carga horária mínima qualquer valor que justifique completar a CH total prevista. O computo da CH se dará mediante: a participação em atividades de ensino, no PIM, limitado a uma CH máxima de até 90 horas; participação em Grupos de Estudos, orientados por docentes do curso, limitado a uma CH máxima de até 30 (trinta) horas; apresentação de trabalhos em eventos científicos limitado a uma CH máxima de até 30 (trinta) horas por trabalho; participação em livros ou capítulos de livros publicados na área médica, com o registro do nome da IES, limitado a uma CH máxima de até 120 (cento e vinte) horas; trabalhos científicos, na área da saúde, publicados em revistas de circulação internacional, limitado a uma CH máxima de até 90 (noventa) horas por trabalho; trabalhos científicos, na área da saúde, publicados em revistas de circulação nacional, limitado a uma CH máxima de até 60 (sessenta) horas; trabalhos científicos, na área da saúde, publicados em revistas de circulação regional, limitado a uma CH máxima de até 30 (trinta) horas por trabalho; trabalhos científicos, na área da saúde, publicados em revistas de circulação local, limitado a uma CH máxima de até 20 (vinte) horas, sempre com o registro do nome da IES; publicação em anais de trabalhos apresentados em eventos científicos, mencionados o nome da IES ou instituição de incentivo à pesquisa acadêmica, limitado a uma CH máxima de até 15 (quinze) horas aulas/trabalho e ainda limitados a 45 (quarenta e cinco) horas-aula em todo o curso de graduação; publicação de trabalhos, na área médica, ou afins, em páginas eletrônicas da internet, com registro do nome da IES, desde que evidenciem aprofundamento no estudo da matéria, limitado a uma CH máxima de até 03 (três) horas por trabalho e ainda até o limite de 15 (quinze) horas durante o curso; premiação em eventos, concursos de monografias ou similares, na área médica ou afins, limitado a uma CH máxima de 20 (vinte) horas por premiação. O computo e registro da CH é da competência da Coordenação do Curso ou de Comissão por ela indicada para este fim específico mas ao aluno caberá a guarda documental e sua apresentação até o final do curso, para computo de CH.

b) ATIVIDADES DO SUS I - Departamento de Origem: DCB -
Carga horária: 300 horas

Atividades do SUS I trata de atividades práticas em cirurgia e saúde coletiva. Este, na forma de plantões de 12 (doze) horas semanais, em horários noturnos, finais de semanas e feriados, com foco em procedimentos cirúrgicos associados à assistência cirúrgica e urgências e emergências nos serviços da Atenção Básica do SUS e aquele na área correspondente a saúde coletiva, sem plantões, mas utilizando-se 12 horas semanais em turnos noturno, feriados e finais de semana para elaboração de projetos de ação comunitária, ações comunitárias, elaboração de relatórios do SUS, visitas domiciliares e será exclusivamente em território SUS. Terá a mesma preceptoria do Internato I e soma-se 300(trezentas) horas de atividades no componente curricular.

c) ATIVIDADES DO SUS II - Departamento de Origem: DCB -
Carga horária: 300 horas

Atividades do SUS II trata de atividades práticas em cirurgia e clínica médica. Ambos na forma de plantões de 12(doze) horas semanais, em horários noturnos, finais de semanas e feriados, com foco em procedimentos cirúrgicos e clínicos associados à assistência cirúrgica, clínica médica e urgência emergência nos serviços do SUS. Terá a mesma preceptoria do Internato II e soma-se 300(trezentas) horas de atividades no componente curricular.

d) ATIVIDADES DO SUS III - Departamento de Origem: DCB -
Carga horária: 300 horas

Atividades do SUS III trata de atividades práticas em clínica médica e ginecologia e obstetrícia. Ambos na forma de plantões de 12(doze) horas semanais, em horários noturnos, finais de semanas e feriados, com foco em clínica médica, urgências e emergências nos serviços do SUS e em maternidades, incluindo centros obstétricos. Terá a mesma preceptoria do Internato III e soma-se 300(trezentas) horas de atividades no componente curricular.

e) ATIVIDADES DO SUS IV - Departamento de Origem: DCB -
Carga horária: 300 horas

Atividades do SUS IV trata de atividades práticas em ginecologia, obstetrícia e pediatria. Todos na forma de plantões de 12(doze) horas semanais, em horários noturnos, finais de semanas e feriados, com foco em maternidades, incluindo centros obstétricos e de neonatologia, além de atividades de plantão em pediatria nos hospitais do SUS ou conveniados com o SUS. Terá a mesma preceptoria do Internato IV e soma-se 300(trezentas) horas de atividades no componente curricular.

f) SEMINÁRIOS TRANSVERSAL - Departamento de Origem:
DCB - Carga horária: 150 horas

Seminário Transversal - atividade complementar de oferta semestral não necessariamente sequenciada, caracteriza-se como transversal ao curso, com 150(cento e cinquenta) horas no total, ofertada do primeiro ao décimo segundo períodos e de inscrição obrigatória mas não semestralmente sequenciada, de 15 ou 20 horas por semestre. Permite abordagem via:palestras, conferências ou mesas-redondas com discussão de temas de atualidades diversos quer sejam médicos ou de interesse social e de trabalho; discussão de casos clínicos; palestras de convidados especiais com foco no momento científico, político, educacional, artístico ou outros de natureza diversa e de interesse do corpo discente. É contabilizada apenas em CH e haverá controle de frequência para os inscritos no semestre, onde falta superior a 25% da carga horária prevista no semestre anula a inscrição daquele semestre. Caberá ao orientador pedagógico e a coordenação do Curso o controle de inscrição e o registro de frequência em planilhas específicas, que ficarão sob guarda do DCB-FACS durante o curso para se contabilizar a carga horária total ao final do décimo segundo período para assim providenciar registro no SAE e inserir a CH no histórico escolar do aluno.

21.1.2 Ementário de Disciplinas Optativas

Ofertados do primeiro ao oitavo períodos iniciais do curso, o aluno deverá integralizar CH de 225 horas em disciplinas optativas ofertados pela UERN, totalizando 15 créditos o que traduz as necessidades de cada aluno, na forma permitida pela flexibilização curricular, de completar sua CH com livre escolha de componentes curricular não obrigatórios.

Componentes Optativos
MATRIZ CURRICULAR 2014.1
MEDICINA (BACHARELADO)

Abaixo está definido por código, nome do componente curricular, carga horária e aplicação: TE (teórica), TP (teórico-prática) e P (prática) as disciplinas optativas disponibilizadas para o curso de medicina da UERN, todas registradas no SAE, com seus PR (pré-requisitos) e ou EQ (equivalências).

0402026-1 Língua Inglesa Instrumental I 60/04 TE

Introdução às estratégias de leitura em língua estrangeira. Estudos de textos em áreas específicas.

EQ 0402020-1 Fundamentos da Língua Inglesa, 60 h

ORIGEM: DLE

0101002-1 Introdução à Economia 60 TE

O objeto da economia política. O modo de produção e as formações sociais. A Concepção materialista da história. O problema econômico. A divisão do trabalho. Evolução da ciência econômicas. Teorias econômicas. Noções de microeconomia. Noções de macroeconomia. O funcionamento da economia capitalista.

ORIGEM: DEC

0101037-1 Economia de Empresas 60 TP

Estrutura básica. Orçamento e custo. Planejamento e controle financeiro. A empresa e o mercado. A empresa diante do Estado.

ORIGEM: DEC

0101038-1 Economia do Trabalho 60 TP

População e força do trabalho. Estrutura do emprego e forma de organização da produção. Estrutura do emprego no Brasil. Nível e distribuição dos salários. Políticas de salários e emprego.

ORIGEM: DEC

0101049-1 Introdução à Gestão Ambiental 60 TE

Introdução à questão ambiental. Amplitude de dimensões da crise ambiental contemporânea. Conceitos básicos em gestão ambiental. A dimensão ambiental integrada aos modelos de gestão organizacional.

ORIGEM: DEC

0102005-1 Administração de Pessoal 60 TE

Rotinas de admissão e desligamento. Análise e descrição do trabalho. Avaliação e classificação de cargos. Administração de salários. Planos assistenciais e serviço social no trabalho. Organização da função de pessoal.

ORIGEM: DAD

0102006-1 Administração de Recursos Humanos I 60 TE

A organização e o ambiente interno. Cultura e clima organizacionais. Planejamento de recursos humanos. Função procura. Função desenvolvimento.

PR 0102046-1 Teoria Geral da Administração II, 60 h

EQ 0102105-1 Gestão de Pessoas, 60 h

ORIGEM: DAD

0102014-1 Administração Hospitalar 60 TE

A administração aplicada à área da saúde. Administração hospitalar. Planejamento e organização de hospitais. Condução e controle de serviços hospitalares. As diversas atividades dentro do hospital. Administração hospitalar pública e privada.

PR 0102046-1 Teoria Geral da Administração II, 60 h

ORIGEM: DAD

0102020-1 Chefia e Liderança 60 TE

Conceito de liderança. Tipos clássicos de líderes. A essência da liderança. Os processos de liderança. As funções de líder. Delegação de autoridade. Autoridade, disciplina e participação. Preparação de ordens.

PR 0102046-1 Teoria Geral da Administração II, 60 h

ORIGEM: DAD

0102029-1 Iniciação Empresarial 60 TE

Planejamento da empresa. Organização, coordenação, direção e controle da empresa.

Legislação da empresa. Tópicos de administração de materiais.

Tópicos de administração de Recursos Humanos. Tópicos de finanças e administração de produção.

ORIGEM: DAD

0102031-1 Introdução à Administração 60 TE

Evolução da Teoria Administrativa. Planejamento. Organização. Coordenação. Direção. Controle.

ORIGEM: DAD

0102045-1 Teoria Geral da Administração I 60 TE

Antecedentes históricos da Administração. Teoria Clássica. Teoria das Relações Humanas. Teoria Neoclássica. Teoria Estruturalista.

ORIGEM: DAD

0102046-1 Teoria Geral da Administração II 60 TE

Teoria comportamentalista. Teoria dos sistemas abertos. Teoria contingencial. Introdução a qualidade total e à reengenharia. O futuro da Administração.

ORIGEM: DAD

0103003-1 Auditoria I 60 TP

Origem, evolução e desenvolvimento da auditoria. Fundamentos e campo de aplicação. Tipos de auditoria contábil. Normas e técnicas. Controle interno. Métodos, procedimentos e técnicas para elaboração de relatórios e pareceres.

PR 0103023-1 Estrutura e Análise de Balanço I, 60 h

ORIGEM: DCC

0103004-1 Auditoria II 60 TE

Procedimentos de auditoria. Auditoria das demonstrações contábeis. Notas explicativas. Eventos subsequentes. Aspectos fiscais e contingentes. Encerramento, relatório e parecer de auditoria.

PR 0103003-1 Auditoria I, 60 h

ORIGEM: DCC

0103007-1 Contabilidade Comercial I 60 TE

Aspectos conceituais. Constituição e alterações de empresas comerciais. Patrimônio e gestão. Plano de contas. Operações típicas de empresa comercial.

PR 0103016-1 Contabilidade Geral II, 60 h

EQ 0103044-1 Contabilidade Intermediária I, 60 h

ORIGEM: DCC

0103008-1 Contabilidade Comercial II 60 TE

Operações financeiras de empresa comercial. Operações envolvendo contas do ativo permanente e de resultado. Escrituração e encerramento de exercício.

PR 0103007-1 Contabilidade Comercial I, 60 h

EQ 0103046-1 Contabilidade Intermediária II, 60 h

ORIGEM: DCC

0103013-1 Contabilidade e Análise de Balanço 60 TE

Fundamentos básicos das ciências contábeis. Método das partidas dobradas. Técnicas contábeis. Plano de contas. Escrituração das demonstrações contábeis. Análise de balanços.

EQ 0103016-1 Contabilidade Geral II, 60 h

ORIGEM: DCC

0103015-1 Contabilidade Geral I 60 TE

Fundamentos básicos das Ciências Contábeis. Método das partidas dobradas. Plano de contas. Regimes contábeis. Noções de depreciação. Créditos duvidosos. Provisões retificadoras.

EQ 0103041-1 Contabilidade Básica I, 60 h

ORIGEM: DCC

0103016-1 Contabilidade Geral II 60 TE

Escrituração contábil. Atualização monetária dos elementos patrimoniais. Classificação de contas para elaboração de relatórios. Abertura e encerramento de organizações e seus reflexos na contabilidade.

PR 0103015-1 Contabilidade Geral I, 60 h

EQ 0103013-1 Contabilidade e Análise de Balanço, 60 h

EQ 0103042-1 Contabilidade Básica II, 60 h

ORIGEM: DCC

0103023-1 Estrutura e Análise de Balanço I 60 TE

Estrutura das demonstrações contábeis. Aspectos conceituais de análise de balanços. Análise horizontal e vertical.

PR 0103016-1 Contabilidade Geral II, 60 h

EQ 0103050-1 Estrutura das Demonstrações Contábeis, 60 h

ORIGEM: DCC

0103026-1 Legislação e Ética em Contabilidade 60 TE

Ética geral. Ética profissional. A ética na profissão contábil. Legislação da profissão contábil.
ORIGEM: DCC

0201007-1 Formação Econômica, Social e Política do Brasil 60 TE

Categorias de análise do modo de produção capitalista. A formação do povo brasileiro. A particularidade do processo de inserção brasileira nas relações capitalistas de produção. O processo de industrialização e de organização política no Brasil.

EQ 0101013-1 Formação Econômica do Brasil I, 60 h

ORIGEM: FASSO

0301002-1 Fundamentos Biológicos da Educação 60 TE

Estudo da constituição e função do organismo humano relacionado com seu desenvolvimento e com fatores que interferem no processo ensino-aprendizagem. A interação do homem com o meio ambiente e a sua educação para a saúde. Principais doenças que afetam o escolar e os determinantes do processo saúde/doença. As políticas públicas de saúde no Brasil.

ORIGEM: FE

0301003-1 Fundamentos da Psicologia 60 TE

O processo de desenvolvimento das funções psicológicas superiores e a formação do comportamento humano. O homem como ser histórico-cultural. A aprendizagem de signos como elemento constitutivo do ser humano.

ORIGEM: FE

0301007-1 Psicologia da Criança 60 TE

O processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança nas perspectivas teóricas humanista, comportamentalista, psicogenética e histórico-cultural.

EQ 0301043-1 Psicologia de Desenvolvimento e da Aprendizagem da Criança, 60 h

ORIGEM: FE

0301009-1 Didática 60 TP

O objeto de estudo da didática. O processo de planejamento das ações educativas. Os componentes estruturantes de um plano. A gestão dos conteúdos e da relação pedagógica. A interdisciplinaridade e a transversalidade na organização e na ação didática.

EQ 0301010-2 Didática, 60 h

EQ 0301038-1 Didática Geral, 60 h

EQ 0301042-1 Introdução à Didática, 45 h

EQ 0501070-1 Instrumentos Metodológicos do Processo Ensinar/Aprender, 60 h

EQ 0801063-1 Didática da Matemática, 60 h

ORIGEM: FE

0301013-1 Psicologia da Adolescência 60 TE

O processo de desenvolvimento e aprendizagem do adolescente nos aspectos cognitivos, biológicos e socioculturais.

EQ 0301017-1 Psicologia da Educação, 90 h

EQ 0301046-1 Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem do Adolescente e Adulto, 60 h

EQ 0301110-1 Psicologia da Educação I, 60 h

ORIGEM: FE

0401033-1 Produção Textual 60 TE

Leitura, escrita e análise de gêneros textuais acadêmicos (resumo, resenha e seminário). Elementos responsáveis pela textualidade. Atividades e estratégias de processamento da escrita acadêmica.

EQ 0401054-1 Língua Portuguesa Instrumental I, 60 h

ORIGEM: DLV

0401045-1 Elemento de Teoria Musical e Solfejo I 60 TE

O alfabeto musical: O ritmo, a melodia e a harmonia na formação e desenvolvimento da musicalidade. Visão sincrética do espaço musical.

ORIGEM: DLV

0401046-1 Elemento de Teoria Musical e Solfejo II 60 TE

O alfabeto musical: Conceituação. Aprofundamento da compreensão musical. A interpretação e seu estilo.

ORIGEM: DLV

0401050-1 Literatura de Cordel 60 TE

Origem. Tipologia. O aspecto formal. A temática. Temas tradicionais. Cantorias e pelejas. O papel do cantador na cultura popular.

ORIGEM: DLV

0401053-1 Redação Oficial 60 TE

Prática de redação oficial: tratamento e estética da correspondência oficial. Análise e produção de textos, documentos e correspondências. Estudo sistemático de conteúdos gramaticais.

ORIGEM: DLV

0401054-1 Língua Portuguesa Instrumental I 60 TE

Processos e princípios da comunicação: aspecto social e individual da linguagem verbal. Funções da linguagem. Parágrafos: conceitos e características. Os fatores da textualidade. Leitura e análise de textos narrativos, descritivos e dissertativos. Técnicas de produção textual, resumo e resenha. Descrição gramatical ou gramática em uso.

EQ 0401033-1 Produção Textual, 60 h

ORIGEM: DLV

0401055-1 Língua Portuguesa Instrumental II 60 TE

Portadores de Texto. Análise do parágrafo dissertativo. A macro-estrutura da dissertação. Aplicação dos fatores de textualidade e de argumentação no texto. Produção e análise de textos dissertativos. Técnicas de redação. Resumo e resenha. Descrição gramatical ou gramática de uso.

ORIGEM: DLV

0401057-1 Arte e Educação 60 TE

A arte: seu significado, e sua importância para educação. A arte no ensino da educação infantil e das séries iniciais. As atividades expressivas (música, teatro, dança, poesia, plástica e jogos

recreativos) e sua pedagogia. As experiências de aprendizagem integrada. A arte como elemento integrante e integrador das demais disciplinas na escola de ensino fundamental.

EQ 0301068-1 Ensino de Arte, 60 h

ORIGEM: DLV

0401069-1 Teatro Brasileiro I 60 TE

Origens do teatro brasileiro. O teatro brasileiro romântico. O teatro realista-naturalista brasileiro.

ORIGEM: DLV

0401070-1 Teatro Brasileiro II 60 TE

O teatro realista-naturalista brasileiro. O teatro brasileiro das primeiras décadas do século XX. O moderno teatro brasileiro. Estudo dos autores e obras mais expressivas.

ORIGEM: DLV

0401089-1 Língua Brasileira de Sinais 60 TE

Libras em contexto. Estudo das modalidades visual e gestual da comunidade das pessoas surdas. Gramática de uso.

ORIGEM: DLV

0402020-1 Fundamentos da Língua Inglesa 60 TE

Estudo das estruturas léxico-gramaticais da língua inglesa em nível elementar através de atividades envolvendo as quatro habilidades linguísticas. Estudo de aspectos históricos e socioculturais de países de língua inglesa.

0402026-1 Língua Inglesa EQ Instrumental I, 60 h

EQ 0402140-1 Fundamentos de Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol), 60 h

ORIGEM: DLE

0402028-1 Inglês Instrumental II 30 TE

Aprimoramento das habilidades de estudo e de leituras de textos de áreas específicas.

EQ 0402001-1 Língua Inglesa I, 90 h

EQ 0402026-1 Língua Inglesa Instrumental I, 60 h

ORIGEM: DLE

0402061-1 Leitura e Produção de Textos I (Espanhol) 60 TP

Fundamentação teórica e prática da leitura e da escrita através de estudos sobre gêneros textuais.

EQ 0402129-1 Leitura e Produção de Textos I (Espanhol), 90 h

ORIGEM: DLE

0402083-1 Interpretação I (Espanhol/Português) 90 TE

Teoria da interpretação. Prática de interpretação de diálogos e de situações comunicativas.

ORIGEM: DLE

0402084-1 Interpretação II (Espanhol/Português) 90 TE

Prática da interpretação em conferências e congressos.

ORIGEM: DLE

0402109-1 Língua Inglesa Instrumental II 60 TE

Aprofundamento de estudos de textos em áreas específicas.

ORIGEM: DLE

0501025-1 Antropologia e Saúde 45 TP

Estudo do objeto e das formas da Antropologia social, relacionando-a com a saúde e a enfermagem: visão cosmológica de grupos específicos, relações entre corpo mente, cultura e a cura nas diferentes construções simbólicas desses grupos com a realidade social em diferentes contextos político/econômicos.

ORIGEM: FAEN

0501030-1 Saúde Ambiental 45 TP

Dimensões global e local da crise ambiental. Modelo de desenvolvimento vigente. Potencialidades e possibilidades de recursos naturais como parte do meio ambiente e suporte para o desenvolvimento. Relações entre produção do espaço, desenvolvimento e saúde. Políticas públicas para a saúde e sua relação com o modelo de desenvolvimento e a interação com o meio ambiente.

ORIGEM: FAEN

0601010-1 Desenvolvimento Motor 60 TP

Estudo do desenvolvimento motor do ser humano, suas etapas de desenvolvimento e características gerais. Movimentos, reflexos e suas características. Explorações e reconhecimento do próprio corpo. Formas de locomoção através de movimentos autônomos. Desenvolvimento das habilidades motoras através do brincar escolar e de treinamentos. Combinações de movimentos, partindo de formas simples para mais complexas.

EQ 0601064-1 Desenvolvimento e Crescimento Humano, 75 h

ORIGEM: FAEF

0601015-1 Folclore 60 TP

Elementos formadores da cultura brasileira. Tipos de cultura. Estudo da sociedade diante das nossas tradições. Conceitos e origem do termo folclore. As manifestações folclóricas brasileiras. Danças e folguedos folclóricos do Rio Grande do Norte.

EQ 0601079-1 Folclore e Cultura Corporal, 60 h

EQ 0601120-1 Corporeidade e Cultura Popular, 60 h

ORIGEM: FAEF

0601025-1 Higiene 30 TE

Sua origem e avanços no fortalecimento de hábitos sadios da coletividade. Considerações gerais acerca de todas as atividades relacionadas ao bem estar físico, psíquico, econômico e social. Origem, histórico, saúde e doença, saneamento básico, medidas sanitárias.

fundamentos sobre higiene urbana, rural e física. Higiene dos alimentos, Higiene do exercício físico.

ORIGEM: FAEF

0601106-1 Atividade Curricular em Comunidade 60 TP

Conforme tema escolhido pelo/a responsável da atividade.

ORIGEM: FAEF

0601107-1 Prática Desportiva I 30 TE

Atividade Desenvolvida por Modalidade: Atletismo, Basquetebol, Dança, Futebol de Campo,

Futsal, Ginástica Rítmica, Handebol, Hidroginástica, Judô, Karatê, Natação, Voleibol, Voleibol de Areia e Capoeira.
ORIGEM: FAEF

0601108-1 Prática Desportiva II 30 TE

Atividade Desenvolvida por Modalidade: Atletismo, Basquetebol, Dança, Futebol de Campo, Futsal, Ginástica Rítmica, Handebol, Hidroginástica, Judô, Karatê, Natação, Voleibol, Voleibol de Areia e Capoeira.
ORIGEM: FAEF

0701003-1 Antropologia Cultural I 60 TE

História do pensamento antropológico. A especificidade da prática antropológica. O conceito de cultura.

EQ 0301050-1 Antropologia e Educação, 60 h

EQ 0704035-1 Antropologia Cultural, 60 h

ORIGEM: DCSP

0701004-1 Antropologia Cultural II 60 TE

Os primeiros contatos dos portugueses no Brasil. Etnografia. Os estudos etnográficos no Brasil: etnias e culturas indígenas no Brasil. O português. O negro no Brasil. Os Imigrantes. O folclore brasileiro.

PR 0701003-1 Antropologia Cultural I, 60 h

ORIGEM: DCSP

0701008-1 Antropologia da Violência 60 TE

O campo semântico e a percepção da violência. A construção simbólica da violência. Rebelião. Cercas invisíveis. Instituições totais e violência. O monopólio da violência legítima. Informação e controle. Crime e criminosos. Violência e cotidianidade. A violência no Brasil. Violência e gênero. Cultura e violência.

PR 0701019-1 Introdução à Antropologia, 60 h

EQ 0701113-1 Estudo dos Conflitos Sociais e da Violência, 60 h

ORIGEM: DCSP

0701010-1 Ciência Política 60 TE

A Política como ciência e seus conceitos. Instituições, aparelhos ideológicos de reprodução e controle social. Grupos associativos, movimentos e organizações políticas.

ORIGEM: DCSP

0701011-1 Ciência Política II 60 TE

Maquiavel e o Realismo Político. O Contratualismo: Thomas Hobbes, John Lock e Jean Jacques Rousseau. O Materialismo Histórico: Engels, Karl Marx, Vladimir Lenin e Antônio Gramsci.

PR 0701010-1 Ciência Política, 60 h

ORIGEM: DCSP

0701012-1 Introdução às Ciências Sociais 60 TE

Origem comum das ciências. O ato de pensar uma determinada ação. A questão do método nas ciências humanas.

ORIGEM: DCSP

0701016-1 Fundamentos da Sociologia 60 TE

Noções de Sociologia Geral. A Sociologia como produto histórico. A construção do objeto da Sociologia. A sociologia da sociedade brasileira. Interpretação da sociedade brasileira.

EQ 0701021-1 Introdução à Sociologia, 60 h

EQ 0701043-1 Sociologia Geral, 60 h

ORIGEM: DCSP

0701018-1 Imaginário e Política 60 TE

Concepções de imaginário. Imaginário político. Imaginário e identidade política. Mitos e mitologias políticas. Imaginário político e atores sociais. Imaginário e poder. Imaginário político e historicidade. Imaginário político e contexto relacional. Imaginário, mentalidades e representações. Imaginário político e ideologia. O imaginário político e utopia. Imaginário e constituição de atores/sujeitos. A noção de projeto. Imaginário político brasileiro.

PR 0701021-1 Introdução à Sociologia, 60 h

ORIGEM: DCSP

0701019-1 Introdução à Antropologia 60 TE

O saber pré-antropológico e o discurso sobre a diferença. A transição para a humanidade e a versão disciplinar sobre o "outro": evolucionismo vitoriano e o difusionismo. O problema do etnocentrismo. A antropologia cultural americana e o relativismo cultural.

EQ 0105004-1 Antropologia e Turismo, 60 h

EQ 0704035-1 Antropologia Cultural, 60 h

ORIGEM: DCSP

0701020-1 Introdução à Política 60 TE

As origens da política. Teorias da Soberania. Maquiavel e a política moderna. As teorias do direito natural e o contratualismo: Hobbes, Locke e Rousseau. A formação do estado moderno.

EQ 0701010-1 Ciência Política, 60 h

ORIGEM: DCSP

0701021-1 Introdução à Sociologia 60 TE

O contexto histórico do surgimento da sociologia. A sociologia e a modernidade. A sociologia como disciplina científica. Conceitos fundamentais: indivíduo e sociedade, grupos sociais, comunidade e sociedade, estrutura e organização social, valores e normas sociais, papel e status.

EQ 0701012-1 Introdução às Ciências Sociais, 60 h

EQ 0701016-1 Fundamentos da Sociologia, 60 h

EQ 0701043-1 Sociologia Geral, 60 h

ORIGEM: DCSP

0701024-1 Movimentos Sociais 60 TE

Movimentos sociais: discussão conceitual. Teorias sobre movimentos sociais. Revolta e revolução. Os atores sociais e o Estado. Movimentos sociais na América Latina. Atores sociais no Brasil pós-70. Ascensão e declínio dos movimentos sociais no Brasil.

ORIGEM: DCSP

0701025-1 Partidos Políticos 60 TE

Teoria dos sistemas políticos. Sistemas políticos e sistemas eleitorais. Teorias do partido político. Partidos políticos e dinâmicas partidárias. Democracia, representação e partidos políticos. Movimentos sociais e partidos políticos. Participação política e partidos políticos.

ORIGEM: DCSP

0701030-1 Sociedades Camponesas 60 TE

O conceito de camponês. Tradições teóricas para o estudo do campesinato. Organização da produção. Estratégias de reprodução política e ideologia.

ORIGEM: DCSP

0701031-1 Sociedade e Natureza 60 TE

Natureza e cultura. Sociedades da natureza e natureza das sociedades. Organizações sociais primitivas e a relação entre indivíduo/natureza/sociedade. O contrato social e o contrato natural: a religação do homem com a natureza e o social. O planeta como sistema vivo auto organizador. Sistemas ecológicos e teoria sistêmica.

ORIGEM: DCSP

0701032-1 Sociologia da Linguagem 60 TE

Origens da linguagem. Conceito e métodos da sociologia da linguagem. O poder simbólico da linguagem. Economia das trocas simbólicas.

ORIGEM: DCSP

0701034-1 Sociologia da Cultura 60 TE

As explicações sociológicas da cultura. Cultura e classificação social. Cultura e distinção social. Modernidade e cultura. A mundialização e a cultura. Cultura popular e instituições de mercado.

ORIGEM: DCSP

0701035-1 Sociologia da Educação Brasileira 60 TE

Análise sociológica da História da Educação no Brasil. Educação e cultura no Brasil. Cultura brasileira. A criação da rede pública de ensino no Brasil. Estado e educação no Brasil durante o período do regime militar. Educação e socialização no Brasil pós anos 70. Educação e transição democrática. Educação e cidadania no Brasil. A escola no Brasil. Lutas sociais e educação. Educação e crise da socialização no Brasil dos anos 90. Reforma do Estado e educação.

ORIGEM: DCSP

0701038-1 Sociologia do Desenvolvimento 60 TE

As ciências sociais e a problemática do desenvolvimento. População e desenvolvimento. Gestão local do desenvolvimento. Análise histórica do desenvolvimento sob o capitalismo. Desenvolvimento e natureza. Globalização e desenvolvimento regional. Atores sociais do desenvolvimento. Coalizões de crescimento. Governance e governabilidade local.

ORIGEM: DCSP

0701039-1 Sociologia do Meio Ambiente 60 TE

Análise sociológica do meio ambiente. Economia e meio ambiente. Meio ambiente e desenvolvimento. Biodiversidade. Vulnerabilidade social diante de desastres naturais. Crescimento populacional e meio ambiente. Desenvolvimento sustentável. O conceito de

capacidade de suporte. Desigualdade ambiental. Técnicas da pesquisa sociológica sobre questões ambientais.

ORIGEM: DCSP

0701040-1 Sociologia do Nordeste Brasileiro 60 TE

O Conceito de região. A formação econômica da região nordeste. A questão regional no Brasil. Atores e lutas sociais no Nordeste Brasileiro. Limites e possibilidades do planejamento regional. O Coronelismo. A “Indústria da seca”. Trabalho e reestruturação regional. Desenvolvimento regional. A análise sociológica da questão regional. O semi-árido nordestino. El Niño, seca e vulnerabilidade social. A ascensão do turismo no litoral. Os novos atores políticos e sociais e o “Velho Nordeste”.

ORIGEM: DCSP

0701043-1 Sociologia Geral 60 TE

O contexto histórico do surgimento da Sociologia. A contribuição dos clássicos: Max Weber, Karl Max e Durkheim. Conceitos fundamentais. Pressupostos da organização social. Método e análise da sociedade.

EQ 0701016-1 Fundamentos da Sociologia, 60 h

EQ 0701021-1 Introdução à Sociologia, 60 h

ORIGEM: DCSP

0701045-1 Sociologia Rural 60 TE

O rural como categoria de leitura do social. Estudo dos problemas agrários. Agricultura e agricultores na constituição do mundo rural. A ruralidade no mundo moderno e as tendências atuais dos estudos rurais.

ORIGEM: DCSP

0701046-1 Sociologia Urbana 60 TE

A cidade na história. A construção do espaço urbano. Campo e cidade. Urbanização e sociedade industrial. A cidade e a condição moderna. Planejamento urbano. A escola francesa. Poder e lutas sociais na cidade. Espaço urbano e atores sociais. Cidade e meio ambiente. Culturas da cidade. A urbanização brasileira.

ORIGEM: DCSP

0702016-1 Filosofia das Ciências Humanas 60 TE

Especificidade das Ciências Humanas. Questão de método. Objetividade e neutralidade. Ciência e poder.

EQ 0702065-1 Filosofia da Ciência, 60 h

ORIGEM: DFI

0702037-1 Fundamentos de Filosofia 60 TE

Origem e caracterização da Filosofia. Evolução histórica da Filosofia. Elementos fundamentais da construção do conhecimento filosófico. Teorias e correntes da Filosofia.

EQ 0701095-1 Pensamento Filosófico Moderno, 60 h

EQ 0702053-1 Fundamentos de Filosofia e Ética, 60 h

ORIGEM: DFI

0702038-1 Metodologia Científica 60 TE

Importância da metodologia. Classificação das ciências. Pressupostos metodológicos. Ciência

e ideologia. Dialética e metodologias não dialéticas.

EQ 0103014-1 Metodologia do Trabalho Científico, 60 h

EQ 0105002-1 Metodologia do Trabalho Científico, 60 h

EQ 0201054-1 Metodologia Aplicada às Ciências Sociais, 60 h

EQ 0401059-1 Metodologia do Trabalho Científico, 60 h

EQ 0704032-1 Métodos e Técnicas de Pesquisa, 60 h

ORIGEM: DFI

0703008-1 Geografia da População 60 TE

População e Geografia. Aspectos teóricos e metodológicos da Geografia da População. Teorias Demográficas. Políticas e Projeções demográficas. Dinâmica populacional e Globalização. Mobilização espacial da população. População, desenvolvimento e meio ambiente.

ORIGEM: DGE

0703010-1 Geografia Agrária 60 TE

A Geografia Agrária no contexto da Geografia Humana. Questão agrária e questão agrícola. Elementos da organização do espaço agrário. A atividade agropecuária no espaço produtivo mundial. Formação da estrutura fundiária brasileira. Modernização da agricultura. Reforma agrária, relações de trabalho e movimentos sociais no campo. O agronegócio e a pequena produção camponesa. O campesinato e a agricultura familiar. A questão agrária e o meio ambiente.

ORIGEM: DGE

0703012-1 Biogeografia dos Ecossistemas 60 TE

Conceito e subdivisão. Campo e tendências atuais da Biogeografia. Princípios biogeográficos. A biosfera e as relações de interdependência. Distribuição dos seres vivos. Fatores responsáveis. Os grandes biomas e biocenoses terrestres e sua distribuição espacial no mundo e no Brasil. Classificação fisionômica e zoogeográfica. A degradação dos ambientes terrestres e aquáticos. Aplicação da biogeografia. Aulas de campo.

EQ 0703027-1 Biogeografia, 60 h

ORIGEM: DGE

0703013-1 Geografia do Nordeste 60 TE

O processo sócio-histórico de formação do território nordestino. Nordeste: caracterização e diversidade. O Nordeste e o planejamento regional. As transformações na economia regional contemporânea. A formação do espaço norte-riograndense. As diversas regionalizações do Estado. Caracterização da paisagem natural. Dinâmica populacional e urbanização. As transformações recentes na economia estadual e a dinâmica do território.

ORIGEM: DGE

0703014-1 Geografia Regional do Brasil 60 TE

Geografia e região. Formação territorial do Brasil. Divisão regional e organização político-administrativa brasileira. Reestruturação econômica e mudanças na estrutura regional. Região e globalização: integração e fragmentação.

ORIGEM: DGE

0703018-1 Geografia do Rio Grande do Norte 60 TE

A formação do espaço norte-riograndense. As diversas regionalizações do Estado.

Caracterização da paisagem natural. As economias tradicionais e a produção do espaço. Dinâmica populacional e urbanização. As transformações recentes na economia estadual e a dinâmica territorial.

ORIGEM: DGE

0703031-1 Geografia Humana e Econômica 60 TP

Aspectos conceituais da Geografia Econômica. A População. Os processos produtivos: agricultura, indústria e mineração. A circulação. O consumo. Energia e Transporte.

ORIGEM: DGE

0704002-1 Arqueologia I 30 TE

História da Arqueologia. Arqueologia como ciência. Conceito. Métodos. Técnicas e escolas arqueológicas.

EQ 0704034-1 Arqueologia, 60 h

ORIGEM: DHI

0704005-1 Arqueologia II 60 TE

Divisão da Arqueologia. As etapas da pesquisa arqueológica. Projeto de pesquisa de campo (parte prática).

PR 0704002-1 Arqueologia I, 30 h

EQ 0704034-1 Arqueologia, 60 h

ORIGEM: DHI

0704012-1 História do Rio Grande do Norte 60 TE

A Capitania. Carta de Doação. A conquista e a formação étnica. Invasão e domínio holandês. As revoluções na colônia. A província e o Estado. As mesoregiões e as microregiões do Rio Grande do Norte atual.

EQ 0704039-1 História do Rio Grande do Norte I, 60 h

ORIGEM: DHI

0704027-1 História da Região Nordeste 30 TE

Estudo da região Nordeste na colônia, Império e República: aspectos sociais, políticos e econômicos. Participação da região Nordeste no contexto nacional.

ORIGEM: DHI

0801011-1 Bioestatística 60 TE

Noções fundamentais. Distribuição de frequência. Medida de tendência central. Medidas de dispersão. Teoria da probabilidade. Variáveis aleatórias e distribuição de probabilidade. Distribuição binominal. Distribuição normal. Teoria da amostragem. Estimação de parâmetros. Teste de hipóteses. Distribuição de qui-quadrado. Regressão e correlação.

EQ 0801028-1 Estatística Econômica e Introdução à Econometria, 60 h

EQ 0801046-1 Probabilidade e Estatística, 60 h

ORIGEM: FANAT

0801024-1 Estatística I 60 TE

Alguns conceitos básicos e linguagem de notações. A organização de dados quantitativos: séries estatísticas, gráficos e distribuição de frequência. Medidas de tendência central e posição. Medidas de variabilidade, assimetria e curtose. Teoria elementar das probabilidades.

EQ 0801058-1 Estatística Descritiva, 60 h

ORIGEM: FANAT

0801034-1 Lógica Matemática 60 TE

Análise lógica da linguagem contínua. Sentido lógico-matemático convencional dos conectivos. Simbolização de sentenças da linguagem cotidiana. Argumentos. A lógica sentencial. Regras de formação de fórmulas. Sistemas dedutivos. Decidibilidade da lógica sentencial. A lógica de predicado de I ordem. Valores-verdade e função de avaliação. Tabelas-verdade. Relações entre sintaxe e a semântica.

EQ 0801061-1 Lógica e Matemática Discreta, 60 h

ORIGEM: FANAT

0801035-1 Matemática I 60 TE

Funções: conceitos e notações. Modulares. Os tipos de funções. Função composta e função inversa. Funções do I grau. Funções II grau. Inequações do I e II graus. Função exponencial. Função logarítmica. Sequências. Progressões aritméticas e geométricas. Física Teórica e Experimental I – Física e o método científico. Teoria de Erros. Introdução aos vetores. Equilíbrio sob a ação de forças concorrentes. Movimento uniformemente acelerado. As Leis de Newton. Trabalho e conversão da energia. Colisões. Equilíbrio de corpo.

EQ 0801052-1 Estudo das Funções, 60 h

ORIGEM: FANAT

0801040-1 Matemática Comercial e Financeira 60 TE

Capital e seus aspectos financeiros. Números e grandezas proporcionais. Margens de lucro e prejuízo. Medidas de depreciação. Variação cambial. Correção monetária. Taxas.

EQ 0801083-1 Matemática Financeira, 60 h

ORIGEM: FANAT

0801048-1 Tópicos de Matemática 60 TE

Relação e funções. Funções do I grau. Funções quadráticas. Função exponencial e logarítmica. Limite e derivadas. Derivadas das funções trigonométricas. Derivadas das funções logarítmica e exponencial. Teoria de máximo e mínimo.

ORIGEM: FANAT

0803013-1 Comportamento Animal 60 TE

Bases evolutivas do comportamento animal. Genética e ontogênese comportamental. comportamento: instintivo e aprendido. Comportamento alimentar. Comportamento anti-predação. Noções de comunicação animal. Comportamento reprodutivo. Organização social. Territorialidade.

ORIGEM: FANAT

0805015-1 Computadores e Sociedade 60 TE

O computador na sociedade moderna. Aspectos sociais, legais e profissionais da informática. A questão da ética profissional. A informatização versus desemprego, contribuições do profissional de informática à sociedade. Atuação do profissional no Mercado de trabalho.

ORIGEM: FANAT

0805031-1 Introdução ao Computador 60 TE

Introdução ao Windows, Word, Excel e Power Point.

EQ 0805064-1 Informática Básica, 60 h

ORIGEM: FANAT

0901068-1 Direito e Legislação Social 45 TE

A construção das instituições do direito no Brasil, bem como das formas de estruturação dos direitos e garantias fundamentais da cidadania. A organização do Estado, dos poderes e da ordem social. A Constituição Federal e suas interfaces com o Serviço Social. O direito internacional e suas implicações nas relações políticas de trabalho e de seguridade social.

0201055-1 Legislação EQ Social, 45 h

ORIGEM: DED

1001057-1 Correlação Anátomo Clínica I 45 TE

Discussão de casos clínicos cuidadosamente elaborados, contendo história clínica, evolução do paciente e resultados de exames complementares que permitam raciocínio lógico para a realização de diagnósticos diferenciais em patologia geral, infectologia, doenças do aparelho digestivo, doenças cardiovasculares, doenças hematológicas e linfopoiéticas e doenças endócrinas.

PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h

PR 1001019-1 Infectologia, 90 h

PR 1001023-1 Doenças do Aparelho Digestivo, 150 h

PR 1001024-1 Doenças Cardiovasculares, 150 h

PR 1001026-1 Doenças Hematológicas e Linfopoiéticas, 60 h

PR 1001027-1 Doenças Endócrinas, 60 h

ORIGEM: DCB

1001058-1 Correlação Anátomo Clínica II 45 TE

Discussão de casos clínicos cuidadosamente elaborados, contendo história clínica, evolução do paciente e resultados de exames complementares, que permitam raciocínio lógico para a realização de diagnósticos diferenciais em patologia geral, doenças respiratórias, doenças do aparelho geniturinário, doenças imunológicas do tecido conjuntivo e das articulações e doenças neurológicas.

PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h

PR 1001029-1 Doenças Respiratórias, 120 h

PR 1001030-1 Doenças do Aparelho Gênito-Urinário, 120 h

PR 1001031-1 Doenças Imunológicas, do Tecido Conjuntivo e das Articulações, 75 h

PR 1001032-1 Doenças Neurológicas, 90 h

ORIGEM: DCB


1001064-1 Medicina e Arte 30 TE

"Medicina e Arte" propicia experiências nos processos de fazer-apreciar-contextualizar na linguagem das artes como um todo e as analisa sob a ótica da Medicina. Analisa práticas que articulam o ensino-aprendizagem à cultura em arte e as interfaces com o processo de formação humanística do profissional de saúde.

ORIGEM: DCB

**QUADRO 2 – EQUIVALÊNCIA ENTRE COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS DO CURSO DE MEDICINA COM EQUIVALÊNCIA
EM OUTROS CURSOS**

UNIDADE UNIVERSITÁRIA:	FACS		
DEPARTAMENTO ACADÊMICO:	DCB	CURSO:	MEDICINA

									
COMPONENTE CURRICULAR DO CURSO DE ORIGEM				COMPONENTE CURRICULAR EQUIVALENTE DE OUTRO CURSO				(*)	
Curso	DISCIPLINA			CURSO	DISCIPLINA			SIM	NÃO
	CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CH/CR		CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CH/CR		
Serviço Social	0201007-1	Formação Econômica, Social e Política do Brasil	60/04	Economia	0101013-1	Formação Econômica do Brasil I	60/04		
Pedagogia	0301009-1	Didática	60/04	Enfermagem	0501070-1	Instrumentos Metodológicos do Processo Ensinar/Aprender	60/04		
Língua Portuguesa	0401057-1	Arte e Educação	60/04	Pedagogia	0301068-1	Ensino de Arte	60/04		
Ciências Sociais	0701003-1	Antropologia Cultural I	60/04	Pedagogia	0301050-1	Antropologia e Educação	60/04		
Ciências Sociais	0701019-1	Introdução à Antropologia	60/04	Turismo	0105004-1	Antropologia e Turismo	60/04		
Filosofia	0702037-1	Fundamentos de Filosofia	60/04	Ciências Sociais	0701095-1	Pensamento Filosófico Moderno	60/04		

Filosofia	0702038-1	Metodologia Científica	60/04	Ciências Contábeis	0103014-1	Metodologia do Trabalho Científico	60/04		
				Turismo	0105002-1	Metodologia do Trabalho Científico	60/04		
				Serviço Social	0201054-1	Metodologia Aplicada às Ciências Sociais	60/04		
				Língua Portuguesa	0401059-1	Metodologia do Trabalho Científico	60/04		
				História	0704032-1	Métodos e Técnicas de Pesquisa	60/04		
Direito	0901068-1	Direito e Legislação Social	60/04	Serviço Social	0201055-1	Legislação Social	60/04		

22. METODOLOGIA

Este Projeto Pedagógico contempla, como orientação metodológica, a pedagogia ativa. É centrada no aluno e tem como foco o processo saúde-doença, portando o paciente. Permeia princípios do paradigma integralizador das atividades baseadas em evidências, da solução de problemas, mas também reserva importância ao uso de outros procedimentos de ensino, métodos, técnicas, dinâmicas de grupo, trabalhos individuais e em grupo, desde que isto capacite os seus integrantes para a análise do problema real e para a tomada de decisões exequíveis. São técnicas ou procedimentos de ensino recomendados: medicina baseada em evidência, aprendizagem baseada em problemas, aulas expositivas dialogadas, simpósios, seminários, painel (integrado, progressivo, de oposição), dramatização, júri simulado, métodos de projetos, estudo dirigido, estudo de caso, estudo de meios, módulos de ensino, solução de problema, demonstração e demais recursos educativos de ensino-aprendizagem, voltados para o desenvolvimento de competências, habilidades, atitudes e valores necessários à formação geral do médico na UERN.

À Direção da FACS, DCB, Orientação Acadêmica e NDE compete a organização dos componentes curriculares de formação básica e profissionalizante, estágios, TCC e das atividades complementares, para fomentar a integração horizontal, vertical e transversal de seus conteúdos. Também é da competência do grupo supracitado zelar para que o corpo docente elabore as questões para o processo de avaliação dos alunos de forma integralizadora, apreendendo conteúdos apresentados no respectivo período do curso e observada sua proporcionalidade de conteúdos, quando o componente curricular for oferecido em Módulos (disciplinas: Módulo Morfofuncional I e Módulo Morfofuncional II).

Incluirá, como etapa integrante da graduação, os estágios enquanto Internatos I, II, III e IV, em serviços próprios quando os tiver ou serviços conveniados, sob a supervisão direta de docentes da Instituição ou de preceptores de contratos temporários ou por supervisores consoante com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Medicina.

Ao aluno do Curso de Medicina será oferecida possibilidade de iniciação científica, visando a preparação para carreira universitária e ou atividades de pesquisa na área de saúde. O aluno bolsista de iniciação científica terá o seu desempenho transformado em CH para constar no seu Histórico Escolar, em Atividades Acadêmicas, conforme o Regimento do Curso, 2013.

O Projeto Pedagógico do Curso de Medicina da UERN também contempla aproveitamento de estudos e de avaliação do rendimento escolar contido no Manual de Instruções, Normas e Procedimentos de Ensino, da Pró-Reitoria de Graduação (PROEG), da UERN, de abril/2000 e das suas emendas subsequente.

Para que os componentes curricular não se constituam unidades isoladas, serão permeadas pela realização de atividades e avaliações escritas integradoras, no período em curso, que busquem as dimensões biológicas, psicológicas, históricas, sociais e ambientais do ser humano.

O Curso de Medicina da UERN visa à aplicação dos conhecimentos das ciências da saúde de forma contextualizada, com ênfase na saúde, no método clínico (semiologia), e no uso apropriado da tecnologia na solução dos problemas do processo saúde-doença, de forma hierarquizada e tem como referência a assistência no SUS. Deve propiciar uma ampla visão do ser humano integrado à natureza, para que o profissional possa exercer as suas atividades com todo o rigor da ética médica, a fim de desenvolver o sentimento de respeito e de disponibilidade para sua profissão.

O desenvolvimento das disciplinas dar-se-á de forma integrada, com participação de profissionais que atuem em especialidades médicas aplicadas (profissionalizante) e ou profissionais de áreas básicas pertinentes às necessidades de ensino-aprendizagem, a fim de que possa conduzir os temas de forma interdisciplinar e multiprofissional, correlacionando-os ao exercício da clínica. Assim, a metodologia, centrada no aluno, privilegiará a participação ativa do aluno na construção do conhecimento e a integração dos conteúdos em correlação e em recursividades com o ensino médico básico, além de estimular a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, baseada nos quatro pilares da educação, ao longo de toda a vida: *aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser* (UNESCO,1999).

As unidades de ensino/aprendizagem, enquanto componentes curricular, contemplam diferentes cenários e o curso será desenvolvido de modo a permitir ao aluno conhecer ativamente situações variadas de viver a vida, organizar cuidados à saúde e trabalhar em equipes multiprofissionais, dentro e fora da instituição universitária e sempre direcionado para o SUS.

A interação de forma ativa do aluno com usuários e profissionais de saúde ocorrerá desde o início do processo de formação, o que proporcionará ao aluno lidar com problemas reais, assumindo responsabilidades crescentes como agente prestador de cuidados,

compatíveis com o seu grau escalonado de autonomia.

22.1 Resultados esperados e resultados obtidos no Curso de Medicina da UERN

Desde a criação do curso de medicina, em 2004, e apesar de todas as dificuldades apresentadas durante a sua fase implantação, pensou-se na qualidade do curso para que os médicos por ele formados estivessem comprometidos e habilitados para o mercado de trabalho principalmente no SUS. O conjunto de esforços administrativos, de recursos humanos e dos próprios alunos muito contribuíram e contribuem para a forma exitosa como o curso vem se consolidando.

À formação para o mercado de trabalho regional e loco-regional, somam-se elogios aos alunos por onde passam como estagiários, fruto da qualidade do conhecimento nas atividades práticas desempenhadas nos serviços de saúde, do compromisso com os pacientes e do respeito para com os funcionários inseridos nos diversos cenários de ensino-aprendizagem em Mossoró e em Natal. Isso permitiu que os egressos das turmas iniciais fossem logo inseridos no mercado de trabalho local e loco-regional, o que vem se continuando com os egressos subsequentes.

Das três primeiras turmas de médicos, todos estão inseridos no mercado de trabalho do SUS, alguns efetivados por concurso público seja municipal ou estadual ou estão em treinamento em serviços na pós-graduação “lato sensu”, na forma de Residências Médicas de especialidades, dentro e fora do Rio Grande do Norte, em serviços de excelência. Inserido em Residências Médicas: 79,16% de egressos da primeira turma; 77,3% de egressos da segunda turma e 52,63% de egressos da terceira turma. A quarta turma, setembro de 2013, com 22 egressos, parte encontra-se em preparação para concursos de Residência Médica para 2014. Os demais egressos estão buscando inserção no mercado de trabalho. Referenciando-se as 3 turmas iniciais, dos 65(sessenta e cinco) egressos, 46(quarenta e seis) estão cursando Residências Médicas, o que corresponde a 70,77%. Demais egressos estão inseridos no mercado de trabalho estadual efetivados por concurso ou mercado de trabalho municipal, em Mossoró ou em seus municípios de origem. Alguns egressos estão inseridos na ESF no Rio Grande do Norte e no Ceará e pretendem cursar Residência Médica. A quarta turma, com 22 egressos formados em setembro de 2013, encontra-se em processo de concursos para Residências Médicas e busca de inserção no mercado de trabalho, embora definido empregos públicos para alguns egressos as informações completa e definitiva ainda

não foram enviadas para a FACS. A FACS/DCB pede que os seus egressos mantenham comunicação de forma continuada com a Instituição UERN.

A presença de todos os egressos em serviços de Residência Médica do MEC e MS e a inserção no mercado de trabalho do SUS, por si justifica a criação e permanência em funcionamento do Curso de Medicina da UERN. A quarta turma, com 22 egressos formados em setembro de 2013, encontra-se em processo de concursos para Residências Médicas e busca de inserção no mercado de trabalho, embora definido empregos públicos para alguns egressos a informação completa e definitiva ainda não foram enviadas para a FACS. O processo de inserção em residências médicas define-se até o mês março do ano seguinte.

23.PROGRAMAS COMPLEMENTARES INSTITUCIONAL

23.1 Programas Complementares Institucional (PIM e PET)

O Programa Institucional de Monitoria (PIM) e o Programa Especial de Treinamento (PET) são modalidades de programas institucionalizados na PROEG/UERN, como Programas Formativos, com um setor específico para acompanhamento e assessoria, portanto são programas optativos para o Curso de Medicina. A partir de 2005 começaram as ofertas de vagas do PIM, inicialmente para as disciplinas da área básica. Com a implantação gradativa do Curso novas necessidades de vagas foram surgindo. O quadro referente a 2012.2 aponta vagas ofertadas e preenchidas, distribuídas por disciplinas.

No elenco dos programas Formativos da UERN, este PPC contempla em Atividades Complementares, as Atividades Acadêmicas onde se insere:

- a) O Programa Institucional de Monitoria (PIM) optativo ao Curso de Medicina, e seguirá a Resolução 017/2011 – CONSEPE e suas emendas subsequentes. O aluno-monitor terá o seu desempenho transformado em CH para constar no seu Histórico-Escolar, conforme Resolução Específica. Deverá ser integralizado até o oitavo período, pois o horário reservado às disciplinas que ofertam monitoria coincidem com os horários de estágios obrigatórios.
- b)

VAGAS DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE MONITORIA (PIM) – 2012.2

Componentes curricular	Vagas ofertadas	Vagas preenchidas
Módulo Morfofuncional I	14	14
Anatomia Topográfica e Descritiva	2	2
Semiologia Médica	03	03
Instrumentação e Clínica Cirúrgica	02	02

- c) O Programa Especial de Treinamento (PET) é optativo ao Curso de Medicina, uma vez que representa um mecanismo adicional de integração entre a graduação e a pós-graduação, promovendo a interação entre cursos, a partir de um projeto comum. Seguirá Resolução específica e suas emendas subsequentes. O aluno do PET terá o seu desempenho transformado em CH para constar no seu Histórico Escolar, conforme Resolução Específica e poderá ser integralizado até o décimo segundo período.

ATIVIDADES E ALUNOS DO PROGRAMA ESPECIAL DE TREINAMENTO
(PET-SAÚDE)

PET SAÚDE 2012.2 - atividades	Nº alunos semestre	Nº alunos ano
O Programa de Educação para o Trabalho na Saúde (PET-Saúde) é uma estratégia associada ao Pró-Saúde que preconiza ações para a transformação da formação profissional em saúde, mediante maior integração entre ensino, serviço e comunidade. As ações desenvolvidas, dinâmicas como bricolagem, atividades em grupo, dramatizações, vídeos, músicas, entre outras, articulam ensino, pesquisa e extensão, provocando um novo olhar para a conformação dos saberes e práticas cotidianas. Por sua vez, as interações estabelecidas estimularam a troca de conhecimentos, a interdisciplinaridade e a postura crítica e reflexiva dos mediadores desse processo.	20	36

24. PROGRAMA COMPLEMENTAR NÃO INSTITUCIONAL – LIGAS ACADÊMICAS DE MEDICINA

Na FACS, a participação em Ligas são recomendadas e inseridas como Atividades Acadêmicas (rol das atividades complementares). Acata a participação do aluno em Ligas Acadêmicas de Medicina - LAM, que são organizadas e regidas pelas Diretrizes Nacionais das Ligas de Medicina, da Associação Brasileira das Ligas de Medicina. A validação do documento emitido quando a ação discente está vinculada a um docente da FACS reconhecido pelo Centro Acadêmico Carlos Ernani Rosado Soares - CACER-FACS (vide Diretrizes Nacionais em Ligas de Medicina – LAM, nos anexos), pode ser contabilizada em CH de até 20 horas para o Histórico Escolar. A LAM é Associação Civil e Científica Livre, de duração indeterminada, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade da instituição de ensino que a abriga e visa complementar a formação acadêmica em uma área específica do campo médico, por meio de atividades que atendam os princípios do tripé universitário de ensino, pesquisa e extensão. Não tem gerência da UERN.

25. RECURSOS HUMANOS PARA O CURSO DE MEDICINA DA FACS

O Curso de Medicina teve o seu corpo docente em 2012.2 formado por 61 professores efetivos (concursados), 34 professores não efetivos e por 15 preceptores não efetivos (todos os não efetivos em regime de contratos temporários). Há, portanto, necessidade de se completar o quadro previsto desde o início do curso, projetado para um mínimo de 120 professores e preceptores efetivos. Para que o curso pudesse funcionar e ainda continuasse em pleno funcionamento, fez-se e ainda se faz necessário contratação de recursos humanos não efetivos como professores, preceptores, além de pessoal administrativo e de apoio de nível superior, médio e fundamental.

Para algumas disciplinas ainda se tem dificuldades de contratação de professores, como a Patologia, que até o momento, nos vários Editais abertos pela UERN desde o início do curso, nunca teve candidato inscrito. A principal dificuldade local para a formação do corpo docente efetivo é a compatibilidade de carga horária no serviço público dos profissionais médicos locais que apresentam interesse em ensino, mas que não tem aceno

suficiente como a contrapartida financeira para deixar a assistência no serviço público e se dedicar, em tempo integral, ao ensino da medicina, o que também é verdade para o tempo parcial.

Na presente realidade, o curso de medicina deverá continuar a ter, no seu quadro de docentes e preceptores, contratados de forma temporária até completar o número de docentes efetivos previsto para as suas necessidades e aqueles com alta rotatividade semestrais ou intrasemestrais em acomodação ao mercado de trabalho local. Faz-se necessário que a UERN promova, de forma frequente, a abertura de Editais e oferta de vagas para contratação do docentes e profissionais de apoio até que se complete o quadro de recursos humanos efetivo mínimo necessários para o funcionamento do Curso. Os recursos humanos destinados ao funcionamento do curso de medicina ainda está subdimensionado frente as suas necessidades de pessoal efetivo e em parte continua funcionando com pessoal de contrato temporário, por razões descritas em outro momento. Afora o aspecto legal para provimento de cargos e funções no serviço público, isso tem garantido o padrão de qualidade pela maneira obstinada e altruísta como esses contratados efetivos e não efetivos em todos os níveis, cargos e funções tem desempenhado suas atividades laborais na Instituição. Consta neste PPC quadros com distribuição de todos os funcionários da FACS e DCB, efetivos ou não, inclusive. A seguir vem quadros com todos funcionários.

25.1 Docentes Efetivos do Departamento de Ciências Biomédicas

Nº	PROFESSOR(A)	C. H.	TITULAÇÃO	ESPECIALIDADE	DISCIPLINA
1	Afonso Henrique Medeiros de Mendonça	20h	Especialista	Cardiologista	Urgências Clínicas
2	Alfredo Passalacqua	20h	Especialista	Infectologista	Infectologia
3	Ana Cláudia de Oliveira	40h	Mestre	Nutricionista	Citologia e Organização Biomolecular / Nutrição e Saúde
4	Ana Maria de Lima Dantas	20h	Especialista	Cirurgiã Plástica	Semiologia Médica
5	Ana Paula Ferreira Luz	40h	Especialista	Reumatologista	Doenças Imunológicas do tecido Conjuntivo e das articulações
6	André Aleixo Pereira	20h	Especialista	Hematologista	Doenças

	Hipólito Dantas				Hematológicas e Linfopoiéticas
7	André Camurça de Almeida	40h	Especialista	Gastroenterologista	Doenças do Aparelho Digestivo
8	André Lima Batista	40h	Especialista	Neurocirurgião	Doenças Neurológicas
09	Andréa Taborda Ribas da Cunha	20h	Especialista	Saúde da Família	Administração Sanitária
10	Antônio Vicente Dias de Andrade	20h	Especialista	Ortopedista	Doenças Osteoarticulares
11	Áurea Christina de Lima Ferreira	20h	Especialista	Pediatra	Pediatria e Crescimento e Desenvolvimento
12	Caciluce da Paixão Alves de Oliveira	20h	Especialista	Infectologista	Infectologia
13	Carolina Vannucci V. Nogueira Diógenes	40h	Especialista	Proctologista	Doenças do Aparelho Digestivo
14	Caroline Addison Carvalho Xavier	D.E	Doutor	Farmacêutica	Farmacologia Básica
15	Cléber de Mesquita Andrade	40h	Especialista	Cardiologista	Doenças Cardiovasculares
16	Cristianny Cardoso de Souza	40h	Especialista	Ginecologista e Obstetra	Módulo Morfofuncional I e II
17	Diego Rosado de Miranda	20h	Especialista	Otorrinolaringologista	Otorrinolaringologia
18	Epaminondas de Medeiros Jácome	20h	Especialista	Mastologista	Ginecologia e Mastologia
19	Fabiano Rodrigues Maximino	20h	Especialista	Infectologista	Infectologia
20	Fausto Pierdoná Guzen	40h	Doutor	Farmacêutica	Módulo Morfofuncional I e II
21	Flávio Henrique Amaral Pires Veras	40h	Especialista	Cardiologista	Doenças Cardiovasculares
22	Francisco Canindé Câmara da S. Júnior	20h	Especialista	Ortopedista	Doenças Osteoarticulares
23	Francisco Deoclécio Damasceno Rocha	20h	Especialista	Reumatologista	Doenças Imunológicas do tecido Conjuntivo e das articulações
24	Francisco Xavier Dantas Lins	20h	Especialista	Gastroenterologista	Doenças do Aparelho Digestivo
25	Gilka Firmino Torres Barisic	40h	Especialista	Endocrinologista	Doenças Endócrinas
26	Gilmar Veríssimo Torres	20h	Especialista	Otorrinolaringologista	Otorrinolaringologia
27	Gustavo Helber Barbalho	40h	Especialista	Dermatologista	Doenças

	Barreto				Dermatológicas
28	Hougelles Simplício Gomes Pereira	40h	Doutor	Neurocirurgião	Doenças Neurológicas
29	Isabelle Cantídio Fernandes Diógenes	20h	Especialista	Ginecologista e Obstetra	Ginecologia e Mastologia
33	Ivan Brasil de Araújo Júnior	40h	Especialista	Cirurgião Oncologista	Urgências Traumáticas
31	Izete Soares da Silva Dantas Pereira	20h	Doutor	Assistente Social	Introdução à Metodologia Científica / Elaboração de Trabalho Científico
32	Janina Marinho Bezerra Oliveira Brasil	40h	Especialista	Pediatra	Pediatria e Crescimento e Desenvolvimento
33	Joana Rosa Costa Nogueira	40h	Mestre	Radiologista	Imagenologia
34	Jennifer do Vale e Silva	40h	Mestre	Enfermeiro	Epidemiologia I e II
35	Jerônimo Dix-Sept Rosado Maia Sobrinho	40h	Especialista	Pediatra	Pediatria e Crescimento e Desenvolvimento
36	João Batista de Souza	40h	Especialista	Psiquiatra	Noções de Ética e Bioética / Psiquiatria
37	José Edvan de Souza Júnior	40h	Especialista	Oftalmologista	Oftalmologia / Módulo Morfofuncional I e II
38	José Hélio Cabral Freire	20h	Especialista	Psiquiatra	Psiquiatria / Psicologia Médica
39	José Rodolfo Lopes de Paiva Cavalcanti	D.E	Mestre	Enfermeiro	Módulo Morfofuncional I e II
40	Laura Janne Lima Aragão	40h	Mestre	Pediatra	Doenças Respiratórias
41	Lenilson Marinho de Souza Filho	20h	Especialista	Anestesiologista	Farmacologia Aplicada I e II
42	Marcela Alves de Lima ABrantes	20h	Especialista	Anestesiologista	Anestesiologia
43	Marinaldo Horácio de Oliveira Medeiros	20h	Especialista	Cirurgião Cabeça e Pescoço	Medicina e Arte / Semiologia Médica
44	Osvani da Silva Góis Mendes	20h	Especialista	Ginecologista e Obstetra	Ginecologia e Mastologia
45	Patrícia Batista Barra M. Barbosa	40h	Mestre	Bacharel em Medicina Veterinária	Citologia e Organização Biomolecular
46	Patrícia Estela Giovannini	40h	Mestre	Bacharel em Ciências Biológicas	Microbiologia Médica / Imunologia
47	Patrícia Jovelina de Freitas	40h	Especialista	Endocrinologista	Doenças Endócrinas
48	Paula Vivianne Souza de Queiroz Moreira	D.E	Doutor	Bacharel em Medicina Veterinária	Citologia e Organização Biomolecular

49	Paulo Alfredo Simonetti Gomes	40h	Mestre	Pediatra	Pediatria e Crescimento e Desenvolvimento
50	Pedro Coelho Nogueira Diógenes	40h	Especialista	Cirurgião	Doenças Cardiovasculares / Urgências Traumáticas
51	Priscila Silvana Bertevello	40h	Mestre	Nutricionista	Módulo Morfofuncional I e II
52	Raimundo Rosendo de Oliveira	20h	Mestre	Cirurgião Vascular	Anatomia Topográfica e Descritiva
53	Regina Célia Fernandes Rufino	20h	Especialista	Pediatra	Pediatria e Crescimento e Desenvolvimento
54	Rejane Maria de Oliveira Holanda	20h	Especialista	Ginecologista e Obstetra	Ginecologia e Mastologia
55	Sheila Ferreira Maynarde	40h	Especialista	Gastroenterologista	Doenças do Aparelho Digestivo
56	Sonia Elizabeth López Carrillo	D.E	Doutor	Cirurgiã	Módulo Morfofuncional I e II
57	Starlynn Freire dos Santos	20h	Especialista	Neurocirurgião	Doenças Neurológicas
58	Stephan Barisic Júnior	40h	Especialista	Cardiologista	Doenças Cardiovasculares
59	Thales Allyrio Araújo de M. Fernandes	D.E	Mestre	Bacharel em Farmácia Bioquímica	Citologia e Organização Biomolecular
60	Wogelsanger Oliveira Pereira	D.E	Doutor	Bacharel em Farmácia Industrial	Citologia e organização Biomolecular
61	Yvis Gadelha Serra	20h	Especialista	Cirurgião Vascular	Urgências Traumáticas

20h (contrato de 20 horas); 40h (contrato de 40 horas) e DE (Dedicação Exclusiva)

25.1.1 . Funcionários Não Docentes, da Faculdade de Ciências da Saúde

Nº	Funcionário	C. H.	Titulação	Especialidade	Função	Situação
01	Allyssandra Maria Lima Rodrigues Maia	40h	Mestre	Biologia	Secretária Geral	Cedida
02	Andrea da Silva Cabral	40h	Nível Médio	-	Auxiliar de Serviços Diversos	Contratada
03	Antônio Ailton M. Benedito	40h	Nível Médio	-	Vigilante	Contratada

04	Antônia Evalúcia B. da Silva	40h	Graduação	Gestão Pública	Técnica de laboratório	Efetiva
05	Antônio Carlos de Oliveira	40h	Nível Médio	-	Vigilante	Contratado
06	Antônio Carlos de Medeiros	40h	Especialista	Farmácia	Técnico de laboratório	Efetivo
07	Bruno Tomaz Alves	40h	Nível Médio	-	Técnico de Nível Médio	Efetivo
08	Cosme Roque Magalhães	40h	Nível Médio		Vigilante	Efetivo
09	Danilo Freire Amorim	40h	Graduação	Engenharia de pesca	Técnico de Nível Superior	Efetivo
10	Dulce Cipriano Alves	40h	Especialista	Direito	Técnica de Nível Superior	Efetiva
11	Eduardo Felipe Filho	40h	Nível Médio	-	Vigilante	Contratado
12	Eli Gonçalves	40h	Nível Médio	-	Vigilante	Contratado
13	Elizabeth Azevedo S. Borges	40h	Nível Médio	-	Técnica especializada	Efetiva
14	Francisco de Assis F. Pinto	40h	Nível Médio	-	Vigilante	Contratado
15	Francisco Elineudo de Freitas Melo	40h	Especialista	Contabilidade	Subprefeito	Efetivo
16	Francisco Vicente Andrade Neto	40h	Mestre	Biomedicina	Técnico de laboratório	Efetivo
17	Francisca Lidiane Alves da Costa	40h	Nível Médio	-	Auxiliar de Serviços Diversos	Contratada
18	Ivanildo Carlos da Silva	40h	Nível Médio	-	Vigilante	Contratado
19	João Batista Gomes de Moraes	40h	Nível Médio	-	Vigilante	Contratado
20	João Vicente Segundo	40h	Nível Médio	-	Técnico de Nível Médio	Efetivo
21	Júlia Lorena Marques Gurgel	40h	Graduada	Engenharia de produção	Técnico de Nível Médio	Efetiva
22	Josefa Bento da Costa	40h	Graduada		Técnica de laboratório	Contratada
23	Luís Carlos de Aquino	40h	Graduado	Gestão Pública	Técnico de laboratório	Efetivo
24	Lucas Moreira Rosado	40h	Graduado	Direito	Técnico de Nível Médio	Efetivo
25	Manoel Edivan Xavier	40h	Nível Médio	-	Vigilante	Contratada
26	Maria Marília Leite Carlos	40h	Mestre	Veterinária	Técnica de laboratório /	Efetiva

					Secretária do DINTER	
27	Maria de Lourdes Linhares Sobrinha	40h	Graduada		Técnico de Nível Médio	Efetiva
28	Mary do Socorro Moura	40h	Graduada	Contabilidade	Secretária	Cedida
29	Manoel Andrade do Nascimento	40h	Nível Médio	-	Auxiliar de Serviços Diversos	Contratado
30	Maria Jocileide de Medeiros	40h	Mestre	Biologia	Técnica de laboratório	Contratada
31	Maria Açucena de S. Fernandes	40h	Graduada	Pedagogia	Auxiliar de Serviços Diversos	Contratada
32	Morgana Barroso da Silva	40h	Nível Médio	-	Auxiliar de Serviços Diversos	Contratada
	Ramiro Miranda Neto	40h	Nível Médio	-	Vigilante	Contratado
33	Rosana Gomes da Costa	40h	Nível Médio	-	Auxiliar de Serviços Diversos	Contratada
34	Samuel Gomes de Sousa	40h	Nível Médio	-	Auxiliar de Serviços Diversos	Contratado
35	Samuel Sales da Silva	40h	Especialista	Contabilidade	TNS	Efetivo
36	Valquíria Maria Santos da Silva	40h	Especialista	Pedagogia	Técnica Especializada em microscopia	Efetiva
37	Zaíra Nakala da Silva Câmara	40h	Especialista	Letras	Secretária do Departamento TNS	Efetiva

25.1.2 Corpo Docente de Contrato Temporário do Departamento de Ciências Biomédicas

Nº	Nome	CH	Titulação	Especialidade	Disciplina
01	Alexandre de Mendonça Arruda	20 h	Especialista	Ginecologista	Ginecologia e Obstetrícia
02	Aline Maria Cavalcante Gurgel	20 h	Especialista	Endocrinologista	Doenças Endócrinas
03	Antônio Lázaro de Medeiros	20 h	Especialista	Geriatra	Geriatria

04	Carlos André Nunes Jatobá	40 h	Doutor	Patologista	Patologia Geral
05	Dayane Pessoa de Araújo	40 h	Mestre	Enfermeira	Módulo Morfofuncional I e II
06	Diego Henrique Cunha da Silveira	20 h	Graduado	Medicina Geral	Saúde Comunitária
07	Elisabete Terezinha Santos	20 h	Especialista	Pediatra	Pediatria e Crescimento e Desenvolvimento
08	Emília Maria Trigueiro Morais de Paiva	40 h	Especialista	Proctologista	Correlação Anatomo Clínica II Seminários de Correlação Assessoria do Curso
09	Emmanuel Bezerra Diniz Rocha	20 h	Graduado	Cardiologista	Semiologia Médica Doenças Cardiovasculares
11	Francisco Diego Costa Dantas	20 h	Especialista	Cardiologista	Internato I (Clínica Médica área A)
12	Frederico Augusto Rodrigues Fernandes	20 h	Especialista	Cirurgião Plástico	Internato III (Clínica Médica área B)
13	Gisélia Ferreira de Moraes	20 h	Especialista	Pediatra	Pediatria e Crescimento e Desenvolvimento
14	Hallison Castro da Costa	20 h	Especialista	Urologista	Internato I (Clínica Médica área A)
15	Inavan Lopes da Silveira	20 h	Mestre	Ginecologista	Ginecologia e Obstetrícia
16	Iris Menezes da Silva	20 h	Especialista	Ginecologista	Ginecologia e Obstetrícia
17	Isabelle Ferreira de Bessa	20 h	Especialista	Ginecologista	Ginecologia e Obstetrícia
18	Isac Axel de Medeiros Nogueira	20 h	Especialista	Angiologista	Medicina Legal
19	Jandira Arlete Cunegundes de Freitas	20 h	Especialista	Medicina Geral	Internato II (Saúde Comunitária)

20	José Williams Rebouças	20 h	Especialista	Gastroenterologista	Internato I (Clínica Médica área A)
21	Keli Regina Duarte Holanda	20 h	Especialista	Oftalmologista	Oftalmologia
22	Lúcio Flávio da Silveira	20 h	Especialista	Oftalmologista	Oftalmologia
23	Maria Auxiliadora Carvalho da Rocha	40 h	Especialista	Patologista	Patologia Geral e dos Sistemas Assessoria do Curso
24	Pablo de Castro Santos	20 h	Graduado	Biólogo	Citologia e Organização Biomolecular
25	Patricia Antonieta Camacho Aramayo	20 h	Graduado	Reumatologista	Internato I (Clínica Médica área A)
26	Rafael Fernandes de Queiroz Neto	20 h	Graduado	Medicina Geral	Internato III (Clínica Médica área B)
27	Richardeson Fagner de Oliveira Grangeiro	20 h	Graduado	Enfermeiro	Epidemiologia II
28	Roberto Antônio de Paiva Luz	20 h	Especialista	Radiologista	Imagenologia
29	Sheila Moscoso Mendes	20 h	Especialista	Pediatra	Pediatria e Crescimento e Desenvolvimento
30	Tammy Rodrigues	20 h	Especialista	Saúde da Família	Internato III (Clínica Médica área B) Internato II (Saúde Comunitária)
31	Tiago Santiago	20h	Graduado	Medicina Geral	Internato I (Clínica Médica área A)
32	Thaís Pereira de Azevedo Maia de Medeiros	20 h	Graduado	Infectologista	Internato III (Clínica Médica área B)
33	Wedney Livanio de Sousa Santos	20 h	Graduado	Saúde da Família	Internato I (Clínica Médica área A)
34	Wilton da Silva Dias	20h	Especialista	Ginecologista e Obstetra	Ginecologia

25.1.3 – Docentes e Preceptores de contrato não efetivo (temporário) – para Estágio de Internatos I, II, III e IV

Nº	PROFESSORES	C. H.	SITUAÇÃO	TITULAÇÃO	DISCIPLINA
1	Eliezer Laurindo da Silva	20h	Preceptor	Especialista	Preceptoria Clínica Médica – Enfermarias HRTM
2	João Saldanha Duarte	20h	Preceptor	Especialista	Preceptoria da Clínica Cirúrgica
3	Paulo Roberto Nogueira Mendes	20h	Preceptor	Especialista	Preceptoria da Clínica Cirúrgica
4	Thiago Abrantes Barbosa	20h	Preceptor	Especialista	Preceptoria da Clínica Cirúrgica
5	Marcos Antônio Nogueira Mendes	20h	Preceptor	Especialista	Preceptoria da Clínica Cirúrgica
6	Inavan Lopes da Silveira	20h	Preceptor	Especialista	Preceptoria da Tocoginecologia
7	Manoel de Freitas Nobre	20h	Preceptor	Especialista	Preceptoria da Tocoginecologia
8	Isabelle Ferreira de Bessa	20h	Preceptor	Especialista	Preceptoria da Tocoginecologia
9	Glória Maria Barbosa	20h	Preceptor	Especialista	Preceptoria da Saúde Comunitária
10	Tammy Rodrigues	20h	Preceptor	Especialista	Preceptoria da Saúde Comunitária
11	Elisabete Terezinha Santos	20h	Preceptor	Especialista	Preceptoria da Pediatria e Crescimento e Desenvolvimento
12	Gisélia Ferreira de Moraes	20h	Preceptor	Especialista	Pediatria e Crescimento e Desenvolvimento
13	Gilvanda Peixoto Costa	20h	Preceptor	Especialista	Preceptoria na Infectologia
14	Adma Julieta Araujo Esteves	20h	Preceptor	Especialista	Preceptoria de Clínica Médica e Plantões no HRTM
15	José Giliano Carlos de Freitas	20h	Preceptor	Especialista	Preceptoria de Clínica Médica e Plantões na UPA

HRTM – Hospital Regional Dr. Tarcísio Maia; UPA – Unidade de Pronto Atendimento

25.2 Perfil do Corpo Docente

O corpo docente do Curso de Medicina da FACS apresenta um perfil para os docentes dedicados aos componentes curricular (disciplina) básicos e outro para os componentes curricular (disciplinas, estágios, práticas) profissionalizantes. Para o básico, o docente poderá ter formação na área da saúde e afins. Para o profissionalizante, obrigatoriamente, o docente e o preceptor terão que pertencer a área da medicina, preferencialmente com formação em nível de pós-graduação, “*lato sensu*” ou “*stricto sensu*”, na área específica de atuação e afins.

O corpo docente do Curso de Medicina, por contar com docentes e preceptores de contrato temporário, encontra-se em constante modificação, ampliado a cada semestre letivo de acordo com as necessidades de ensino, pesquisa e extensão. Há o contingente de docentes efetivo, todos concursados, mas há um contingente de professores e preceptores com contrato provisório (temporário) para que o curso não sofra solução de continuidade, motivado pela falta de candidatos inscritos ou aprovados às vagas ofertadas em editais para concursos públicos específicos.

26. PERFIL DO EGRESSO

O médico egresso da UERN terá uma formação humanista, generalista, reflexiva, crítica e estará apto para atuar na sociedade na qual será inserido como promotor da saúde. Será reconhecido como um profissional que possua: senso de responsabilidade social; consciência das suas limitações e dos seus deveres éticos; compromisso com a cidadania individual e coletiva; visão crítica da profissão e da sociedade; capacidade de exercer a atividade médica global, no sentido biopsicossocioambiental; capacidade para realizar ações de promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva; visão em saúde pública e epidemiologia; conhecimentos abrangentes de medicina nas áreas básicas e em urgência e emergência; formação médica holística na assistência ao enfermo; e cultura geral e visão humanística, para atuar em sociedade.

27. POLÍTICAS DA INSTITUIÇÃO E DO CURSO

O Curso de Medicina, enquanto um curso longo, com 9.690 horas e com múltiplas especificidades, segue as determinações institucionais específicas da UERN e busca observar as orientações da Associação Brasileira de Educação Médica (ABEM) e as determinações do MEC para o ensino de medicina, onde a linguagem usual em cursos de medicina nem sempre se adequa a nomenclatura usual da UERN e a compreensão do CONSEPE/UERN.

Todos os docentes do Curso de Medicina terão que desenvolver atividades de ensino na graduação, independente da sua titulação e de acordo com o seu Plano Individual de Trabalho (PIT) poderão complementar sua carga horária, além do ensino na graduação, em ensino na pós-graduação, no exercício de atividades de pesquisa e pós-graduação, em atividades de extensão e/ou em atividades administrativas.

28. POLITICA DE GESTÃO

28.1 Gestão Administrativa da UERN

Conforme a Resolução n.º 09/97-CONSUNI, de 09 de dezembro de 1997, a Universidade se estrutura em Unidades Universitárias, denominadas Faculdades, e em Departamentos a elas subordinados, aos quais compete a execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão e administração acadêmica, através do exercício de atribuições normativas, de supervisão e acompanhamento. As Faculdades são Unidades Universitárias de Administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, que desempenham, através de seus órgãos, funções deliberativas e executivas. Os órgãos da estrutura organizacional de cada Faculdade, são os seguintes: Conselho Acadêmico-Administrativo-CONSAD; Diretoria; Orientação de Cursos de Graduação; Secretaria Administrativa; Plenárias de Departamentos; Departamentos Acadêmicos; Seção de Expediente; Núcleos Acadêmicos de Pesquisa e Extensão.

A estrutura, as atribuições e o funcionamento das Unidades Universitárias, bem como de seus respectivos Departamentos, são definidos no Regimento Geral da UERN – RCG/UERN (2013).

28.1.1 Gestão Administrativa da FACS

O Diretor e o Vice-diretor da FACS são eleitos na forma do PPC da UERN e das Normas Complementares do Conselho Universitário. São nomeados pelo Reitor, para cumprir mandato de quatro anos, permitida uma recondução, observados os mesmos procedimentos estabelecidos para a eleição de Reitor.

28.1.2 Gestão Administrativa do DCB

Para o Curso de Medicina, o DCB, subordinado à FACS, é o órgão deliberativo e executivo de atividades didático-científica e administração no âmbito de sua atuação com suporte de recursos humanos, materiais e financeiros. A lotação do pessoal docente do Departamento é feita de acordo com a sua qualificação e experiência, com base na área de conhecimento, atendendo aos interesses do ensino, da pesquisa e da extensão. O chefe e o subchefe de Departamento serão eleitos entre os professores, com o mínimo de dois anos de efetivo exercício no Departamento, através de eleição, com sufrágio direto e secreto, pela plenária do Departamento. O chefe e o subchefe serão nomeados pelo Reitor e empossados pela plenária do Departamento, para cumprir mandato de dois anos, com direito a uma recondução de acordo com o que dispõem o Estatuto e o Regimento Geral da UERN e das normas complementares baixadas pelo Conselho Universitário. Cabe ao Chefe do Departamento presidir as reuniões do Colegiado.

28.1.3 Gestão Administrativa do Curso de Medicina

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Medicina, o Colegiado do Curso e o Conselho de Internatos são parceiros na gestão do curso de medicina da FACS junto ao CONSAD/FACS. O curso pertence ao Departamento Ciências Biomédicas e é subordinado ao seu chefe. O Curso de Medicina está inserido na FACS, em Mossoró. A

administração segue o PPC e o PDI da UERN.

28.1.4 Gestão Administrativa do Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Foi criado em 19 de abril de 2012 e oficializado em portaria de 26 de abril de 2012, atualizada em 11 de abril de 2013 como Portaria 003/2013- FACS, e para se adequar a nomenclatura usual da UERN sua portaria foi atualizada em setembro de 2013 como instância suplementar para assessoramento ao Colegiado do Curso de Medicina, com vistas a seguimento do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), atuando em conjunto com o Colegiado, a Coordenação do Curso e o Núcleo de Apoio Didático-Pedagógico (NADPED-FACS). Participa da elaboração e atualização da proposta e processo pedagógica local, garantindo a sua prática e mantendo o PPC atualizado. Está voltado para políticas de educação médica, assim como para as diretrizes políticas do ensino médico recomendadas pelo Ministério da Educação e pelo Conselho Federal de Medicina. É formado por médicos da cena educacional médica da FACS-UERN, nomeados pelo Diretor da Faculdade de Ciências da Saúde para mandato de dois anos, renovável automaticamente por mais dois anos e o Diretor da Faculdade de Ciências da Saúde, quando médico, é seu membro nato.

O NDE do Curso de Medicina tem como Coordenador um médico sendo este o Diretor da Faculdade de Ciências da Saúde quando médico, que convocará e presidirá suas reuniões conforme as necessidades do curso ou por solicitação de, no mínimo, dois membros do Núcleo. (vide Portaria nº 003/2013 – FACS/UERN e Diretrizes do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Medicina nos anexos como Resolução 003/2013 – FACS UERN. Quando o Diretor da FACS não for médico ocupará o cargo o médico que segue na ordem hierárquica: o Vice-Diretor da FACS, o Coordenador do Curso de Medicina, este que será obrigatoriamente médico.

Todos os docentes do Curso de Medicina terão que desenvolver atividades de ensino na graduação e de acordo com o seu Plano Individual de Trabalho (PIT) poderão complementar sua carga horária, além do ensino na graduação, em ensino na pós-graduação, no exercício de atividades de pesquisa e pós-graduação, em atividades de extensão e/ou em atividades administrativas.

28.2 Política de Capacitação de Recursos Humanos - UERN

A Direção da FACS e o DCB obedecem as normas de Capacitação Docente da UERN de acordo com a Resolução nº 45/2012-CONSEPE, que determina que os níveis de capacitação docente são: estágio pós-doutoral, curso de doutorado, curso de mestrado, curso de especialização e treinamento. A UERN não libera professor para curso de especialização.

O estágio pós-doutoral, destinado a professor doutor, visa à inserção de pesquisadores da UERN em grupos de pesquisa de comprovada excelência acadêmica de outras Instituições no País ou no exterior, para o desenvolvimento de atividades conjuntas, das quais resulte produção científica vinculada às linhas de pesquisa de filiação do professor.

O curso de doutorado visa à formação de pesquisador, condição desejável para o exercício das funções de docente universitário e de pesquisador.

O curso de mestrado, destinado a professor que possui título de graduação e/ou especialização, tem como objetivo fundamental a qualificação para o exercício docente.

O treinamento pretende atender, de maneira mais imediata, as necessidades de formação resultantes das exigências que a dinâmica da docência e da pesquisa coloca para o professor.

A liberação para a capacitação docente deverá atender aos aspectos contidos no Capítulo III, Art. 8º da Resolução nº 45/2012-CONSEPE-UERN.

O professor liberado deverá dedicar-se em tempo integral às atividades relacionadas com a capacitação, de acordo com o seu regime de trabalho na UERN.

A liberação para curso de doutorado estará condicionada à publicação, nos três últimos anos antes da liberação, de pelo menos uma produção científica, técnica ou cultural relevante segundo os critérios de pontuação para concessão de Bolsa de Produtividade em Pesquisa da UERN. Será considerada relevante a produção cujo valor numérico seja de no mínimo, 40 pontos.

O processo de liberação para a capacitação docente terá início no Departamento Acadêmico que encaminhará o processo à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação para apreciação técnica, em consonância com as presentes normas, no prazo de até 10(dez) dias úteis após a divulgação do resultado do processo seletivo do curso de pós-graduação pretendido pelo candidato. Após apreciação técnica, o processo de liberação será remetido ao Gabinete do Reitor para homologação e emissão de portaria específica. Os documentos necessários para a instrução estão contidos Resolução supracitada.

A liberação para a capacitação terá duração de: até 12(doze) meses para o estágio pós-doutoral, até 36 (trinta e seis) meses para o doutorado, até 24(vinte e quatro) meses para o mestrado e até 1(um) mês para o treinamento, podendo haver prorrogação do afastamento por até 6(seis) meses para o mestrado e por até 12(doze) meses para o doutorado, se for devidamente justificada pelo professor e referendada pelo orientador. Liberação de 6(seis) meses para Programa de Mestrado Interinstitucional (MINTER) ou para mestrado ofertado pela UERN; 12(doze) meses para Programa de Doutorado Interinstitucional (DINTER) ou para doutorado ofertado pela UERN.

Um novo afastamento para capacitação só poderá ser concedido a um mesmo professor depois de decorrido tempo superior ao do afastamento anterior, contado à partir da data de titulação, exceto para o professor em capacitação no nível de mestrado que receber recomendação do programa para ingresso no doutorado em cumprimento aos Capítulos III e VI da Resolução citada (nº 45/2012 – CONSEPE). No caso de pós-graduação vias MINTER, DINTER e cursos de pós-graduação *stricto sensu* ofertados pela UERN, o tempo de permanência no departamento de origem conforme trata o *caput* do artigo 26 da Resolução nº 45/2012-CONSEPE, será o dobro do período de liberação concedido.

Espera-se que o corpo docente seja ampliado, vez que ainda não se completou até o momento, a capacidade projetada de docentes e preceptores para o total funcionamento do Curso, previsto para 120(cento e vinte) docentes efetivos, estando o quadro ampliando-se e ou renovando-se em número de docentes provisórios e preceptores de estágio a cada semestre letivo, de acordo com as necessidades de ensino, pesquisa e extensão, distribuídos em docentes efetivos (concursados), docentes provisórios e preceptores de estágios também de forma provisória, em contratos temporários.

28.2.1. Oficinas de Capacitação Docente

As oficinas de capacitação oferecidas aos docentes no início do curso e em seus primeiros anos, de 2004 à 2006, teve abrangência e inserção de todos os docentes nos primeiros três anos de curso e foram aplicadas nas semanas pedagógicas que antecederam a abertura dos semestres supracitados. O conhecimento de práticas educativas no ensino-aprendizagem proporcionou aos docentes além das oficinas de capacitação didático-pedagógica, laboratório de práticas de ensino em medicina e em saúde, durante e após a fase de implantação do Curso de Medicina da UERN e nem sempre com adesão de todo o corpo

docente médico, nos anos subsequentes. Em anos posteriores, de 2008 à 2010, a PROEG/UERN disponibilizou docentes da área da educação que vinham periodicamente à FACS para oferecer treinamento e retirada de dúvidas nas práticas de ensino.

O Núcleo de Apoio em Pedagogia aponta para o constante aperfeiçoamento da dimensão pedagógica de docentes vinculados à educação médica, ao rendimento escolar e ao ajustamento das relações, principalmente a relação interpessoal dos docentes e dos discentes do Curso de Medicina, com vistas a mantê-los adaptados às características e tendências atuais do ensino. O Núcleo de Psicologia e de Ciências Sociais ainda não foi implantado.

28.3 Estado Atual da Capacitação Docente

A UERN-FACS tem incentivado seus docentes à capacitação “strictu sensu” e firmou convênio com a UFRN, em 2010, por meio do DINTER. Pelo Ofício N^o 52/2009 – Programa de Pós-graduação (PPg), a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) manifesta apoio ao Curso de Doutorado Interinstitucional em Ciências da Saúde (DINTER), ofertado a partir da cooperação acadêmica entre a UFRN, via Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde/UFRN/Natal como instituição promotora e a UERN como instituição receptora. O Curso é reconhecido pelo MEC/CNE e de acordo com o Edital DINTER UFRN/UERN, n^o 001/2010, datado de 05 de maio de 2010, a coordenação do PPGCSa publicou a relação dos candidatos aprovados para o Doutorado DINTER. Atualmente o Departamento de Ciências Biomédicas da FACS-UERN tem 11(onze) professores em capacitação assim distribuído: 1(um) professor cursando mestrado e 10(dez) professores cursando Doutorado, sendo 6 (seis) no DINTER Doutorado, 4(quatro) no Doutorado extra DINTER e 1 no mestrado extra-DINTER. Há uma preocupação por parte do curso em elevar mais essa qualificação de acordo com as normas vigentes da UERN.

29. POLÍTICAS DE EGRESSO

Todos os alunos egressos do Curso de Medicina da FACS-UERN encontram-se inseridos no mercado de trabalho, concursados ou em continuação de sua formação médica por meio de Residências Médicas de especialidades. Abaixo encontram-se identificadas as 03(três) primeiras turmas de médicos formados pela FACS-UERN:

Nº	EGRESSO – PRIMEIRA TURMA	ATIVIDADE ATUAL - LOCAL
1	Alcides de Oliveira Barros Filho.	Oftalmologia SUS/SP
2	Alex Soares de Souza.	Neurologia SUS/PE
3	André Corsino da Costa.	Neurocirurgia UFRN
4	Clicério Rebouças	Oftalmologia UFRN
5	Daniel Matias	Radiologia IMIP (PE)
6	Délio Henrique Vieira da Silva	Anestesiologia SUS-SP
7	Fábio Antônio Júnior	Clinica Médica UFBP
8	Francisco Isaias	Ortopedia – I J F/CE
9	Késsia Larissa	Clinica Médica - Hospital da PM (Natal)
10	Maria Zilda	Pediatria UFPB
11	Mychelle Araújo	GO UFRN
12	Nancy Barreto	GO Hosp. Geral César Cals (Fortaleza)
13	Natália Alves	Pediatria UFRN
14	Patricia Kelli	Pediatria UFRN
15	Ticiane Ramos	Dermatologia IMIP (PE)
16	Wladimir Melo	Neurocirurgia Hosp dos Servidores (RJ)
17	Wildemberg Francisco da Silva	GO Hosp. Geral Cesar Cals (CE).
18	Yuri Erick Dantas da Luz	Anestesiologia PSU - MG
19	Yanna Darly	Pediatria UFRN

Dos 24 egressos, 19 estão na Residência Médica (79,16%) e 5 estão inseridos no mercado de trabalho público estadual e municipal.

Nº	EGRESSO – SEGUNDA TURMA	ATIVIDADE ATUAL - LOCAL
1	Amora Maria Chaves Lucena	Clínica Médica UFRN
2	André Luís Nunes Avelino	Cirurgia Geral SUS/PE
4	Arinaldo de Sousa Almeida	Ortopedia – SUS/SP
5	Carlos Abdias Veras Reis	Clínica Médica – IMIP/PE
6	Carlos Antônio de Souza Nunes	
7	Diego Henrique Cunha da Silveira	GO - UFRN
8	Erismar Guilherme de Almeida Júnior	Cirurgia Geral SUS/SP (cursando)
9	Fabiano Dantas de Carvalho	Ortopedia
10	Francisco de Assis Júnior	Imagenologia no Hospital Israelita Albert Einstein.
11	João Rodrigues de Araújo Neto	Clínica Médica SUS PE.
12	José Nilson Gurgel Júnior -	Otorrinolaringologia SUS/SP
13	Max Breno Dutra Alves	Anestesiologia SUS-PE
14	Nilson Júnior	Otorrinolaringologia SUS-SP
15	Pedro Paulo Medeiros Araújo de Moura	Clínica Médica SUS/PE
16	Peterson Tiago Galvão	Medicina da Família UFRJ
17	Rafael Fernandes de Queiroz Neto -	Medicina da Família UERN
18	Rodrigo Philippe Alves de Assis Damasceno Oliveira	Anestesiologia SUS-PE

19	Rogério Alexandre Nogueira	
20	Thailane Irineu de Moraes	
21	Wicliffy Iracktan Cabral Machado	Anestesiologia - Natal

Dos 22 egressos, 17 estão na Residência Médica: 77,3% e 2 estão inseridos no mercado de trabalho público.

Nº	EGRESSO – TERCEIRA TURMA	ATIVIDADE ATUAL - LOCAL
1	Fábio Roberto Alves de Lima	Ortopedia – Hospital da Restauração/PE
2	Iogo Henrique de Oliveira Araújo	Neurologia – Hospital Salgado Filho/RJ
3	Jair Medeiros Bezerra Costa	GO - UFRN
4	Kisley Kreiter Bezerra Medeiros	GO - Ceará
5	Márcia Silva Moisés	Pediatria - UFRN
6	Maria Rachel Vieira Boaventura	GO - Ceará.
7	Sylvya Maria Apolinário	GO - Ceará.
8	Thelma Tatiana Gomes Xavier	GO - Ceará.
9	Tiago Santiago de Souza Lopes	GO - UFRN
10	Tibério Vanomark C. Bezerra	Ortopedia SUS-SP (Campo Limpo).

Dos 19 egressos, 10 estão em Residência Médica (52,63%) e os demais estão inseridos no mercado de trabalho público.

Apesar das dificuldades nos primeiros anos de contato com seus egressos, a FACS tem solicitado a todos que mantenham contato atualizados e comunicação frequente com a Instituição formadora para que se possa ter um acompanhamento dos seus locais de atividades e assim melhor definir uma política para educação continuada em futuro próximo. A explicitação das competências e das habilidades desenvolvidas, via a organização de um modelo pedagógico capaz de adaptar-se à dinâmica das demandas da sociedade, em que a graduação passa a constituir-se numa etapa de formação inicial, do contato com seus egressos é que se permite processo de desenvolvimento contínuo de educação permanente. Espera-se, a partir de 2015, quando alguns egressos já devem ter concluído suas residências médicas, que a FACS promova encontros de ex-alunos para que suas experiências sejam passadas aos alunos em graduação. Poderá ser viabilizado, via projetos futuros e de acordo com a demanda e necessidades da época, a configuração de eventos como jornadas e congressos em parceria com as sociedades organizadas da área, além de cursos de atualização. Dos 65(sessenta e cinco) egressos até 2012.2, correspondendo às 3 primeiras turmas de médicos formados pela UERN, 70,77% estão cursando, no momento, Residência Médica e 29,33% estão inseridos

no mercado de trabalho público.

29.1 PÓS-GRADUAÇÃO “*LATO SENSU*”

As pós-graduações “*lato sensu*” compreendem programas de especialização. As pós-graduações “*stricto sensu*” compreendem programas de mestrado e doutorado abertos a candidatos diplomados em cursos superiores de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino e ao edital de seleção dos alunos

29.1.1 Residência Médica

A Residência Médica é uma modalidade de ensino de pós-graduação “*lato sensu*” destinada a médicos, sob a forma de curso de especialização. Ela funciona em instituições de saúde, sob a orientação de profissionais médicos de elevada qualificação ética e profissional. É o que prevê o Decreto 80.281, de 5 de setembro de 1977, que a regulamenta.

Esses programas são credenciados e reconhecidos pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM). O grupo é composto pelos Ministérios da Saúde, da Educação (MEC) e da Previdência Social (MPAS), além de entidades médicas, como o CFM.

Quanto as pós-graduações da COREME temos 3 residências médicas. A de Medicina de Família e Comunidade aprovada pelo MEC e edital 8 de 2009 do Ministério da Saúde. Este edital foi do Pró-residência, programa conjunto MEC e MS que financia bolsas de residência médica em áreas prioritárias no interior do país. Temos também, através do mesmo edital, o matriciamento do programa por outro de excelência indicado pelo MS, que foi o da Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza/UFC. Nós também temos parceria formalizada com a prefeitura Municipal de Mossoró, conforme exigência do MS.

O programa vem ao encontro das diretrizes do MS de formação de áreas prioritárias no interior, e é de suma importância para a região, devido a extensa rede em Atenção Básica da região. O início do programa se deu em 2011, disponibilizando 9 vagas anualmente. Teremos em março duas turmas formadas, totalizando 7 residentes. A maioria dos mesmos são profissionais que já trabalhavam na rede e decidiram se capacitar. Temos também 2 egressos do curso de medicina e 2 residentes que se tornaram preceptores do curso nas áreas de Saúde Coletiva.

A residência de MFC ocorre nas mesmas unidades do internato de Saúde Comunitária e também recebemos alunos da graduação do segundo e sétimo períodos nas

atividades das disciplinas de Vivência na Comunidade e Administração Sanitária. Além disto, desenvolvem-se também em conjunto ações dos programas ministeriais do PET saúde e supervisão do PROVAB e apoio a especialização dos médicos do interior da região, com algumas aulas em conjunto com residentes e alunos do internato.

29.1.1.2 Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade

A FACS-UERN, em parceria com a Prefeitura de Mossoró criou em 2011 seu primeiro curso “*lato sensu*”, como Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade, com incentivo dos Ministérios da Educação e Ministério da Saúde, formando em 26 de abril de 2013 a sua primeira turma de médicos residentes, da Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade, com sede em Mossoró.

29.2 Pós-graduação “*stricto sensu*”

29.2.1 Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde (PPGSS) - Mestrado Acadêmico em Saúde e Sociedade

A Pós-Graduação nível mestrado, foi aprovado pela UERN, Resolução nº. 031/2011-CONSEPE, de 05 de outubro de 2011, e pelo Ofício 141-17/2011/CTC/CAAI/CGAA/DAV/CAPE, de 03 de novembro de 2011. O Curso de Mestrado em Saúde e Sociedade tem como objetivo formar pessoal qualificado nas diversas áreas da saúde e áreas afins, para as atividades assistenciais, de ensino e de pesquisa com objeto de estudo voltado para o campo da saúde. A duração do Mestrado é, no máximo, de 24 meses e mínimo de 18 meses. Para integralização do curso, exige-se do aluno o cumprimento de 30 créditos, sendo 19 créditos em disciplinas obrigatórias, 04 créditos em disciplinas não obrigatórias e 07 créditos na elaboração da Dissertação.

As inscrições e seleção ocorrem anualmente, sendo que o candidato deve escolher uma linha de pesquisa compatível com sua afinidade de estudo.

30 POLITICA DE AVALIAÇÃO

30.1 Política de Avaliação Institucional

A Avaliação Institucional, no curso de medicina, será desenvolvida em consonância com o Programa de Avaliação Institucional – PROAVI, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, implantado em 2004. A proposta do PROAVI foi construída com base nas diretrizes estabelecidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, Lei N.º 10.861/04, ou mais especificamente, nas orientações contidas nestes documentos: “Diretrizes para Avaliação das Instituições de Educação Superior” e “Roteiro de Auto Avaliação Institucional”. A isto, somaram-se as experiências, na área de avaliação institucional, desenvolvidas na instituição, desde 1996, e foram norteadas pela proposta do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB.

O Programa de Avaliação Institucional da UERN dispõe de uma estrutura composta por uma Assessoria de Avaliação Institucional, uma Comissão Própria de Avaliação – CPA e por Comissões Setoriais de Avaliação – COSEs.

Comissão Setorial de Avaliação (COSE-FACS) é uma Comissão Setorial criada pela Portaria nº 001/2013 – FACS-UERN, que recentemente passou por uma reestruturação interna sendo atualizados os membros da Comissão, mas permanece, enquanto membros natos, o Diretor e Coordenador do Curso de Medicina; um representante docente; a secretária do Curso e dois representantes discentes.

O PROAVI tem como objetivo “estabelecer um processo contínuo e permanente de análise e de reflexão do papel ético, sociopolítico e pedagógico da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), tendo em vista a revisão e o aperfeiçoamento do seu Projeto Pedagógico Institucional e, como parâmetro de referência, o seu Plano de Desenvolvimento Institucional.”

Trata-se, pois, de um programa de caráter permanente que contribui para o aperfeiçoamento da Instituição, nisto de subsidiar-lhe o planejamento estratégico e de impulsionar as mudanças necessárias no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão, a fim de promover a melhoria da qualidade acadêmica, o que significa assegurar, à Instituição, o cumprimento da missão e da responsabilidade social, que lhe cabe.

O programa PROAVI fundamenta-se nos seguintes princípios norteadores:

1. Participação - crítico-reflexiva, voluntária e comprometida, de todos os segmentos da comunidade universitária e de representantes da sociedade civil, que devem ser permanentemente sensibilizados e conscientizados da importância de adesão e de participação no Programa.
2. Transparência - garantida por um processo dialógico e interativo que se utiliza dos procedimentos quantitativos e qualitativos, com vistas à qualidade.
3. Legitimidade – pois, como instrumento de ação pública, de correção de rumos na garantia da qualidade do objeto avaliado, deve ter o respaldo das instâncias superiores da Universidade.
4. Integração - da Universidade ao contexto em que se encontra inserida, com base em uma postura crítica e socialmente comprometida.
5. Flexibilidade - porque leva em conta o respeito à identidade institucional expressa no seu Plano de Desenvolvimento Institucional e nos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação e de pós-graduação.
6. Globalidade - já que se trata de uma proposta multidimensional (gestão acadêmica e administrativa), além da integração de esforços, metodologias e experiências.
7. Credibilidade - pois além da avaliação interna será referendado pela avaliação externa, com resultados homologados pelos conselhos superiores e pelo Conselho Estadual de Educação.

O PROAVI estabelece que a avaliação institucional é constituída de três momentos: i) avaliação interna; ii) avaliação externa; iii) reavaliação ou avaliação do processo, as quais deverão funcionar de maneira articulada, como partes do mesmo processo, logo sob a orientação dos mesmos princípios e propósitos, ressalvada a autonomia de julgamento conferida aos avaliadores externos.

A avaliação interna do curso de medicina será conduzida pela COSE-FACS com a participação da comunidade acadêmica que é constituída pelo corpo docente, pelo corpo discente e pelo corpo técnico-administrativo, podendo, ainda, envolver membros da comunidade externa, convidados ou designados.

O processo de Avaliação da Docência por Disciplinas semestrais em curso, realizadas por docentes e discentes e iniciado em 2012, em 2013 passou a ser feita por via eletrônica envolvendo a Direção da FACS, a Chefia de Departamento, a Coordenação

Pedagógica de Curso de Medicina sob a Coordenação da Comissão Setorial de Avaliação – COSE-FACS.

O objetivo das avaliações é identificar as potencialidades e fragilidades existentes no curso de medicina, no que funcionarão documentos norteadores, quais sejam o Projeto Pedagógico do Curso – PPC e o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Essa etapa englobará as seguintes dimensões: i) a organização didático pedagógica; ii) o corpo docente, discente e o técnico-administrativo; iii) as instalações físicas.

Os resultados buscam a melhoria da qualidade, juntamente com o aprimoramento institucional e também subsidiam o processo da renovação de reconhecimento do curso pelo Conselho Estadual de Educação. As etapas do processo de avaliação institucional são interdependentes, porém complementares, de maneira que toda a unidade avaliada tenha um ciclo que se inicia com a etapa da sensibilização, seguida das etapas de diagnóstico, de avaliação interna e externa, culminando com a consolidação dos resultados e a avaliação do processo.

A avaliação interna está entre as etapas mais importante do referido processo, visto que, a partir do trabalho de análise e interpretação de um conjunto de dados quantitativos e qualitativos, devidamente organizados e inter-relacionados, ter-se-á a visão diagnóstica atualizada do curso, o conhecimento da realidade, deste, como o que é e o que deseja ser, como se constitui e se organiza, o que de fato realiza no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão. Enquanto mais, pode-se verificar, positivamente, a coerência entre o PPC e a execução deste. Os documentos produzidos nessa etapa também subsidiarão a etapa de avaliação externa e serão disponibilizados para a Comissão de Renovação de Reconhecimento do Curso.

Os resultados permitem identificar as práticas exitosas, as potencialidades, como também a causa dos possíveis problemas existentes e as fragilidades do curso. Do modo que se conclui, a avaliação interna deverá suscitar as mudanças que se tornaram necessárias ao aperfeiçoamento do curso, primando-se porém, pela qualidade acadêmica e levando-se em consideração os desafios e as necessidades postas pela sociedade, relativas ao médico em formação.

Com relação aos procedimentos metodológicos e a critérios, serão utilizados diversos instrumentos e indicadores, considerados o objeto avaliado e as diferentes dimensões e etapas do processo avaliativo. Esses procedimentos serão conduzidos de forma articulada,

tanto na abordagem quantitativa quanto na abordagem qualitativa, segundo o elo estabelecidos entre as três dimensões avaliadas, e de tal modo que se possa obter uma visão global do curso. O atual processo de Avaliação Institucional iniciado em 2012 deverá ser disponibilizado para Comissão de Técnicos do Conselho Estadual de Educação, quando da próxima visita para renovação de reconhecimento do curso de medicina, prevista para até 07 de maio de 2014, quando se completará três anos da visita destes especialistas que determinaram três anos de validade para o reconhecimento anterior.

30.2 Política de Avaliação do Projeto Pedagógico Do Curso

A Avaliação do Projeto Político de Curso tem a finalidade de atender aos Princípios Norteadores e as Diretrizes Curriculares nele contido, consoante com o perfil do médico que desejamos formar na UERN. Considerando a flexibilidade impressa ao Projeto, a avaliação se fará semestralmente com discussões no âmbito acadêmico, análise e encaminhamento de sugestões de melhoria do processo, o que possibilitará os ajustes necessários, visando ação transformadora desde o momento de sua implantação Institucional. A Comissão de Currículo/NDE do Curso de Medicina, criada desde 2012 mantêm-se atendo às recomendações emanadas do MEC, da ABEM e da UERN a fim de tornar o PPC atualizado e funcionaste.

A Avaliação do PPC não impedirá as modificações, com a condição de que:

- não atinja a concepção fundamental das necessidades da aprendizagem;
- não transforme a natureza do Projeto Pedagógico do Curso de Medicina para além do que se deseja formar.

Serão tidos como critérios para a transformação pretendida:

- ✓ evidência de aquisição de competências requeridas no perfil do médico desejado;
- ✓ aplicação de práticas inovadoras adotadas pelos docentes;
- ✓ emprego de práticas pedagógicas que mostrem compromisso com o objetivo do Projeto;
- ✓ análise do desempenho acadêmico mostrando que há necessidade de ajustes, considerando que o Projeto Pedagógico de Curso é um processo continuamente inacabado, por ser dinâmico o saber médico.

Avaliado pelo Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Norte (CEE) em 2010, o Curso foi reconhecido por 03(três) anos quando assinado e homologado em 06 de maio de 2011 pela Governadora Rosalba Ciarlini Rosado e publicado como Decreto nº 22.232/2011 no Diário Oficial da União do Estado, em 07 de maio de 2011. O reconhecimento foi validado por 3(três) anos e o Relatório de Visita da CEE aponta recomendações a cumprir até a data da revalidação de reconhecimento, em maio de 2014. A partir da emissão destes documentos, começou-se a pensar, dentro da realidade imposta pelo governo do RN, modos de melhor adequar o Curso de Medicina às exigências do CEE e assim foi criada a Comissão Curricular/NDE do Curso de Medicina para orientar as adequações e atualizar o PPC, de forma a manter a qualidade do ensino médico da UERN.

Desde a criação do curso de medicina em 2004, e diante de todas as dificuldades apresentadas durante a sua implantação, com foco na qualidade do curso e para que os médicos por ele formados estivessem comprometidos e habilitados para o mercado de trabalho principalmente no SUS, o conjunto de esforços administrativos, de recursos humanos e dos próprios alunos muito contribuíram e contribuem para forma exitosa com que o curso vem se caracterizando. Com foco na formação para o mercado de trabalho regional e loco-regional, somam-se elogios aos alunos por onde passam como estagiários, fruto da qualidade do conhecimento nas atividades práticas desempenhadas nos serviços de saúde, do compromisso com os pacientes e do respeito para com os funcionários inseridos nos diversos cenários de ensino-aprendizagem em Mossoró e em Natal. Isso permitiu que os egressos das turmas iniciais fossem logo inseridos no mercado de trabalho local e loco-regional, o que vem se continuando com os egressos subsequentes.

Das duas primeiras turmas de médicos, todos estão inseridos no mercado de trabalho do SUS, alguns efetivados por concurso público seja municipal ou estadual ou estão em treinamento em serviços na pós-graduação “lato sensu”, na forma de Residências Médicas de especialidades, dentro e fora do Rio Grande do Norte, em serviços de excelência. Inserido em Residências Médicas: 79,16% de egressos da primeira turma; 77,3% de egressos da segunda turma e 52,63% de egressos da terceira turma. Portanto, dos 65(sessenta e cinco) egressos, 46(quarenta e seis) estão cursando Residências Médicas, o que corresponde a 70,77% das 03(três) primeiras turmas formadas pela UERN. Demais egressos estão inseridos no mercado de trabalho estadual efetivados por concurso ou mercado de trabalho municipal, em Mossoró ou em seus municípios de origem. Alguns egressos estão inseridos no Programa Estratégia de Saúde da Família no Rio Grande do Norte e no Ceará e pretendem cursar

Residência Médica. A presença de todos os egressos em serviços de Residência Médica do MEC e MS e a inserção no mercado de trabalho do SUS, por si justifica a criação e permanência em funcionamento do Curso de Medicina da UERN.

30.3 Política de Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem

A avaliação do rendimento escolar dos alunos de medicina da FACS obedece Resoluções a partir da 11/93-CONSUNI, e as subsequentes, que determina que este rendimento é verificado ao final de cada período letivo, individualmente e por componente curricular, abrangendo os aspectos de assiduidade e aproveitamento, ambos eliminatórios por si mesmos.

Em cada componente curricular são realizadas 03(três) avaliações parciais por cada período letivo, a intervalos previamente programados, as quais devem expressar o resultado da verificação do aproveitamento realizado em cada intervalo, exceto para os componentes curricular de 02(dois) créditos, para os quais são realizadas 02(duas) avaliações parciais em cada período letivo.

Na elaboração da avaliação escrita integrada de Módulos Morfofuncional I e II devem ser considerado os percentuais de conteúdos específicos na distribuição interna de questões, em acordo com a distribuição da carga horária dos seus conteúdos específicos, tendo como exemplo percentuais de 40%, 30%, 20% e 10% conforme a proporcionalidade dos conteúdo específico ministrados (ex.: Anatomia, Fisiologia, Histologia e Embriologia), assim como manter a proporcionalidade da soma de pontos na distribuição das questões.

É aprovado por média no componente curricular (disciplina), o aluno que obtenha média ponderada nas 03(três) avaliações parciais, iguais ou superior a 7,0, tendo as avaliações parciais respectivamente pesos 4, 5 e 6.

É reprovado no componente curricular (disciplina), o aluno que obtenha média parcial menor que 4,0 ou menor que 6,0 após o exame final e ainda aquele que deixar de comparecer a mais de 25% do total de aulas ministradas por componente curricular, durante cada período letivo, vedado abono de faltas e observados os casos previstos em Lei (LDB).

Impedido de participar de qualquer avaliação, pode o aluno requerer ao Diretor da FACS ou Chefe do Departamento outra avaliação, desde que dê entrada no requerimento no prazo de 03(três) dias úteis à partir do dia que foi realizada a avaliação da qual não

participou. Em caso de deferimento deverá o aluno realizar a prova no prazo máximo de 08(oito) dias úteis, a partir da data de publicação do resultado. Ao aluno que não participar da avaliação e não tenha requerido outra oportunidade, é atribuída nota zero.

É garantido ao aluno o direito de vista à prova ou trabalho realizado, depois de corrigidos pelo professor, quando de sua análise em classe ou quando requerida à Secretaria da FACS.

É obrigatória a divulgação pelo professor do componente curricular, dos resultados de cada avaliação no prazo máximo de 08(oito) dias úteis, contado este prazo da data de aplicação da última avaliação.

Ao aluno é permitido pedir revisão dos resultados de qualquer das avaliações; o pedido, dirigido ao Chefe de Departamento, será feito por escrito, contendo o motivo da insatisfação. Deverá ser constituída uma banca examinadora com 03(três) professores para dar o parecer. Da decisão da banca examinadora caberá recurso para o Conselho Departamental.

Nos estágio (Internatos) não será aprovado o interno que apresentar frequência inferior a 90% das atividades previstas, bem como nota inferior a 7.0(sete) em cada área do rodízio, individualmente e na média final.

30.4 ENADE

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), que integra o SINAES, tem o objetivo de aferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências. O ENADE é realizado por amostragem e a participação no Exame constará no histórico escolar do estudante ou, quando for o caso, sua dispensa pelo MEC. . Em 2010 o Curso de Medicina da UERN foi submetido ao ENADE, recebendo conceito faixa 5 e CPC 3, ficando referendado entre as boas escolas públicas de medicina do Nordeste, cujo resultado completo segue abaixo:

ENADE – UERN, Curso de Medicina, ano 2010.

Ano Enade - ANO 2010	Código da IES 71
Ano Enade	2010
Código da IES	UERN
Código da Área	12
Curso	Medicina

Código da UF	24
UF	RN
Código do Município	240100108003
Município	Mossoró
Categoria Administrativa	Pública
Organização Acadêmica	Universidades
Número de Cursos na Unidade de Cálculo	1
Número de Concluintes Inscritos	24
Número de Participantes Concluintes	24
Média FG_Conc	67,6667
Média CE_Conc	65,6917
Nota Enade Concluintes	4,2217
Conceito Enade Faixa	5
Número de Ingressantes Inscritos	24
Número de Participantes Ingressantes	23
Média FG_Ing	67,7826
Média CE_Ing	47,9609
Nota Enade Ingressantes	4,8502
Nota IDD	2,3827
Número de alunos que responderam a pergunta sobre infraestrutura	42
Proporção que avalia que os equipamentos disponíveis são suficientes (resp. A/B)	0,8333
Nota_infra	4,0952
Número de alunos que responderam a pergunta sobre plano de ensino	42
Proporção que avalia bem o plano de ensino (resp. A)	0,5952
Nota_pedag	2,8750
Número de docentes	80
Proporção de Docentes no Mínimo Mestres	0,2500
Nota_mestre	1,0526
Proporção de Docentes no mínimo Doutores	0,0875
Nota_doutor	0,4682
Proporção de Docentes Regime Parcial/Integral	1,0000
Nota_regime	5,0000
CPC contínuo	2,8204
CPC faixa	3

31. POLÍTICA DE ARTICULAÇÃO ENSINO-SERVIÇO

A FACS-UERN, em Mossoró, utiliza-se dos serviços ambulatoriais e hospitalares primordialmente instalados no Município de Mossoró, mediante convênios

firmados com a Secretaria de Saúde do Estado (SESAP) e com a Prefeitura de Mossoró. No Hospital Dr. Tarcísio Maia são disponibilizadas enfermarias específicas para o atendimento ao curso de medicina. Todo conjunto de serviços de saúde do Município de Mossoró faz parte da abrangência do curso, com foco na Atenção Básica, tendo como contrapartida no ensino-serviço, o acolhimento, o atendimento a população referenciada, visando a melhoria da qualidade dos serviços de saúde prestado à população do oeste potiguar. Em 2011 a Residência Médica em Saúde da Família e Comunidade passou a funcionar em parceria FACS/UERN e Prefeitura de Mossoró, com formatura da primeira turma de médicos residentes prevista para 26 de abril de 2013.

32. POLÍTICA DE ESTÁGIO (Internatos)

Os internatos são o estágio curricular do Curso de Medicina, de caráter obrigatório, realizado em regime de tempo integral, no qual o discente tem a oportunidade de aprofundar-se nas tarefas práticas específicas do âmbito da sua profissão. O objetivo fundamental do internato é proporcionar ao graduando, o treinamento e o exercício profissional em situação real, sob supervisão médica, sendo este denominado Supervisor Didático Pedagógico e sua indicação é aprovada pela Coordenação Geral do Internato. Quando o Estágio Curricular for realizado fora do âmbito da UERN, o Supervisor Didático Pedagógico deverá articular-se com um profissional da Instituição de Saúde que está recebendo o aluno, denominado Supervisor de Campo, que corresponde ao preceptor. A oferta de matrícula para o estágio curricular na forma de Internato, no momento semestral, deveria ser anual compreendendo 2(dois) rodízios de Internatos, sem pré-requisitos entre si e sem ordem sequencial numérica dos Internatos I, II, III e IV, acompanhadas de suas co-requisitos: Atividades do SUS I, II, III e IV.

Os Estágios de Internatos serão cumpridos em sistema de rodízio nas cinco áreas do conhecimento médico: Clínica Médica (Internato II e III), Clínica Cirúrgica (Internato I e II), Pediatria (Internato IV), Tocoginecologia (Internato III e IV) e Saúde Coletiva (Internato I).

O estudante só poderá iniciar o Internato após obter aprovação em todas as disciplinas dos Ciclos Básico e Profissionalizante, perfazendo o total de créditos do Currículo Pleno pertinente a esses dois ciclos e ainda ter apresentado o Trabalho de Conclusão de Curso exigido, no 7º período do curso.

Um estágio optativo e extracurricular poderá ser referenciado pelo colegiado do Curso e ter supervisão conforme demanda o Regimento Interno do Curso de Medicina da UERN, possível pelas especificidades do curso mas ainda não contemplado no RCG/UERN (2013).

É vedado ao aluno regularmente matriculado nos Internatos, o exercício de atividades de ensino em quaisquer das formas de monitoria, mas permite-se atividades de pesquisa, extensão e do Programa Especial de Treinamento (PET), quando institucionalizados e exercício de atividades fora dos turnos matutino e vespertino, destinados, em tempo integral, aos Internatos.

33. POLÍTICA DE EXTENSÃO

A Pró-Reitoria de Extensão da UERN (PROEX) tem implementado as suas ações fundamentadas nos balizamentos traçados no Plano Nacional de Extensão, elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, que “reflete o compromisso da universidade com a transformação da sociedade brasileira em direção à justiça, à sociedade e à democracia”. Para a efetivação desses pressupostos os órgãos colegiados definiram normas que regulamentam o desenvolvimento de ações, expressas nas Resoluções do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE.

33.1 Extensão Universitária da UERN

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade, consolidando compromissos e parcerias mútuas através de uma prática de intervenção social, objetivando a produção do saber transformador e formador, construtor da cidadania e da consciência crítica. Para o Curso de Medicina, as prestações de serviços institucionais são realizadas nos ambulatórios, atividades em hospitais, clínicas, laboratórios e ações em saúde. O encaminhamento de processos das ações extensionistas, tanto as propostas quanto os correspondentes relatórios são emitidos em formulários eletrônico sendo importante ressaltar que as ações e comandos executados nos formulários: abertura, preenchimento, modificações, salvamento e envio, são realizadas em área restrita,

com acesso mediante senha proporcionada pelo usuário e determinada por ele no ato do cadastramento, no endereço eletrônico do Sistema de Informação e Gestão de Projetos da PROEX/UERN - PROEX - sigproj: <http://lordi.uern.br/sigproj/index.php?goTo=editais>.

33.1.2 Ações de Extensão Universitária

São Ações de Extensão Universitária da UERN:

- a) os Programas caracterizados como um conjunto de projetos de natureza orgânico-institucional, com clareza de diretrizes e voltados a um objetivo comum;
- b) os Projetos que desenvolvam ações processuais contínuas, de caráter educativo, social, cultural, científico e tecnológico;
- c) os Cursos de Extensão caracterizados como um conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou a distância, planejadas e organizadas de maneira sistemática, com carga horária definida e processo de avaliação formal, podendo ser classificados em cursos de iniciação, curso de atualização, curso de aperfeiçoamento e cursos de capacitação e/ou qualificação profissional;
- d) os Eventos de ações de interesse técnico, social, científico, esportivo e artístico, constituem-se de assembleia, campanha de difusão cultural, campeonato, ciclo de estudo, circuito, colóquio, concerto, conclave, conferência, congresso, debate, encontro, escola de férias, espetáculo, exibição pública, exposição, feira, festival, fórum, jornada, lançamento de publicações e produtos, mesa redonda, mostra, olimpíada, palestra, recital, reunião, semana de estudos, seminário, show, simpósio, torneio e outros;
- e) as Prestações de Serviços realizadas através de trabalho oferecidos ou contratados por terceiros (pessoa física ou jurídica), incluindo assessorias, consultorias, cooperação interinstitucional e ainda as prestações de serviços institucionais realizadas pelos hospitais, clínicas e laboratórios, centro de psicologia, museus, núcleos e acervos universitários, dentre outros, seja de caráter permanente ou eventual. Quando a prestação de serviço for oferecida como curso ou projeto de extensão deve ser registrada como tal; e
- f) as Produções e Publicações resultantes das ações de ensino, pesquisa e extensão, tais como: livros, cartilhas, vídeos, filmes, softs, cds,dvds, cassetes e outros.

33.1.3 Atividade Curricular em Comunidade (ACC)

A Atividade Curricular em Comunidade (ACC) busca efetivar conclusões dos debates sobre flexibilização curricular, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, reformulação de projetos pedagógicos. A UERN, através do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – Resolução Nº 027/2004 - CONSEPE, criou a Atividade Curricular em Comunidade – ACC, como componente curricular não obrigatório dos currículos dos cursos de graduação desta Universidade, que se constitui em um processo educativo, cultural e científico, em que alunos e professores, em parceria com grupos comunitários, desenvolvem experiências de extensão, promovendo o intercâmbio, a reelaboração e a produção de conhecimento sobre a realidade e sobre alternativas de transformação, com os objetivos de:

- ✓ intensificar o contato da Universidade com as demais instituições da sociedade, contribuindo para o cumprimento do seu compromisso social;
- ✓ fortalecer a indissociabilidade entre as funções essenciais da Universidade;
- ✓ contribuir para a melhoria da qualidade dos cursos de graduação e das atividades de pesquisa e extensão;
- ✓ contribuir para a formação ética do profissional;
- ✓ propiciar a construção de novos objetos de investigação em contextos externos ao meio ambiente;
- ✓ favorecer o desenvolvimento de uma atitude tanto questionada como proativa diante dos desafios e limites impostos pela realidade social;
- ✓ promover maior aproximação entre os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação e a realidade social.

33.1.4 Projetos de Extensão da FACS

Indicamos os títulos dos Projetos de Extensão da FACS nos anos 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 2012 e 2013, pois acrescentaremos em anexo o detalhamento de cada Projeto em desenvolvimento.

ANO 2007 - contemplado com 1 Projeto de Extensão:

1. Orientação Genética e Diagnóstico laboratorial da deficiência da Glicose-6-fosfato desidrogenase em doadores de sangue da cidade de Mossoró.

ANO 2008 - contemplado com 7 Projetos de Extensão:

1. Atendimento Pré-Hospitalar.
2. Dinâmica de Distribuição da Dengue no Município de Mossoró-RN.
3. Orientação Genética e Diagnóstico Laboratorial da Deficiência da Deficiência de Glicose-6-Fosfato Desidrogenase em Doadores de Sangue da Cidade de Mossoró-RN.
4. Orientação Genética e Diagnóstico Laboratorial da Deficiência da G Glicose-6-Fosfato Desidrogenase em Doadores de Sangue da Cidade de Mossoró-RN – Parte II.
5. Doenças Infecciosas e o Sistema Imunológico: Uma Abordagem Clínica e Diagnóstica.
6. I Encontro Mossoroense sobre Hepatites Virais.
7. Aspectos Nutricionais na Atividade Física de Academia e Esportes Competitivos.

ANO 2009 - contemplado com 6 Projetos de Extensão:

1. Orientação Genética e Diagnóstico Laboratorial da Deficiência da Glicose-6-Fosfato Desidrogenase em Doadores de Sangue da Cidade de Mossoró-RN parte II.
2. Diagnóstico Laboratorial do Traço Falciforme em Doadores de Sangue da Cidade de Mossoró-RN.
3. Programa de Acompanhamento de Funcionários Hipertensos e Diabéticos da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.
4. Avaliação e Orientação Nutricional de Obesos Participantes do Programa Mais Saúde.
5. Saúde na Escola.
6. Urgências e Emergências Atendimento Pré-hospitalar II.

ANO 2010 - contemplado com 7 Projetos de Extensão:

1. Aspectos nutricionais no esporte e Atividade Física de Academia
2. Nucléolo do Estudo do Fígado
3. Anatomia Artística e o ensino do Sistema Esquelético
4. Saúde na Escola
5. Avaliação do conhecimento dos Professores das Escolas Públicas de Mossoró sobre as principais parasitoses
6. II Encontro Mossoroense de Hepatites Virais
7. Doe Vida

ANO 2011 - contemplado com 6 Projetos de Extensão:

1. Grupo de Informação, educação em saúde e cidadania para promoção em saúde, prevenção de doenças transmissíveis e divulgação do programa nacional de imunizações/PNI – GIESC
2. Curso: Noções de Imagenologia aplicada à clínica
3. II Simpósio Mossoroense de Saúde Coletiva
4. Ambulatório de doença de Chagas da UERN – ADOC UERN
5. Curso de Atualização em vacinas
6. Núcleo do Estudo do Fígado

ANO 2012 - contemplado com 5 Projetos de Extensão:

1. Estágio Voluntário supervisionado em ginecologia/obstetrícia no Hospital da Mulher Parteira Maria Correia/Mossoró-RN
2. Núcleo de Extensão em Pediatria - NEPED
3. Ação Extensionista em Saúde para pacientes com Doenças Reumatológicas
4. I Curso multidisciplinar em urgência e emergência
5. Grupo de Informação, Educação em saúde e cidadania – GIESC

ANO 2013 – contemplados com 8 Projetos de Extensão, alguns com vigência 2014 e 2015.

1. Programa de Promoção, Assistência e Educação em Saúde do Semi-árido Potiguar - PAESSP/UERN
2. Projeto de Extensão em Ginecologia - DSTs/AIDS
3. Grupo de Informação, Educação em Saúde e Cidadania – GIESC
4. Núcleo do Estudo do Fígado
5. Ambulatório de Doença de Chagas da UERN - ADOC UERN
6. III Simpósio Mossoroense de Saúde Coletiva, 2013
7. A Dor como 5º Sinal Vital: uma abordagem multidisciplinar
8. Projeto de Extensão em Pediatria

34. POLITICA DE PESQUISA

A Comissão Permanente de Pesquisa (CPP) da UERN é uma instância colegiada multidisciplinar, constituída pelo Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Chefe do Departamento de Pesquisa e representantes de cada unidade de ensino da Universidade. A CPP competirá, entre outras funções decorrentes de sua condição:

- ✓ Assessorar os Pró-Reitores, os diretores de Departamento e aos Colegiados Superiores da Universidade em questões relacionada com as atividades de Pesquisa.
- ✓ Emitir parecer sobre Projetos de Pesquisa oriundos dos Departamentos da Universidade.
- ✓ Suspensão de Projetos de Pesquisa, por não cumprimento de metas e prazos.
- ✓ Emitir parecer sobre a Proposta orçamentária relativa à atividade de Pesquisa na Universidade.
- ✓ Registro, Supervisão e Divulgação dos Projetos de Pesquisa.
- ✓ Discutir a Política de Pesquisa na Universidade.
- ✓ Apreciar normas gerais de disciplina e controle dos Projetos de Pesquisa, sob ponto de vista de sua viabilidade.

34.1 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)

Visa estimular o trabalho em equipe de professores e alunos, proporcionar ao aluno bolsista a aprendizagem de métodos e técnicas de pesquisa científica e estimular o pensar cientificamente. Estimular professores/pesquisadores para produção científica e a orientação engajando os alunos da graduação como meio de qualificá-lo para a pós-graduação e para o processo de formação de recursos humanos para a Instituição e para a Sociedade.

34.2 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (até 1971 Conselho Nacional de Pesquisa, cuja sigla, CNPq, se manteve) é um órgão ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) para incentivo à pesquisa no Brasil. A UERN, através da sua Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação realizou o VIII Salão de

Iniciação de Científica (VIII SIC) e o I Encontro de Pesquisa e Pós-Graduação, em 2012, tendo como tema “Internacionalização do conhecimento: Caminhos da pesquisa e da pós-graduação na UERN” que objetivou integrar nas discussões a iniciação científica, a pós-graduação e o novo horizonte da internacionalização, especialmente, através do Programa Ciência sem Fronteiras, quando foi apresentada as pesquisas desenvolvidas pelo programa PIBIC/UERN/CNPq (cota 2011-2012).

Dentre os 73 grupos de pesquisa existentes na UERN, para o Curso de Medicina destaca-se o Grupo: Biologia e Epidemiologia de Doenças Infecciosas e Genéticas, certificado pela instituição e formado em 2006. Tem como área predominante: Ciências da Saúde; Medicina.

34.3 Grupos de Pesquisa do Departamento de Ciências Biomédicas – FACS/UERN

O Grupo de Pesquisa “Biologia e Epidemiologia das Doenças Infecciosas e Genéticas” se enquadra como grupo pioneiro na UERN na organização das atividades de pesquisa aplicado a área da saúde. É formado por docentes-pesquisadores do curso de Medicina e as ações do grupo convergem para a investigação das principais doenças emergentes da região e seus determinantes. Trabalhos apontam para a análise dos fatores envolvidos no desenvolvimento de neoplasias, para doenças genéticas, voltado para investigação da prevalência das anemias hereditárias e outros distúrbios metabólicos decorrentes de alterações gênicas. Quanto às doenças infecciosas e parasitárias, as pesquisas buscam o monitoramento de doenças como a dengue, leishmaniose e outros parasitas.

O curso de medicina da UERN também tem um grupo de pesquisa que está sendo consolidado e já funciona há 5 anos, o Grupo de Estudos de Saúde Coletiva(GESC), que desenvolve suas atividades em parceria com residências médicas e internato,com vários projetos de extensão relacionados a saúde escolar,promoção da saúde,Saúde da Mulher; e um projeto de pesquisa relacionado a avaliação da qualidade da Atenção Básica no municípios. As residências de Ginecologia e Obstetrícia e Pediatria foram aprovadas recentemente,pelo edital 29 do Pró-residência(MEC E MS).Também foi uma aprovação de suma importância devido às necessidades da região.O início dos programas está previsto para 2015,já estando o programa de ginecologia aprovado por MEC e MS e o de pediatria aguardando somente a aprovação do MEC.Ambos os programas ocorreram paralelamente com o já existente(pois já havia o matriciamento destas especialidades às unidades básicas) e com o internato,nos diversos campos de estágio do serviços.Temos atualmente envolvidos nos programas em

torno de 30 professores que são também profissionais do serviço do município.

34.4 Projetos de Pesquisa no Departamento de Ciências Biomédicas – FACS/UERN

Indicamos os títulos dos Projetos de Pesquisa da FACS nos anos 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 2012 e 2013, pois acrescentaremos em anexo o detalhamento de cada Projeto em desenvolvimento.

ANO 2007 - contemplado com 6 Projetos de Pesquisa:

1. Estudo da Alteração de Enzimas Envolvidas no Metabolismo de Glicoconjugados em Neoplasias Malignas.
2. Desenvolvimento e Avaliação de Estratégias de Monitoramento no Controle da Dengue .
3. Investigação de Marcadores Tumoriais em Pacientes com Glioblastoma Multiforme.
4. Deficiência da Glicose-Fosfato Desidrogenase em Doadores de sangue da Cidade de Mossoró – Parte II.
5. Análise do Perfil Epidemiológico da Infecção por HPV na População Feminina da Cidade de Mossoró-RN.
6. As Representações Sociais dos Ginecologistas do Rio Grande do Norte Sobre a Saúde Sexual das Mulheres .

ANO 2008 - contemplado com 3 Projetos de Pesquisa:

1. Estudo de Corte sobre a Incidência de Síndrome Pré-eclâmpticas e eclâmpticas no Município de Mossoró-RN.
2. Avaliação do Programa de Triagem Neonatal no Município de Mossoró-RN.
3. Traço Falciforme em Doadores de Sangue da Cidade de Mossoró-RN.

ANO 2009 - contemplado com 3 Projetos de Pesquisa:

1. Perfil Epidemiológico das Urgências Oftalmológicas no Serviço de Urgência do Hospital Regional Dr.Tarcísio Maia em Mossoró/RN.
2. Prevalência de Pterígio em trabalhadores salineiros no município de Grossos-RN.
3. Prevalência de retinopatia diabética em pacientes acompanhados no Centro Clínico Profº. Vingt-un Rosado em Mossoró/RN.

ANO 2010 - contemplado com 2 Projetos de Pesquisa

1. Análise das Alterações Sensitivas e Motoras em Pacientes com Hanseníase do Centro Clínico Professor Vingt-Un Rosado da Cidade de Mossoró no Estado do Rio Grande do Norte.
2. Farmácias domiciliares e sua relação com a automedicação

ANO 2011 - contemplado com 6 Projetos de Pesquisa:

1. Diagnóstico diferencial da linfadenomegalia cervical
2. Neoplasias cutâneas não-melanoma: Avaliação comparativa das diversas técnicas de tratamento e suas implicações no curso clínico e controle da doença.
3. Mudanças na rotina do tratamento cirúrgico e complementar com iodo 131 no tratamento da neoplasia diferenciada da tireoide
4. Diagnóstico Molecular da Leishmaniose visceral em cães soropositivos do município de Mossoró-RN
5. Investigação das características e tendências da AIDS no Estado do Rio Grande do Norte
6. Estudos Bioquímicos de Resistência ao Aedes

ANOS 2012/2013 - contemplado com 8 Projetos de Pesquisa:

1. Investigação da Prática do Armazenamento Domiciliar de Medicamentos no Município de Caicó/RN
2. Estudo Farmacoeconômico do Tratamento da Esquizofrenia com Antipsicóticos Atípicos no SUS.
3. Estudo do efeito comportamental e neuroquímico do ácido alfa lipóico associado ao ômega 3 na discinesia tardia induzida pelo uso crônico de haloperidol em ratos.
4. Estudo imunoistoquímico da expressão da Proteína Ácida Fibrilar Glial (GFAP) nos núcleos dopaminérgicos do mesencéfalo do macaco (Macaca mulatta).
5. Investigação da infecção por leishmania chagasi, leishmania brasiliensis e trypanosoma sp em cães do município de Mossoró-RN.
6. Estudo sobre HIV/AIDS a partir do Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) no município de Mossoró-RN
7. Estudo da soro prevalência da Doença de Chagas no município de Felipe Guerra-RN.
8. Investigação de polimorfismo gênico da tiopurina metiltransferase em pacientes com Leucemia Linfocítica Aguda (LLA).

35. SUPORTE PARA FUNCIONAMENTO DO CURSO

A infraestrutura da Atenção Básica em Saúde do Município de Mossoró, a rede hospitalar e ambulatorial do município e a rede conveniada já foram contempladas em outro momento deste PPC. É real e vigente os convênios com hospitais públicos, privados e filantrópicos em Mossoró e em Natal e fora do Estado, como campo para estágios seja obrigatório ou optativos.

35.1. Núcleos de Apoio: Psicologia, Pedagogia e Ciências Sociais

A criação dos Núcleos de Apoio enseja recomendação da Associação Brasileira de Educação Médica (ABEM), que aponta para a contextualização do processo ensino-aprendizagem na visão do homem como ser bio-psico-social, sob todos os seus aspectos. Na FACS deverá voltar-se diretamente para os atores envolvidos: alunos, professores e funcionários. Na dialógica inter e multidisciplinar, o Curso de Medicina deve contemplar núcleos compostos por profissionais da Psicologia, Pedagogia e das Ciências Sociais, com vistas à qualidade do trabalho e harmonização dos corpos docente, discente e de funcionários. Esses núcleos deveriam estar funcionando preferencialmente até a completa implantação do Curso de Medicina mas até o momento não foram completamente instalados.

35.2 Núcleo de Apoio em Psicologia (NAP-FACS)

Em face dos desgastes emocionais enfrentados durante o curso de medicina, da carga horária grande (9.690 horas), do vasto conteúdo de conhecimentos exigidos para conclusão do curso, das necessidades de convivência com equipe multidisciplinar e dos vários cenários de ensino-aprendizagem, do envolvimento em projetos de pesquisa e extensão multidisciplinar, enfrentamentos nos campos de práticas, sobretudo nas práticas hospitalares e ambulatoriais, das situações adversas e estressantes vivenciadas sem a governabilidade da FACS, diante da real situação da saúde no Brasil, o que demanda um envolvimento psicossocial importante daqueles atores, levando-os a agravos na sua saúde mental e o uso crescente de drogas lícitas e ilícitas entre os estudantes de medicina no Brasil, é pretenso que o Curso de Medicina proporcione: acompanhamento do desenvolvimento e da atuação das

peessoas envolvidas no processo de formação do médico, de modo sistematizado, com catalogação de fichas pessoais e confidenciais, fruto de entrevistas/observações/testes periódicos obrigatórios; promoção de reuniões com dinâmicas voltadas para o conforto emocional e a qualidade de vida; observação da ambiência do Curso de Medicina e seu redirecionamento em situação de risco emocional, de forma a facilitar modos de conviver, conhecer, fazer e ser.

O Núcleo de Psicologia objetiva: detectar e corrigir precocemente situações que possam interferir no processo das relações, com repercussão no ensino-aprendizado; apoio ao aluno-adolescente; compreensão e apoio ao aluno durante todo o curso, dentro e fora do seu ambiente familiar, entendido o curso de medicina como um curso longo, de maior carga horária, com utilização dos turnos matutino, vespertino e noturno, o que implica desgaste físico e emocional; compreensão do corpo docente e de funcionários como seres humanos, buscando a humanização no ambiente de trabalho. O perfil do profissional desejado para compor o Núcleo de Psicologia deverá contemplar formação em Psicologia ou Psiquiatria, manter vínculo estável com a UERN, além de manifestar interesse em integrar-se junto a Ensino, Pesquisa e Extensão da FACS. Deveria ser implantado até a finalização da capacidade prevista para provimento de recursos humanos da FACS, mas permanece “em providências”.

35.3 Núcleo de Apoio Didático- Pedagógico (NADPED-FACS)

Ao médico, é conferido o grau de Bacharel em Medicina, sem conteúdos de licenciatura na sua formação, mas tendo que atuar no processo ensino–aprendizagem como docente na formação de médicos, é necessário que se faça professor. Pelas exigências e especificidades inerentes ao Curso de Medicina, o Núcleo de Apoio Didático-Pedagógico objetiva proporcionar condições apropriadas ao bom desempenho do ensino médico orientando os docentes no processo ensino-aprendizagem, atuar na capacitação docente e reorientá-lo quando preciso estimular à educação médica continuada, instruir o profissional médico da UERN nos passos institucionais e acompanhá-lo de perto durante o estágio probatório. É da sua competência acompanhar de perto os professores, mostrando caminhos para o entendimento da sua função pedagógica no contexto ensino-aprendizagem voltado para a formação de médicos, nas ações de avaliação do processo ensino-aprendizagem de forma integrada e na construção de instrumento de avaliação dos seus alunos nas dimensões

atitudinal e cognitivas, perpassando pelas habilidades, atitudes e valores dos discentes; acompanhar as avaliações internas e externas da FACS; propor avaliação e mudanças no Projeto Pedagógico de Curso adequando-o as necessidades e recomendações da ABEM, do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde. Em 2012 foi criado Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Medicina que é parte ativa desse Núcleo de Apoio.

É da competência do NADPED-FACS: zelar pelas competências, habilidades e atitudes dos docentes, mantendo-os atualizados na metodologia e práticas avançadas de ensino, para grandes e pequenos grupos na área de saúde; fornecer apoio didático-pedagógico nos diversos cenários de ensino-aprendizagem do curso médico; acompanhar a construção do conhecimento, desenvolvimento de habilidades e atitudes dos alunos, de forma sistematizada, do ingresso à conclusão do Curso de Medicina; uniformizar métodos de avaliação de forma integrada, abrangendo os conteúdos de todos os componentes curriculares, via disciplinas/módulo ofertados no período em curso; detectar e corrigir, precocemente, as dificuldades surgidas no processo ensino-aprendizagem, em todas as suas instâncias. É da sua competência também acompanhar de perto os professores, apontando caminhos para o entendimento da sua função pedagógica no contexto ensino-aprendizagem voltado para a formação de médicos, nas ações de avaliação do processo ensino-aprendizagem de forma integrada e na construção de instrumento de avaliação dos seus alunos, seja nas dimensões atitudinal e cognitivas, perpassando pelas habilidades, atitudes e valores dos discentes, e contemplando todos os conteúdos apresentados em aulas; acompanhar as avaliações internas e externas da COSE-FACS; propor avaliação e mudanças no Projeto Pedagógico do Curso adequando-o às necessidades e recomendações da ABEM, do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde.

O profissional desejado para compor o Núcleo de Apoio Didático Pedagógico da FACS deverá ser pedagogo com conhecimento em educação médica, ou médico com conhecimento em educação médica, que mantenha vínculo estável com a UERN, além de manifestar interesse em integrar-se junto a ensino, pesquisa e extensão na área da saúde. A Comissão de Currículo/ NDE obedece a diretrizes próprias.

35.4 Núcleo de Apoio em Ciências Sociais (NACS-FACS)

É voltado para o Sistema Único de Saúde, que inclui a territorialização, a mobilidade, a família, as sociedades complexas, as sociedades urbanas e rurais, o fluxo de

pessoas, a sociedade civil, a cidadania, a cultura, a política, as relações de poder, bens, capitais e símbolos que repercutem na saúde das pessoas e no processo saúde-doença. O Curso de Medicina da UERN aponta para a intermediação entre entidades e processos que pareçam relevantes na reflexão sobre os reajustamentos sociais e culturais decorrentes da globalização.

É da competência dos profissionais das Ciências Sociais junto ao Curso de Medicina: facilitar o entendimento dos modos de organização da cultura e da política urbana e rural, e da relação entre espaços públicos e privados nos diversos cenários de atuação do aluno de medicina e do médico. O NACS-FACS objetiva dar apoio ao reconhecimento e diagnóstico das relações sociais no processo saúde/doença, nos cenários do ensino em saúde.

É da competência do Núcleo de Apoio em Ciências Sociais: buscar entendimento do homem de forma contextualizada, enquanto ser social, político e cultural; buscar a compreensão da sociedade civil, da cidadania e da democracia na área de abrangência do Curso de Medicina; reconhecer as áreas geopolíticas nos cenários do Curso de Medicina; acompanhar o trabalho e a ação dos docentes, discentes e funcionários nas áreas rurais e urbanas; diagnosticar as principais doenças sociais e contextualizá-las junto aos estudantes e profissionais da saúde; analisar a qualidade do trabalho em saúde e as relações sociais do processo saúde/doença, dentro e fora da instituição de ensino; e zelar pela qualidade de vida dos profissionais da saúde.

O profissional desejado para compor o Núcleo de Apoio em Ciências Sociais da FACS deverá ser cientista social ou sociólogo com conhecimento em área de saúde ou médico com conhecimento em Saúde de Família e Comunidade. O profissional deve manter vínculo estável com a UERN, além de manifestar interesse em integrar-se junto a ensino, pesquisa e extensão na área da saúde. Deveria ser implantado até a finalização da capacidade prevista para provimento de recursos humanos mas ainda permanece “em providências”.

36. EM PROVIDÊNCIAS

Quando da visita da Comissão Estadual de Educação para reconhecimento do Curso de Medicina em 2010, foram apontadas algumas necessidades de melhoria e por assim se expressarem, foi concedido o reconhecimento do Curso por apenas 3(três) anos depois da sua publicação no Diário Oficial do Estado, fato que se deu no dia 7 de maio de 2011. A FACS-UERN buscou soluções para as necessidades apontadas incluído o acesso a

periódicos CAPES, a expansão do acesso digital e a acessibilidade para portadores de necessidades especiais. Ainda em 2011 foi construído um projeto para aquisição de Laboratório de Habilidades e Simulação Realística, com a finalidade de oferecer suporte para treinamento prévio em manequins, antes da realização de procedimentos de saúde em humanos. A evolução deste projeto culminaria na criação do Hospital Virtual voltado para tipos de simulação nas diversas clínicas, cirurgias e obstetrícia. Este projeto surgiu por aceno do mossoroense, então Deputado Federal Betinho Rosado, que se prontificou a tentar buscar recursos nas instâncias superiores em Ministérios Federais, em Brasília. O projeto foi construído sem dotação orçamentária própria ou específica por parte do Governo do Estado e mesmo assim foi levado para aprovação à reitoria da UERN e lá permanece em aguardo, portanto não existe até o presente momento, por parte do mantenedor da UERN, recursos próprios para o investimento previsto, além dos benefícios da perspectiva de criação de um grande centro de treinamento para formação de profissionais da área da saúde e não só do curso de medicina, a espera de patrocinador.

36.1 – Periódicos CAPES

Periódicos CAPES – a aprovação em 2013 de um Programa de Pós-Graduação com conceito 4(quatro) na avaliação CAPES, qualifica a UERN, o que permitirá a professores, pesquisadores, alunos e funcionários o acesso total aos seus conteúdos com previsão para 2013. Já está em funcionamento o acesso parcial ao conteúdo do Portal Periódicos da CAPES.

36.2– Projeto para Laboratório de Habilidades e Simulação Realística (LHSR)

Sem dotação orçamentária própria, foi elaborado o Projeto para o Laboratório de Habilidades e Simulação Realística desde 2011, mas ainda não contemplado com recursos governamentais ou de patrocinadores para aquisição de manequins e demais acessórios, instrumentos e manutenção, orçado à época em valor monetário de R\$500.000,00(quinhetos mil reais), valor desatualizado nos últimos anos. Este projeto seguirá na íntegra como documento externo deste PPC.

A Identificação do Projeto, elaborado no ano 2011 e ainda não viabilizado, segue abaixo:

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO			
TÍTULO	LABORATÓRIO DE HABILIDADES E SIMULAÇÃO REALÍSTICA (LHSR). (Projeto para aquisição de manequins simuladores e implantação do LHS para ensino em saúde - Curso de Medicina da FACS-UERN, Mossoró/RN).		
TEMA	LABORATÓRIO DE HABILIDADES E SIMULAÇÃO REALÍSTICA (LHSR).		
CURSO	Faculdade de Ciências da Saúde - Curso de Medicina	DISCIPLINA	Semiologia, aplicáveis a todas as disciplinas clínicas do Curso de Medicina da FACS-UERN (Mossoró/RN) e cursos afins
LOCAL	FACS-UERN, Mossoró/RN	ENDEREÇO	Rua Manoel da Silva Neto, S/N; Bairro Aeroporto Mossoró-RN CEP: 59607-360 Fone: (84) 3315 – 2248 E-mail: facs@uern.br E-mail: dcb@uern.br

36.3 Projeto de Inclusão Digital (aos cuidados da Deputada Federal Sandra Rosado, desde 2011)

A nova edificação da FACS contempla espaço apropriado para expansão e instalação de novos gabinetes individuais informatizados destinados a discentes e docentes. A UERN-FACS está inscrita no Programa de Inclusão Digital, já aprovado pelas instâncias federais e com montante em depósito bancário a ser liberado quando da conclusão de trâmites burocráticos para aquisição e instalação do Laboratório de Informática. A viabilidade

financeira é real mas os trâmites burocráticos e administrativos inerentes ao binômio Reitoria-Governo do Estado mantêm impasses para viabilizar de imediato o projeto existente e ainda sem data definida para sua implantação.

36.4 Projeto de Acessibilidade às dependências da FACS

A nova edificação da FACS, verticalizada com 3(três) níveis de pavimento concluídos, contempla espaço apropriado e específico para inserir sistema de elevador, de modo a disponibilizar acesso a portadores de necessidades especiais. Os documentos pertinentes para compra do equipamento foram providenciados mas encontra-se em trâmite burocrático na Pró-Reitoria de Administração. Aguarda-se a aquisição e instalação do elevador. A documentação encontra-se, até o momento, no setor de empenho administrativo da UERN, sob responsabilidade do Governo do Estado do RN, no aguardo de verba específica para aquisição, instalação e manutenção. O acesso vertical elevatório ainda está sem data definida para sua compra e instalação, no setor de empenho do Estado.

36.5 Núcleos de Apoio: Psicologia e Ciências Sociais

O Núcleo de Pedagogia funciona a partir da criação da Comissão de Currículo/Núcleo Docente Estruturante (NDE), desde 2012, entretanto os Núcleos de Apoio nas áreas específicas da psicologia e ciências sociais ainda não foram implantados pois não está completo o quadro de pessoal efetivo previsto no recrutamento de recursos humanos, por concurso, para o Curso de Medicina da FACS.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA - SEEC
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS - DCB
CURSO DE MEDICINA

Rua Miguel Antônio da Silva Neto, s/n; cep: 59607-360 Aeroporto Mossoró-RN
Fone: (84) 3315 - 2248 E-mail: facs@uern.br/ dcb@uern.br

REGIMENTO INTERNO DO CURSO DE MEDICINA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (bacharelado)

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO E DA DEPÊNDENCIA ADMINISTRATIVA

Art. 1º O curso de Medicina, modalidade bacharelado, vinculado ao Campus Central, via Faculdade de Ciências da Saúde (FACS), com sede em Mossoró/RN, é oferecido pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), sendo um curso superior de graduação plena voltado para a formação de profissionais com competências e habilidades para atuarem no exercício da medicina.

CAPÍTULO II DA CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 2º O Curso de Medicina, modalidade Bacharelado, teve seu funcionamento por Ato de Criação aprovado pela Resolução Nº 001/2002/CONSEPE de 11 de janeiro de 2002, vinculado a Faculdade de Ciências da Saúde (FACS) através da resolução Nº 001/2202/CONSUNI de 11 de janeiro de 2002, com início de funcionamento no dia 19 de novembro de 2004, sendo reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Norte, em 07 de maio de 2011.

CAPÍTULO III DA ADMISSÃO

Art. 3º A admissão ao Curso de Medicina da FACS/Campus Central, modalidade bacharelado, será realizada anualmente, de forma conjunta com os demais cursos de graduação da Instituição, oferecendo 60 vagas iniciais, através de Processo Seletivo Vocacionado para Vagas Iniciais (PSVI) de caráter classificatório, definido para o ingresso de 30(trinta) alunos por semestre a partir de 2014, ou por retorno e/ou transferência para os demais períodos, respeitando-se a o Regimento dos Cursos de Graduação da UERN – RCG/UERN (2013).

§ 1º – O Curso abrange ofertas nos turnos matutino, vespertino e noturno em ofertas

semestrais de matrículas para disciplinas, matrícula para Estágios na forma de Internatos I, II, III e IV e seus corequisitos ainda que fora do calendário Universitário, inscrição em Atividades Complementares: Atividades do SUS I, II, III e IV, que será ofertado em sistema de rodízio e terá inscrições semestrais correspondendo a data de matrícula dos Internatos; Atividades Acadêmicas e Seminários Transversal.

§ 2º – Os alunos aprovados no PSVI, a partir de 2014 inclusive, migrará obrigatoriamente para o Projeto Pedagógico do Curso de Medicina aprovado pelo Colegiado do Curso e pelo CONSAD/FACS, em 28 de novembro de 2013.

CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Art. 4º O Curso de graduação em medicina, na modalidade de bacharelado, tem como objetivo a formação do médico generalista com conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para promover a saúde, prevenir e tratar a doença, reabilitar a incapacidade e aplicação dos conhecimentos das ciências da saúde de forma contextualizada, com ênfase na saúde, no método clínico (semiologia) e no uso apropriado da tecnologia na solução dos problemas do processo saúde-doença, de forma hierarquizada no SUS, voltado para os princípios do conviver, conhecer, fazer e ser.

Parágrafo Único - O Curso de Medicina da UERN formará médicos com capacidade para compreender os indivíduos e as comunidades urbanas e rurais, intervir em suas necessidades de saúde, visando à redução dos danos e ampliação da autonomia social e deverá organizar, desenvolver e manter o ensino, a pesquisa e a extensão no campo da medicina; promover estudos e pesquisas voltados para temáticas que ensejem uma articulação inter e multidisciplinar; refletir sobre a sociedade e o SUS nos quais o profissional médico irá atuar; buscar a formação continuada do médico; e manter a prática avaliativa como procedimento contínuo de revisão de metas e correção de desvios, para um melhor desempenho de docentes, discentes, funcionários e do próprio curso de Medicina.

Art. 5º O currículo do Curso de Medicina dispõe de uma carga horária mínima de 9.690 (nove mil seiscentos e noventa) horas incluindo disciplinas obrigatórias e optativas, estágios, TCC e atividades complementares, com integralização mínima em 6 (seis) anos e máxima em 9 (nove) anos letivos, equivalentes a 12 (doze) e 18 (dezoito) semestres, respectivamente.

Art. 6º O currículo do Curso de medicina acata as sugestões do Parecer CNE/CES 1.133/2001 e resolução CNE/CES 04/2001 (Diretrizes Curriculares Nacionais-DCN); as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Medicina; Recomendações do MEC para as Escolas Médicas; Parecer da CES/CNE Nº 583/01; e Lei 11.788/2008 e Resolução CONSEPE/UERN 2013; RCG/UERN (2013) e está organizado a partir de núcleos temáticos que contemplam conteúdos essenciais do curso de Medicina, na perspectiva de formação do perfil do médico e nas competências e habilidades delineadas nos conhecimentos específicos.

Art 7º São componentes curriculares do curso, a partir dos seus conteúdos afins:

I - Conteúdos de formação ético-político e humanístico destinados a compreensão das questões relevantes de natureza ética, políticas e humanísticas, ligadas à prática de saúde.

Componentes Curricular (Disciplina)	Cr/Ch
Noções de Ética Médica e Bioética	2/30

Psicologia Médica	4/60
Administração Sanitária (Legislação e Administração de Sistemas de Saúde)	2/30
Medicina Legal	4/60

II - Conteúdos de formação médica básica que compreende os conteúdos com questões relevantes de natureza médica ligadas às ciências básicas do conhecimento, importantes na formação geral do médico.

Componentes Curricular (Disciplina)	Cr/Ch
Iniciação à Metodologia Científica – TCC 1	03/45
Citologia e Organização Biomolecular	12/180
Módulo Morfofuncional I	12/180
Módulo Morfofuncional II	20/300
Anatomia Topográfica e Descritiva	08/120
Genética Humana	04/60
Parasitologia Médica	06/90
Microbiologia Médica	04/60
Imunologia	03/45
Farmacologia Básica	04/60
Farmacologia Aplicada I	02/30
Metodologia Científica – TCC 2	01/15
Farmacologia Aplicada II	04/60
Imagenologia	04/60
Patologia Geral	06/90
Bases da Oncologia	02/30
Semiologia Médica	10/150
Instrumentação e Clínica Cirúrgica	04/60
Anestesiologia	02/30
Elaboração do Trabalho Científico – TCC 3	02/30

III – Conteúdos de especialidades de formação médica profissionalizante em clínica e cirurgia compreendendo questões relevantes de natureza médica em clínica e cirurgia.

Componentes Curricular (Disciplina)	Cr/Ch
Doenças do Aparelho Digestivo	10/150

Doenças Cardiovasculares	10/150
Doenças Respiratórias	08/180
Doenças Gênitourinárias	08/120
Doenças Imunológicas do Tecido Conjuntivo e das Articulações	05/75
Doenças Neurológicas	06/90
Doenças Dermatológicas	04/60
Doenças Endócrinas	04/60
Infectologia	06/90
Doenças Hematológicas e Linfopoiéticas	04/60
Pediatria e Criança Saudável	12/180
Ginecologia e Mastologia	05/75
Obstetrícia	08/120
Geriatria	04/60
Bases da Oncologia	03/45
Urgências Clínicas	04/60
Urgências Traumáticas	04/60
Oftalmologia	02/30
Otorrinolaringologia	02/30
Psiquiatria	06/90

IV - Conteúdos de Saúde Coletiva compreende conteúdos com questões relevantes de saúde comunitária, preservação da qualidade de vida individual e coletiva, prevenção de doenças e humanização dos serviços de saúde.

Componentes Curricular (Disciplina)	Cr/Ch
Nutrição e Saúde	02/30
Vivência em Comunidade I	04/60
Vivência em Comunidade II	04/60
Epidemiologia I	03/45
Epidemiologia II	03/45
Medicina Preventiva	04/60

V - Conteúdos de componente curricular optativos que compreende conteúdo diversos de interesse particular do aluno, implícitos nas recomendações do MEC, a fim de que possam complementar o currículo de forma individualizada, compreendendo conteúdos de natureza

social; antropológica; filosófica; política; administrativa; histórica; da corporeidade; da enfermagem; da informática e de natureza linguística.

Componentes Curricular (Disciplina)	Ch/Cr
Administração de Recursos Humanos I	60/04
Administração Hospitalar	60/04
Antropologia Cultural I	75/05
Antropologia Cultural II	90/06
Antropologia da Violência	60/04
Antropologia e Saúde	45/03
Bioestatística	60/04
Biogeografia dos ecossistemas	60/04
Chefia e Liderança	60/04
Ciência Política I	60/04
Contabilidade Geral I	60/04
Correlação Anátomo-Clínica I	45/03
Correlação Anátomo-Clínica II	45/03
Desenvolvimento Motor	60/04
Didática	60/04
Direito e Legislação Social	45/03
Economia de Empresas	60/04
Economia do trabalho	60/04
Elementos de Teoria e Solfejo Musical I	45/03
Elementos de Teoria e Solfejo Musical II	45/03
Estrutura da Matéria	60/04
Filosofia das Ciências Humanas	60/04
Folclore	30/02
Fundamentos de Filosofia	60/04
Fundamentos da Psicologia	60/04
Fundamentos da Sociologia	60/04
Geografia da População	60/04
Geografia do Nordeste	60/04
Geografia do Rio Grande do Norte	60/04
Geografia Humana e Econômica	60/04
Higiene	30/02
História da Arte	60/04
História da Região do Nordeste	60/04
História do Rio Grande do Norte	60/04
Iniciação Empresarial	60/04
Introdução à Política	60/04
Introdução à Sociologia	60/04
Introdução ao Computador	60/04
Interpretação I (espanhol/português)	90/06
Interpretação II (espanhol/português)	90/06
Leitura e produção de texto 1 (espanhol)	60/04
Língua Brasileira de Sinais	60/04
Língua Inglesa Instrumental I	60/04

Língua Portuguesa I	90/06
Língua Inglesa Instrumental II	30/02
Língua Portuguesa Instrumental I	60/04
Língua Portuguesa II	60/04
Literatura Inglesa I	60/04
Literatura de Cordel	30/02
Matemática Comercial Financeira	60/04
Matemática 1	60/04
Medicina e Arte	02/30
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	
Metodologia Científica	60/04
Movimentos Sociais	60/04
Oficina I de vivência na comunidade	60/04
Produção Textual	60/04
Psicologia da Adolescência	60/04
Psicologia da Criança	60/04
Redação Oficial	30/02
Saúde Ambiental	45/03
Sociedade e Natureza	60/04
Sociedades Camponesas	60/04
Sociologia da Educação	60/04
Sociologia do Meio Ambiente	60/04
Sociologia do Nordeste Brasileiro	60/04
Sociologia Geral	60/04
Sociologia Rural	60/04
Sociologia Urbana	60/04
Teatro Brasileiro I	60/04
Teatro Brasileiro II	60/04
Prática Desportiva I	30/02
Prática Desportiva II	30/02
Termodinâmica	90/06

Art. 8º O aproveitamento de componentes curricular não obrigatório de quaisquer dos cursos de graduação da UERN ou de Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério de Educação, cursadas pelo aluno, só poderá ocorrer se constar na relação de componentes curriculares da estrutura curricular optativas do curso ou nela acrescida ou se contemplarem os objetivos do Projeto Pedagógico do Curso e submetidas a apreciação pela orientação acadêmica do curso e aprovação pela Plenária do Colegiado do Curso.

Art. 9º A estrutura curricular na sua formação básica e profissionalizante, totaliza 3.975 (três mil novecentos e setenta e cinco) horas.

Art. 10 A estrutura curricular do Curso Medicina contempla estágios nos dois últimos anos, na forma de Internatos I, II, III e IV, com total de 3.960 horas, em 40 horas semanais, dividido em 4(quatro) semestres, cursados do nono ao décimo segundo período do curso, na forma de rodízio e em corequisito com Atividades do SUS I, II, III e IV, estes caracterizados como Atividades Complementares, quais sejam:

Estágio	Cr/Ch
Internato I (Clínica Cirúrgica e Saúde Coletiva, inclui estágio rural)	66/990
Internato II (Clínica Cirúrgica e Clínica Médica área A)	66/990
Internato III (Clínica Médica área B e Toco-Ginecologia)	66/990
Internato IV (Toco-Ginecologia e Pediatria)	66/990

Parágrafo Único - Os Estágios de Internato, como etapas integrante da graduação, incluirá atividades nos serviços próprios quando os tiver e/ou conveniados da UERN, sob a supervisão direta dos docentes e preceptores da própria Instituição ou por preceptores em Serviços que estejam consoante com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Medicina e conveniados com a UERN e em vigência do convênio.

Art. 11 A estrutura curricular do Curso de Medicina, ademais dos componentes curricular obrigatórios no grupo disciplinas, dos Internato no grupo estágio, integraliza-se com o grupo das atividades complementares em Seminários Transversal, Atividades do SUS I, II, III e IV e Atividades Acadêmica contidas no Módulo de Atividades Complementares e em sequência, juntos com as disciplinas optativas (225 horas - 15 créditos), totalizam 1.755 (um mil, setecentos e cinquenta e cinco) horas,

Módulos de Atividades Complementares	CH
Atividades Acadêmica	180
Atividades do SUS I, II, III e IV	1.200
Seminários Transversal	150

Art. 12 Nas disciplinas optativas e nas Atividades Acadêmica, a escolha do aluno terá parâmetros determinados pelo Colegiado do Curso e definidos neste Regimento a fim de que possa ser quantificada e registrada a carga horária no Histórico Escolar do aluno.

Art. 13 As atividades Acadêmica, enquanto atividades complementares são reconhecidas como atividades associadas a atividades de ensino, pesquisa e extensão, quais sejam: monitorias, treinamentos, programas em unidades e serviços de saúde, participação em programa de iniciação científica e projetos de pesquisa e extensão, participação discente em programas de pós-graduação e como aluno bolsista de iniciação científica, inscrição e participação em cursos realizados no âmbito da UERN ou de sociedades de especialidades e contabilizada como carga horária obrigatória para fins de Histórico Escolar 180 horas (cento e oitenta horas).

Art. 14 O Programa Institucional de Monitoria (PIM) integrará atividades complementares não obrigatória, seguirá a Resolução 017/2011 e suas emendas subsequentes e o aluno-monitor terá o seu desempenho transformado em carga horária para constar no seu Histórico-Escolar, com disponibilidade para esta atividade de ensino presencial, nos horários regulares dos

turnos matutino e ou vespertino, mas não poderá exercer esta atividade de ensino quando matriculado nos estágios de Internatos, quando terá que cumprir carga horária presencial e obrigatória integralizando 3.960 (três mil, novecentos e sessenta) horas, em estágio de 40(quarenta) horas semanais, nos turnos matutino e vespertino.

Art. 15 As 1.200(um mil e duzentas) horas de Atividades do SUS I, II, III e IV, em corequisito com os internatos, é obrigatória e será aplicada na forma de plantões de 12(doze) horas semanais no turno noturno e finais de semana e feriados, exceto quando no rodízio de Saúde Coletiva em que terá atividades de 12 horas semanais em comunidade, fora dos horários dedicado a estágios e as 1.200 horas serão ofertadas do nono ao décimo segundo períodos do curso.

Art. 16 O Programa Especial de Treinamento (PET), Institucional, enquanto atividades complementares inseridos nas Atividades Acadêmicas, optativo, representa um mecanismo adicional de integração entre a graduação e a pós-graduação, promovendo a interação entre cursos, a partir de um projeto comum.

§ 1º Seguirá Resolução específica e suas emendas subsequentes.

§ 2º O aluno em treinamento PET terá o seu desempenho transformado em horas para constar no seu Histórico-Escolar, conforme demanda decisão do Colegiado do Curso em normas específicas e poderá exercer esta atividade mesmo quando matriculado nos Estágios de Internato do Curso de Medicina, desde que atue fora dos turnos matutino e vespertino destinados aos estágios e que as atividades PET estejam fora de horário das Atividades do SUS I, II III e IV.

Art. 17 Ao aluno do Curso de Medicina, será oferecido de forma optativa, possibilidade de iniciação científica, visando à preparação para carreira universitária e/ou atividades de pesquisa na área de saúde, inseridas em Programas de Desenvolvimento da Pesquisa na UERN quando existente.

Art. 18 O aluno bolsista de iniciação científica terá o seu desempenho transformado em carga horária para constar no seu Histórico-Escolar, conforme Resolução Específica segundo o Plano de Desenvolvimento da Pesquisa e da Pós-Graduação em vigor e o RCG/UERN (2013) e poderá exercer esta atividade de pesquisa mesmo matriculado nos Estágios de Internato do Curso de Medicina, desde que as atividades de pesquisa estejam fora dos turnos matutino e vespertino, destinados aos estágios e Atividades do SUS I, II, III e IV.

Art. 19 No eixo transversal do Curso, o Seminários Transversal, inserido em atividades complementares, será ofertado do primeiro ao décimo segundo períodos, totaliza 150 horas, obrigatório para o aluno de entrada inicial e para o aluno de entrada não inicial, a carga horária exigida e obrigatória para o Seminários Transversal será contabilizada a partir do período de entrada, de forma sequenciada, com a obrigatoriedade de reposição da carga horária anterior, integralizada por meio de atividades indicadas pelo Colegiado do Curso e apontadas pela Orientação Acadêmica do Curso e ou pelo Núcleo Docente Estruturante.

Art. 20 Para o registro no Histórico Escolar da carga horária (CH) do aluno em Atividades Acadêmicas, será necessário o preenchimento e assinatura de requerimento endereçado à Direção do Curso, via Orientação Acadêmica, semestralmente, para análise e aprovação.

§ 1º O computo total das horas requeridas, quando da participação da atividade apontada, será julgado e o resultado encaminhado pela orientação acadêmica do curso para o DARE;

§ 2º Nos casos em que a realização de atividade garantir certificado específico, o aluno deverá anexar cópia deste certificado acompanhada do original para comparação, que será conferido e devolvido ao aluno o documento original.

Art. 21 O Orientador Acadêmico do Curso se responsabilizará, ao final do semestre, pela integralização das informações e encaminhamento para registro no Histórico Escolar do aluno, cabendo a este acompanhar estas informações no início de cada semestre, no ato da matrícula e confirmar sua integralização antes do término do Curso;

Art. 22 O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), pré-requisito para ingresso nos estágios de Internatos do curso de medicina, consiste em um trabalho a ser realizado até o sétimo período do curso, e cujo anteprojeto deverá estar registrado no Departamento de Ciências Biomédicas, até o quinto período, durante a disciplina Metodologia Científica – TCC 2, constando o nome do aluno, o nome do docente orientador e a linha de pesquisa, culminando com a elaboração, execução, conclusão e finalização da escrita do referido projeto, junto com o componente curricular Elaboração do Trabalho Científico – TCC 3, conforme detalha o Manual do Trabalho de Conclusão do Curso de Medicina, 2013.

§ 1º – O Trabalho de Conclusão do Curso é curricular e obrigatório para conclusão do curso, com defesa pública no 7º período do curso e julgado em acordo com a RCG/UERN (2013) cujos passos estão detalhados no Manual do TCC, sendo que

§ 2º – uma cópia do TCC ficará arquivada na Biblioteca Setorial da FACS.

Art. 23 Para obtenção do diploma de Bacharelado em Medicina, o(a) aluno(a), deve cursar com aproveitamento satisfatório, todas as atividades pedagógicas relacionadas do primeiro ao décimo segundo períodos, integralizando assim a carga horária curricular definida pelo Projeto Pedagógico do Curso, em 9.690 horas distribuídas em componentes curriculares RCG/UERN (2013).

Art. 24 As disciplinas obrigatórias, com respectiva carga horária, encontram-se identificadas a seguir e na sequência que corresponde ao fluxo curricular padrão (PPC, 2013), que será tomado como base para a oferta de todos os componentes curriculares:

Matriz curricular do Projeto Pedagógico de Curso
PRIMEIRO PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR (DISCIPLINAS)	CÓDIGO	C.H	CR	PRÉ- REQUISIT O	DEPTº DE ORIGEM
Introdução à Medicina	1001001-1	30	02	--	DCB
Noções de Ética e Bioética	1001002-1	30	02	--	DCB
Citologia e Organização Biomolecular	1001003-1	180	12	--	DCB
Módulo Morfofuncional I	1001004-1	180	12	--	DCB
Vivência em Comunidade I	Inserir Código	60	04	-	DCB

COMPONENTE CURRICULAR (DISCIPLINAS)	CÓDIGO	C.H	CR	PRÉ- REQUISIT O	DEPTº DE ORIGEM
<i>TOTAL</i>		480	32		

SEGUNDO PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR (DISCIPLINAS)	CÓDIGO	C.H	CR	PRÉ- REQUISIT O	DEPTº DE ORIGEM
Epidemiologia I	1001005-1	45	03	1001001-1	DCB
Genética Humana	1001006-1	60	04	1001003-1	DCB
Introdução à Metodologia Científica – TCC 1	1001007-1	45	03	-	DCB
Módulo Morfofuncional II	1001008-1	300	20	1001004-1	DCB
Vivência em Comunidade II	Inserir Código	60	04	-	DCB
<i>TOTAL</i>		510	34		

TERCEIRO PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR (DISCIPLINAS)	CÓDIGO	C.H	CR	PRÉ- REQUISIT O	DEPTº DE ORIGEM
Epidemiologia II	1001009-1	45	03	1001005-1	DCB
Nutrição e Saúde	1001010-1	30	02	1001005-1 1001003-1	DCB
Anatomia Topográfica e Descritiva	1001013-1	120	08	1001008-1	DCB
Psicologia Médica	1001033-1	60	04	1001001-1 1001002-1	DCB
Parasitologia Médica	1001016-1	90	06	1001003-1	DCB
Microbiologia Médica	1001017-1	60	04	1001003-1	DCB
Imunologia	1001018-1	45	03	1001003-1	DCB
<i>TOTAL</i>		450	30		

QUARTO PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR (DISCIPLINAS)	CÓDIGO	C.H	CR	PRÉ- REQUISITO	DEPTº DE ORIGEM
Patologia Geral	1001015-1	90	06	1001003-1 1001008-1	DCB
Bases da Oncologia	Inserir Código	45	03	1001003-1 1001011-1	DCB
Medicina Preventiva	1001020-1	45	03	1001009-1	DCB
Anestesiologia	1001021-1	30	02	1001012-1	DCB
Farmacologia Básica	1001022-1	60	04	1001003-1 1001008-1	DCB
Semiologia Médica	1001011-1	150	10	1001008-1	DCB
Instrumentação e Clínica Cirúrgica	Inserir Código	60	04	1001008-1	DCB
Imagenologia	1001014-1	60	04	1001011-1	DCB
<i>TOTAL</i>		<i>540</i>	<i>36</i>		

QUINTO PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR (DISCIPLINAS)	CÓDIGO	C.H	CR	PRÉ- REQUISITO	DEPTº DE ORIGEM
Doenças do Aparelho Digestivo	1001023-1	150	10	1001011-1 1001015-1	DCB
Doenças Cardiovasculares	1001024-1	150	10	1001011-1 1001015-1	DCB
Infectologia	1001019-1	90	06	1001011-1 1001015-1	DCB
Doenças Hematológicas e Linfopoiéticas	1001026-1	60	04	1001011-1 1001015-1	DCB
Doenças Endócrinas	1001027-1	60	04	1001011-1 1001015-1	DCB
Farmacologia Aplicada I	1001028-1	30	02	1001022-1	DCB
Metodologia Científica – TCC 2	Inserir Código	15	01	1001007-1	DCB
<i>TOTAL</i>		<i>555</i>	<i>37</i>		

SEXTO PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR (DISCIPLINAS)	CÓDIGO	C.H	CR	PRÉ- REQUISITO	DEPTº DE ORIGEM
--	--------	-----	----	-------------------	--------------------

Doenças Respiratórias	1001029-1	120	08	1001011-1 1001015-1	DCB
Doenças do Aparelho Gênito-urinário	1001030-1	120	08	1001011-1 1001015-1	DCB
Doenças Imunológicas do Tecido Conjuntivo e das Articulações	1001031-1	75	05	1001011-1 1001015-1	DCB
Doenças Neurológicas	1001032-1	90	06	1001011-1 1001015-1	DCB
Psiquiatria	1001034-1	90	06	1001011-1 1001033-1	DCB
<i>TOTAL</i>		<i>495</i>	<i>33</i>		

SÉTIMO PERÍODO

COMPONENTES CURRICULAR (DISCIPLINAS e TCC)	CÓDIGO	C.H	CR	PRÉ-REQUISITO	DEPTº DE ORIGEM
Elaboração de Trabalho Científico – TCC 3	Inserir Código	30	02	1001001-1 1001007-1	DCB
Doenças Dermatológicas	1001036-1	60	04	1001011-1 1001015-1	DCB
Doenças Osteoarticulares	1001037-1	75	05	1001011-1 1001015-1	DCB
Urgências Clínicas	1001038-1	60	04	1001029-1 1001030-1 1001031-1 1001032-1 1001034-1	DCB
Urgências Traumáticas	1001039-1	60	04	1001029-1 1001030-1 1001031-1 1001032-1 1001034-1	DCB
Administração Sanitária (Legislação e Administração de Sistemas de Saúde)	1001040-1	45	03	1001020-1	DCB
Oftalmologia	1001043-1	30	02	1001011-1 1001015-1	DCB
Otorrinolaringologia	1001044-1	30	02	1001011-1 1001015-1	DCB
Medicina Legal	1001048-1	60	04	1001002-1 1001011-1 1001015-1	DCB

COMPONENTES CURRICULAR (DISCIPLINAS e TCC)	CÓDIGO	C.H	CR	PRÉ- REQUISITO	DEPTº DE ORIGEM
<i>TOTAL</i>		450	30		

OITAVO PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR (DISCIPLINAS)	CÓDIGO	C.H	CR	PRÉ- REQUISITO	DEPTº DE ORIGEM
Pediatria e Criança Saudável		180	12	1001011-1 1001015-1	DCB
Ginecologia e Mastologia	1001045-1	75	05	1001011-1 1001015-1	DCB
Obstetrícia	1001046-1	120	08	1001011-1 1001015-1	DCB
Farmacologia Aplicada II	1001047-1	60	04	1001028-1	DCB
Geriatría	1001049-1	60	04	1001011-1 1001015-1	DCB
<i>TOTAL</i>		495	33		

DO NONO AO DECIMO SEGUNDO PERÍODOS (sem pré-requisitos entre si) os Estágios INTERNATOS I, II, III e IV serão realizados concomitantemente com as Atividades do SUS I, II, III e IV respectivamente e estas atividades do SUS são inseridas como Atividades Complementares

Inserir Código – Internato I, 990h (Estágio)

Espaço para o exercício de competências e habilidades em clínica médica e saúde coletiva. Estágio voltado para o diagnóstico das doenças de condução cirúrgicas e de procedimentos básicos ao exercício da profissão de médico com formação geral. Ênfase na pequena cirurgia, procedimentos invasivos em situação de emergência para manutenção da vida, postura e responsabilidades ética e técnica na realização de procedimentos básicos em cirurgia. Assistência inicial ao portador de trauma multissistêmico. Treinamento das competências e habilidades em saúde coletiva. Ênfase na postura ética e humanizada ao tratar com a comunidade, com as pessoas e seus familiares voltando-se para a promoção da saúde, bem-estar individual e coletivo e de sua própria saúde. Prevenção das doenças mais frequentes em nosso meio. Calendário de imunizações do adulto. Busca de soluções apropriada para melhoria da qualidade de vida das populações urbanas e rurais, do médico e dos profissionais de saúde.

PR 1001001-1 Introdução à Medicina, 30 h

PR 1001002-1 Noções de Ética e Bioética, 30 h

PR 1001003-1 Citologia e Organização Biomolecular, 180 h

PR 1001005-1 Epidemiologia I, 45 h

PR 1001006-1 Genética Humana, 60 h

PR 1001007-1 Introdução à Metodologia Científica TCC 1, 45 h

PR 1001009-1 Epidemiologia II, 45 h

PR 1001010-1 Nutrição e Saúde, 30 h
 PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h
 PR 1001012-1 Instrumentação e Técnica Cirúrgica, 60 h
 PR 1001013-1 Anatomia Topográfica e Descritiva, 120 h
 PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h
 PR 1001016-1 Parasitologia Médica, 90 h
 PR 1001017-1 Microbiologia Médica, 60 h
 PR 1001020-1 Medicina Preventiva, 45 h
 PR 1001021-1 Anestesiologia, 30 h
 PR **Inserir Código** Bases da Oncologia, 30h
 PR 1001022-1 Farmacologia Básica, 60 h
 PR 1001023-1 Doenças do Aparelho Digestivo, 150 h
 PR 1001024-1 Doenças Cardiovasculares, 150 h
 PR 1001026-1 Doenças Hematológicas e Linfopoiéticas, 60 h
 PR 1001027-1 Doenças Endócrinas, 60 h
 PR 1001028-1 Farmacologia Aplicada I, 30 h
 PR **Inserir Código** Metodologia Científica TCC2, 15h
 PR 1001029-1 Doenças Respiratórias, 120 h
 PR 1001030-1 Doenças do Aparelho Genitourinário, 120 h
 PR 1001031-1 Doenças Imunológicas, do Tecido Conjuntivo e das Articulações, 75 h
 PR 1001034-1 Psiquiatria, 90 h
 PR 1001035-1 Elaboração de Trabalho Científico TCC 3, 30 h
 PR 1001038-1 Urgências Clínicas, 60 h
 PR 1001039-1 Urgências Traumáticas, 60 h
 PR 1001040-1 Administração Sanitária (Legislação e Administração de Sistemas de Saúde), 45 h
 PR 1001045-1 Ginecologia e Mastologia, 75 h
 PR 1001046-1 Obstetrícia, 120 h
 PR 1001047-1 Farmacologia Aplicada II, 60 h
 PR 1001049-1 Geriatria, 60 h
 PR **Inserir Código** Pediatria e Criança Saudável, 180h
 PR 1001043-1 Oftalmologia 30 h
 PR 1001044-1 Otorrinolaringologia 30 h
 PR 1001048-1 Medicina-Legal 60 h
 CO Atividades do SUS I (atividades complementares)
 EQ 1001054-1 Estágio Supervisionado e Integrado na Forma de Internato em Clínica Cirúrgica 660 h
 EQ 1001055-1 Estágio Supervisionado e Integrado na Forma de Internato em Saúde Comunitária 660 h

Atividades do SUS I 300 P (Atividades Complementares)

Inserir Código – Internato II, 990h (Estágio)

Espaço para o exercício de competências e habilidades em clínica cirúrgica e em clínica médica nas áreas do aparelho digestivo, cardiovascular, pulmonar, neurociências, sistemas endócrino e metabólico, geniturinário e locomotor, dermatológica, imunológica e geriátrica. Enfoque para o diagnóstico das doenças de condução clínicas e das doenças de condução cirúrgicas com indicação de procedimentos possíveis na Assistência da Atenção Básica.

Treinamento básico para o médico de formação geral e suas limitações em técnicas cirúrgicas. Ênfase na postura e responsabilidade ética e técnica em procedimentos básicos e na assistência inicial ao portador de trauma multissistêmico; ênfase na postura ética e humanizada ao tratar com pessoas fragilizadas e seus familiares; entendimento e compreensão do ser humano como unidade biológica, antropológica, histórica, social, cultural e ambiental.

PR 1001001-1 Introdução à Medicina, 30 h

PR 1001002-1 Noções de Ética e Bioética, 30 h

PR 1001003-1 Citologia e Organização Biomolecular, 180 h

PR 1001005-1 Epidemiologia I, 45 h

PR 1001006-1 Genética Humana, 60 h

PR 1001007-1 Introdução à Metodologia Científica TCC 1, 45 h

PR 1001009-1 Epidemiologia II, 45 h

PR 1001010-1 Nutrição e Saúde, 30 h

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

PR 1001012-1 Instrumentação e Técnica Cirúrgica, 60 h

PR 1001013-1 Anatomia Topográfica e Descritiva, 120 h

PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h

PR 1001016-1 Parasitologia Médica, 90 h

PR 1001017-1 Microbiologia Médica, 60 h

PR 1001020-1 Medicina Preventiva, 45 h

PR 1001021-1 Anestesiologia, 30 h

PR **Inserir Código** Bases da Oncologia, 30h

PR 1001022-1 Farmacologia Básica, 60 h

PR 1001023-1 Doenças do Aparelho Digestivo, 150 h

PR 1001024-1 Doenças Cardiovasculares, 150 h

PR 1001026-1 Doenças Hematológicas e Linfopoiéticas, 60 h

PR 1001027-1 Doenças Endócrinas, 60 h

PR 1001028-1 Farmacologia Aplicada I, 30 h

PR **Inserir Código** Metodologia Científica TCC2, 15h

PR 1001029-1 Doenças Respiratórias, 120 h

PR 1001030-1 Doenças do Aparelho Genitourinário, 120 h

PR 1001031-1 Doenças Imunológicas, do Tecido Conjuntivo e das Articulações, 75 h

PR 1001034-1 Psiquiatria, 90 h

PR 1001035-1 Elaboração de Trabalho Científico TCC 3, 30 h

PR 1001038-1 Urgências Clínicas, 60 h

PR 1001039-1 Urgências Traumáticas, 60 h

PR 1001040-1 Administração Sanitária (Legislação e Administração de Sistemas de Saúde), 45 h

PR 1001045-1 Ginecologia e Mastologia, 75 h

PR 1001046-1 Obstetrícia, 120 h

PR 1001047-1 Farmacologia Aplicada II, 60 h

PR 1001049-1 Geriatria, 60 h

PR **Inserir Código** Pediatria e Criança Saudável, 180h

PR 1001043-1 Oftalmologia 30 h

PR 1001044-1 Otorrinolaringologia 30 h

PR 1001048-1 Medicina-Legal 60 h

CO Atividades do SUS II (atividades complementares)

EQ 1001050-1 Estágio Supervisionado e Integrado na Forma de Internato em Clínica Médica

"A" 660 h

EQ 1001054-1 Estágio Supervisionado e Integrado na Forma de Internato em Clínica Cirúrgica 660 h

Atividades do SUS II 300 P (Atividades complementares)

Inserir Código – Internato III, 990h (Estágio)

Espaço para o exercício de competências e habilidades em medicina clínica, nas áreas da infectologia, psiquiatria e urgências clínicas e em tocoginecologia. Ênfase na postura ética e humanizada ao tratar com pessoas fragilizadas e seus familiares. Espaço para treinamento em ginecologia e obstetrícia. Ênfase na promoção da saúde da mulher e na prevenção da violência de gênero e de situações de risco para agravos na saúde; reversão da morbimortalidade materno-infantil; reabilitação do parto humanizado como celebração da vida. Assistência a mulher da infância à senectude; os casais, parturientes, mulheres fragilizadas e seus familiares. Entendimento e compreensão do ser humano como unidade biológica, antropológica, histórica, social, cultural e ambiental.

PR 1001001-1 Introdução à Medicina, 30 h

PR 1001002-1 Noções de Ética e Bioética, 30 h

PR 1001003-1 Citologia e Organização Biomolecular, 180 h

PR 1001005-1 Epidemiologia I, 45 h

PR 1001006-1 Genética Humana, 60 h

PR 1001007-1 Introdução à Metodologia Científica TCC 1, 45 h

PR 1001009-1 Epidemiologia II, 45 h

PR 1001010-1 Nutrição e Saúde, 30 h

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

PR 1001012-1 Instrumentação e Técnica Cirúrgica, 60 h

PR 1001013-1 Anatomia Topográfica e Descritiva, 120 h

PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h

PR 1001016-1 Parasitologia Médica, 90 h

PR 1001017-1 Microbiologia Médica, 60 h

PR 1001020-1 Medicina Preventiva, 45 h

PR 1001021-1 Anestesiologia, 30 h

PR **Inserir Código** Bases da Oncologia, 30h

PR 1001022-1 Farmacologia Básica, 60 h

PR 1001023-1 Doenças do Aparelho Digestivo, 150 h

PR 1001024-1 Doenças Cardiovasculares, 150 h

PR 1001026-1 Doenças Hematológicas e Linfopoiéticas, 60 h

PR 1001027-1 Doenças Endócrinas, 60 h

PR 1001028-1 Farmacologia Aplicada I, 30 h

PR **Inserir Código** Metodologia Científica TCC2, 15h

PR 1001029-1 Doenças Respiratórias, 120 h

PR 1001030-1 Doenças do Aparelho Genitourinário, 120 h

PR 1001031-1 Doenças Imunológicas, do Tecido Conjuntivo e das Articulações, 75 h

PR 1001034-1 Psiquiatria, 90 h

PR 1001035-1 Elaboração de Trabalho Científico TCC 3, 30 h

PR 1001038-1 Urgências Clínicas, 60 h

PR 1001039-1 Urgências Traumáticas, 60 h

PR 1001040-1 Administração Sanitária (Legislação e Administração de Sistemas de Saúde), 45 h

PR 1001045-1 Ginecologia e Mastologia, 75 h
PR 1001046-1 Obstetrícia, 120 h
PR 1001047-1 Farmacologia Aplicada II, 60 h
PR 1001049-1 Geriatria, 60 h
PR **Inserir Código** Pediatria e Criança Saudável, 180h
PR 1001043-1 Oftalmologia 30 h
PR 1001044-1 Otorrinolaringologia 30 h
PR 1001048-1 Medicina-Legal 60 h
CO Atividades do SUS III (atividades complementares)
EQ 1001052-1 Estágio Supervisionado e Integrado na Forma de Internato em Clínica Médica "B" 660 h
EQ 1001053-1 Estágio Supervisionado e Integrado na Forma de Internato em Tocoginecologia 660 h

Atividades do SUS III 300 P (Atividades Complementares)

Inserir Código – Internato IV, 990h (Estágio)

Espaço para o exercício de competências e habilidades em ginecologia e obstetrícia e em pediatria e manuseio da criança saudável. Ênfase na promoção da saúde da mulher e cuidados com vítimas de violência sexual. Planejamento familiar. Pré-natal; reabilitação do parto humanizado e condução no parto cirúrgico. Neonatologia, crescimento e desenvolvimento e assistência pediátrica. Ênfase na postura ética e humanizada ao tratar com crianças e jovens fragilizados e seus familiares. Enfoque da promoção da saúde infanto-juvenil, do bem-estar individual e coletivo. Prevenção de acidentes e situação de risco; reversão do processo das doenças mais frequentes em nosso meio, contextualizando-as na política e na cultura. Tratamento e reabilitação de jovens doentes. Compreensão da criança como ser humano em desenvolvimento e como unidade biológica, antropológica, histórica, social, cultural e ambiental.

PR 1001001-1 Introdução à Medicina, 30 h
PR 1001002-1 Noções de Ética e Bioética, 30 h
PR 1001003-1 Citologia e Organização Biomolecular, 180 h
PR 1001005-1 Epidemiologia I, 45 h
PR 1001006-1 Genética Humana, 60 h
PR 1001007-1 Introdução à Metodologia Científica TCC 1, 45 h
PR 1001009-1 Epidemiologia II, 45 h
PR 1001010-1 Nutrição e Saúde, 30 h
PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h
PR 1001012-1 Instrumentação e Técnica Cirúrgica, 60 h
PR 1001013-1 Anatomia Topográfica e Descritiva, 120 h
PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h
PR 1001016-1 Parasitologia Médica, 90 h
PR 1001017-1 Microbiologia Médica, 60 h
PR 1001020-1 Medicina Preventiva, 45 h
PR 1001021-1 Anestesiologia, 30 h
PR **Inserir Código** Bases da Oncologia, 30h
PR 1001022-1 Farmacologia Básica, 60 h
PR 1001023-1 Doenças do Aparelho Digestivo, 150 h
PR 1001024-1 Doenças Cardiovasculares, 150 h

PR 1001026-1 Doenças Hematológicas e Linfopoiéticas, 60 h
 PR 1001027-1 Doenças Endócrinas, 60 h
 PR 1001028-1 Farmacologia Aplicada I, 30 h
 PR **Inserir Código** Metodologia Científica TCC2, 15h
 PR 1001029-1 Doenças Respiratórias, 120 h
 PR 1001030-1 Doenças do Aparelho Genitourinário, 120 h
 PR 1001031-1 Doenças Imunológicas, do Tecido Conjuntivo e das Articulações, 75 h
 PR 1001034-1 Psiquiatria, 90 h
 PR 1001035-1 Elaboração de Trabalho Científico TCC 3, 30 h
 PR 1001038-1 Urgências Clínicas, 60 h
 PR 1001039-1 Urgências Traumáticas, 60 h
 PR 1001040-1 Administração Sanitária (Legislação e Administração de Sistemas de Saúde), 45 h
 PR 1001045-1 Ginecologia e Mastologia, 75 h
 PR 1001046-1 Obstetrícia, 120 h
 PR 1001047-1 Farmacologia Aplicada II, 60 h
 PR 1001049-1 Geriatria, 60 h
 PR **Inserir Código** Pediatria e Criança Saudável, 180h
 PR 1001043-1 Oftalmologia 30 h
 PR 1001044-1 Otorrinolaringologia 30 h
 PR 1001048-1 Medicina-Legal 60 h
 CO Atividades do SUS IV (atividades complementares)
 EQ 1001053-1 Estágio Supervisionado e Integrado na Forma de Internato em Tocoginecologia 660 h
 EQ 1001056-1 Estágio Supervisionado e Integrado na Forma de Internato em Pediatria 660 h

Atividades do SUS IV 300 P (Atividades Complementares)

MÓDULO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

DO PRIMEIRO AO DÉCIMO SEGUNDO PERÍODOS

ATIVIDADES COMPLEMENTARES	C.H	PRÉ-REQUISITO
Atividades Acadêmica	180	
Atividades do SUS I	300	Apresentação do TCC
Atividades do SUS II	300	Apresentação do TCC
Atividades do SUS III	300	Apresentação do TCC
Atividades do SUS IV	300	Apresentação do TCC
Seminários Transversal	150	-
<i>TOTAL</i>	<i>1.530</i>	

RESUMO DOS COMPONENTES CURRICULAR

(apenas para visualização objetiva do Curso – não traduz e nem substitui a matriz acima)

COMPONENTES CURRICULARES	CREDITOS	CARGA HORÁRIA
Formação básica e profissionalizante (disciplinas obrigatórias)	265	3.975
Internatos I, II, III e IV (estágios)	264	3.960
Disciplinas optativas	15	225
Atividades Acadêmica (atividade complementar)	-	180
Atividades do SUS I, II, III e IV (atividade complementar)		1.200
- Seminários Transversal (atividade complementar)		150
Total		9.690

CAPÍTULO V


DA EQUIVALÊNCIA ENTRE MATRIZES CURRICULARES (2010 E 2013)

Art. 25 A equivalência entre matrizes curriculares do curso de medicina da UERN refere-se às suas duas últimas versões: 2004.1 e 2014.1, descritas período à período:

Equivalência de matrizes do primeiro período do curso de medicina da UERN

QUADRO 1 – EQUIVALÊNCIA ENTRE COMPONENTES DE MATRIZES CURRICULARES (MC) DIFERENTES DO MESMO CURSO

UNDADE UNIVERSITÁRIA:	FACS		
DEPARTAMENTO ACADÊMICO:	DCB	CURSO:	MEDICINA

ITEM	CÓDIGO DA MC DE ORIGEM DO COMPONENTE_____			CÓDIGO DA MC DO COMPONENTE EQUIVALENTE_____				
	COMPONENTE CURRICULAR DA MC DE ORIGEM			COMPONENTE CURRICULAR EQUIVALENTE			(*)	
	CÓDIGO	DISCIPLINA	CH/CR	CÓDIGO	DISCIPLINA	CH/CR		
01	1001012-1	Instrumentação e técnica cirúrgica	60/04	Inserir código	Instrumentação e Clínica Cirúrgica	60/04	x	
02	1001025-1	Oncologia	45/03	Inserir código	Bases da Oncologia	45/03	x	
03	1001035-1	Elaboração de Trabalho Científico	30/02	Inserir código	Elaboração de Trabalho Científico – TCC 3	30/02	x	
04	1001065-1	Oficina I de Vivência na Comunidade	60/04	Inserir código	Vivência em Comunidade I	60/04	x	

(*) Caso em que a equivalência é recíproca entre as disciplinas.

MÓDULO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

DO PRIMEIRO AO DÉCIMO SEGUNDO PERÍODOS

ATIVIDADES COMPLEMENTARES	C.H	PRÉ-REQUISITO
Atividades Acadêmica	180	
Atividades do SUS I	300	Apresentação do TCC
Atividades do SUS II	300	Apresentação do TCC
Atividades do SUS III	300	Apresentação do TCC
Atividades do SUS IV	300	Apresentação do TCC
Seminários Transversal	150	-
<i>TOTAL</i>	<i>1.530</i>	

TÍTULO II

TRABALHO CIENTÍFICO PARA CONCLUSÃO DO CURSO- TCC

Art. 26 O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade acadêmica de caráter obrigatório, individual e requisito parcial para a conclusão do Curso de Bacharel em Medicina da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, determinado pelo RCG/UERN (2013)

CAPÍTULO I DO OBJETIVO

Art. 27 O TCC constitui-se em um momento de potencialização e sistematização de habilidades e conhecimentos adquiridos ao longo da graduação na forma de pesquisa acadêmico-científica e contribui de forma criativa na resolução de problemas teóricos e empíricos.

Art. 28 O TCC articula o conhecimento global do aluno no interior de sua área de formação, é concebido e executado como uma atividade científica e não somente como forma de avaliação de seu desempenho no domínio e/ou avaliação de um componente curricular específico.

Art. 29 Como trabalho que se submete aos padrões da produção científica, o TCC deve respeitar seus parâmetros e a ele envolve três etapas: a de formulação de um projeto de

pesquisa, sua execução na forma de uma pesquisa e a apresentação de seus resultados em forma de artigo científico

§ 1º O artigo compreende, em sua primeira etapa, a elaboração de um projeto de pesquisa sob a orientação de um docente.

§ 2º A segunda etapa - execução - corresponde à realização do projeto quando o aluno aplica os conhecimentos científicos de sua área de conhecimento, bem como efetua as atividades dentro de parâmetros mínimos de cientificidade.

§ 3º Para cumprimento da execução, o aluno deve valer-se de métodos e técnicas universalmente aceitas pela comunidade científica que incluem pertinência, consistência, manipulação de variáveis e de hipóteses, mensuração de dados primários e/ou secundários de acordo com padrões de representatividade e generalização compatíveis com seu tema, seu problema/hipótese de trabalho e sua área de conhecimento ou de exercício profissional.

§ 4º Ao apresentar o trabalho finalizado e antes da exposição oral, o aluno decerá entregá-lo no formato que permita ser submetido para publicação em periódico de circulação nacional e/ou internacional.

§ 5º Ao TCC, devem ser anexadas as normas para publicações referentes ao periódico escolhido pelo aluno, bem como os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais descritos no corpo do Manual de Elaboração do TCC, incluindo as normas de publicação da revista selecionada.

§ 6º Como toda investigação que possui caráter científico, o TCC deve ser submetido à apreciação de uma Banca Examinadora composta de três professores: o orientador e dois outros professores escolhidos de acordo com sua habilitação técnica em relação ao tema abordado.

Art. 30 A Banca Examinadora possibilita a avaliação do artigo sob a ótica de diferentes perspectivas e pontua em formulário específico os critérios utilizados.

§ 1º A defesa do TCC diante de uma Banca Examinadora traduz a possibilidade do aluno testar sua competência discursiva, de exercitar sua capacidade argumentativa e de defender sua perspectiva ao mesmo tempo, permitir-lhe-á esclarecer elementos de seu trabalho que possam ter ficado obscuros ou frágeis do ponto de vista de sua consistência ou pertinência científica.

§ 2º A defesa do TCC exercitará a capacidade lógico-dedutiva, de análise e de síntese do aluno, sua fluência em termos de expressão e defesa de suas ideias, bem como sua capacidade de resposta diante de argumentos da Banca Examinadora.

§ 3º A necessidade de defesa diante de uma Banca justifica-se como inerente ao próprio caráter do trabalho de conclusão de curso, como mecanismo de ensino-aprendizagem do próprio discente e como fator que exercita as faculdades discursiva e argumentativa.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS DO TCC

Art. 31 A realização do trabalho científico, TCC, constitui atividade obrigatória do Projeto Pedagógico do Curso de Medicina da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e deve ser apresentado e defendido até o sétimo período do Curso.

Art. 32 O TCC deve contemplar os aspectos correspondentes à iniciação científica, proporcionando aos alunos a participação ativa dos mesmos em projetos de pesquisa com qualidade acadêmica e científica.

Art. 33 O TCC deverá ter orientação docente e a finalização do mesmo deverá ocorrer no 7º(sétimo) período letivo do curso, quando deverá ser apresentado e defendido

Parágrafo Único – A regulamentação do TCC e sua sistematização contribuirá para futuras pesquisas, o que acarretará benefícios para o curso de Medicina, para a UERN e para a comunidade científica, e servirá o RCG/UERN (2013).

CAPÍTULO III DA INSCRIÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 34 Na ocasião da matrícula em Metodologia Científica, no 5º(quinto) período do curso, o aluno deverá registrar no DCB os documentos em formulários específicos preenchidos, indicados no Manual para Elaboração do TCC do Curso:

- I - anteprojeto de pesquisa (APÊNDICE 01 do Manual de Elaboração do TCC);
- II - carta de aceite do orientador (APÊNDICE 02 do Manual de Elaboração do TCC).

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE PESQUISA DA FACS JUNTO AO TCC

Art. 35 São atribuições da Comissão de Pesquisa da FACS junto ao TCC:

- I. realizar e atualizar o registro dos docentes disponíveis para orientação de trabalhos, com as respectivas linhas de pesquisa, conforme os critérios definidos; e
- II. apreciar os anteprojetos de pesquisa e relatórios semestrais, acompanhar o andamento dos trabalhos, desde o início até a finalização, verificando, em cada etapa, o cumprimento dos prazos e requisitos administrativos descritos no Manual para Elaboração do TCC;
- III. auxiliar os orientadores na resolução de pendências relativas aos TCCs constatadas em qualquer fase de sua construção;
- IV. avaliar situações de excepcionalidade envolvendo a elaboração dos TCCs e recomendar soluções e encaminhamentos para apreciação e decisão da Chefia de Departamento.

CAPÍTULO V DOS REQUISITOS E DEVERES DOS ALUNOS

Art. 36 O aluno deverá estar regularmente matriculado no curso de graduação em Medicina da UERN, em nível correspondente ao 5º(quinto) período, quando da inscrição do anteprojeto do TCC, mas os alunos desnívelados devem realizar a inscrição do seu TCC no semestre letivo em que for integralizar todos os componentes curriculares da matriz curricular do quinto período.

Art. 37 A elaboração do anteprojeto do trabalho científico terá orientação docente e o conteúdo e formato do anteprojeto devem obedecer ao modelo estabelecido pela Comissão de Pesquisa, contidos no Manual de Elaboração do TCC.

Art. 38 Nas publicações do TCC e trabalhos apresentados, os alunos devem, obrigatoriamente, fazer referência à sua condição de alunos do Curso de graduação em Medicina da FACS-UERN, bem como citar os nomes do orientador, colaboradores e respectivas Instituições envolvidas.

Parágrafo Único - O não cumprimento dos requisitos e deveres mencionados acima implica em não matricular-se em estágios de Internatos e nas Atividades do SUS I, II, III e IV até a comprovada retratação pública, encaminhada da própria editora da revista, do procedimento antiético cometido, assim como cumprimento de outras penalidades que poderão ser atribuídas ao aluno pela Comissão de Pesquisa da FACS.

CAPÍTULO VI REQUISITOS PARA O ORIENTADOR

Art. 39 Constituem-se requisitos para ser orientador de TCC:

- I - ser docente da UERN, em efetivo exercício de suas funções, estando de preferência envolvido em atividades de pesquisa no âmbito da UERN;
- II - ser docente da UERN, com titulação mínima de especialista pela ABM ou Residência Médica reconhecida pelo MEC, obtida via sociedade de especialidade vinculada à Associação Médica Brasileira ou curso *stricto sensu* reconhecido pela CAPES e que comprovem sua efetiva participação em atividades de pesquisa.

Art. 40 A solicitação para ser orientador de TCC deve ser encaminhada à Comissão de Pesquisa da FACS, acompanhadas de *Curriculum Vitae* na base Lattes.

Art. 41 Cada docente poderá orientar um máximo de quatro TCC.

Art. 42 O TCC será desenvolvido de forma individual pelo aluno.

Art. 43 A critério do orientador, recomenda-se que o projeto de pesquisa e os alunos envolvidos se cadastrem em uma das Bases de Pesquisa vinculadas à Pró-reitora de Pesquisa da UERN.

CAPÍTULO VII DEVERES DO ORIENTADOR

Art. 44 Constituem-se deveres do orientador do TCC:

- I - orientar os alunos nas várias etapas do trabalho científico, incluindo a elaboração do anteprojeto, relatórios, material para a apresentação em eventos científicos, bem como na redação final do trabalho, de acordo com as normas estabelecidas pela Comissão de Pesquisa da FACS;
- II - estar disponível para discussão das diversas etapas do trabalho com os alunos, considerando as peculiaridades da extensa carga horária do curso de Medicina;
- III - estimular os alunos a publicarem trabalhos em eventos científicos relacionados área de atuação dos mesmos;
- IV - zelar pela ética em pesquisa e responsabilidades no cumprimento de tarefas e prazos;
- V – comunicar-se com os docentes responsáveis pela disciplinas: Iniciação à Metodologia Científica – TCC 1; Metodologia Científica – TCC 2; e Elaboração do Trabalho Científico – TCC 3 utilizando linguagem comum.

CAPÍTULO VIII

DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 45 O TCC deverá ser apresentado ao término do sétimo período do curso, de forma oral, fazendo a apresentação para a Banca Examinadora e participando da arguição realizada após a apresentação.

Art. 46 A Banca Examinadora será constituída por 03 (três) examinadores escolhidos pelo orientador do trabalho em acordo com Comissão de Pesquisa da FACS, cujos nomes devem ser informados à Comissão de Pesquisa 15 (quinze) dias antes da data de apresentação dos trabalhos, através de ofício assinado pelo orientador.

§ 1º Um dos três avaliadores será o próprio orientador do trabalho e a ele compete a presidência da banca.

§ 2º Os trabalhos devem ser entregues aos membros das bancas 10 (dez) dias antes da data de apresentação.

§ 3º As apresentações terão duração mínima de 20 (vinte) minutos e máxima de 30 (trinta) minutos.

§ 4º O tempo de arguição será de 20 (vinte) minutos no máximo.

Art. 47 Quando possível os trabalhos serão apresentados em momento solene, na forma de evento científico local, determinado pela Comissão de Pesquisa da FACS.

Art. 48 São critérios e pontuações para julgamento do TCC:

- I. originalidade do tema (valor máximo de 1,0 ponto);
- II. metodologia utilizada (valor máximo de 2,0 pontos);
- III. resultados obtidos (valor máximo de 2,0 pontos);
- IV. apresentação oral (valor máximo de 2,0 pontos);
- V. apresentação do trabalho em condições de ser submetido para publicação (valor máximo de 2,0 pontos);
- VI. desempenho geral do aluno (valor máximo de 1,0 ponto)

Art. 49 Os critérios para Avaliação do TCC, incluindo o trabalho escrito e a apresentação oral estão descritos nos Apêndices 04 e 05 do Manual de Elaboração do Trabalho Científico.

CAPÍTULO IX

NORMAS PARA FORMATAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO, 2013.

Art. 50 O modelo padrão para o trabalho de conclusão de curso, 2013, seguirá:

Fonte: Arial, tamanho 12, espaçamento 1,5, papel A4.

Capa: Encadernação francesa (volume final), cor única por turma

Lombada: Nome do aluno, título do TCC, ano; Ex: LACERDA, F.G.

Impressão: somente frente da página

Normas Técnicas: segue a ABNT, na modalidade Artigo Científico, Associação Brasileira de Normas Técnicas mediante a Aplicação da Norma da NBR 14724, 2011 mas que as normas, quando da aceitação para publicação em revistas, seriam também anexadas ao trabalho escrito.

Parágrafo Único - O modelo padrão para formatação do TCC poderá sofrer alteração adequando-se a modernidade quando aprovado pela Comissão de Pesquisa da FACS e o Colegiado do Curso

Art. 51 O trabalho finalizado, com base no Manual de Elaboração do TCC em vigor deverá ser fotocopiado em 04 volumes a ser distribuído para o aluno e para cada um dos 03(três) componente da Banca Examinadora, enquanto o trabalho final deverá ser apresentado em encadernação à francesa para ser arquivado na Biblioteca Setorial da FACS.

Parágrafo Único - O modelo padrão para arquivo TCC na biblioteca setorial poderá sofrer alteração adequando-se a modernidade quando aprovado pela Comissão de Pesquisa da FACS e o Colegiado do Curso.

Art. 52 Para impressão recomenda-se a utilização de:

- I. papel branco, formato A4 (21 cm x 29,7 cm), digitado em cor preta no anverso;
- II. fonte Arial ou Times New Roman, tamanho 12, para todo o texto, exceto nas citações com mais de três linhas, notas de rodapé, paginação, legendas das ilustrações e tabelas que devem adotar um tamanho menor e padronizado tais como tamanho 10 ou 11;
- III. margens devem ser: para o anverso (frente), esquerda e superior de 3 cm e direita e inferior de 2 cm;
- IV. espaçamento e Indicativos de seção: todo o texto digitado com espaçamento 1,5 entre as linhas, excetuando-se as citações de mais de três linhas, notas de rodapé, referências, legendas das ilustrações e das tabelas, natureza (tipo de trabalho, objetivo, nome da instituição a que é submetido e área de concentração), que devem ser digitados em espaço simples;
- V. referências ao final do trabalho devem ser digitadas em espaço simples e separadas entre si por um espaço simples em branco e justificadas à esquerda;
- VI. paginação: as folhas ou páginas pré-textuais devem ser contadas, mas não numeradas e a numeração deve figurar, a partir da primeira folha da parte textual, em algarismo arábico, no canto superior direito da folha.

DOS ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS

Art. 53 São chamados elementos pré-textuais todos os elementos que contêm informações que ajudam na identificação e na utilização do trabalho:

- I. Capa;
- II. Folha de Rosto
- III. Resumo
- IV. Palavras Chave ou descritores
- V. Abstract
- VI. Key-Words

DOS ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS E NORMAS PARA ELABORAÇÃO DA ESCRITA

Art. 54 A Capa, como elemento obrigatório no artigo, deve apresentar na sua estrutura os seguintes itens:

- I. nome da instituição, nome do curso título e subtítulo (se houver), em letras maiúsculas;
- II. nome e sobrenome do autor em letras maiúsculas (o orientador e coorientador, se houver, deve ser incluído como autor do artigo, sendo o nome do aluno em primeiro e o do orientador em seguido, identificado sua titulação;

III. cidade/ estado e ano da apresentação do artigo.

Art. 55 A Folha de Rosto, como elemento obrigatório no artigo, deve apresentar na sua estrutura os seguintes itens:

- I. nome do aluno em letras maiúsculas;
- II. título e subtítulo(se houver), sendo o título em letras maiúsculas e subtítulo em letras minúscula;
- III. natureza (tipo do trabalho: artigo científico apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Medicina;
- IV. nome do orientador e coorientador (se houver), com suas devidas qualificações;
- V. cidade/estado e ano da apresentação do artigo.

Art. 56 O Resumo enquanto apresentação concisa dos aspectos relevantes de um texto, deverá ter ressaltados conteúdos da introdução, objetivos, método, os resultados e as conclusões , em uma sequência corrente de frases, em um único parágrafo e não em enumeração de tópicos e o espaçamento utilizado é simples e em sua redação dar preferência ao uso da terceira pessoa do singular e do verbo na voz ativa mas não deve exceder a 250 palavras e ainda deve ser acompanhado de palavras chaves, com o mínimo de três e o máximo de cinco palavras.

Art. 57 O Abstract é apenas a versão em inglês do resumo e das palavras chaves, sem alteração do conteúdo e observada a mesma formatação para o resumo.

DOS ELEMENTOS TEXTUAIS E NORMAS PARA ELABORAÇÃO DA ESCRITA

Art. 58 Os elementos textuais são partes do trabalho em que é exposto o conteúdo e apresenta os seguintes itens:

- I. Introdução: expõe o tema do artigo e apresenta a justificativa, finalidades e a relevância do trabalho e os objetivos, mas não é aconselhável a inclusão de ilustrações, tabelas e gráficos na introdução e finaliza-se a introdução com os objetivos do trabalho;
- II. referencial teórico ou fundamentação teórica: é o embasamento teórico do trabalho e evidencia a fundamentação científica do tema que se está abordando;
- III. material e método ou metodologia: deve-se incluir todas as informações necessárias acerca da área de estudo, população de estudo, período de referência, delineamento da pesquisa, variáveis consideradas, método de coleta de dados, análise de dados, considerações éticas, de modo a permitir que o trabalho possa ser repetido por outros pesquisadores;
- IV. resultados e discussão: onde os resultados serão apresentados de forma breve e concisa e apresenta-se os dados encontrados na metodologia proposta, podendo ser ilustrados com quadros, tabelas, fotografias, entre outros;
- V. discussões: tem como objetivo interpretar os resultados e relacioná-los aos conhecimentos já existentes e disponíveis, principalmente aquelas que foram indicadas na introdução e no referencial teórico e as informações dadas anteriormente no texto (na introdução, referencial teórico, materiais e métodos e resultados) podem ser citadas e dialogadas, mas não repetidas

em detalhes na discussão;

- VI. conclusão: deve responder de forma direta ao objetivo do trabalho e também deve ser breve e concisa, não deve-se usar referências e o autor pode expor seu ponto de vista com base nos resultados que avaliou e interpretou, mas se sugerir proposta para a realização de novos estudos a partir do estudo inicial, pede-se para especificar.

DOS ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS E NORMAS PARA ELABORAÇÃO DA ESCRITA

Art. 59 São os elementos pós-textuais que têm relação com o texto, mas que para torná-los menos denso e não prejudicar o seu desenvolvimento, costumam vir apresentados após a parte textual, sendo eles:

- I. referências: conjunto de elementos que permite a identificação das publicações utilizadas na construção do artigo e que deve ser organizada em ordem alfabética, de acordo com a NBR 6023 (ABNT) que dispõe sobre a elaboração de referências;
- II. glossário (opcional): é o documento complementar e/ou comprobatório elaborado pelo autor.
- III. anexos (opcional): é o documento não elaborado pelo autor e serve de comprovação e ilustração.
- IV. apêndice (opcional).

TÍTULO III

DOS INTERNATO I, INTERNATO II, INTERNATO III E INTERNATO IV, QUALIFICADO COMO ESTÁGIO – GRUPO II

CAPÍTULO I DA DEFINIÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS INTERNATOS

Art. 60 Os Internatos I, II, III e IV são estágios obrigatórios realizado nos turnos matutino e vespertino, em regime de 40 horas semanais, no qual o discente tem a oportunidade de aprofundar-se nas tarefas práticas específicas do âmbito da sua profissão.

Parágrafo Único. É vedado ao aluno regularmente matriculado no Internato o exercício de atividades de ensino em quaisquer das formas de monitoria.

Art. 61 - O funcionamento do Internato será em sistema de rodízios, com duração total de 100(cem) semanas e com 4(quatro) semanas de recesso entre o 10º(décimo) e 11º(décimo primeiro) períodos.

Art. 62 - A sequência de rodízio dos estágios de Internatos ocorrerão mediante sorteio aleatório promovido pela Coordenação do Curso ou de seu representante, na presença de alunos interessados, não havendo possibilidade de permuta entre alunos sorteados e os grupos serão formados equitativamente por alunos regularmente matriculados, com os componentes curriculares integralizados do primeiro ao oitavo período e o TCC apresentado de forma exitosa.

Art. 63 O período de recesso (férias) será de 4(quatro) semanas após concluídas as primeiras 50(cinquenta) semanas de estágio, conforme a Lei nº 11.788 de 25.09.2008 – MEC,

intercaladas entre o primeiro e segundo anos de estágio, de acordo com o cronograma de rodízio por grupos, para que todos possam mudar de estágio ao mesmo tempo. .

Art. 64 O objetivo fundamental dos internatos é proporcionar ao graduando, o treinamento e o exercício profissional em situação real, sob supervisão docente ou de preceptores, sendo aquele denominado Supervisor Didático Pedagógico e que tem sua indicação aprovada pela Coordenação Geral do Internato.

§ 1º- Quando o estágio de Internatos for realizado fora do âmbito da UERN, o Supervisor Didático Pedagógico deverá articular-se com um profissional da Instituição de Saúde que estará recebendo o aluno e este será doravante denominado de Supervisor de Campo.

Art. 65 Não haverá pré-requisitos entre os quatro estágios de Internatos durante os rodízios, mas o aluno só poderá ingressar em estágios do 9º(nono) ao 12º(décimo segundo) períodos quando integralizados e concluídos os oito períodos iniciais do curso sem nenhuma pendência e já tiver defendido com êxito o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC).

CAPITULO II DA COORDENAÇÃO DOS INTERNATOS

Art. 66 O Coordenador dos Internatos e o Vice-coordenador serão eleitos pelo Colegiado do Curso de Medicina e nomeados pelo Diretor da Faculdade de Ciências da Saúde (FACS)

§ 1º- O mandato do Coordenador Geral e Vice-Coordenador do Estágio de Internatos será de 24 meses.

§ 2º- Poderão se candidatar a Coordenador e Vice-Coordenador do Internato, os docentes com formação médica do DCB diretamente envolvidos com as áreas de Estágios para os Internato I, Internato II, Internato III e Internato IV.

§ 3º- Cada área do Internato terá um Coordenador e um Vice-Coordenador, este último apto a substituir o primeiro nos seus impedimentos.

§ 4º- A escolha dos Coordenadores e Vice-Coordenadores de cada rodízio, será realizada através de eleição no respectivo Departamento, onde se dará o Internato, para mandato inicial de 24 meses e renovado a critério do Departamento.

§ 5º- A representação dos internos será de um único estudante para cada Internato, do nono ao décimo segundo períodos, eleitos na primeira reunião dos internos, com direito à voz e voto no Conselho do Internato.

§ 6º- O Centro Acadêmico será representado por um membro, com direito à voz e voto no Conselho do Internato.

§ 7º- Em cada rodízio, dentro do mesmo período de curso, haverá um único representante discente, apenas com direito à voz, pois este representante será o informante das decisões tomadas no Conselho do Internato para os demais colegas estagiários do mesmo rodízio.

Art. 67 O Coordenador Geral do Estágio de Internato será assessorado por um Conselho de Internatos sob a sua presidência, sendo o mesmo assim constituído:

- Coordenador Geral do Estágio
- Coordenador do Internato I;
- Coordenador do Internato II;
- Coordenador do Internato III;
- Coordenador do Internato IV,

01 representante discente do Internato do 9º período;
01 representante discente do Internato do 10º período;
01 representante discente do Internato do 11º período;
01 representante discente do Internato do 12º período;
01 representante do Centro Acadêmico Carlos Ernani Rosado Soares
(CACER).

Parágrafo Único - Os representantes discentes terão assento no Conselho, com direito apenas à voz.

CAPITULO III DA MATRÍCULA DOS INTERNATOS

Art. 68 Os Internatos I, II, III e IV terão matrículas desencadeadas ao final do oitavo período, sem pré-requisitos entre si (entre os 4 Internatos), sem sofrer solução de continuidade até o décimo segundo período, guardado o período de férias obrigatória indicada pela legislação vigente para Estágios (MEC, 2012).

§ 1º - O aluno integralizará em 2 anos a carga horária específica de 3.960 horas de estágio, com 40 horas semanais, em 02 turnos de 04 horas diurnos (matutino e vespertino).

§ 2º - Os estágios de Internatos, obrigatórios, referente aos últimos 2 anos do curso de medicina, poderão ter suas matrículas ofertadas em datas iguais ou divergentes do Calendário Acadêmico da UERN, de acordo com a Resolução Nº 34/2013-CONSEPE/UERN, para que não haja solução de continuidade na prestação de serviços de saúde conveniados com a UERN.

CAPITULO IV ÁREAS DE ESTÁGIOS DE INTERNATOS

Art. 69 Os Estágios de Internatos serão cumprido nas cinco áreas fundamentais do conhecimento médico: Clínica Médica (áreas A e B), Clínica Cirúrgica, Pediatria, Toco-Ginecologia e Saúde Coletiva, em sistema de rodízio e os alunos serão distribuídos mediante sorteio, para as atividades no Internato I (Clínica Cirúrgica e Saúde Coletiva), Internato II (Clínica Médica área A e Clínica Cirúrgica), Internato III (Clínica Médica área B e Tocoginecologia) e Internato IV (Tocoginecologia e Pediatria).

§ 1º - Estágios de Internatos que contemplem Clínica Cirúrgica serão direcionado para o médico generalista de forma a orientar sobre clínica e indicação de tratamento cirúrgico eletivo ou de urgência, com ênfase na manutenção da vida e não deve ser pautado em técnica operatória exclusiva.

§ 2º - Estágio de Internato que contemple Clínica Médica, na área A do Internato II, compreenderá todas as especialidades clínicas não contempladas na área B e no Internato III a Clínica Médica contemplará a área B: Infectologia, Psiquiatria e Urgências Clínicas.

Art. 70 Obrigatoriamente os alunos do Internato I deverão passar pelos setores de Clínica Cirúrgica e Saúde Coletiva.

Art. 71 Os alunos do Internato I quando na Clínica Cirúrgica desenvolverão atividades em: Ambulatórios, Enfermarias, Centro Cirúrgico, Pequena Cirurgia, UTI e Pronto Atendimento e quando no rodízio da Saúde Coletiva, o estágio será exclusivamente na Atenção Básica do SUS.

§ 1º - Faz parte do Internato I o Estágio Rural, de duas semanas, durante o rodízio na área de Saúde Coletiva.

§ 2º - O Estágio Rural será cumprido de acordo com o programa do curso e respectivo cronograma estabelecidos em conjunto pelas Pró-Reitorias de Extensão, Pró-Reitoria de Graduação e Coordenação Geral do Internato, homologado pela Chefia do Departamento e terá a duração de 02(duas) semanas.

§ 3º - A distribuição dos internos nos municípios será realizada por meio de sorteio, em reunião com a Coordenação Geral do Internato, no mês que antecede o Estágio Rural.

§ 4º - O Estágio Rural é obrigatório e incluído no cômputo do rodízio de Saúde Coletiva, no Internato I e somente com a apresentação do certificado da sua realização, o interno terá integralizado o rodízio no estágio referido.

§ 5º - O Conselho do Internato não acatará solicitações do aluno para mudança de município durante a realização do Estágio Rural o que só haverá mudança, caso algum município não tenha condições de receber o interno no período determinado pelo rodízio para o estágio rural; neste caso apenas a Coordenação Geral do Internato procurará alternativas, ficando vedado aos alunos internos procurarem prefeitos ou secretários de saúde de outros municípios para recebê-lo e assim fica definido que esta é uma função exclusiva da Coordenação Geral do Internato sem nenhuma negociação por parte dos internos será reconhecida.

§ 6º - A escolha dos alunos para o estágio rural do Internato I, por município acolhedor, deverá ser feito de forma democrática, através de sorteio quando a oferta for menor que a procura para o mesmo sítio, e o interno que estiver realizando o estágio rural, não poderá se ausentar do mesmo para realizar outras atividades como congressos, seminários e outros, mesmo que seja para apresentar trabalhos, o que deve ser delegado para outro colega disponível.

§ 7º - O interno deverá se organizar com antecedência para ter dedicação exclusiva ao estágio rural.

§ 8º - A preceptoria do estágio rural, deverá remeter à chefia do departamento no prazo de 72 horas (setenta e duas) horas após a avaliação, a nota do interno obtida no referido estágio.

Art. 72 Os alunos do Internato II quando na Clínica Cirúrgica desenvolverão atividades em Ambulatórios, Enfermarias, Centro Cirúrgico, Pequena Cirurgia, UTI e Pronto Atendimento e quando no rodízio da Clínica Médica área A passarão pelos setores especializados de clínicas em Ambulatórios, Enfermarias, UTI e Pronto Atendimento, em áreas e especialidades clínicas não contempladas na Clínica Médica área B.

§ 1º Faz parte da Clínica Médica área A, os conteúdos: Cardiologia, Pneumologia, Endocrinologia, Reumatologia, Nefrologia, Dermatologia, Hematologia, Geriatria, Gastroenterologia, Neurologia e Imagenologia.

§ 2º Faz parte da Clínica Médica área B os conteúdos: Infectologia, Psiquiatria e Urgências Clínicas.

Art. 73 Os alunos do Internato III quando na Clínica Médica área B desenvolverão atividades em Ambulatórios, Enfermarias, UTI, Pronto Atendimento e SAMU e quando no rodízio da Tocoginecologia passarão pelos setores especializados em Ambulatórios, Enfermarias, Maternidades e Pronto Atendimento.

Art. 74 Os alunos do Internato IV quando na Tocoginecologia passarão pelos setores especializados em Ambulatórios, Enfermarias, Maternidades e Pronto Atendimento e quando no rodízio a Pediatria desenvolverão atividades em Unidades Básicas de Saúde, Pronto Atendimento, Ambulatórios, Enfermarias Pediátricas e Maternidades incluindo Bercário e

UTI neonatal.

Art. 75 O estudante só poderá iniciar Internatos, após obter aprovação em todos os componentes curriculares (disciplinas) dos ciclos básico e profissionalizante, perfazendo o total de créditos contidos na estrutura curricular do curso até o oitavo período inclusive e ter defendido, com êxito, o Trabalho de Conclusão de Curso exigido no 7º(sétimo) período do curso.

§ 1º - .Caso haja, por motivo de força maior, atraso na publicação das notas do 8º(oitavo) período, em função do cumprimento de datas contidas no Calendário Universitário, o aluno assumirá o estágio de Internato ciente de que abdicará do direito ao Internato, caso esteja reprovado em alguma das disciplinas ou não tenha integralizado com êxito todos os pré-requisitos para acesso aos Internatos, sem direito a recursos.

§ 2º - O aluno terá obrigatoriamente de integralizar todas as pendências do primeiro ao oitavo período inclusive e a defesa exitosa do TCC antes de ingressar nos Internatos

Art. 76 As Atividades do SUS I, II, III e IV não se enquadram como estágios, são atividades complementares dos dois últimos anos do curso, em concomitância com os Internatos, aplicada na forma de 12 horas semanais e seguem programação paralela para cada rodízio igual, com a efetiva orientação do mesmo docente responsável pelo estágio Internato durante o estágio afim.

CAPITULO V DOS ESTÁGIOS DE INTERNATOS FORA DO DOMICÍLIO DE MOSSORÓ (OPTATIVO)

Art. 77 O estágio obrigatório de Internatos, para ser realizado fora de Mossoró se fará por opção do aluno e será de quatro semanas consecutivas e em apenas um dos quatro rodízios de Internato, em locais reconhecidos e aprovados pelo Conselho de Internato, com aval da Chefia do Departamento, do Orientador Acadêmico e referendado pelo Diretor do Curso.

Paragrafo Único – A continuidade do estágio se dará na sede, em Mossoró.

Art. 78 O mês em que se dará o Internato fora da sede, Mossoró, será de escolha do Coordenador do rodízio de forma a não haver prejuízo dos serviços locais onde se daria o estágio.

Art. 79 O aluno após escolher a Instituição onde deseja realizar o estágio fora de Mossoró, deverá apresentar ao Conselho do Internato, documento de aceitação pela Instituição, com antecedência mínima de trinta dias e reapresentar a documentação de aceite no momento do sorteio geral.

Art. 80 O documento original de avaliação correspondente ao estágio fora de Mossoró deverá ser apresentado ao Coordenador de Área onde o mesmo foi realizado, pois a nota obtida será adicionada a soma das notas da referida área e cópia do original deste documento deve ser entregue ao Coordenador Geral do Internato, para arquivamento e registro na ficha do interno.

Art. 81 Em caso de extrema necessidade de permuta das quatro semanas consecutivas do estágio fora de Mossoró, a solicitação deverá ser encaminhada por escrito ao Conselho de Internato, com antecedência mínima de trinta dias e sido ouvido o Coordenador de Área local onde o interno estaria lotado, o Coordenador de Área do local receptivo onde o estágio se

realizará e ter a concordância dos Chefes de Departamento das referidas Áreas quando pertinentes.

Parágrafo Único - A Coordenação da Área local, sede Mossoró, poderá ou não conceder esta permuta, de acordo com as necessidades dos serviços locais, para não haver solução de continuidade nos serviços prestados à população.

CAPÍTULO VI DOS PROGRAMAS DOS INTERNATOS

Art. 82 Os programas dos rodízios de Internatos serão obrigatoriamente propostos e seguidos pela Coordenação do Internato e homologados pelo Departamento, Conselho do Internato e Orientador Acadêmico do Curso de Medicina da UERN.

§ 1º- No programa de estágio de Internatos, em todos os rodízios, exceção o programa da Saúde Coletiva, deverá constar atividades de emergências médicas.

§ 2º- Nos programas de estágio de Internatos em todas as áreas especializadas deverão constar também atividades pertinentes a respectiva área voltada para a rede de Atenção Básica em Saúde.

Art. 83 No início de cada rodízio de Internatos, o aluno deverá ser orientado e receber o programa escrito constando as atividades a serem cumpridas, a definição dos objetivos a serem atingidos e os critérios de avaliação naquele rodízio.

§ 1º- As atividades teóricas corresponderão a um máximo de 20%(vinte por cento) de toda carga horária de cada Internato e poderão contemplar: seminários, palestras abordando grandes temas de atualização, discussão de casos clínicos e leitura e discussão de artigos científicos da área de estágio.

§ 2º - O seguimento, frequência e a avaliação das atividades desenvolvidas cotidianamente pelos internados serão registradas em formulários próprios fornecidos pela Coordenação Geral dos Internatos e arquivadas no DCB.

CAPÍTULO VII DOS INTERNATOS EM INSTITUIÇÕES CREDENCIADAS.

Art. 84 O Internato poderá se desenvolver mediante convênio institucional para Internatos, com duração máxima de seis meses, que corresponde até 25% da carga horária total do internato, em Unidades ou Serviços de Saúde credenciados, desde que a Preceptoria de cada Área seja exercida por docentes, preceptores ou tutores capacitados, quando os serviços locais não disponibilizarem o estágio referido.

§ 1º- O aluno deverá integralizar concomitantemente a cada Internato, 300 horas das Atividades do SUS, corequisitos com Internatos, para poder pleitear a colação de grau, quando integralizadas.

§ 2º- O Internato deverá ser desenvolvido obrigatoriamente em uma das Áreas (clínica médica áreas A e B, cirurgia, pediatria, tocoginecologia e saúde coletiva), escolhida previamente pelo interno na primeira reunião com a Coordenação Geral do Internato, entendendo o aluno que haverá análise de equivalência de programas antes de ser computada sua nota para aprovação no respectivo rodízio.

§ 3º- O aluno deverá estar ciente de que poderá precisar integralizar o rodízio correspondente quando não houver equivalência compatível.

Art. 85 Os estágios em outras Unidades ou Serviços de Saúde obedecerão a este Regimento,

mediante convênios formais e vigentes, com a supervisão didático-pedagógica local e da Chefia de Departamento do curso de Medicina, explicitados no convênio celebrado.

§ 1º- Ao final do Estágio, a Unidade de Saúde deverá remeter à Coordenação Geral do Internato, a nota obtida por cada interno.

§ 2º- Em caso de não aprovação, o interno mesmo tendo realizado estágio em Unidade ou Serviço de Saúde conveniado, repetirá o rodízio no qual foi reprovado, em Unidades de Saúde, agora indicado pela FACS, no Município de Mossoró/RN.

§ 3º- O número de internos que poderá cumprir estágios em outras Unidades ou Serviços de Saúde será determinado em função da disponibilidade de vagas nos referidos Serviços ou Unidades de Saúde, confirmados antes do sorteio geral, desde que não haja prejuízo do funcionamento e da rotina dos serviços conveniados diretamente ligados à FACS, em Mossoró/RN.

CAPITULO VIII

DO ESTÁGIO DE INTERNATOS DE ALUNOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES NO PAÍS.

Art. 86 O curso de Medicina da UERN, quando pertinente aos interesses da Instituição, poderá aceitar alunos de outras Instituições de Ensino Médico para cumprir o Internato na FACS, respeitando o disposto nos parágrafos deste Artigo, a partir da implantação total do curso e diplomada a primeira turma, desde que haja infraestrutura e recursos humanos disponíveis.

§ 1º- A duração do Estágio de Internato poderá seguir o da Universidade de origem, cabendo ao curso de Medicina da UERN determinar a carga horária mínima em 990 horas para cada rodízio semestral, mas os alunos seguirão os programa estabelecido para cada um dos quatro rodízios de Internatos da UERN.

§ 2º- A solicitação do Estágio na forma de Internato deverá ser encaminhado por escrito da Instituição de origem, no prazo de até 60(sessenta dias) antes do início do rodízio do Internato.

§ 3º- O aluno interno de outra instituição do país poderá cumprir o estágio em uma ou mais das grandes áreas de conhecimento, quando manifestado interesse do aluno, via Instituição de origem e se houver disponibilidade de docente e/ou preceptor da FACS para fazer o acompanhamento específico do aluno externo.

§ 4º- A aceitação dos estudantes de medicina das outras Instituições do país, quando a demanda for maior que o número de vagas ofertadas será mediante seleção, via avaliação escrita, contemplando conteúdos do primeiro ao oitavo períodos do curso de medicina da UERN, extraídos do Programa Geral do Componente Curricular (PGCC) para cada disciplina e a aprovação se dará com nota mínima de 7,0, sendo a prova elaborada em módulos independentes, contemplando as cinco grandes áreas do conhecimento médico, com nota mínima de 7,0 em cada um deles.

§ 5º - Serão considerados reprovados os candidatos ao Internato que não obtiverem a nota mínima de 7,0 mas caso ocorra a aprovação em uma das áreas e reprovação em outra, poderão ser aceitos estagiários na área na qual foi aprovado, desde que existam vagas e docente/preceptor disponíveis e não ultrapasse os 5% do número de alunos internos da UERN e é vedada a soma das notas dos módulos para a obtenção de uma média final.

§ 6º- Nos Campos de Estágio conveniados com a UERN, os alunos de outras Instituições terão os mesmos direitos e deveres dos alunos internos oriundos da UERN.

§ 7º- O número dos alunos de medicina originários de outras Escolas Médicas para o estágio de internato não poderá ultrapassar a 5% (cinco por cento) do número de alunos internos da UERN, quando do ingresso no Internato da UERN no período considerado, sendo

o número de vagas total do Internato atual estabelecido em 60(sessenta) mas que obedecerá esta proporcionalidade em caso de aumento de vagas iniciais. Quando o número de internos da UERN a ingressar no estágios de Internatos for igual ao número de vagas ou ultrapassar o número de vagas vigentes para o Internato, não serão ofertadas vagas de estágio para alunos de outras Universidades nos períodos pertinentes.

§ 8º- A UERN não tem obrigações com o aluno interno que não a de prover um local para cada estágio obrigatório, conforme demanda o Projeto Pedagógico do Curso desde que o aluno esteja regularmente matriculado na UERN e com os pré-requisitos cumpridos e assim não haverá nenhuma obrigação material, financeira ou outras formas quaisquer do curso de Medicina da UERN para qualquer aluno interno da própria UERN ou de outra Instituição, referentes a hospedagem, alimentação, transporte ou o seu retorno a Instituição de origem, quando o estágio, por opção do aluno, se realizar em Mossoró ou fora de Mossoró.

§ 9º - O início do estágio de Internato dos alunos de outras Instituições, deverá obrigatoriamente coincidir com o início do rodízio previsto para os alunos da UERN.

§ 10 - A aceitação dos estudantes de medicina das outras Instituições, quando a demanda for maior que o número de vagas ofertadas será feita mediante seleção, via avaliação escrita, contemplando conteúdos do primeiro ao oitavo períodos do curso de medicina da UERN, extraídos dos PGCCs, e a aprovação se dará com nota mínima de 7,0, tendo como critério de desempate a análise do *curriculum vitae* com base LATTES, a idade maior do candidato e o número de filhos, obedecendo a ordem descrita.

§ 11 – Ao Curso de Medicina da UERN não se obriga criação de estágios ou disciplinas especiais que contemple integralização para revalidação de diplomas; o aluno que pleitei revalidação de diploma, quando pertinente e aceito, seguirá o fluxo contido na estrutura curricular do curso, contido no PPC, 2013.

CAPITULO IX

DO ACOMPANHAMENTO, SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO DOS INTERNOS.

Art. 87 As atividades desenvolvidas pelo interno serão programadas, respeitando o disposto no Cap.IV deste Estatuto.

§ 1º- Cada Área do internato terá um Coordenador, que será o responsável direto pelo cumprimento da programação e acompanhamento das tarefas inerentes ao Estágio, bem como pela sua orientação e avaliação. Cada aluno terá um supervisor local, intitulado preceptor.

§ 2º- Na Unidade de Emergência, o médico chefe da equipe exercerá a função de preceptor e será o responsável pela distribuição de atividades para o interno, assim como o responsável por emitir a avaliação (nota) da atuação do interno na atividade demandada, respeitando o disposto neste Estatuto.

Art. 88 A avaliação do rendimento escolar do interno, em cada um dos rodízios abrangerá os pontos de assiduidade, pontualidade, comportamento ético e desempenho, todos eliminatórios por si mesmo.

§ 1º- Não será aprovado o interno que apresentar frequência inferior a 90% das atividades previstas, bem como nota inferior a 7.0(sete) em cada rodízio e na média final.

§ 2º- O interno não poderá faltar as atividades, exceto em situações especiais, das quais devem ser justificadas ao Coordenador do rodízio, que avaliará cada caso em separado. Entende-se por falta justificável: comprovada doença do aluno interno, comprovada doença ou morte de familiares, e motivos outros que devem ser expostos e comprovados ao Coordenador de rodízio, para providências de reposição. As faltas não justificadas consecutivas ou não consecutivas, considerada como injustificadas, ou justificadas mas com

atividades não repostas, ou justificadas fora do tempo hábil, implicará em reprovação no rodízio.

§ 3º - O interno que não obtiver aprovação em quaisquer um dos quatro rodízios do estágio de Internatos deverá repeti-lo, obrigatoriamente, nos serviços de saúde vinculadas por convênio ao curso de Medicina da UERN, no município de Mossoró.

§ 4º- As internas em estado de gravidez até o 3º mês e após o 7º mês, ou internos portadores de doenças que exijam controle efetivo e portadores de necessidades especiais que impeçam sua atuação em meio rural, terão por parte do Conselho do Internato a decisão de lotação do(a) interno(a) na forma de Estágio Rural da maneira mais conveniente, podendo ser dispensados da sua realização fora do município de Mossoró, mas fazendo-o cumprir em área periférica urbana do próprio município de Mossoró; para tal, o(a)s interessado(a)s deverão recorrer ao Conselho de Internato com antecedência e munidos de atestado médico fornecido pela Junta Médica do Estado do RN, pela Junta Médica da UERN quando existente ou por Comissão Específica da FACS criada para esta finalidade.

Art. 89 As notas de avaliação dos internos, para obtenção de aprovação nas atividades de rodízios, abrangerá os seguintes aspectos: domínio afetivo, domínio cognitivo e domínio psicomotor.

§ 1º- O domínio afetivo refere-se às atividades de interesse que levam a participação, pontualidade, assiduidade, iniciativa, e interesse; relações interpares, relações com profissionais do serviço, com pacientes e com familiares de pacientes; ética, acatamento aos regulamentos e normas de serviço; ao exercício de acolhimento e entrevista do paciente, com o objetivo da elaboração da história clínica; e apresentação pessoal individual.

§ 2º- O domínio cognitivo refere-se às habilidades de conhecimento: elaboração e organização de prontuários; apresentação de casos nas visitas às enfermarias e nas sessões clínicas; e atividades supervisionadas de ambulatório, enfermarias e plantões.

§ 3º- O domínio psicomotor refere-se às habilidades do interno nas seguintes situações: na execução do exame físico, considerando a abordagem, as técnicas e manobras no manuseio do paciente; habilidades outras, comuns e/ou peculiares a cada serviço como colheita de material para exames laboratoriais, realização de curativos, procedimentos, pequenas cirurgias, punções, e outros sob supervisão médica; e na presteza e segurança de atitudes no atendimento aos usuários do sistema de saúde.

Art. 90 Cada Coordenador de rodízio deverá encaminhar a nota do processo de avaliação do interno à Coordenação Geral do Internato, no prazo máximo de seis (06) dias úteis, improrrogáveis, após o término do estágio daquele rodízio.

§ 1º- A publicação da nota de cada rodízio deverá ser efetuada até três (03) dias úteis após a data prevista para entrega na Chefia do Departamento.

§ 2º- O interno terá um prazo de sete (07) dias úteis, a contar da data da sua publicação, para solicitar revisão da nota.

Art. 91 A reprovação do interno, incluindo os que fazem Internato em Instituições Conveniadas, implicará na consequente repetição do estágio, o que será feito após o final de seu período normal no Internato, ficando sua distribuição a cargo da Coordenação Geral do Internato, e obrigatoriamente será realizado no Município de Mossoró/RN.

Parágrafo Único- O interno reprovado em quaisquer dos rodízios, seja em Mossoró ou em quaisquer das Instituições conveniadas fora do Município, deverá repeti-lo obrigatoriamente na sede da FACS, em Mossoró/RN.

Art. 92 Os internos de outras Instituições de Ensino Superior serão submetidos, em igual condição, a todas as avaliações e exames exigidos para os alunos do Curso de Medicina da UERN;

Art. 93 Fica determinado períodos para as reuniões do Internato:

§ 1º- Do Coordenador Geral do Internato com os novos internos, na primeira semana do internato.

§ 2º- De cada Coordenador de rodízio com os novos internos, no primeiro dia de estágio no rodízio.

§ 3º- Do Conselho do Internato: a) Ordinariamente, a cada 60 dias, em horário e lugar a serem determinados pelo Coordenador Geral do Internato; b) Extraordinariamente, quando convocado por escrito pela Coordenação Geral do Internato ou pela maioria absoluta do Conselho de internato.

Art. 94 O interno deve apresentar-se em respeito às normas de biossegurança, adequadamente uniformizado durante o período das suas atividades, portando barba feita ou aparada, cabelos presos, sem adereços exuberantes, com sapatos fechados ou tênis para ambos os sexos e com o crachá de identificação padronizado visível, contendo o nome do aluno e nome da Instituição.

Art. 95 A liberação para realizar cursos, concursos e congressos ficará a cargo da Coordenação de rodízio, sendo permitido o comparecimento a apenas um destes eventos a cada 12 meses, durante os estágio de Internatos. O interno poderá recorrer ao Conselho do Internato, caso haja necessidade absoluta do seu comparecimento em outro evento, como para a apresentação de trabalho como autor, exceto quando estiver cumprindo o Estágio Rural. O requerimento deverá ser apresentado trinta dias antes do início do evento, contendo o resumo do trabalho e a aceitação da comissão científica do referido Congresso para ser apreciado pelo Colegiado do Internato.

Art. 96 Os internos que por opção, tenham que viajar para concursos seletivos para ingresso em Residência Médica fora do período de férias, ocupando dias em que o Internato se encontra em funcionamento, deverão, com antecedência de 60(sessenta) dias, encaminharem aos Coordenadores de rodízio a solicitação para que os dias a serem utilizados neste afastamento, sejam repostos previamente quando possível, se excederem os 10 % de falta a que tem direito no Internato. Ficará a cargo do Coordenador de rodízio as negociações para este fim, podendo ser cumpridos carga horária na forma de plantões ou outras atividades que estejam contempladas nos programas de cada rodízio.

§ 1º- Caso a reposição prévia não seja possível e o(a) aluno(a) venha a exceder aos 10% de faltas a que tem direito, este(a) aluno(a) poderá participar apenas das solenidades paralelas não oficiais de colação de grau, de forma simbólica, junto com sua turma, não podendo participar da colação de grau oficial que é de organização e competência da UERN.

§ 2º- A colação de grau ocorrerá em separado quando cumprida as atividades de estágio incompletas motivadas pelo número de faltas com vistas a concurso de Residência Médica.

§ 3º- Para outros motivos de falta, o processo deverá ser analisado pelo Conselho do Internato, à sombra do que determina o RCG/UERN (2013) para alunos estagiários.

Art. 97 Os internos que façam parte de Entidades Representativas a nível local ou nacional (Centro Acadêmico, Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina, União

Nacional dos Estudantes e outros) poderão, nos 24 meses do estágio de Internatos, terem acolhidas por parte do Conselho de Internato, a liberação para viagens necessárias às suas representatividades, desde que não excedam os 10% de faltas a que tem direito em cada rodízio.

Parágrafo Único - A estas faltas, perfazendo o total de 10%, estão incluídas também o comparecimento para atividades científicas e para agravos de saúde individual ou familiar.

Art. 98 O início das atividades para cada interno do Curso de Medicina da UERN ou oriundos de outras Instituições, deve coincidir sempre com o início de cada rodízio observando as datas pré-estabelecidas para aquele período, sendo vedado, portanto a admissão quando os rodízios já tiverem iniciados.

§ 1º- O aluno deverá aguardar o início do próximo rodízio para cumprir suas atividades de Internato.

§ 2º- A matrícula para Internatos não necessariamente seguirá o Calendário Universitário (CONSEPE, 2013) pelas especificidades do Curso de Medicina e compromissos da UERN com os serviços de saúde locais.

Art. 99 As alterações do Estatuto do Internato poderão ser feitas pelo Conselho do Internato, com a presença de maioria simples dos seus componentes.

Art. 100 As alterações de Estatuto serão encaminhadas à Direção da Faculdade de Ciências da Saúde, depois de aprovada pelo Colegiado do Curso, sem a necessidade de aprovação em Instâncias Superiores da UERN.

TÍTULO IV DAS ATIVIDADES EM ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO CAPÍTULO I DAS ATIVIDADES DE PROGRAMAS INSTITUCIONAIS

Art. 101 Para fins de integralização curricular do Curso de Medicina são consideradas atividades de práticas de componentes curricular a participação do aluno em ensino, pesquisa e extensão, desde que aprovadas pelo Colegiado do Curso.

Parágrafo Único: As atividades de práticas de componentes curricular da Formação Acadêmica não estão vinculadas a nenhum período da estrutura curricular, mas é vedado ao aluno exercer atividades de ensino na forma de monitoria, como bolsista ou como voluntário, quando regularmente matriculado nos estágios de Internatos, do 9º ao 12º períodos do Curso.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES E ENSINO (ATIVIDADES ACADÊMICA)

Art. 102 Serão consideradas como componente curricular as disciplinas optativas oriundas de outros cursos superiores, cursadas e concluídas com aprovação, retroativa aos últimos 05 (cinco) anos, a contar da data de entrada do processo de matrícula na FACS, que sejam correlatas à formação médica e ou que estejam contempladas na matriz curricular dos componentes curriculares optativos para o Curso de Medicina, a serem analisadas pela Orientação Acadêmica, limitando-se a uma carga horária máxima de 60 (sessenta) horas/aulas para fins de integralização.

Art. 103 A Monitoria (PIM), enquanto atividade complementar, constitui atividades de ensino e para efeitos de integralização e Atividades Acadêmicas, computa-se uma carga horária de 45

horas/aula/semestre, limitada a participação em duas em uma mesma disciplina ou em disciplinas diferentes.

CAPÍTULO III

ATIVIDADES COMPLEMENTARES E PESQUISA (ATIVIDADES ACADÊMICA)

Art. 104 Serão consideradas atividades em Pesquisas enquanto atividades complementares:

§ 1º Participação em programas de iniciação científica, orientados por professor, limitada, para efeitos de integralização como atividade complementar, a uma carga horária de 90 horas;

§ 2º Participação em Grupos de Estudos, orientados por professores do curso, até o limite de 30 (trinta) horas em todo o curso de graduação;

§ 3º Apresentação de trabalhos em eventos científicos: 30 (trinta) horas por trabalho.

§ 4º Participação em livros ou capítulos de livros publicados na área médica, com o registro do nome da IES: 120 (cento e vinte) horas;

§ 5º Trabalhos científicos, na área da saúde, publicados em revistas de circulação internacional: 90 (noventa) horas por trabalho, de circulação nacional: 60 (sessenta) horas; de circulação regional: 30 (trinta) horas por trabalho; de circulação local: 20 (vinte) horas, sempre com o registro do nome da IES;

§ 6º Publicação em anais de trabalhos apresentados em eventos científicos, mencionados o nome da IES ou instituição de incentivo à pesquisa acadêmica: 15 (quinze) horas aulas/trabalho e limitado a 45 (quarenta e cinco) horas-aula em todo o curso de graduação;

§ 7º Publicação de trabalhos, na área médica, ou afins, em páginas eletrônicas da internet, com registro do nome da IES, desde que evidenciem aprofundamento no estudo da matéria: 03 (três) horas por trabalho, até o limite de 15 (quinze) horas;

§ 8º Premiação em eventos, concursos de monografias ou similares, na área médica ou afins: 20 (vinte) horas por premiação.

CAPÍTULO IV

ATIVIDADES COMPLEMENTARES E EXTENSÃO (ATIVIDADES ACADÊMICA)

Art. 105 Serão consideradas atividades de Extensão:

§ 1º Estágios Extracurriculares quando existentes em órgãos públicos ou instituições privadas conveniadas ou cadastradas junto UERN, desempenhando atividades relacionadas à prática médica, desde que orientados por médicos presentes e que sejam atendidas as exigências regulamentares: 1 hora a cada 3 horas de estágio, até o limite de 120 (cento e vinte) horas/aulas em todo o curso de graduação;

§ 2º Participação em Projeto de Extensão, na área médica, desenvolvido por IES, aprovado pela Pró-Reitoria de Extensão ou órgão similar: até 45 (quarenta e cinco) horas / aulas por projeto, limitada a dois;

§ 3º Participação no Projeto institucional Atividade Curricular na Comunidade (ACC): 60 (sessenta) horas/aulas, limitadas a um semestre.

§ 4º Participação em congressos, seminários, cursos de extensão, atualização, palestra, jornadas, conferências, simpósios, semanas acadêmicas e congêneres, na área médica e afins: 1 hora a cada 2 horas de atividades, até o limite de 90 (noventa) horas/aulas em todo o curso de graduação;

§ 5º Participação na organização, coordenação ou realização de cursos e/ou eventos científicos internos ou externos à UERN, de interesse desta ou da comunidade, na área médica: até 05 (cinco) horas por evento, de acordo com avaliação do Orientador Acadêmicos,

limitada, no máximo a 15 (quinze) horas/aulas em todo o curso de graduação;

§ 6º Participação na organização de periódicos informativos, home page do curso e órgãos de representação estudantil: até 05 (cinco) horas/aulas semestre letivo de participação, de acordo com avaliação do Orientador Acadêmico, limitado a, no máximo 15 (quinze) horas/aulas em todo o curso de graduação;

§ 7º Representação estudantil nos diversos órgãos e conselho universitários: até 10 (dez) horas/aulas por semestre letivo de participação, de acordo com avaliação do Orientador Acadêmico, limitada a, no máximo, 20 (vinte) horas/aulas em todo o curso de graduação;

§ 8º Trabalho na organização de campanha de voluntariado ou programas de ação social, realizadas ou apoiadas pela UERN: até 04 (quatro) horas/aulas por evento, de acordo com avaliação do Orientador Acadêmico, limitada a, no máximo, 12 (doze) horas/aulas em todo o curso de graduação;

§ 9º Participação em programas de intercâmbio institucional, nacional e/ou internacional: até 40 (quarenta) horas por programa, de acordo com avaliação do Orientador Acadêmico, limitada a, no máximo 80 (oitenta) horas em todo o curso de graduação.

Art. 106 O cômputo de carga horária obrigatória fruto de disciplinas optativas de livre escolha do aluno, limita-se a carga horária de 225 horas/aulas.

Art. 107 As Atividades de prática contidas no RCG/UERN(2013) não se aplica ao curso de medicina da UERN por ser componente curricular direcionado para os cursos de literatura; o curso de medicina é bacharelado.

Art. 108 É de competência do Orientador Acadêmico, o deferimento ou indeferimento, fundamentado, do requerimento de cômputo de carga horária da Atividades Acadêmicas.

Art. 109 Para validação das Atividades Acadêmicas realizadas o aluno deverá protocolar na secretaria da FACS, requerimento escrito em formulário próprio, solicitando o cômputo da CH devidamente anexado da documentação original comprobatória.

Parágrafo Único - Para efeitos de comprovação da realização de atividades de prática, são considerados os seguintes documentos:

PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES DE PRÁTICAS

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

Disciplina cursadas em áreas correlatas à formação médica, não contemplada na matriz curricular de disciplinas não obrigatórias	Ementa do componente curricular e histórico escolar contendo a nota obtida e a nota mínima necessária para a aprovação na instituição de origem).
Monitoria	Certificado expedido pela Pró-reitoria responsável
Iniciação científica	Certificado expedido pela Pró-reitoria responsável
Participação em grupos de estudos	Certificado emitido pelo Departamento
Apresentação de trabalhos em eventos científicos	Certificado do evento com identificação da entidade promotora
Livros ou capítulos de livros publicados na área	Cópia do capítulo do livro e/ou registro

da saúde	oficial da publicação
Publicação de trabalhos em revistas científicas	Cópia do trabalho publicado com a identificação da revista
Publicação de trabalhos em anais de eventos	Cópia do trabalho publicado com a identificação do evento
Publicação de trabalhos em páginas eletrônicas da internet	Cópia do trabalho com a identificação da página.
Premiação em eventos, concursos de monografias ou similares	Certificado
Estágio Extracurricular	Certificado emitido pela instituição de origem
Participação em projetos de extensão	Certificado expedido pela Pró-reitoria responsável
Participação em ACC	Certificado expedido pela Pró-reitoria responsável
Participação de eventos na área da saúde e afins	Certificado de participação
Participação na organização, coordenação ou realização de cursos e/ou eventos científicos	Certificado de participação
Participação na organização de periódicos informativos, home page do curso e órgãos de representação estudantil	Certificado de participação convalidado pelo Departamento
Representação estudantil nos diversos órgãos e conselho universitários	Certificado emitido pelo Departamento
Trabalho na organização de campanha de voluntariado ou programas de ação social, realizadas ou apoiadas pela UERN	Certificado emitido pela instituição organizadora.
Participação em programas de intercâmbio institucional, nacional e/ou internacional	Certificado emitido pela instituição promotora do intercâmbio.

Art. 110 As atividades de pesquisa, extensão ou grupo de estudos orientados por docentes da UERN deverão necessariamente ser institucionalizadas.

Art. 111. Somente são objeto de pontuação as atividades de pesquisa ou extensão concluídas, ficando vetada a pontuação parcial.

Art. 112 O estágio extracurricular, quando existente, se enquadrará como atividades complementares, portanto não deve ser confundido ou superposto com os Estágios de Internato e exige-se, para ser computado, a formalização de convênio com a UERN, dentro do prazo de vigência e assinatura de Termo de Compromisso do Estudante junto ao Departamento de Assuntos Estudantis (DAE) manifestado o acompanhamento semestral das atividades desempenhadas, mediante a entrega de relatórios parciais e final, a serem analisados pela Orientação Acadêmica da FACS-UERN.

Parágrafo Único. É permitido ao aluno regularmente matriculado nos estágios de Internatos atividades de pesquisa e extensão quando institucionalizadas e de atividades do Programa Especial de Treinamento (PET), todos comprovadamente com exercício de atividades fora dos turnos matutino e vespertino, turnos estes dedicado com exclusividade às atividades dos Internatos.

CAPÍTULO V DE TODOS OS COMPONENTES CURRICULARES DO CURSO DE MEDICINA

Art. 113 São componentes curriculares do Curso de Medicina da UERN
COMOPONENTES CURRICULARES, PPC 2013, SEMESTRE À SEMESTRE

1º SEMESTRE

1001001-1 Introdução à Medicina - 30 horas - TE

Aborda conceitos ligados à história, antropologia, filosofia e sociologia da prática médica. Reflete sobre a gênese e formação da personalidade, das motivações, das atitudes e das relações interpessoais. Ênfase na compreensão da natureza do homem como ser biopsicossocial de forma transdisciplinar.

1001002-1 Noções de Ética e Bioética 30 horas TE

Introduzir conceitos de valores e atitudes no comportamento de profissionais de saúde. Aborda a ética para o estudante de medicina. Introduz noções gerais de ética médica. Conceitua e aborda temas para reflexão em bioética.

1001003-1 Citologia e Organização Biomolecular 180 horas TE

Busca a compreensão dos fatores moleculares determinantes na função celular por meio de temas de Biologia celular e Bioquímica. Analisa a composição estrutural e química da célula; o metabolismo de organismos unicelulares e as interrelações metabólicas nos organismos multicelulares, de interesse médico. Aborda a divisão celular e a hereditariedade. Estimula a compreensão dos fenômenos biológicos e estabelece correlações químico-clínicas, buscando a apreensão de forma integrada.

1001004-1 Módulo Morfofuncional I 180 horas TP

Aborda, de forma multidisciplinar, conteúdos das ciências biológicas. Busca compreender técnicas de estudo do desenvolvimento a partir da morfologia humana, com ênfase nos tecidos, órgãos e sistemas, e bases celulares dos processos normais, da estrutura e função dos tecidos, reconhecendo suas disfunções, nos sistemas nervoso e endócrino.

Inserir Código Vivência em Comunidade I 60 horas TP

Disciplina voltada para o conhecimento prático da medicina social e seus equipamentos sociais, com visitas às práticas de saúde na comunidade e como objeto levar o aluno ao entendimento e compreensão do ser humano como unidade biológica, antropológica, histórica, social, cultural e ambiental. Reflete sobre a busca de soluções apropriadas para a melhoria da qualidade de vida das populações e o processo saúde-doença.

EQ 1001065-1 Oficina I de Vivência na Comunidade 60h, TP

2º SEMESTRE

1001005-1 Epidemiologia I 45 horas TP

Elementos teórico-conceituais para a compreensão das determinantes no processo saúde-doença, com ênfase na dimensão coletiva e no caráter multidimensional do ser humano. Bases epidemiológicas para análise de frequência e distribuição dos processos de saúde-doença na população.

PR 1001001-1 Introdução à Medicina, 30 h

1001006-1 Genética Humana 60 horas TE

Base nas técnicas de análise do genoma humano e dos cromossomos. Compreensão de mecanismo de herança e mapeamento genético; patologias moleculares, instabilidade do genoma, erros inatos do metabolismo e sua clínica, genética do desenvolvimento; Manipulação genética e suas aplicações em medicina.

PR 1001003-1 Citologia e Organização Biomolecular, 180 h

1001007-1 Introdução à Metodologia Científica 45 horas TE

Bases conceituais do conhecimento científico e os processos que envolvem sua produção. Reflete sobre a elaboração do projeto de pesquisa e a construção de uma monografia. Estimula atividades de pesquisa e o desenvolvimento do raciocínio científico.

1001008-1 Módulo Morfofuncional II 300 horas TP

Aborda, de forma multidisciplinar, conteúdos das diversas ciências biológicas. Busca compreender técnicas de estudo do desenvolvimento a partir da morfologia humana, com ênfase no estudo dos tecidos, dos órgãos e sistemas, das bases celulares dos processos normais, da estrutura e função dos tecidos, reconhecendo suas disfunções nos sistemas cardiovascular, respiratório, renal, excretor, nervoso e locomotor.

PR 1001004-1 Módulo Morfofuncional I, 180 h

Inserir Código Vivência em Comunidade II 60 horas TP

Trata do exercício da construção do saber a partir das vivências e vínculos com a comunidade, de forma hierárquica. Informações e orientações educativas sobre cuidados de saúde na família, na escola e na comunidade, de forma integralizada, voltada para o entendimento e a consolidação dos programas do SUS. Equipamentos sociais da comunidade. Processo saúde-doença.

3º SEMESTRE

1001009-1 Epidemiologia II 45 horas TP

Métodos epidemiológicos e seus instrumentos. Análise do risco de adoecer nas populações humanas. Análises da determinação dos processos saúde-doença na sociedade; técnicas de validação; testes diagnósticos e testes de hipóteses epidemiológicas.

PR 1001005-1 Epidemiologia I, 45 h

1001010-1 Nutrição e Saúde 30 horas TE

Metabolismo energético e de nutrientes. A dieta em estados fisiológicos e em situações especiais. Os princípios da dietoterapia, e a nutrição em saúde pública.

PR 1001003-1 Citologia e Organização Biomolecular, 180 h

PR 1001005-1 Epidemiologia I, 45 h

1001013-1 Anatomia Topográfica e Descritiva 120 horas TP

Colaboração para familiarização do estudante com a linguagem médica por meio do estudo macro-regional do corpo humano, e sua aplicação na medicina clínica e cirúrgica. Aborda a localização dos órgãos e suas relações anátomo-funcionais.

PR 1001008-1 Módulo Morfofuncional II, 300 h

1001033-1 Psicologia Médica 60 horas TE

Bases conceituais e históricas da psicologia geral e da psicologia social comparada. Ênfase no estudo do comportamento do ser humano durante o desenvolvimento fisiológico e em situações adversas da vida. Psicofisiologia da emoção e tratamento humanizado. O ser humano de forma integrada: o homem biológico, histórico, social e cultural. A relação interpares e a relação médico-paciente.

PR 1001001-1 Introdução à Medicina, 30 h

PR 1001002-1 Noções de Ética e Bioética, 30 h

1001016-1 Parasitologia Médica 90 horas TP

Aspectos morfológicos e funcionais dos parasitas e a interação parasito-hospedeiro. Enfatiza a identificação dos parasitas, vetores, artrópodes peçonhentos, serpentes e moluscos nos processos saúde-doença de prevalência loco-regional e nacional. Integra a patogenia à ecoepidemiológica e analisa aspectos de profilaxia e tratamento das doenças parasitárias do ser humano.

PR 1001003-1 Citologia e Organização Biomolecular, 180 h

1001017-1 Microbiologia Médica 60 horas TP

Aborda aspectos da biologia, patogênese e epidemiologia dos principais microrganismos patogênicos em nosso meio. Conteúdos básicos de bacteriologia geral, bacteriologia médica, virologia e micologia.

PR 1001003-1 Citologia e Organização Biomolecular, 180 h

EQ 0803062-1 Microbiologia, 45 h

1001018-1 Imunologia 45 horas TP

Fundamentos da imunologia básica, análise da estrutura geral do sistema imunológico (componentes, interações e ativação, e mecanismos efetores básicos). Mecanismos imunológicos de resistência às infecções e outras doenças, envolvimento do sistema imune em imunopatologias. Aplicação clínica da imunologia.

PR 1001003-1 Citologia e Organização Biomolecular, 180 h

EQ 0803065-1 Imunologia Básica, 45 h

4º SEMESTRE**1001015-1 Patologia Geral 90 horas TE**

Bases da patologia celular no entendimento das lesões celulares nos tecidos. Análise da fisiopatologia e o reconhecimento de patologias específicas. Ênfase nos procedimentos em patologia necessários à formação geral do médico.

PR 1001003-1 Citologia e Organização Biomolecular, 180 h

PR 1001008-1 Módulo Morfofuncional II, 300 h

Inserir código Bases da Oncologia 45 horas TE

Conceito, fatores de risco e prevalência do câncer; carcinogênese e as bases biomoleculares; características da célula tumoral; medidas de prevenção e detecção por meio de programas de controle do câncer; métodos de estadiamento no câncer; noções básicas sobre tratamentos e indicações de procedimentos: cirurgia, quimioterapia, radioterapia, hormonioterapia, imunoterapia; recentes avanços no diagnóstico e nas formas de tratar câncer. Encaminhamentos.

PR 1001003-1 Citologia e Organização Biomolecular, 180 h

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

EQ 1001025-1 Oncologia, 45h

1001020-1 Medicina Preventiva 45 horas TE

História natural das doenças transmissíveis e crônicas-degenerativas. Percepção do ato médico nas suas dimensões preventivas e curativas. Principais acidentes e violências e medidas práticas de prevenção e controle.

PR 1001009-1 Epidemiologia II, 45 h

1001021-1 Anestesiologia 30 horas TP

Anestesiologia e dor. Manuseio posológico, cinético e farmacodinâmico das drogas psicoativas mais usadas. Métodos e técnicas adotados na anestesia geral, regional e local. Manobras de ressuscitação cardio-respiratória e de ventilação pulmonar artificial. Análise aspectos da dor crônica, numa abordagem multidisciplinar.

PR 1001012-1 Instrumentação e Técnica Cirúrgica, 60 h

1001022-1 Farmacologia Básica 60 horas TE

Bases e princípios gerais da farmacologia; interação entre grupos farmacológicos e o corpo humano; aplicação da farmacologia básica no processo saúde-doença.

PR 1001003-1 Citologia e Organização Biomolecular, 180 h

PR 1001008-1 Módulo Morfofuncional II, 300 h

EQ 0803086-1 Farmacologia, 45 h

1001011-1 Semiologia Médica 150 horas TP

O método clínico como base para o exercício da medicina em suas múltiplas possibilidades. Ênfase na prática de uma medicina humanizada e contextualizada. Reflexão sobre a visão de conjunto do ser humano biopsicossocial e ambiente dependente na saúde e na doença. Métodos propedêuticos hierarquizados para diagnósticos e seus aspectos éticos e morais. Reflexão sobre as perspectivas futuras da semiologia humana. Prontuário em papel e prontuário eletrônico. Cartão nacional de saúde.

PR 1001008-1 Módulo Morfofuncional PR II, 300 h

1001012-1 Instrumentação e Técnica Cirúrgica 60 horas TP

Bases e princípios da cirurgia. Técnicas fundamentais a resposta ao trauma cirúrgico. Ênfase na postura e responsabilidade do cirurgião na realização de procedimentos técnicos básicos e indispensáveis ao desempenho do médico com formação geral.

PR 1001008-1 Módulo Morfofuncional II, 300 h

1001014-1 Imagenologia 60 horas TP

Princípios gerais da imagenologia. Métodos de diagnósticos por imagem e suas principais indicações. Leitura e interpretação das imagens nos processos saúde-doença.

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

5º SEMESTRE

1001023-1 Doenças do Aparelho Digestivo 150 horas TP

Doenças mais frequentes do tubo digestivo (da boca ao ânus) e seus aspectos preventivo, clínico e cirúrgico. Fatores de risco, orientação de medidas preventivas e curativas,

individuais e coletivas, no processo saúde-doença. Principais doenças e o acompanhamento nos níveis de atenção primária e secundária, e orienta quanto à referência para nível terciário de atenção à saúde.

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h

1001024-1 Doenças Cardiovasculares 150 horas TP

Doenças mais frequentes do sistema cardiovascular e seus aspectos preventivos, clínicos e cirúrgicos. Fatores de risco. Orientação de medidas preventivas e curativas, individuais e coletivas, no processo saúde-doença do coração e do sistema vascular. Principais doenças e o acompanhamento nos níveis de atenção primária e secundária. Orientação quanto à referência para nível terciário de atenção à saúde.

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h

1001019-1 Infectologia 90 horas TP

Doenças infecciosas mais frequentes na região Nordeste e no Brasil; endemias e epidemias, e orientação preventiva, diagnóstica e curativa nos processos saúde-doença em níveis primário, secundário e terciário de atenção à saúde da população.

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h

1001026-1 Doenças Hematológicas e Linfopoiéticas 60 horas TP

Doenças do sistemas linfohematopoiético e seus aspectos preventivos, clínico e cirúrgico. Medidas preventivas e curativas, individuais e coletivas, no processo saúde-doença. Fatores de risco; orientação na interpretação clínica dos exames hematológicos. Principais doenças e o acompanhamento nos níveis de atenção primária e secundária, e orienta quanto à referência para nível terciário de atenção à saúde.

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h

1001027-1 Doenças Endócrinas 60 horas TP

Doenças do sistema endócrino e seus aspectos preventivo, clínico e cirúrgico; medidas preventivas e curativas, individuais e coletivas, no processo saúde-doença. Fatores de risco; orientação na interpretação clínica dos exames complementares. Principais doenças e o acompanhamento nos níveis de atenção primária e secundária, e orienta quanto à referência para nível terciário de atenção à saúde.

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h

1001028-1 Farmacologia Aplicada I 30 horas TP

Aplicação de fármacos no processo saúde-doença nas áreas de neurociências e comportamento manuseio cinético, farmacodinâmico e posológico das drogas. Principais fármacos usados do processo saúde-doença do sistema cardiovascular, respiratório, gastrointestinal, coloproctológico e endócrino.

PR 1001022-1 Farmacologia Básica, 60 h

Inserir Código - Metodologia Científica TCC 2, 15h TE

Elaboração, registro e apresentação do anteprojeto de pesquisa; orientação, análise do

Manual para Elaboração do TCC; deveres e responsabilidades do orientador e do orientando. Resoluções de pesquisas em seres humanos. O TCC.

6º SEMESTRE

1001029-1 Doenças Respiratórias 120 horas TP

Doenças respiratórias e seus aspectos preventivos, clínico e cirúrgico. Medidas preventivas e curativas, individuais e coletivas, no processo saúde-doença. Fatores de risco; orientação na interpretação clínica dos exames complementares. Principais doenças e o acompanhamento nos níveis

de atenção primária e secundária, e orienta quanto à referência para nível terciário de atenção à saúde.

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h

1001030-1 Doenças do Aparelho Genitourinário 120 horas TP

Doenças do sistema genitourinário e seus aspectos preventivo, clínico e cirúrgico. Medidas preventivas e curativas. Fatores de risco. Orientação na interpretação clínica dos exames complementares. Principais doenças e orientação no atendimento inicial aos portadores de doenças do trato urinário, aparelho genital masculino, e de doença nefrológicas. Acompanhamento e procedimentos nos níveis de atenção primária e secundária e referência para nível terciário de atenção à saúde.

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h

1001031-1 Doenças Imunológicas, do Tecido Conjuntivo e das Articulações 75 horas TP

Doenças do sistema imunológico e seus aspectos preventivo, clínico e cirúrgico. Medidas preventivas e curativas, individuais e coletivas, no processo saúde-doença. Fatores de risco; orientação na propedêutica e terapêutica das doenças do tecido conjuntivo e das articulações: a avaliação inicial, a postura do indivíduo no repouso e no trabalho, principais doenças e acompanhamento de portadores de doenças degenerativas e crônicas nos níveis de atenção primária e secundária, e orienta quando à referência para nível terciário de atenção à saúde.

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h

1001032-1 Doenças Neurológicas 90 horas TP

Fatores de riscos na população. Medidas de natureza preventiva, clínica e cirúrgica das doenças neurológicas e síndromes mais frequentes. Diagnósticos sindrômico, topográfico e etiológico. Manuseio, cinético, farmacodinâmico e posológico de drogas usadas nas áreas de neurociências. Procedimentos neurocirúrgicos básicos. Acompanhamento de portadores de doenças crônicas e sequelas neurológicas nos níveis de atenção primária e secundária e orienta quanto à referência para nível terciário de atenção à saúde.

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h

1001034-1 Psiquiatria 90 horas TP

Processo saúde-doença em psiquiatria e seus aspectos preventivos e clínicos, individuais e coletivos. Fatores de risco e doença social. Principais síndromes psiquiátricas e bases psicofarmacológicas, neuroquímicas e psicossociais da terapêutica psiquiátrica. Ênfase na

prática da medicina humanizada e contextualizada. Acompanhamento de portadores de doenças crônicas nos níveis de atenção primária e secundária. Orienta quanto à referência para nível terciário de atenção à saúde.

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

PR 1001033-1 Psicologia Médica, 60 h

7º SEMESTRE

1001035-1 Elaboração de Trabalho Científico TCC 3, 30 horas TE

Instrumentos conceituais, técnicos e operacionais que permitem a elaboração de uma monografia de conclusão de Curso. Reflexão e síntese dos conhecimentos e as práticas em saúde. A linguagem como prática na elaboração de um Projeto de Pesquisa de natureza qualitativa e/ou quantitativa. A temática e o interesse particular do aluno. Monografia como um dos instrumentos de avaliação de habilidades técnico-científicas.

PR 1001001-1 Introdução à Medicina, 30 h

PR 1001007-1 Introdução à Metodologia Científica, 45 h

EQ 0803048-1 Organização das Atividades Acadêmico-científicas, 45 h

1001036-1 Doenças Dermatológicas 60 horas TP

Doenças da pele e seus aspectos preventivos, clínico e cirúrgico. Fatores de risco; propedêutica, fundamentos clínicos - morfológicos e terapêuticos das doenças cutâneas mais frequentes. Manifestações dermatológicas de origem sistêmicas e sua fisiopatologia. Seguimento de doenças crônicas nos níveis de atendimento primário e secundário. Orienta quanto à referência para nível terciário de atenção à saúde.

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h

1001037-1 Doenças Osteoarticulares 75 horas TP

Doenças do sistema ósteo-articular e seus aspectos preventivos, clínico e cirúrgico. Fatores de risco e orientação na interpretação clínica dos exames complementares. História natural da doença e as possibilidades de interferência no seu curso. Doenças ortopédicas mais frequentes e o sistema de movimento axial e segmentar. acompanhamento de portadores de doenças crônicas e de seqüelas ortopédicas nos níveis de atenção primária e secundária, e orienta quanto à referência para nível terciário de atenção à saúde.

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h

1001038-1 Urgências Clínicas 60 horas TP

Suporte básico e avançado em urgências clínicas e cirúrgicas, não traumáticas, para o médico com formação geral. Assistência a pacientes graves ou potencialmente graves, recursos humanos e tecnológicos especializados, familiarização com métodos diagnósticos e de tratamento intensivo. Aspectos psicológicos dos familiares e do paciente grave. Humanização em unidade de terapia intensiva e semi-intensiva.

PR 1001014-1 Imagenologia, 60 h

PR 1001029-1 Doenças Respiratórias, 120 h

PR 1001030-1 Doenças do Aparelho Gênito-Urinário, 120 h

PR 1001031-1 Doenças Imunológicas, do Tecido Conjuntivo e das Articulações, 75 h

PR 1001032-1 Doenças Neurológicas, 90 h

PR 1001034-1 Psiquiatria, 90 h

1001039-1 Urgências Traumáticas 60 horas TP

Suportes básicos e avançados em urgências traumáticas de natureza clínica e cirúrgica, de forma multidisciplinar. Atendimento pré-hospitalar e hospitalar. Conceitos, princípios e algoritmo na avaliação primária e secundária do trauma com risco de morte real ou potencial. Atendimento no trauma multissistêmico.

1001014-1 PR Imagenologia, 60 h

PR 1001029-1 Doenças Respiratórias, 120 h

PR 1001030-1 Doenças do Aparelho Gênito-Urinário, 120 h

PR 1001031-1 Doenças Imunológicas, do Tecido Conjuntivo e das Articulações, 75 h

PR 1001032-1 Doenças Neurológicas, 90 h

PR 1001034-1 Psiquiatria, 90 h

1001040-1 Administração Sanitária (Legislação e Administração de Sistemas de Saúde) 45 horas TE

Sistema único de saúde (SUS). Reformas da Política Nacional de Saúde. Organização dos serviços de saúde e das práticas assistenciais. Gestão em saúde. Avanços na política de saúde loco-regional e nacional. Cartão Nacional de Saúde e Prontuário Eletrônico.

PR 1001020-1 Medicina Preventiva, 45 h

1001043-1 Oftalmologia 30 horas TE

Bases conceituais em oftalmologia preventiva e as inter-relações da oftalmologia com doenças de outros órgãos e sistemas. Aspectos preventivos, clínico e cirúrgico das doenças mais frequentes dos olhos e suas sequelas. Orienta para identificação e cuidados no atendimento inicial das urgências oftalmológicas, e como referenciá-las.

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h

1001044-1 Otorrinolaringologia 30 horas TE

Bases conceituais em otorrinolaringologia preventiva e as inter-relações da otorrinolaringologia com doenças de outros órgãos e sistemas. Orienta para identificação e cuidados no atendimento inicial das urgências otorrinolaringológicas e como referenciá-las.

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h

1001048-1 Medicina-Legal 60 horas TE

Conceitos de responsabilidade médica e legal. Estrutura e funcionamento de um instituto de Medicina Legal. Aspectos médico-legais na realização de perícias em pessoas, cadáveres, animais e coisas. Perícia e peritos. Identificação médico-legal e criminal. Lesões corporais leves, graves e gravíssimas. Homicídios, suicídios e acidentes. Crimes sexuais.

PR 1001002-1 Noções de Ética e Bioética, 30 h

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h

8º SEMESTRE**Inserir Código Pediatría e Criança Saudável 180 horas TP**

A criança saudável e o crescimento e desenvolvimento. Prevenção e situações de risco para saúde infante-juvenil. Fatores biopsicossociais na promoção da saúde infante-juvenil. Cartão

e calendário de Vacinas. Saúde do Escolar. Intercorrências no processo saúde-doença do período neonatal à adolescência. Doenças mais frequentes na criança e no adolescente e seus aspectos preventivos e curativos clínico e cirúrgico. Fatores de risco e orientação de medidas preventivas e curativas, individual e coletiva no processo saúde-doença em pediatria. Humanização no atendimento pediátrico. Acompanhamento e seguimento em pediatria nos níveis de atenção primária e secundária. Resolutividades no processo saúde-doença. Orienta quanto à referência de complexidade para o nível terciário de atenção à saúde.

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h

EQ 1001041-1 Puericultura 45 h

EQ 1001042-1 Pediatria 135 h

1001045-1 Ginecologia e Mastologia 75 horas TP

Conceitos de saúde da mulher. Aparelho genital feminino e suas alterações da infância à senectude. Procedimentos e técnicas de prevenção, diagnóstico e conduta terapêutica frente às doenças sexualmente transmissíveis que acometem o aparelho genital feminino. Fatores de risco do câncer ginecológico, das mamas e suas intercorrências. Reprodução humana e planejamento familiar.

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h

1001046-1 Obstetrícia 120 horas TP

Conceitos de saúde materno-infantil. Procedimentos e técnicas pré-concepcionais e seus aspectos éticos e bioéticos. Condução do pré-natal aos trabalhos de parto, analisando fatores de risco e intercorrências. Parto normal e cesariana. Puerpério, riscos e intercorrências. Identificação e prevenção do dano materno-infantil. Noções de responsabilidade legal em obstetrícia.

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h

1001047-1 Farmacologia Aplicada II 60 horas TE

Drogas mais aplicadas no processo saúde-doença em situação clínica, infecção e infestação, tocoginecologia e pediatria, e o manuseio cinético, farmacodinâmico e posológico. Avanços terapêuticos, dependência química, alcoolismo, farmacologia alternativa. Pesquisa e consulta farmacológica virtual: atualização em terapêutica medicamentosa.

1001028-1 Farmacologia PR Aplicada I, 30 h

1001049-1 Geriatria 60 horas TP

Conceitos de saúde em relação ao idoso. Assistência e condução das doenças crônico-degenerativas da senectude. Fatores de risco e morbi-mortalidade. Identificação e prevenção de danos à saúde do idoso. Qualidade de vida e perspectiva de morte.

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h

DO NONO AO DECIMO SEGUNDO PERÍODOS (sem pré-requisitos entre si) os Estágios INTERNATOS I, II, III e IV são realizados em concomitância com as Atividades do SUS I, II, III e IV respectivamente e estas atividades do SUS são inseridas como Atividades Complementares

Inserir Código – Internato I, 990h (Estágio)

Espaço para o exercício de competências e habilidades em clínica médica e saúde coletiva. Estágio voltado para o diagnóstico das doenças de condução cirúrgicas e de procedimentos básicos ao exercício da profissão de médico com formação geral. Ênfase na pequena cirurgia, procedimentos invasivos em situação de emergência para manutenção da vida, postura e responsabilidades ética e técnica na realização de procedimentos básicos em cirurgia. Assistência inicial ao portador de trauma multissistêmico. Treinamento das competências e habilidades em saúde coletiva. Ênfase na postura ética e humanizada ao tratar com a comunidade, com as pessoas e seus familiares voltando-se para a promoção da saúde, bem-estar individual e coletivo e de sua própria saúde. Prevenção das doenças mais frequentes em nosso meio. Calendário de imunizações do adulto. Busca de soluções apropriada para melhoria da qualidade de vida das populações urbanas e rurais, do médico e dos profissionais de saúde.

PR 1001001-1 Introdução à Medicina, 30 h

PR 1001002-1 Noções de Ética e Bioética, 30 h

PR 1001003-1 Citologia e Organização Biomolecular, 180 h

PR 1001005-1 Epidemiologia I, 45 h

PR 1001006-1 Genética Humana, 60 h

PR 1001007-1 Introdução à Metodologia Científica TCC 1, 45 h

PR 1001009-1 Epidemiologia II, 45 h

PR 1001010-1 Nutrição e Saúde, 30 h

PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h

PR 1001012-1 Instrumentação e Técnica Cirúrgica, 60 h

PR 1001013-1 Anatomia Topográfica e Descritiva, 120 h

PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h

PR 1001016-1 Parasitologia Médica, 90 h

PR 1001017-1 Microbiologia Médica, 60 h

PR 1001020-1 Medicina Preventiva, 45 h

PR 1001021-1 Anestesiologia, 30 h

PR **Inserir Código** Bases da Oncologia, 30h

PR 1001022-1 Farmacologia Básica, 60 h

PR 1001023-1 Doenças do Aparelho Digestivo, 150 h

PR 1001024-1 Doenças Cardiovasculares, 150 h

PR 1001026-1 Doenças Hematológicas e Linfopoiéticas, 60 h

PR 1001027-1 Doenças Endócrinas, 60 h

PR 1001028-1 Farmacologia Aplicada I, 30 h

PR **Inserir Código** Metodologia Científica TCC2, 15h

PR 1001029-1 Doenças Respiratórias, 120 h

PR 1001030-1 Doenças do Aparelho Genitourinário, 120 h

PR 1001031-1 Doenças Imunológicas, do Tecido Conjuntivo e das Articulações, 75 h

PR 1001034-1 Psiquiatria, 90 h

PR 1001035-1 Elaboração de Trabalho Científico TCC 3, 30 h

PR 1001038-1 Urgências Clínicas, 60 h

PR 1001039-1 Urgências Traumáticas, 60 h

PR 1001040-1 Administração Sanitária (Legislação e Administração de Sistemas de Saúde), 45 h

PR 1001045-1 Ginecologia e Mastologia, 75 h

PR 1001046-1 Obstetrícia, 120 h

PR 1001047-1 Farmacologia Aplicada II, 60 h
PR 1001049-1 Geriatria, 60 h
PR **Inserir Código** Pediatria e Criança Saudável, 180h
PR 1001043-1 Oftalmologia 30 h
PR 1001044-1 Otorrinolaringologia 30 h
PR 1001048-1 Medicina-Legal 60 h
CO Atividades do SUS I, 300h (atividades complementares)
EQ 1001054-1 Estágio Supervisionado e Integrado na Forma de Internato em Clínica Cirúrgica 660 h
EQ 1001055-1 Estágio Supervisionado e Integrado na Forma de Internato em Saúde Comunitária 660 h

Atividades do SUS I 300 P (Atividades Complementares)

Inserir Código – Internato II, 990h (Estágio)

Espaço para o exercício de competências e habilidades em clínica cirúrgica e em clínica médica nas áreas do aparelho digestivo, cardiovascular, pulmonar, neurociências, sistemas endócrino e metabólico, geniturinário e locomotor, dermatológica, imunológica e geriátrica. Enfoque para o diagnóstico das doenças de condução clínicas e das doenças de condução cirúrgicas com indicação de procedimentos possíveis na Assistência da Atenção Básica. Treinamento básico para o médico de formação geral e suas limitações em técnicas cirúrgicas. Ênfase na postura e responsabilidade ética e técnica em procedimentos básicos e na assistência inicial ao portador de trauma multissistêmico; ênfase na postura ética e humanizada ao tratar com pessoas fragilizadas e seus familiares; entendimento e compreensão do ser humano como unidade biológica, antropológica, histórica, social, cultural e ambiental.

PR 1001001-1 Introdução à Medicina, 30 h
PR 1001002-1 Noções de Ética e Bioética, 30 h
PR 1001003-1 Citologia e Organização Biomolecular, 180 h
PR 1001005-1 Epidemiologia I, 45 h
PR 1001006-1 Genética Humana, 60 h
PR 1001007-1 Introdução à Metodologia Científica TCC 1, 45 h
PR 1001009-1 Epidemiologia II, 45 h
PR 1001010-1 Nutrição e Saúde, 30 h
PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h
PR 1001012-1 Instrumentação e Técnica Cirúrgica, 60 h
PR 1001013-1 Anatomia Topográfica e Descritiva, 120 h
PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h
PR 1001016-1 Parasitologia Médica, 90 h
PR 1001017-1 Microbiologia Médica, 60 h
PR 1001020-1 Medicina Preventiva, 45 h
PR 1001021-1 Anestesiologia, 30 h
PR **Inserir Código** Bases da Oncologia, 30h
PR 1001022-1 Farmacologia Básica, 60 h
PR 1001023-1 Doenças do Aparelho Digestivo, 150 h
PR 1001024-1 Doenças Cardiovasculares, 150 h
PR 1001026-1 Doenças Hematológicas e Linfopoiéticas, 60 h
PR 1001027-1 Doenças Endócrinas, 60 h

PR 1001028-1 Farmacologia Aplicada I, 30 h
 PR **Inserir Código** Metodologia Científica TCC2, 15h
 PR 1001029-1 Doenças Respiratórias, 120 h
 PR 1001030-1 Doenças do Aparelho Genitourinário, 120 h
 PR 1001031-1 Doenças Imunológicas, do Tecido Conjuntivo e das Articulações, 75 h
 PR 1001034-1 Psiquiatria, 90 h
 PR 1001035-1 Elaboração de Trabalho Científico TCC 3, 30 h
 PR 1001038-1 Urgências Clínicas, 60 h
 PR 1001039-1 Urgências Traumáticas, 60 h
 PR 1001040-1 Administração Sanitária (Legislação e Administração de Sistemas de Saúde), 45 h
 PR 1001045-1 Ginecologia e Mastologia, 75 h
 PR 1001046-1 Obstetrícia, 120 h
 PR 1001047-1 Farmacologia Aplicada II, 60 h
 PR 1001049-1 Geriatria, 60 h
 PR **Inserir Código** Pediatria e Criança Saudável, 180h
 PR 1001043-1 Oftalmologia 30 h
 PR 1001044-1 Otorrinolaringologia 30 h
 PR 1001048-1 Medicina-Legal 60 h
 CO Atividades do SUS II 300h (atividades complementares)
 EQ 1001050-1 Estágio Supervisionado e Integrado na Forma de Internato em Clínica Médica "A" 660 h
 EQ 1001054-1 Estágio Supervisionado e Integrado na Forma de Internato em Clínica Cirúrgica 660 h

Atividades do SUS II 300 P (Atividades complementares)

Inserir Código – Internato III, 990h (Estágio)

Espaço para o exercício de competências e habilidades em medicina clínica, nas áreas da infectologia, psiquiatria e urgências clínicas e em tocoginecologia. Ênfase na postura ética e humanizada ao tratar com pessoas fragilizadas e seus familiares. Espaço para treinamento em ginecologia e obstetrícia. Ênfase na promoção da saúde da mulher e na prevenção da violência de gênero e de situações de risco para agravos na saúde; reversão da morbimortalidade materno-infantil; reabilitação do parto humanizado como celebração da vida. Assistência a mulher da infância à senectude; os casais, parturientes, mulheres fragilizadas e seus familiares. Entendimento e compreensão do ser humano como unidade biológica, antropológica, histórica, social, cultural e ambiental.

PR 1001001-1 Introdução à Medicina, 30 h
 PR 1001002-1 Noções de Ética e Bioética, 30 h
 PR 1001003-1 Citologia e Organização Biomolecular, 180 h
 PR 1001005-1 Epidemiologia I, 45 h
 PR 1001006-1 Genética Humana, 60 h
 PR 1001007-1 Introdução à Metodologia Científica TCC 1, 45 h
 PR 1001009-1 Epidemiologia II, 45 h
 PR 1001010-1 Nutrição e Saúde, 30 h
 PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h
 PR 1001012-1 Instrumentação e Técnica Cirúrgica, 60 h
 PR 1001013-1 Anatomia Topográfica e Descritiva, 120 h
 PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h

PR 1001016-1 Parasitologia Médica, 90 h
 PR 1001017-1 Microbiologia Médica, 60 h
 PR 1001020-1 Medicina Preventiva, 45 h
 PR 1001021-1 Anestesiologia, 30 h
 PR **Inserir Código** Bases da Oncologia, 30h
 PR 1001022-1 Farmacologia Básica, 60 h
 PR 1001023-1 Doenças do Aparelho Digestivo, 150 h
 PR 1001024-1 Doenças Cardiovasculares, 150 h
 PR 1001026-1 Doenças Hematológicas e Linfopoiéticas, 60 h
 PR 1001027-1 Doenças Endócrinas, 60 h
 PR 1001028-1 Farmacologia Aplicada I, 30 h
 PR **Inserir Código** Metodologia Científica TCC2, 15h
 PR 1001029-1 Doenças Respiratórias, 120 h
 PR 1001030-1 Doenças do Aparelho Genitourinário, 120 h
 PR 1001031-1 Doenças Imunológicas, do Tecido Conjuntivo e das Articulações, 75 h
 PR 1001034-1 Psiquiatria, 90 h
 PR 1001035-1 Elaboração de Trabalho Científico TCC 3, 30 h
 PR 1001038-1 Urgências Clínicas, 60 h
 PR 1001039-1 Urgências Traumáticas, 60 h
 PR 1001040-1 Administração Sanitária (Legislação e Administração de Sistemas de Saúde), 45 h
 PR 1001045-1 Ginecologia e Mastologia, 75 h
 PR 1001046-1 Obstetrícia, 120 h
 PR 1001047-1 Farmacologia Aplicada II, 60 h
 PR 1001049-1 Geriatria, 60 h
 PR **Inserir Código** Pediatria e Criança Saudável, 180h
 PR 1001043-1 Oftalmologia 30 h
 PR 1001044-1 Otorrinolaringologia 30 h
 PR 1001048-1 Medicina-Legal 60 h
 CO Atividades do SUS III 300h (atividades complementares)
 EQ 1001052-1 Estágio Supervisionado e Integrado na Forma de Internato em Clínica Médica "B" 660 h
 EQ 1001053-1 Estágio Supervisionado e Integrado na Forma de Internato em Tocoginecologia 660 h

Atividades do SUS III 300 P (Atividades Complementares)

Inserir Código – Internato IV, 990h (Estágio)

Espaço para o exercício de competências e habilidades em ginecologia e obstetrícia e em pediatria e manuseio da criança saudável. Ênfase na promoção da saúde da mulher e cuidados com vítimas de violência sexual. Planejamento familiar. Pré-natal; reabilitação do parto humanizado e condução no parto cirúrgico. Neonatologia, crescimento e desenvolvimento e assistência pediátrica. Ênfase na postura ética e humanizada ao tratar com crianças e jovens fragilizados e seus familiares. Enfoque da promoção da saúde infanto-juvenil, do bem-estar individual e coletivo. Prevenção de acidentes e situação de risco; reversão do processo das doenças mais frequentes em nosso meio, contextualizando-as na política e na cultura. Tratamento e reabilitação de jovens doentes. Compreensão da criança como ser humano em desenvolvimento e como unidade biológica, antropológica, histórica, social, cultural e ambiental.

PR 1001001-1 Introdução à Medicina, 30 h
 PR 1001002-1 Noções de Ética e Bioética, 30 h
 PR 1001003-1 Citologia e Organização Biomolecular, 180 h
 PR 1001005-1 Epidemiologia I, 45 h
 PR 1001006-1 Genética Humana, 60 h
 PR 1001007-1 Introdução à Metodologia Científica TCC 1, 45 h
 PR 1001009-1 Epidemiologia II, 45 h
 PR 1001010-1 Nutrição e Saúde, 30 h
 PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h
 PR 1001012-1 Instrumentação e Técnica Cirúrgica, 60 h
 PR 1001013-1 Anatomia Topográfica e Descritiva, 120 h
 PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h
 PR 1001016-1 Parasitologia Médica, 90 h
 PR 1001017-1 Microbiologia Médica, 60 h
 PR 1001020-1 Medicina Preventiva, 45 h
 PR 1001021-1 Anestesiologia, 30 h
 PR **Inserir Código** Bases da Oncologia, 30h
 PR 1001022-1 Farmacologia Básica, 60 h
 PR 1001023-1 Doenças do Aparelho Digestivo, 150 h
 PR 1001024-1 Doenças Cardiovasculares, 150 h
 PR 1001026-1 Doenças Hematológicas e Linfopoiéticas, 60 h
 PR 1001027-1 Doenças Endócrinas, 60 h
 PR 1001028-1 Farmacologia Aplicada I, 30 h
 PR **Inserir Código** Metodologia Científica TCC2, 15h
 PR 1001029-1 Doenças Respiratórias, 120 h
 PR 1001030-1 Doenças do Aparelho Geniturinário, 120 h
 PR 1001031-1 Doenças Imunológicas, do Tecido Conjuntivo e das Articulações, 75 h
 PR 1001034-1 Psiquiatria, 90 h
 PR 1001035-1 Elaboração de Trabalho Científico TCC 3, 30 h
 PR 1001038-1 Urgências Clínicas, 60 h
 PR 1001039-1 Urgências Traumáticas, 60 h
 PR 1001040-1 Administração Sanitária (Legislação e Administração de Sistemas de Saúde), 45 h
 PR 1001045-1 Ginecologia e Mastologia, 75 h
 PR 1001046-1 Obstetrícia, 120 h
 PR 1001047-1 Farmacologia Aplicada II, 60 h
 PR 1001049-1 Geriatria, 60 h
 PR **Inserir Código** Pediatria e Criança Saudável, 180h
 PR 1001043-1 Oftalmologia 30 h
 PR 1001044-1 Otorrinolaringologia 30 h
 PR 1001048-1 Medicina-Legal 60 h
 CO Atividades do SUS IV300h (atividades complementares)
 EQ 1001053-1 Estágio Supervisionado e Integrado na Forma de Internato em Tocoginecologia 660 h
 EQ 1001056-1 Estágio Supervisionado e Integrado na Forma de Internato em Pediatria 660 h

Atividades do SUS IV 300 P (Atividades Complementares)

CAPÍTULO VI CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 114 Os casos omissos serão julgados pelo Departamento de Ciências Biomédicas.

Discutido e aprovado pelo NDE em 2013, vai encaminhado para o o Colegiado do Curso de Medicina, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Publique-se

Cumpra-se

37. REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, M. J. Educação Médica e Saúde: possibilidades de mudança. Editora UEL, 1999.
2. ALMEIDA, M. J. A Universidade possível: experiências de gestão universitária. Editora UEL, 2000.
3. ARRUDA, J.R.C. Políticas e indicadores da qualidade na educação superior. Rio de Janeiro: Qualitmark/Dunya Ed. 1997
4. ASSAD, José Eberienos. Desafios Éticos. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 1993.
5. BOURDIEU, P. Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.
6. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 20.12.1996.
7. BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Medicina. Brasília: MEC, 2001
8. CUNHA, M. I.; LEITE, D.B.C. Decisões pedagógicas e estruturas de poder na universidade. Campinas: Papirus, 1996 (Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
9. Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste: Política de educação superior (13.: 1997: Natal) organização Luiz Gonzaga Pontes Pessoa, Maria do socorro Azevedo Borba. – Natal: EDUFRN, 1998
10. FOUCAULT, M. Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 1980
11. FREIRE. P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 19ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).
12. GOMES, M.M. Medicina baseada em evidências: princípios e práticas. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso. Ed., 2001
13. Interface – Comunic, Saúde, Educ / Fundação UNI Botucatu/Unesp (ISSN 1414-3283) v 1 n 1, 1997; v 2 n 2 e 3 , 1998; v 3 n. 4 e 5, 1999; v 4 n 6 e 7, 2000.
14. Lei nº 11.788/2008 de 25.09. 2008 – MEC, Estágios.
15. Lei nº 7.995, de 29 de outubro de 2001, publicada no DOE, edição de 30 de outubro de 2001, “dispõe sobre autorização para criação da Faculdade de Ciências da Saúde e do Curso de Medicina, vinculados à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN e dá outras providências.”
16. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 20.12.1996.
17. MARCONDES, Eduardo. GONÇALVES, Ernesto Lima (Coord). Educação médica. São Paulo: SARVIER, 1998.
18. MATURANA, R. H. Emoções e linguagem na educação e na política./ Humberto Maturana; tradução: José Fernando campos Fortes. – Belo Horizonte : Ed. UFMG, 1998
19. Medicina em debate – Boletim do Núcleo de Educação Médica (NEME) – UFRN, n 1 , 1998 e v. 2, 1999
20. MINAYO, M.C.S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde./ Maria Cecília de Souza Minayo. – 7 ed. – São Paulo : Hucitec; Rio de Janeiro : Abrasco, 2000
21. MOREIRA, Augusto (Org). Didática do ensino superior: técnicas e tendências. Revisão Janice Yunes Moreira. São Paulo: Pioneira, 1997.
22. MORIN, E. A cabeça bem feita.: repensar a reforma, reformar o pensamento. Edgar Morin; tradução Eleoá Jacobina. – 4 ed. – Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2001.
23. MORIN, E. O Método I – A Natureza da Natureza; publicações Europa – América;

- biblioteca universitária; 2^a. ed. 1987.
24. MORIN, E. O Método IV – As ideias: a sua natureza, vida, habitat e organização; publicações Europa – América; Biblioteca Universitária, 1991.
 25. MORIN, E. O Paradigma Perdido: A natureza humana; 4^a. ed publicações Europa – América : Biblioteca Universitária, 1991.
 26. MORIN, E. O Método V : A humanidade da humanidade. Porto Alegre: Sulina, 2002.
 27. MORIN, E. A Religação dos Saberes: O desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.
 28. PERRENOUD, P. Dez novas competências para ensinar / Philippe Perrenoud; trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
 29. PICCINI, R. X. Avaliação do ensino médico no Brasil. Relatório Geral. CINAEM, 1999 (mimeo).
 30. PICCINI, R. X.; FACCHINI L. A.; SANTOS, R. C. Transformando a educação médica brasileira. CINAEM – III Fase; setembro, 1999 (mimeo)
 31. Parecer da CES/CNE Nº 583/01
 32. Plano de Desenvolvimento Institucional da Pesquisa e da Pós-Graduação UERN 2001-2006, Mossoró, 2001
 33. Portaria GR/UERN, nº 069/2002, de 11 de janeiro de 2002, “Constitui Comissão.”
 34. Portaria GR/UERN, nº 070/2002, de 11 de janeiro de 2002, retificada pela Portaria GR/UERN nº 161/2002, de 28 de janeiro de 2002, “Cria Grupo Executivo de Trabalho.”
 35. Projeto Político-Pedagógico do Curso de Medicina da UFRN, dezembro de 2001
 36. Resolução CONSUNI, nº 001/2002, de 11 de janeiro de 2002, “cria a Faculdade de Ciências da Saúde.”
 37. Resolução CONSEPE, nº 001/2002, de 11 de janeiro de 2002, “cria o Curso de Medicina, da Faculdade de Ciências da Saúde.”
 38. Resolução 09/2000-CONSEPE, de 03 de maio de 2000, Resoluções nº10/2000, de 03 de maio de 2000, e nº 19/2000, de 05 de julho de 2000, que estabelecem normas para o preenchimento de vagas.
 39. Resultado da discussão com departamentos do Curso de Medicina. UFRN/CCS. 1996 (mimeo).
 40. SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). A globalização e as Ciências Sociais. São Paulo : Cortez, 2002.
 41. SAVIANI, D. Educação: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.
 42. UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Campus Avançado do Seridó. Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem. Caicó/RN, 2008.
 43. UFRN. Avaliação do modelo pedagógico: relatório da primeira oficina de trabalho. UFRN/CCS. Natal, junho de 1996 (mimeo).
 44. UFRN. Proposta para uma reforma curricular do curso de medicina. CCS/UFRN, 1999 (mimeo)
 45. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Pró-Reitoria de graduação. Projeto Político Pedagógico/ UFRN; Maria Doninha de Almeida (org.) – Natal (RN) : EDUFRN – Editora da UFRN, 2000. (Coleção pedagógica; n.1)
 46. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Pró-Reitoria de graduação. Currículo como artefato social/ UFRN; Maria Doninha de Almeida (org.) – Natal (RN) : EDUFRN – Editora da UFRN, 2000. (Coleção pedagógica; n.2)
 47. Site DATASUS - <http://w3.datasus.gov.br/datasus/datasus.php>
 48. http://www.saude.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/sesap/guia_saude/gerados/hosp

italmoossoro.asp.http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sia/cnv/qarn.def

49. Mossoró-/-/ Vingt-un Rosado: Coleção o Mossoroense. Fundação Vingt-um Rosado, 2ª Ed. Série C. Volume 1521, de junho 2006.
50. Atas da Assembleia Geral do COBEM anos: 2001 - 2002 – 2003 - 2004 – 2005 – 2006 – 2007 – 2008 – 2009 – 2010 – 2011 – 2012.
51. Atas das Plenárias de Colegiados do Curso de Medicina dos anos 2004 – 2005 – 2006 – 2007 – 2008 – 2009 – 2010 – 2011 – 2012 até abril 2013 .

1. Leis, Resoluções e Portarias consultadas

- a. Lei nº 7.995, de 29-10-2001, publicada no DOE, edição de 30-10-2001, “dispõe sobre autorização para criação da Faculdade de Ciências da Saúde e do Curso de Medicina, vinculados à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN e dá outras providências.”
- b. Resolução CONSUNI, nº 001/2002, de 11-01-2002, “cria a Faculdade de Ciências da Saúde.”
- c. Resolução CONSEPE, nº 001/2002, de 11-01-2002, “cria o Curso de Medicina, da Faculdade de Ciências da Saúde.”
- d. Portaria GR/UERN, nº 069/2002, de 11-01-2002, “Constitui Comissão.”
- e. Portaria GR/UERN, nº 070/2002, de 11-01-2002, retificada pela Portaria GR/UERN nº 161/2002, de 28-01-2002, “Cria Grupo Executivo de Trabalho.”
- f. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 20.12.1996.
- g. Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Medicina; Resolução CNE/CES N 4/2001 de 07 de novembro de 2001
- h. Parecer da CES/CNE Nº 583/01;
- i. Lei nº 11.788/2008 de 25.09. 2008 – MEC, que regula Estágios.
- j. Resolução 11/93 – CONSEPE/UERN
- k. Resolução n.º 09/97-CONSUNI, de 09 de dezembro de 1997
- l. Resolução nº 05/2010-CONSEPE – Regulamento dos Cursos de Graduação e estabelece normas para o preenchimento de Vagas Não Iniciais Disponíveis - VNID
- m. Resolução PIM nº 017/2011.
- n. 1 BRASIL. Ministério da Educação. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA, 2001. 2 UERN, REGULAMENTO DO CURSOS DE GRADUAÇÃO. Mossoró, 2010.

LEGISLAÇÃO – CAPACITAÇÃO DOCENTE - Resoluções

- a. [Resolução nº 20/2008-CD/UERN](#) - Regulamenta a concessão de Bolsa de Capacitação Docente da UERN.
- b. [Resolução nº 028/2007 - CD](#) - Institui Plano Emergencial de Apoio a Capacitação Docente
- c. [Resolução nº 45/2012 - CONSEPE](#) - Resolução que aprova Normas de capacitação docente da UERN e revoga anterior.

LEGISLAÇÃO EM PESQUISA - Resoluções e Portarias

- a. [Resolução n.º 362007-CONSEPE \(169KB\)](#) - Aprova as normas para concessão de auxílio a participação de servidores em eventos científicos e revoga as resoluções n.º 42/2001-CONSEPE e n.º 39/2006-CONSEPE.
- b. [Resolução 61/2008](#) - Aprova o Regulamento dos Grupos de Pesquisa da UERN
- c. [Resolução 196/96](#) - Dispõe sobre diretrizes e Norma regulamentadoras da pesquisa envolvendo seres humanos.
- d. [Resolução 39/06](#) - Aprova as normas para concessão de auxílio à participação de servidores em eventos científicos.
- e. [Resolução 1763/98](#) - Institucionaliza e disciplina o programa editorial da UERN.
- f. [Portaria 2043/98](#) - Retificação da portaria 1763/98. (programa editorial)
- g. [Portaria 2075/98](#) - Constitui Comitê Editorial da UERN.
- h. [Instrução Normativa 01/98](#) - Regulamenta a distribuição da carga horária do trabalho docente.
- i. [Resolução 11/97](#) - Define as linhas de pesquisa na UERN.
- j. [Resolução 224/97](#) - Institui o programa de Iniciação Científica da UERN.
- k. [Resolução 13/97](#) - Cria o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC.

ANEXOS DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

ANEXO 1

Ato de Credenciamento da UERN - Ministério da Educação. **A Portaria nº 874/93, de 17 de junho de 1993, assinada pelo ministro da Educação** e do Desporto, Dr. Murílio de Avellar Hingel, com base no Parecer nº 277/93 do Conselho Federal de Educação, reconhece a UERN como universidade, aprova seu Estatuto e Regimento Geral, e, igualmente, os Campi Avançados, previstos no Projeto da Universidade.

DIÁRIO OFICIAL

Nº 326

Nº 116 TERÇA-FEIRA, 22 JUN 1993

**Ministério da Educação
e do Desporto**

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 874, DE 17 DE JUNHO DE 1993 (*)

O **Ministro de Estado da Educação e do Desporto**, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 83.857, de 15 de agosto de 1979, e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 277/93, conforme consta do Processo número 23001.000936/84-0 do Ministério da Educação e do Desporto, resolve:

Art. 1º Reconhecer a Universidade Regional do Rio Grande do Norte-URRN, mantida pela Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte-FURRN, com sede na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, aprovando, neste ato, seu Estatuto e Regimento Geral. Ficam igualmente aprovados os Campi previstos no Projeto da Universidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(Of. nº 119/93)

MURÍLIO DE AVELLAR HINGEL

(*) Republicada por ter saído com incorreção, do original, no D.O. de 21-6-93, Seção I, pág. 8191.

ANEXO 2

Ato de Criação do curso de Medicina: Lei Estadual n° 7.995 de 29 de outubro de 2001



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE INFORMÁTICA

LEI Nº 7.995, DE 29 DE OUTUBRO DE 2001.

Dispõe sobre autorização para criação da Faculdade de Ciências da Saúde e do Curso de Medicina, vinculados à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a criação da Faculdade de Ciências da Saúde, na condição de unidade universitária integrante da estrutura da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, com funcionamento na cidade de Mossoró.

Art. 2º Criada a Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, fica autorizada também a criação do Curso de Medicina.

Parágrafo único. A Faculdade de Ciências da Saúde poderá congregiar outros cursos de graduação ou de pós-graduação em sua área ou em áreas correlatas, conforme dispuserem os Estatutos e o Regimento Geral da UERN.

Art. 3º A Faculdade de Ciências da Saúde será implantada no período de tempo de até 18 (dezoito) meses da aprovação desta Lei.

Art. 4º O Curso de Medicina da Faculdade de Ciências da Saúde será implantado no período de tempo de até 24 (vinte e quatro) meses da aprovação desta Lei.

Art. 5º O processo de implantação da Faculdade de Ciências da Saúde e do Curso de Medicina será conduzido pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e acompanhado por comissão especial.

§ 1º A comissão de que trata o caput do artigo será constituída por um representante de cada um dos seguintes órgãos:

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, Secretaria de Estado da Educação, da Cultura e dos Desportos, Conselho Estadual de Educação e Secretaria de Estado da Saúde Pública.

§ 2º Implantados a Faculdade de Ciências da Saúde e o Curso de Medicina, fica desfeita a comissão especial.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio de Despachos de Lagoa Nova, em Natal, 29 de outubro de 2001, 113º da República.

GARIBALDI ALVES FILHO
Pedro Almeida Duarte

ANEXO 3

Decreto nº 22.232/2011, publicado no Diário Oficial do RN, de 07 de maio de 2011 (reconhecimento do Curso de Medicina)



RIO GRANDE DO NORTE

DECRETO Nº 22.232, DE 06 DE MAIO DE 2011

Dispõe sobre o Reconhecimento do Curso de Medicina do Campus Central - Mossoró/RN.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições constitucionais e com fundamento do disposto no Art. 10 da Resolução nº 01/2001-CEE/RN, de 19 de dezembro de 2001, do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Norte – CEE/RN,

Considerando a decisão plenária do Conselho Estadual de Educação – CEE/RN, reunido em 05 de janeiro de 2011, a qual acolheu o Parecer nº 001/2011, originário da Câmara de Educação Superior e por ela aprovado à unanimidade nos autos do Processo nº 002/2010-CEE/RN;

Considerando o Ato Homologatório da Decisão Plenária do CEE-RN expedido pela Senhora Secretária de Estado da Educação e da Cultura, publicado no Diário Oficial do Estado, edição de 08/04/2011.

DECRETA:

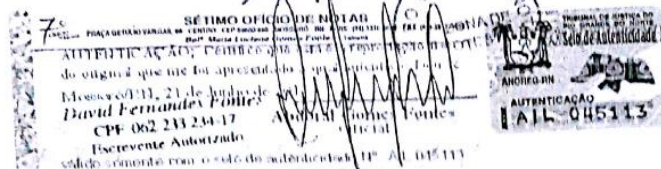
Art. 1º Fica reconhecido o Curso de Medicina do Campus Central em Mossoró/RN, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.

Art. 2º O prazo de validade do Reconhecimento do Curso de que trata o artigo anterior será de 03 (três) anos, contados da data da publicação deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio de Despachos de Lagoa Nova, em Natal, 06 de maio de 2011, 190º da Independência e 123º da República.

David Fernandes Fontes



ANEXO 4



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA – SEEC
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS – DCB
CURSO DE MEDICINA
Rua Miguel Antônio da Silva Neto, s/n; CEP: 59607-360 Aeroporto Mossoró-RN
Fone: (84) 3315 - 2248 E-mail: facs@uern.br/ dcb@uern.br

PORTARIA QUE CONSTITUI O NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

Portaria nº 003/2013 – FACS/UERN

Constitui composição do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Medicina da FACS.

O DIRETOR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE- FACS, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o Projeto Pedagógico do Curso de Medicina, que trata do Núcleo Docente Estruturante, órgão que assessora o colegiado e que na Instituição é denominado de NDE;

CONSIDERANDO sua participação da elaboração e atualização da proposta pedagógica local, garantindo a sua prática.

CONSIDERANDO que o NDE do Curso de Medicina da FACS obedecerá às diretrizes da UERN voltadas para políticas de educação médica, assim como às diretrizes políticas para o ensino médico recomendadas pelo Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Conselho Federal de Medicina e Associação Brasileira de Educação Médica;

RESOLVE:

Art. 1º – Nomear os professores abaixo relacionados para comporem o Núcleo Docente Estruturante do Curso de Medicina da FACS.

Membros

José Hélio Cabral freire – Diretor da FACS

Sônia Elizabeth Lopez Carrillo – Chefe do DCB

Patrícia Estela Giovaninni – Orientadora Pedagógica

Flávio Henrique Amaral Pires Veras – Membro

João Batista de Souza - Membro
Isabelle Cantídio Fernandes Diógenes – Membro
André Camurça de Almeida – Membro
Andréa Taborda Ribas da Cunha – Membro
Fabiano Rodrigues Maximino – Membro
Francisco Xavier Dantas Lins – Membro
Flávio Henrique Amaral Pires Veras – Membro
Jerônimo Dix-Sept Rosado Maia Sobrinho – Membro
Gustavo Helber Barbalho Barreto – Membro

Art. 2º – O Diretor da Faculdade de Ciências da Saúde é membro nato da Comissão de Currículo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições contrárias.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Mossoró, 28 de novembro de 2013.

Prof. José Hélio Cabral Freire
Diretor da FACS

ANEXO 5



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA – SEEC
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS – DCB
CURSO DE MEDICINA
Rua Miguel Antônio da Silva Neto, s/n; CEP: 59607-360 Aeroporto Mossoró-RN
Fone: (84) 3315 - 2248 E-mail: facs@uern.br/ dcb@uern.br

DIRETRIZES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) DO CURSO DE MEDICINA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - UERN

Art.1º- O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Medicina da Faculdade de Ciências da Saúde (FACS), foi criado em 19 de abril de 2012 com a denominação inicial de Núcleo Estruturante, em reunião ordinária do Departamento de Ciências Biomédicas (DCB) e oficializado em 26 de abril de 2012, por portaria nº 003/2012-FACS/UERN; teve atualização de suas Diretrizes em abril 2013 e para constar no Projeto Pedagógico do Curso de Medicina 2013, foi renomeada para o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Medicina”, em novembro de 2013.

Parágrafo Único - Passará a ser referido como NDE

Art. 2º - O NDE do curso de Medicina, tem mandato de dois anos, é renovável automaticamente por mais dois anos, salvo manifestação em contrária, por escrito, do membro participante e tem por finalidade:

- I - valorizar a qualidade do ensino médico;
- II - implantar, supervisionar, atualizar e orientar pedagogicamente e de forma continuada o Projeto Pedagógico do Curso, junto com o NADPED-FACS;
- III - promover cultura científica e humanística no Curso de Medicina;
- IV - criar oportunidades para capacitação docente, promover e fomentar ações complementares de capacitação nas áreas de ensino e pesquisa em educação médica no Rio Grande do Norte;
- V - incentivar a elaboração e execução direta em conjunto com outras Instituições conveniadas, de projetos, programas e planos correlatos à educação médica;
- VI - elaborar planos de curto, médio e longo prazo visando à melhoria do Curso de Medicina da FACS.

Art. 3º- O NDE do curso de Medicina da FACS obedecerá o RCG/UERN (2013), as políticas da educação médica brasileira e as diretrizes políticas para o ensino médico recomendadas pelo Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Conselho Federal de Medicina, Associação Brasileira de Educação Médica, participando da elaboração e atualização da proposta pedagógica local, garantindo a sua prática.

§ 1º - O NDE do curso de Medicina da FACS tem como missão: “Proteger, preservar e

promover a educação médica na UERN, com vistas à segurança dos seus formandos, o ensino e a formação continuada de seus professores e de seus egressos”.

§ 2º - O NDE do curso de Medicina da FACS tem por valores institucionais, a obediência aos princípios da ética, à transparência dos atos, o conhecimento como fonte da ação, o espírito de cooperação e o compromisso com os resultados.

§ 3º - O NDE do curso de Medicina da FACS tem como espaço de atuação, a implantação, acompanhamento e avaliação continuada do Projeto Pedagógico de Curso, orientando a sua operacionalização para docentes, discentes e funcionários da Instituição.

§ 4º - O NDE do curso de Medicina será sempre Coordenado por docente com formação médica.

Art. 4º- O NDE do curso de Medicina da FACS tem como Coordenador o Diretor da Faculdade de Ciências da Saúde-FACS quando médico ou o Vice- Diretor quando médico, ou ainda o Coordenador do Curso de Medicina se ambos dos membros diretores não forem médicos, que convocará e presidirá suas reuniões conforme as necessidades do curso ou por solicitação de, no mínimo, dois membros do Núcleo. Todos os membros nomeados terão assento, voz e voto, devendo justificar quando não puder comparecer às convocações.

§ 1º - Serão toleradas até cinco faltas consecutivas ou não, justificadas ou não, em um ano letivo. Após este limite o Coordenador do NDE do Curso de Medicina entende que o professor não pretende continuar como membro e efetivará seu desligamento.

Art. 5º- Esta Portaria revoga a Portaria nº 003/2013-FACS/UERN

Mossoró, 28 de novembro de 2013

ANEXO 6 - DIRETRIZES NACIONAIS EM LIGAS ACADÊMICAS DE MEDICINA

Diretrizes Nacionais em Ligas Acadêmicas de Medicina Diretrizes Nacionais em Ligas Acadêmicas de Medicina Associação Brasileira de Ligas Acadêmicas de Medicina

Definem os princípios, fundamentos, condições e procedimentos a serem observados na formação e funcionamento de uma Liga Acadêmica de Medicina no Brasil.

Aprovadas em Assembleia Geral da Associação Brasileira de Ligas Acadêmicas de Medicina realizada em 3 de outubro de 2010.

Da Definição e Finalidade

Artigo 1º – A Liga Acadêmica de Medicina (“LAM”) é associação Civil e científica livre, de duração indeterminada, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade da instituição de ensino que a abriga, que visa complementar a formação acadêmica em uma área específica do campo médico, por meio de atividades que atendam os princípios do tripé universitário de ensino, pesquisa e extensão.

Parágrafo único – A LAM deverá funcionar em acordo com o conjunto de Diretrizes Nacionais em Ligas Acadêmicas de Medicina normatizadas pela Associação Brasileira de Ligas Acadêmicas de Medicina (“ABLAM”), e reconhecê-la como entidade de representação em seu nível e campo de atuação, preservando, no entanto, sua plena autonomia.

Artigo 2º – ABLAM tem por finalidade:

- I – complementar, atualizar, aprofundar e/ou difundir conhecimentos e técnicas em áreas específicas da Medicina;
- II – estender à sociedade serviços advindos das atividades de ensino e de pesquisa, articulando-os de forma a viabilizar a interação entre a universidade e a sociedade;
- III – estimular e promover o ensino e a pesquisa, servindo-lhes de campo de atividades e desenvolvimento;
- IV – desenvolver atividades assistenciais de prevenção e tratamento de doenças, bem como de proteção e recuperação da saúde sob supervisão médica;
- V – colaborar com a instituição de ensino no desenvolvimento de tecnologias assistenciais, educativas e operacionais;
- VI – estender serviços à comunidade, buscando integração com as instituições de ensino, para a solução dos problemas médico-sociais;
- VII – desenvolver atividades de divulgação científica, técnica ou tecnológica por meio de cursos, projetos, exposições, palestras, seminários, simpósios, jornadas, encontros, oficinas, reuniões ou congressos.

Artigo 3º – A LAM apresenta como princípios educacionais, as seguintes competências e habilidades gerais, em acordo com o conjunto de Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina:

- I – Atenção à Saúde;
- II – Tomada de decisões;
- III – Comunicação;
- IV – Liderança;
- V – Administração e gerenciamento;
- VI – Educação permanente.

Parágrafo único – A relação entre ensino, pesquisa e extensão proporcionada pela atuação da LAM se destina a enriquecer o processo pedagógico, possibilitando uma socialização do saber acadêmico e uma dinâmica de atividades entre a comunidade e o curso de graduação.

Das Competências

Artigo 4º – À entidade de coordenação e fiscalização das LAM na instituição, compete:

- I – cadastrar as LAM anualmente;
- II – fiscalizar as atividades das LAM;
- III – facilitar o acesso e a comunicação das LAM entre si e com os outros órgãos de fiscalização, como a ABLAM;
- IV – incentivar a criação de novas LAM, fornecendo a assessoria necessária;
- V – formular mecanismos de normatização da abertura de LAM, tomando como base o conjunto de Diretrizes Nacionais em Ligas Acadêmicas de Medicina normatizadas pela ABLAM.

Parágrafo único – A coordenação e fiscalização das LAM no âmbito da instituição de ensino deverá ser realizada com a participação do Centro ou Diretório Acadêmico, eventualmente organizado em Departamento Científico ou Conselho de Ligas Acadêmicas de Medicina.

Artigo 5º – À instituição de ensino à qual a LAM é vinculada, compete:

- I – reconhecer a LAM como atividade extracurricular organizada, reconhecendo como válida toda a documentação ou certificação emitida pela diretoria da LAM;
- II – incentivar e criar condições para a atuação da LAM;
- III – regulamentar as atividades da LAM que ocorrerem em seus departamentos ou complexos hospitalares;
- IV – possibilitar o eventual registro da atividade da LAM como atividade extracurricular, permitindo a possível obtenção de créditos;
- V – manter estreito relacionamento com a entidade de coordenação e fiscalização das LAM na sua instituição.

Artigo 6º – À Associação Brasileira de Ligas Acadêmicas de Medicina, compete:

- I – fomentar a difusão do conhecimento médico entre LAM de um mesmo tema – por meio da realização de encontros, simpósios e congressos interligas em âmbito local, regional e nacional;
- II – incentivar o relacionamento, a integração e a mobilidade entre LAM – com criação das sociedades e comitês de um mesmo tema;
- III – permitir a troca de experiências entre LAM de todo o país, por meio de um cadastro nacional acessível a todas LAM associadas;
- IV – contribuir com o contínuo aprofundamento da discussão conceitual de LAM, no que tange a suas atribuições, modos de organização e modelos de fiscalização;
- V – incentivar a criação de novas LAM e auxiliar para que essas estejam em acordo com o conjunto de Diretrizes Nacionais em Ligas Acadêmicas de Medicina;
- VI – conferir um padrão de qualidade de atuação das LAM associadas;
- VII – valorizar as LAM frente às respectivas instituições de ensino e sociedades de especialidades médicas; □
- VIII – manter estreito relacionamento com a entidade de coordenação e fiscalização das LAM na instituição de ensino.

Artigo 7º – Compete à LAM:

- I – funcionar em acordo com o conjunto de Diretrizes Nacionais em Ligas Acadêmicas de Medicina normatizadas pela ABLAM;
- II – estabelecer sua organização administrativa e definir suas atividades;
- III – registrar e contabilizar a frequência de seus membros às atividades desenvolvidas;

- IV – criar possibilidades de aferições quantitativas ou qualitativas quanto ao aproveitamento dos membros da LAM, no referente a atividades desenvolvidas;
- V – decidir sobre o ingresso de alunos não matriculados na graduação da sua instituição de ensino;
- VI – manter atualizado seu cadastro junto à entidade de coordenação e fiscalização das LAM na instituição de ensino;
- VII – manter atualizado seu cadastro junto à ABLAM.

Da Criação e do Regimento

Artigo 8º – Qualquer aluno devidamente matriculado em um curso de graduação da instituição de ensino poderá criar uma LAM

Parágrafo 1º – A LAM deverá estar em acordo com o estatuto ou regimento da entidade de coordenação e fiscalização das LAM na instituição de ensino.

Parágrafo 2º – A LAM deverá funcionar em acordo com o conjunto de Diretrizes Nacionais em Ligas Acadêmicas de Medicina normatizadas pela ABLAM.

Artigo 9º – A diretoria da LAM será composta exclusivamente por estudantes, dos quais pelo menos um deverá estar matriculado no curso de graduação de medicina da instituição de ensino de origem.

Artigo 10º – A LAM será de responsabilidade de pelo menos um médico ou professor orientador da sua área de atuação e da instituição com qual esteja vinculada, podendo ser sugerido pelo seu departamento ou disciplina.

Artigo 11º – A LAM será composta por membros que são estudantes matriculados no curso de graduação de medicina da sua instituição de ensino e de outras áreas da saúde.

Parágrafo único – Médicos, professores, profissionais e pesquisadores relacionados ao tema poderão participar das atividades da LAM na qualidade de colaboradores.-

Artigo 12º – O médico ou professor orientador tem as funções de:

- I – Supervisionar todas as atividades administrativas das LAM;
- II – Organizar a programação das atividades da LAM juntamente à sua diretoria;
- IV – Colaborar com a orientação dos trabalhos científicos realizados pelos componentes da LAM;
- VI – Supervisionar e acompanhar as atividades de assistência da LAM;
- VI – Incentivar a criação de ações da LAM no âmbito da extensão universitária.

Artigo 13º – Para as atividades da LAM, será necessário o acompanhamento de médicos com titulação mínima de Residentes nas áreas de atuação da LAM.

Artigo 14º – A LAM deverá possuir uma carga horária mínima de atividades semanais por aluno.

Artigo 15º – A LAM deverá apresentar à entidade de coordenação e fiscalização das LAM na instituição de ensino e à ABLAM um estatuto ou regimento que conterá, sob pena de nulidade:

- I – a denominação, os fins e a sede da LAM;
- II – os requisitos para a admissão e exclusão dos membros;
- III – os direitos e deveres dos membros;
- IV – o modo de constituição e de funcionamento da LAM;
- V – as condições para a alteração das disposições regimentais e para a dissolução da LAM;
- VI – a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas.

Da Estrutura e Funcionamento

Do Ingresso de Membros à Liga Acadêmica

Artigo 16º – Caberá à LAM apresentar critérios claros e precisos quanto ao ingresso de novos membros.

Parágrafo 1º – Os critérios deverão ser previamente explicitados, de tal modo que os itens que serão valorizados fiquem claros. Caso haja realização de prova, o conteúdo e a bibliografia deverão ser claramente divulgados.

Parágrafo 2º – Deverão ser informados quais anos do curso médico poderão ingressar nas LAM e se há restrições a esse ingresso e/ou às atividades aos alunos de outras instituições e/ou outros cursos de graduação;

Parágrafo 3º – No caso de ingresso de alunos de outros cursos de graduação, deverão ser respeitadas as diretrizes curriculares específicas dos mesmos quanto às atividades oferecidas pela LAM.

Dos Deveres da Liga Acadêmica

Artigo 17º – A LAM deverá realizar o seu cadastro periodicamente na entidade de coordenação e fiscalização das LAM na instituição de ensino.

Parágrafo único – A LAM deverá notificar quaisquer alterações em seu cadastro e/ou estatuto ou regimento, sob pena de anulação de sua condição de LAM.

Artigo 18º – A LAM associada à Associação Brasileira de Ligas Acadêmicas de Medicina deverá manter anualmente atualizado o seu cadastro.

Parágrafo 1º – A LAM deverá notificar quaisquer alterações em seu cadastro e/ou estatuto ou regimento, sob pena de descredenciamento da ABLAM;

Parágrafo 2º – No caso de infração desse artigo pela LAM, caberá à ABLAM o envio de documento comunicando o fato à entidade de coordenação e fiscalização das LAM na instituição de ensino, para a tomada de decisões;

Parágrafo 3º – Para o credenciamento junto à ABLAM, deverá ser incluído na solicitação parecer favorável assinado pela entidade de coordenação e fiscalização das LAM na instituição de ensino.

Artigo 19º – A LAM deverá entregar anualmente e/ou junto à troca de sua diretoria um relatório sobre as atividades por ela desenvolvida à entidade de coordenação e fiscalização das LAM na instituição de ensino.

Parágrafo 1º – Este relatório deverá ser composto pelas fichas de cada integrante da LAM e pelo relato das atividades desenvolvidas pela LAM no período, acompanhado de discussão crítica sobre as possibilidades de melhoria.

Dos Créditos Acadêmicos

Artigo 20º – Em algumas instituições de ensino, os membros da LAM poderão contabilizar créditos no currículo de graduação, sendo necessário seguir os critérios definidos pela instituição de ensino, e devendo a LAM oferecer os documentos que atestem frequência e/ou nota e comprometimento satisfatórios dos membros para o recebimento dos créditos.

Parágrafo único – A LAM é soberana na decisão de se deverá ou não solicitar a validação de créditos pelas suas atividades à instituição de ensino.

Artigo 21º – Receberá certificado de membro da LAM o membro que seguir os critérios adotados pela LAM, e que esteja em acordo com as normas estipuladas pela entidade de coordenação e fiscalização das LAM na instituição de ensino.

Disposições transitórias

Artigo 22º – A implantação e desenvolvimento das Diretrizes Nacionais em Ligas Acadêmicas de Medicina devem orientar e propiciar concepções de Ligas de Medicina que

deverão ser acompanhadas e permanentemente fiscalizadas, a fim de permitir os ajustes que se fizerem necessários ao seu aperfeiçoamento.

Artigo 23º – Este conjunto de diretrizes entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Arthur Hirschfeld Danila

Presidente da Associação Brasileira de Ligas Acadêmicas de Medicina.

ANEXO 7 - REGIMENTO DOS INTERNATO I, INTERNATO II, INTERNATO III E INTERNATO IV



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA - SEEC
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS - DCB
CURSO DE MEDICINA
Rua Miguel Antônio da Silva Neto, s/n; cep: 59607-360 Aeroporto Mossoró-RN
Fone: (84) 3315 - 2248 E-mail: facs@uern.br/ dcb@uern.br

Portaria nº 012/2013-FACS/UERN

REGIMENTO DOS INTERNATO I, INTERNATO II, INTERNATO III E INTERNATO IV

QUALIFICAÇÃO - ESTÁGIO (Grupo III do RCG/UERN, 2013)

PREÂMBULO

Os Internatos I, II, III e IV enquanto estágios, terão carga horária semanal de 40 horas conforme a Lei nº 11.788 de 25.09.2008 – MEC. As 3.960 horas serão distribuídas nos 4 Internatos, com carga horária de 990 horas e 66 créditos cada Internato e que por determinação do MEC deverão contemplar um mínimo de 35% (trinta e cinco) da carga horária total do curso. O CONSEPE-UERN, a partir de 2013, autorizou abertura de matrícula para Internatos em datas fora do seu Calendário Universitário, pela especificidade do curso de medicina. Os Internatos funcionarão em sistema de rodízio e sem pré-requisitos entre si, cabendo à coordenação do curso organizar, na forma de sorteio e na presença dos alunos interessados, a composição discente inicial em cada Internato, desencadeando assim o sistema de rodízio a partir da sua sequência. Os estágios de Internatos ocorrerão juntamente com as atividades complementares na forma de Atividades do SUS I, II, III e IV.

CAPÍTULO I

DA DEFINIÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS INTERNATOS

Art. 1º O internato é o estágio curricular do Curso de Medicina, de caráter obrigatório, realizado nos turnos matutino e vespertino no qual o discente tem a oportunidade de aprofundar-se nas tarefas práticas das grandes áreas específicas do âmbito da sua profissão.

Parágrafo Único. É vedado ao aluno regularmente matriculado nos Internatos o exercício de atividades de ensino em quaisquer das formas de monitoria

Art. 2º O funcionamento do Internato será em sistema de rodízios, com duração total de 100(cem) semanas e com 4(quatro) semanas de recesso entre o 10º(décimo) e 11º(décimo primeiro) períodos.

Art. 3º A sequência de rodízio para os estágios obrigatórios se dará na forma de sorteio

aleatório pela Coordenação do Curso ou seu representante, na presença de alunos interessados, não havendo possibilidade de permuta entre alunos sorteados e os grupos serão formados equitativamente por alunos ao término do 8º(oitavo) período.

Art. 4º - O período de recesso (férias) será de 4(quatro) semanas após concluídas as primeiras 50(cinquenta) semanas de estágio, conforme a Lei nº 11.788 de 25.09.2008 – MEC, intercaladas entre o primeiro e segundo anos de estágio, de acordo com o cronograma de rodízio por grupos, para que todos possam mudar de estágio ao mesmo tempo. .

Art. 5º O objetivo fundamental do internato é proporcionar ao graduando, o treinamento e o exercício profissional em situação real, sob supervisão docente ou de preceptores, sendo aquele denominado Supervisor Didático Pedagógico e que tem sua indicação aprovada pela Coordenação Geral do Internato.

§ 1º- Quando o estágio de Internatos for realizado fora do âmbito da UERN, o Supervisor Didático Pedagógico deverá articular-se com um profissional da Instituição de Saúde que está recebendo o aluno e este será doravante denominado de Supervisor de Campo.

Art. 6º Não haverá pré-requisitos entre os quatro estágios de Internatos durante os rodízios, mas o aluno só poderá ingressar em estágios do 9º(nono) ao 12º(décimo segundo) períodos quando integralizados e concluídos os oito períodos iniciais do curso, sem nenhuma pendência e já tiver defendido com êxito o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC).

CAPITULO II

DA COORDENAÇÃO DOS INTERNATOS

Art. 7º O Coordenador do Internato e o Vice-coordenador serão eleitos pelo Colegiado do Curso de Medicina e nomeados pelo Diretor da Faculdade de Ciências da Saúde (FACS)

§ 1º- O mandato do Coordenador Geral e Vice-Coordenador do Estágio do Internato será de 24 meses.

§ 2º- Poderão se candidatar a Coordenador e Vice-Coordenador do Internato, os professores médicos e os médicos integrantes de Departamento(s) diretamente envolvidos com as áreas de Estágios para os Internato I, Internato II, Internato III e Internato IV.

§ 3º- Cada área do Internato terá um Coordenador e um Vice-Coordenador, este último apto a substituir o primeiro nos seus impedimentos.

§ 4º- A escolha dos Coordenadores e Vice-Coordenadores de cada rodízio, será realizada através de eleição no respectivo Departamento, onde se dará o Internato, para mandato inicial de 24 meses e renovado a critério do Departamento.

§ 5º- A representação dos internos será de um único estudante para cada Internato, do nono ao décimo segundo períodos, eleitos na primeira reunião dos internos, com direito à voz e voto no Conselho do Internato.

§ 6º- O Centro Acadêmico será representado por um membro, com direito à voz e voto no Conselho do Internato.

§ 7º- Em cada rodízio, dentro do mesmo período de curso, haverá um único representante discente, apenas com direito à voz, pois este representante será o informante das decisões tomadas no Conselho do Internato para os demais colegas estagiários do mesmo rodízio.

Art. 8º O Coordenador Geral do Estágio de Internato será assessorado por um Conselho de

Internato sob a sua presidência, sendo o mesmo assim constituído:

Coordenador Geral do Estágio
Coordenadores de Áreas de Internato I;
Coordenadores de Áreas de Internato II;
Coordenadores de Áreas de Internato III;
Coordenadores de Áreas de Internato IV,
01 representante discente do Internato do 9º período;
01 representante discente do Internato do 10º período;
01 representante discente do Internato do 11º período;
01 representante discente do Internato do 12º período;
01 representante do Centro Acadêmico Carlos Ernani Rosado
(CACER).

Parágrafo Único - Os representantes discentes terão assento no Conselho, com direito apenas à voz.

CAPITULO III DA MATRÍCULA DOS INTERNATOS

Art. 9º Os Internatos I, II, III e IV terão matrículas desencadeadas ao final do oitavo período, sem pré-requisitos entre si (entre os 4 Internatos) e sem sofrer solução de continuidade até o décimo segundo período, guardado o período de férias obrigatória indicada pela legislação vigente para Estágios (MEC, 2012) vistas no Art. 4º e que tem disposto no Regimento Interno do Curso de Medicina da FACS

§ 1º - O aluno integralizará em 2 anos a carga horária específica de 3.960 horas de estágio, com 40 horas semanais, em 02 turnos de 04 horas diurnos (matutino e vespertino).

§ 2º - Os estágios de Internatos, obrigatórios, referente aos últimos 2 anos do curso de medicina, poderão ter suas matrículas ofertadas em datas iguais ou divergentes do Calendário Acadêmico da UERN, de acordo com a Resolução Nº 34/2013-CONSEPE/UERN, para que não haja solução de continuidade na prestação de serviços de saúde conveniados com a UERN, até que seja também aprovada a matrícula anual para melhor fluir as relações ensino-serviço dos Internatos I, II, III e IV.

CAPITULO IV ÁREAS DE ESTÁGIOS - INTERNATOS

Art. 10 Os Estágios de Internatos serão cumprido nas cinco áreas fundamentais do conhecimento médico: Clínica Médica (áreas A e B), Clínica Cirúrgica, Pediatria, Toco-Ginecologia e Saúde Coletiva, em sistema de rodízio e os alunos serão distribuídos mediante sorteio voltados para o Internato I (Clínica Cirúrgica e Saúde Coletiva), Internato II (Clínica Médica área A e Clínica Cirúrgica), Internato III (Clínica Médica área B e Tocoginecologia) e Internato IV (Tocoginecologia e Pediatria).

§ 1º - Estágios de Internatos que contemplem Clínica Cirúrgica serão direcionado para o médico generalista de forma a orientar sobre clínica e indicação de tratamento cirúrgico eletivo ou de urgência, com ênfase na manutenção da vida e não deve ser pautado em técnica operatória exclusiva.

§ 2º - Estágio de Internato que contemple Clínica Médica, na área A do Internato II, compreenderá todas as especialidades clínicas não contempladas na área B e no Internato III a Clínica Médica contemplará a área B: Infectologia, Psiquiatria e Urgências Clínicas.

Art. 11 Obrigatoriamente os alunos do Internato I deverão passar pelos setores de Clínica Cirúrgica e Saúde Coletiva.

Art. 12 Os alunos do Internato I quando na Clínica Cirúrgica desenvolverão atividades em: Ambulatórios, Enfermarias, Centro Cirúrgico, Pequena Cirurgia, UTI e Pronto Atendimento e quando no rodízio da Saúde Coletiva, o estágio será exclusivamente na Atenção Básica do SUS.

§ 1º - Faz parte do Internato I o Estágio Rural, de duas semanas, durante o rodízio na área de Saúde Coletiva.

§ 2º - O Estágio Rural será cumprido de acordo com o programa do curso e respectivo cronograma estabelecidos em conjunto pelas Pró-Reitorias de Extensão, Pró-Reitoria de Graduação e Coordenação Geral do Internato, homologado pela Chefia do Departamento e terá a duração de 02(duas) semanas.

§ 3º - A distribuição dos internos nos municípios será realizada por meio de sorteio, em reunião com a Coordenação Geral do Internato, no mês que antecede o Estágio Rural.

§ 4º - O Estágio Rural é obrigatório e incluído no cômputo do rodízio de Saúde Coletiva, no Internato I e somente com a apresentação do certificado da sua realização, o interno terá integralizado o rodízio no estágio referido.

§ 5º - O Conselho do Internato não acatará solicitações do aluno para mudança de município durante a realização do Estágio Rural o que só haverá mudança, caso algum município não tenha condições de receber o interno no período determinado pelo rodízio para o estágio rural; neste caso apenas a Coordenação Geral do Internato procurará alternativas, ficando vedado aos alunos internos procurarem prefeitos ou secretários de saúde de outros municípios para recebê-lo e assim fica definido que esta é uma função exclusiva da Coordenação Geral do Internato sem nenhuma negociação por parte dos internos será reconhecida.

§ 6º - A escolha dos alunos para o estágio rural do Internato I, por município acolhedor, deverá ser feito de forma democrática, através de sorteio quando a oferta for menor que a procura para o mesmo sítio, e o interno que estiver realizando o estágio rural, não poderá se ausentar do mesmo para realizar outras atividades como congressos, seminários e outros, mesmo que seja para apresentar trabalhos, o que deve ser delegado para outro colega disponível.

§ 7º - O interno deverá se organizar com antecedência para ter dedicação exclusiva ao estágio rural.

§ 8º - A preceptoria do estágio rural, deverá remeter à chefia do departamento no prazo de 72 horas (setenta e duas) horas após a avaliação, a nota do interno obtida no referido estágio.

Art. 13 Os alunos do Internato II quando na Clínica Cirúrgica desenvolverão atividades em Ambulatórios, Enfermarias, Centro Cirúrgico, Pequena Cirurgia, UTI e Pronto Atendimento e quando no rodízio da Clínica Médica área A passarão pelos setores especializados de clínicas em Ambulatórios, Enfermarias, UTI e Pronto Atendimento, em áreas e especialidades clínicas não contempladas na Clínica Médica área B.

§ 1º Faz parte da Clínica Médica área A, os conteúdos: Cardiologia, Pneumologia, Endocrinologia, Reumatologia, Nefrologia, Dermatologia, Hematologia, Geriatria, Gastroenterologia, Neurologia e Imagenologia.

§ 2º Faz parte da Clínica Médica área B os conteúdos: Infectologia, Psiquiatria e Urgências Clínicas.

Art. 14 Os alunos do Internato III quando na Clínica Médica área B desenvolverão atividades em Ambulatórios, Enfermarias, UTI, Pronto Atendimento e SAMU e quando no rodízio da Tocoginecologia passarão pelos setores especializados em Ambulatórios, Enfermarias, Maternidades e Pronto Atendimento.

Art. 15 Os alunos do Internato IV quando na Tocoginecologia passarão pelos setores especializados em Ambulatórios, Enfermarias, Maternidades e Pronto Atendimento e quando no rodízio a Pediatria desenvolverão atividades em Unidades Básicas de Saúde, Pronto Atendimento, Ambulatórios, Enfermarias Pediátricas e Maternidades incluindo Bercário e UTI neonatal.

Art. 16 O estudante só poderá iniciar Internatos, após obter aprovação em todas as disciplinas dos ciclos básico e profissionalizante, perfazendo o total de créditos contidos na estrutura curricular do curso até o oitavo período inclusive e ter defendido, com êxito, o Trabalho de Conclusão de Curso exigido no 7º(sétimo) período do curso.

Parágrafo Único - Caso haja, por motivo de força maior, atraso na publicação das notas do 8º(oitavo) período, os alunos assumirão estágio de Internatos cientes de que abdicarão do direito ao Internato, caso esteja reprovado em alguma das disciplinas ou de atividades complementares ao cômputo final das médias e integralização de CH até o oitavo período inclusive, ou exista pendências em alguma outra instância que comprometa a carga horária e os componentes curriculares exigidos para o curso até o oitavo período inclusive, que permita o ingresso nos Internatos.

Art. 17 As Atividades do SUS I, II, III e IV não se enquadram como estágios, são atividades complementares de 12 horas semanais e correquisitos com os Internatos I, II III e IV respectivamente e seguem programação específica para cada rodízio igual, com a efetiva orientação do mesmo docente responsável pelo interno durante o estágio afim.

CAPITULO V

DOS ESTÁGIOS DE INTERNATOS FORA DA SEDE POR OPÇÃO DO ALUNO

Art. 18 Os estágios obrigatórios de Internatos, para ser realizado fora de Mossoró e por opção do aluno, será de quatro semanas consecutiva, sem nenhuma espécie de ônus para UERN e em apenas num dos quatro rodízios de Internato, em locais reconhecidos e aprovados pelo Conselho de Internato, com aval da Chefia do Departamento, do Orientador Acadêmico e referendado pelo Diretor do Curso.

Paragrafo Único – A continuidade do estágio se dará na sede, em Mossoró.

Art. 19 O mês em que se dará o Internato fora da sede, será de escolha do Coordenador do rodízio de forma a não haver prejuízo dos serviços locais onde se daria o estágio.

Art. 20 O aluno após escolher a Instituição onde deseja realizar o estágio fora da sede, Mossoró, deverá apresentar ao Conselho do Internato, documento de aceitação pela Instituição, com antecedência mínima de trinta dias e reapresentar a documentação de aceite no momento do sorteio geral.

Art. 21 O documento original de avaliação correspondente ao estágio fora da sede, Mossoró, deverá ser apresentado ao Coordenador de Área onde o mesmo foi realizado, pois a nota

obtida será adicionada a soma das notas da referida área e cópia do original deste documento deve ser entregue ao Coordenador Geral do Internato, para arquivamento e registro na ficha própria de controle do interno, durante o seu estágio.

Art. 22 Em caso de extrema necessidade de permuta das quatro semanas consecutivas do estágio fora de sede, a solicitação deverá ser encaminhada por escrito ao Conselho de Internato, com antecedência mínima de trinta dias e sido ouvido o Coordenador de Área local onde o interno estaria lotado, o Coordenador de Área do local receptivo onde o estágio se realizará e ter a concordância dos Chefes de Departamento das referidas Áreas quando pertinentes.

Parágrafo Único - A Coordenação da Área local poderá ou não conceder esta permuta, de acordo com as necessidades dos serviços desta mesma área.

CAPÍTULO VI DOS PROGRAMAS DOS INTERNATOS

Art. 23 Os programas dos rodízios de Internatos serão obrigatoriamente propostos e seguidos pela Coordenação do Internato e homologados pelo Departamento, Conselho do Internato e Orientador Acadêmico do Curso de Medicina da UERN.

§ 1º- No programa de estágio de Internatos, em todos os rodízios, exceção o programa da Saúde Coletiva, deverá constar atividades de emergências médicas.

§ 2º- Nos programas de estágio de Internatos em todas as áreas especializadas deverão constar também atividades pertinentes a respectiva área voltada para a rede de Atenção Básica em Saúde.

Art. 24 No início de cada rodízio de Internatos, o aluno deverá ser orientado e receber o programa escrito constando as atividades a serem cumpridas, a definição dos objetivos a serem atingidos e os critérios de avaliação naquele rodízio.

§ 1º- As atividades teóricas corresponderão a um máximo de 20%(vinte por cento) de toda carga horária de cada Internato e poderão contemplar: seminários, palestras abordando grandes temas de atualização, discussão de casos clínicos e leitura e discussão de artigos científicos da área de estágio.

CAPÍTULO VII DOS INTERNATOS EM INSTITUIÇÕES CREDENCIADAS.

Art. 25 O Internato poderá se desenvolver mediante convênio institucional para Internatos, com duração máxima de seis meses, que corresponde até 25% da carga horária total do internato, em Unidades ou Serviços de Saúde credenciados, desde que a Preceptoria de cada Área seja exercida por docentes, preceptores ou tutores capacitados, quando os serviços locais da sede, Mossoró, não disponibilizarem o estágio referido, tratando-se, portanto, de deslocamento compulsório.

§ 1º- O aluno deverá integralizar concomitantemente com cada um dos quatro Internatos, 300 horas para cada uma das quatro Atividades do SUS, para poder pleitear a colação de grau.

§ 2º- O Internato deverá ser desenvolvido obrigatoriamente em uma das Áreas (clínica médica áreas A e B, cirurgia, pediatria, tocoginecologia e saúde coletiva), escolhida previamente pelo interno na primeira reunião com a Coordenação Geral do Internato, entendendo o aluno que haverá análise de equivalência de programas antes de ser computada

sua nota para aprovação no respectivo rodízio.

§ 3º- O aluno de entrada não inicial ou transferido deverá estar ciente de que precisará integralizar cada um dos quatro rodízios de estágios quando não houver equivalência compatível.

Art. 26 Os estágios em outras Unidades ou Serviços de Saúde obedecerão a este Regimento, mediante convênios formais e vigentes, com a supervisão didático-pedagógica local e da Chefia de Departamento do curso de Medicina, explicitados no convênio celebrado.

§ 1º- Ao final do Estágio, a Unidade de Saúde deverá remeter à Coordenação Geral do Internato, a nota/desempenho obtido por cada interno.

§ 2º- Em caso de não aprovação, o interno mesmo tendo realizado estágio em Unidade ou Serviço de Saúde conveniado, repetirá o rodízio no qual foi reprovado, em Unidades de Saúde, agora indicado pela FACS, na sede, Mossoró/RN.

§ 3º- O número de internos que poderá cumprir estágios em outras Unidades ou Serviços de Saúde será determinado em função da disponibilidade de vagas nos referidos Serviços ou Unidades de Saúde, confirmados antes do sorteio geral, desde que não haja prejuízo do funcionamento e da rotina dos serviços conveniados diretamente ligados à FACS, em Mossoró/RN.

CAPITULO VIII

DO ESTÁGIO DE INTERNATOS PARA ALUNOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES NO PAÍS.

Art. 27 O curso de Medicina da UERN, quando pertinente aos interesses da Instituição, poderá aceitar alunos de outras Instituições de Ensino Médico para cumprir o Internato na FACS, respeitando o disposto nos parágrafos deste Artigo, a partir da implantação total do curso e diplomada a primeira turma, desde que haja infraestrutura e recursos humanos disponíveis.

§ 1º- A duração do Estágio de Internato poderá seguir o da Universidade de origem, cabendo ao curso de Medicina da UERN determinar a carga horária mínima de 990 horas para cada rodízio semestral e seguir o programa estabelecido para cada um dos quatro rodízios de Internatos disponibilizados.

§ 2º- A solicitação do Estágio na forma de Internato deverá ser encaminhado por escrito da Instituição de origem, no prazo de até 60(sessenta dias) antes do início do rodízio do Internato.

§ 3º- O aluno interno de outra instituição do país poderá cumprir o estágio em uma ou mais das grandes áreas de conhecimento, quando manifestado interesse do aluno, via Instituição de origem e se houver disponibilidade de docente e/ou preceptor da FACS para fazer o acompanhamento específico do aluno externo.

§ 4º- A aceitação dos estudantes de medicina das outras Instituições do país, quando a demanda for maior que o número de vagas ofertadas será mediante seleção, via avaliação escrita, contemplando conteúdos do primeiro ao oitavo períodos do curso de medicina da UERN, extraídos do Programa Geral do Componente Curricular (PGCC) para cada disciplina e a aprovação se dará com nota mínima de 7,0, sendo a prova elaborada em módulos independentes, contemplando as cinco grandes áreas do conhecimento médico, com nota mínima de 7,0 em cada um deles.

§ 5º - Serão considerados reprovados os candidatos ao Internato que não obtiverem a nota mínima de 7,0 mas caso ocorra a aprovação em uma das áreas e reprovação em outra, poderão ser aceitos estagiários na área na qual foi aprovado, desde que existam vagas e

docente/preceptor disponíveis e não ultrapasse os 5% do número de alunos internos da UERN e é vedada a soma das notas dos módulos para a obtenção de uma média final.

§ 6º- Nos Campos de Estágio conveniados com a UERN, os alunos de outras Instituições terão os mesmos direitos e deveres dos alunos internos oriundos da UERN.

§ 7º- O número de alunos de medicina originários de outras Escolas Médicas para o estágio de internato na UERN não poderá ultrapassar a 5% (cinco por cento) do número de alunos internos oriundos da UERN no período considerado, sendo o número de vagas semestral do Internato da UERN estabelecido em 30(trinta) vagas semestrais.

§ 8º- Quando o número de internos da UERN a ingressar no estágios de Internatos for igual ao número de vagas ou ultrapassar o número de vagas vigentes para o Internato, não serão ofertadas vagas de estágio para alunos de outras Universidades.

§ 9º- A UERN não tem obrigações com o aluno interno que não a de prover um local para cada estágio obrigatório, conforme demanda o Projeto Pedagógico do Curso desde que o aluno esteja regularmente matriculado na UERN e com os pré-requisitos cumpridos e assim não haverá nenhuma obrigação material, financeira ou outras formas quaisquer do curso de Medicina da UERN para qualquer aluno interno da própria UERN ou de outra Instituição, referentes a hospedagem, alimentação, transporte ou o seu retorno a Instituição de origem, quando o estágio, por opção do aluno, se realizar em Mossoró ou fora de Mossoró.

§ 10 - O início do estágio de Internato dos alunos de outras Instituições, deverá obrigatoriamente coincidir com o início do rodízio previsto para os alunos da UERN.

§ 11 - A aceitação dos estudantes de medicina das outras Instituições, quando a demanda for maior que o número de vagas ofertadas será feita mediante seleção, via avaliação escrita, contemplando conteúdos do primeiro ao oitavo períodos do curso de medicina da UERN, extraídos dos PGCCs, e a aprovação se dará com nota mínima de 7,0, tendo como critério de desempate a análise do *curriculum vitae* com base LATTES, a idade maior do candidato e o número de filhos, obedecendo a ordem descrita.

§ 12 – É vedado a criação de estágios especiais para revalidação de diplomas que não contemple, em igualdade, o cumprimento de igual CH e igual conteúdo programático aos ofertados para os Internatos I, II, III e IV e é vedada matrículas em datas divergentes a esses mesmos estágios.

CAPITULO IX

DO ACOMPANHAMENTO, SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO DOS INTERNOS.

Art. 28 As atividades desenvolvidas pelo interno serão programadas, respeitando o disposto no Cap.IV deste Regimento.

§ 1º- Cada Área do internato terá um Coordenador, que será o responsável direto pelo cumprimento da programação e acompanhamento das tarefas inerentes ao Estágio, bem como pela sua orientação e avaliação. Cada aluno terá um supervisor local, intitulado preceptor.

§ 2º- Na Unidade de Emergência, o médico chefe da equipe exercerá a função de preceptor e será o responsável pela distribuição de atividades para o interno, assim como o responsável por emitir a avaliação (nota) da atuação do interno na atividade demandada, respeitando o disposto neste Regimento.

Art. 29 A avaliação do rendimento escolar do interno, em cada um dos rodízios abrangerá os pontos de assiduidade, pontualidade, comportamento ético e desempenho, todos eliminatórios por si mesmo.

§ 1º- Não será aprovado o interno que apresentar frequência inferior a 90% das atividades previstas, bem como nota inferior a 7.0(sete) em cada rodízio e na média final.

§ 2º- O interno não poderá faltar as atividades, exceto em situações especiais, das quais devem ser justificadas ao Coordenador do rodízio, que avaliará cada caso em separado.

§ 3º - Entende-se por falta justificável: comprovada doença do aluno interno, comprovada doença ou morte de familiares, e motivos outros que devem ser expostos e comprovados ao Coordenador de rodízio, para providências de reposição e as faltas não justificadas consecutivas ou não consecutivas, considerada como injustificadas, ou justificadas mas com atividades não repostas, ou justificadas fora do tempo hábil, implicará em reprovação no rodízio.

§ 4º - O interno que não obtiver aprovação em quaisquer um dos quatro rodízios do estágio de Internatos deverá repeti-lo, obrigatoriamente, nos serviços de saúde vinculadas por convênio ao curso de Medicina da UERN, na sede, no município de Mossoró.

§ 5º- As internas em estado de gravidez até o 3º mês e após o 7º mês, ou internos portadores de doenças que exijam controle efetivo e portadores de necessidades especiais que impeçam sua atuação em meio rural, terão por parte do Conselho do Internato a decisão de lotação do(a) interno(a) na forma de Estágio Rural da maneira mais conveniente, podendo ser dispensados da sua realização fora do município de Mossoró, mas fazendo-o cumprir em área periférica urbana do próprio município de Mossoró; para tal, o(a)s interessado(a)s deverão recorrer ao Conselho de Internato com antecedência e munidos de atestado médico fornecido pela Junta Médica do Estado do RN, pela Junta Médica da UERN quando existente ou por Comissão Específica da FACS criada para esta finalidade.

Art. 30 As notas de avaliação dos internos, para obtenção de aprovação nas atividades de rodízios, abrangerá os seguintes aspectos: domínio afetivo, domínio cognitivo e domínio psicomotor.

§ 1º- O domínio afetivo refere-se às atividades de interesse que levam a participação, pontualidade, assiduidade, iniciativa, e interesse; relações interpares, relações com profissionais do serviço, com pacientes e com familiares de pacientes; ética, acatamento aos regulamentos e normas de serviço; ao exercício de acolhimento e entrevista do paciente, com o objetivo da elaboração da história clínica; e apresentação pessoal individual.

§ 2º- O domínio cognitivo refere-se às habilidades de conhecimento: elaboração e organização de prontuários; apresentação de casos nas visitas às enfermarias e nas sessões clínicas; e atividades supervisionadas de ambulatório, enfermarias e plantões.

§ 3º- O domínio psicomotor refere-se às habilidades do interno nas seguintes situações: na execução do exame físico, considerando a abordagem, as técnicas e manobras no manuseio do paciente; habilidades outras, comuns e/ou peculiares a cada serviço como colheita de material para exames laboratoriais, realização de curativos, procedimentos, pequenas cirurgias, punções, e outros sob supervisão médica; e na presteza e segurança de atitudes no atendimento aos usuários do sistema de saúde.

Art. 31 Cada Coordenador de rodízio deverá encaminhar a nota do processo de avaliação do interno à Coordenação Geral do Internato, no prazo máximo de seis (06) dias úteis, improrrogáveis, após o término do estágio daquele rodízio.

§ 1º- A publicação da nota de cada rodízio deverá ser efetuada até três (03) dias úteis após a data prevista para entrega na Chefia do Departamento.

§ 2º- O interno terá um prazo de sete (07) dias úteis, a contar da data da sua publicação, para solicitar revisão da nota.

Art. 32 A reprovação do interno, incluindo os que fazem Internato em Instituições Conveniadas, implicará na consequente repetição do estágio, o que será feito após o final de

seu período normal no Internato, ficando sua distribuição a cargo da Coordenação Geral do Internato, e obrigatoriamente será realizado na sede, no Município de Mossoró/RN.

Art. 33 Os internos de outras Instituições de Ensino Superior serão submetidos, em igual condição, a todas as avaliações e exames exigidos para os alunos do Curso de Medicina da UERN.

Art. 34 Fica determinado períodos para as reuniões do Internato:

§ 1º- Do Coordenador Geral do Internato com os novos internos, na primeira semana do internato.

§ 2º- De cada Coordenador de rodízio com os novos internos, no primeiro dia de estágio no rodízio.

§ 3º- Do Conselho do Internato: a) Ordinariamente, a cada 60 dias, em horário e lugar a serem determinados pelo Coordenador Geral do Internato; b) Extraordinariamente, quando convocado por escrito pela Coordenação Geral do Internato ou pela maioria absoluta do Conselho de internato.

Art. 35 O interno deve apresentar-se em respeito às normas de biossegurança, adequadamente uniformizado durante o período das suas atividades, portando barba feita ou aparada, cabelos longos presos, sem adereços exuberantes, com sapatos fechados ou tênis para ambos os sexos e com o crachá de identificação padronizado visível, contendo o nome do aluno e o nome da Instituição.

Art. 36 A liberação para realizar cursos, concursos e congressos ficará a cargo da Coordenação de rodízio, sendo permitido o comparecimento a apenas um destes eventos a cada 12 meses, durante os estágio de Internatos.

Paragrafo Único - O interno poderá recorrer ao Colnseho do Internato, caso haja necessidade absoluta do seu comparecimento em outro evento, como para a apresentação de trabalho como autor, exceto quando estiver cumprindo o Estágio Rural e o requerimento deverá ser apresentado trinta dias antes do início do evento, contendo o resumo do trabalho e a aceitação da comissão científica do referido Congresso para ser apreciado pelo Colegiado do Internato.

Art. 37 Os internos que por opção, tenham que viajar para concursos seletivos para ingresso em Residência Médica fora do período de férias, ocupando dias em que o Internato se encontra em funcionamento, deverão, com antecedência de 60(sessenta) dias, encaminharem aos Coordenadores de rodízio a solicitação para que os dias a serem utilizados neste afastamento, sejam repostos previamente quando possível, se excederem os 10 % de falta a que tem direito no Internato. Ficará a cargo do Coordenador de rodízio as negociações para este fim, podendo ser cumpridos carga horária na forma de plantões ou outras atividades que estejam contempladas nos programas de cada rodízio, observando-se a Lei de Estágios (MEC).

§ 1º- Caso a reposição prévia não seja possível e o(a) aluno(a) venha a exceder aos 10% de faltas a que tem direito, este(a) aluno(a) poderá participar, de forma simbólica, das solenidades não oficiais de colação de grau, junto com sua turma, mas não participará da colação de grau oficial, que é de organização e competência da UERN.

§ 2º- A colação de grau poderá ocorrer em separado quando integralizados os estágios e Atividades do SUS não cumpridas em tempo hábil por quaisquer motivos.

§ 3º- Para outros motivos de falta, o processo deverá ser analisado pelo Conselho do Internato, à sombra do que determina o RCG/UERN (2013) para alunos estagiários.

Art. 38 Os internos que façam parte de Entidades Representativas a nível local ou nacional (Centro Acadêmico, Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina, União Nacional dos Estudantes e outros) poderão, nos 24 meses do estágio de Internatos, terem acolhidas por parte do Conselho de Internato, a liberação para viagens necessárias às suas representatividades, desde que não excedam os 10% de faltas a que tem direito em cada rodízio.

Parágrafo Único - A estas faltas, perfazendo o total de 10%, estão incluídas também o comparecimento para atividades científicas e para agravos de saúde individual ou familiar.

Art. 39 O início das atividades para cada interno do Curso de Medicina da UERN ou oriundos de outras Instituições, deve coincidir sempre com o início de cada rodízio observando as datas pré-estabelecidas para aquele período, sendo vedado, portanto a admissão quando os rodízios já tiverem iniciados.

§ 1º- O aluno deverá aguardar o início do próximo rodízio para cumprir suas atividades de Internato.

§ 2º- A matrícula para Internatos não necessariamente seguirá o Calendário Acadêmico (CONSEPE, 2013) pelas especificidades do Curso de Medicina e compromissos da UERN com os serviços de saúde locais.

Art. 40 Ao final deste Regimento consta os modelos de formulários internos do curso para controle, seguimento e avaliação dos alunos estagiários dos Internatos.

Art. 41 As alterações do Regimento do Internato poderão ser feitas pelo Conselho do Internato, com a presença de maioria simples dos seus componentes.

Art. 42 São Componentes curriculares das atividades de estágios, na forma de internatos em correquisitos (CO) com as Atividades do SUS I, II, III e IV respectivamente e estas atividades do SUS são inseridas como Atividades Complementares e não como estágios; todos os componentes curriculares correspondentes ao nono, décimo, décimo primeiro e décimo segundo períodos serão ofertados em rodízios, sem ordem cronológica

9º SEMESTRE

Inserir Código – Internato I, 990h (Estágio)

Espaço para o exercício de competências e habilidades em clínica médica e saúde coletiva. Estágio voltado para o diagnóstico das doenças de condução cirúrgicas e de procedimentos básicas ao exercício da profissão de médico com formação geral. Ênfase na pequena cirurgia, procedimentos invasivos em situação de emergência para manutenção da vida, postura e responsabilidades ética e técnica na realização de procedimentos básicos em cirurgia. Assistência inicial ao portador de trauma multissistêmico. Treinamento das competências e habilidades em saúde coletiva. Ênfase na postura ética e humanizada ao tratar com a comunidade, com as pessoas e seus familiares voltando-se para a promoção da saúde, bem-estar individual e coletivo e de sua própria saúde. Prevenção das doenças mais frequentes em nosso meio. Calendário de imunizações do adulto. Busca de soluções apropriada para melhoria da qualidade de vida das populações urbanas e rurais, do médico e dos profissionais de saúde.

PR 1001001-1 Introdução à Medicina, 30 h

PR 1001002-1 Noções de Ética e Bioética, 30 h

PR 1001003-1 Citologia e Organização Biomolecular, 180 h

PR 1001005-1 Epidemiologia I, 45 h
 PR 1001006-1 Genética Humana, 60 h
 PR 1001007-1 Introdução à Metodologia Científica TCC 1, 45 h
 PR 1001009-1 Epidemiologia II, 45 h
 PR 1001010-1 Nutrição e Saúde, 30 h
 PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h
 PR 1001012-1 Instrumentação e Técnica Cirúrgica, 60 h
 PR 1001013-1 Anatomia Topográfica e Descritiva, 120 h
 PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h
 PR 1001016-1 Parasitologia Médica, 90 h
 PR 1001017-1 Microbiologia Médica, 60 h
 PR 1001020-1 Medicina Preventiva, 45 h
 PR 1001021-1 Anestesiologia, 30 h
 PR **Inserir Código** Bases da Oncologia, 30h
 PR 1001022-1 Farmacologia Básica, 60 h
 PR 1001023-1 Doenças do Aparelho Digestivo, 150 h
 PR 1001024-1 Doenças Cardiovasculares, 150 h
 PR 1001026-1 Doenças Hematológicas e Linfopoiéticas, 60 h
 PR 1001027-1 Doenças Endócrinas, 60 h
 PR 1001028-1 Farmacologia Aplicada I, 30 h
 PR **Inserir Código** Metodologia Científica TCC2, 15h
 PR 1001029-1 Doenças Respiratórias, 120 h
 PR 1001030-1 Doenças do Aparelho Genitourinário, 120 h
 PR 1001031-1 Doenças Imunológicas, do Tecido Conjuntivo e das Articulações, 75 h
 PR 1001034-1 Psiquiatria, 90 h
 PR 1001035-1 Elaboração de Trabalho Científico TCC 3, 30 h
 PR 1001038-1 Urgências Clínicas, 60 h
 PR 1001039-1 Urgências Traumáticas, 60 h
 PR 1001040-1 Administração Sanitária (Legislação e Administração de Sistemas de Saúde), 45 h
 PR 1001045-1 Ginecologia e Mastologia, 75 h
 PR 1001046-1 Obstetrícia, 120 h
 PR 1001047-1 Farmacologia Aplicada II, 60 h
 PR 1001049-1 Geriatria, 60 h
 PR **Inserir Código** Pediatria e Criança Saudável, 180h
 PR 1001043-1 Oftalmologia 30 h
 PR 1001044-1 Otorrinolaringologia 30 h
 PR 1001048-1 Medicina-Legal 60 h
 CO Atividades do SUS I, 300h (atividades complementares)
 EQ 1001054-1 Estágio Supervisionado e Integrado na Forma de Internato em Clínica Cirúrgica 660 h
 EQ 1001055-1 Estágio Supervisionado e Integrado na Forma de Internato em Saúde Comunitária 660 h

Atividades do SUS I 300P (Atividades Complementares)

10º SEMESTRE

Inserir Código – Internato II, 990h (Estágio)

Espaço para o exercício de competências e habilidades em clínica cirúrgica e em clínica médica nas áreas do aparelho digestivo, cardiovascular, pulmonar, neurociências, sistemas endócrino e metabólico, geniturinário e locomotor, dermatológica, imunológica e geriátrica. Enfoque para o diagnóstico das doenças de condução clínicas e das doenças de condução cirúrgicas com indicação de procedimentos possíveis na Assistência da Atenção Básica. Treinamento básico para o médico de formação geral e suas limitações em técnicas cirúrgicas. Ênfase na postura e responsabilidade ética e técnica em procedimentos básicos e na assistência inicial ao portador de trauma multissistêmico; ênfase na postura ética e humanizada ao tratar com pessoas fragilizadas e seus familiares; entendimento e compreensão do ser humano como unidade biológica, antropológica, histórica, social, cultural e ambiental.

- PR 1001001-1 Introdução à Medicina, 30 h
- PR 1001002-1 Noções de Ética e Bioética, 30 h
- PR 1001003-1 Citologia e Organização Biomolecular, 180 h
- PR 1001005-1 Epidemiologia I, 45 h
- PR 1001006-1 Genética Humana, 60 h
- PR 1001007-1 Introdução à Metodologia Científica TCC 1, 45 h
- PR 1001009-1 Epidemiologia II, 45 h
- PR 1001010-1 Nutrição e Saúde, 30 h
- PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h
- PR 1001012-1 Instrumentação e Técnica Cirúrgica, 60 h
- PR 1001013-1 Anatomia Topográfica e Descritiva, 120 h
- PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h
- PR 1001016-1 Parasitologia Médica, 90 h
- PR 1001017-1 Microbiologia Médica, 60 h
- PR 1001020-1 Medicina Preventiva, 45 h
- PR 1001021-1 Anestesiologia, 30 h
- PR **Inserir Código** Bases da Oncologia, 30h
- PR 1001022-1 Farmacologia Básica, 60 h
- PR 1001023-1 Doenças do Aparelho Digestivo, 150 h
- PR 1001024-1 Doenças Cardiovasculares, 150 h
- PR 1001026-1 Doenças Hematológicas e Linfopoiéticas, 60 h
- PR 1001027-1 Doenças Endócrinas, 60 h
- PR 1001028-1 Farmacologia Aplicada I, 30 h
- PR **Inserir Código** Metodologia Científica TCC2, 15h
- PR 1001029-1 Doenças Respiratórias, 120 h
- PR 1001030-1 Doenças do Aparelho Genitourinário, 120 h
- PR 1001031-1 Doenças Imunológicas, do Tecido Conjuntivo e das Articulações, 75 h
- PR 1001034-1 Psiquiatria, 90 h
- PR 1001035-1 Elaboração de Trabalho Científico TCC 3, 30 h
- PR 1001038-1 Urgências Clínicas, 60 h
- PR 1001039-1 Urgências Traumáticas, 60 h
- PR 1001040-1 Administração Sanitária (Legislação e Administração de Sistemas de Saúde), 45 h
- PR 1001045-1 Ginecologia e Mastologia, 75 h
- PR 1001046-1 Obstetrícia, 120 h
- PR 1001047-1 Farmacologia Aplicada II, 60 h
- PR 1001049-1 Geriatria, 60 h
- PR **Inserir Código** Pediatria e Criança Saudável, 180h

PR 1001043-1 Oftalmologia 30 h
PR 1001044-1 Otorrinolaringologia 30 h
PR 1001048-1 Medicina-Legal 60 h
CO Atividades do SUS II 300h (atividades complementares)
EQ 1001050-1 Estágio Supervisionado e Integrado na Forma de Internato em Clínica Médica "A" 660 h
EQ 1001054-1 Estágio Supervisionado e Integrado na Forma de Internato em Clínica Cirúrgica 660 h

Atividades do SUS II 300 P (Atividades Complementares)

11º SEMESTRE

Inserir Código – Internato III, 990h (Estágio)

Espaço para o exercício de competências e habilidades em medicina clínica, nas áreas da infectologia, psiquiatria e urgências clínicas e em tocoginecologia. Ênfase na postura ética e humanizada ao tratar com pessoas fragilizadas e seus familiares. Espaço para treinamento em ginecologia e obstetrícia. Ênfase na promoção da saúde da mulher e na prevenção da violência de gênero e de situações de risco para agravos na saúde; reversão da morbimortalidade materno-infantil; reabilitação do parto humanizado como celebração da vida. Assistência a mulher da infância à senectude; os casais, parturientes, mulheres fragilizadas e seus familiares. Entendimento e compreensão do ser humano como unidade biológica, antropológica, histórica, social, cultural e ambiental.

PR 1001001-1 Introdução à Medicina, 30 h
PR 1001002-1 Noções de Ética e Bioética, 30 h
PR 1001003-1 Citologia e Organização Biomolecular, 180 h
PR 1001005-1 Epidemiologia I, 45 h
PR 1001006-1 Genética Humana, 60 h
PR 1001007-1 Introdução à Metodologia Científica TCC 1, 45 h
PR 1001009-1 Epidemiologia II, 45 h
PR 1001010-1 Nutrição e Saúde, 30 h
PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h
PR 1001012-1 Instrumentação e Técnica Cirúrgica, 60 h
PR 1001013-1 Anatomia Topográfica e Descritiva, 120 h
PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h
PR 1001016-1 Parasitologia Médica, 90 h
PR 1001017-1 Microbiologia Médica, 60 h
PR 1001020-1 Medicina Preventiva, 45 h
PR 1001021-1 Anestesiologia, 30 h
PR **Inserir Código** Bases da Oncologia, 30h
PR 1001022-1 Farmacologia Básica, 60 h
PR 1001023-1 Doenças do Aparelho Digestivo, 150 h
PR 1001024-1 Doenças Cardiovasculares, 150 h
PR 1001026-1 Doenças Hematológicas e Linfopoiéticas, 60 h
PR 1001027-1 Doenças Endócrinas, 60 h
PR 1001028-1 Farmacologia Aplicada I, 30 h
PR **Inserir Código** Metodologia Científica TCC2, 15h
PR 1001029-1 Doenças Respiratórias, 120 h
PR 1001030-1 Doenças do Aparelho Genitourinário, 120 h
PR 1001031-1 Doenças Imunológicas, do Tecido Conjuntivo e das Articulações, 75 h

PR 1001034-1 Psiquiatria, 90 h
 PR 1001035-1 Elaboração de Trabalho Científico TCC 3, 30 h
 PR 1001038-1 Urgências Clínicas, 60 h
 PR 1001039-1 Urgências Traumáticas, 60 h
 PR 1001040-1 Administração Sanitária (Legislação e Administração de Sistemas de Saúde), 45 h
 PR 1001045-1 Ginecologia e Mastologia, 75 h
 PR 1001046-1 Obstetrícia, 120 h
 PR 1001047-1 Farmacologia Aplicada II, 60 h
 PR 1001049-1 Geriatria, 60 h
 PR **Inserir Código** Pediatria e Criança Saudável, 180h
 PR 1001043-1 Oftalmologia 30 h
 PR 1001044-1 Otorrinolaringologia 30 h
 PR 1001048-1 Medicina-Legal 60 h
 CO Atividades do SUS III 300h (atividades complementares)
 EQ 1001052-1 Estágio Supervisionado e Integrado na Forma de Internato em Clínica Médica "B" 660 h
 EQ 1001053-1 Estágio Supervisionado e Integrado na Forma de Internato em Tocoginecologia 660 h

Atividades do SUS III 300 P (Atividades Complementares)

12º SEMESTRE

Inserir Código – Internato IV, 990h (Estágio)

Espaço para o exercício de competências e habilidades em ginecologia e obstetrícia e em pediatria e manuseio da criança saudável. Ênfase na promoção da saúde da mulher e cuidados com vítimas de violência sexual. Planejamento familiar. Pré-natal; reabilitação do parto humanizado e condução no parto cirúrgico. Neonatologia, crescimento e desenvolvimento e assistência pediátrica. Ênfase na postura ética e humanizada ao tratar com crianças e jovens fragilizados e seus familiares. Enfoque da promoção da saúde infanto-juvenil, do bem-estar individual e coletivo. Prevenção de acidentes e situação de risco; reversão do processo das doenças mais frequentes em nosso meio, contextualizando-as na política e na cultura. Tratamento e reabilitação de jovens doentes. Compreensão da criança como ser humano em desenvolvimento e como unidade biológica, antropológica, histórica, social, cultural e ambiental.

PR 1001001-1 Introdução à Medicina, 30 h
 PR 1001002-1 Noções de Ética e Bioética, 30 h
 PR 1001003-1 Citologia e Organização Biomolecular, 180 h
 PR 1001005-1 Epidemiologia I, 45 h
 PR 1001006-1 Genética Humana, 60 h
 PR 1001007-1 Introdução à Metodologia Científica TCC 1, 45 h
 PR 1001009-1 Epidemiologia II, 45 h
 PR 1001010-1 Nutrição e Saúde, 30 h
 PR 1001011-1 Semiologia Médica, 150 h
 PR 1001012-1 Instrumentação e Técnica Cirúrgica, 60 h
 PR 1001013-1 Anatomia Topográfica e Descritiva, 120 h
 PR 1001015-1 Patologia Geral, 90 h
 PR 1001016-1 Parasitologia Médica, 90 h
 PR 1001017-1 Microbiologia Médica, 60 h

PR 1001020-1 Medicina Preventiva, 45 h
 PR 1001021-1 Anestesiologia, 30 h
 PR **Inserir Código** Bases da Oncologia, 30h
 PR 1001022-1 Farmacologia Básica, 60 h
 PR 1001023-1 Doenças do Aparelho Digestivo, 150 h
 PR 1001024-1 Doenças Cardiovasculares, 150 h
 PR 1001026-1 Doenças Hematológicas e Linfopoiéticas, 60 h
 PR 1001027-1 Doenças Endócrinas, 60 h
 PR 1001028-1 Farmacologia Aplicada I, 30 h
 PR **Inserir Código** Metodologia Científica TCC2, 15h
 PR 1001029-1 Doenças Respiratórias, 120 h
 PR 1001030-1 Doenças do Aparelho Genitourinário, 120 h
 PR 1001031-1 Doenças Imunológicas, do Tecido Conjuntivo e das Articulações, 75 h
 PR 1001034-1 Psiquiatria, 90 h
 PR 1001035-1 Elaboração de Trabalho Científico TCC 3, 30 h
 PR 1001038-1 Urgências Clínicas, 60 h
 PR 1001039-1 Urgências Traumáticas, 60 h
 PR 1001040-1 Administração Sanitária (Legislação e Administração de Sistemas de Saúde), 45 h
 PR 1001045-1 Ginecologia e Mastologia, 75 h
 PR 1001046-1 Obstetrícia, 120 h
 PR 1001047-1 Farmacologia Aplicada II, 60 h
 PR 1001049-1 Geriatria, 60 h
 PR **Inserir Código** Pediatria e Criança Saudável, 180h
 PR 1001043-1 Oftalmologia 30 h
 PR 1001044-1 Otorrinolaringologia 30 h
 PR 1001048-1 Medicina-Legal 60 h
 CO Atividades do SUS IV 300h (atividades complementares)
 EQ 1001053-1 Estágio Supervisionado e Integrado na Forma de Internato em Tocoginecologia 660 h
 EQ 1001056-1 Estágio Supervisionado e Integrado na Forma de Internato em Pediatria 660 h

Atividades do SUS IV 300 P, (Atividades Complementares)

Art. 42 As alterações de Regimento serão encaminhadas à Direção da Faculdade de Ciências da Saúde, depois de aprovada pelo Colegiado do Curso, sem a necessidade de aprovação em Instâncias Superiores da UERN.

Art. 43 Este Regimento revoga o anterior.

Mossoró, novembro 2013

ANEXO 8 - FORMULÁRIOS INTERNOS PRÓPRIOS DOS ESTÁGIOS DE INTERNATOS PARA CONTROLE DO DCB



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA – SEEC

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN

CNPJ nº. 08.258.295/0001-02

FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS

CURSO DE MEDICINA

Rua Miguel Antônio da Silva Neto, s/n Aeroporto Mossoró-RN CEP: 59607-360

Fone: (84) 3315 - 2248 E-mail: facs@uern.br

COORDENAÇÃO DO INTERNATO EM

AVALIAÇÃO DO INTERNO

Doutorando: _____

Preceptor: _____

Data: ____/____/____

Aspectos da Avaliação (Pontuação 0 a 10)

1 – Domínio afetivo:

- a) Participação: _____
- b) Pontuação: _____
- c) Assiduidade: _____
- d) Iniciativa: _____
- e) Interesse: _____
- f) Relacionamento ético: _____
- g) Humanização no atendimento: _____
- h) Acatamento aos regulamentos e normas: _____
- i) Apresentação pessoal: _____

2) Domínio Cognitivo:

- a) Elaboração e Organização de prontuários: _____
- b) Apresentação de casos nas enfermarias e/ou sessões clínicas: _____
- c) Atividades de enfermarias: _____
- d) Atividades de ambulatório: _____
- e) Atividades de plantão: _____

3- Domínio Psicomotor:

- a) Elaboração de história clínica: _____
- b) Execução de exame físico: _____
- c) Realização de procedimento: _____
- d) Presteza no atendimento: _____
- e) Segurança de atitudes no atendimento: _____

Assinatura do Preceptor

Assinatura do Coordenador de área



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA - SEEC
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS - DCB
CURSO DE MEDICINA
Rua Miguel Antônio da Silva Neto, s/n; cep: 59607-360 Aeroporto Mossoró-RN
Fone: (84) 3315 - 2248 E-mail: facs@uern.br/ dcb@uern.br

INTERNATO: frequência e avaliação semanal do aluno - SEMANA _____

Estágio em _____ - Período: ____/____/____ até ____/____/____

Aluno: _____ - Preceptor: _____

Segunda	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
7h às 9h	7h às 9h	7h às 9h	7h às 9h	7h às 9h
Ass./Carimbo preceptor	Ass./Carimbo preceptor	Ass./Carimbo preceptor	Ass./Carimbo preceptor	Ass./Carimbo preceptor
9h às 11h	9h às 11h	9h às 11h	9h às 11h	9h às 11h
Ass./Carimbo preceptor	Ass./Carimbo preceptor	Ass./Carimbo preceptor	Ass./Carimbo preceptor	Ass./Carimbo preceptor
13h às 15h	13h às 15h	13h às 15h	13h às 15h	13h às 15h
Ass./Carimbo preceptor	Ass./Carimbo preceptor	Ass./Carimbo preceptor	Ass./Carimbo preceptor	Ass./Carimbo preceptor
15h às 17h	15h às 17h	15h às 17h	15h às 17h	15h às 17h
Ass./Carimbo preceptor	Ass./Carimbo preceptor	Ass./Carimbo preceptor	Ass./Carimbo preceptor	Ass./Carimbo preceptor

Sábado	Hora:_____	Hora:_____
	Local:_____	Local:_____
	Ass.	Ass.
Domingo	Hora:_____	Hora:_____
	Local:_____	Local:_____
	Ass.	Ass.
Outras atividades:	Ass./Carimbo preceptor	

Secretaria: recebido em ____/____/____ **- Faltas** _____ **-**

Avaliação:_____



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA - SEEC
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS - DCB
CURSO DE MEDICINA
Rua Miguel Antônio da Silva Neto, s/n; cep: 59607-360 Aeroporto Mossoró-RN
Fone: (84) 3315 - 2248 E-mail: facs@uern.br/ dcb@uern.br

SALA DE PARTO

Aluno: _____ INTERNATO _____

Nº	DATA	INICIAIS DA PACIENTE	IDADE	HORA	PROCEDIMENTO	PRECEPTOR
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA - SEEC
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS - DCB
CURSO DE MEDICINA
Rua Atirador Miguel Antônio da Silva Neto, s/n; cep: 59607-360 Aeroporto
Mossoró-RN
Fone: (84) 3315 - 2248 E-mail: facs@uern.br/ dcb@uern.br

ATIVIDADES DO SUS _____ - TROCA DE PLANTÃO

Eu, _____, aluno da Atividade do
SUS _____, gostaria de trocar o meu plantão do dia ____/____/____ com o meu
colega _____, cuja permuta será para
o dia ____/____/____, no mesmo local e no horário _____.

Nestes termos
Pede deferimento

Aluno

Defiro (aceito) - assinatura do preceptor

Indefiro - assinatura do preceptor

Justificativa do não aceite:

ANEXO 9 – CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO ENTRE A FUERN E AS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Educação e da Cultura – SEEC
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN
Faculdade de Ciências da Saúde - FACS
Departamento de Ciências Biomédicas – DCB

CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, FINANCEIRA E EDUCACIONAL CELEBRADOS ENTRE A FUERN E AS INSTITUIÇÕES A SEGUIR, NA ÁREA DA SAÚDE.

Numero	INSTITUIÇÕES
1	Universidade do Estado do Ceará
2	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
3	Secretaria de Estado da Saúde Pública – Governo do Estado
4	Maternidade Divino Amor - Parnamirim
5	Associação de Proteção e Assistência a Maternidade - APAMIM
6	Institucional Nacional de Assistência a Saúde e a Educação - INASE
7	Hospital Maternidade Sarah Kubitscheck – Areia Branca
8	Diretoria da Saúde da Polícia Militar
9	Centro de Oncologia e Hematologia de Mossoró - COHM
10	Instituto Técnico de Polícia Civil - ITEP
11	Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF
12	Universidade Estadual de Maringá
13	Universidade de Santa Cruz do sul - UNISC
14	Universidade de Coimbra (Portugal)

ANEXO 10 - Lei nº 11.788/2008 de 25.09. 2008 – MEC, que regulamenta Estágios



**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008.

Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DA DEFINIÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÕES DE ESTÁGIO

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 3º As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso.

Art. 3º O estágio, tanto na hipótese do § 1º do art. 2º desta Lei quanto na prevista no § 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I – matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II – celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

§ 1º O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final.

§ 2º O descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Art. 4º A realização de estágios, nos termos desta Lei, aplica-se aos estudantes estrangeiros regularmente matriculados em cursos superiores no País, autorizados ou reconhecidos, observado o prazo do visto temporário de estudante, na forma da legislação aplicável.

Art. 5º As instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

§ 1º Cabe aos agentes de integração, como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio:

I – identificar oportunidades de estágio;

- II – ajustar suas condições de realização;
- III – fazer o acompanhamento administrativo;
- IV – encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais;
- V – cadastrar os estudantes.

§ 2º É vedada a cobrança de qualquer valor dos estudantes, a título de remuneração pelos serviços referidos nos incisos deste artigo.

§ 3º Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular.

Art. 6º O local de estágio pode ser selecionado a partir de cadastro de partes cedentes, organizado pelas instituições de ensino ou pelos agentes de integração.

CAPÍTULO II DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Art. 7º São obrigações das instituições de ensino, em relação aos estágios de seus educandos:

I – celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

II – avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

III – indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

IV – exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;

V – zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

VI – elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;

VII – comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

Parágrafo único. O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das 3 (três) partes a que se refere o inciso II do caput do art. 3º desta Lei, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

Art. 8º É facultado às instituições de ensino celebrar com entes públicos e privados convênio de concessão de estágio, nos quais se explicitem o processo educativo compreendido nas atividades programadas para seus educandos e as condições de que tratam os arts. 6º a 14 desta Lei.

Parágrafo único. A celebração de convênio de concessão de estágio entre a instituição de ensino e a parte concedente não dispensa a celebração do termo de compromisso de que trata o inciso II do caput do art. 3º desta Lei.

CAPÍTULO III DA PARTE CONCEDENTE

Art. 9º As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

I – celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;

II – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III – indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;

V – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI – manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

VII – enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

Parágrafo único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV do caput deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino.

CAPÍTULO IV DO ESTAGIÁRIO

Art. 10. A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

I – 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II – 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

§ 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

§ 2º Se a instituição de ensino adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no termo de compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.

Art. 11. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 12. O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.

§ 1º A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

§ 2º Poderá o educando inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 13. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

§ 1º O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Art. 14. Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

CAPÍTULO V DA FISCALIZAÇÃO

Art. 15. A manutenção de estagiários em desconformidade com esta Lei caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

§ 1º A instituição privada ou pública que reincidir na irregularidade de que trata este artigo ficará impedida de receber estagiários por 2 (dois) anos, contados da data da decisão definitiva do processo administrativo correspondente.

§ 2º A penalidade de que trata o § 1º deste artigo limita-se à filial ou agência em que for cometida a irregularidade.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. O termo de compromisso deverá ser firmado pelo estagiário ou com seu representante ou assistente legal e pelos representantes legais da parte concedente e da instituição de ensino, vedada a atuação dos agentes de integração a que se refere o art. 5º desta Lei como representante de qualquer das partes.

Art. 17. O número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de estágio deverá atender às seguintes proporções:

I – de 1 (um) a 5 (cinco) empregados: 1 (um) estagiário;

II – de 6 (seis) a 10 (dez) empregados: até 2 (dois) estagiários;

III – de 11 (onze) a 25 (vinte e cinco) empregados: até 5 (cinco) estagiários;

IV – acima de 25 (vinte e cinco) empregados: até 20% (vinte por cento) de estagiários.

§ 1º Para efeito desta Lei, considera-se quadro de pessoal o conjunto de trabalhadores empregados existentes no estabelecimento do estágio.

§ 2º Na hipótese de a parte concedente contar com várias filiais ou estabelecimentos, os quantitativos previstos nos incisos deste artigo serão aplicados a cada um deles.

§ 3º Quando o cálculo do percentual disposto no inciso IV do caput deste artigo resultar em fração, poderá ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior.

§ 4º Não se aplica o disposto no caput deste artigo aos estágios de nível superior e de nível médio profissional.

§ 5º Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio.

Art. 18. A prorrogação dos estágios contratados antes do início da vigência desta Lei apenas poderá ocorrer se ajustada às suas disposições.

Art. 19. O art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo [Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 428.

[§ 1º](#) A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o ensino médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

.....

[§ 3º](#) O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência.

.....

[§ 7º](#) Nas localidades onde não houver oferta de ensino médio para o cumprimento do disposto no § 1º deste artigo, a contratação do aprendiz poderá ocorrer sem a frequência à escola, desde que ele já tenha concluído o ensino fundamental.” (NR)

Art. 20. O art. 82 da [Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

“[Art. 82.](#) Os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estágio em sua jurisdição, observada a lei federal sobre a matéria.

Parágrafo único. (Revogado).” (NR)

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Revogam-se as [Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977](#), e [8.859, de 23 de março de 1994](#), o [parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), e o [art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001](#).

Brasília, 25 de setembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

André Peixoto Figueiredo Lima

Este texto não substitui o publicado no DOU de 26.9.2008

ANEXO 11 - Resolução Nº 34/2013-CONSEPE/UERN, que autoriza matrícula fora do Calendário

Altera o parágrafo único do artigo 123, do anexo da Resolução nº 5/2010-CONSEPE, que aprova o Regulamento dos Cursos de Graduação da UERN.

O REITOR EM EXERCÍCIO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE-UERN, na qualidade de Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão-CONSEPE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e conforme deliberação do Colegiado, em sessão realizada em 7 de agosto de 2013,

CONSIDERANDO o memorando nº 77/2013, do Departamento de Ciências Biomédicas da Faculdade de Ciências da Saúde-FACS, de 2 de julho de 2013, solicitando a regulamentação da matrícula do componente curricular “Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Medicina”;

CONSIDERANDO o teor do Processo Administrativo nº 5.342/2013-FUERN,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o parágrafo único do artigo 123, do anexo à Resolução nº 5/2010-CONSEPE, que aprova o Regulamento dos Cursos de Graduação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN, e que passa a vigorar com a seguinte redação:

“SEÇÃO II

DOS PROCEDIMENTOS DE MATRÍCULA CURRICULAR

Art. 123. (...)

§ 1º. Em razão da especificidade de carga horária, a oferta e a matrícula curricular dos componentes de Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Medicina poderão ocorrer em período diverso do previsto em Calendário Universitário, conforme procedimento a ser regulamentado pela PROEG.

§ 2º. Os alunos recém-matriculados institucionalmente, independentemente da forma de ingresso, deverão realizar a primeira matrícula curricular no departamento acadêmico a que esteja vinculado seu curso.”

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Sala das Sessões dos Colegiados, em 7 de agosto de 2013.

Prof. Aécio Cândido de Sousa

Presidente em exercício

Conselheiros: Profª. Moêmia Gomes de Oliveira Miranda
Prof. Francisco Vanderlei de Lima
Prof. João Maria Soares

Profª. Antônio Líria Feitosa Nogueira Alvino
Profª. Luís Marcos de Medeiros Guerra
Prof. José Ronaldo Pereira da Silva

ANEXO 12 - RESOLUÇÃO Nº 01/2012-CEE/CES/RN, de 1º de agosto de 2012. Dispõe sobre o ato do reconhecimento e de renovação de reconhecimento de curso de graduação

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO, DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 01/2012-CEE/CES/RN, de 1º de agosto de 2012.

Dispõe sobre o ato do reconhecimento e de renovação de reconhecimento de curso de graduação mantido por instituição de educação superior integrante do sistema de ensino do Estado.

O Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições, em consonância com as diretrizes e bases da educação nacional fixadas pela Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, e considerando especificamente o disposto nos respectivos arts. 10, inciso IV, e 17, incisos I e II, resolve:

Art. 1º O ato do reconhecimento, e posterior renovação, de curso de graduação mantido por instituição de educação superior integrante do sistema do Estado tem sua expedição condicionada à observância das normas constantes desta Resolução.

CAPÍTULO I
DA INSTAURAÇÃO DO PROCESSO DE RECONHECIMENTO
SEÇÃO I
DA FORMALIZAÇÃO DO PEDIDO

Art. 2º A concessão do reconhecimento é requerida ao titular da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura pelo dirigente máximo da instituição mantenedora do curso a ser reconhecido.

§ 1º Cada pedido deve ser formalizado individualmente por curso.

§ 2º A instituição mantenedora se obriga a formalizar o pedido de reconhecimento do curso no prazo compreendido entre o término do seu primeiro ano de funcionamento e o final da primeira metade da programação prevista para a respectiva conclusão, sob pena de abertura de procedimento administrativo para apuração da responsabilidade.

§ 3º O pedido de reconhecimento é autuado junto ao Serviço de Protocolo da Secretaria de Estado mencionada no caput e, em seguida, encaminhado ao Gabinete do seu titular.

SEÇÃO II
DA INSTRUÇÃO DO PEDIDO

Art. 3º O pedido de reconhecimento, ao ser autuado, deve vir instruído com a seguinte orientação:

I – relacionada com a instituição mantenedora do curso:

- a) cópia do ato do seu credenciamento como instituição de educação superior;
- b) prova de inscrição no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa jurídica;
- c) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;
- d) identificação dos integrantes do seu corpo dirigente;

II – relacionada com o curso:

- a) cópia do ato autorizativo do funcionamento do curso;
 - b) identificação e qualificação do coordenador do curso mediante apresentação do respectivo curriculum vitae;
 - c) relação nominal dos integrantes do corpo docente, com indicação da titulação, disciplina que lecionam e respectivo regime de trabalho;
 - d) descrição das instalações físicas destinadas ao curso, incluindo salas de aula, laboratórios e áreas de serviços e setores de apoio pedagógico;
 - e) descrição da biblioteca, compreendendo a relação de títulos, número de exemplares, periódicos com assinatura corrente e outros itens do acervo à disposição do curso;
- III – exemplar do Projeto Pedagógico do curso, no qual estejam especificados:
- a) objetivos geral e específicos;
 - b) perfil do profissional a ser formado;
 - c) forma de ingresso do estudante e requisitos exigidos para sua permanência no curso, regime de matrícula e prazos para integralização curricular;
 - d) número de vagas ofertadas e turnos de funcionamento;
 - e) matriz curricular, distribuição de disciplinas por período letivo, semestral ou anual, ementário e bibliografia;
 - f) carga horária semanal, por período letivo total;
 - g) estágio curricular e trabalho de conclusão do curso, com o detalhamento das respectivas normas operacionais;
- IV – relação dos projetos de pesquisa em desenvolvimento, especificando resultados e quantificando a participação de docentes e discentes;
- V – informações dos projetos e das atividades de extensão desenvolvidas por docentes e discentes vinculados ao curso;
- VI – resultados obtidos em exames de estudantes realizados pelo Ministério da Educação e pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), quando houver.

CAPÍTULO II

DA ANÁLISE E AVALIAÇÃO

SEÇÃO I

DO ENCAMINHAMENTO AO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Art. 4º O processo de reconhecimento, uma vez devidamente instaurado em conformidade com as disposições do Capítulo I desta Resolução, é submetido, pelo titular da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, à análise e avaliação do Conselho Estadual de Educação.

Art. 5º Recebido no Conselho Estadual de Educação, o processo é encaminhado por seu presidente à Câmara de Educação Superior, aí ocorrendo a sua distribuição a um relator.

Art. 6º O Conselheiro designado relator realiza análise preliminar sobre o pedido de reconhecimento, avaliando se a respectiva formalização processual se deu em conformidade com o disciplinamento estabelecido nesta Resolução.

Art. 7º A Presidência da Câmara de Educação Superior, tomando por base o resultado da avaliação prevista no artigo anterior, propõe alternativamente:

I – em caso negativo, baixar o processo em diligência, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, a fim de que a instituição de educação superior, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, reformule ou complemente a instrução processual;

II – em caso positivo, dar continuidade aos procedimentos de análise e avaliação do pedido de reconhecimento.

Parágrafo Único. Encerrada esta fase de avaliação preliminar, a Câmara de Educação Superior encaminha o processo à Presidência do Conselho para continuidade de sua apreciação.

SEÇÃO II

DA CONTINUIDADE DA ANÁLISE E AVALIAÇÃO

Art. 8º A Presidência do Conselho Estadual de Educação designa uma comissão de especialistas, composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo 3 (três) integrantes para:

I – analisar e avaliar, tecnicamente, os elementos informativos com os quais se acha instruído o pedido de reconhecimento;

II – verificar, mediante visita in loco, as condições das instalações físicas e dos recursos materiais e tecnológicos à disposição do curso.

§ 1º O Conselho Estadual de Educação, por intermédio de sua Secretaria, disponibilizará à comissão uma via do processo e outros instrumentos documentais necessários à realização de suas atividades, para tanto dispondo de um prazo de 60 (sessenta) dias.

§ 2º A comissão encerra o seu trabalho com a apresentação, à Presidência do Conselho Estadual de Educação, de um relatório circunstanciado no qual esteja demonstrado o resultado da análise e avaliação realizadas.

Art. 9º Os pedidos de reconhecimento de curso de graduação em direito devem ser submetidos à manifestação da Ordem dos Advogados do Brasil, seção estadual, assim como os reconhecimentos de cursos de medicina, odontologia e psicologia devem ser submetidos ao Conselho Estadual de Saúde.

Parágrafo único. A manifestação referida no caput é solicitada pela Presidência do Conselho Estadual de Educação concomitantemente com a designação da comissão de especialistas de que trata o artigo anterior, dispondo as entidades de classe consultadas de um prazo de 60 (sessenta) dias para formalização do respectivo pronunciamento.

Art. 10. O processo, instruído com o relatório da comissão de especialistas e, quando for o caso, com a manifestação prevista no artigo anterior, retorna à apreciação da Câmara de Educação Superior.

Parágrafo único. A decisão adotada pela Câmara, à vista da análise e a exposição da matéria pelo conselheiro-relator, é submetida à deliberação do Plenário do Conselho.

CAPÍTULO III

DA CONCESSÃO DO RECONHECIMENTO

SEÇÃO I

DA DECISÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Art. 11. O parecer apresentado pela Câmara de Educação Superior é apreciado pelo Plenário do Conselho Estadual de Educação e, nos termos conclusivamente por este aprovado, segue para a Secretaria de Estado da Educação e da Cultura para fins de homologação por parte de seu titular.

§ 1º O Plenário do Conselho deve, em função do resultado da avaliação das condições de funcionamento do curso, opinar alternativamente:

I – pela concessão do reconhecimento, ou sua renovação, com prazo de validação fixado em 5 (cinco) anos, quando as condições forem consideradas plenamente satisfatórias;

II – pela concessão do reconhecimento, ou sua renovação, com prazo de validade fixado entre 1 (um) e 4 (quatro) anos, a depender da natureza das deficiências constatadas, quando as condições forem consideradas satisfatórias com ressalvas;

III – pelo indeferimento do pedido, quando as condições forem consideradas insuficientes.

§ 2º Ocorrendo a hipótese prevista no inciso III, são indicadas as medidas corretivas

aplicáveis, as quais estabelecem a fixação de um prazo mínimo para que sejam executadas e, até mesmo, a desativação do curso.

§ 3º No caso de fixação de um prazo mínimo para as correções solicitadas à instituição de Educação Superior, as medidas diligenciadas ficam sujeitas a novo procedimento avaliativo, a começar pela atuação da comissão de especialistas.

§ 4º No caso de desativação do curso, fica assegurado aos respectivos estudantes:

I – a convalidação de estudos até o final do período em que estiverem matriculados, seja para efeito de transferência, seja para efeito de conclusão, quando cursando o último período letivo, desde que comprovado o aproveitamento escolar;

II – o registro do diploma àqueles que já tenham concluído o curso então desativado.

SEÇÃO II DA RENOVAÇÃO DO RECONHECIMENTO

Art. 12. O processo de renovação do reconhecimento de curso superior, desde a instauração até a conclusão, submete-se às normas e procedimentos exigidos para a concessão do ato do reconhecimento inicial, em especial aqueles de que tratam os arts. 2º ao 11 desta Resolução.

SEÇÃO III DOS ATOS HOMOLOGATÓRIO E AUTORIZATIVO

Art. 13. Compete ao titular da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura homologar os pareceres aprovados pelo Conselho Estadual de Educação relativamente a pedido de reconhecimento, ou sua renovação, de curso superior.

Art. 14. Os atos do reconhecimento, ou sua renovação, bem como da desativação de curso superior são de competência do Chefe do Poder Executivo Estadual.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15. As normas instituídas por esta Resolução aplicam-se, igualmente, a curso de graduação com requisitos específicos de habilitação profissional.

Art. 16. Correm à conta da instituição proponente do reconhecimento as despesas com deslocamento, hospedagem, alimentação e o pró-labore dos integrantes da comissão de especialistas designada para avaliar as condições de funcionamento do curso.

Art. 17. Cabe pedido de reconsideração da decisão do Conselho Estadual de Educação contrária ao pedido de reconhecimento de curso, desde que interposto no prazo de 30 (trinta) dias de

sua vigência. Art. 18. São consideradas sem eficácia as disposições da Resolução nº 01, de maio de 2000, editada pelo Conselho Estadual de Educação, que digam respeito especificamente a reconhecimento, ou sua renovação, de curso superior de graduação.

Art. 19. Esta Resolução, uma vez homologada pela autoridade competente, entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

Art. 20. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Resolução nº 01/2001-CEE/RN, de 19 de dezembro de 2001.

Sala das Sessões, Conselheira Marta Araújo, em Natal/RN, 1º de agosto de 2012.

Maria Auxiliadora da Cunha Albano
Presidente – CEE/RN

Luiz Eduardo Brandão Suassuna

Conselheiro Relator

Adilson Gurgel de Castro

Erivaldo Cabral da Silva

Erlem Maria de Macedo Campos

ANEXO 13 - RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 4, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2001

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO(*) CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 4, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2001.

Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso
de Graduação em Medicina.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, tendo em vista o disposto no Art. 9º, do § 2º, alínea “c”, da Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, e com fundamento no Parecer CNE/CES 1.133, de 7 de agosto de 2001, peça indispensável do conjunto das presentes Diretrizes Curriculares Nacionais, homologado pelo Senhor Ministro da Educação, em 1º de outubro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina, a serem observadas na organização curricular das Instituições do Sistema de Educação Superior do País.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de Graduação em Medicina definem os princípios, fundamentos, condições e procedimentos da formação de médicos, estabelecidas pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, para aplicação em âmbito nacional na organização, desenvolvimento e avaliação dos projetos pedagógicos dos Cursos de Graduação em Medicina das Instituições do Sistema de Ensino Superior.

Art. 3º O Curso de Graduação em Medicina tem como perfil do formando egresso/profissional o médico, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, capacitado a atuar, pautado em princípios éticos, no processo de saúde-doença em seus diferentes níveis de atenção, com ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação à saúde, na perspectiva da integralidade da assistência, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano.

Art. 4º A formação do médico tem por objetivo dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades gerais:

I - Atenção à saúde : os profissionais de saúde, dentro de seu âmbito profissional, devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo. Cada profissional deve assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema de saúde, sendo capaz de pensar criticamente, de analisar os problemas da sociedade e de procurar soluções para os mesmos. Os profissionais devem realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética, tendo em conta que a responsabilidade

da atenção à saúde não se encerra com o ato técnico, mas sim, com a resolução do problema de saúde, tanto em nível individual como coletivo;

II - Tomada de decisões: o trabalho dos profissionais de saúde deve estar fundamentado na capacidade de tomar decisões visando o uso apropriado, eficácia e custo-efetividade, da força de trabalho, de medicamentos, de equipamentos, de procedimentos e de práticas. Para este fim, os mesmos devem possuir competências e habilidades para avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas;

III - Comunicação: os profissionais de saúde devem ser acessíveis e devem manter a confidencialidade das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral. A comunicação envolve comunicação verbal, não-verbal e habilidades de escrita e leitura; o domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira e de tecnologias de comunicação e informação;

IV - Liderança: no trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais de saúde deverão estar aptos a assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade. A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz;

V - Administração e gerenciamento: os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho quanto dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças na equipe de saúde; e

VI - Educação permanente: os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. Desta forma, os profissionais de saúde devem aprender a aprender e ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, mas proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços, inclusive, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmico/profissional, a formação e a cooperação por meio de redes nacionais e internacionais.

Art. 5º A formação do médico tem por objetivo dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades específicas:

I – promover estilos de vida saudáveis, conciliando as necessidades tanto dos seus clientes/pacientes quanto às de sua comunidade, atuando como agente de transformação social;

II - atuar nos diferentes níveis de atendimento à saúde, com ênfase nos atendimentos primário e secundário;

III - comunicar-se adequadamente com os colegas de trabalho, os pacientes e seus familiares;

IV - informar e educar seus pacientes, familiares e comunidade em relação à promoção da saúde, prevenção, tratamento e reabilitação das doenças, usando técnicas apropriadas de comunicação;

V - realizar com proficiência a anamnese e a consequente construção da história clínica, bem como dominar a arte e a técnica do exame físico;

VI - dominar os conhecimentos científicos básicos da natureza biopsicosocio-ambiental subjacentes à prática médica e ter raciocínio crítico na interpretação dos dados, na identificação da natureza dos problemas da prática médica e na sua resolução;

VII - diagnosticar e tratar corretamente as principais doenças do ser humano em todas as fases do ciclo biológico, tendo como critérios a prevalência e o potencial mórbido das doenças, bem como a eficácia da ação médica;

VIII - reconhecer suas limitações e encaminhar, adequadamente, pacientes portadores de problemas que fujam ao alcance da sua formação geral;

- IX - otimizar o uso dos recursos propedêuticos, valorizando o método clínico em todos seus aspectos;
- X - exercer a medicina utilizando procedimentos diagnósticos e terapêuticos com base em evidências científicas;
- XI - utilizar adequadamente recursos semiológicos e terapêuticos, validados cientificamente, contemporâneos, hierarquizados para atenção integral à saúde, no primeiro, segundo e terceiro níveis de atenção;
- XII - reconhecer a saúde como direito e atuar de forma a garantir a integralidade da assistência entendida como conjunto articulado e contínuo de ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;
- XIII - atuar na proteção e na promoção da saúde e na prevenção de doenças, bem como no tratamento e reabilitação dos problemas de saúde e acompanhamento do processo de morte;
- XIV - realizar procedimentos clínicos e cirúrgicos indispensáveis para o atendimento ambulatorial e para o atendimento inicial das urgências e emergências em todas as fases do ciclo biológico;
- XV - conhecer os princípios da metodologia científica, possibilitando-lhe a leitura crítica de artigos técnico-científicos e a participação na produção de conhecimentos;
- XVI - lidar criticamente com a dinâmica do mercado de trabalho e com as políticas de saúde;
- XVII - atuar no sistema hierarquizado de saúde, obedecendo aos princípios técnicos e éticos de referência e contra-referência;
- XVIII - cuidar da própria saúde física e mental e buscar seu bem-estar como cidadão e como médico;
- XIX - considerar a relação custo-benefício nas decisões médicas, levando em conta as reais necessidades da população;
- XX - ter visão do papel social do médico e disposição para atuar em atividades de política e de planejamento em saúde;
- XXI - atuar em equipe multiprofissional; e
- XXII - manter-se atualizado com a legislação pertinente à saúde.

Parágrafo Único. Com base nestas competências, a formação do médico deverá contemplar o sistema de saúde vigente no país, a atenção integral da saúde num sistema regionalizado e hierarquizado de referência e contra-referência e o trabalho em equipe.

Art. 6º Os conteúdos essenciais para o Curso de Graduação em Medicina devem estar relacionados com todo o processo saúde-doença do cidadão, da família e da comunidade, integrado à realidade epidemiológica e profissional, proporcionando a integralidade das ações do cuidar em medicina. Devem contemplar:

- I - conhecimento das bases moleculares e celulares dos processos normais e alterados, da estrutura e função dos tecidos, órgãos, sistemas e aparelhos, aplicados aos problemas de sua prática e na forma como o médico o utiliza;
- II - compreensão dos determinantes sociais, culturais, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais, nos níveis individual e coletivo, do processo saúde-doença;
- III - abordagem do processo saúde-doença do indivíduo e da população, em seus múltiplos aspectos de determinação, ocorrência e intervenção;
- IV - compreensão e domínio da propedêutica médica – capacidade de realizar história clínica, exame físico, conhecimento fisiopatológico dos sinais e sintomas; capacidade reflexiva e compreensão ética, psicológica e humanística da relação médico-paciente;

V - diagnóstico, prognóstico e conduta terapêutica nas doenças que acometem o ser humano em todas as fases do ciclo biológico, considerando-se os critérios da prevalência, letalidade, potencial de prevenção e importância pedagógica; e

VI - promoção da saúde e compreensão dos processos fisiológicos dos seres humanos – gestação, nascimento, crescimento e desenvolvimento, envelhecimento e do processo de morte, atividades físicas, desportivas e as relacionadas ao meio social e ambiental.

Art. 7º A formação do médico incluirá, como etapa integrante da graduação, estágio curricular obrigatório de treinamento em serviço, em regime de internato, em serviços próprios ou conveniados, e sob supervisão direta dos docentes da própria Escola/Faculdade. A carga horária mínima do estágio curricular deverá atingir 35% (trinta e cinco por cento) da carga horária total do Curso de Graduação em Medicina proposto, com base no Parecer/Resolução específico da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

§ 1º O estágio curricular obrigatório de treinamento em serviço incluirá necessariamente aspectos essenciais nas áreas de Clínica Médica, Cirurgia, Ginecologia-Obstetrícia, Pediatria e Saúde Coletiva, devendo incluir atividades no primeiro, segundo e terceiro níveis de atenção em cada área. Estas atividades devem ser eminentemente práticas e sua carga horária teórica não poderá ser superior a 20% (vinte por cento) do total por estágio.

§ 2º O Colegiado do Curso de Graduação em Medicina poderá autorizar, no máximo 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária total estabelecida para este estágio, a realização de treinamento supervisionado fora da unidade federativa, preferencialmente nos serviços do Sistema Único de Saúde, bem como em Instituição conveniada que mantenha programas de Residência credenciados pela Comissão Nacional de Residência Médica e/ou outros programas de qualidade equivalente em nível internacional.

Art. 8º O projeto pedagógico do Curso de Graduação em Medicina deverá contemplar atividades complementares e as Instituições de Ensino Superior deverão criar mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, mediante estudos e práticas independentes, presenciais e/ou a distância, a saber: monitorias e estágios; programas de iniciação científica; programas de extensão; estudos complementares e cursos realizados em outras áreas afins.

Art. 9º O Curso de Graduação em Medicina deve ter um projeto pedagógico, construído coletivamente, centrado no aluno como sujeito da aprendizagem e apoiado no professor como facilitador e mediador do processo ensino-aprendizagem. Este projeto pedagógico deverá buscar a formação integral e adequada do estudante por meio de uma articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão/assistência.

Art. 10. As Diretrizes Curriculares e o Projeto Pedagógico devem orientar o Currículo do Curso de Graduação em Medicina para um perfil acadêmico e profissional do egresso. Este currículo deverá contribuir, também, para a compreensão, interpretação, preservação, reforço, fomento e difusão das culturas nacionais e regionais, internacionais e históricas, em um contexto de pluralismo e diversidade cultural.

§ 1º As diretrizes curriculares do Curso de Graduação em Medicina deverão contribuir para a inovação e a qualidade do projeto pedagógico do curso.

§ 2º O Currículo do Curso de Graduação em Medicina poderá incluir aspectos complementares de perfil, habilidades, competências e conteúdos, de forma a considerar a

inserção institucional do curso, a flexibilidade individual de estudos e os requerimentos, demandas e expectativas de desenvolvimento do setor saúde na região.

Art. 11. A organização do Curso de Graduação em Medicina deverá ser definida pelo respectivo colegiado do curso, que indicará a modalidade: seriada anual, seriada semestral, sistema de créditos ou modular.

Art. 12. A estrutura do Curso de Graduação em Medicina deve:

I - Ter como eixo do desenvolvimento curricular as necessidades de saúde dos indivíduos e das populações referidas pelo usuário e identificadas pelo setor saúde;

II - utilizar metodologias que privilegiem a participação ativa do aluno na construção do conhecimento e a integração entre os conteúdos, além de estimular a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão/assistência;

III - incluir dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no aluno atitudes e valores orientados para a cidadania;

IV - promover a integração e a interdisciplinaridade em coerência com o eixo de desenvolvimento curricular, buscando integrar as dimensões biológicas, psicológicas, sociais e ambientais;

V - inserir o aluno precocemente em atividades práticas relevantes para a sua futura vida profissional;

VI - utilizar diferentes cenários de ensino-aprendizagem permitindo ao aluno conhecer e vivenciar situações variadas de vida, da organização da prática e do trabalho em equipe multiprofissional;

VII - propiciar a interação ativa do aluno com usuários e profissionais de saúde desde o início de sua formação, proporcionando ao aluno lidar com problemas reais, assumindo responsabilidades crescentes como agente prestador de cuidados e atenção, compatíveis com seu grau de autonomia, que se consolida na graduação com o internato; e

VIII - vincular, através da integração ensino-serviço, a formação médico-acadêmica às necessidades sociais da saúde, com ênfase no SUS.

Art. 13. A implantação e desenvolvimento das diretrizes curriculares devem orientar e propiciar concepções curriculares ao Curso de Graduação em Medicina que deverão ser acompanhadas e permanentemente avaliadas, a fim de permitir os ajustes que se fizerem necessários ao seu aperfeiçoamento.

§ 1º As avaliações dos alunos deverão basear-se nas competências, habilidades e conteúdos curriculares desenvolvidos, tendo como referência as Diretrizes Curriculares.

§ 2º O Curso de Graduação em Medicina deverá utilizar metodologias e critérios para acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem e do próprio curso, em consonância com o sistema de avaliação e a dinâmica curricular definidos pela IES à qual pertence.

Art. 14. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arthur Roquete de Macedo
Presidente da Câmara de Educação Superior

ANEXO 14 – Resolução n.º 45/2012-CONSEPE. Aprova as Normas de Capacitação Docente da UERN e revoga a Resolução n.º 47/2010-CONSEPE.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA - SEEC
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO -CONSEPE
Rua Almino Afonso, 478 - Centro – Fone: 84.3315-2134 - Fax: 84.3315-2134
Home page: <http://www.uern.br> - e-mail: sc@uern.br – CEP 59610-210 - Mossoró –RN

Resolução n.º 45/2012-CONSEPE

**Aprova as Normas de Capacitação
Docente da UERN e revoga a Resolução
n.º 47/2010-CONSEPE.**

O REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE-UERN, na qualidade de Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão-CONSEPE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e conforme deliberação do Colegiado em sessão realizada em 5 de dezembro de 2012,

CONSIDERANDO a necessidade de adequação das normas de capacitação docente da UERN às atuais exigências dos imperativos institucionais de expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu*, da melhoria do ensino de graduação e do aprimoramento da extensão universitária;

CONSIDERANDO as atas das reuniões da Comissão Permanente de Pós-Graduação-CPPG, que aprovaram a proposta de atualização da legislação da capacitação docente, constantes no Processo n.º 965/2012-FUERN;

CONSIDERANDO o Memorando n.º 17/2012-PROPEG, de 1º de fevereiro de 2012, constante no Processo n.º 965/2012-FUERN,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as Normas de Capacitação Docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, nos seguintes termos:

**NORMAS DE CAPACITAÇÃO DOCENTE
CAPÍTULO I – DOS OBJETIVOS**

Art. 1º A capacitação docente tem como objetivo elevar o nível de qualificação dos professores do quadro efetivo da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte com vistas a melhorar seu desempenho no desenvolvimento das atividades-fins da instituição.

CAPÍTULO II – DOS NÍVEIS E FORMAS

Art. 2º Os níveis e formas da capacitação docente serão os seguintes:

- I – estágio pós-doutoral;
- II – curso de doutorado;
- III – curso de mestrado;
- IV – curso de especialização;
- V – treinamento.

Parágrafo único. A UERN não liberará professor para curso de especialização.

Art. 3º O estágio pós-doutoral, destinado ao professor que possui título de doutor, visa à inserção de pesquisadores da UERN em grupos de pesquisa de comprovada excelência acadêmica de outras instituições no país ou no exterior para o desenvolvimento de atividades conjuntas, das quais resulte produção científica vinculada às linhas de pesquisa de filiação do professor.

Art. 4º O curso de doutorado visa à formação de pesquisadores, condição desejável para o exercício das funções de professor universitário.

Art. 5º O curso de mestrado tem como objetivo fundamental a qualificação para o exercício docente e para prosseguimento da carreira em nível de doutorado.

Art. 6º O curso de especialização constitui-se em aperfeiçoamento profissional, com foco em determinada área do conhecimento ou demanda de mercado.

Art. 7º O treinamento pretende atender, de maneira mais imediata, as necessidades de formação resultantes das exigências que a dinâmica da docência e da pesquisa coloca para o professor.

CAPÍTULO III – DOS CRITÉRIOS E REQUISITOS PARA A LIBERAÇÃO

Art. 8º A liberação para a capacitação docente deverá atender aos seguintes aspectos:

- I – consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional da UERN e com o Plano de Capacitação Docente Departamental;
- II – vinculação, há pelo menos 6 (seis) meses, a grupo de pesquisa da UERN certificado no Diretório do CNPq;
- III – produção científica, segundo critérios das respectivas áreas de pesquisa, nos três últimos anos antes da liberação;
- IV – conceito do curso de pós-graduação da IES de destino do candidato reconhecido pela CAPES;
- V – atendimento às áreas de conhecimento, definidas pelo departamento, como prioritárias;
- VI – observância do tempo de serviço a cumprir na instituição, conforme preceitua a legislação em vigor;
- VII – cumprimento do prazo de estágio probatório para os incisos I, II, III do Art. 2º das presentes normas;
- VIII – adimplência administrativa e acadêmica com a UERN;
- IX – não comprometimento do bom andamento das atividades do departamento;
- X – para programas de pós-graduação em nível de doutorado no exterior, os pedidos de liberação devem ser apreciados e aprovados pela Comissão Permanente de Pós-Graduação;
- XI – regime de trabalho na UERN de 40 horas ou DE.

§ 1º. A liberação para a capacitação não poderá implicar na contratação de professor, exceto em casos justificados pelo departamento e acatados pelo CONSEPE.

§ 2º. O número de docentes afastados para a capacitação não poderá ser superior a 25% do número de professores constituintes do quadro efetivo do departamento.

Art. 9º O professor liberado para a capacitação docente em níveis de estágio pós-doutoral e de cursos de doutorado e de mestrado deverá dedicar-se em tempo integral às atividades relacionadas com a capacitação.

Art. 10 A liberação para curso de doutorado estará condicionada à publicação, nos últimos três anos antes da liberação, de pelo menos uma produção científica, técnica ou cultural relevante segundo os critérios de pontuação para concessão de Bolsa de Produtividade em Pesquisa da UERN.

Parágrafo único. Será considerada relevante a produção cujo valor numérico seja de, no mínimo, 40 pontos.

Art. 11. A liberação para capacitação no exterior será em nível de estágio pós-doutoral, de curso de doutorado e de treinamento e atenderá aos seguintes requisitos:

I – ter o candidato projeto de pesquisa de relevante interesse para a UERN, exceto no caso de treinamento;

II – ser a instituição de destino de reconhecida excelência e prestígio internacional;

III – obter bolsa de doutorado pleno no exterior junto à agência de fomento, preferencialmente a CAPES.

CAPÍTULO IV – DO PLANEJAMENTO

Art. 12. O planejamento da capacitação docente deverá atender ao Plano de Desenvolvimento Institucional da UERN e será realizado nos departamentos acadêmicos e na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

§ 1º. Cabe aos departamentos acadêmicos, ouvidos os grupos de pesquisa credenciados pela UERN e aos quais se filiam os seus professores, elaborar ou atualizar, a cada dois anos, o Plano de Capacitação Docente Departamental.

§ 2º. Cabe à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação organizar e sistematizar as informações contidas nos Planos de Capacitação Docente Departamentais.

Art.13. O Plano de Capacitação Docente Departamental será elaborado em formulário próprio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e nele deverão constar:

I – nível de qualificação dos docentes;

II – tempo de serviço na UERN e em outras instituições, se for o caso, passível de incorporação;

III – previsão de aposentadorias;

IV – grupo(s) e linha(s) de pesquisa a que pertence o professor candidato à capacitação;

V – níveis e formas de capacitação;

VI – instituição onde se realizará a capacitação;

VII – datas de saída e retorno da capacitação;

VIII – áreas prioritárias de capacitação.

CAPÍTULO V – DOS PROCEDIMENTOS

Art.14. O processo de liberação para a capacitação docente terá início no Departamento Acadêmico, que o encaminhará à Direção da Unidade para conhecimento. O processo retornará ao Departamento e este o remeterá à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação para apreciação técnica, em consonância com as presentes normas.

Art. 15. Após apreciação técnica, o processo de liberação será remetido ao Gabinete do Reitor para homologação e emissão de portaria.

Art. 16. O processo de que trata o art. 15 será instruído com os seguintes documentos:

I – requerimento de solicitação de liberação, dirigido ao chefe de departamento;

II – declaração de aceite no programa de pós-graduação;

III – projeto de pesquisa;

IV – parecer do grupo de pesquisa da UERN ao qual o candidato está vinculado, sobre a relevância do projeto para a consolidação do grupo;

V – currículo Lattes atualizado;

VI – certidão do Setor de Recursos Humanos informando sobre a eventual acumulação de empregos e sobre o tempo de serviço na UERN;

VII – termo de compromisso, parte integrante das presentes normas, assinado pelo candidato;

VIII – ata da reunião do departamento que deliberou sobre o afastamento do docente para a capacitação;

IX – ofício do chefe de departamento indicando o período de liberação e confirmando que este afastamento não implicará na contratação de professor, nos termos desta resolução.

Art. 17. Mudanças de instituição, de área de conhecimento ou de projeto de pesquisa, após a concessão do afastamento, deverão ser submetidas à apreciação do departamento, ouvido o grupo de pesquisa de vinculação do pós-graduando.

Art. 18. Os docentes liberados para capacitação, na forma das presentes normas, estarão, para todos os efeitos legais, no exercício de suas funções, não devendo, portanto, sofrer perdas salariais.

Art. 19. O departamento, ao conceder liberação para fins de capacitação, obriga-se a garantir o período de afastamento aprovado, não podendo solicitar a convocação do professor para reassumir suas atividades, salvo em casos comprovados de desligamento do curso, de rendimento acadêmico insatisfatório ou de infração destas normas.

CAPÍTULO VI – DO PRAZO DE LIBERAÇÃO PARA CAPACITAÇÃO

Art. 20. A liberação para a capacitação terá duração de até:

I – 12 (doze) meses para o estágio pós-doutoral;

II – 36 (trinta e seis) meses para o doutorado;

III – 24 (vinte e quatro) meses para o mestrado;

IV – 1 (um) mês para o treinamento;

V – 6 (seis) meses para Programa de Mestrado Interinstitucional (MINTER) ou para mestrado ofertado pela UERN; VI – 12 (doze) meses para Programa de Doutorado Interinstitucional (DINTER) ou para doutorado ofertado pela UERN.

Art. 21. O departamento poderá propor à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação a prorrogação do afastamento por até 6 (seis) meses, no caso de mestrado, e por até 12 (doze) meses, no caso de doutorado, se devidamente justificada pelo professor e referendada pelo orientador.

§ 1º. O pedido de prorrogação de que trata o *caput* deste artigo deverá ser feito pelo docente ao departamento de lotação pelo menos três meses antes do término do afastamento em vigor, devidamente instruído com os seguintes documentos:

I – requerimento ao departamento, solicitando a prorrogação;

II – relatório das atividades desenvolvidas até a data de solicitação da prorrogação, com parecer do orientador;

III – plano de trabalho para o período da prorrogação;

IV – justificativa do orientador para a prorrogação solicitada.

§ 2º. O Departamento examinará o pleito à luz das determinações das presentes normas, observando no que couber, o Art. 8º (incisos VI e IX) e o Art. 16 (inciso IX), nos termos desta resolução.

§ 3º. Em conjunto com a PROPEG, o Departamento examinará a conformidade do cumprimento do Art. 21 e seus adendos, cujas normas, se não atendidas, impedirá a concessão de prorrogação, a qualquer título.

§ 4º. Após o julgamento da plenária do departamento, o processo deverá ser encaminhado à Direção da Unidade para conhecimento e devolvido ao departamento que o submeterá à apreciação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, acrescido da ata da reunião departamental que deliberou sobre a aprovação da prorrogação.

§ 5º. Em caso de não aprovação, o processo encerrar-se-á no departamento, devendo a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação ser notificada.

Art. 22. O departamento poderá propor a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação aumentar em até 3 (três) meses o prazo de liberação para treinamento estabelecido no Art. 20, inciso IV das presentes normas.

§ 1º. O pedido de ampliação do prazo de liberação de que trata o *caput* deste artigo deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I – requerimento do interessado ao chefe do departamento;

II – plano de trabalho a ser desenvolvido durante o treinamento;

III – parecer da plenária departamental, anexo à ata da reunião que deliberou sobre a liberação.

§ 2º. A concessão da liberação de que trata o *caput* deste artigo não poderá implicar na contratação de professor.

CAPÍTULO VII – DO ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO E DAS OBRIGAÇÕES DO DOCENTE

Art. 23. O acompanhamento do desempenho do docente em capacitação será de competência direta de seu departamento de lotação e da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

§ 1º. Para efeitos do disposto no *caput* deste artigo, o docente deverá encaminhar à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e ao departamento de lotação, os seguintes documentos:

I – plano de atividades para o semestre letivo;

II – relatório, em formato específico da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, das atividades desenvolvidas a cada semestre letivo, devidamente endossado pela instituição ministrante mediante parecer do orientador ou do coordenador do curso.

§ 2º. A não observância dos incisos I e II do parágrafo anterior implicará na suspensão imediata de benefícios vinculados à liberação.

Art. 24. Após a conclusão do curso de mestrado ou doutorado, o docente deverá encaminhar à Pró-Reitoria de Recursos Humanos e Assuntos Estudantis-PRORHAE, e esta à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, os seguintes documentos:

I – em caso de titulação *stricto sensu* em instituição no território nacional, cópia do diploma ou, provisoriamente, declaração de conclusão do curso;

II – em caso de titulação *stricto sensu* em instituição estrangeira, cópia do diploma e respectiva revalidação, nos termos da legislação nacional vigente;

III – cópia da ata ou extrato de defesa de dissertação ou tese;

IV – histórico escolar;

V – um exemplar impresso e arquivo digital PDF em CD da tese ou da dissertação.

§ 1º. A não observância do disposto no *caput* deste artigo implicará na interdição à ascensão funcional.

§ 2º. O docente capacitado em instituição estrangeira deverá encaminhar à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, no prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a defesa da tese, a documentação comprobatória de revalidação nacional do título obtido no exterior.

Art. 25. Após a conclusão do estágio pós-doutoral, o docente deverá encaminhar à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação o relatório das atividades desenvolvidas.

Art. 26. O docente deverá permanecer em atividade na UERN, sob o mesmo regime de trabalho vigente durante a liberação, após conclusão da pós-graduação e retorno ao departamento de origem, no mínimo, pelo mesmo tempo concedido para afastamento.

Parágrafo único. No caso de MINTER e DINTER e cursos de pós-graduação *stricto sensu* ofertados pela UERN, o tempo de permanência no departamento de origem que trata o *caput* deste artigo será o dobro do período de liberação concedido.

Art. 27. O docente deverá ressarcir financeiramente à UERN todas as despesas efetuadas em função do afastamento, na ausência dos seguintes requisitos:

I – conclusão do curso nos prazos estabelecidos pelo Programa;

II – diploma e sua respectiva revalidação, caso seja obtido em instituição estrangeira, no prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a defesa da tese ou dissertação, ou diploma, no prazo de 6 (seis) meses, caso obtido em instituição nacional;

III – permanência no mesmo regime de trabalho na UERN durante, pelo menos, igual período ao do afastamento para a capacitação e, no caso de MINTER e DINTER e cursos de pós-graduação *stricto sensu* ofertados pela UERN, o dobro do período de afastamento concedido.

§ 1º. A indenização pecuniária de que trata o *caput* deste artigo não será dispensada em hipótese alguma e não anulará outras sanções legais e disciplinares que possam vir a ser aplicadas na época do rompimento do Termo de Compromisso.

§ 2º. A aposentadoria por tempo de serviço não desobriga o docente da indenização pecuniária de que trata o *caput* deste artigo.

§3º. O processo de ressarcimento de que trata o *caput* deste artigo deverá ser instruído pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, apreciado e julgado pelo CONSEPE.

§4º. Nos casos que não sejam atendidos os requisitos do *caput* deste artigo, o docente terá o direito de apresentar justificativa para apreciação e julgamento pelo CONSEPE.

CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28. Um novo afastamento para capacitação só poderá ser concedido a um mesmo professor depois de decorrido tempo superior ao do afastamento anterior, contado a partir da data de titulação.

§ 1º. A exigência contida no *caput* deste artigo não se aplicará ao docente que, em capacitação em nível de mestrado, receber recomendação do programa para ingresso no doutorado.

§ 2º. No caso de que trata o parágrafo anterior, o período total de afastamento não poderá ser superior a 60 (sessenta) meses, vedadas prorrogações do art. 22, e estará condicionado à aprovação do departamento de lotação e ao cumprimento dos artigos 8º e 10 da presente resolução.

§ 3º. A exigência contida no *caput* deste artigo não será aplicada para afastamentos em nível de estágio pós-doutoral e de treinamento.

Art. 29. O Termo de Compromisso que o candidato assinará terá como modelo o apresentado no anexo I.

Art. 30. Os casos omissos nestas normas serão resolvidos pela Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação do CONSEPE.

Art. 31. Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução nº 47/2010-CONSEPE.

Sala das Sessões dos Colegiados, em 5 de dezembro de 2012.

Prof. Milton Marques de Medeiros

Presidente

Conselheiros: Prof. Aécio Cândido de Sousa	Profª. Kelânia Freire Martins Mesquita
Profª. Moêmia Gomes de Oliveira	Profª. Ana Lúcia Aguiar Lopes Leandro

Miranda	
Prof. Pedro Fernandes Ribeiro Neto	Profª. Maria Ivonete Soares Coêlho
Prof. Francisco Vanderlei de Lima	Prof. Jerônimo Dix-sept Rosado Maia Sobrinho
Profª. Lúcia Musmêe Fernandes Pedrosa de Lima	Prof. Akailson Lennon Soares
Profª. Genivalda Cordeiro da Costa	Prof. Francinaldo Antônio dos Santos
Prof. Ivanaldo Gaudêncio	Prof. Allan Solano Souza
Prof. José Ricardo da Silveira	Prof. Eudes Euler de Souza Lucena
Prof. Alexandre Milne-Jones Náder	Acad. Camila Jéssica Neres de Oliveira
Profª. Antônio Lília Feitosa Nogueira Alvino	Acad. Hugo Victor Gomes Venâncio Melo
Profª. Luís Marcos de Medeiros Guerra	Acad. Silvano Tavares Carlos
Prof. Francisco Soares de Queiroz	

ANEXO 15 – MANUAL DO TCC



Governo do Estado do Rio Grande do Norte

Secretaria de Estado da Educação e da Cultura – SEEC

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Faculdade de Ciências da Saúde - FACS

Departamento de Ciências Biomédicas - DCB

Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso

MANUAL PARA ELABORAÇÃO DE TRABALHOS DE CONCLUSÃO DO CURSO

MOSSORÓ/RN

2014

MANUAL PARA ELABORAÇÃO DE TRABALHOS DE CONCLUSÃO DO CURSO

Manual de orientação para elaboração dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em Medicina da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN.

MOSSORÓ/RN

2014

COMISSÃO ORGANIZADORA

Prof. Cléber de Mesquita Andrade

Profa. Dra. Izete Soares da Silva Dantas Pereira

Prof. Ms. Jennifer Vale e Silva

Prof. José Hélio Cabral Freire

Prof. Ms. José Rodolfo Lopes de Paiva Cavalcanti

Profa. Ms. Patrícia Estela Giovannini

Profa. Dra. Sonia Elizabeth López Carrillo

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMB Associação Médica Brasileira

CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEP Comitê de Ética em Pesquisa

FACS Faculdade de Ciências da Saúde

MEC Ministério da Educação e Cultura

PPC Projeto Pedagógico do Curso

UERN Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice 1 – Modelo de Anteprojeto de Pesquisa

Apêndice 2 – Modelo de Carta de aceite do orientador

Apêndice 3 – Modelo de Carta de desligamento do orientador

Apêndice 4 – Modelo de Ficha de Acompanhamento de Orientações

Apêndice 5 – Modelo de Relatório

Apêndice 6 - Ficha de Avaliação de TCC – Trabalho Escrito

Apêndice 7 - Ficha de Avaliação de TCC – Trabalho Oral

Apêndice 8 – Declaração de participação em Banca Examinadora

Apêndice 9 – Modelo de Ata de Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. OBJETIVOS E FINALIDADES DO TCC.....	8
3. INSCRIÇÃO DO TCC.....	9
4. ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE TCC.....	9
5. REQUISITOS E DEVERES DOS ALUNOS.....	9
6. REQUISITOS E DEVERES DOS ORIENTADORES.....	10
7. AVALIAÇÃO DOS TCC's.....	11
8. ETAPAS DA CONSTRUÇÃO DO TCC.....	12
8.1 Anteprojeto de Pesquisa.....	12
8.2 Projeto de Pesquisa.....	12
8.3 TCC.....	12
9. ELEMENTOS ESTRUTURAIS DO PROJETO DE PESQUISA.....	12
9.1. Elementos pré-textuais.....	12
9.2. Elementos textuais.....	13
9.3. Elementos pós-textuais.....	17
10. ELEMENTOS PARA O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	18
10.1. Elementos pré-textuais.....	18
10.2. Elementos textuais.....	19
10.3.Elementos pós-textuais.....	20
11. NORMAS DE FORMATAÇÃO DOS TRABALHOS ACADÊMICOS DA FACS.	20
REFERÊNCIAS.....	22
APÊNDICES.....	23

1 INTRODUÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade acadêmica de caráter obrigatório, individual e requisito parcial para a conclusão do Curso de Bacharel em Medicina da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, determinado por normas e diretrizes constantes no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), em consonância com demais diretrizes acadêmicas dos conselhos superiores da UERN.

O TCC constitui-se em um momento de potencialização e sistematização de habilidades e conhecimentos adquiridos ao longo da graduação, na forma de pesquisa acadêmico-científica. Trata-se de uma experiência fundamental na formação do médico, uma vez que lhe proporciona a oportunidade de contribuir de forma criativa na resolução de problemas teóricos e empíricos. Além disso, Articula o conhecimento global do aluno no interior de sua área de formação, é concebido e executado como uma atividade científica e não somente como forma de avaliação de seu desempenho no domínio e/ou avaliação de um componente curricular específico.

Sua construção começa na Disciplina Metodologia de Iniciação Científica – TCC 1, no segundo período, onde deverá ser pensado e posto em escolha os temas a serem abordados. Continua-se com a disciplina Metodologia científica – TCC 2, no quinto período, que corresponde à apresentação do projeto de pesquisa. É imprescindível que o aluno, no decorrer desta etapa, aplique os conhecimentos científicos de sua área de conhecimento, bem como efetue as atividades dentro de parâmetros de cientificidade. Para cumprimento desta etapa, o aluno deve valer-se de métodos e técnicas aceitas pela comunidade científica que incluem pertinência, consistência, manipulação de variáveis e de hipóteses, mensuração de dados primários e/ou secundários de acordo com padrões de representatividade e generalização compatíveis com seu tema, seu problema/hipótese de trabalho e sua área de conhecimento ou de exercício profissional. O processo se encerra com a disciplina Elaboração do Trabalho Científico – TCC 3, quando o(s) aluno(s) deverão

submeter o TCC à apreciação de uma Banca Examinadora composta de três professores: o orientador e dois outros professores escolhidos de acordo com suas habilitações técnicas em relação ao tema abordado e possibilita a avaliação do artigo sob a ótica de diferentes perspectivas.

Ao aluno, a defesa diante de uma Banca Examinadora permite a possibilidade de testar sua competência discursiva, de exercitar sua capacidade argumentativa e de defender sua perspectiva ao mesmo tempo, permitir-lhe-á esclarecer elementos de seu TCC que possam ter gerado dúvidas ou que necessitem de mais esclarecimentos. Neste sentido, a defesa do TCC exercitará a capacidade de análise e de síntese do aluno, sua fluência em termos de expressão e defesa de suas ideias, bem como sua capacidade de resposta diante de argumentos da Banca Examinadora.

2 OBJETIVOS E FINALIDADES DO TCC

Deve ser construído adotando como referência o ato de interrogar, (re)produzir e criar, isto é, interrogar a realidade de modo crítico e permanente, (re)produzir o conhecimento de modo consciente de suas limitações, e orientar para a busca de soluções criativas para os problemas com que defronta. O TCC aponta para a atitude reflexiva e problematizadora do aluno, que lhe permitirá ser produtor do conhecimento. O comportamento investigativo aplica-se tanto às atividades ditas em sala de aula, como em cenários outros de ensino-aprendizagem. Além disso, com a realização do TCC espera-se:

- a) Capacitar para desenvolver a cultura ético-humanística e científica;
- b) Fomentar o sentido de cidadania, sociedade civil e democracia a partir de conhecimento científico;
- c) Aprender a conviver, conhecer, fazer e ser, de modo a facilitar-lhe a atuação como médico em sociedade;
- d) Motivar a construção de um currículo que atenda às aspirações individuais do aluno; motivar o hábito da leitura e investigação;
- e) Motivar o aprender a aprender e incentivar o estudo continuado;

- f) Desenvolver a capacidade de observação, indagação e do espírito científico;
- g) Produzir conhecimento.

Enfim, esta regulamentação contribuirá para futuras pesquisas desses alunos, o que acarretará benefícios para o Curso de Medicina, para a UERN, para a comunidade mossoroense e a do Rio Grande do Norte.

3 INSCRIÇÃO DO TCC

Por ocasião da matrícula em componentes curriculares do 5º(quinto) período do curso, os alunos deverão registrar no DCB, em formulários específicos contidos neste Manual, o anteprojeto de pesquisa e a carta de aceite do orientador. (Apêndices 1 e 2) Os alunos desnivelados devem realizar a inscrição do seu trabalho no semestre letivo em que forem integralizar todos os componentes curriculares da matriz curricular do quinto período e casos omissos serão da competência da orientação acadêmica.

4 ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE TCC

4.1 Realizar e atualizar o registro dos professores disponíveis para orientação de trabalhos, com as respectivas linhas de pesquisa, conforme os critérios definidos.

4.2 Acompanhar o andamento dos trabalhos, desde o início até a finalização, verificando, em cada etapa, o cumprimento dos prazos e requisitos administrativos descritos neste Manual.

4.3 Apreciar os anteprojetos de pesquisa e relatórios semestrais

4.4. Auxiliar os professores orientadores na resolução de pendências relativas aos TCCs constatadas em qualquer fase de sua construção;

IV.5 Avaliar situações de excepcionalidade envolvendo a elaboração dos TCCs e recomendar soluções e encaminhamentos para apreciação e decisão da Chefia de Departamento.

IV.6 O julgar procedimentos antiéticos cometidos e aplicar as penalidades conforme as normas previstas no Regimento e Estatuto da UERN.

5 REQUISITOS E DEVERES DOS ALUNOS

5.1. Elaborar o Anteprojeto de Pesquisa, Projeto de Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo Científico), sob orientação docente, em conformidade com todo o conteúdo descrito neste Manual, assim como com os cronogramas estipulados pela comissão do TCC.

V.2 Apresentar o trabalho científico finalizado, sob a forma de exposição oral, no final do sétimo período, em cronograma estipulado pela comissão do TCC.

V.3 Entregar, duas cópias impressas e digitalizadas, sendo uma destinada à biblioteca e outra ao DCB, do TCC no formato que permita ser submetido a publicação em periódico de circulação nacional e/ou internacional. Como parte do trabalho, devem ser anexadas as normas de publicação da revista selecionada.

5.4. Nas publicações do TCC e dos trabalhos apresentados, os alunos devem, obrigatoriamente, fazer referência à sua condição de alunos do Curso de Graduação em Medicina da FACS-UERN, bem como citar os nomes do orientador, colaboradores e respectivas Instituições envolvidas.

5.5 O não cumprimento dos requisitos e deveres mencionados acima implica na impossibilidade de matricular-se nas disciplinas dos estágios supervisionados integralizados na forma de internato, além da avaliação e eventual aplicação de penalidades pela Comissão de TCC da FACS.

6 REQUISITOS E DEVERES DO ORIENTADOR

6.1. CONSTITUEM-SE REQUISITOS PARA O ORIENTADOR:

6.1.1 Ser professor do quadro de pessoal permanente da UERN, em efetivo exercício de suas funções, estando de preferência envolvido em atividades de

pesquisa no âmbito da UERN.

VI.1.2 Profissionais médicos pertencentes ao quadro de pessoal da FACS/UERN, com titulação mínima de especialista pela ABM ou Residência Médica reconhecida pelo MEC, obtida via sociedade de especialidade vinculada à Associação Médica Brasileira, residência reconhecida pelo MEC, ou curso *lato sensu* reconhecido pela CAPES, também poderão ser orientadores de trabalhos científicos, desde que comprovem sua efetiva participação em atividades de pesquisa. As solicitações neste sentido devem ser encaminhadas à Comissão de Pesquisa da FACS, acompanhadas de *Curriculum Vitae* na base Lattes.

VI.1.3 A comissão de TCC da FACS-UERN reconhece e apreciará a solicitações para co-orientação provenientes da própria UERN e de outras IES, nacionais ou internacionais, viabilizando o estabelecimento de parcerias e otimização da produção científica.

VI.2 CONSTITUEM-SE DEVERES DO ORIENTADOR:

6.2.1 Cada orientador poderá orientar no máximo quatro trabalhos e, a seu critério, recomenda-se que o projeto de pesquisa e os alunos envolvidos se cadastrem em uma das Bases de Pesquisa vinculadas à Pró-reitora de Pesquisa da UERN.

6.2.2 Submeter o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos e, quando for o caso, ao comitê de Ética em Experimentação Animal, observando-se as legislações vigentes.

VI.2.3 Orientar os alunos nas várias etapas do trabalho científico, incluindo a elaboração do anteprojeto, relatórios, material para a apresentação em eventos científicos, bem como na redação final do trabalho, de acordo com as normas estabelecidas pela Comissão do TCC.

VI.2.4 Estar disponível para discussão nas diversas etapas do trabalho com o aluno, considerando as peculiaridades da extensa carga horária do curso de Medicina.

VI.2.5 Estimular aos alunos publicarem trabalhos em eventos científicos relacionados área de atuação dos mesmos.

VI.2.6 Responsabilizar-se pelo andamento dos trabalhos sob sua orientação, devendo informar à Comissão de TCC da FACS, eventuais problemas de desempenho inadequado, falta de compromisso dos alunos, assim como desvios éticos que prejudiquem o perfeito andamento do trabalho.

VI.2.7 Comunicar à Comissão do TCC da FACS, qualquer alteração no plano de trabalho previamente elaborado, inclusive na situação em que houver desligamento do processo de orientação (Apêndices.3, 4 e 5).

7 AVALIAÇÃO DOS TCC's

Os trabalhos serão avaliados por banca examinadora constituída por 03 examinadores escolhidos pelo orientador do trabalho, em acordo com a comissão do TCC, cujos nomes devem ser informados a esta comissão, antes da data de apresentação dos trabalhos (em cronograma publicado), através de ofício assinado pelo orientador. Um dos três avaliadores será o próprio orientador do trabalho e a ele compete a presidência da banca.

Os trabalhos devem ser entregues aos membros das bancas 10 (dez) dias antes da data de apresentação que terá duração mínima de 20 (vinte) minutos e máxima de 30 (trinta) minutos. O tempo de arguição será de 20 (vinte) minutos no máximo.

Os critérios e pontuações para julgamento do TCC (trabalho escrito e apresentação oral), assim como as normas a serem seguidas no que se refere ao cálculo da média final, seguem descritos nos apêndices 6, 7 e 8.

8 ETAPAS DA CONSTRUÇÃO DO TCC

8.1. Anteprojeto de Pesquisa

O anteprojeto de pesquisa constitui a primeira etapa formal da elaboração do TCC. O mesmo deve ser elaborado em conformidade com o modelo proposto e entregue na matrícula do componente curricular Elaboração do Trabalho científico - TCC II, no

início do quinto período do curso (Apêndice 1). Neste momento, o aluno deve apresentar anexo ao anteprojeto, uma carta de aceite do orientador (Apêndice 2).

8.2 Projeto de Pesquisa

O projeto de pesquisa constitui a segunda etapa formal da elaboração do TCC. O aluno deverá apresentar o projeto de pesquisa, conforme normatização descrita no item 9, como componente avaliativo obrigatório ao final da disciplina Elaboração do Trabalho Científico – TCC II, no 5º período.

8.3 O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

O TCC consiste na terceira e última etapa formal. Conforme dito anteriormente, o aluno deverá defender o seu TCC ao final do 7º Período, como parte dos elementos avaliativos da disciplina Elaboração do Trabalho Científico – TCC III e que se constitui enquanto pré-requisito para o ingresso no estágio curricular obrigatório na forma de internato. As normas técnicas para a elaboração do TCC seguem descritas no item 10.

9 ELEMENTOS ESTRUTURAIS DO PROJETO DE PESQUISA

9.1 Elementos Pré-textuais

São chamados pré-textuais todos os elementos que contêm informações que ajudam na identificação e na utilização no trabalho. São eles:

• Capa

Elemento obrigatório do projeto de pesquisa e deve apresentar na sua estrutura os seguintes itens: nome da Instituição, nome do Curso, nome do autor, título e subtítulo (se houver), local (cidade) e ano da entrega.

• Folha de Rosto ou contra-capa

Elemento obrigatório do projeto de pesquisa e deve apresentar na sua estrutura os seguintes itens: nome do autor, título, subtítulo (se houver), natureza (tipo de

trabalho – TCC -, objetivos – requisito parcial para conclusão da disciplina de ...-, nome da instituição a que é submetido), nome do orientador, local da instituição onde deve se apresentado, ano de entrega.

- Lista de abreviatura, siglas ou símbolos: Opcionais.

- Sumário

Elemento obrigatório. Este antecede o corpo do trabalho, onde é feita a indicação do conteúdo, permitindo ampliar a visão do leitor e orientando quanto à localização das principais seções e subseções do projeto, os quais devem estar na mesma ordem e grafia que figuram no corpo do trabalho.

Sugere-se padronizar as divisões do sumário através das seguintes seções:

- Primárias (1) – letra maiúscula, em negrito;
- Secundárias (1.1) – letra maiúscula, sem negrito;
- Terciárias (1.1.1) – letra minúscula, em negrito;
- Quaternárias (1.1.1.1) – letra minúscula, sem negrito;

Observação: A palavra SUMÁRIO deve ser centralizada e não recebe número indicativo.

9.2 Elementos Textuais

Parte do trabalho em que é exposto o conteúdo. São os seguintes:

- Introdução (Caracterização do tema e delimitação do problema, Justificativa)

É a parte inicial do texto, onde deve constar a delimitação do assunto tratado e os elementos necessários para situar o tema do trabalho (Caracterização do tema e delimitação do problema e justificativa).

A introdução tem a finalidade de dar ao leitor uma visão clara, lógica, simples e objetiva do tema em estudo, procurando situar o problema a ser examinado em

relação ao desenvolvimento científico. De maneira geral, na introdução, o aluno deverá: Desenvolver o tema; Anunciar a ideia básica; Delimitar o foco da pesquisa; Situar o tema dentro do contexto global da área de trabalho; Descrever as motivações que levaram a escolha do tema; Definir o objeto de análise (O QUE SERÁ ESTUDADO?); Contextualizar o tema e delimitar o problema (O que é o tema/problema de pesquisa?).

Inicia-se o trabalho, contextualizando, de forma sucinta, o tema da pesquisa. **Contextualizar** significa abordar o tema de forma a identificar a situação ou o contexto no qual o problema a seguir será identificado. É uma introdução do leitor ao tema, onde se encontra o problema, de forma permitir-lhe uma visualização situacional do problema. Cabe destacar que, essa contextualização deve ser embasada na literatura já existente sobre o tema. A seguir afunila-se a visão macro do tema, para o problema/indagação a ser pesquisado. Concentre-se somente no seu problema e identifique-o claramente. Delimita-se os aspectos ou elementos do problema você irá tratar. Seja claro e preciso nesta parte. Lembrar que a identificação e delimitação clara do problema é o primeiro passo para aprovação do projeto e êxito na sua execução.

Justificativa (Por que fazer?) É o item do projeto que responde a questão POR QUÊ? Contribui mais diretamente na aceitação da pesquisa pelas pessoas ou entidades que irão financiá-las. Consiste na apresentação, de forma clara, objetiva e rica em detalhes, das razões de ordem teórica ou prática que justificam a realização da pesquisa ou do tema proposto para avaliação inicial.

A justificativa deve indicar: A relevância social do problema a ser investigado; As contribuições que a pesquisa pode trazer no sentido de proporcionar respostas aos problemas propostos ou ampliar formulações teóricas a esse respeito; O estágio de desenvolvimento dos conhecimentos referentes ao tema; A possibilidade de sugerir modificações no âmbito da realidade proposta pelo tema.

A Justificativa é a resposta que o autor do projeto dá à seguinte indagação ao leitor: “em que o estudo é importante para a área na qual está atuando, ou para a área na qual busca formação acadêmica, ou para a sociedade em geral?” Em outras palavras, nessa seção o autor justifica seu estudo, apontando-lhe contribuições de ordem prática ou ao estado da arte na área.

Pergunte a você mesmo: o tema é relevante e, se é, por quê? Quais os pontos positivos que você percebe em seu projeto? Que vantagens e benefícios você pressupõe que sua pesquisa irá proporcionar? A justificativa deverá convencer quem ler o projeto, com a relação à importância e à relevância da pesquisa proposta.

• Objetivos

Deve-se descrever o objetivo concreto da pesquisa que irá desenvolver: o que se vai procurar (Vai buscar o quê?).

Os objetivos referem-se ao conhecimento que será produzido pelo estudo. Suas características são: Contemplar o propósito do estudo; Serem escritos com clareza, sem ambiguidades e no infinitivo; Não deixarem dúvidas do que será estudado.

Toda pesquisa deve ter um objetivo determinado para saber o que se vai procurar e o que se pretende alcançar. O objetivo torna explícito o problema, aumentando os conhecimentos sobre determinado assunto. Os objetivos podem definir a natureza do trabalho, o tipo de problema a ser selecionado e o material a coletar. Se o problema é uma questão a investigar, objetivo é um resultado a alcançar.

A apresentação dos objetivos varia em função da natureza do projeto. Nos objetivos da pesquisa cabe identificar claramente o problema e apresentar sua delimitação. Apresentam-se os objetivos de forma geral e específica.

O OBJETIVO GERAL deve ser formulado de forma ampla, abrangente, dizer respeito diretamente ao problema de pesquisa, ser alcançado ao final da sua investigação e entendido, por exemplo, como contribuição do trabalho, aperfeiçoamento da área estudada. Sendo assim, define o que o pesquisador pretende atingir com sua investigação, fornecendo uma ideia ampla do que será o estudo.

Os OBJETIVOS ESPECÍFICOS devem ser enunciados de forma menos abrangente, referirem-se às questões de investigação e às particularidades do trabalho e, também, alcançados a partir do estudo de seus diferentes aspectos, ao longo do seu desenvolvimento. Devem ser mais detalhados e precisam estar contemplados no objetivo geral.

Para a elaboração dos objetivos gerais costumam-se utilizar os verbos Ex: analisar, estudar, explicar, entender, compreender, descrever, avaliar, conhecer, etc. Enquanto que para os específicos, recomenda-se: caracterizar, distinguir, enumerar, identificar, comparar, relacionar, verificar, levantar, etc.

A partir dos objetivos de pesquisa se definirá o problema e questão central de pesquisa, suas questões de investigação, tipo de pesquisa, a metodologia e os instrumentos a serem utilizados ao longo do estudo investigativo, os dados a serem coletados e muitos outros aspectos.

Observação: Os objetivos devem ser elaborados, SEMPRE, com o verbo no infinitivo.

• Referencial Teórico

Denomina-se referencial teórico a parte do projeto que apresenta os estudos sobre o tema, já realizados por outros autores.

Esta busca é imprescindível considerando que se precisa fundamentar, embasar as argumentações em citações de autores para que elas tenham maior respaldo científico, além de explicitar a linha teórica que orienta o projeto de pesquisa. Dessa forma, o autor do projeto e o leitor tomam conhecimento do que já existe sobre o assunto, ou seja, sobre o estado da arte, contextualização e consistência à investigação. É relevante ler os autores clássicos do campo no qual se insere o problema, e também a bibliografia recente, dos últimos cinco anos, disponível na mídia eletrônica (Bases de Dados) e nas bibliotecas.

Na construção desta etapa, deve-se: Selecionar as obras que, a priori, parecem pertinentes; Ler o sumário ou o resumo dessas obras para abandonar as que não agregarão valor à solução do problema; Ler também a bibliografia, as notas de rodapé e comentários que podem oferecer indicações de outras obras. Igualmente, ler-lhes o índice e abstracts; Ler com profundidade as obras que já sofreram as filtrações anteriores; Fazer as anotações e referenciar usando os dados do autor.

Na construção do referencial teórico, é interessante levantar o que já foi publicado a respeito do que está sendo objeto de sua investigação, apresentando

várias posições teóricas. Na redação, não abuse de transcrição de citações. É importante também, não citar uma fonte de segunda mão, fazendo de conta que leu o original. O Referencial Teórico pode ser desenvolvido e distribuído em tópicos.

• Metodologia (Tipo de Estudo, Local do Estudo, Sujeitos/participantes, Coleta dos Dados, Análise dos Dados, Considerações Éticas...)

Nesse momento, deve-se responder a pergunta: Como fazer? É a fase em que se desenha a pesquisa. Em outras palavras, indica-se que como se pretende executá-la. Isto é, se for uma pesquisa qualitativa, de que maneira pretende coletar e analisar os dados qualitativos (observação, entrevista, etc.). Se for uma pesquisa quantitativa, de que maneira pretende coletar dados (questionário, escalas, Banco de dados). Se for uma pesquisa bibliográfica, de que maneira pretende selecionar os artigos (quais as Bases de Dados), os descritores, os critérios de inclusão e exclusão, etc). Apresenta-se em linhas gerais o método a ser utilizado para execução da pesquisa, etc...

Para melhor caracterizar a metodologia deve-se: Descrever sucintamente o tipo de pesquisa a ser abordada (bibliográfica, documental, de campo, descritiva, experimental, etc.); Definir o local de estudo; a população alvo, tipo e processo de amostragem (critérios de inclusão e exclusão) do estudo; Delimitação e descrição (se necessário) dos instrumentos e fontes escolhidos para a coleta de dados: entrevistas, formulários, questionários, Banco de Dados institucionais, etc.; aspectos éticos da pesquisa em seres humanos e protocolo de ética (Resolução 466/12); Indica-se os procedimentos para coleta de dados, que deverão acompanhar o tipo de pesquisa selecionado, isto é: Pesquisa bibliográfica: indica-se a proposta de seleção da material Pesquisa experimental: indica-se o procedimento de testagem; Pesquisa descritiva: indica-se o procedimento da observação: entrevista, questionário, análise documental, entre outros. Além disso deve-se, também, indicar os procedimentos de análise dos dados e interpretação dos resultados: descreve-se como vão ser analisados os resultados da pesquisa. Na Pesquisa qualitativa, as respostas podem ser interpretadas global ou individualmente; na Pesquisa quantitativa, provavelmente ira utilizar a estatística descritiva (media, mediana, moda, desvio padrão, tendência central, etc), como apresentação em gráficos,

tabelas, quadros.

ATENÇÃO: A elaboração e a definição dos itens que farão parte da metodologia vão depender da natureza e do tipo de pesquisa.

- Orçamento

Nesse item deve-se detalhar os custos financeiros do projeto de pesquisa e a quem cabe a responsabilidade pelos custos. Quanto se vai gastar? Devem ser detalhadas todas as despesas previstas.

- Cronograma

Nesse momento, responde-se a pergunta: Em quanto tempo fazer?

A elaboração do cronograma responde a pergunta QUANDO? A pesquisa deve ser dividida em partes, fazendo-se a previsão do tempo necessário para passar de uma fase para outra. Não se deve esquecer que há determinadas partes que podem ser executadas simultaneamente enquanto outras dependem das fases anteriores.

9.3 Elementos Pós-Textuais

São os elementos que têm relação com o texto, mas que para torná-los menos denso e não prejudicar o seu desenvolvimento, costumam vir apresentados após a parte textual. São eles:

- Referências

As referências deverão ser feitas de acordo com as regras de Vancouver e apresentadas ao final do trabalho. Devem ser digitadas em espaço simples, separadas entre si por um espaço duplo em branco.

- Apêndices (Se for o caso)

- Anexos (Se for o caso)

10 ELEMENTOS PARA O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - ARTIGO

O TCC, na modalidade Artigo Científico, segue a todas as Normas para formatação do Projeto de Pesquisa. São elementos do Artigo:

10.1. Elementos Pré-Textuais: Capa; Folha de Rosto; Folha de Aprovação; Resumo e descritores; Abstract e Key-Words.

- Capa

Elemento obrigatório no artigo, deve apresentar na sua estrutura os seguintes itens:- nome da instituição, nome do Curso título e subtítulo (se houver), em letras maiúsculas;- nome e sobrenome do autor em letras maiúsculas (o orientador e coorientador, se houver, deve ser incluído como autor do artigo, sendo o nome do aluno em primeiro e o do orientador em seguido, identificado sua titulação; cidade/ estado e ano da apresentação do artigo.

- Folha de Rosto

Elemento obrigatório no artigo, deve apresentar na sua estrutura os seguintes itens: nome do aluno em letras maiúsculas; título e subtítulo(se houver), sendo o título em letras maiúsculas e subtítulo em letras minúsculas; natureza (tipo do trabalho : artigo científico apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Medicina; nome do orientador e co-orientador (se houver), com suas devidas qualificações; cidade / estado e ano da apresentação do artigo

- Resumo

É a apresentação concisa dos aspectos relevantes de um texto, devendo ser ressaltados conteúdos da introdução, objetivo, método, os resultados e as conclusões , em uma sequência corrente de frases, em um único parágrafo. O espaçamento é simples e em sua redação, deve-se dar preferência ao uso da terceira pessoa do singular e do verbo na voz ativa. Não deve exceder a 250 palavras. Deve ser acompanhado de descritores, com no mínimo de três e o máximo de seis palavras.

- Abstract

É a versão em inglês do resumo e dos descritores, sem alteração do conteúdo e com a mesma formatação.

10.2. Elementos Textuais: Parte do trabalho em que é exposto o conteúdo. São os seguintes:

- Introdução

A introdução expõe o tema do artigo; apresenta a justificativa, finalidades a relevância do trabalho e os objetivos. Não é aconselhável a inclusão de ilustrações, tabelas e gráficos na introdução. Geralmente finaliza-se a introdução com os objetivos do trabalho.

- Referencial Teórico/Revisão da literatura

É o embasamento teórico do trabalho; é a fundamentação científica do assunto/problema foi abordado.

- Material e Método

Neste item deve-se incluir todas as informações necessárias acerca da área de estudo, população de estudo, período de referência, delineamento da pesquisa, variáveis consideradas, método de coleta de dados, análise de dados, considerações éticas, de modo a permitir que o trabalho possa ser repetido por outros pesquisadores

- Resultados e Discussão

Os resultados devem ser apresentados de forma breve e concisa. É a apresentação dos dados encontrados na metodologia proposta. Podem ser ilustrados com quadros, tabelas, gráficos, entre outros. As discussões tem como objetivo interpretar os resultados e relacioná-los aos conhecimentos já existentes e disponíveis, principalmente aquelas que foram indicadas na introdução e no referencial teórico. As informações dadas anteriormente no texto (na introdução, referencial teórico, materiais e métodos e resultados) podem ser citadas, mas não devem ser repetidas em detalhes na discussão .

- Conclusão

A conclusão deve responder de forma direta ao objetivo do trabalho e também deve ser breve e concisa. Não se deve usar citação e o autor pode expor seu ponto de vista com base nos resultados que avaliou e interpretou. Se sugerir a realização de novos estudos, pede-se para especificar.

- Agradecimentos

É feito apenas a pessoas que contribuíram de forma decisiva para o desenvolvimento da Pesquisa e/ou instituições financiadoras. Deve ser breve.

Observação: O Artigo Científico deverá ter um mínimo de 15 e um máximo de 22 páginas.

10.3. Elementos Pós-textuais

São os elementos que têm relação com o texto, mas que para torná-los menos denso e não prejudicar o seu desenvolvimento, costumam vir apresentados após a parte textual. São eles: Referências; Apêndices (opcional) e Anexos (opcional)

- Referências

É o conjunto de elementos que permite a identificação das publicações utilizadas na construção do artigo. Deve ser organizada de acordo com a Norma de Vancouver que dispõe sobre a elaboração de referências.

11 NORMAS PARA FORMATAÇÃO DOS TRABALHOS ACADÊMICOS DA FACS

O TCC segue a Norma de Vancouver. No entanto, para publicação será exigida aquela recomendada pelo periódico onde o Artigo for aceito (ABNT, APA, etc.).

- Tipo de Papel

Recomenda-se a utilização do papel branco, formato A4 (21 cm x 29,7 cm), digitado em cor preta no anverso (frente) da folha.

- Fonte

Recomenda-se a utilização da fonte Arial ou Times New Roman, tamanho 12, para todo o texto, exceto nas citações com mais de três linhas, notas de rodapé, paginação, legendas das ilustrações e tabelas. Estas devem adotar um tamanho menor e padronizado tais como: tamanho 10 ou 11.

- Margem

As margens devem ser: para o anverso (frente), esquerda e superior de 2,5 cm e direita e inferior de 2,5 cm.

- Espaçamento e Indicativos de Seção

Todo texto deve ser digitado com espaçamento 2,0 (duplo) entre as linhas, excetuando-se as citações de mais de três linhas, notas de rodapé, referências, legendas das ilustrações e das tabelas, natureza (tipo de trabalho, objetivo, nome da instituição a que é submetido e área de concentração), que devem ser digitados em espaço simples.

O indicativo numérico, em algarismo arábico, de uma seção precede seu título, alinhado a esquerda, separado por um espaço de caractere. Para os títulos das seções e subseções que precedem e sucedem o texto, estes devem ser separados por um espaço entre as linhas de 2,0 cm. Títulos que ocupem mais de uma linha devem ser, a partir da segunda linha, alinhados abaixo da primeira letra da primeira palavra do título. Os títulos, sem indicativo numérico – lista de ilustrações, lista de abreviaturas e siglas, sumário, apêndices, anexos – devem ser centralizados.

- Paginação

As folhas ou páginas pré-textuais devem ser contadas, mas não numeradas.

Todas as folhas, a partir da folha de rosto, devem ser contadas sequencialmente, considerando somente o anverso. A numeração deve figurar, a partir da primeira folha da parte textual (introdução), em algarismo arábico, no canto

superior direito da folha, a 2 cm da borda superior, ficando o ultimo algarismo a 2 cm da borda direita da folha.

Havendo apêndice e anexo, com mais de duas folhas ou páginas devem ser numeradas de maneira contínua de forma independente do texto principal.

- Referências

As referências ao final do trabalho devem ser digitadas em espaço simples e separadas entre si por um espaço duplo em branco.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos - Apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e elaboração. Referências – Elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

PORTARIA FACS/UERN, nº 008/2013, de 09 de abril de 2013, “Nomeia Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso”.

SUCAR, J. M.; ARAUJO, M.O.; PEREIRA, I.S.S.D. **Manual de orientação para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).** Natal, 2008. 50p.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ-UFPA. Manual do Trabalho de Conclusão de Curso: medicina. Belém: UFPA, 2007.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE-UERN. Projeto Pedagógico do Curso de Medicina. Mossoró/RN, 2014.

APÊNDICES



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Educação e da Cultura – SEEC
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN
Faculdade de Ciências da Saúde - FACS
Departamento de Ciências Biomédicas - DCB
Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso

APÊNDICE 1
ANTEPROJETO DE PESQUISA

Identificação

Nome do(a) Aluno(a): _____

Nome do(a) Orientador(a): _____

Departamento de Origem: _____

Grupo de Pesquisa: _____

Linha de Pesquisa: _____

Dados do Projeto

Título (provisório): _____

Objetivo(s): _____

Delineamento do estudo (no máximo 150 palavras)

Cronograma de Execução (descrição mensal das atividades):

Acadêmico(a)/Autor(a)
Matrícula

Profº Orientador
Matrícula

Recebido em ____/____/____
Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso

Ass. _____



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Educação e da Cultura – SEEC
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN
Faculdade de Ciências da Saúde - FACS
Departamento de Ciências Biomédicas - DCB
Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso

APÊNDICE 2

CARTA DE ACEITE

Ao Coordenador da Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso

Prof (a) _____

CARTA DE ACEITE

Conforme preconiza o Projeto Pedagógico do Curso de Medicina DCB/FACS/UERN e demais normas estipuladas pela Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso no âmbito deste departamento acadêmico, eu, Prof(a) _____ declaro, para os devidos fins, que aceito ser orientador do(a) acadêmico(a)

_____ a fim de que seja realizado o projeto de pesquisa e, posteriormente, o Trabalho de Conclusão de Curso.

Cordialmente,

Profº Orientador
Matrícula

Recebido em ____/____/____
Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso

Ass. _____



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Educação e da Cultura – SEEC
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN
Faculdade de Ciências da Saúde - FACS
Departamento de Ciências Biomédicas - DCB
Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso

APÊNDICE 3 TERMO DE DESLIGAMENTO

Ao Coordenador da Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso
Prof (a) _____

TERMO DE DESLIGAMENTO

Conforme preconiza o Projeto Pedagógico do Curso de Medicina DCB/FACS/UERN e demais normas estipuladas pela Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso no âmbito deste departamento acadêmico, eu, Prof(a) _____
declaro, para os devidos fins, que estou me desligando da função de orientador do(a) acadêmico(a) _____

_____. Os motivos
são: _____

_____. Destarte, disponibilizo-me para maiores esclarecimentos para que os devidos encaminhamentos sejam tomados.

Cordialmente,

Profº Orientador
Matrícula

Recebido em ____/____/____
Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso
Ass. _____



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Educação e da Cultura – SEEC
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN
Faculdade de Ciências da Saúde - FACS
Departamento de Ciências Biomédicas - DCB
Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso

APÊNDICE 4

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE ORIENTAÇÃO

Data	Hora	Orientação/Encaminhamentos	Assinatura do Orientador	Assinatura do(a) Orientando(a)

Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Educação e da Cultura – SEEC
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN
Faculdade de Ciências da Saúde - FACS
Departamento de Ciências Biomédicas - DCB
Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso

APÊNDICE 5 RELATÓRIO PARCIAL

Identificação

Nome do(a) Aluno(a): _____
Nome do(a) Orientador(a): _____
Departamento de Origem: _____
Grupo de Pesquisa: _____
Linha de Pesquisa: _____

Dados do Projeto

Título
(provisório): _____

Etapas propostas para o semestre

Etapas Realizadas (no máximo 200 palavras)

[illegible]

Observações (mudanças de objetivo, metodologia etc).

Acadêmico(a)/Autor(a)
Matrícula

Profº Orientador
Matrícula

Recebido em ____/____/____
Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso

Ass. _____



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
 Secretaria de Estado da Educação e da Cultura – SEEC
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN
Faculdade de Ciências da Saúde - FACS
Departamento de Ciências Biomédicas - DCB
Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso

APÊNDICE 6
FICHA DE AVALIAÇÃO DE TCC – TRABALHO APRESENTADO ORALMENTE
 Semestre _____

IDENTIFICAÇÃO

Nome:	Data:
Título:	

AVALIAÇÃO:

1. Aspectos a serem considerados na apresentação	Notas			
1.1 Normas técnicas	Or.	1	2	Média
a) Uso adequado dos slides (imagens, animação, coloração) (0,5)				
b) Atendimento às exigências do tempo estabelecido (0,5)				
1.2 Exposição oral				
c) Coerência entre apresentação oral e trabalho escrito (3,0)				
d) Domínio de conteúdo (3,0)				
e) Oratória adequada (1,0)				
f) Postura acadêmica (1,0)				
g) Segurança em responder questionamentos da banca (1,0)				
MÉDIA FINAL				

--

Orientador		1º Membro	2º Membro
	DATA	COORDENAÇÃO DA COMISSÃO	CHEFIA DEPARTAMENTAL



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Educação e da Cultura – SEEC
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN
Faculdade de Ciências da Saúde - FACS
Departamento de Ciências Biomédicas - DCB
Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso

APÊNDICE 7
FICHA DE AVALIAÇÃO DE TCC – TRABALHO ESCRITO
Semestre _____

IDENTIFICAÇÃO

Nome:	Data:
Título:	

AVALIAÇÃO

1. Aspectos a serem considerados no texto:	Notas			
	Or.	1	2	Média
1.1 Normas técnicas: (3,0 pontos)				
a) Uso adequado do referencial bibliográfico (1,0)				
b) Atendimento às exigências das normas técnicas (0,5)				
c) Contribuição do tema para as ciências da saúde e para a resolução de problemas locais/regionais (1,0)				
d) Originalidade (0,5)				
1.2 Conteúdo: (7,0 pontos)				
e) Clareza/Coerência do objeto de estudo, da problemática, da justificativa/relevância e dos objetivos (2,0)				
f) Adequação da metodologia e sua relação com o objeto e os objetivos (2,0)				
g) Apresentação dos Resultados e da Discussão a partir do referencial bibliográfico adotado (1,0)				
h) Satisfação das Conclusões frente à análise coerente dos				

resultados encontrados (1,0)				
i) Encadeamento lógico textual relativo aos aspectos formais de redação e gramática (1,0)				
MÉDIA FINAL				

OBSERVAÇÕES DA BANCA EXAMINADORA

--

ASSINATURAS

Orientador	1º Membro	2º Membro	
	DATA	COORDENAÇÃO DA COMISSÃO	CHEFIA DEPARTAMENTAL

Mossoró/RN, _____ de _____ de _____

ATENÇÃO:

A nota final do TCC deverá ser obtida mediante a média ponderada entre as notas do trabalho escrito e da apresentação oral, obedecendo-se a fórmula abaixo:

$$(Nota do trabalho escrito \times 7) + (Nota da apresentação oral \times 3)$$



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Educação e da Cultura – SEEC
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN
Faculdade de Ciências da Saúde - FACS
Departamento de Ciências Biomédicas - DCB
Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso

APÊNDICE 8 DECLARAÇÃO

Declaramos que Prof^a Esp. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (UERN) (Orientador), Prof. Esp. YYYYYYYYYYYYYYYYYYYYYYYY (UERN), Prof. Dr. ZZZZZZZZZZZZZZZZZZZZZZZZZZZZZZZ (UFRN) participaram enquanto membros da banca examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado

_____ apresentada no dia XX de YYYY de 20XX pelo(a) aluno(a) WWWWWWWWWWWWWWWWWWW, matriculado(a) no Curso de Graduação em Medicina da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Ao final da análise do trabalho escrito e da apresentação pública, a banca concluiu por considerar o aluno **Aprovado, com nota final ?????**.

Mossoró/RN, XX de YYYYYYY de ZZZZ

Prof. José Hélio Cabral Freire
Diretor da FACS/UERN

Prof^a. Dr^a. Elizabeth López Carrillo
Chefe do DCB/FACS/UERN

Prof^a. Dr^a. Izete Soares
Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Educação e da Cultura – SEEC
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN
Faculdade de Ciências da Saúde - FACS
Departamento de Ciências Biomédicas - DCB
Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso

APÊNDICE 9

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

As _____ horas do dia _____ do mês de _____ do ano de _____, na sala _____, compareceram para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Medicina o(a) aluno(a): _____

_____ tendo como
Título do TCC: _____
Constituíram a Banca Examinadora os professores: Professor(a) _____ (orientador(a)),
Professor (a) _____ (examinador(a)), e professor
(a) _____ (examinador(a)). Após a apresentação e as observações dos membros da banca
avaliadora, ficou definido que o trabalho foi considerado _____ com conceito _____.
Eu, _____ (Coordenador(a) da Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso), lavrei a
presente ata que segue assinada por mim e pelos demais membros da Banca Examinadora.

Observações: _____

Assinaturas:

Prof. José Hélio Cabral Freire
Diretor da FACS/UERN

Prof^a. Dr^a. Elizabeth López Carrillo Prof^a. Dr^a. Izete Soares
Chefe do DCB/FACS/UERN Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso

Membros da Banca Examinadora:

Nome Completo
Titulação – Orientador(a)

Nome Completo
Titulação – Examinador(a)

Nome Completo
Titulação – Examinador(a)

ANEXO 16 - FORMULÁRIOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO TCC



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN
Faculdade de Ciências da Saúde - FACS
Departamento de Ciências Biomédicas - DCB
Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso

ANTEPROJETO DE PESQUISA

Identificação

Nome do(a) Aluno(a): _____

Nome do(a) Orientador(a): _____

Departamento de Origem: _____

Grupo de Pesquisa: _____

Linha de Pesquisa: _____

Dados do Projeto

Título

(provisório): _____

Objetivo(s): _____

Delineamento do estudo (no máximo 150 palavras)

Cronograma de Execução (descrição mensal das atividades):

Acadêmico(a)/Autor(a)
Matrícula

Prof. Orientador
Matrícula

Recebido em ____/____/____
Comissão Departamental de Pesquisa

Ass. _____



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN
Faculdade de Ciências da Saúde - FACS
Departamento de Ciências Biomédicas - DCB
Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

As _____ horas do dia _____ do mês de _____ do ano de _____, na sala _____, compareceram para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Medicina o(a) aluno(a): _____

_____ tendo como Título do TCC: _____

. Constituíram a Banca Examinadora os professores: Professor(a) _____ (orientador(a)), Professor (a) _____ (examinador(a)), e professor (a) _____ (examinador(a)). Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, ficou definido que o trabalho foi considerado _____ com conceito _____. Eu, _____ (Coordenador(a) da Comissão Departamental de Pesquisa), lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pelos demais membros da Banca Examinadora.

Observações: _____

Assinaturas:

Diretor da FACS/UERN

Chefe do DCB/FACS/UERN
Conclusão de Curso

Comissão de Trabalho de

Membros da Banca Examinadora:

Nome Completo
Titulação – Orientador(a)

Nome Completo
Titulação – Examinador(a)

Nome Completo
Titulação – Examinador(a)



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN
Faculdade de Ciências da Saúde - FACS
Departamento de Ciências Biomédicas - DCB
Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso

Ao Coordenador da Comissão Departamental de Pesquisa
Prof (a) _____

CARTA DE ACEITE

Conforme preconiza o Projeto Pedagógico do Curso de Medicina DCB/FACS/UERN e demais normas estipuladas pela Comissão Departamental de Pesquisa no âmbito deste departamento acadêmico, eu, Prof(a)_____ declaro, para os devidos fins, que aceito ser orientador do(a) acadêmico(a)

_____a fim de que seja realizado o projeto de pesquisa e, posteriormente, o Trabalho de Conclusão de Curso.

Cordialmente,

Profº Orientador
Matrícula

Recebido em ____/____/____
Comissão Departamental de Pesquisa

Ass. _____



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN
Faculdade de Ciências da Saúde - FACS
Departamento de Ciências Biomédicas - DCB
Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso

Ao Coordenador da Comissão Departamental de Pesquisa
Prof (a) _____

TERMO DE DESLIGAMENTO

Conforme preconiza o Projeto Pedagógico do Curso de Medicina DCB/FACS/UERN e demais normas estipuladas pela Comissão Departamental de Pesquisa no âmbito deste departamento acadêmico, eu, Prof(a)_____ declaro, para os devidos fins, que estou me desligando da função de orientador do(a) acadêmico(a)

_____.

Os motivos do desligamento:

_____.

Destarte, disponibilizo-me para maiores esclarecimentos para que os devidos encaminhamentos sejam tomados.

Cordialmente,

Profº Orientador
Matrícula

Recebido em ____/____/____
Comissão Departamental de Pesquisa
Ass. _____

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN
Faculdade de Ciências da Saúde – FACS
Departamento de Ciências Biomédicas – DCB
Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso

DECLARAÇÃO

Declaramos que _____;

_____, sendo o último o Orientador,
participaram como membros da Banca Examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso de
Medicina da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
intitulado _____
_____, apresentado no dia _____
de _____ de _____ pelo _____ aluno
_____ regularmente matriculado
no Curso de Graduação em Medicina. Ao final da análise do trabalho escrito e da
apresentação pública, a Banca concluiu por considerar o aluno foi _____
(aprovado/reprovado), com nota final _____ (_____).

Mossoró/RN, ____ de ____ de _____

Diretor da FACS/UERN

Chefe do DCB/FACS/UERN

Representante da Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN
Faculdade de Ciências da Saúde - FACS
Departamento de Ciências Biomédicas - DCB
Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DAS ORIENTAÇÕES DO TCC

Data	Hora	Orientação/Encaminhamentos	Assinatura do Orientador	Assinatura do(a) Orientando(a)

Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
 Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN
 Faculdade de Ciências da Saúde - FACS
 Departamento de Ciências Biomédicas - DCB
 Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso

FICHA DE AVALIAÇÃO DE TCC – TRABALHO ESCRITO

Semestre _____

IDENTIFICAÇÃO

Nome:	Data:
Título:	

AVALIAÇÃO

1. Aspectos a serem considerados no texto:	Notas			
	Or.	1	2	Média
1.1 Normas técnicas: (3,0 pontos)				
a) Uso adequado do referencial bibliográfico (1,0)				
b) Atendimento às exigências das normas técnicas (0,5)				
c) Contribuição do tema para as ciências da saúde e para a resolução de problemas locais (1,0)				
d) Originalidade (0,5)				
1.2 Conteúdo: (7,0 pontos)				
e) Clareza/Coerência do objeto de estudo, da problemática, da justificativa/relevância e dos objetivos (2,0)				
f) Adequação da metodologia e sua relação com o objeto e os objetivos (2,0)				
g) Apresentação dos Resultados e da Discussão a partir do referencial bibliográfico adotado (1,0)				
h) Satisfação das Conclusões frente à análise coerente dos resultados encontrados (1,0)				
i) Encadeamento lógico textual relativo aos aspectos formais de redação e gramática (1,0)				
MÉDIA FINAL				

[illegible]

Orientador	1º Membro	2º Membro
DATA	COORDENAÇÃO DA COMISSÃO	CHEFIA DEPARTAMENTAL

ATENÇÃO:

(Nota do trabalho escrito x 7) + (Nota da apresentação oral x 3)



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN
Faculdade de Ciências da Saúde - FACS
Departamento de Ciências Biomédicas - DCB
Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso

RELATÓRIO PARCIAL

Identificação

Nome do(a) Aluno(a): _____

Nome do(a) Orientador(a): _____

Departamento de Origem: _____

Grupo de Pesquisa: _____

Linha de Pesquisa: _____

Dados do Projeto

Título

(provisório): _____

Etapas **propostas** **para** **o** **semestre**
: _____

Etapas Realizadas (no máximo 200 palavras)

Observações (mudanças de objetivo, metodologia etc).

Acadêmico(a)/Autor(a)
Matrícula

Profº Orientador
Matrícula

Recebido em ____/____/____
Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso

Ass. _____

ANEXO 17 - QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS PROJETOS DE EXTENSÃO DO CURSO DE MEDICINA FACS/UERN

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS
CURSO DE MEDICINA
PROJETO DE EXTENSÃO EM EXECUÇÃO
NOME DO PROJETO:
A Dor Como 5º Sinal Vital: Uma Abordagem Multidisciplinar
COORDENADOR:
Lenilson Marinho de Souza Filho
INSTITUIÇÃO PROPONENTE:
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
DIRIGENTE:
Pedro Fernandes Ribeiro Neto
DIMENSÃO DO PROJETO:
“A DOR COMO 5º SINAL VITAL: UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR” é uma ação pedagógica, de caráter teórico, presencial, planejado e organizado de modo sistemático, com carga horária de 40 horas e prestação de serviços realizada como curso, a ser realizada no auditório da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.
Objetivo:
DOCENTES:
01
DISCENTES:
20
TÉCNICO ADMINISTRATIVO:
Não existem Técnicos na sua atividade
COLABORADORES EXTERNOS:
Não existem Membros externos na sua atividade

<p style="text-align: center;">UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN</p> <p style="text-align: center;">FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS</p> <p style="text-align: center;">CURSO DE MEDICINA</p>
PROJETO DE EXTENSÃO EM EXECUÇÃO
NOME DO PROJETO: Ambulatório de Doença de Chagas
COORDENADOR: Cléber de Mesquita Andrade
INSTITUIÇÃO PROPONENTE: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
DIRIGENTE: Pedro Fernandes Ribeiro Neto
DIMENSÃO DO PROJETO: O Ambulatório de Doença de Chagas da UERN é um programa de caráter teórico e prático, planejado e organizado de modo sistemático, com carga horária de 12 horas semanais. A prestação de serviços será realizada por meio do atendimento ambulatorial aos pacientes sororreativos para o T.cruzi e irá contribuir para a geração de práticas acadêmicas, como manejo clínico do paciente chagásico e estímulo à produção científica.
Objetivo: Prestar atendimento e acompanhamento clínico de pacientes sororreativos para T. cruzi.
DOCENTES: 02
DISCENTES: 12
TÉCNICO ADMINISTRATIVO: 01
COLABORADORES EXTERNOS: Não existem Membros externos na sua atividade

<p style="text-align: center;">UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN</p> <p style="text-align: center;">FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS</p> <p style="text-align: center;">CURSO DE MEDICINA</p>
PROJETO DE EXTENSÃO EM EXECUÇÃO
NOME DO PROJETO: Programa de Promoção, Assistência e Educação em Saúde do Semi-árido Potiguar
COORDENADOR: Patricia Estela Giovannini
INSTITUIÇÃO PROPONENTE: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
DIRIGENTE: Pedro Fernandes Ribeiro Neto
DIMENSÃO DO PROJETO: Trata-se de uma proposta multidisciplinar, mediada por atividades educativas e assistenciais, nas áreas de Ginecologia e Obstetrícia, Pediatria, Enfermagem e Saúde Coletiva. As atividades do PAESSP foram iniciadas em 2013 e para 2014 nossa meta é proporcionar atendimento a 900 pessoas, na cidade de Mossoró. Nosso público é oriundo de camadas socioeconomicamente menos favorecidas, nas quais prevalecem diversos fatores de vulnerabilidade, entre eles uma maior dificuldade de acesso aos serviços de saúde. Espera-se contribuir para a elevação dos determinantes sociais de saúde e a fixação de profissionais, na região, bem como para o desenvolvimento regional e o fortalecimento de políticas públicas cruciais, como o SUS.
Objetivo: Os objetivos do Programa de Promoção, Assistência e Educação em Saúde do Semiárido Potiguar/PAESSP são contribuir para a Promoção da Saúde e potencializar o processo formativo de futuros profissionais médicos e de enfermagem, no sentido de uma formação humanista, generalista, reflexiva, crítica e comprometida com a melhoria das condições de saúde da população.
DOCENTES: 10
DISCENTES: 12
TÉCNICO ADMINISTRATIVO:
Não existem Técnicos na sua atividade
COLABORADORES EXTERNOS:
Não existem membros externos na sua atividade

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS
CURSO DE MEDICINA
PROJETO DE EXTENSÃO EM EXECUÇÃO
NOME DO PROJETO:
Doe Vida
COORDENADOR:
Sonia Elizabeth Lopez Carrillo
INSTITUIÇÃO PROPONENTE:
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
DIRIGENTE:
Pedro Fernandes Ribeiro Neto
DIMENSÃO DO PROJETO:
<p>O transplante de órgãos pode ser considerado como o evento mais revolucionário do século XX por seus méritos terapêuticos e pelo seu significado sobre nossos conhecimentos do universo biológico, sendo, atualmente, resposta concreta aos milhares de pacientes com insuficiência terminal de órgãos. Entretanto, algumas pessoas não têm essa visão. Através de estratégia comunicacional visando consolidação e fortalecimento de distintos representantes sociais multiplicadores da mensagem da doação de órgãos</p>
Objetivo:
<p>No presente projeto, propõe-se, portanto, estabelecer maior vínculo com a comunidade, garantindo transmissão de informação e desmistificação acerca do assunto. Para tanto, pretende-se informar, conscientizar e sensibilizar os trabalhadores da saúde, pacientes, alunos do ensino fundamental ao superior e comunidade</p>
DOCENTES: 05
DISCENTES:10
TÉCNICO ADMINISTRATIVO:
06
COLABORADORES EXTERNOS:
Hospital Regional Tarcísio Maia

<p style="text-align: center;">UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN</p> <p style="text-align: center;">FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS</p> <p style="text-align: center;">CURSO DE MEDICINA</p>
PROJETO DE EXTENSÃO EM EXECUÇÃO
<p>NOME DO PROJETO:</p> <p>Projeto de Extensão em Ginecologia DST/AIDS (Obs: Incorporado ao Programa PAESPP)</p>
<p>COORDENADOR:</p> <p>Prof.^a Isabelle Cantídio F. Diógenes</p>
<p>INSTITUIÇÃO PROPONENTE:</p> <p>Universidade do Estado do Rio Grande do Norte</p>
<p>DIRIGENTE:</p> <p>Pedro Fernandes Ribeiro Neto</p>
<p>DIMENSÃO DO PROJETO:</p> <p>Desenvolver um projeto de extensão na área de ginecologia, criou-se uma atividade que engloba a realização de atendimento ambulatorial de pessoas sexualmente ativas nas dependências da Faculdade de Ciências da Saúde – UERN. Os pacientes serão oriundos de unidades básicas de saúde e redes de pronto atendimento vinculadas ao município de Mossoró e será feita a triagem dos casos suspeitos de DSTs/AIDS. Nas situações onde o diagnóstico for confirmado, será realizada uma abordagem sindrômica, assim como o esclarecimento destas pacientes. As ações serão realizadas em escolas da cidade. As consultas deverão ser agendadas no ambulatório da FACS.</p>
<p>Objetivo:</p> <p>O projeto como um todo objetiva capacitar os profissionais de saúde no quesito DSTs-AIDS, assim como promover um maior conhecimento da população sobre a importância do diagnóstico, tratamento e sobretudo da prevenção do tema em questão, permitindo assim uma maior proximidade com a comunidade médica e melhoria da saúde na cidade de Mossoró.</p>
DOCENTES: 03
DISCENTES: 07
TÉCNICO ADMINISTRATIVO: 01
<p>COLABORADORES EXTERNOS:</p> <p>Prefeitura Municipal de Mossoró</p>

<p style="text-align: center;">UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN</p> <p style="text-align: center;">FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS</p> <p style="text-align: center;">CURSO DE MEDICINA</p>
PROJETO DE EXTENSÃO EM EXECUÇÃO
<p>NOME DO PROJETO:</p> <p>Estágio Voluntário Supervisionado em Ginecologia/Obstetrícia no Hospital da Mulher Parteira Maria Correia</p>
<p>COORDENADOR:</p> <p>Cristianny Cardoso de Souza</p>
<p>INSTITUIÇÃO PROPONENTE:</p> <p>Universidade do Estado do Rio Grande do Norte</p>
<p>DIRIGENTE:</p> <p>Pedro Fernandes Ribeiro Neto</p>
<p>DIMENSÃO DO PROJETO:</p> <p>A universidade carece de atividades extra-curriculares que complementem a formação de um médico generalista, contemplado pelo Projeto Político do Curso de Medicina da UERN. Assim, que seja praticado desde o início das atividades no novo hospital, em sintonia com a Universidade.</p>
<p>Objetivo:</p> <p>Criar um estágio extra-curricular no Hospital da Mulher Parteira Maria Correia, para acadêmicos de Medicina da UERN.</p>
<p>DOCENTES:</p> <p>02</p>
<p>DISCENTES:</p> <p>03</p>
<p>TÉCNICO ADMINISTRATIVO:</p> <p>Não existem Técnicos na sua atividade</p>
<p>COLABORADORES EXTERNOS:</p> <p>Hospital da Mulher Parteira Maria Correia</p>

<p style="text-align: center;">UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN</p> <p style="text-align: center;">FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS</p> <p style="text-align: center;">CURSO DE MEDICINA</p>
PROJETO DE EXTENSÃO EM EXECUÇÃO
<p>NOME DO PROJETO:</p> <p>Grupo de Informação, Educação em Saúde e Cidadania - GIESC</p>
<p>COORDENADOR:</p> <p>Patricia Estela Giovannini</p>
<p>INSTITUIÇÃO PROPONENTE:</p> <p>Universidade do Estado do Rio Grande do Norte</p>
<p>DIRIGENTE:</p> <p>Pedro Fernandes Ribeiro Neto</p>
<p>DIMENSÃO DO PROJETO:</p> <p>No cenário epidemiológico mundial, as doenças transmissíveis ocupam um espaço relevante. Entre estas, doenças negligenciadas, como a tuberculose, persistem nas áreas de pobreza, configurando uma inaceitável realidade. Esse quadro tornou-se mais complexo nas décadas recentes, com o aumento da prevalência de doenças crônicas, como o câncer e de problemas de saúde que, a exemplo daqueles decorrentes da violência e do uso de drogas são problemas multidimensionais que, na dimensão da saúde, se traduzem em grandes desafios a ser enfrentados pelos profissionais da área.</p>
<p>Objetivo:</p> <p>As ações integram a tríade Ensino-Pesquisa-Extensão e são realizadas em articulação com o Grupo de Estudos em Saúde Coletiva – GESC - UERN.</p>
DOCENTES:03
DISCENTES:02
TÉCNICO ADMINISTRATIVO:
Não existem Técnicos na sua atividade
COLABORADORES EXTERNOS:
Não existem Membros externos na sua atividade

<p style="text-align: center;">UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN</p> <p style="text-align: center;">FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS</p> <p style="text-align: center;">CURSO DE MEDICINA</p>
PROJETO DE EXTENSÃO EM EXECUÇÃO
NOME DO PROJETO: III Simpósio Mossoroense de Saúde Coletiva
COORDENADOR: Patricia Estela Giovannini
INSTITUIÇÃO PROPONENTE: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
DIRIGENTE: Pedro Fernandes Ribeiro Neto
DIMENSÃO DO PROJETO: O simpósio será dirigido a estudantes da área biomédica, profissionais da saúde e gestores públicos, com o propósito de refletir e discutir questões relacionadas à temática central, na perspectiva da saúde coletiva, bem como realizar a análise situacional em sua abrangência nacional e locorregional. Durante as 15 horas de duração acontecerão quatro mesas redondas, uma conferência e uma oficina, as quais serão desenvolvidas por profissionais qualificados: docentes da UERN e de IES externas, profissionais dos serviços e gestores públicos; além do I Fórum Mossoró Cidade Saudável; apresentação de trabalhos científicos e atividades culturais
Objetivo: Discutir e analisar a temática Saúde, Esporte e Sociedade, sob a visão da saúde coletiva nas esferas nacional, estadual e municipal.
DOCENTES: 04
DISCENTES: 10
TÉCNICO ADMINISTRATIVO: Não existem Técnicos na sua atividade
COLABORADORES EXTERNOS: Não existem Membros externos na sua atividade

<p style="text-align: center;">UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN</p> <p style="text-align: center;">FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS</p> <p style="text-align: center;">CURSO DE MEDICINA</p>
PROJETO DE EXTENSÃO EM EXECUÇÃO
NOME DO PROJETO: Nucléolo de Estudo do Fígado
COORDENADOR: Francisco Xavier Dantas Lins
INSTITUIÇÃO PROPONENTE: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
DIRIGENTE: Pedro Fernandes Ribeiro Neto
DIMENSÃO DO PROJETO: <p>A necessidade da existência de um grupo de alunos e professor médico intitulado Nucléolo do Fígado baseia-se na falta de um serviço especializado nesta área em nossa cidade e a grande demanda de pacientes do sistema SUS com patologias do fígado. Por diversos fatores, como a hepatite ‘C’ crônica e o alcoolismo, é grande o número de pessoas com doenças do fígado em nossa região, muitas vezes com dificuldade no acompanhamento de suas enfermidades, não sendo raro os casos que estão em fila de transplante hepático em centros de referência, continuando morando em Mossoró e por isso precisando de um acompanhamento melhor para seguimento de tratamento. Esses pacientes procuram serviços isolados o que dificulta em muito a agilização de suas consultas e exames.</p>
Objetivo: Prestar serviço especializado a pacientes portadores de doenças hepáticas
DOCENTES: 01
DISCENTES: 12
TÉCNICO ADMINISTRATIVO:
00
COLABORADORES EXTERNOS: Hospital Regional Tarcísio Maia

<p style="text-align: center;">UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN</p> <p style="text-align: center;">FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS</p> <p style="text-align: center;">CURSO DE MEDICINA</p>
PROJETO DE EXTENSÃO EM EXECUÇÃO
<p>NOME DO PROJETO:</p> <p>Avaliação do conhecimento dos professores das escolas públicas de Mossoró sobre as principais parasitoses</p>
<p>COORDENADOR:</p> <p>Andrea Taborda Ribas da Cunha</p>
<p>INSTITUIÇÃO PROPONENTE:</p> <p>Universidade do Estado do Rio Grande do Norte</p>
<p>DIRIGENTE:</p> <p>Pedro Fernandes Ribeiro Neto</p>
<p>DOCENTES:</p> <p>02</p>
<p>DISCENTES:</p> <p>06</p>
<p>TÉCNICO ADMINISTRATIVO:</p> <p>00</p>
<p>COLABORADORES EXTERNOS:</p> <p>Prefeitura Municipal de Mossoró-RN</p>

<p style="text-align: center;">UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN</p> <p style="text-align: center;">FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS</p> <p style="text-align: center;">CURSO DE MEDICINA</p>
PROJETO DE EXTENSÃO EM EXECUÇÃO
NOME DO PROJETO: Projeto de Educação em Saúde para Pacientes com Doenças Reumatológicas
COORDENADOR: Ana Paula Ferreira Luz
INSTITUIÇÃO PROPONENTE: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
DIRIGENTE: Pedro Fernandes Ribeiro Neto
DIMENSÃO DO PROJETO: O Projeto de Educação em Saúde para Pacientes com Doenças Reumatológicas é um projeto voltado para apresentação de educação em saúde para pacientes da reumatologia, abordando patologias como osteoartrite, fibromialgia, colagenoses e doenças pediátricas com enfoque nas áreas de nutrição, atividade física, saúde mental e orientação aos familiares.
Objetivo: Com essas ações, esperamos aproximar pacientes e comunidade médica, bem como esclarecer dúvidas e, assim, consolidar o papel social da universidade.
DOCENTES: 01
DISCENTES: 06
TÉCNICO ADMINISTRATIVO: Não existem Técnicos na sua atividade
COLABORADORES EXTERNOS: Não existem Membros externos na sua atividade

<p style="text-align: center;">UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN</p> <p style="text-align: center;">FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS</p> <p style="text-align: center;">CURSO DE MEDICINA</p>
PROJETO DE EXTENSÃO EM EXECUÇÃO
NOME DO PROJETO: Protocolo de atendimento a mulheres e adolescentes Vítimas de Violência Sexual
COORDENADOR: Isabelle Cantídio Fernandes Diógenes
INSTITUIÇÃO PROPONENTE: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
DIRIGENTE: Pedro Fernandes Ribeiro Neto
DIMENSÃO DO PROJETO: O Protocolo de Atendimento a Mulheres e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual produzido por discentes e docentes participantes do projeto de extensão DST/AIDS do curso de Medicina da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Foram convidados estudantes e docentes de cursos universitários da área da saúde e da área jurídica, bem como autoridades que contribuirão com palestras para o nosso evento.
Objetivo: Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Sexual, que surge como produto deste projeto em função de sua importância médica, legal, social, e religiosa, pois enquanto escrevo estas resumidas linhas 03 mulheres são violentadas no mundo.
DOCENTES: 03
DISCENTES: 08
TÉCNICO ADMINISTRATIVO:
Não existem Técnicos na sua atividade
COLABORADORES EXTERNOS: DEAM - Delegacia da Mulher IML – Instituto Médico Legal OAB- comissões dos Direitos da Mulher e Direitos Humanos CREAS e CRASS; Igreja

<p style="text-align: center;">UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN</p> <p style="text-align: center;">FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS</p> <p style="text-align: center;">CURSO DE MEDICINA</p>
PROJETO DE EXTENSÃO EM EXECUÇÃO
NOME DO PROJETO: Técnicas anatômicas e necropsia
COORDENADOR: Fausto Pierdoná Guzen
INSTITUIÇÃO PROPONENTE: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
DIRIGENTE: Pedro Fernandes Ribeiro Neto
DIMENSÃO DO PROJETO: A Anatomia como componente das ciências morfológicas estuda de forma sistemática e didática a constituição e a organização dos sistemas orgânicos do corpo humano. Possibilita ao aluno o conhecimento anatômico necessário para a compreensão das demais disciplinas que envolvem a formação do profissional e para o exercício de suas diversas áreas de atuação.
Objetivo: Os objetivos do Programa de Promoção, Assistência e Educação em Saúde do Semiárido Potiguar/PAESSP são contribuir para a Promoção da Saúde e potencializar o processo formativo de futuros profissionais médicos e de enfermagem, no sentido de uma formação humanista, generalista, reflexiva, crítica e comprometida com a melhoria das condições de saúde da população.
DOCENTES: 01
DISCENTES: Não existem discentes nessa atividade
TÉCNICO ADMINISTRATIVO: 01
COLABORADORES EXTERNOS: ITEP

<p style="text-align: center;">UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN</p> <p style="text-align: center;">FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS</p> <p style="text-align: center;">CURSO DE MEDICINA</p>
PROJETO DE EXTENSÃO EM EXECUÇÃO
NOME DO PROJETO: Teste do Reflexo Vermelho, mais conhecido como “ Teste do Olhinho ”
COORDENADOR: Jerônimo Dix-Sept Rosado Maia Sobrinho e Kelli Regina
INSTITUIÇÃO PROPONENTE: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
DIRIGENTE: Pedro Fernandes Ribeiro Neto
DIMENSÃO DO PROJETO: O projeto visa atendimento ambulatorial para a população infantil de Mossoró e região, tendo como enfoque principal a realização do teste do olhinho nas crianças de até 01 ano.
Objetivo: Realizar atendimento ambulatorial em crianças de até 01 ano de idade com ênfase na realização do teste do reflexo vermelho.
DOCENTES: 03
DISCENTES: 08
TÉCNICO ADMINISTRATIVO: 00
COLABORADORES EXTERNOS: Prefeitura Municipal de Mossoró-RN

ANEXO 18 - QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS PROJETOS DE PESQUISA DO CURSO DE MEDICINA FACS/UERN

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS
CURSO DE MEDICINA
PROJETO DE PESQUISA EM EXECUÇÃO
NOME DO PROJETO: Biologia e Epidemiologia de Doenças Infecciosas e Genéticas
COORDENADOR: Wogelsanger Oliveira Pereira e Caroline Addison Carvalho Xavier de Medeiros
INSTITUIÇÃO PROPONENTE: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
DIRIGENTE: Pedro Fernandes Ribeiro Neto
DIMENSÃO DO PROJETO: O grupo de pesquisa Biologia e Epidemiologia das Doenças Infecciosas e Genéticas se enquadra como um grupo pioneiro na organização das atividades de pesquisa aplicado a área da saúde na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Formado por docentes - pesquisadores do curso de Medicina, as ações do grupo convergem para a investigação das principais doenças emergentes da região e seus determinantes. Em relação às proposições do grupo, alguns trabalhos apontam para a análise dos fatores envolvidos nas doenças genéticas, infecciosas e parasitárias.
Objetivo: O processo de formação de alunos e a capacitação dos nossos pesquisadores em nível de doutorado são pontos prioritários na busca da consolidação do grupo de pesquisa supracitado. Sendo assim, entendemos que o desenvolvimento dos nossos trabalhos tem contribuindo de forma significativa para o campo da investigação científica no âmbito do nosso estado.
DOCENTES: 07
DISCENTES: 12
TÉCNICO ADMINISTRATIVO: 02
LINHAS DE PESQUISA: Epidemiologia Genética

Epidemiologia das doenças contagiosas e parasitárias

Farmacoepidemiologia

Neuroinfectologia e Neurogenética

COLABORADORES EXTERNOS:

Hemocentro de Mossoró

Gerência de Meio Ambiente e Vigilância Epidemiológica da Prefeitura Municipal de Mossoró
Centro Clínico Professor Vingt-Un Rosado

<p style="text-align: center;">UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN</p> <p style="text-align: center;">FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS</p> <p style="text-align: center;">CURSO DE MEDICINA</p>
PROJETO DE PESQUISA EM EXECUÇÃO
NOME DO PROJETO: Neurociências e comportamento
COORDENADOR: Fausto Pierdoná Guzen e José Rodolfo Lopes de Paiva Cavalcanti
INSTITUIÇÃO PROPONENTE: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
DIRIGENTE: Pedro Fernandes Ribeiro Neto
DIMENSÃO DO PROJETO: Os estudos das ciências neurológicas estão amplamente difundidos em todo o mundo através das grandes universidades e institutos de pesquisa e vem sendo intensificado devido às possibilidades que podem oferecer a sociedade através da melhor compreensão das funções neurológicas, aprimoramento de tratamento das doenças neurológicas e interface interdisciplinar colaborando com demais campos do conhecimento (ciência da computação, química, medicina, engenharias) científico.
Objetivo: O grupo de pesquisa em Neurociências e Comportamento visa estudar as funções e doenças neurológicas e interação com demais áreas do conhecimento científico.
DOCENTES: 10
DISCENTES: 05
TÉCNICO ADMINISTRATIVO: 01
LINHAS DE PESQUISA Neurocirurgia Neurociência comportamental Neuroepidemiologia Neurofarmacologia Neurologia estrutural e funcional

<p style="text-align: center;">UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN</p> <p style="text-align: center;">FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS</p> <p style="text-align: center;">CURSO DE MEDICINA</p>
PROJETO DE RESIDÊNCIA MÉDICA EM EXECUÇÃO
<p>NOME DO PROJETO:</p> <p>Programa de Residência Médica Especialidade: Ginecologia e Obstetrícia da SMS de Mossoró/UERN</p>
<p>COORDENADOR:</p> <p>Andrea Taborda Ribas da Cunha</p>
<p>SUPERVISORA DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA EM GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA:</p> <p>Isabelle Cantídio Fernandes Diógenes</p>
<p>INSTITUIÇÃO PROPONENTE:</p> <p>Universidade do Estado do Rio Grande do Norte</p>
<p>DIRIGENTE:</p> <p>Pedro Fernandes Ribeiro Neto</p>
<p>DIMENSÃO DO PROJETO:</p> <p>A importância de construir um novo modelo de formação médica que priorize a atenção à saúde não centrada na doença, mas que perceba o indivíduo como parte de uma família, inserido num contexto sócio cultural, requer uma formação clínica sob a perspectiva da Humanização e, necessita de parceiras com instituições acadêmicas.</p>
<p>Objetivo:</p> <p>Todos os programas ocorrem de maneira integrada, procurando aliar o aprendizado do aluno e dos profissionais do serviço com a prática cotidiana, melhorando o nível de saúde da população e, proporcionando um atendimento humanizado.</p>
<p>DOCENTES:</p> <p>19</p>
<p>INSTITUIÇÕES PARCEIRAS:</p> <p>Prefeitura Municipal de Mossoró-RN</p>

<p style="text-align: center;">UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN</p> <p style="text-align: center;">FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS</p> <p style="text-align: center;">CURSO DE MEDICINA</p>
PROJETO DE RESIDÊNCIA MÉDICA EM EXECUÇÃO
<p>NOME DO PROJETO:</p> <p>Projeto de Residência Médica Especialidade: Medicina de Família e Comunidade</p>
<p>COORDENADOR:</p> <p>Andrea Taborda Ribas da Cunha</p>
<p>INSTITUIÇÃO PROPONENTE:</p> <p>Universidade do Estado do Rio Grande do Norte</p>
<p>DIRIGENTE:</p> <p>Pedro Fernandes Ribeiro Neto</p>
<p>DIMENSÃO DO PROJETO:</p> <p>A consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) na perspectiva dos novos paradigmas da saúde coletiva e centrada no indivíduo, na comunidade e voltada para práticas de promoção e prevenção faz emergir novos objetivos e formas de intervenção que produzam em saber/fazer de qualidade para a área de saúde. O SUS enquanto proposta de mudança do modelo de atenção avança e busca empreender diversas estratégias que possam viabilizar seus princípios e diretrizes norteadoras, como a universalização, equidade, a integralidade, participação popular, dentre outros. Nesse contexto, em 1994 a atenção primária a saúde ganha posição de programa especial do Ministério da Saúde, através do Programa Saúde da Família, que mais tarde sedimenta-se como ESF, cujo objetivo reside em revisar o modelo assistencial do país, caracterizando-se como mais uma tentativa para consolidação do SUS.</p>
<p>Objetivo:</p> <p>Formar especialistas qualificado a atuar em Atenção Primária à Saúde a partir de uma abordagem biopsicossocial do processo saúde-doença, integrando ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com ênfase na educação em saúde e cidadania, no nível individual e coletivo.</p>
DOCENTES:
<p>INSTITUIÇÕES PARCEIRAS:</p> <p>Prefeitura Municipal de Mossoró-RN</p>

ANEXO 19 - RELATÓRIO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO



SIABI - Sistema de Automação de Bibliotecas
Biblioteca Central
BC



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
	00133905	02 - Emprestado	616.33 L732g	Gastroenterologia e hepatologia: sinais, sintomas, diagnóstico e tratamento	2010	Lima, José Milton de Castro	
	00133916	10 - Disp.Emp.Especial	614.47 A883	Atualizações, Orientações, sugestões: Imunizações	2011		
	00133917	01 - Disponível	614.47 A883	Atualizações, Orientações, sugestões: Imunizações	2011		
	00133918	01 - Disponível	614.47 A883	Atualizações, Orientações, sugestões: Imunizações	2011		
	00133919	01 - Disponível	614.47 A883	Atualizações, Orientações, sugestões: Imunizações	2011		
	00133920	01 - Disponível	614.47 A883	Atualizações, Orientações, sugestões: Imunizações	2011		
	00133921	01 - Disponível	614.47 A883	Atualizações, Orientações, sugestões: Imunizações	2011		
	00134351	10 - Disp.Emp.Especial	617 G612t	Técnica Cirúrgica: Bases Anatômicas, Fisiopatológicas e Técnicas da Cirurgia	1978	Goffi, Fábio Schmidt	4. ed.
	CD00598	10 - Disp.Emp.Especial	574.87 A333b	Biologia Molecular da Célula	2010	Alberts, Bruce	5. ed.
	CD00599	01 - Disponível	574.87 A333b	Biologia Molecular da Célula	2010	Alberts, Bruce	5. ed.
	CD00600	01 - Disponível	574.87 A333b	Biologia Molecular da Célula	2010	Alberts, Bruce	5. ed.
	CD00601	01 - Disponível	574.87 A333b	Biologia Molecular da Célula	2010	Alberts, Bruce	5. ed.
	CD00602	01 - Disponível	574.87 A333b	Biologia Molecular da Célula	2010	Alberts, Bruce	5. ed.
	CD00603	01 - Disponível	574.87 A333b	Biologia Molecular da Célula	2010	Alberts, Bruce	5. ed.
	CD00604	10 - Disp.Emp.Especial	612 G992t	Tratado de fisiologia médica		Guyton, Arthur C.	
	CD00605	10 - Disp.Emp.Especial	610.7	Nursing	2007		
	CD00606	10 - Disp.Emp.Especial	610.7	Nursing	2007		
	AT00008	10 - Disp.Emp.Especial	611.0222 F364a	Atlas de anatomia	[2007]	Fernandes, Paulo Dias	
	00134501	10 - Disp.Emp.Especial	613 J43	Um jeito próprio de cuidar: reflexões e propostas para a área da saúde	2005		
	00134502	01 - Disponível	613 J43	Um jeito próprio de cuidar: reflexões e propostas para a área da saúde	2005		
	CA00105	10 - Disp.Emp.Especial	614 B823d	Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família	2010	Brasil. Ministério da Saúde	
	CA00106	10 - Disp.Emp.Especial	614 B823d	Saúde sexual e saúde reprodutiva	2010	Brasil. Ministério da Saúde	
	CA00107	10 - Disp.Emp.Especial	614 B823d	Doenças respiratórias crônicas	2010	Brasil. Ministério da Saúde	



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
	CA00108	10 - Disp.Emp.Especial	614.546 B823m	Manual de condutas para tratamento de úlceras em hanseníase e diabetes	2008	Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiol	2. ed. rev. ampl.
	CA00109	10 - Disp.Emp.Especial	614.546 B823m	Manual de condutas para alterações oculares em hanseníase	2008	Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiol	2. ed. rev. ampl.
	CA00110	10 - Disp.Emp.Especial	614.546 B823m	Manual de reabilitação e cirurgia em hanseníase	2008	Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiol	2. ed. rev. ampl.
	CA00111	10 - Disp.Emp.Especial	614.546 B823m	Manual de adaptações de palmilhas e calçados	2008	Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiol	2. ed. rev. ampl.
	CA00112	10 - Disp.Emp.Especial	614.546 B823m	Manual de prevenção de incapacidades	2008	Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiol	2. ed. rev. ampl.
	00134508	10 - Disp.Emp.Especial	613.95 B823p	Pacto pela redução da mortalidade infantil no Nordeste e Amazônia legal 2008-2010	2010	Brasil. Ministério da Saúde	
	00134509	01 - Disponível	613.95 B823p	Pacto pela redução da mortalidade infantil no Nordeste e Amazônia legal 2008-2010	2010	Brasil. Ministério da Saúde	
	00134512	01 - Disponível	616.979 B823r	Recomendações para profilaxia da transmissão vertical do HIV e terapia anti-retroviral em gestantes	2004	Brasil. Ministério da Saúde,	3. ed.
	00134513	10 - Disp.Emp.Especial	614.4 B823c	Cadernos humanizaSUS	2010	Brasil. Ministério da Saúde	Ministério da saúde
	00134514	10 - Disp.Emp.Especial	614.4 B823c	Cadernos humanizaSUS	2010	Brasil. Ministério da Saúde	Ministério da saúde
	00134515	10 - Disp.Emp.Especial	614.44 B823f	O futuro hoje: estratégia brasileiras e brasileiros saudáveis: primeiros passos para o desenvolvimento nacional	2010	Brasil. Ministério da Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas em Saúde	
	00134516	01 - Disponível	61892 S455r	Rn	1981	Segre, Conceição Aparecida de Matos	
	CA00113	10 - Disp.Emp.Especial	617.6 A265p	Planos odontológicos: evolução, desafios e perspectivas para a regulação da saúde suplementar	2009	Agência Nacional de Saúde Suplementar (Brasil)	



SIABI - Sistema de Automação de Bibliotecas
Biblioteca Central
BC



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
	00134586	10 - Disp.Emp.Especial	362.981 R314	Rede SUAS: gestão e sistema de informação para o Sistema Único de Assistência Social	2007		
	00134599	10 - Disp.Emp.Especial	361 P426	Perfil dos municípios brasileiros: assistência social 2005	2006		
	CA00118	10 - Disp.Emp.Especial	618.92 T314	TEP: Título de Especialista em Pediatria: Questões Comentadas	1999		
	CA00119	10 - Disp.Emp.Especial	618.92 T314	TEP: Título de Especialista em Pediatria: Questões Comentadas	2000		
	CA00120	10 - Disp.Emp.Especial	618.92 T314	TEP: Título de Especialista em Pediatria: Questões Comentadas	2001		
	CA00121	10 - Disp.Emp.Especial	618.92 D536	Diagnóstico Diferencial das dores nos membros em crianças	1998		
	CA00122	10 - Disp.Emp.Especial	618.92 P962	Proposta de Diagnóstico e conduta na alergia alimentar	1998		
	CA00123	10 - Disp.Emp.Especial	618.92 M278	Manifestações Cutâneas das Enfermidades Reumáticas	1999		
	CA00124	10 - Disp.Emp.Especial	618.92 P371	O Pediatra diante de situações de emergência no Consultório	2000		
	CA00125	01 - Disponível	618.92 P371	O Pediatra diante de situações de emergência no Consultório	2000		
	CA00126	10 - Disp.Emp.Especial	618.92 P371	Os Probióticos e a saúde infantil	2000		
	F000149	10 - Disp.Emp.Especial	611.7 A973c	Curso de atenção farmacêutica: Lesões de pele: Feridas	2008	Ayala, Adela-Emilia Gómez	
	F000150	10 - Disp.Emp.Especial	611.7 A973c	Curso de atenção farmacêutica: Lesões de pele: Educação sanitária	2008	Ayala, Adela-Emilia Gómez	
	F000151	10 - Disp.Emp.Especial	611.7 A973c	Curso de atenção farmacêutica: Lesões de pele: Queimaduras	2008	Ayala, Adela-Emilia Gómez	
	F000152	10 - Disp.Emp.Especial	611.7 A973c	Curso de atenção farmacêutica: Lesões de pele: Úlceras por pressão	2008	Ayala, Adela-Emilia Gómez	
	00134796	10 - Disp.Emp.Especial	616.36 B823h	Hepatites virais: o Brasil está atento	2008	Brasil. Ministério da Saúde	3. ed.
	00134797	01 - Disponível	304.64 B823d	A declaração de óbito: documento necessário e importante	2007	Brasil. Ministério da Saúde	2. ed.
	F000154	10 - Disp.Emp.Especial	616.075 A883	Atualização em Coloproctologia: doença diverticular dos cólons	[200?]		
	F000155	10 - Disp.Emp.Especial	616.075 A883	Atualização em Coloproctologia: doença hemorroidária	[200?]		



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
	EV00077	10 - Disp.Emp.Especial	617.7 C7553	3º Consenso Brasileiro Glaucoma Primário de Ângulo Aberto	2009	Consenso Brasileiro Glaucoma Primário de Ângulo Aberto (3.: 2009; São Paulo, SP)	
	00134798	10 - Disp.Emp.Especial	362.1088 B823	Gestão e Financiamento do Sistema Único de Saúde	2008	Brasil. Conselho Nacional de Saúde	
	00134900	10 - Disp.Emp.Especial	361 P426	Perfil dos municípios brasileiros: assistência social 2009	2010		
	00134801	01 - Disponível	361.06 P472	Pesquisa nacional por amostra de domicílios: segurança alimentar: 2004/2009	2010		
	DVD0035	01 - Disponível	361.06 P472	Pesquisa nacional por amostra de domicílios: segurança alimentar: 2004/2009	2010		
	00134802	10 - Disp.Emp.Especial	361 P472	Pesquisa nacional por amostra de domicílios: acesso a transferências de renda de programas sociais: 2006	2008		
	CD00704	10 - Disp.Emp.Especial	361 P472	Pesquisa nacional por amostra de domicílios: acesso a transferências de renda de programas sociais: 2006	2008		
	F000156	10 - Disp.Emp.Especial	616.075 A883	Atualização em Coloproctologia: doenças proctológicas no ciclo gravídico-puerperal	[200?]		
	P004679	10 - Disp.Emp.Especial	612.04	Acta fisiátrica			
	P004680	10 - Disp.Emp.Especial	612.04	Acta fisiátrica			
	P004681	10 - Disp.Emp.Especial	612.04	Acta fisiátrica			
	PI00046	10 - Disp.Emp.Especial	616.2	American journal of respiratory and critical care medicine			
	CD00705	10 - Disp.Emp.Especial	361 P426	Perfil dos municípios brasileiros: assistência social 2009	2010		
	00135001	10 - Disp.Emp.Especial	610.6902854 V63	Internet: guia para profissionais de saúde	2004	Vicent, Beatriz	
	00135007	10 - Disp.Emp.Especial	618.9201 N438	Neonatologia: Fisiopatologia e tratamento do Recém-nascido	1984	Avery, Gordon B.	2. ed.
	00135009	10 - Disp.Emp.Especial	618.9201 S296d	Doenças do recém-nascido	1977	Schaffer, Alexander J.	
	00135010	10 - Disp.Emp.Especial	617.96 T278	Temas de anestesiologia: para o curso de graduação em medicina	2000		2. ed.
	F000157	10 - Disp.Emp.Especial	614 B823p	Política Nacional de Saúde da pessoa com deficiência	2010	Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde	



SIABI - Sistema de Automação de Bibliotecas
Biblioteca Central
BC



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
	F000158	10 - Disp.Emp.Especial	614 B823p	Política Nacional de Saúde da pessoa com deficiência	2010	Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde	
	00135011	10 - Disp.Emp.Especial	614.546 B823h	Hanseníase: monitoramento e avaliação	2009	Brasil. Ministério da Saúde	
	F000159	10 - Disp.Emp.Especial	614 B823a	Atenção à saúde da pessoa com deficiência no Sistema Único de Saúde - SUS	2010	Brasil. Ministério da Saúde	
	F000160	10 - Disp.Emp.Especial	614 B823a	Atenção à saúde da pessoa com deficiência no Sistema Único de Saúde - SUS	2010	Brasil. Ministério da Saúde	
	F000161	10 - Disp.Emp.Especial	614 B823a	Atenção à saúde da pessoa com deficiência no Sistema Único de Saúde - SUS	2010	Brasil. Ministério da Saúde	
	00135020	10 - Disp.Emp.Especial	616.5 A997d	Dermatologia	2006	Azulay, Rubem David	4. ed.
	00135320	10 - Disp.Emp.Especial	610 O68i	Inclusão dos cidadãos nas políticas de saúde: experiências brasileiras e europeias	2012	Organização Pan-americana da Saúde	
	00135321	10 - Disp.Emp.Especial	610 B823a	Além da sobrevivência: práticas integradas de atenção ao parto, benéficas para a nutrição e a saúde de mães e crianças	2011	Brasil. Ministério da Saúde	
	REL0064	10 - Disp.Emp.Especial	613 B823i	IV conferência nacional de saúde mental - intersectorial: relatório final	2011	Brasil. Ministério da Saúde, Secretaria de Assistência à Saúde,	
	00135322	10 - Disp.Emp.Especial	610.73069 C355i	Izabel dos Santos: a arte e a paixão de aprender fazendo	2002	Castro, Janete Lima de	
	00135323	10 - Disp.Emp.Especial	613 B823a	Atenção Humanizada Ao Abortamento: Norma Técnica	2011	Brasil. Ministério da Saúde,	2. ed.
	00135324	10 - Disp.Emp.Especial	614.444 B823p	Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes: norma técnica	2011	Brasil. Ministério da Saúde,	3. ed.
	00135325	10 - Disp.Emp.Especial	613 B823a	Aspectos jurídicos do atendimento às vítimas de violência sexual: perguntas e respostas para profissionais de saúde	2011	Brasil. Ministério da Saúde,	2. ed.
	00135326	10 - Disp.Emp.Especial	613 B823a	Anticoncepção de emergência: perguntas e repostas para profissionais de saúde	2011	Brasil. Ministério da Saúde,	2. ed.
	P000434	10 - Disp.Emp.Especial	618.1	RBGO: revista brasileira de ginecologia e obstetria			
	P000435	10 - Disp.Emp.Especial	618.1	RBGO: revista brasileira de ginecologia e obstetria			
	P000436	10 - Disp.Emp.Especial	618.1	RBGO: revista brasileira de ginecologia e obstetria			



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
	P006437	10 - Disp.Emp.Especial	618.1	RBGO: revista brasileira de ginecologia e obstetrícia			
	P006438	10 - Disp.Emp.Especial	618.1	RBGO: revista brasileira de ginecologia e obstetrícia			
	P006439	10 - Disp.Emp.Especial	618.1	RBGO: revista brasileira de ginecologia e obstetrícia			
	P006440	10 - Disp.Emp.Especial	618.1	RBGO: revista brasileira de ginecologia e obstetrícia			
	P006441	10 - Disp.Emp.Especial	618.1	RBGO: revista brasileira de ginecologia e obstetrícia			
	P006442	10 - Disp.Emp.Especial	618.1	RBGO: revista brasileira de ginecologia e obstetrícia			
	P006443	10 - Disp.Emp.Especial	618.1	RBGO: revista brasileira de ginecologia e obstetrícia			
	P006446	10 - Disp.Emp.Especial	618.1	RBGO: revista brasileira de ginecologia e obstetrícia			
	P006447	10 - Disp.Emp.Especial	618.1	RBGO: revista brasileira de ginecologia e obstetrícia			
	P006448	10 - Disp.Emp.Especial	618.1	RBGO: revista brasileira de ginecologia e obstetrícia			
	P006449	10 - Disp.Emp.Especial	618.1	RBGO: revista brasileira de ginecologia e obstetrícia			
	00135073	10 - Disp.Emp.Especial	618.9201 B823c	Cuidados com o recém-nascido pré-termo	2011	Brasil. Ministério da Saúde	
	00135074	01 - Disponível	618.9201 B823c	Cuidados com o recém-nascido pré-termo	2011	Brasil. Ministério da Saúde	
	00135075	10 - Disp.Emp.Especial	618.9201 B823c	Cuidados gerais	2011	Brasil. Ministério da Saúde	
	00135076	01 - Disponível	618.9201 B823c	Cuidados gerais	2011	Brasil. Ministério da Saúde	
	00135077	10 - Disp.Emp.Especial	618.9201 B823c	Intervenções comuns, icterícia e infecções	2011	Brasil. Ministério da Saúde	
	00135078	01 - Disponível	618.9201 B823c	Intervenções comuns, icterícia e infecções	2011	Brasil. Ministério da Saúde	
	00135079	10 - Disp.Emp.Especial	618.9201 B823c	Problemas respiratórios, cardiocirculatórios, metabólicos, neurológicos, ortopédicos e dermatológicos	2011	Brasil. Ministério da Saúde	
	00135080	01 - Disponível	618.9201 B823c	Problemas respiratórios, cardiocirculatórios, metabólicos, neurológicos, ortopédicos e dermatológicos	2011	Brasil. Ministério da Saúde	
	00135081	10 - Disp.Emp.Especial	174.2 C748	Conflitos bioéticos do viver e do morrer	2011		



SIABI - Sistema de Automação de Bibliotecas
Biblioteca Central
BC



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
	REL0088	10 - Disp.Emp.Especial	614 B823r	Relatório final da 1ª conferência mundial sobre o desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade social - 1ª a 5 de dezembro de 2010	2012	Brasil, Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde	
	P008519	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Anais brasileiros de Dermatologia: publicação oficial da sociedade brasileira de dermatologia			
	P008520	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Anais brasileiros de Dermatologia: publicação oficial da sociedade brasileira de dermatologia			
	P008521	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Anais brasileiros de Dermatologia: publicação oficial da sociedade brasileira de dermatologia			
	P008522	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Anais brasileiros de Dermatologia: publicação oficial da sociedade brasileira de dermatologia			
	P008523	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Anais brasileiros de Dermatologia: publicação oficial da sociedade brasileira de dermatologia			
	P008524	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Anais brasileiros de Dermatologia: publicação oficial da sociedade brasileira de dermatologia			
	P008525	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Anais brasileiros de Dermatologia: publicação oficial da sociedade brasileira de dermatologia			
	P008526	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Anais brasileiros de Dermatologia: publicação oficial da sociedade brasileira de dermatologia			
	P008527	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Anais brasileiros de Dermatologia: publicação oficial da sociedade brasileira de dermatologia			
	P008528	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Anais brasileiros de Dermatologia: publicação oficial da sociedade brasileira de dermatologia			
	P008529	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Anais brasileiros de Dermatologia: publicação oficial da sociedade brasileira de dermatologia			
	P008530	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Anais brasileiros de Dermatologia: publicação oficial da sociedade brasileira de dermatologia			
	P008532	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Anais brasileiros de Dermatologia: publicação oficial da sociedade brasileira de dermatologia			
	P008533	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Anais brasileiros de Dermatologia: publicação oficial da sociedade brasileira de dermatologia			
	P008534	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Anais brasileiros de Dermatologia: publicação oficial da sociedade brasileira de dermatologia			
	P008535	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Anais brasileiros de Dermatologia: publicação oficial da sociedade brasileira de dermatologia			



SIABI - Sistema de Automação de Bibliotecas

Biblioteca Central

BC



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
	P008536	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Anais brasileiros de Dermatologia: publicação oficial da sociedade brasileira de dermatologia			
	P008537	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Anais brasileiros de Dermatologia: publicação oficial da sociedade brasileira de dermatologia			
	R000080	10 - Disp.Emp.Especial	610 A532	Anuário 2009 Análise Saúde: os mais admirados da medicina, médicos e hospitais	2009		
	00136096	10 - Disp.Emp.Especial	618.2 C512o	Obstetrícia básica	2007	Chaves Netto, Hermógenes; Sá, Renato Augusto Moreira de	2. ed.
	00136097	01 - Disponível	614 A658r	Responsabilização na reforma do sistema de saúde: Catalunha e Brasil	2010	Araújo, Maria Arlete Duarte de	
	00136098	01 - Disponível	616.9883 C573m	Medicina tropical	2003	Cimerman, Sérgio	
	00136101	01 - Disponível	614 D911m	Medicina Ambulatorial: Condutas Clínicas em Atenção Primária	2004	Duncan, Bruce B.	3. ed.
	00136109	01 - Disponível	616.9883 C573m	Medicina tropical	2003	Cimerman, Sérgio	
	00136110	01 - Disponível	612 A298f	Fisiologia	2008	Aires, Margarida de Mello	3. ed.
	00136111	01 - Disponível	616.96 N511p	Parasitologia Humana	2005	Neves, David Pereira	11. ed.
	00136112	01 - Disponível	614.44 D911m	Medicina ambulatorial: condutas de atenção primária baseadas em evidências	2006	Duncan, Bruce B.	3. ed.
	00136114	01 - Disponível	616.07 K95r	Robbins e Cotran patologia: bases patológicas das doenças	2005	Kumar, Vinay	7. ed.
	00136115	01 - Disponível	614 A658r	Responsabilização na reforma do sistema de saúde: Catalunha e Brasil	2010	Araújo, Maria Arlete Duarte de	
	00136116	02 - Emprestado	616.072 P839s	Semiologia médica	2005	Porto, Celmo Celeno	5. ed.
	00136117	02 - Emprestado	616.072 P839s	Semiologia médica	2005	Porto, Celmo Celeno	5. ed.
	00136132	01 - Disponível	613 B823a	Atenção Humanizada Ao Abortamento: Norma Técnica	2011	Brasil. Ministério da Saúde,	2. ed.
	00136133	01 - Disponível	613 B823a	Aspectos jurídicos do atendimento às vítimas de violência sexual: perguntas e respostas para profissionais de saúde	2011	Brasil. Ministério da Saúde,	2. ed.
	00136134	10 - Disp.Emp.Especial	614 B823p	Plano de ação: campanha nacional de vacinação para eliminação da rubéola no Brasil	2008	Brasil. Ministério da Saúde	
	00136288	10 - Disp.Emp.Especial	616.0012 O68c	Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados a saúde	2009	Organização Mundial de Saúde,	7. ed.
	00136289	20 - Em Restauração	658.3736211 R484	Administração de pessoal nos hospitais	1977	Ribeiro, Augusta Barbosa de Carvalho	2. ed.
	00136290	10 - Disp.Emp.Especial	617.1 O48t	Trauma: atendimento pré-hospitalar	2007	Oliveira, Beatriz Ferreira Monteiro	2. ed.
	00136291	01 - Disponível	617.1 O48t	Trauma: atendimento pré-hospitalar	2007	Oliveira, Beatriz Ferreira Monteiro	2. ed.



SIABI - Sistema de Automação de Bibliotecas

Biblioteca Central

BC



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
00136292	01 - Disponível	01 - Disponível	617.1 Q48t	Trauma: atendimento pré-hospitalar	2007	Oliveira, Beatriz Ferreira Monteiro	2. ed.
00136293	01 - Disponível	01 - Disponível	651.5 C331s	Serviço de arquivo médico e estatística de um hospital	1977	Carvalho, Lourdes de Freitas	2. ed.
00136294	01 - Disponível	01 - Disponível	651.5 C331s	Serviço de arquivo médico e estatística de um hospital	1977	Carvalho, Lourdes de Freitas	2. ed.
00136295	10 - Disp.Emp.Especial	10 - Disp.Emp.Especial	R815.788 C795p	Psicofármacos: consulta rápida	2005	Cordioli, Aristides Volpato	3. ed.
00136296	01 - Disponível	01 - Disponível	R815.788 C795p	Psicofármacos: consulta rápida	2005	Cordioli, Aristides Volpato	3. ed.
00136297	01 - Disponível	01 - Disponível	R815.788 C795p	Psicofármacos: consulta rápida	2005	Cordioli, Aristides Volpato	3. ed.
00136298	02 - Empréstado	02 - Empréstado	616.07 P839e	Exame clínico: bases para a prática ética	2008	Porto, Celmo Celino	6. ed.
00136299	10 - Disp.Emp.Especial	10 - Disp.Emp.Especial	R610 R456d	Dicionário de Termos Técnicos de Medicina e Saúde	2003	Rey, Luis	2. ed.
00136300	01 - Disponível	01 - Disponível	610.736 S638b	Brunner & Suddarth: tratado de enfermagem médico-cirúrgica	2008	Smeltzer, Suzane C.	11. ed.
00136443	06 - Fora de Empréstimos	06 - Fora de Empréstimos	R815.1181 D545d	Dicionário de especialidades farmacêuticas	2009	Dicionário de Especialidades Farmacêuticas,	38. ed.
00136446	10 - Disp.Emp.Especial	10 - Disp.Emp.Especial	618.92 K72p	Pediatria e neonatologia	2007	Knobel, Elias	
00136447	01 - Disponível	01 - Disponível	618.92 K72p	Pediatria e neonatologia	2007	Knobel, Elias	
00136448	01 - Disponível	01 - Disponível	618.92 K72p	Pediatria e neonatologia	2007	Knobel, Elias	
00136449	01 - Disponível	01 - Disponível	362.1042 M552t	O trabalho em saúde: olhando e experienciando o SUS no cotidiano	2006	Merhy, Emerson Elias	3. ed.
00136450	01 - Disponível	01 - Disponível	362.1042 M552t	O trabalho em saúde: olhando e experienciando o SUS no cotidiano	2006	Merhy, Emerson Elias	3. ed.
00136451	10 - Disp.Emp.Especial	10 - Disp.Emp.Especial	610.1 L314a	Antropologia da doença	2004	Laplantine, François	3. ed.
00136452	01 - Disponível	01 - Disponível	610.1 L314a	Antropologia da doença	2004	Laplantine, François	3. ed.
00136453	10 - Disp.Emp.Especial	10 - Disp.Emp.Especial	610 A211s	Sociologia da doença e da medicina	2001	Adam, Philippe	
00136456	01 - Disponível	01 - Disponível	610 A211s	Sociologia da doença e da medicina	2001	Adam, Philippe	
00136460	01 - Disponível	01 - Disponível	610 A211s	Sociologia da doença e da medicina	2001	Adam, Philippe	
00136461	10 - Disp.Emp.Especial	10 - Disp.Emp.Especial	618.1 R843	Rotinas em ginecologia	2006		5. ed.
00136462	01 - Disponível	01 - Disponível	618.1 R843	Rotinas em ginecologia	2006		5. ed.
00136466	01 - Disponível	01 - Disponível	618.1 R843	Rotinas em ginecologia	2006		5. ed.
00136467	10 - Disp.Emp.Especial	10 - Disp.Emp.Especial	612 G195f	Fisiologia médica	1989	Ganong, William F.	5. ed.
00136468	01 - Disponível	01 - Disponível	612 G195f	Fisiologia médica	1989	Ganong, William F.	5. ed.
00136469	01 - Disponível	01 - Disponível	612 G195f	Fisiologia médica	1989	Ganong, William F.	5. ed.
00136470	10 - Disp.Emp.Especial	10 - Disp.Emp.Especial	614 H634	Higienização das mãos em serviços de saúde: agência nacional de vigilância sanitária	2002		



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
	00136471	10 - Disp.Emp.Especial	616.075 A533	Anamnese e exame físico: avaliação diagnóstica no adulto	2010		2. ed.
	00136472	01 - Disponível	616.075 A533	Anamnese e exame físico: avaliação diagnóstica no adulto	2010		2. ed.
	00136473	01 - Disponível	616.075 A533	Anamnese e exame físico: avaliação diagnóstica no adulto	2010		2. ed.
	00136527	10 - Disp.Emp.Especial	616.07 L961m	Medicina de família: saúde do adulto e do idoso	2006	Luna, Rafael Leite	0. ed.
	00136528	01 - Disponível	616.07 L961m	Medicina de família: saúde do adulto e do idoso	2006	Luna, Rafael Leite	0. ed.
	00136529	01 - Disponível	616.07 L961m	Medicina de família: saúde do adulto e do idoso	2006	Luna, Rafael Leite	0. ed.
	00136530	02 - Emprestado	612 G992f	Fisiologia humana	2008	Guyton, Arthur C.	6. ed.
	00136531	02 - Emprestado	612 G992f	Fisiologia humana	2008	Guyton, Arthur C.	6. ed.
	00136586	10 - Disp.Emp.Especial	614.44 P436e	Educação profissional em saúde	2006	Pereira, Isabel Brasil; Ramos, Marise Nogueira	
	00136587	01 - Disponível	614.44 P436e	Educação profissional em saúde	2006	Pereira, Isabel Brasil; Ramos, Marise Nogueira	
	00136588	01 - Disponível	614.44 P436e	Educação profissional em saúde	2006	Pereira, Isabel Brasil; Ramos, Marise Nogueira	
	00136589	01 - Disponível	616.079 R813e	Estudo de casos em imunologia: um guia clínico	2002	Rosen, Fred S.	3. ed.
	DI00111	10 - Disp.Emp.Especial	615 D313d	Def 2004/05: Dicionário de Especialidades Farmacêuticas	2005		
	00136590	01 - Disponível	617 R149c	Clínica Cirúrgica Alípio Corrêa Netto	1988		4. ed.
	00136591	10 - Disp.Emp.Especial	610 G393	Gestão do conhecimento médico: guia de recursos digitais para atualização profissional	2009		
	00136592	10 - Disp.Emp.Especial	341.48 D598	Direitos da população jovem: um marco para o desenvolvimento	2010		2. ed.
	00136593	01 - Disponível	341.48 D598	Direitos da população jovem: um marco para o desenvolvimento	2010		2. ed.
	00136594	10 - Disp.Emp.Especial	344.048 V468d	Direitos reprodutivos no Brasil	2009	Ventura, Miriam	3. ed.
	00136595	10 - Disp.Emp.Especial	616.0756 G393	Gestão da fase analítica do laboratório: como assegurar a qualidade na prática	2011		
	00136596	01 - Disponível	610 B823a	Além da sobrevivência: práticas integradas de atenção ao parto, benéficas para a nutrição e a saúde de mães e crianças	2011	Brasil. Ministério da Saúde	



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
	REL0085	10 - Disp.Emp.Especial	344.048 P965	Promovendo direitos reprodutivos: prefeitura municipal de Salvador e Fundo de População das Nações Unidas em cooperação para o desenvolvimento	2010		
	00136597	10 - Disp.Emp.Especial	370.8 H785	Homens, masculinidades e políticas públicas: aportes para equidade de gênero	2009		
	00136598	01 - Disponível	370.8 H785	Homens, masculinidades e políticas públicas: aportes para equidade de gênero	2009		
	00136800	10 - Disp.Emp.Especial	617 S399p	Princípios de Cirurgia	1998	Schwartz, Seymour I.	6. ed.
	00136801	10 - Disp.Emp.Especial	617 S399p	Princípios de Cirurgia	1998	Schwartz, Seymour I.	6. ed.
	00136802	01 - Disponível	616.4 V697e	Endocrinologia Clínica	2006	Vilar, Lucio	3. ed.
	P009057	10 - Disp.Emp.Especial	573	Revista interdisciplinar de estudos experimentais			
	PI00163	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Journal of the American Academy of Dermatology			
	PI00164	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Journal of the American Academy of Dermatology			
	PI00165	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Journal of the American Academy of Dermatology			
	00136479	10 - Disp.Emp.Especial	611 W627	The World of 3b Torsos	2001		
	P007210	10 - Disp.Emp.Especial	616	BMJ			
	P007212	10 - Disp.Emp.Especial	616	BMJ			
	P007213	10 - Disp.Emp.Especial	616	BMJ			
	F000204	10 - Disp.Emp.Especial	618.895 R414c	Condições em depressão	2007	Rennó Júnior, Joel	
	00137163	10 - Disp.Emp.Especial	614 B823s	O SUS de A a Z: garantindo saúde nos municípios	2009	Brasil. Ministério da Saúde	3. ed.
	00137164	10 - Disp.Emp.Especial	616.0756 G393	Gestão da fase analítica do laboratório: como assegurar a qualidade na prática	2011		
	00137165	10 - Disp.Emp.Especial	610.73677 A769e	Enfermagem médico-cirúrgica aplicada ao sistema gastrointestinal	2002	Arone, Evanisa Maria	
	00137166	10 - Disp.Emp.Especial	612.3 N976	Nutrição & Dietética	1998		
	00137195	08 - Fora de Empréstimos	614 A553s	Sonhos ao vento	2011	Andrade, Edson	
	00137196	01 - Disponível	614 A553s	Sonhos ao vento	2011	Andrade, Edson	
	00137197	01 - Disponível	614 A553s	Sonhos ao vento	2011	Andrade, Edson	
	00137198	01 - Disponível	614 A553s	Sonhos ao vento	2011	Andrade, Edson	
	00137215	10 - Disp.Emp.Especial	613.85 A883	Atualização no tratamento do tabagismo	2006		
	00137216	10 - Disp.Emp.Especial	615.782 B456	Benzodiazepínicos: guia prático para prescrição	[201?]		



SIABI - Sistema de Automação de Bibliotecas

Biblioteca Central

BC



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
	00137217	10 - Disp.Emp.Especial	616.662 D611	Disfunção erétil como marcador de doença cardiovascular	2004		
	00137218	10 - Disp.Emp.Especial	610 M294	Manual do médico residente	2009		
	00137220	10 - Disp.Emp.Especial	576 M367m	Microbiologia	1995	Marshall, Jacquelyn R.	
	00137222	10 - Disp.Emp.Especial	616.6 U75	Urologia fundamental	2010		
	00137228	10 - Disp.Emp.Especial	610 M751	Monografia das atividades das ligas acadêmicas	2008		
	F000211	10 - Disp.Emp.Especial	616.462 S678d	Diabetes melito	2003	Sociedade Brasileira de Diabetes	
	00137236	01 - Disponível	616.136 G433a	Aterosclerose Dislipidemias: Clínica e Terapêutica: Fundamentos Práticos	1998	Giannini, Sérgio Diogo	
	00137237	10 - Disp.Emp.Especial	616.462 B823o	Orientações Básicas Para o Diabético	1994	Brasil. Ministério da Saúde	2. ed.
	00137238	10 - Disp.Emp.Especial	616.132 H667	Hipertensão arterial de difícil controle: da teoria à prática clínica	2008		
	00137239	10 - Disp.Emp.Especial	616.8 C583	Clínica médica da América do Norte	1972		
	00137240	10 - Disp.Emp.Especial	616.12 O77e	O ecocardiograma no apoio à decisão clínica	1993	Ortiz, Juarez et al.	
	00137241	10 - Disp.Emp.Especial	616.136 R595	Risco cardiovascular global	1999		
	00137242	10 - Disp.Emp.Especial	616.24 S586c	Compêndio de pneumologia	1981	Silva, Luiz Carlos Correa da	
	00137243	10 - Disp.Emp.Especial	616.12075 S471	Semiologia cardiológica não-invasiva	1979		
	00137244	10 - Disp.Emp.Especial	618.24 B823p	Parto e nascimento domiciliar assistidos por parteiras tradicionais: o programa trabalhando com parteiras tradicionais e experiências exemplares	2012	Brasil. Ministério da Saúde	
	00137247	01 - Disponível	611.1 A191s	Segredos em Cardiologia	2002	Adair, Olivia Vynn	2. ed.
	00137249	10 - Disp.Emp.Especial	616.136 F177d	Diretrizes em dislipidemia	2007	Faludi, André Arpad	
	F000212	10 - Disp.Emp.Especial	616.12 L992s	Síndrome metabólica	2005	Lyra, Ruy	
	00137250	10 - Disp.Emp.Especial	616.12 C583	Clínicas cardiológicas da América do Norte	1997		
	F000213	10 - Disp.Emp.Especial	616.0472 H673	A história da dor: a dor na Idade Média	2005		
	F000214	10 - Disp.Emp.Especial	617 P976a	Aneurisma da aorta	2007	Puech-Leão, Pedro	
	AT00016	10 - Disp.Emp.Especial	616.13 A881	Atlas de flebologia: insuficiência venosa crônica	[201?]		
	P009764	10 - Disp.Emp.Especial	612.3	Revista de Nutrição: Brazilian Journal Of Nutrition			
	00137323	10 - Disp.Emp.Especial	616.9803 B433d	Doenças profissionais ou do trabalho	2007	Bellusci, Silvia Merelles	8. ed.
	R000077	10 - Disp.Emp.Especial	614 B823g	Glossário temático: economia da saúde	2012	Brasil. Ministério da Saúde	3. ed.
	R000078	10 - Disp.Emp.Especial	614 B823g	Glossário temático: economia da saúde	2012	Brasil. Ministério da Saúde	3. ed.
	00137332	10 - Disp.Emp.Especial	617.7 S491o	Olho: anatomia e fisiologia	2000	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial	



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
	00137333	10 - Disp.Emp.Especial	617.7 S491I	Lentes: ofício e nbenefícios	1997	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial	
	00137334	01 - Disponível	617.7 S491I	Lentes: ofício e nbenefícios	1997	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial	
	00137335	10 - Disp.Emp.Especial	617.4120945 M523	Temas de marcapasso	2011	Melo, Celso Salgado de	
	P009808	10 - Disp.Emp.Especial	610	Revista brasileira de educação médica			
	P009807	10 - Disp.Emp.Especial	610	Revista brasileira de educação médica			
	P009808	10 - Disp.Emp.Especial	610	Revista brasileira de educação médica			
	P009809	10 - Disp.Emp.Especial	610	Revista brasileira de educação médica			
	P009812	10 - Disp.Emp.Especial	610	Revista brasileira de educação médica			
	P009813	10 - Disp.Emp.Especial	610	Revista brasileira de educação médica			
	P009814	10 - Disp.Emp.Especial	610	Revista brasileira de educação médica			
	P009815	10 - Disp.Emp.Especial	610	Revista brasileira de educação médica			
	P009816	10 - Disp.Emp.Especial	610	Revista brasileira de educação médica			
	P009817	10 - Disp.Emp.Especial	610	Revista brasileira de educação médica			
	P009819	10 - Disp.Emp.Especial	174.9574	Revista bioética			
	P009820	10 - Disp.Emp.Especial	174.9574	Revista bioética			
	P009821	10 - Disp.Emp.Especial	174.9574	Revista bioética			
	P009822	10 - Disp.Emp.Especial	174.9574	Revista bioética			
	MAN0010	10 - Disp.Emp.Especial	613 B823m	Manual do instrumento de avaliação da atenção primária à saúde	2010	Brasil. Ministério da Saúde	
	00137632	10 - Disp.Emp.Especial	613.04244 B823p	Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes	2011	Brasil. Ministério da Saúde,	
	00137633	10 - Disp.Emp.Especial	613.04244 B823p	Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes	2011	Brasil. Ministério da Saúde,	
	00137634	10 - Disp.Emp.Especial	614 B823c	Comunicação e mídia: para profissionais de saúde que atuam nos serviços de atenção para mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual	2011	Brasil. Ministério da Saúde,	
	00137635	01 - Disponível	614 B823c	Comunicação e mídia: para profissionais de saúde que atuam nos serviços de atenção para mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual	2011	Brasil. Ministério da Saúde,	



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
	00137638	01 - Disponível	614 B823c	Comunicação e mídia: para profissionais de saúde que atuam nos serviços de atenção para mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual	2011	Brasil. Ministério da Saúde,	
	00137637	01 - Disponível	614 B823c	Comunicação e mídia: para profissionais de saúde que atuam nos serviços de atenção para mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual	2011	Brasil. Ministério da Saúde,	
	00137664	10 - Disp. Emp. Especial	617.719 C755d	Doenças externas oculares e córnea	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137665	01 - Disponível	617.719 C755d	Doenças externas oculares e córnea	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137666	01 - Disponível	617.719 C755d	Doenças externas oculares e córnea	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137667	01 - Disponível	617.719 C755d	Doenças externas oculares e córnea	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137668	01 - Disponível	617.719 C755d	Doenças externas oculares e córnea	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00801	10 - Disp. Emp. Especial	617.719 C755d	Doenças externas oculares e córnea	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00802	01 - Disponível	617.719 C755d	Doenças externas oculares e córnea	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00803	01 - Disponível	617.719 C755d	Doenças externas oculares e córnea	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00804	01 - Disponível	617.719 C755d	Doenças externas oculares e córnea	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00805	01 - Disponível	617.719 C755d	Doenças externas oculares e córnea	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137670	10 - Disp. Emp. Especial	617.7 C755p	Prova Nacional de Oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137671	01 - Disponível	617.7 C755p	Prova Nacional de Oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137672	01 - Disponível	617.7 C755p	Prova Nacional de Oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137673	01 - Disponível	617.7 C755p	Prova Nacional de Oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137674	01 - Disponível	617.7 C755p	Prova Nacional de Oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00806	10 - Disp. Emp. Especial	617.7 C755p	Prova Nacional de Oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00807	01 - Disponível	617.7 C755p	Prova Nacional de Oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00808	01 - Disponível	617.7 C755p	Prova Nacional de Oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00809	01 - Disponível	617.7 C755p	Prova Nacional de Oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00810	01 - Disponível	617.7 C755p	Prova Nacional de Oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137675	10 - Disp. Emp. Especial	617.7 C755Ó	Óptica, refração e visão subnormal	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137676	01 - Disponível	617.7 C755Ó	Óptica, refração e visão subnormal	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137677	01 - Disponível	617.7 C755Ó	Óptica, refração e visão subnormal	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137678	01 - Disponível	617.7 C755Ó	Óptica, refração e visão subnormal	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137679	01 - Disponível	617.7 C755Ó	Óptica, refração e visão subnormal	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00811	10 - Disp. Emp. Especial	617.7 C755Ó	Óptica, refração e visão subnormal	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00812	01 - Disponível	617.7 C755Ó	Óptica, refração e visão subnormal	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.



SIABI - Sistema de Automação de Bibliotecas

Biblioteca Central

BC



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
	CD00813	01 - Disponível	617.7 C755Ó	Óptica, refração e visão subnormal	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00814	01 - Disponível	617.7 C755Ó	Óptica, refração e visão subnormal	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00815	01 - Disponível	617.7 C755Ó	Óptica, refração e visão subnormal	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137680	10 - Disp.Emp.Especial	617.741 C755g	Glaucoma	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137681	01 - Disponível	617.741 C755g	Glaucoma	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137682	01 - Disponível	617.741 C755g	Glaucoma	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137683	01 - Disponível	617.741 C755g	Glaucoma	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137684	01 - Disponível	617.741 C755g	Glaucoma	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00816	10 - Disp.Emp.Especial	617.741 C755g	Glaucoma	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00817	01 - Disponível	617.741 C755g	Glaucoma	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00818	01 - Disponível	617.741 C755g	Glaucoma	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00819	01 - Disponível	617.741 C755g	Glaucoma	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00820	01 - Disponível	617.741 C755g	Glaucoma	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00821	10 - Disp.Emp.Especial	617.762 C755n	Neuro-oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00822	01 - Disponível	617.762 C755n	Neuro-oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00823	01 - Disponível	617.762 C755n	Neuro-oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00824	01 - Disponível	617.762 C755n	Neuro-oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00825	01 - Disponível	617.762 C755n	Neuro-oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137685	10 - Disp.Emp.Especial	617.762 C755n	Neuro-oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137686	01 - Disponível	617.762 C755n	Neuro-oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137687	01 - Disponível	617.762 C755n	Neuro-oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137688	01 - Disponível	617.762 C755n	Neuro-oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137689	01 - Disponível	617.762 C755n	Neuro-oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137690	10 - Disp.Emp.Especial	617.762 C755e	Estrabismo	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137691	01 - Disponível	617.762 C755e	Estrabismo	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137692	01 - Disponível	617.762 C755e	Estrabismo	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137693	01 - Disponível	617.762 C755e	Estrabismo	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137694	01 - Disponível	617.762 C755e	Estrabismo	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00826	10 - Disp.Emp.Especial	617.762 C755e	Estrabismo	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00827	01 - Disponível	617.762 C755e	Estrabismo	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00828	01 - Disponível	617.762 C755e	Estrabismo	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00829	01 - Disponível	617.762 C755e	Estrabismo	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00830	01 - Disponível	617.762 C755e	Estrabismo	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137695	10 - Disp.Emp.Especial	617.7 C755b	Bases da Oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.



SIABI - Sistema de Automação de Bibliotecas

Biblioteca Central

BC



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
	00137696	01 - Disponível	617.7 C755b	Bases da Oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed
	00137697	01 - Disponível	617.7 C755b	Bases da Oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed
	00137698	01 - Disponível	617.7 C755b	Bases da Oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed
	00137699	01 - Disponível	617.7 C755b	Bases da Oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed
	CD00831	10 - Disp. Emp. Especial	617.7 C755b	Bases da Oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed
	CD00832	01 - Disponível	617.7 C755b	Bases da Oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed
	CD00833	01 - Disponível	617.7 C755b	Bases da Oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed
	CD00834	01 - Disponível	617.7 C755b	Bases da Oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed
	CD00835	01 - Disponível	617.7 C755b	Bases da Oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed
	00137700	10 - Disp. Emp. Especial	617.7 C755b	Bases da Oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed
	00137701	01 - Disponível	617.7 C755b	Bases da Oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed
	00137702	01 - Disponível	617.7 C755b	Bases da Oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed
	00137703	01 - Disponível	617.7 C755b	Bases da Oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed
	00137704	01 - Disponível	617.7 C755b	Bases da Oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed
	00137710	10 - Disp. Emp. Especial	617.764 C755Ô	Órbita, sistema lacrimal e oculoplástica	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137711	01 - Disponível	617.764 C755Ô	Órbita, sistema lacrimal e oculoplástica	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137712	01 - Disponível	617.764 C755Ô	Órbita, sistema lacrimal e oculoplástica	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137713	01 - Disponível	617.764 C755Ô	Órbita, sistema lacrimal e oculoplástica	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137714	01 - Disponível	617.764 C755Ô	Órbita, sistema lacrimal e oculoplástica	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00841	10 - Disp. Emp. Especial	617.764 C755Ô	Órbita, sistema lacrimal e oculoplástica	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00842	01 - Disponível	617.764 C755Ô	Órbita, sistema lacrimal e oculoplástica	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00843	01 - Disponível	617.764 C755Ô	Órbita, sistema lacrimal e oculoplástica	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00844	01 - Disponível	617.764 C755Ô	Órbita, sistema lacrimal e oculoplástica	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00845	01 - Disponível	617.764 C755Ô	Órbita, sistema lacrimal e oculoplástica	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137715	10 - Disp. Emp. Especial	617.742 C755c	Cristalino e catarata	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed
	00137716	01 - Disponível	617.742 C755c	Cristalino e catarata	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed
	00137717	01 - Disponível	617.742 C755c	Cristalino e catarata	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed
	00137719	01 - Disponível	617.742 C755c	Cristalino e catarata	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed
	CD00846	10 - Disp. Emp. Especial	617.742 C755c	Cristalino e catarata	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed
	CD00847	01 - Disponível	617.742 C755c	Cristalino e catarata	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed
	CD00848	01 - Disponível	617.742 C755c	Cristalino e catarata	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed
	CD00849	01 - Disponível	617.742 C755c	Cristalino e catarata	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed
	CD00850	01 - Disponível	617.742 C755c	Cristalino e catarata	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed
	00137720	10 - Disp. Emp. Especial	617.719 C755b	Banco de olhos, transplante de córnea	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.



SIABI - Sistema de Automação de Bibliotecas

Biblioteca Central

BC



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
	00137721	01 - Disponível	617.719 C755b	Banco de olhos, transplante de córnea	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137722	01 - Disponível	617.719 C755b	Banco de olhos, transplante de córnea	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137723	01 - Disponível	617.719 C755b	Banco de olhos, transplante de córnea	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137724	01 - Disponível	617.719 C755b	Banco de olhos, transplante de córnea	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00851	10 - Disp.Emp.Especial	617.719 C755b	Banco de olhos, transplante de córnea	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00852	01 - Disponível	617.719 C755b	Banco de olhos, transplante de córnea	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00853	01 - Disponível	617.719 C755b	Banco de olhos, transplante de córnea	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00854	01 - Disponível	617.719 C755b	Banco de olhos, transplante de córnea	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00855	01 - Disponível	617.719 C755b	Banco de olhos, transplante de córnea	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137725	10 - Disp.Emp.Especial	617.7 C755i	latrogenias e manifestações oculares de doenças sistêmicas e oncologia ocular	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137726	01 - Disponível	617.7 C755i	latrogenias e manifestações oculares de doenças sistêmicas e oncologia ocular	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137727	01 - Disponível	617.7 C755i	latrogenias e manifestações oculares de doenças sistêmicas e oncologia ocular	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137728	01 - Disponível	617.7 C755i	latrogenias e manifestações oculares de doenças sistêmicas e oncologia ocular	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137729	01 - Disponível	617.7 C755i	latrogenias e manifestações oculares de doenças sistêmicas e oncologia ocular	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00856	10 - Disp.Emp.Especial	617.7 C755i	latrogenias e manifestações oculares de doenças sistêmicas e oncologia ocular	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00857	01 - Disponível	617.7 C755i	latrogenias e manifestações oculares de doenças sistêmicas e oncologia ocular	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00858	01 - Disponível	617.7 C755i	latrogenias e manifestações oculares de doenças sistêmicas e oncologia ocular	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00859	01 - Disponível	617.7 C755i	latrogenias e manifestações oculares de doenças sistêmicas e oncologia ocular	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00860	01 - Disponível	617.7 C755i	latrogenias e manifestações oculares de doenças sistêmicas e oncologia ocular	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137730	10 - Disp.Emp.Especial	617.7523 C755i	Lentes de contato	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137731	01 - Disponível	617.7523 C755i	Lentes de contato	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137732	01 - Disponível	617.7523 C755i	Lentes de contato	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137733	01 - Disponível	617.7523 C755i	Lentes de contato	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137734	01 - Disponível	617.7523 C755i	Lentes de contato	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00861	01 - Disponível	617.7523 C755i	Lentes de contato	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.



SIABI - Sistema de Automação de Bibliotecas

Biblioteca Central

BC



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
	CD00862	01 - Disponível	617.7523 C755i	Lentes de contato	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00863	01 - Disponível	617.7523 C755i	Lentes de contato	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00864	01 - Disponível	617.7523 C755i	Lentes de contato	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00865	01 - Disponível	617.7523 C755i	Lentes de contato	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137736	10 - Disp.Emp.Especial	617.72 C755u	Uveítes	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137737	01 - Disponível	617.72 C755u	Uveítes	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137738	01 - Disponível	617.72 C755u	Uveítes	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137739	01 - Disponível	617.72 C755u	Uveítes	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137740	01 - Disponível	617.72 C755u	Uveítes	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00866	10 - Disp.Emp.Especial	617.72 C755u	Uveítes	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00867	01 - Disponível	617.72 C755u	Uveítes	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00868	01 - Disponível	617.72 C755u	Uveítes	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00869	01 - Disponível	617.72 C755u	Uveítes	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00870	01 - Disponível	617.72 C755u	Uveítes	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137741	10 - Disp.Emp.Especial	617.736 C755r	Retina e vítreo	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137742	01 - Disponível	617.736 C755r	Retina e vítreo	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137743	01 - Disponível	617.736 C755r	Retina e vítreo	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137744	01 - Disponível	617.736 C755r	Retina e vítreo	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137745	01 - Disponível	617.736 C755r	Retina e vítreo	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00871	10 - Disp.Emp.Especial	617.736 C755r	Retina e vítreo	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00872	01 - Disponível	617.736 C755r	Retina e vítreo	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00873	01 - Disponível	617.736 C755r	Retina e vítreo	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00874	01 - Disponível	617.736 C755r	Retina e vítreo	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00875	01 - Disponível	617.736 C755r	Retina e vítreo	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137746	10 - Disp.Emp.Especial	617.7 Y11s	Semiologia ocular	2009	Yamane, Riutiro	3.ed.
	00137747	01 - Disponível	617.7 Y11s	Semiologia ocular	2009	Yamane, Riutiro	3.ed.
	00137748	01 - Disponível	617.7 Y11s	Semiologia ocular	2009	Yamane, Riutiro	3.ed.
	00137749	01 - Disponível	617.7 Y11s	Semiologia ocular	2009	Yamane, Riutiro	3.ed.
	00137750	01 - Disponível	617.7 Y11s	Semiologia ocular	2009	Yamane, Riutiro	3.ed.
	00137751	10 - Disp.Emp.Especial	616.5 T776	Tratado de dermatologia	2010		
	00137752	01 - Disponível	616.5 T776	Tratado de dermatologia	2010		
	00137753	01 - Disponível	616.5 T776	Tratado de dermatologia	2010		
	00137754	01 - Disponível	616.5 T776	Tratado de dermatologia	2010		
	00137755	01 - Disponível	616.5 T776	Tratado de dermatologia	2010		



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
	00137756	10 - Disp.Emp.Especial	616.5 T776	Tratado de dermatologia	2010		
	00137757	01 - Disponível	616.5 T776	Tratado de dermatologia	2010		
	00137758	01 - Disponível	616.5 T776	Tratado de dermatologia	2010		
	00137759	01 - Disponível	616.5 T776	Tratado de dermatologia	2010		
	00137760	01 - Disponível	616.5 T776	Tratado de dermatologia	2010		
	CD00876	10 - Disp.Emp.Especial	616.5 T776	Tratado de dermatologia	2010		
	CD00877	01 - Disponível	616.5 T776	Tratado de dermatologia	2010		
	CD00878	01 - Disponível	616.5 T776	Tratado de dermatologia	2010		
	CD00879	01 - Disponível	616.5 T776	Tratado de dermatologia	2010		
	CD00880	01 - Disponível	616.5 T776	Tratado de dermatologia	2010		
	CD00881	10 - Disp.Emp.Especial	616 H297	Harrison medicina interna	2008		17. ed.
	P009971	10 - Disp.Emp.Especial	617.832	PerioNews			
	P009972	10 - Disp.Emp.Especial	617.832	PerioNews			
	P009973	10 - Disp.Emp.Especial	617.832	PerioNews			
	P009974	10 - Disp.Emp.Especial	617.832	PerioNews			
	P009975	10 - Disp.Emp.Especial	617.832	PerioNews			
	P009976	10 - Disp.Emp.Especial	617.832	PerioNews			
	P009977	10 - Disp.Emp.Especial	617.832	PerioNews			
	P009978	10 - Disp.Emp.Especial	617.832	PerioNews			
	P009979	10 - Disp.Emp.Especial	617.832	PerioNews			
	P009980	10 - Disp.Emp.Especial	617.832	PerioNews			
	P009981	10 - Disp.Emp.Especial	617.832	PerioNews			
	P009982	10 - Disp.Emp.Especial	617.832	PerioNews			
	P009983	10 - Disp.Emp.Especial	617.832	PerioNews			
	P009984	10 - Disp.Emp.Especial	617.832	PerioNews			
	P009985	10 - Disp.Emp.Especial	617.832	PerioNews			
	P009986	10 - Disp.Emp.Especial	617.832	PerioNews			
	00138310	01 - Disponível	617.742 C755c	Cristalino e catarata	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2. ed
	00138438	01 - Disponível	616.44 M294	Manual prático de tireóide: diagnóstico e tratamento	2009		
	00138439	10 - Disp.Emp.Especial	616.07 F478c	Condutas em Clínica Médica	2004	Figueira, Norma Artero	3. ed.
	00138440	10 - Disp.Emp.Especial	616.462 D597	Diretrizes da sociedade brasileira de diabetes 2009	2009		
	F000218	10 - Disp.Emp.Especial	616.462 A883	Atualização em diabetes tipo 2: 60 perguntas & respostas: fascículo 1	2010		



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
	F000219	10 - Disp.Emp.Especial	616.462 A883	Atualização em diabetes tipo 2: 60 perguntas & respostas: fascículo 2	2010		
	F000220	10 - Disp.Emp.Especial	616.462 A883	Atualização em diabetes tipo 2: 60 perguntas & respostas: fascículo 3	2010		
	F000221	10 - Disp.Emp.Especial	616.462 A883	Atualização em diabetes tipo 2: 60 perguntas & respostas: fascículo 4	2010		
	00138441	10 - Disp.Emp.Especial	614.44 M489	Medicina preventiva: epidemiologia analítica e aplicada à clínica	2004		
	00138442	10 - Disp.Emp.Especial	614.44 M489	Medicina preventiva: vigilância da saúde e saúde do trabalhador	2004		
	00138443	10 - Disp.Emp.Especial	617.9178 H548b	Bases técnicas e teóricas de fios e suturas	1993	Hering, Flávio Luis Ortiz	
	00139385	10 - Disp.Emp.Especial	616.1207547 G61	Eletrocardiograma orientado para o clínico	2009	Goldwasser, Gerson Paulo	3. ed.
	00139386	02 - Emprestado	616.1207547 G61	Eletrocardiograma orientado para o clínico	2009	Goldwasser, Gerson Paulo	3. ed.
	00139387	02 - Emprestado	616.1207547 G61	Eletrocardiograma orientado para o clínico	2009	Goldwasser, Gerson Paulo	3. ed.
	00139388	02 - Emprestado	616.1207547 G61	Eletrocardiograma orientado para o clínico	2009	Goldwasser, Gerson Paulo	3. ed.
	00139389	02 - Emprestado	616.1207547 G61	Eletrocardiograma orientado para o clínico	2009	Goldwasser, Gerson Paulo	3. ed.
	00139390	10 - Disp.Emp.Especial	616 C388	Cecil medicina	2009		23. ed
	00139391	10 - Disp.Emp.Especial	616 C388	Cecil medicina	2009		23. ed
	00139392	02 - Emprestado	616 C388	Cecil medicina	2009		23. ed
	00139393	01 - Disponível	616 C388	Cecil medicina	2009		23. ed
	00139394	01 - Disponível	616 C388	Cecil medicina	2009		23. ed
	00139395	01 - Disponível	616 C388	Cecil medicina	2009		23. ed
	00139396	10 - Disp.Emp.Especial	617.741 S555	Shields tratado de glaucoma	2008		5. ed.
	00139397	01 - Disponível	617.741 S555	Shields tratado de glaucoma	2008		5. ed.
	00139398	01 - Disponível	617.741 S555	Shields tratado de glaucoma	2008		5. ed.
	00139399	01 - Disponível	617.741 S555	Shields tratado de glaucoma	2008		5. ed.
	00139401	10 - Disp.Emp.Especial	616.12 T776	Tratado de cardiologia SOCESP	2009		2. ed.
	00139402	10 - Disp.Emp.Especial	616.12 T776	Tratado de cardiologia SOCESP	2009		2. ed.
	CD00945	10 - Disp.Emp.Especial	616.12 T776	Tratado de cardiologia SOCESP	2009		2. ed.
	00139403	10 - Disp.Emp.Especial	616.12 C267	Cardiologia: livro-texto da Sociedade Brasileira de Cardiologia	2012		
	00139666	10 - Disp.Emp.Especial	616.5 S192d	Dermatologia	2008	Sampaio, Sebastião A. P.	3. ed.
	00139667	01 - Disponível	616 C388	Cecil medicina	2009		23. ed
	00139668	01 - Disponível	616 C388	Cecil medicina	2009		23. ed
	00139669	01 - Disponível	616.12 T776	Tratado de cardiologia SOCESP	2009		2. ed.



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
	00139670	02 - Emprestado	616.12 T776	Tratado de cardiologia SOCESP	2009		2. ed.
	CD000950	01 - Disponível	616.12 T776	Tratado de cardiologia SOCESP	2009		2. ed.
	00139673	10 - Disp.Emp.Especial	616.12 B825	Braunwald: tratado de doenças cardiovasculares	2010		8. ed.
	00139674	10 - Disp.Emp.Especial	616.12 B825	Braunwald: tratado de doenças cardiovasculares	2010		8. ed.
	CD000951	10 - Disp.Emp.Especial	616.12 B825	Braunwald: tratado de doenças cardiovasculares	2010		8. ed.
	00139745	02 - Emprestado	616.5 S192d	Dermatologia	2008	Sampaio, Sebastião A. P.	3. ed.
	00139746	02 - Emprestado	616.5 S192d	Dermatologia	2008	Sampaio, Sebastião A. P.	3. ed.
	00139747	01 - Disponível	616.5 S192d	Dermatologia	2008	Sampaio, Sebastião A. P.	3. ed.
	00139748	01 - Disponível	616.5 S192d	Dermatologia	2008	Sampaio, Sebastião A. P.	3. ed.
	P010141	10 - Disp.Emp.Especial	614.4	Epidemiologia e serviços de saúde	1992		
	00139932	01 - Disponível	617.741 S555	Shields tratado de glaucoma	2008		5. ed.
	00139933	01 - Disponível	616 C388	Cecil medicina	2009		23. ed.
	00139934	01 - Disponível	616 C388	Cecil medicina	2009		23. ed.
	00139935	10 - Disp.Emp.Especial	616.5 A997d	Dermatologia	2011	Azulay, Rubem David	5. ed.
	00139936	02 - Emprestado	616.5 A997d	Dermatologia	2011	Azulay, Rubem David	5. ed.
	00139937	02 - Emprestado	616.5 A997d	Dermatologia	2011	Azulay, Rubem David	5. ed.
	00139938	02 - Emprestado	616.5 A997d	Dermatologia	2011	Azulay, Rubem David	5. ed.
	00139939	02 - Emprestado	616.5 A997d	Dermatologia	2011	Azulay, Rubem David	5. ed.
	00139940	02 - Emprestado	616.5 A997d	Dermatologia	2011	Azulay, Rubem David	5. ed.
	00140171	01 - Disponível	616.12 B825	Braunwald: tratado de doenças cardiovasculares	2010		8. ed.
	00140172	02 - Emprestado	616.12 B825	Braunwald: tratado de doenças cardiovasculares	2010		8. ed.
	CD000953	01 - Disponível	616.12 B825	Braunwald: tratado de doenças cardiovasculares	2010		8. ed.
	AT00022	10 - Disp.Emp.Especial	611.018 L447a	Atlas fotográfico de histologia	2005	Leboffe, Michael J.	
	AT00023	01 - Disponível	611.018 L447a	Atlas fotográfico de histologia	2005	Leboffe, Michael J.	
	AT00024	10 - Disp.Emp.Especial	611.018 L447a	Atlas fotográfico de histologia	2005	Leboffe, Michael J.	
	AT00025	10 - Disp.Emp.Especial	611.018 L447a	Atlas fotográfico de histologia	2005	Leboffe, Michael J.	
	AT00026	10 - Disp.Emp.Especial	611.018 L447a	Atlas fotográfico de histologia	2005	Leboffe, Michael J.	
	00140179	10 - Disp.Emp.Especial	611.018 K47h	Histologia e biologia celular: uma introdução à patologia	2012	Kierszenbaum, Abraham L	3. ed.



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
	00140324	01 - Disponível	611.018 K47h	Histologia e biologia celular: uma introdução à patologia	2012	Kierszenbaum, Abraham L	3. ed.
	00140327	01 - Disponível	616.12 B825	Braunwald: tratado de doenças cardiovasculares	2010		8. ed.
	00140328	02 - Emprestado	616.12 B825	Braunwald: tratado de doenças cardiovasculares	2010		8. ed.
	CD00980	01 - Disponível	616.12 B825	Braunwald: tratado de doenças cardiovasculares	2010		8. ed.
	00140330	01 - Disponível	616.12 T776	Tratado de cardiologia SOCESP	2009		2. ed.
	00140331	01 - Disponível	616.12 T776	Tratado de cardiologia SOCESP	2009		2. ed.
	CD00981	01 - Disponível	616.12 T776	Tratado de cardiologia SOCESP	2009		2. ed.
	00140430	02 - Emprestado	616.12 C267	Cardiologia: livro-texto da Sociedade Brasileira de Cardiologia	2012		
	00140431	01 - Disponível	616.12 C267	Cardiologia: livro-texto da Sociedade Brasileira de Cardiologia	2012		
	00140432	01 - Disponível	616.12 C267	Cardiologia: livro-texto da Sociedade Brasileira de Cardiologia	2012		
	00140433	01 - Disponível	616.12 C267	Cardiologia: livro-texto da Sociedade Brasileira de Cardiologia	2012		
	00140776	10 - Disp.Emp.Especial	618.1 G492	Ginecologia de Willians	2011		
	00140777	01 - Disponível	618.1 G492	Ginecologia de Willians	2011		
	00140778	02 - Emprestado	618.1 G492	Ginecologia de Willians	2011		
	00140993	01 - Disponível	616.12 T776	Tratado de cardiologia SOCESP	2009		2. ed.
	00140994	02 - Emprestado	616.12 T776	Tratado de cardiologia SOCESP	2009		2. ed.
	00140995	01 - Disponível	611.018 K47h	Histologia e biologia celular: uma introdução à patologia	2012	Kierszenbaum, Abraham L	3. ed.
	00140996	10 - Disp.Emp.Especial	371.911 B152	Baixa visão e oegueira: os caminhos para a reabilitação, a educação e a inclusão	2010		
	00140997	01 - Disponível	371.911 B152	Baixa visão e oegueira: os caminhos para a reabilitação, a educação e a inclusão	2010		
	00140998	01 - Disponível	371.911 B152	Baixa visão e oegueira: os caminhos para a reabilitação, a educação e a inclusão	2010		
	00140999	01 - Disponível	371.911 B152	Baixa visão e oegueira: os caminhos para a reabilitação, a educação e a inclusão	2010		
	00141000	01 - Disponível	371.911 B152	Baixa visão e oegueira: os caminhos para a reabilitação, a educação e a inclusão	2010		



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
	00141001	01 - Disponível	616.072 L864s	Semiologia médica: as bases do diagnóstico clínico	2004	López, Mário	5. ed.
	00141002	01 - Disponível	616.072 L864s	Semiologia médica: as bases do diagnóstico clínico	2004	López, Mário	5. ed.
	00141003	01 - Disponível	616.072 L864s	Semiologia médica: as bases do diagnóstico clínico	2004	López, Mário	5. ed.
	00141004	01 - Disponível	616.072 L864s	Semiologia médica: as bases do diagnóstico clínico	2004	López, Mário	5. ed.
	CD00964	01 - Disponível	616.12 T776	Tratado de cardiologia SOCESP	2009		2. ed.
	00141082	01 - Disponível	611.018 K47h	Histologia e biologia celular: uma introdução à patologia	2012	Kierszenbaum, Abraham L.	3. ed.
	00141083	01 - Disponível	611.018 K47h	Histologia e biologia celular: uma introdução à patologia	2012	Kierszenbaum, Abraham L.	3. ed.
	00141084	01 - Disponível	611.018 K47h	Histologia e biologia celular: uma introdução à patologia	2012	Kierszenbaum, Abraham L.	3. ed.
	AT00027	10 - Disp. Emp. Especial	611.01890222	S676botta: histologia atlas colorido de citologia, histologia e anatomia microscópica humana	2005		7. ed.
	AT00028	01 - Disponível	611.01890222	S676botta: histologia atlas colorido de citologia, histologia e anatomia microscópica humana	2005		7. ed.
	AT00029	01 - Disponível	611.01890222	S676botta: histologia atlas colorido de citologia, histologia e anatomia microscópica humana	2005		7. ed.
	AT00030	01 - Disponível	611.01890222	S676botta: histologia atlas colorido de citologia, histologia e anatomia microscópica humana	2005		7. ed.
	00141445	10 - Disp. Emp. Especial	616.07 T776	Tratado de clínica médica	2009		2. ed.
	00141446	01 - Disponível	616.07 T776	Tratado de clínica médica	2009		2. ed.
	00141447	01 - Disponível	616.07 T776	Tratado de clínica médica	2009		2. ed.
	00141448	01 - Disponível	616.07 T776	Tratado de clínica médica	2009		2. ed.
	00141449	01 - Disponível	616.07 T776	Tratado de clínica médica	2009		2. ed.
	00141450	10 - Disp. Emp. Especial	616.07 T776	Tratado de clínica médica	2009		2. ed.
	00141451	01 - Disponível	616.07 T776	Tratado de clínica médica	2009		2. ed.
	00141452	01 - Disponível	616.07 T776	Tratado de clínica médica	2009		2. ed.
	00141453	01 - Disponível	616.07 T776	Tratado de clínica médica	2009		2. ed.
	00141904	02 - Empréstado	616.12 T776	Tratado de cardiologia SOCESP	2009		2. ed.
	00146277	10 - Disp. Emp. Especial	614 S424e	Educação para a saúde: manual para o pessoal de saúde da zona rural	1981	Scotney, Norman	
	00146001	10 - Disp. Emp. Especial	303.4 S523s	A saúde perfeita: crítica de uma nova utopia	1985	Sfez, Lucien	



SIABI - Sistema de Automação de Bibliotecas

Biblioteca Central

BC



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
	00145296	10 - Disp.Emp.Especial	301.34 B584e	Estímulo Ao Desenvolvimento da Comunidade:um Guia de Treinamento Para os Líderes Locais	1969	Biddle, Loureide J.	
	00143877	10 - Disp.Emp.Especial	574.33 M821e	Embriologia básica	2000	Moore, Keith L.; Persaud, T.V.N.	5. ed.
	00143855	01 - Disponível	61607 R636p	Patologia Estrutural e Funcional	1983	Robbins, Stanley L.	2. ed.
	00143878	01 - Disponível	611 D182a	Anatomia humana sistêmica e segmentar: para estudante de medicina	1988	Dangelo, José Geraldo	2. ed.
	00145573	09 - Outras	616.072	Semiologia médica	2005	Porto, Celmo Celeno	5. ed.
	00145293	01 - Disponível	610.70981 E21	Educação Médica em Transformação: Instrumentos Para a Construção de Novas Realidades	2004		
	00141906	01 - Disponível	616.072 L884s	Semiologia médica: as bases do diagnóstico clínico	2004	López, Mário	5. ed.
	00145121	10 - Disp.Emp.Especial	174.9 C744	Concurso de Monografias: Prof. Dalgimar Beserra de Menezes	2002	Concurso de Monografias,	
	00145306	01 - Disponível	616.136 X3d	Dislipidemias	2005	Xavier, Hermes Toros	
	00144843	10 - Disp.Emp.Especial	616.136 X3d	Dislipidemias	2005	Xavier, Hermes Toros	
	00137647	01 - Disponível	001.42 C755m	Metodologia Científica	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137648	01 - Disponível	001.42 C755m	Metodologia Científica	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137649	01 - Disponível	001.42 C755m	Metodologia Científica	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137650	01 - Disponível	001.42 C755m	Metodologia Científica	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00786	10 - Disp.Emp.Especial	001.42 C743m	Metodologia Científica	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00787	01 - Disponível	001.42 C743m	Metodologia Científica	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00788	01 - Disponível	001.42 C743m	Metodologia Científica	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00789	01 - Disponível	001.42 C743m	Metodologia Científica	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00790	01 - Disponível	001.42 C743m	Metodologia Científica	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137651	10 - Disp.Emp.Especial	617.719	Cirurgia refrativa	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137652	01 - Disponível	617.719	Cirurgia refrativa	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137653	01 - Disponível	617.719	Cirurgia refrativa	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137654	01 - Disponível	617.719	Cirurgia refrativa	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137655	01 - Disponível	617.719	Cirurgia refrativa	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00791	10 - Disp.Emp.Especial	617.719	Cirurgia refrativa	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00792	01 - Disponível	617.719	Cirurgia refrativa	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00793	01 - Disponível	617.719	Cirurgia refrativa	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00794	01 - Disponível	617.719	Cirurgia refrativa	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00795	01 - Disponível	617.719	Cirurgia refrativa	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
	00137656	10 - Disp.Emp.Especial	617.7 C755s	Semiologia básica em Oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137657	01 - Disponível	617.7 C755s	Semiologia básica em Oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137658	01 - Disponível	617.7 C755s	Semiologia básica em Oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137659	01 - Disponível	617.7 C755s	Semiologia básica em Oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00137660	01 - Disponível	617.7 C755s	Semiologia básica em Oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00796	10 - Disp.Emp.Especial	617.7 C755s	Semiologia básica em Oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00797	01 - Disponível	617.7 C755s	Semiologia básica em Oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00798	01 - Disponível	617.7 C755s	Semiologia básica em Oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00799	01 - Disponível	617.7 C755s	Semiologia básica em Oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	CD00800	01 - Disponível	617.7 C755s	Semiologia básica em Oftalmologia	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
	00143856	01 - Disponível	616 B823d	Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso	2010	Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde,	8 ed.
	00143857	01 - Disponível	616 B823d	Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso	2010	Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde,	8 ed.
	00143858	01 - Disponível	616 B823d	Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso	2010	Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde,	8 ed.
	00143859	01 - Disponível	616 B823d	Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso	2010	Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde,	8 ed.
	00143860	01 - Disponível	616 B823d	Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso	2010	Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde,	8 ed.
	00143861	01 - Disponível	616 B823d	Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso	2010	Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde,	8 ed.
	00143862	01 - Disponível	616 B823d	Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso	2010	Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde,	8 ed.
	00145298	10 - Disp.Emp.Especial	001.42 S498m	Metodologia do trabalho científico	1986	Severino, Antônio Joaquim	14. ed
	00137512	10 - Disp.Emp.Especial	304.2 T314	Teorias e práticas em educação ambiental	2009		
	00137514	10 - Disp.Emp.Especial	361 S491	Serviço social na contra corrente: lutas, direitos, e políticas sociais	2010		



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
	00137515	01 - Disponível	361 S491	Serviço social na contra corrente: lutas, direitos, e políticas sociais	2010		
	00137639	10 - Disp.Emp.Especial	61696 R456p	Parasitologia: Parasitos e Doenças Parasitárias do Homem nos Trópicos Ocidentais	2008	Rey, Luis	4. ed.
	00137640	01 - Disponível	61696 R456p	Parasitologia: Parasitos e Doenças Parasitárias do Homem nos Trópicos Ocidentais	2008	Rey, Luis	4. ed.
	00137641	01 - Disponível	61696 R456p	Parasitologia: Parasitos e Doenças Parasitárias do Homem nos Trópicos Ocidentais	2008	Rey, Luis	4. ed.
	00137642	01 - Disponível	61696 R456p	Parasitologia: Parasitos e Doenças Parasitárias do Homem nos Trópicos Ocidentais	2008	Rey, Luis	4. ed.
	00137643	01 - Disponível	61696 R456p	Parasitologia: Parasitos e Doenças Parasitárias do Homem nos Trópicos Ocidentais	2008	Rey, Luis	4. ed.
	P010780	10 - Disp.Emp.Especial	610	Revista de ciências médicas e biológicas			
	P010135	10 - Disp.Emp.Especial	574	UNOPAR Científica: ciências biológicas e da saúde			
	P010132	10 - Disp.Emp.Especial	150	Estudos de psicologia	1983		
	00145126	10 - Disp.Emp.Especial	614 B823d	Diretrizes nacionais da vigilância em saúde	2010	Brasil. Ministério da Saúde	
	P010795	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Anais brasileiros de Dermatologia: publicação oficial da sociedade brasileira de dermatologia			
	P010796	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Anais brasileiros de Dermatologia: publicação oficial da sociedade brasileira de dermatologia			
	P010797	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Anais brasileiros de Dermatologia: publicação oficial da sociedade brasileira de dermatologia			
	P010798	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Anais brasileiros de Dermatologia: publicação oficial da sociedade brasileira de dermatologia			
	P010799	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Anais brasileiros de Dermatologia: publicação oficial da sociedade brasileira de dermatologia			
	P010800	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Anais brasileiros de Dermatologia: publicação oficial da sociedade brasileira de dermatologia			
	P010801	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Anais brasileiros de Dermatologia: publicação oficial da sociedade brasileira de dermatologia			
	AT00031	01 - Disponível	611.01890222	Sobotta: histologia atlas colorido de citologia, histologia e anatomia microscópica humana	2005		7. ed.
	00141905	01 - Disponível	616.12 T776	Tratado de cardiologia SOCESP	2009		2. ed.
	CD01003	01 - Disponível	616.12 T776	Tratado de cardiologia SOCESP	2009		2. ed.



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
	00141909	02 - Emprestado	616.12 B825	Braunwald: tratado de doenças cardiovasculares	2010		8. ed.
	00141910	02 - Emprestado	616.12 B825	Braunwald: tratado de doenças cardiovasculares	2010		8. ed.
	00141907	01 - Disponível	616.12 B825	Braunwald: tratado de doenças cardiovasculares	2010		8. ed.
	00141908	01 - Disponível	616.12 B825	Braunwald: tratado de doenças cardiovasculares	2010		8. ed.
	CD01004	01 - Disponível	616.12 B825	Braunwald: tratado de doenças cardiovasculares	2010		8. ed.
	CD01005	01 - Disponível	616.12 B825	Braunwald: tratado de doenças cardiovasculares	2010		8. ed.
	00141911	10 - Disp.Emp.Especial	617.413 A926f	Fundamentos da cirurgia vascular e angiologia	2002	Aun, Ricardo	
	00141912	01 - Disponível	617.413 A926f	Fundamentos da cirurgia vascular e angiologia	2002	Aun, Ricardo	
	00141913	01 - Disponível	617.413 A926f	Fundamentos da cirurgia vascular e angiologia	2002	Aun, Ricardo	
	00141914	01 - Disponível	617.413 A926f	Fundamentos da cirurgia vascular e angiologia	2002	Aun, Ricardo	
	00141915	01 - Disponível	617.413 A926f	Fundamentos da cirurgia vascular e angiologia	2002	Aun, Ricardo	
	00141916	10 - Disp.Emp.Especial	616.07 T776	Tratado de clínica médica	2009		2. ed.
	00141917	01 - Disponível	616.07 T776	Tratado de clínica médica	2009		2. ed.
	00141918	01 - Disponível	616.07 T776	Tratado de clínica médica	2009		2. ed.
	00141919	01 - Disponível	616.07 T776	Tratado de clínica médica	2009		2. ed.
	CD01006	10 - Disp.Emp.Especial	616.07 T776	Tratado de clínica médica	2009		2. ed.
	CD01007	01 - Disponível	616.07 T776	Tratado de clínica médica	2009		2. ed.
	CD01008	01 - Disponível	616.07 T776	Tratado de clínica médica	2009		2. ed.
	CD01009	01 - Disponível	616.07 T776	Tratado de clínica médica	2009		2. ed.
	00143879	10 - Disp.Emp.Especial	574.87 A333b	Biologia Molecular da Célula	1997	Alberts, Bruce	3. ed.
	F000238	10 - Disp.Emp.Especial	610 C755m	A medicina e os atos médicos	2003	Conselho Federal de Medicina	
	00143880	10 - Disp.Emp.Especial	614 D111a	Atenção primária em saúde na Venezuela: missão Barrio Adentro I	2008	Da Ros, Marco Aurélio	
	00143881	10 - Disp.Emp.Especial	612.3 H157e	Electrocardiografia	2000	Hallake, José	2. ed.
	00143882	10 - Disp.Emp.Especial	612.3 T772e	Electrocardiograma normal e patológico	2001	Tranchesi, João	
	00143883	10 - Disp.Emp.Especial	616.1202 P838d	Doenças do coração: prevenção e tratamento	1998	Porto, Celmo Celino	
	00143884	10 - Disp.Emp.Especial	616.12 T776	Tratado de cardiologia SOCESP	2005		
	CD01048	10 - Disp.Emp.Especial	616.12 T776	Tratado de cardiologia SOCESP: diretrizes	2005		
	00143885	10 - Disp.Emp.Especial	616.12 D655c	Conceitos atuais em cardiologia	1978	Dohmann, Hans J. F.	



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
	00143895	10 - Disp.Emp.Especial	616.12 C784	Controvérsias em cardiologia	1979		
	00143896	10 - Disp.Emp.Especial	616.12 H318e	Enfermedades isquémicas del corazon	1970	Harrison, Tinsley Randolph	8. ed.
	00143897	10 - Disp.Emp.Especial	616.12 G312	Geigy scientific tables: heart and circulation	1990		
	00143898	10 - Disp.Emp.Especial	616 T716i	Imunologia das infecções	1992	Tosta, Carlos Eduardo	
	00143901	10 - Disp.Emp.Especial	616.12 L555r	Radicais livres nas doenças cardiovasculares: teoria e prática	1998	Lemos, Artur Henrique	
	AT00032	08 - Fora de Empréstimos	616.132 M865	Miniaturas: hipertensão arterial	2004		
	00143921	10 - Disp.Emp.Especial	611.3 N474c	The Ciba Collection Of Medical Illustrations: heart	1969	Netter, Frank H.	
	F000239	10 - Disp.Emp.Especial	616.12 C421c	Clopidogrel: proteção global e permanente nas doenças cardiovasculares	2008	César, Luiz Antonio Machado	
	00143931	10 - Disp.Emp.Especial	616.12 T374	The theory and practice of auscultation	1964		
	00143932	10 - Disp.Emp.Especial	616.132 A883	Atualização em hipertensão arterial: clínica, diagnóstico e terapêutica	1996		
	P010785	10 - Disp.Emp.Especial	610	RMMG - Revista Médica de Minas Gerais			
	P010786	10 - Disp.Emp.Especial	610	RMMG - Revista Médica de Minas Gerais			
	P010787	10 - Disp.Emp.Especial	610	RMMG - Revista Médica de Minas Gerais			
	P100332	10 - Disp.Emp.Especial	617.5	International @rchives of otorhinolaryngology			
	P100333	10 - Disp.Emp.Especial	617.5	International @rchives of otorhinolaryngology			
	P100348	10 - Disp.Emp.Especial	617.5	International @rchives of otorhinolaryngology			
	P010697	10 - Disp.Emp.Especial	617.632	PerioNews			
	TD00451	10 - Disp.Emp.Especial	616.12 C81e	Evaluación deportadoras de entosis mitral con y sin comisurotomia quirúrgica previa mediante ecodoppler cardiografía durante el ejercicio	1996	Osella, Oscar Francisco Sánchez	
	P010803	10 - Disp.Emp.Especial	615	Pharmacia brasileira			
	P010804	10 - Disp.Emp.Especial	615	Pharmacia brasileira			
	P010805	10 - Disp.Emp.Especial	615	Pharmacia brasileira			
	P010806	10 - Disp.Emp.Especial	615	Pharmacia brasileira			
	P010807	10 - Disp.Emp.Especial	615	Pharmacia brasileira			
	P010808	10 - Disp.Emp.Especial	615	Pharmacia brasileira			
	P010811	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Surgical & cosmetic dermatology			
	P010813	10 - Disp.Emp.Especial	001	Diálogo médico			
	P010815	10 - Disp.Emp.Especial	001	HMI			
	P010816	10 - Disp.Emp.Especial	001	HMI			
	P010817	10 - Disp.Emp.Especial	001	HMI			
	P010823	10 - Disp.Emp.Especial	616.97	Revista brasileira de alergia e imunopatologia			



SIABI - Sistema de Automação de Bibliotecas
Biblioteca Central
BC



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
	P010824	10 - Disp.Emp.Especial	616.97	Revista brasileira de alergia e imunopatologia			
	P010825	10 - Disp.Emp.Especial	616.97	Revista brasileira de alergia e imunopatologia			
	P010826	10 - Disp.Emp.Especial	616.97	Revista brasileira de alergia e imunopatologia			
	P010827	10 - Disp.Emp.Especial	616.97	Revista brasileira de alergia e imunopatologia			
	P010828	10 - Disp.Emp.Especial	616.97	Revista brasileira de alergia e imunopatologia			
	P010829	10 - Disp.Emp.Especial	616.97	Revista brasileira de alergia e imunopatologia			
	P010830	10 - Disp.Emp.Especial	616.97	Revista brasileira de alergia e imunopatologia			
	P010831	10 - Disp.Emp.Especial	616.97	Revista brasileira de alergia e imunopatologia			
	P010832	10 - Disp.Emp.Especial	616.97	Revista brasileira de alergia e imunopatologia			
	P010833	10 - Disp.Emp.Especial	616.97	Revista brasileira de alergia e imunopatologia			
	P010834	10 - Disp.Emp.Especial	616.97	Revista brasileira de alergia e imunopatologia			
	P010835	10 - Disp.Emp.Especial	616.97	Revista brasileira de alergia e imunopatologia			
	P010836	10 - Disp.Emp.Especial	616.97	Revista brasileira de alergia e imunopatologia			
	P010837	10 - Disp.Emp.Especial	616.97	Revista brasileira de alergia e imunopatologia			
	P010838	10 - Disp.Emp.Especial	616.97	Revista brasileira de alergia e imunopatologia			
	P010839	10 - Disp.Emp.Especial	616.97	Revista brasileira de alergia e imunopatologia			
	P010840	10 - Disp.Emp.Especial	616.97	Revista brasileira de alergia e imunopatologia			
	P010841	10 - Disp.Emp.Especial	616.97	Revista brasileira de alergia e imunopatologia			
	P010842	10 - Disp.Emp.Especial	616.97	Revista brasileira de alergia e imunopatologia			
	P010843	10 - Disp.Emp.Especial	616.97	Revista brasileira de alergia e imunopatologia			
	P010844	10 - Disp.Emp.Especial	616.97	Revista brasileira de alergia e imunopatologia			
	P010845	10 - Disp.Emp.Especial	616.97	Revista brasileira de alergia e imunopatologia			
	P010846	10 - Disp.Emp.Especial	616.97	Revista brasileira de alergia e imunopatologia			
	DI00192	10 - Disp.Emp.Especial	610.3 D545	Dicionário de termos médicos, enfermagem e radiologia	2010		
	00144844	10 - Disp.Emp.Especial	615.1 N935	Novas tendências no manuseio farmacológico na ressuscitação cardíaca pulmonar	2000		
	MAN0013	10 - Disp.Emp.Especial	614 R585m	Manual de recomendações para a prevenção de controle das infecções relacionadas a assistência a saúde	2010	Rio Grande do Norte. Secretaria de Estado da Saúde Pública	
	00144994	10 - Disp.Emp.Especial	174.9574 B615b	Bioética	2002		3. ed.
	00144996	10 - Disp.Emp.Especial	338.09 S255	Saúde, corpo e sociedade	2006		
	00144997	10 - Disp.Emp.Especial	610.981 N315c	Capítulos da história da medicina no Brasil	2003	Nava, Pedro	
	00144998	10 - Disp.Emp.Especial	001.42 M593	Metodologia da Pesquisa Científica	1997		2. ed.



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
	00144999	10 - Disp.Emp.Especial	179.1 P475p	Problemas atuais de bioética	2005	Pessini, Leo	7. ed.
	00145000	10 - Disp.Emp.Especial	928.1 S811m	Médicos e descobridores: vidas que criaram a medicina de hoje	2004	Simmons, John Galbraith	
	00145002	10 - Disp.Emp.Especial	615.535 G662m	Manifesto da nova medicina	1998	Gordon, James S.	
	PI00341	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Journal of the American College of Cardiology			
	PI00342	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Journal of the American College of Cardiology			
	00145100	10 - Disp.Emp.Especial	174.9574 B615	Bioéticas, poderes e injustiças: 10 anos depois	2012		
	00145102	01 - Disponível	174.9574 B615	Bioéticas, poderes e injustiças: 10 anos depois	2012		
	00145103	01 - Disponível	174.9574 B615	Bioéticas, poderes e injustiças: 10 anos depois	2012		
	00145138	10 - Disp.Emp.Especial	633.88 F558	Fitoterapia racional: aspectos taxonômicos, agroecológicos, etnobotânicos e terapêuticos	2012		
	00145201	10 - Disp.Emp.Especial	617.95 G216p	Por uma política de transplantes no Brasil	2000	Garcia, Valter Duro	
	00145202	10 - Disp.Emp.Especial	616.89 S888q	O que psiquiatras fazem: ensaios	2007	Sonenreich, Carol	
	00145203	10 - Disp.Emp.Especial	616.895 D111	Da psicose maníaco-depressiva ao espectro bipolar	2005		
	00145204	10 - Disp.Emp.Especial	616.01 L865m	Microbiologia médica e imunologia	2001	Levinson, Warren	4. ed.
	00145205	10 - Disp.Emp.Especial	618.92 T776	Tratado de Pediatria: Sociedade Brasileira de Pediatria	2007		
	00145206	10 - Disp.Emp.Especial	614.571 B823p	Programa nacional de controle da dengue: amparo legal à execução das ações de campo - imóveis fechados, abandonados ou com acesso não permitido pelo morador	2006	Brasil. Ministério da Saúde	2. ed.
	00145207	10 - Disp.Emp.Especial	616.08 P974	Psicologia da saúde: um novo significado para a prática clínica	2006		
	00145208	10 - Disp.Emp.Especial	362.1027281 P769	Política de patentes em saúde humana	2001		
	00145209	10 - Disp.Emp.Especial	616.8917 P974	Psicologia médica: a dimensão psicossocial da prática médica	2012		
	00145210	10 - Disp.Emp.Especial	616.3624 C745	Condutção clínica do paciente com cirrose hepática	2013		
	00145211	01 - Disponível	616.3624 C745	Condutção clínica do paciente com cirrose hepática	2013		
	00145212	01 - Disponível	616.3624 C745	Condutção clínica do paciente com cirrose hepática	2013		
	00145213	01 - Disponível	616.3624 C745	Condutção clínica do paciente com cirrose hepática	2013		



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
	P011200	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Reblampa: Revista Brasileira e Latino-Americana de Marcapasso e Arritmia			
	P010848	10 - Disp.Emp.Especial	616.97	Revista brasileira de alergia e imunopatologia			
	P010849	10 - Disp.Emp.Especial	616.97	Revista brasileira de alergia e imunopatologia			
	P010850	10 - Disp.Emp.Especial	616.97	Revista brasileira de alergia e imunopatologia			
	P010851	10 - Disp.Emp.Especial	616.97	Revista brasileira de alergia e imunopatologia			
	P011215	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Hipertensão			
	P011218	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Hypertension			
	P100345	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	LatinMed			
	P100346	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	LatinMed			
	P011220	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Revista do DERC			
	00145740	10 - Disp.Emp.Especial	616.13 D647l	Lipids, diabetes and vascular disease	1998	Dodson, P. M.	2. ed.
	F000322	10 - Disp.Emp.Especial	616.132 A881	Atlas de hipertensão	[20??]		
	00145742	10 - Disp.Emp.Especial	616.12 C787	O coração: artérias e veias	1977		3. ed.
	00145746	10 - Disp.Emp.Especial	616.12 T776	Tratado de medicina cardiovascular	1987		2. ed.
	00145748	10 - Disp.Emp.Especial	616.12 B438e	Essentials of cardiac arrhythmias	1972	Bellet, Samuel	
	00145749	10 - Disp.Emp.Especial	616.13075 M669m	MRPA: Monitorização Residencial da Pressão Arterial	2006	Mion Jr., Décio	
	00145750	10 - Disp.Emp.Especial	616.12 B823d	Doença de Chagas: clínica e terapêutica	1990	Brasil. Ministério da Saúde	
	F000323	10 - Disp.Emp.Especial	611.0185 B823m	Manual de qualificação do captador	1997	Brasil. Ministério da Saúde	
	00145751	10 - Disp.Emp.Especial	616.12 B823d	Doença de Chagas: textos de apoio	1989	Brasil. Ministério da Saúde	
	00145753	10 - Disp.Emp.Especial	616.12 I59	Insuficiencia cardiaca congestiva: meonismos, evaluación y tratamiento	[19??]		
	00145754	10 - Disp.Emp.Especial	344.0419 C824e	Erro médico e responsabilidade civil	2012	Correia-Lima, Fernando Gomes	
	00145755	01 - Disponível	344.0419 C824e	Erro médico e responsabilidade civil	2012	Correia-Lima, Fernando Gomes	
	00145756	10 - Disp.Emp.Especial	617.96 A578	Anestesia e dor	2010		
	00145757	01 - Disponível	617.96 A578	Anestesia e dor	2010		
	00145758	01 - Disponível	617.96 A578	Anestesia e dor	2010		
	00145759	01 - Disponível	617.96 A578	Anestesia e dor	2010		
	00145760	10 - Disp.Emp.Especial	617.96 T673	Tópicos de anestesia e dor	2011		
	00145761	01 - Disponível	617.96 T673	Tópicos de anestesia e dor	2011		
	00145762	10 - Disp.Emp.Especial	571.9 G694v	O viés médico na literatura de Guimarães Rosa	2011	Goulart, Eugênio Marcos Andrade	
	00145766	10 - Disp.Emp.Especial	618.2 M294	Manual de condutas em obstetrícia	2011		
	00145767	10 - Disp.Emp.Especial	616.12 T776	Tratado de medicina cardiovascular	1987		2. ed.
	00145775	01 - Disponível	813 G886a	Água para elefantes	2007	Gruen, Sara	



SIABI - Sistema de Automação de Bibliotecas

Biblioteca Central

BC



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
	00145776	10 - Disp.Emp.Especial	616.34 D649	Doença Inflamatória Intestinal	2012		
	EV00117	10 - Disp.Emp.Especial	616.398 N468	Nestlé Nutrition Workshop (49th; 2001: Shanghai, China). Obesity in childhood and adolescence	2001		
	EV00118	10 - Disp.Emp.Especial	616.9940472 C758	Consensus Nacional de Dor Oncológica (2.:2010: São Paulo).	2011		
	CA00187	10 - Disp.Emp.Especial	616.89 C122	Caderno saúde mental 3: saúde mental: os desafios da formação	2010		
	00145402	10 - Disp.Emp.Especial	614 B823c	Caderno de diretrizes: objetivos, metas e indicadores 2013-2015	2013	Brasil. Ministério da Saúde	
	00145398	10 - Disp.Emp.Especial	614 B823l	Introdução a gestão de custos em saúde	2013	Brasil. Ministério da Saúde	
.	P011222	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Revista do DERC			
.	P006413	10 - Disp.Emp.Especial	618.97	Revista brasileira de geriatria e gerontologia			
0	P006414	10 - Disp.Emp.Especial	618.92	Pediatrics: official journal of the American Academy of Pediatrics			
0	P006415	10 - Disp.Emp.Especial	614.4	Vacinação			
0	P006416	10 - Disp.Emp.Especial	614.4	Vacinação			
0	P006417	10 - Disp.Emp.Especial	618	ABC da terapia antitrombótica			
0	P006418	10 - Disp.Emp.Especial	618	ABC da terapia antitrombótica			
0	P006419	10 - Disp.Emp.Especial	618	ABC da terapia antitrombótica			
0	P006420	10 - Disp.Emp.Especial	618	ABC da terapia antitrombótica			
0	P006429	10 - Disp.Emp.Especial	616.132	Hipertensão: Revista da Sociedade Brasileira de Hipertensão			
0	P006095	10 - Disp.Emp.Especial	612.3	Revista de Nutrição: Brazilian Journal Of Nutrition			
0	P006096	10 - Disp.Emp.Especial	610	Revista brasileira em promoção da saúde: brazilian journal in health promotion			
0	PI00161	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Journal of the American Academy of Dermatology			
0	PI00162	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Journal of the American Academy of Dermatology			
0	P006531	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Anais brasileiros de Dermatologia: publicação oficial da sociedade brasileira de dermatologia			
0	P008656	10 - Disp.Emp.Especial	610.7	Enfermagem em foco			
0	P008661	10 - Disp.Emp.Especial	614	Emergência Clínica			
0	P008662	10 - Disp.Emp.Especial	610.7	Enfermagem em foco			

33 / 49



SIABI - Sistema de Automação de Bibliotecas

Biblioteca Central

BC



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
0	P008916	10 - Disp. Emp. Especial	610	Universitas: ciências da saúde			
0	P008929	10 - Disp. Emp. Especial	612.3	Revista de Nutrição: Brazilian Journal Of Nutrition			
0	P008627	10 - Disp. Emp. Especial	174.9574	Revista bioética			
0	P008631	10 - Disp. Emp. Especial	610.7	Enfermagem em foco			
0	P006453	10 - Disp. Emp. Especial	616.132	Hipertensão: Revista da Sociedade Brasileira de Hipertensão			
0	P006454	10 - Disp. Emp. Especial	616.132	Hipertensão: Revista da Sociedade Brasileira de Hipertensão			
0	P006455	10 - Disp. Emp. Especial	616.132	Hipertensão: Revista da Sociedade Brasileira de Hipertensão			
0	P006456	10 - Disp. Emp. Especial	616.132	Hipertensão: Revista da Sociedade Brasileira de Hipertensão			
0	P006457	10 - Disp. Emp. Especial	616.132	Hipertensão: Revista da Sociedade Brasileira de Hipertensão			
0	P006458	10 - Disp. Emp. Especial	616.132	Hipertensão: Revista da Sociedade Brasileira de Hipertensão			
0	P006459	10 - Disp. Emp. Especial	616.132	Hipertensão: Revista da Sociedade Brasileira de Hipertensão			
0	P006460	10 - Disp. Emp. Especial	616.132	Hipertensão: Revista da Sociedade Brasileira de Hipertensão			
0	P006461	10 - Disp. Emp. Especial	616.132	Revista Brasileira de Hipertensão			
0	P006462	10 - Disp. Emp. Especial	616.992	Revista brasileira de oncologia clínica			
0	P006463	10 - Disp. Emp. Especial	616.992	Revista brasileira de oncologia clínica			
0	P006464	10 - Disp. Emp. Especial	614.4	Epidemiologia e serviços de saúde	1992		
0	P006465	10 - Disp. Emp. Especial	616.39	International Journal of nutrology			
0	P006466	10 - Disp. Emp. Especial	619.994	Rede câncer			
0	P006467	10 - Disp. Emp. Especial	612.3	Revista de Nutrição: Brazilian Journal Of Nutrition			
0	P006468	10 - Disp. Emp. Especial	616.992	Revista brasileira de oncologia clínica			
0	P006469	10 - Disp. Emp. Especial	610	Arquivos de ciências da saúde da Unipar			
0	P006470	10 - Disp. Emp. Especial	610	Scientia Médica			
0	P006471	10 - Disp. Emp. Especial	610	Universitas: ciências da saúde			
0	P006472	10 - Disp. Emp. Especial	618.97	Revista brasileira de geriatria e gerontologia			
0	P006475	10 - Disp. Emp. Especial	174.9574	Revista bioética			

34 / 49



SIABI - Sistema de Automação de Bibliotecas

Biblioteca Central

BC



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
0	P006476	10 - Disp.Emp.Especial	614	Emergencia Clinica			
0	P006477	10 - Disp.Emp.Especial	614	Emergencia Clinica			
0	P006478	10 - Disp.Emp.Especial	614	Emergencia Clinica			
0	P006479	10 - Disp.Emp.Especial	614	Revista Intensiva			
0	P006480	10 - Disp.Emp.Especial	614	Revista Intensiva			
0	P006508	10 - Disp.Emp.Especial	610	Scientia Médica			
0	P006509	10 - Disp.Emp.Especial	610	Scientia Médica			
0	P006510	10 - Disp.Emp.Especial	610	Revista do Hospital			
0	P006511	10 - Disp.Emp.Especial		Boletim do centro de biologia da reprodução			
0	P006512	10 - Disp.Emp.Especial	306	Ciência e Cultura: revista científica multidisciplinar do centro universitário da fundação educacional de barretos			
0	P006513	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Revista Brasileira de Ecocardiograma			
0	P00159	10 - Disp.Emp.Especial	618.92	Journal of Pediatric hematology/ oncology			
0	P006514	10 - Disp.Emp.Especial	616.241	Jornal Brasileiro de Pneumologia			
0	P00160	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Journal of the American Academy of Dermatology			
0	P006515	10 - Disp.Emp.Especial	616.15	Hemo em revista			
0	P006516	10 - Disp.Emp.Especial	618.92	Pediatria a dia			
0	P006353	10 - Disp.Emp.Especial	619.994	Rede câncer			
0	P006354	10 - Disp.Emp.Especial	618.1	Jornal da Febrasgo			
0	P006355	10 - Disp.Emp.Especial	618.1	Jornal da Febrasgo			
0	P006356	10 - Disp.Emp.Especial	618.1	Jornal da Febrasgo			
0	P006357	10 - Disp.Emp.Especial	618.1	Jornal da Febrasgo			
0	P006358	10 - Disp.Emp.Especial	618.1	Jornal da Febrasgo			
0	P006359	10 - Disp.Emp.Especial	618.1	Jornal da Febrasgo			
0	P006360	10 - Disp.Emp.Especial	618.1	Jornal da Febrasgo			
0	P006361	10 - Disp.Emp.Especial	616.8498	Sleep Science			
0	P006362	10 - Disp.Emp.Especial	616.8498	Sleep Science			
0	P006363	10 - Disp.Emp.Especial	616.8498	Sleep Science			
0	P006366	10 - Disp.Emp.Especial	616.33	Currente Gastroenterology reports Brasil			
0	P006374	10 - Disp.Emp.Especial	616.33	Currente Gastroenterology reports Brasil			
0	P006375	10 - Disp.Emp.Especial	616.33	Currente Gastroenterology reports Brasil			
0	P006376	10 - Disp.Emp.Especial	616.33	Currente Gastroenterology reports Brasil			
0	P006379	10 - Disp.Emp.Especial	600	Ciência sempre			

35 / 49



SIABI - Sistema de Automação de Bibliotecas

Biblioteca Central

BC



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
0	P006383	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Anais brasileiros de Dermatologia: publicação oficial da sociedade brasileira de dermatologia			
0	P006385	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Anais brasileiros de Dermatologia: publicação oficial da sociedade brasileira de dermatologia			
0	P006386	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Anais brasileiros de Dermatologia: publicação oficial da sociedade brasileira de dermatologia			
0	P006387	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Anais brasileiros de Dermatologia: publicação oficial da sociedade brasileira de dermatologia			
0	P006388	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Anais brasileiros de Dermatologia: publicação oficial da sociedade brasileira de dermatologia			
0	P006390	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Anais brasileiros de Dermatologia: publicação oficial da sociedade brasileira de dermatologia			
0	P006391	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Anais brasileiros de Dermatologia: publicação oficial da sociedade brasileira de dermatologia			
0	P006393	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Anais brasileiros de Dermatologia: publicação oficial da sociedade brasileira de dermatologia			
0	P006395	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Anais brasileiros de Dermatologia: publicação oficial da sociedade brasileira de dermatologia			
0	P006396	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Anais brasileiros de Dermatologia: publicação oficial da sociedade brasileira de dermatologia			
0	P006397	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Anais brasileiros de Dermatologia: publicação oficial da sociedade brasileira de dermatologia			
0	P006399	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Anais brasileiros de Dermatologia: publicação oficial da sociedade brasileira de dermatologia			
0	P006400	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Anais brasileiros de Dermatologia: publicação oficial da sociedade brasileira de dermatologia			
0	P006401	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Anais brasileiros de Dermatologia: publicação oficial da sociedade brasileira de dermatologia			
0	P006405	10 - Disp.Emp.Especial	618.1	Jornal da Febrasgo			
0	P006408	10 - Disp.Emp.Especial	100	Trilhas filosóficas			
0	P006409	10 - Disp.Emp.Especial	617.412	Jornal da Insuficiência cardíaca			
0	P006410	10 - Disp.Emp.Especial	617.412	Jornal da Insuficiência cardíaca			
0	P006411	10 - Disp.Emp.Especial	616.33	AJG The American Journal of Gastroenterology			
0	P006412	10 - Disp.Emp.Especial	612.4	Arquivos Brasileiros de endocrinologia & metabologia			



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
0	P005553	10 - Disp.Emp.Especial	610	Journal of the health sciences institute: revista do Instituto de Ciências da Saúde			
0	P005130	10 - Disp.Emp.Especial	616.992	Revista brasileira de cancerologia			
0	P005131	10 - Disp.Emp.Especial	614.4	Epidemiologia e serviços de saúde	1992		
0	P005132	10 - Disp.Emp.Especial	610	Arquivos Brasileiros de Ciências da Saúde			
0	P004662	10 - Disp.Emp.Especial	616.8	Dementia e neuropsicologia			
0	P000045	10 - Disp.Emp.Especial	616.2	American journal of respiratory and critical care medicine			
0	P004676	10 - Disp.Emp.Especial	610	Gazeta médica da Bahia			
0	P004677	10 - Disp.Emp.Especial	616.992	Revista brasileira de oncologia clínica			
0	P004678	10 - Disp.Emp.Especial	612.04	Acta fisiátrica			
0	P004402	10 - Disp.Emp.Especial	610	Acta scientiarum: health sciences			
0	P003812	10 - Disp.Emp.Especial	616.07	Jornal brasileiro de patologia e medicina laboratorial			
0	P003475	10 - Disp.Emp.Especial	610	Universitas: ciências da saúde			
0	P003476	10 - Disp.Emp.Especial	612.3	Revista de Nutrição: Brazilian Journal Of Nutrition			
0	P003477	10 - Disp.Emp.Especial	614	Revista brasileira saúde da família			
0	P003478	10 - Disp.Emp.Especial	614	Revista brasileira saúde da família			
0	P003479	10 - Disp.Emp.Especial	612.3	Revista de Nutrição: Brazilian Journal Of Nutrition			
0	P003480	10 - Disp.Emp.Especial	610	Revista de ciências Médicas			
0	P003481	10 - Disp.Emp.Especial	618.97	Revista brasileira de geriatria e gerontologia			
0	P003482	10 - Disp.Emp.Especial	610	Revista brasileira em promoção da saúde: brazilian journal in health promotion			
0	P003816	10 - Disp.Emp.Especial	610	Journal of the health sciences institute: revista do Instituto de Ciências da Saúde			
0	P003817	10 - Disp.Emp.Especial	574	UNOPAR Científica: ciências biológicas e da saúde			
0	P003818	10 - Disp.Emp.Especial	174.9574	Revista bioética			
0	P003819	10 - Disp.Emp.Especial	616.992	Revista brasileira de oncologia clínica			
0	P003820	10 - Disp.Emp.Especial	610	Publicatio UEPG: ciências biológicas e da saúde			
0	P003821	10 - Disp.Emp.Especial	574	UNOPAR Científica: ciências biológicas e da saúde			
0	P003822	10 - Disp.Emp.Especial	619.994	Rede câncer			



SIABI - Sistema de Automação de Bibliotecas

Biblioteca Central

BC



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
0	P00019	10 - Disp.Emp.Especial	610	The New England Journal of Medicine			
0	P003823	10 - Disp.Emp.Especial	614	Revista brasileira saúde da família			
0	P003824	10 - Disp.Emp.Especial	614	Revista brasileira saúde da família			
0	P003825	10 - Disp.Emp.Especial	614	Revista brasileira saúde da família			
0	P003826	10 - Disp.Emp.Especial	614	Revista brasileira saúde da família			
0	P003827	10 - Disp.Emp.Especial	617,51	Otorrinolaringologia			
0	P003828	10 - Disp.Emp.Especial	616,33	AJG The American Journal of Gastroenterology			
0	P003829	10 - Disp.Emp.Especial	616,33	AJG The American Journal of Gastroenterology			
0	P003830	10 - Disp.Emp.Especial	616,33	AJG The American Journal of Gastroenterology			
0	P003831	10 - Disp.Emp.Especial	050	Essentia: revista de cultura, ciência e tecnologia			
0	P003832	10 - Disp.Emp.Especial	610	AR&S CVRANDI			
0	P003833	10 - Disp.Emp.Especial	610	AR&S CVRANDI			
0	P003834	10 - Disp.Emp.Especial	617,51	JBM Jomal Brasileiro de Medicina			
0	P003909	10 - Disp.Emp.Especial	616,39	International Journal of nutrology			
0	P003910	10 - Disp.Emp.Especial	616,39	International Journal of nutrology			
0	P003911	10 - Disp.Emp.Especial	612,3	Revista de Nutrição: Brazilian Journal Of Nutrition			
0	P003912	10 - Disp.Emp.Especial	618,92	Revista paulista de pediatria			
0	P003913	10 - Disp.Emp.Especial	618,92	Revista paulista de pediatria			
0	P000020	10 - Disp.Emp.Especial	618,92	Archives of Pediatrics & Adolescent medicine			
0	P000021	10 - Disp.Emp.Especial	618,92	Journal of Child Neurology			
0	P000022	10 - Disp.Emp.Especial	618,92	Journal of Child Neurology			
0	P000023	10 - Disp.Emp.Especial	618,92	Journal of Child Neurology			
0	P003914	10 - Disp.Emp.Especial	618,92	Pediatria São Paulo			
0	P000024	10 - Disp.Emp.Especial	618,92	Pediatric Surgery International			
0	P003915	10 - Disp.Emp.Especial	150	Interação em Psicologia			
0	P003916	10 - Disp.Emp.Especial	150	Interação em Psicologia			
0	P003917	10 - Disp.Emp.Especial	616,15	Revista Hemorio			
0	P003918	10 - Disp.Emp.Especial	616,15	ABO - Revista de medicina Transfusional			
0	P003919	10 - Disp.Emp.Especial	610	Saúde em debate			
0	P003920	10 - Disp.Emp.Especial	610	Saúde em debate			
0	P003921	10 - Disp.Emp.Especial	610	Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil			
0	P000025	10 - Disp.Emp.Especial	610	Fetal Diagnosis and therapy			
0	P003922	10 - Disp.Emp.Especial	610	Cadernos da ABEM			

38 / 49



SIABI - Sistema de Automação de Bibliotecas

Biblioteca Central

BC



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
0	P003923	10 - Disp.Emp.Especial	610	APS - Revista de Atenção Primária à Saúde			
0	P003924	10 - Disp.Emp.Especial	610	RBSO - Revista Brasileira de Saúde Ocupacional			
0	P003953	10 - Disp.Emp.Especial	614	História Ciência Saúde: Manguinhos			
0	P003772	10 - Disp.Emp.Especial	610	Arquivos de ciências da saúde da Unipar			
0	P003773	10 - Disp.Emp.Especial	610	Arquivos Brasileiros de Ciências da Saúde			
0	P003774	10 - Disp.Emp.Especial	610	Arquivos Brasileiros de Ciências da Saúde			
0	P003775	10 - Disp.Emp.Especial	616.992	Revista brasileira de cancerologia			
0	P003776	10 - Disp.Emp.Especial	617.51	Arquivos Internacionais de otorrinolaringologia			
0	P003777	10 - Disp.Emp.Especial	617.51	Arquivos Internacionais de otorrinolaringologia			
0	P003778	10 - Disp.Emp.Especial	617.51	Arquivos Internacionais de otorrinolaringologia			
0	P003779	10 - Disp.Emp.Especial	617.51	Arquivos Internacionais de otorrinolaringologia			
0	P003780	10 - Disp.Emp.Especial	617.51	Arquivos Internacionais de otorrinolaringologia			
0	P003781	10 - Disp.Emp.Especial	616.07	Jornal brasileiro de patologia e medicina laboratorial			
0	P003782	10 - Disp.Emp.Especial	616.07	Jornal brasileiro de patologia e medicina laboratorial			
0	P003783	10 - Disp.Emp.Especial	616.07	Jornal brasileiro de patologia e medicina laboratorial			
0	P003784	10 - Disp.Emp.Especial	618.92	Jornal de pediatria			
0	P003785	10 - Disp.Emp.Especial	618.92	Jornal de pediatria			
0	P003786	10 - Disp.Emp.Especial	618.92	Jornal de pediatria			
0	P003787	10 - Disp.Emp.Especial	618.92	Jornal de pediatria			
0	P003788	10 - Disp.Emp.Especial	618.92	Jornal de pediatria			
0	P003789	10 - Disp.Emp.Especial	618.97	Revista brasileira de geriatria e gerontologia			
0	PI00003	10 - Disp.Emp.Especial	610	The New England Journal of Medicine			
0	PI00004	10 - Disp.Emp.Especial	610	The New England Journal of Medicine			
0	PI00005	10 - Disp.Emp.Especial	610	The New England Journal of Medicine			
0	PI00006	10 - Disp.Emp.Especial	610	The New England Journal of Medicine			
0	PI00007	10 - Disp.Emp.Especial	610	The New England Journal of Medicine			
0	PI00008	10 - Disp.Emp.Especial	610	The New England Journal of Medicine			
0	PI00009	10 - Disp.Emp.Especial	610	The New England Journal of Medicine			
0	PI00010	10 - Disp.Emp.Especial	610	The New England Journal of Medicine			
0	PI00011	10 - Disp.Emp.Especial	610	The New England Journal of Medicine			
0	PI00012	10 - Disp.Emp.Especial	610	The New England Journal of Medicine			
0	PI00013	10 - Disp.Emp.Especial	610	The New England Journal of Medicine			

39 / 49



SIABI - Sistema de Automação de Bibliotecas

Biblioteca Central

BC



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
0	PI00014	10 - Disp. Emp. Especial	610	The New England Journal of Medicine			
0	PI00015	10 - Disp. Emp. Especial	610	The New England Journal of Medicine			
0	P003790	10 - Disp. Emp. Especial	610	RMMG - Revista Médica de Minas Gerais			
0	P003791	10 - Disp. Emp. Especial	610	RMMG - Revista Médica de Minas Gerais			
0	P003792	10 - Disp. Emp. Especial	610	RMMG - Revista Médica de Minas Gerais			
0	P003793	10 - Disp. Emp. Especial	610	RMMG - Revista Médica de Minas Gerais			
0	PI00016	10 - Disp. Emp. Especial	610	The Journal of Hospital Infection			
0	P003796	10 - Disp. Emp. Especial	610	Revista Brasileira do Pâncreas			
0	P003797	10 - Disp. Emp. Especial	610	Revista Brasileira do Pâncreas			
0	P003798	10 - Disp. Emp. Especial	610	Revista Brasileira do Pâncreas			
0	P003799	10 - Disp. Emp. Especial	616.33	Arquivos de gastroenterologia			
0	P003800	10 - Disp. Emp. Especial	610	RBSO - Revista Brasileira de Saúde Ocupacional			
0	P003801	10 - Disp. Emp. Especial	610.7	REBEn: Revista brasileira de enfermagem			
0	P003802	10 - Disp. Emp. Especial	619.994	Rede câncer			
0	P003803	10 - Disp. Emp. Especial	618.1	RBGO: revista brasileira de ginecologia e obstetria			
0	P003804	10 - Disp. Emp. Especial	618.1	Femina			
0	P003805	10 - Disp. Emp. Especial	618.1	Femina			
0	P003806	10 - Disp. Emp. Especial	618.1	Femina			
0	PI00017	10 - Disp. Emp. Especial	610	The New England Journal of Medicine			
0	PI00018	10 - Disp. Emp. Especial	610	The New England Journal of Medicine			
0	P003807	10 - Disp. Emp. Especial	174.9574	Revista bioética			
0	P003808	10 - Disp. Emp. Especial	616.992	Revista brasileira de oncologia clinica			
0	P003809	10 - Disp. Emp. Especial	573	Revista Interdisciplinar de estudos experimentais			
0	P003810	10 - Disp. Emp. Especial	610	ARS CVRANDI			
0	P003811	10 - Disp. Emp. Especial	610	ARS CVRANDI			
0	P009970	10 - Disp. Emp. Especial	617.632	PerioNews			
0	P009939	10 - Disp. Emp. Especial	610	Cadernos da ABEM			
0	P009823	10 - Disp. Emp. Especial	610	Revista brasileira em promoção da saúde: brazilian journal in health promotion			
0	P009824	10 - Disp. Emp. Especial	610	Journal of the health sciences institute: revista do Instituto de Ciências da Saúde			
0	PI00326	10 - Disp. Emp. Especial	617.5	International @rchives of otorhinolaryngology			
0	P009825	10 - Disp. Emp. Especial	610	Cadernos da ABEM			
0	P009818	10 - Disp. Emp. Especial	174.9574	Revista bioética			

40 / 49



SIABI - Sistema de Automação de Bibliotecas

Biblioteca Central

BC



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
0	P009810	10 - Disp.Emp.Especial	610	Revista brasileira de educação médica			
0	P009811	10 - Disp.Emp.Especial	610	Revista brasileira de educação médica			
0	P009805	10 - Disp.Emp.Especial	610	Revista brasileira de educação médica			
0	P009763	10 - Disp.Emp.Especial	612.3	Revista de Nutrição: Brazilian Journal Of Nutrition			
0	P009680	10 - Disp.Emp.Especial	616.132	Revista Brasileira de Hipertensão			
0	P009681	10 - Disp.Emp.Especial	616.07	Jornal brasileiro de patologia e medicina laboratorial			
0	P009682	10 - Disp.Emp.Especial	610	Revista de ciências médicas e biológicas			
0	P009707	10 - Disp.Emp.Especial	610	Revista de ciências médicas e biológicas			
0	P009708	10 - Disp.Emp.Especial	610	Revista de ciências médicas e biológicas			
0	P009709	10 - Disp.Emp.Especial	616.992	Revista brasileira de cancerologia			
0	P009710	10 - Disp.Emp.Especial	616.07	Jornal brasileiro de patologia e medicina laboratorial			
0	P009711	10 - Disp.Emp.Especial	616.992	Revista brasileira de cancerologia			
0	P009712	10 - Disp.Emp.Especial	616.132	Hipertensão: Revista da Sociedade Brasileira de Hipertensão			
0	P009713	10 - Disp.Emp.Especial	616.39	International Journal of nutrology			
0	P007463	10 - Disp.Emp.Especial	610	Arquivos Brasileiros de Ciências da Saúde			
0	P006764	10 - Disp.Emp.Especial	610	Arquivos Brasileiros de Ciências da Saúde			
0	P006765	10 - Disp.Emp.Especial	618.97	Revista brasileira de geriatria e gerontologia			
0	P007209	10 - Disp.Emp.Especial	616	BMJ			
0	P009058	10 - Disp.Emp.Especial	573	Revista Interdisciplinar de estudos experimentais			
0	P009059	10 - Disp.Emp.Especial	616.07	Jornal brasileiro de patologia e medicina laboratorial			
0	P009060	10 - Disp.Emp.Especial	610	Scientia Médica			
0	P009061	10 - Disp.Emp.Especial	610	Scientia Médica			
0	P009062	10 - Disp.Emp.Especial	618.92	Jornal de pediatria			
0	P009063	10 - Disp.Emp.Especial	617.51	Arquivos internacionais de otorrinolaringologia			
0	P009064	10 - Disp.Emp.Especial	616.992	Revista brasileira de oncologia clinica			
0	P009065	10 - Disp.Emp.Especial	616.8498	Sleep Science			
0	P009066	10 - Disp.Emp.Especial	616.8498	Sleep Science			
0	P009067	10 - Disp.Emp.Especial	616.8498	Sleep Science			
0	P009068	10 - Disp.Emp.Especial	616.8498	Sleep Science			



SIABI - Sistema de Automação de Bibliotecas

Biblioteca Central

BC



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
0	P009074	10 - Disp.Emp.Especial	610	Revista brasileira em promoção da saúde: brazilian journal in health promotion			
0	P009075	10 - Disp.Emp.Especial	612.04	Acta fisiológica			
0	P009076	10 - Disp.Emp.Especial	610	Revista de ciências Médicas			
0	P009077	10 - Disp.Emp.Especial	618.97	Revista brasileira de geriatria e gerontologia			
0	P009078	10 - Disp.Emp.Especial	610	Temas em saúde			
0	P009079	10 - Disp.Emp.Especial	617.5	RGO - Revista Gaúcha de Odontologia			
0	P009080	10 - Disp.Emp.Especial	574	UNOPAR Científica: ciências biológicas e da saúde			
0	P009081	10 - Disp.Emp.Especial	610	Arquivos de ciências da saúde da Unipar			
0	P009082	10 - Disp.Emp.Especial	610	Arquivos de ciências da saúde da Unipar			
0	P009598	10 - Disp.Emp.Especial	610	Revista de Ciências Médicas da universidade de Caxias do Sul			
0	P009677	10 - Disp.Emp.Especial	614.4	Epidemiologia e serviços de saúde	1992		
0	P009679	10 - Disp.Emp.Especial	617.412	Jornal da insuficiência cardíaca			
0	P009055	10 - Disp.Emp.Especial	573	Revista Interdisciplinar de estudos experimentais			
0	P009056	10 - Disp.Emp.Especial	573	Revista Interdisciplinar de estudos experimentais			
0	P011223	10 - Disp.Emp.Especial	614	Boletim científico do Instituto de Ensino e Pesquisa São Camilo			
0	P011266	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Kardia: o desafio em cardiologia			
0	P011272	10 - Disp.Emp.Especial	616.92	Jornal da SBHCl			
0	P011273	10 - Disp.Emp.Especial	616.92	Revista Atheros			
0	P011274	10 - Disp.Emp.Especial	616.92	Revista Atheros			
0	P011275	10 - Disp.Emp.Especial	616.92	Revista Atheros			
0	P011276	10 - Disp.Emp.Especial	610	RBM - Revista Brasileira de Medicina			
0	P011221	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Revista do DERC			
0	P011219	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Revista do DERC			
0	PI00343	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	The american journal of cardiology			
0	PI00344	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	LatinMed			
0	P011216	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Jama/ Cardio			
0	P011217	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Hypertension			
0	P010975	10 - Disp.Emp.Especial	616.97	Revista brasileira de alergia e imunopatologia			
0	P010976	10 - Disp.Emp.Especial	616.97	Revista brasileira de alergia e imunopatologia			
0	P010977	10 - Disp.Emp.Especial	616.97	Revista brasileira de alergia e imunopatologia			
0	P010978	10 - Disp.Emp.Especial	616.97	Revista brasileira de alergia e imunopatologia			

42 / 49



SIABI - Sistema de Automação de Bibliotecas

Biblioteca Central

BC



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
0	P010984	10 - Disp.Emp.Especial	616.97	Revista brasileira de alergia e imunopatologia			
0	P010979	10 - Disp.Emp.Especial	616.97	Revista brasileira de alergia e imunopatologia			
0	P010980	10 - Disp.Emp.Especial	616.97	Revista brasileira de alergia e imunopatologia			
0	P010985	10 - Disp.Emp.Especial	616.97	Revista brasileira de alergia e imunopatologia			
0	P010987	10 - Disp.Emp.Especial	616.97	Revista brasileira de alergia e imunopatologia			
0	P010989	10 - Disp.Emp.Especial	616.97	Revista brasileira de alergia e imunopatologia			
0	P010990	10 - Disp.Emp.Especial	616.97	Revista brasileira de alergia e imunopatologia			
0	P011201	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Reblampa: Revista Brasileira e Latino-Americana de Marcapasso e Arritmia			
0	P011202	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Reblampa: Revista Brasileira e Latino-Americana de Marcapasso e Arritmia			
0	P011022	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Reblampa: Revista Brasileira e Latino-Americana de Marcapasso e Arritmia			
0	P011023	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Reblampa: Revista Brasileira e Latino-Americana de Marcapasso e Arritmia			
0	P011024	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Reblampa: Revista Brasileira e Latino-Americana de Marcapasso e Arritmia			
0	P011025	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Reblampa: Revista Brasileira e Latino-Americana de Marcapasso e Arritmia			
0	P011026	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Reblampa: Revista Brasileira e Latino-Americana de Marcapasso e Arritmia			
0	P011027	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Reblampa: Revista Brasileira e Latino-Americana de Marcapasso e Arritmia			
0	P011029	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Reblampa: Revista Brasileira e Latino-Americana de Marcapasso e Arritmia			
0	P011030	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Reblampa: Revista Brasileira e Latino-Americana de Marcapasso e Arritmia			
0	P011031	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Reblampa: Revista Brasileira e Latino-Americana de Marcapasso e Arritmia			
0	P011032	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Reblampa: Revista Brasileira e Latino-Americana de Marcapasso e Arritmia			
0	P011033	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Reblampa: Revista Brasileira e Latino-Americana de Marcapasso e Arritmia			
0	P011034	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Reblampa: Revista Brasileira e Latino-Americana de Marcapasso e Arritmia			



SIABI - Sistema de Automação de Bibliotecas

Biblioteca Central

BC



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
0	P011035	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Reblampa: Revista Brasileira e Latino-Americana de Marcapasso e Arritmia			
0	P011036	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Reblampa: Revista Brasileira e Latino-Americana de Marcapasso e Arritmia			
0	P011037	10 - Disp.Emp.Especial	001	Scientific American Brasil			
0	P011038	10 - Disp.Emp.Especial	001	Scientific American Brasil			
0	P011195	10 - Disp.Emp.Especial	001	Scientific American Brasil			
0	PI00340	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Journal of the American College of Cardiology			
0	P011213	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Revista brasileira de cardiologia invasiva			
0	P011214	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Hipertensão			
0	PI00334	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Journal of the American College of Cardiology			
0	PI00335	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Journal of the American College of Cardiology			
0	PI00336	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Journal of the American College of Cardiology			
0	PI00337	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Journal of the American College of Cardiology			
0	PI00338	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Journal of the American College of Cardiology			
0	PI00339	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Journal of the American College of Cardiology			
0	P011051	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo			
0	P011052	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo			
0	P011053	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo			
0	P011054	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo			
0	P011055	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo			
0	P011058	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo			
0	P011057	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo			
0	P011056	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo			
0	P011076	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo			
0	P011074	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo			

44 / 49



SIABI - Sistema de Automação de Bibliotecas

Biblioteca Central

BC



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
0	P011077	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo			
0	P011071	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo			
0	P011070	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo			
0	P011073	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo			
0	P011080	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo			
0	P011078	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo			
0	P011079	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo			
0	P011059	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Current Cardiology Reports Brasil			
0	P011060	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Arquivos Brasileiros de Cardiologia			
0	P011061	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Arquivos Brasileiros de Cardiologia			
0	P011065	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Arquivos Brasileiros de Cardiologia			
0	P011064	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Arquivos Brasileiros de Cardiologia			
0	P011062	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Arquivos Brasileiros de Cardiologia			
0	P011063	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Arquivos Brasileiros de Cardiologia			
0	P011066	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Arquivos Brasileiros de Cardiologia			
0	P011067	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Arquivos Brasileiros de Cardiologia			
0	P011068	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Arquivos Brasileiros de Cardiologia			
0	P011069	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Arquivos Brasileiros de Cardiologia			
0	P011004	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Reblampa: Revista Brasileira e Latino-Americana de Marcapasso e Arritmia			
0	P011005	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Reblampa: Revista Brasileira e Latino-Americana de Marcapasso e Arritmia			
0	P011007	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Reblampa: Revista Brasileira e Latino-Americana de Marcapasso e Arritmia			
0	P011006	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Reblampa: Revista Brasileira e Latino-Americana de Marcapasso e Arritmia			
0	P011008	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Reblampa: Revista Brasileira e Latino-Americana de Marcapasso e Arritmia			



SIABI - Sistema de Automação de Bibliotecas

Biblioteca Central

BC



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
0	P011010	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Reblampa: Revista Brasileira e Latino-Americana de Marcapasso e Arritmia			
0	P011011	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Reblampa: Revista Brasileira e Latino-Americana de Marcapasso e Arritmia			
0	P011012	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Reblampa: Revista Brasileira e Latino-Americana de Marcapasso e Arritmia			
0	P011013	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Reblampa: Revista Brasileira e Latino-Americana de Marcapasso e Arritmia			
0	P011009	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Reblampa: Revista Brasileira e Latino-Americana de Marcapasso e Arritmia			
0	P011019	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Reblampa: Revista Brasileira e Latino-Americana de Marcapasso e Arritmia			
0	P011020	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Reblampa: Revista Brasileira e Latino-Americana de Marcapasso e Arritmia			
0	P011021	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Reblampa: Revista Brasileira e Latino-Americana de Marcapasso e Arritmia			
0	P011197	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Reblampa: Revista Brasileira e Latino-Americana de Marcapasso e Arritmia			
0	P011198	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Reblampa: Revista Brasileira e Latino-Americana de Marcapasso e Arritmia			
0	P011199	10 - Disp.Emp.Especial	616.12	Reblampa: Revista Brasileira e Latino-Americana de Marcapasso e Arritmia			
0	P010847	10 - Disp.Emp.Especial	616.97	Revista brasileira de alergia e imunopatologia			
0	P010818	10 - Disp.Emp.Especial	614	Saúde e sociedade			
0	P010819	10 - Disp.Emp.Especial	500	XXI: Glândia para a vida			
0	P010822	10 - Disp.Emp.Especial	616.97	Revista brasileira de alergia e imunopatologia			
0	P010814	10 - Disp.Emp.Especial	001	HMI			
0	P010812	10 - Disp.Emp.Especial	001	Diálogo médico			
0	P010809	10 - Disp.Emp.Especial	610.6	Revista brasileira de medicina do trabalho			
0	P010810	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Quirúrgico & cosmético dermatológico			
0	P010802	10 - Disp.Emp.Especial	615	Pharmacia brasileira			
0	P010973	10 - Disp.Emp.Especial	617.632	PerioNews			
0	P010974	10 - Disp.Emp.Especial	617.632	PerioNews			
0	P010596	10 - Disp.Emp.Especial	617.632	PerioNews			
0	P010347	10 - Disp.Emp.Especial	617.5	International @archives of otolaryngology			
0	P011298	10 - Disp.Emp.Especial	610	RMMG - Revista Médica de Minas Gerais			

46 / 49



SIABI - Sistema de Automação de Bibliotecas

Biblioteca Central

BC



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
0	P010763	10 - Disp.Emp.Especial	616.92	Revista paulista de pediatria			
0	P011196	10 - Disp.Emp.Especial	617.51	Clinical Symposia			
0	P010991	10 - Disp.Emp.Especial	610	Revista de Ciências Médicas da universidade de Caxias do Sul			
0	P100331	10 - Disp.Emp.Especial	617.5	International @rchives of otomniolaryngology			
0	P010602	10 - Disp.Emp.Especial	610	Medicina CFM: Revista de Humanidades Médicas			
0	P011434	10 - Disp.Emp.Especial	001.1	Minas faz ciência			
0	P010970	10 - Disp.Emp.Especial	617.6	Revista científica CRO-RJ			
0	P010820	10 - Disp.Emp.Especial	610	Revista Brasileira de Medicina de família e comunidade			
0	P011083	10 - Disp.Emp.Especial	616.992	Revista brasileira de oncologia clínica			
0	P011084	10 - Disp.Emp.Especial	616.992	Revista brasileira de oncologia clínica			
0	P011279	10 - Disp.Emp.Especial	610	RBSO - Revista Brasileira de Saúde Ocupacional			
0	P010793	10 - Disp.Emp.Especial	610	RBSO - Revista Brasileira de Saúde Ocupacional			
0	P010784	10 - Disp.Emp.Especial	610	RMMG - Revista Médica de Minas Gerais			
0	P011433	10 - Disp.Emp.Especial	610	Scientia Médica			
0	P010794	10 - Disp.Emp.Especial	616.5	Anais brasileiros de Dermatologia: publicação oficial da sociedade brasileira de dermatologia			
0	P010133	10 - Disp.Emp.Especial	612.3	Revista de Nutrição: Brazilian Journal Of Nutrition			
0	P010134	10 - Disp.Emp.Especial	574	UNOPAR Científica: ciências biológicas e da saúde			
0	P010136	10 - Disp.Emp.Especial	616.992	Revista brasileira de oncologia clínica			
0	P010139	10 - Disp.Emp.Especial	618.97	Revista brasileira de geriatria e gerontologia			
0	P010140	10 - Disp.Emp.Especial	614.4	Epidemiologia e serviços de saúde	1992		
0	P010781	10 - Disp.Emp.Especial	610	Revista de ciências médicas e biológicas			
0	P011085	10 - Disp.Emp.Especial	616.39	International journal of nutrology			
0	P010601	10 - Disp.Emp.Especial	610	Publicatio UEPG: ciências biológicas e da saúde			
0	P010994	10 - Disp.Emp.Especial	610	Arquivos Brasileiros de Ciências da Saúde			
0	P010972	10 - Disp.Emp.Especial	610	Arquivos Brasileiros de Ciências da Saúde			
0	P011299	10 - Disp.Emp.Especial	610	Arquivos Brasileiros de Ciências da Saúde			
0	P010595	10 - Disp.Emp.Especial	610	Acta Scientiarum: Health Solences			
0	P010789	10 - Disp.Emp.Especial	610	Revista de ciências Médicas			
0	P010790	10 - Disp.Emp.Especial	610	Journal of the health sciences insitute: revista do Instituto de Ciências da Saúde			



SIABI - Sistema de Automação de Bibliotecas

Biblioteca Central

BC



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
0	P011086	10 - Disp.Emp.Especial	610	Journal of the health sciences institute: revista do Instituto de Ciências da Saúde			
0	P010791	10 - Disp.Emp.Especial	612.3	Revista de Nutrição: Brazilian Journal Of Nutrition			
0	P010969	10 - Disp.Emp.Especial	612.3	Revista de Nutrição: Brazilian Journal Of Nutrition			
0	P010594	10 - Disp.Emp.Especial	612.3	Revista de Nutrição: Brazilian Journal Of Nutrition			
0	00137646	10 - Disp.Emp.Especial	001.42 C755m	Metodologia Científica	2011	Conselho Brasileiro de Oftalmologia	2.ed.
0	P009938	10 - Disp.Emp.Especial	614	Revista brasileira de saúde pública			
0	P011267	10 - Disp.Emp.Especial	610	Universitas: ciências da saúde			
0	P010782	10 - Disp.Emp.Especial	610	Universitas: ciências da saúde			
0	P010821	10 - Disp.Emp.Especial	616.07	Jornal brasileiro de patologia e medicina laboratorial			
0	P010598	10 - Disp.Emp.Especial	610	Revista brasileira em promoção da saúde: brazilian journal in health promotion			
0	P010993	10 - Disp.Emp.Especial	610	Revista brasileira em promoção da saúde: brazilian journal in health promotion			
0	P010992	10 - Disp.Emp.Especial	610	Revista brasileira em promoção da saúde: brazilian journal in health promotion			
0	P010600	10 - Disp.Emp.Especial	618.97	Revista brasileira de geriatria e gerontologia			
0	P010779	10 - Disp.Emp.Especial	610	Revista de ciências médicas e biológicas			
0	00137661	10 - Disp.Emp.Especial	616 H297	Harrison medicina interna	2008		17. ed.
0	00137663	10 - Disp.Emp.Especial	616 H297	Harrison medicina interna	2008		17. ed.
0	P011082	10 - Disp.Emp.Especial	616.992	Revista brasileira de cancerologia			
0	P010792	10 - Disp.Emp.Especial	614.4	Epidemiologia e serviços de saúde	1992		
0	P010971	10 - Disp.Emp.Especial	614.4	Epidemiologia e serviços de saúde	1992		
0	P011297	10 - Disp.Emp.Especial	614.4	Epidemiologia e serviços de saúde	1992		
0	P010983	10 - Disp.Emp.Especial	610	Revista brasileira de educação médica			
0	P010788	10 - Disp.Emp.Especial	618.92	Jornal de pediatria			
0	P010599	10 - Disp.Emp.Especial	174.9574	Revista bioética			
0	P011280	10 - Disp.Emp.Especial	174.9574	Revista bioética			
0	P010127	10 - Disp.Emp.Especial	616.992	Revista brasileira de oncologia clinica			
0	P010128	10 - Disp.Emp.Especial	174.9574	Revista bioética			
0	P010129	10 - Disp.Emp.Especial	610	Acta Scientiarum: Health Sciences			

48 / 49



SIABI - Sistema de Automação de Bibliotecas

Biblioteca Central

BC



Relatório de Tombo

segunda-feira, 18 de novembro de 2013

Patrimônio	Tombo	Situação	Localização	Título	Ano Pub.	Autor	Edição
0	P010130	10 - Disp.Emp.Especial	612.3	Revista de Nutrição: Brazilian Journal Of Nutrition			
0	P010131	10 - Disp.Emp.Especial	150	Estudos de psicologia	1963		

49 / 49

ANEXO 20 – ATA DA REUNIÃO DO CONSAD QUE APROVA O PPC DO CURSO DE MEDICINA



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA – SEEC
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
CNPJ nº. 08.258.295/0001-02
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS
CURSO DE MEDICINA
Rua Miguel Antônio da Silva Neto, s/n Aeroporto Mossoró-RN CEP: 59607-360
Fone: (84) 3315 - 2248 E-mail: facs@uern.br

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO - CONSAD/FACS EM 14/06/2013

Aos quatorze dias do mês de junho do ano dois mil e treze, às dezessete horas, na Faculdade de Ciências da Saúde-FACS, realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho Administrativo e Acadêmico da FACS. Contou com as presenças dos professores Ana Cláudia de Oliveira, Cléber de Mesquita Andrade, Jennifer do Vale e Silva, Jerônimo Dix-Sept Rosado Maia Sobrinho, José Rodolfo Lopes de Paiva Cavalcanti, Paula Vivianne Souza de Queiroz Moreira, José Hélio Cabral Freire, Sonia Elizabeth Lopez Carrillo, João Batista de Souza, Patrícia Estela Giovaninni, Stephan Barisic Júnior, Wogelsanger Oliveira Pereira, a Secretária do Curso de Medicina Allyssandra Maria Lima Rodrigues Maia, os discentes José Wilson Linhares Júnior, Thaís Bandeira de Carvalho, Zuíla Carvalho de Brito, e os representantes técnico-administrativos Júlia Lorena Marques Gurgel e Zaira Nakala da Silva Câmara, tendo como ponto de pauta: 1) Apreciação e aprovação do Projeto Político Pedagógico. O prof. José Hélio Cabral Freire deu as boas vindas e iniciou a reunião apresentando o ponto de pauta. Inicialmente o professor José Hélio apresentou o Projeto Político Pedagógico e explanou as modificações sugeridas pelas professoras Maria Auxiliadora Carvalho e Emília Maria Trigueiro de Moraes Paiva, no tocante a carga horária de disciplinas e nomenclatura das mesmas. O Professor Jerônimo Dix-Sept Rosado Maia Sobrinho sugeriu que quanto à mudança na nomenclatura da disciplina de Pediatria, 8º período, para Pediatria e Crescimento e Desenvolvimento, ele considera o nome um pouco extenso, acrescentando que esse nome poderia permanecer como está, ou seja, apenas Pediatria. O professor José Hélio destacou que de acordo com as Assessoras do Curso existem alguns pontos fortes do PPC

2013: Capacitação docente com aumento do número de doutores/mestres, acesso ao Portal Periódicos CAPES, aumento do número de projetos de Pesquisa e de Extensão, Residência Médica em funcionamento, integração da clínica médica, cirurgia, anatomia patológica e imagenologia, a presença do Núcleo Estruturante do Curso, a criação do Laboratório de Neurologia Experimental/LabNeuro, expansão da infraestrutura física com edificação de 3 pavimentos, os Programas de Monitoria, as Ligas Acadêmicas de Medicina-LAM, integração dos ciclos básico e técnico. Após essa explanação o Projeto Pedagógico foi colocado em votação aos presentes, sendo aprovado por unanimidade. Não havendo mais assunto para tratar, a reunião foi encerrada às 19h. O professor José Hélio Cabral Freire agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. E para constar eu, Allyssandra Maria Lima Rodrigues Maia, Secretária Geral da Faculdade de Ciências da Saúde, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada receberá minha assinatura e a dos demais presentes.

Mossoró, 14 de junho de 2013.

- 1 Allyssandra Maria Lima Rodrigues Maia
- 2 Ana Cláudia de Oliveira
- 3 Cléber de Mesquita Andrade
- 4 Jerônimo Dix-Sept Rosado Maia Sobrinho
- 5 Jennifer do Vale e Silva
- 6 José Hélio Cabral Freire
- 7 José Wilson Linhares Júnior
- 8 José Rodolfo Lopes de Paiva Cavalcanti,
- 9 João Batista de Souza
- 10 Júlia Lorena Marques Gurgel
- 11 Paula Vivianne Souza de Queiroz Moreira
- 12 Patrícia Estela Giovaninni
- 13 Sonia Elizabeth Lopez Carrillo
- 14 Stephan Barisic Júnior
- 15 Thaís Bandeira de Carvalho

- 16 Wogelsanger Oliveira Pereira
- 17 Zaíra Nakala da Silva Camara
- 18 Zuíla Carvalho de Brito

ANEXO 21 – ATA DA REUNIÃO DO DCB QUE APROVA O PPC DO CURSO DE MEDICINA



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA – SEEC
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS – DCB
CURSO DE MEDICINA

Rua Miguel Antônio da Silva Neto, s/n; CEP: 59607-360 Aeroporto Mossoró-RN
Fone: (84) 3315 - 2248 E-mail: facs@uern.br/ dcb@uern.br

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DEPARTAMENTAL - DCB EM 28/11/2013

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, na Sala Wogelsanger Oliveira Pereira, realizou-se a Reunião Ordinária do Departamento de Ciências Biomédicas/DCB para deliberarem sobre seguinte pauta: **I – Aprovação do 1º Workshop do LabNeuro; II – Apreciação de duas ações de extensão do Grupo de Estudos em saúde Coletiva; III – Esclarecimentos sobre captação de recursos para a FACS; IV - Solicitação de laboratório para pesquisa; V – Escolha da segunda orientadora Acadêmica da FACS; VI- Comissão para eleição de chefe e subchefe do Departamento de Ciências Biomédicas; VII – Apresentação da lista dos professores elegíveis para o cargo de chefe e subchefe do DCB; VIII – Alterações na Coordenação do Internato em Clínica Médica A e B; IX– Aproveitamento das vagas remanescentes do concurso 2010.** A chefe do Departamento, Prof.^a. Elizabeth Carrillo, iniciou a reunião dando as boas vindas aos presentes e esclarecendo que havia inserido alguns pontos na pauta da reunião no último momento, por solicitação de alguns professores e por isso a ordem dos pontos antes informada na convocação havia sido modificada. Neste instante a Prof.^a. Auxiliadora pediu a palavra e solicitou que o último ponto da pauta, referente ao aproveitamento das vagas remanescentes do último concurso fosse discutido primeiro, tendo em vista a importância do assunto. A Prof.^a. Elizabeth acatou a solicitação e explicou que o referido ponto foi sugerido pela direção da Faculdade de Ciências da Saúde/FACS e convidou o diretor para expor os motivos da referida solicitação. O Prof. Hélio informou que havia solicitado esse ponto para que o colegiado pudesse debater acerca do aproveitamento dos suplentes do concurso desta universidade realizado em dois mil e dez, pois com a ampliação do número de vagas iniciais de vinte e seis para sessenta, há aumento na demanda de disciplinas ofertadas e necessidade de contratação de professores. Explicou ainda que o

Estado e consequentemente a universidade estão passando por um momento de contenção de despesas devido ao decreto vinte e três mil, seiscentos e vinte e sete, de dois de agosto de dois mil e treze, o qual estabelece medidas sobre contenção de despesas públicas no âmbito da administração direta e indireta do Estado do Rio Grande do Norte. Além disso, informou que o concurso foi prorrogado até junho de dois mil e quatorze e se essas pessoas que estão na suplência não forem convocadas, dificilmente será realizado um outro concurso em tempo hábil para suprir as necessidades que surgirão com a semestralidade. Diante disso, entende que é de extrema importância que o colegiado se posicione sobre o assunto para que a Faculdade possa pleitear a convocação dos suplentes. Após essa fala, o Prof. Cléber Mesquita perguntou quantas pessoas estão na suplência, ao que a Prof.^a. Elizabeth respondeu que há um suplente na disciplina de Neurologia, um na disciplina de Pediatria e seis na disciplina de Metodologia Científica. Enfatizou que as referidas convocações devem ser realizadas respeitando o perfil publicado no edital do referido concurso e no Diário Oficial do Estado, o qual foi elaborado pelo titular de cada disciplina. A Prof.^a. Elizabeth informou ainda que caso o colegiado acate a solicitação da direção, deverá ser encaminhado um documento para a Pró-Reitoria de Recursos Humanos/PRORHAE, a qual deverá repassar o assunto para a Comissão de Distribuição de Carga Horária/CDCH, que por fim emitirá um parecer. Em seguida a Prof.^a. Emília enfatizou a importância da convocação dos suplentes, pois na disciplina de Neurologia, os alunos deveriam estar vendo vinte por cento de neurocirurgia e oitenta por cento de neurologia clínica, o que de fato não ocorre porque não há um professor com a formação de neurologista clínico na referida disciplina; na disciplina de Urgências Clínicas, há o atendimento na urgência e emergência de Acidente Vascular Cerebral/AVC, onde é necessário um neurologista clínico; no internato tem as atividades nas clínicas A e B com doenças neurológicas, onde é preciso um neurologista clínico, então este profissional será extremamente útil tanto na graduação, como no internato; no caso da Pediatria, ocorre o mesmo, há atividades na graduação e no internato, o que justifica a carga horária; no tocante à Metodologia Científica também há como justificar pois com base no Projeto Pedagógico do Curso/PPC, o qual tem como base o Regulamento dos Cursos de Graduação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, o Trabalho de Conclusão de Curso/TCC deve ser individual e como há apenas um professor nesta disciplina os alunos fazem os trabalhos em dupla; para que possam elaborar o TCC os alunos têm a disciplina de Introdução à Metodologia Científica no segundo período e no sétimo período veem Elaboração do Trabalho Científico; durante esse período precisam de acompanhamento para cumprir os

diversos passos na elaboração de seus projetos; a Prof.^a Emília mencionou inclusive que só um professor é insuficiente para atender as demandas da faculdade; outro ponto que foi mencionado pela referida professora, o número de professores efetivos, que ainda não é o desejável, pois o previsto para o ano de dois mil e quatro já era cento e vinte professores efetivos e ainda não conseguimos atingir essa meta. E analisou a lista geral de suplentes e há duas suplentes que prestaram concurso em 2010 para a Faculdade de Enfermagem, e que a formação delas se encaixa no perfil do candidato que foi elaborado pela Faculdade de Medicina para as vagas de Fisiologia e Embriologia. Em seguida a prof.^a Auxiliadora pediu a palavra e reiterou a necessidade da convocação desses professores, pois no caso da Neurologia disse perceber a deficiência dos alunos no que diz respeito à Semiologia Neurológica, pois por ser uma área muito específica, deve ser dada por um neurologista clínico. Na área de Metodologia há apenas uma professora de vinte horas, o que não será suficiente para atender além dos alunos que já temos, mais sessenta que entrarão já no próximo ano, o que configura uma situação de emergência, tendo em vista que a parte teórica da Metodologia deve ser ministrada por professores da área e com o aumento da demanda um professor apenas não será suficiente. A referida professora disse inclusive que a faculdade deve elaborar uma justificativa para o setor de Recursos Humanos explicando as especificidades do curso. A Prof.^a Emília disse que a Faculdade de Medicina deve afirmar de modo imperativo que precisa de mais professores, pois deve-se considerar que antes entravam vinte e seis alunos por ano e a partir de dois mil e quatorze serão trinta que entrarão via Processo Seletivo de Vagas Iniciais mais aqueles que entrarão pelo processo de vagas não iniciais; se as outras instâncias não concederem infelizmente não podemos fazer nada, mas o posicionamento da faculdade deve ser apresentar suas necessidades. O diretor da faculdade disse que realmente os dados matemáticos e cargas horárias aos quais a chefe do Departamento se refere estão corretas, mas o curso de Medicina apresenta algumas especificidades que devem ser justificadas junto à Pró-Reitoria de Recursos Humanos. Nesse momento, o Prof. Cléber falou que inclusive em outros momentos foi preciso expor as particularidades do curso para que alguns avanços fossem conquistados e que geralmente obteve-se êxito. O Prof. Stephan Barisic disse que seria um descuido da faculdade se diante do aumento do número de vagas e sem a menor previsão de haver outro concurso, deixar que o concurso realizado em dois mil e dez expire sem solicitar que as pessoas já aprovadas sejam convocadas. O Prof. Fausto Pierdoná concordou com o Prof. Stephan, pois entende que se há pessoas capacitadas aprovadas no concurso e não há previsão de realização de um outro, a

faculdade deve solicitar que esses profissionais sejam convocados, inclusive mencionou a deficiência de docentes que existe na área básica. O Prof. Wogelsanger fez uma intervenção junto ao colegiado no sentido de fazer alguns esclarecimentos sobre a tramitação nas instâncias da universidade e sobretudo com relação à legalidade dos atos a serem realizados; expôs que para a proposta ser apreciada, é necessário elaborar uma justificativa esclarecendo as especificidades e necessidades atuais, levando-se em consideração a semestralidade e o corpo docente. Neste momento, o diretor da faculdade se pronunciou e se comprometeu a fazer esta justificativa. O Prof. Wogel então retomou sua fala abordando o dimensionamento feito pelo Departamento de Ciências Biomédicas durante a discussão do aumento de vagas, quando foi equalizado o número de docentes com o número de alunos da faculdade e o chegou-se à conclusão que são necessários cento e vinte professores; informou que na época desse estudo, havia noventa e seis professores lotados no Departamento de Ciências Biomédicas, faltando então vinte e quatro vagas a serem preenchidas e as principais deficiências foram detectadas naquele momento e hoje, vinte e oito de novembro de dois mil e treze, de acordo com os registros da Pró-Reitoria de Recursos Humanos há cem professores lotados no Departamento de Ciências Biomédicas, entre professores efetivos e provisórios. O referido professor disse que a universidade está sensível a necessidade de convocação desses professores, mas precisa ficar claro para a Comissão de Distribuição de Carga Horária que os professores serão convocados para sua área, no entanto atuarão de forma que possam suprir as necessidades que existem atualmente no curso, inclusive com a possibilidade de colaborar com outras disciplinas; enfatizou que é favorável que sejam chamados todos os que estão na lista de espera, respeitando os perfis que foram apresentados no edital do concurso, mas que esses professores possam ser aproveitados para outras disciplinas. Em seguida a Prof.^a Auxiliadora pediu a palavra e disse que a fala do Prof. Wogel foi bastante esclarecedora; no tocante à colaboração com outras disciplinas, disse ser bastante comum, inclusive citou o exemplo da Prof.^a. Ana Cláudia, concursada para a disciplina de Nutrição, mas que colabora muito satisfatoriamente com a disciplina de Citologia e Organização Biomolecular. Após estas considerações, a Prof.^a. Elizabeth convidou o colegiado a votar a proposta de aproveitamento dos suplentes do concurso de dois mil e dez da Faculdade de Enfermagem e da Medicina na área objeto do concurso, o qual foi aprovado por unanimidade. Dando sequência à reunião, foi abordado o ponto de pauta sobre a aprovação do primeiro Workshop do Laboratório de Neurologia Experimental/LabNeuro; a Professora Elizabeth convidou o Professor Rodolfo para explicar melhor o evento. O Professor Rodolfo esclareceu que em reunião do membros

do LabNeuro decidiu-se realizar uma atividade de extensão, um Workshop no qual serão expostos os resultados oriundos das pesquisas realizadas durante o ano, no entanto não informou a data em virtude da impossibilidade de comparecimento dos pesquisadores nas datas previstas, sendo assim solicitou aprovação da plenária com a data do evento a ser definida posteriormente. A Professora Elizabeth questionou se os presentes tinham alguma dúvida com relação ao evento. A Professora Patrícia Giovannini questionou se o evento seria auto financiado, ao passo que o Professor respondeu que seria a priori auto financiado com alguns recursos do laboratório, pois o propósito maior seria o compartilhamento do conhecimento e o esclarecimento sobre os procedimentos utilizados na pesquisa com animais, na tentativa de diminuir os preconceitos com relação ao trabalho realizado no laboratório. Posto em votação, o pleito foi aprovado por unanimidade. Na sequência, a Professora Elizabeth convidou o Professor Jennifer do Vale para prestar esclarecimentos quanto ao ponto de pauta solicitado, aprovação de ações de extensão; o Professor Jennifer esclareceu que duas atividades do Grupo de Estudos em Saúde Coletiva – GESC são caracterizadas como atividades de extensão e precisam de aprovação da plenária para serem encaminhadas e institucionalizadas junto a Pró-Reitoria de Extensão. A primeira atividade é o Curso Introdutório de Pesquisa Qualitativa, com carga horária de oito horas, o qual já foi realizado e destina-se a alunos e profissionais da área da saúde que tenham interesse em pesquisa qualitativa; o curso abrange desde os fundamentos até a etapa de elaboração da pesquisa. A segunda atividade é um ciclo de debates que vem sendo realizado desde o semestre passado e tem por objetivo colocar em discussão temas relevantes no campo da Saúde Coletiva; durante este semestre os debates estão sendo realizados de forma itinerante no intuito de aumentar a abrangência; há seis debates programados, sendo que o primeiro já foi realizado. Diante do exposto, solicitou a aprovação destas atividades de extensão junto a plenária. A Professora Elizabeth questionou aos presentes quanto as dúvidas pertinentes a essas atividades. A Professora Auxiliadora parabenizou a iniciativa e relatou ficar muito feliz com o desenvolvimento dessas atividades da Faculdade de Ciências da Saúde. Posto em votação, as ações foram aprovadas por unanimidade. Dando continuidade, o Professor Wogel pediu a palavra durante a reunião para informar que após a visita do reitor durante a reunião ordinária do Departamento no mês de setembro, foi realizada uma visita ao Ministério da Saúde e na ocasião foi discutida a situação do aumento do número de vagas no curso de Medicina. Diante do que foi conversado nessas reuniões foi realizada uma série de encaminhamentos e o Professor achou por bem aproveitar a presença dos professores na reunião para apresentar os

avanços desde então. Comentou também que existe um encaminhamento que vai precisar da ajuda dos professores. O Professor Vogel comentou que foi realizado um estudo de demandas dos professores e constatou-se a necessidade de fazer um novo concurso docente. O Departamento de Ciências Biomédicas, atualmente, conta com sessenta professores efetivos, dezesseis contratados e vinte e quatro preceptores, totalizando cem professores. Na Universidade do Estado do Rio Grande é o departamento que contém mais professores e é bastante questionado quando é solicitado aumento no número de professores. Devido a isto, está sendo estudada a possibilidade de realizar concurso também para preceptores, dado que da totalidade de professores, vinte e quatro são dessa modalidade. O Professor Vogel esclareceu também alguns passos realizados desde que foi oficializado o aumento do número de vagas do curso de Medicina, o qual foi aprovado no dia trinta de outubro de dois mil e treze no Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão/CONSEPE, implantando assim a semestralidade. Em seguida, conseguiu-se um documento da atual Governadora Rosalba Ciarlini, o ofício nº177/2013, no qual se compromete com a abertura de concurso para professores. Com relação aos ambulatórios, para que sejam feitas melhorias na estrutura é necessário que o terreno onde atualmente funcionam os ambulatórios seja doado pelo Estado para a Universidade; o processo de cessão deste terreno se encontra na Procuradoria Geral do Estado, depois disso tramitará na Assembleia Legislativa, onde haverá uma votação permitindo a doação do terreno para a Instituição. O Professor Vogel mostrou o desenho da área a ser cedida e explicou que encontraram algumas dificuldades desde quando a secretaria notou a dimensão desse terreno; pelo fato de existir uma lagoa nas proximidades, nenhum prédio poderia ser construído numa distância mínima de 30 metros, desse modo esse projeto inicial não pôde ser executado. Em paralelo a este assunto, o Professor Vogel comentou que existe uma Emenda Parlamentar Federal de oito milhões e meio, na qual estava inserido um projeto de ampliação e modernização desses ambulatórios, contudo como não se tinha um documento oficial dizendo que este terreno era da Universidade, o Ministério da Educação solicitou que fosse providenciado. O Professor Vogel explicou ainda que com o lançamento do Projeto RN sustentável do Governo do Estado, um dos projetos inseridos é a construção do Hospital Materno Infantil de Mossoró e em uma dessas negociações, a Governadora do Estado questionou se a Universidade tinha algum terreno que pudesse doar para a construção desse Hospital, ao que prontamente a Instituição fez a doação de um terreno no Campus Central em Mossoró; estima-se que esse projeto esteja alçado em torno de trinta e dois milhões. A Professora Janina questionou se esse hospital seria um hospital escola. O Professor

Wogel respondeu informando que acredita que a tendência é que possa ser um hospital ensino. Informou ainda que as emendas parlamentares de dois mil e quatorze já foram aprovadas, dentre as quais duas de quarenta milhões contemplam projetos para a UERN. O Professor Wogel continuou explicando que quando se trata de Emenda Parlamentar Federal é muito mais fácil demolir e construir algo novo do que fazer uma reforma de um prédio que já existe, inclusive um desses projetos consiste em demolir a atual estrutura onde funcionam os ambulatórios e construir um novo prédio que de acordo com o projeto arquitetônico terá dez salas. Outra Emenda alçada em um milhão e quinhentos mil reais, da autoria do Deputado José Dias será destinada a modernização e acessibilidade das estruturas da UERN, dentre as quais estão contemplados os elevadores da Faculdade de Ciências da Saúde. No início da semana, o Reitor Pedro Fernandes esteve no Ministério da Saúde para dar esclarecimentos quanto aos avanços do aumento do número de vagas do curso de Medicina e solicitar apoio àquele ministério; com isso o Ministério da Saúde vai apoiar um projeto de um milhão e meio para ajudar os cursos da área da saúde, sobretudo o curso de Medicina da UERN. Nesse projeto deve ser contemplada a aquisição de equipamentos, dando prioridade às atividades de ensino e graduação, ambulatórios e demais atividades. Esse projeto deve ser encaminhado ao Ministério da Saúde até o dia dez de dezembro de dois mil e treze, dessa forma o Professor Wogel solicitou aos professores que identifiquem suas demandas e ao menos determine uma estimativa de preços para que possamos chegar a cifra de um milhão e duzentos mil reais. O Professor Wogel espera finalizar o projeto até o dia cinco de Dezembro e pede a colaboração de todos para enviar o mais rapidamente esse projeto ao Ministério da Saúde. Dando sequência, a Professora Elizabeth colocou em discussão o ponto de pauta relacionado à solicitação de laboratório para pesquisa. A referida Professora explicou que teve o seu título de Doutorado revalidado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp - SP) e gostaria de iniciar atividades de pesquisa com os alunos da FACS; desse modo, solicita o laboratório de Fisiologia para comportar equipamentos, visto que o espaço permite a realização de outras atividades. A Professora Elizabeth relatou que pretende formar um grupo de pesquisa em Medicina Regenerativa, com assuntos relacionados a células tronco e transplantes. A discente Thaís questionou se seria realizada uma seleção para entrar no grupo de pesquisa, ao passo que a Professora Elizabeth respondeu que seria realizada uma seleção criteriosa para compor o grupo. Posto em votação, foi aprovado de forma unânime. Na sequência, a Professora Elizabeth explicou que devido ao aumento do número de vagas do curso de medicina, ficou preocupada com a sobrecarga de trabalho de apenas uma orientadora acadêmica e convidou a

Professora Isabelle Cantídio. Desse modo, questionou aos professores presentes se gostariam de propor outro nome ou votar na Professora Isabelle, tendo em vista que a mesma aceitou o convite. A Professora Patrícia Giovannini pediu a palavra para esclarecer que de acordo com o Projeto Pedagógico, o número de orientandos para cada orientador acadêmico deve ser de no mínimo trinta e no máximo cento e cinquenta, assim gostaria de evidenciar que esta não é apenas uma questão subjetiva, pois o número de alunos no curso vai além do máximo. Posto em votação, foi aprovado por unanimidade. Logo após, a Professora Elizabeth deu sequência a reunião iniciando o sétimo ponto de pauta, referente às eleições para chefe do Departamento de Ciências Biomédicas. A referida Professora explicou que o seu mandato como Chefe terminará em quatorze de março de dois mil e quatorze, e não possui interesse em continuar nesse cargo, sendo que seu foco maior está em fazer pesquisa, ensino e extensão. Explicou ainda que devido ao recesso acadêmico (entre vinte e um de dezembro de dois mil e treze e dezenove de janeiro de dois mil e quatorze) não poderá ser convocada a reunião da plenária, devido a isto, achou por bem formar a Comissão Eleitoral, desde que iniciará suas atividades em fevereiro de dois mil e quatorze. Em seguida explicou que a comissão deve ser formada por um técnico administrativo, um discente e três professores, todos efetivos; demonstraram interesse em compor a comissão os seguintes membros: Prof. José Edvan, Prof. Hélio e Prof. Cléber, a discente Samila Marissa e a técnica administrativa Júlia Lorena como titulares e a Prof.^a Ana Maria, o Prof. José Rodolfo e a Prof.^a Paula Vivianne como suplentes. O Professor José Hélio informou que as eleições para a Direção serão na mesma época que as eleições para Chefe de departamento, com isso solicitou que a mesma comissão realize os trabalhos para as Eleições de Diretor, tendo em vista que pretendia iniciar esse processo somente depois da volta do recesso acadêmico, contudo como já foi colocado em pauta a eleição para chefe e como a eleição da direção é feita de maneira muito simples, gostaria de pedir permissão para que a comissão fosse a mesma. Em seguida a Prof.^a Elizabeth convidou a plenária a votar e o ponto foi aprovado por unanimidade. A comissão eleitoral deverá seguir, e houveram algumas dúvidas, contudo optou-se por utilizar a Resolução de 1993, por orientação da Pró-Reitora Adjunta de Recursos Humanos Kelânia Freire, na qual estabelece que para ser chefe ou subchefe de departamento é necessário ser professor Assistente, com regime de trabalho de quarenta horas. Dito isto, a Professora Elizabeth apresentou os nomes dos professores aptos a se candidatarem para que os mesmos fossem se articulando e pensando na possibilidade de disputar a chefia e sub-chefia do departamento. Sobre as alterações na coordenação dos Internatos em Clínica A e B, a chefe do departamento iniciou esse ponto falando sobre as

dificuldades que existem nos Internatos em Clínica A e B, pois o Prof. Xavier, atual coordenador da Clínica A solicitou afastamento e a Clínica B está oficialmente sem coordenador, pois o Prof. Fabiano Maximino, que exercia esta função está afastado para cursar doutorado. Além disso, falou sobre o fato dos coordenadores e preceptores do internato não tirarem férias, o que justificaria a figura de um vice coordenador, o qual assumiria as atividades do coordenador durante esse período ou em algum momento que seja necessário. Em relação à substituição do coordenador de Clínica A, há uma grande dificuldade, pois alguns professores foram convidados a assumir, mas nenhum demonstrou interesse; a Prof.^a. Elizabeth enfatizou que todos os professores poderiam colaborar a fim de evitar a sobrecarga de alguns poucos. Solicitou a colaboração de todos, a fim de melhorar a qualidade do ensino oferecido aos estagiários. Nesse instante, o Prof. Xavier explicou o motivo de sua solicitação, pois desde dois mil e nove assumiu a coordenação do Internato em Clínica A e compromete-se a permanecer até que alguém assuma, no entanto reafirma seu interesse em deixar a coordenação e entende que todos têm que dar sua contribuição; falou ainda que continuará a contribuir da mesma maneira, apenas deixará de exercer a função de coordenador. Em seguida, a Prof.^a Elizabeth questionou mais uma vez se alguém tinha interesse em assumir a coordenação da Clínica A, ao que não obteve resposta afirmativa. O Prof. Cléber pronunciou-se sobre o assunto dizendo que lamenta não poder ajudar, pois está cursando doutorado, com previsão de defesa para fevereiro de dois mil e quatorze e com isso não tem disponibilidade para colaborar. Da mesma maneira, encontra-se o Internato em Clínica B, sem coordenador e nenhum professor demonstrou interesse em assumir esta função. Diante disso, não houve votação deste ponto, no entanto serão convidados outros professores que não estavam presentes nesse momento. Logo após as Prof.^{as} Emília e Auxiliadora explicaram que houve modificações no Projeto Pedagógico do Curso/PPC devido a diversas diligências baixadas pela relatora do projeto e apresentaram as referidas modificações; na ocasião a Prof.^a Auxiliadora informou que o Núcleo de Comissão de Currículo deveria ser renomeado, passando a se chamar Núcleo Docente Estruturante e o Diretor da Faculdade afirmou que emitiria uma portaria com a nova nomenclatura. Após essa apresentação a Chefe do Departamento pôs o ponto em votação o qual foi aprovado por unanimidade. Terminados os pontos de pauta, a Prof.^a. Elizabeth agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às vinte e duas horas. E para constar, eu, Zaíra Nakala da Silva Câmara, Secretária do Departamento de Ciências Biomédicas e Júlia Lorena Marques Gurgel, auxiliar de secretaria, lavramos a presente ata, que após lida e aprovada por todos receberá nossa assinatura e a dos

demais presentes.

Mossoró, 28 de novembro de 2013.

- 01 Afonso Henrique Medeiros de Mendonça
- 02 Ana Cláudia de Oliveira
- 03 Ana Maria de Lima Dantas
- 04 Ana Paula Ferreira Luz
- 05 Bruno Tomaz Alves
- 06 Cléber de Mesquita Andrade
- 07 Elizabeth Azevedo S. Borges
- 08 Emília Maria Trigueiro
- 09 Fausto Pierdoná Guzen
- 10 Francisco Xavier Dantas Lins
- 11 George Emanuel de Oliveira
- 12 Gilka Firmino Torres Barisic
- 13 Isabelle Cantídio Fernandes Diógenes
- 14 Isac Axel de Medeiros Nogueira
- 15 Ivan Brasil de Araújo Júnior
- 16 Janina Marinho Bezerra Oliveira Brasil
- 17 Jennifer do Vale e Silva
- 18 João Batista de Sousa
- 19 José Edvan de Souza Júnior
- 20 José Hélio Cabral Freire

- 21 José Rodolfo Lopes de Paiva Cavalcanti
- 22 José Wilson Linhares Júnior
- 23 Júlia Lorena Marques Gurgel
- 24 Maria Auxiliadora Carvalho da Rocha
- 25 Paula Vivianne Souza de Queiroz Moreira
- 26 Patrícia Estela Giovannini
- 27 Samila Marissa Pinheiro Gomes
- 28 Sheila Ferreira Maynarde
- 29 Sonia Elizabeth Lopez Carrillo
- 30 Starlynn Freire dos Santos
- 31 Stephan Barisic Júnior
- 32 Thaís Bandeira de Carvalho
- 33 Wogelsanger Oliveira Pereira
- 34 Zaíra Nakala da Silva Câmara

ANEXO 22 - CURRÍCULO LATTES DO COORDENADOR DO CURSO

Dezembro/2013 **Sonia Elizabeth Lopez Carrillo**
Curriculum Vitae

Dados pessoais

Nome Sonia Elizabeth Lopez Carrillo
Nome em citações bibliográficas CARRILLO, S. E. L.; LÓPEZ, ELISABETH; Sonia Elizabeth López Carrillo
Sexo Feminino
Cor ou Raça Branca
Filiação Jaime López Ortuño e Rosa Carrillo Orellana
Nascimento 13/09/1961 - Cochabamba/ - Bolívia
Carteira de Identidade 47627J PF-RN - RN - 23/08/1988
CPF 025.443.157-76
Passaporte 952105
Endereço residencial Antonio Vieira de sá 470
Nova Betânia - Mossoró
59612100, RN - Brasil
Telefone: 084 33152248
Celular 84 96555743

518

Endereço profissional Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Faculdade de ciencias da saude
Rua Atirador Manoel Da Silva Neto s/n
Aeroporto - Mossoró
59607360, RN - Brasil
Telefone: 84 33152248
URL da home page: www.uern.br
Endereço eletrônico E-mail para contato : elizabethlcarrillo@gmail.com
e-mail alternativo : elizabeth36@hotmail.com

Formação acadêmica/titulação

- 2007 - 2010** Doutorado em Ciências da Cirurgia.
Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, Brasil
Título: Contribución del Componente Genético al Desarrollo de la Nefropatía Crónica del Trasplante Renal, Ano de obtenção: 2013
Orientador: Eduardo Tamayo Gomez
Palavras-chave: Transplante renal, polimorfismo genetico, nefropatia cronica del transplante
Áreas do conhecimento : Cirurgia, Transplantes
Setores de atividade : Outras atividades profissionais, científicas e técnicas
- 2007 - 2010** Doutorado em Doctorado em Transplantes de Órganos y Tejidos.
Universidad de Valladolid - España, UVA, Espanha
Título: Contribución del Componente Genético al Desarrollo de la Nefropatía Crónica del Trasplante Renal, Ano de obtenção: 2010
Orientador: Eduardo Tamayo Gomez
Bolsista do(a): Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN
Palavras-chave: Transplante renal, polimorfismo genetico, nefropatia cronica del transplante
Áreas do conhecimento : Medicina, Transplantes, Cirurgia
Setores de atividade : Outras atividades profissionais, científicas e técnicas
- 2002 - 2003** Mestrado em Cirurgia.
Universidade Federal do Ceará, UFC, Fortaleza, Brasil
Título: Alterações Metabólicas em isquemia - Reperusão medular com L-Alinil Glutamina, Ano de obtenção: 2003
Orientador: Paulo Roberto Leitão de Vasconcelos
- 1993 - 1993** Especialização em Microvascular Surgery Course.
Uniformed Services University of Health Sciences, U.S.U.H.S., Maryland, Estados Unidos
Título: Microvascular surgery
Orientador: Gary Wind
- 1991 - 1993** Especialização - Residência médica .
Hospital Geral Jacarepaguá Cardoso Fontes, HGJ, Brasil
Título: Cirurgia Vascular e Angiologia
Palavras-chave: cirurgia vascular
Áreas do conhecimento : cirurgia Vascular e angiologia
- 1990 - 1991** Especialização - Residência médica .
Hospital Universitário Pedro Ernesto, HUPE, Brasil
Título: Cirurgia Vascular
Palavras-chave: cirurgia vascular
Áreas do conhecimento : cirurgia Vascular e angiologia
- 1988 - 1991** Especialização - Residência médica .
Hospital Municipal Salgado Filho, HMSF, Brasil
Título: Cirurgia Geral
Orientador: 61-livro01 folha04RV

Palavras-chave: Cirurgia Geral, Residência
Áreas do conhecimento : cirurgia geral

1992 - 1993	Graduação em Licenciado en Medicina y Cirugía. Ministerio de Educación y Ciencia - España, MEC, Espanha
1989 - 1991	Graduação em Medicina. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil
1981 - 1987	Graduação em Medicina. Universidade Nacional de Nordeste - UNNE Argentina, UNNE, Argentina
2011 - 2011	Aperfeiçoamento em Extração de Múltiplos órgãos para Transplante. Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert Einstein, IIEPAE, Sao Paulo, Brasil Título: Curso: Extração de Múltiplos Órgãos para Transplante Bolsista do(a): Sistema Nacional de Transplantes
2007 - 2008	Aperfeiçoamento em Estudios avanzados. Universidad de Valladolid, UVa, Valladolid, Espanha Título: Polimorfismos genéticos en el rechazo crónico del transplante renal Orientador: Eduardo Tamayo Bolsista do(a): Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
2007 - 2007	Aperfeiçoamento em Procedimientos Técnicos en Urgencias y Emergencias.. Sociedad Española de Medicina de Urgencias y Emergencias, SEMURGEM, Espanha Título: Técnicas Invasivas en Urgencias
1993 - 1993	Aperfeiçoamento em Médico Visitante. The Albany Medical College, AMC, Estados Unidos Título: Cirurgia Vascular Orientador: Robert P. Leather

Formação complementar

2010 - 2010	Curso de curta duração em Curso de simulação realística em diagnóstico de ME. Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert Einstein, IIEPAE, Sao Paulo, Brasil Bolsista do(a): Sistema Nacional de Transplantes <i>Palavras-chave: Transplante, morte encefálica, doação de órgãos, manutenção hemodinâmica na ME</i>
2010 - 2010	Curso de curta duração em Curso de simulação realística em Entrevista familiar. Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert Einstein, IIEPAE, Sao Paulo, Brasil Bolsista do(a): Sistema Nacional de Transplantes <i>Palavras-chave: doação de órgãos, Transplante, Entrevista Familiar do potencial doador de Órgãos</i>
2009 - 2009	Curso de curta duração em Donación y transplante para residentes de Medicina. Organización Nacional de Trasplantes, ONT, Espanha Bolsista do(a): Sistema Nacional de Transplantes <i>Palavras-chave: Transplante, doação de órgãos, morte encefálica</i>
2009 - 2009	Curso de curta duração em Interpretación Radiológica en el paciente Crítico. Instituto de Ciencias de la Salud de Castilla y León, IECSCYL, Espanha <i>Palavras-chave: Medicina Intensiva, Radiologia na UTI</i>
2009 - 2009	Curso de curta duração em II curso de Gestión de la Investigación Biomédica. Instituto de Ciencias del Corazón, ICICOR, Espanha
2007 - 2008	Médico Convidado - Cirurgia Vascular.

	Hospital Campo Grande Recoletas, HCGR, Espanha <i>Palavras-chave: Treinamento cirurgia vascular, Endovascular</i>
2007 - 2007	Curso de curta duração em Manejo Practico del Traumatismo Toracico. Escuela de Urgencias y Emergencias de Castilla y León, EUCYL, Espanha <i>Palavras-chave: Trauma Torácica</i>
2007 - 2007	Curso de curta duração em Soporte Vital Avanzado Pediatrico y Neonatal. Escuela de Urgencias y Emergencias de Castilla y León, EUCYL, Espanha Bolsista do(a): Hospital Clínico Universitario de Valladolid <i>Palavras-chave: medicina urgencia pediatrica</i>
2006 - 2006	Curso de curta duração em Novas Perspectivas na Endovascular. Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular, SBACV, Brasil
2002 - 2002	Modelo Experimental do Estudo da Angiogênese de Tu. Universidade Federal do Ceará, UFC, Fortaleza, Brasil <i>Palavras-chave: Angiogênese, Modelo Experimental</i>
1997 - 1997	Curso de curta duração em I Curso de Cirurgia Endovascular do Rio de Janeiro. Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular RJ, SBACV-RJ, Brasil <i>Palavras-chave: Endovascular</i>
1989 - 1989	Curso de curta duração em Primeiro Curso de Cirurgia de Trauma. Colégio Brasileiro de Cirurgiões, CBC, Rio De Janeiro, Brasil

Atuação profissional

1. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Vínculo institucional

2013 - Atual	Enquadramento funcional: Coordenadora do Curso de Medicina FACS UERN , Carga horária: 40, Regime: Integral
2013 - Atual	Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Comissão Setorial Para Avaliação do Curso Med , Carga horária: 40, Regime: Integral
2013 - Atual	Enquadramento funcional: Membro da comissão de Pesquisa Avaliação TCC , Carga horária: 40, Regime: Integral
2013 - Atual	Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Membro da Comissão elaboração da página eletr , Carga horária: 40, Regime: Integral
2013 - Atual	Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Coordenadora Geral do Internato da FACS UERN , Carga horária: 40, Regime: Integral
2013 - Atual	Enquadramento funcional: CHEFE DE DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DCB/FACS. , Carga horária: 40, Regime: Integral
2012 - Atual	Enquadramento funcional: Membro da Comissão Julgadora - Vagas não Inic , Carga horária: 40, Regime: Integral
2012 - Atual	Enquadramento funcional: Membro do Nucleo Estruturante da FACS- Medici , Carga horária: 40, Regime: Integral
2012 - 2013	Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Sub Chefe de Departamento Acadêmico DCB/FACS. , Carga horária: 40, Regime: Integral
2010 - Atual	Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Representante da FACS na Comissão de Pós-Grad , Carga horária: 40, Regime: Integral
2010 - Atual	Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Coordenadora do Internato em Cirurgia Geral , Carga horária: 40, Regime: Integral
2004 - Atual	Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Professora de Fisiologia Humana - Medicina , Carga horária: 40, Regime: Integral
2004 - Atual	Enquadramento funcional: Professora Adjunta IV , Carga horária:

40, Regime: Dedicação exclusiva

Outras informações:

Atualmente é professora da disciplina de Fisiologia, Coordenadora do internato em cirurgia e subchefe do departamento do curso de Medicina na Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Atividades

10/2004 - Atual

Graduação, medicina

*Disciplinas ministradas:
fisiologia Humana*

2. Universidade Nacional de Nordeste - UNNE Argentina - UNNE

Vínculo institucional

1983 - 1987

Vínculo: Monitora de Fisiologia Humana , Enquadramento funcional: Auxiliar em adiestramento docente , Carga horária: 20, Regime: Parcial

3. Hospital Salgado Filho - Rio de Janeiro - HSF

Vínculo institucional

1988 - 1991

Vínculo: Residencia Medica em cirurgia , Enquadramento funcional: Medica Residente em cirurgia geral , Carga horária: 52, Regime: Integral

4. Hospital Universitário Widal - Argentina - HUW

Vínculo institucional

1987 - 1987

Vínculo: Estagio no pronto socorro , Enquadramento funcional: Estagiária , Carga horária: 24, Regime: Parcial

5. Hospital Universitário Widal - Argentina - HUW

Vínculo institucional

1983 - 1987

Vínculo: Estagiaria , Enquadramento funcional: Estagiaria no pronto socorro , Carga horária: 12, Regime: Parcial

6. Hospital Regional Tarcisio Maia - HRTM

Vínculo institucional

2012 - Atual

Vínculo: Clinica de Cirurgias de Mosso , Enquadramento funcional: Medica cirurgiã., Regime: Parcial

2010 - 2012

Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Coordenadora da CIHDOTT , Carga horária: 20, Regime: Parcial

Outras informações:

Coordenadora da CIHDOTT-Comissão Intrahospitalar de Doação de órgãos e tecidos para Transplante- Durante a gestão de 2011 foi realizado a HISTÓRICA- Primeira Captação Multiorgânica do Interior do Rio Grande do Norte.I - organizar, no âmbito do estabelecimento de saúde, o protocolo assistencial de doação de órgãos; II - criar rotinas para oferecer aos familiares de pacientes falecidos no estabelecimento de saúde, e que não sejam potenciais doadores de órgãos, a possibilidade da doação de córneas e outros tecidos; III - articular-se com as equipes médicas do estabelecimento de saúde,

especialmente as das Unidades de Tratamento Intensivo e Urgência e Emergência, no sentido de identificar os potenciais doadores e estimular seu adequado suporte para fins de doação; IV - articular-se com as equipes encarregadas com a verificação de morte encefálica, visando assegurar que o processo seja ágil e eficiente, dentro de estritos parâmetros éticos; V - viabilizar a realização do diagnóstico de morte encefálica, conforme Resolução do CFM sobre o tema; VI - Notificar e promover o registro de todos os casos com diagnóstico estabelecido de morte encefálica, mesmo daqueles que não se tratarem de possíveis doadores de órgãos e tecidos, ou em que a doação não seja efetivada, com registro dos motivos da não doação; VII - manter o registro do número de óbitos ocorridos em sua instituição; VIII - promover e organizar o acolhimento às famílias doadoras antes, durante e depois de todo o processo de doação no âmbito da instituição; IX - articular-se com os respectivos IML e SVO para, nos casos em que se aplique, agilizar o processo de necropsia dos doadores, facilitando sempre que possível, a realização do procedimento no próprio estabelecimento de saúde, tão logo seja procedida a retirada dos órgãos; X - articular-se com as respectivas CNCDOs, OPOs e/ou bancos de tecidos de sua região, para organizar o processo de doação e captação de órgãos e tecidos; Entre outras ações

2001 - 2012 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Médico Cirurgião Geral e Vascular , Carga horária: 20, Regime: Parcial
Outras informações:
Médica Cirurgião Geral e Vascular do Pronto Socorro do citado Hospital.

Atividades

08/2004 - 08/2005 Direção e Administração, Hospital Regional Tarsicio Maia
Cargos ocupados:
Direção Médica

7. Hospital Municipal São Pedro da Aldéia - Rio de Janeiro - MSPA

Vínculo institucional

1993 - 1994 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Médico
Regime: Parcial

8. Hospital Geral Alba Posse - Argentina - HGAP

Vínculo institucional

1987 - 1987 Vínculo: Pasantia obrigatória , Enquadramento funcional: Doutoranda
Doutoranda , Carga horária: 60, Regime: Dedicção exclusiva

Membro de comitê de assessoramento

1. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN - UERN

Vínculo

2013 - Atual Regime: Parcial
Outras informações:
Portaria 2456/2013 GR/UERN

2. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN-RN

Vínculo

2013 - Atual

Regime: Parcial

Outras informações:

Acompanhamento dos trabalhos científico realizados pelos alunos, como requisito para conclusão do curso de Medicina.

3. (UERN)Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Vínculo

2013 - Atual

Regime: Parcial

4. (UERN-RN) Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Vínculo

2012 - Atual

Regime: Parcial

Outras informações:

Projeto Pedagógico do curso de Medicina, que trata do Núcleo Estruturante, Órgão que assessora o colegiado; participa da elaboração e atualização da proposta pedagógica local,garantindo a sua prática.O Núcleo Estruturante do curso de Medicina da FACS obedece às diretrizes da UERN voltadas para políticas de educação medica, assim como às diretrizes política: para o ensino médico recomendadas pelo Ministério da Educação e do Conselho Federal de Medicina.Portaria: 003/2012 FACS/UERN

5. (UERN) Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN

Vínculo

2012 - Atual

Regime: Parcial

6. (UERN) Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN

Vínculo

2012 - Atual

Regime: Parcial

Outras informações:

Objetivo do convênio: A criação e organização de atividades docentes coordenadas; Realização de projetos de pesquisa de acordo com as disponibilidades financeiras em quaisquer dos ramos de interesse comum em ambas as instituições Realização conjunta de publicações históricas, linguística ou de qualquer outro tipo, de interesse comum das partes Organização de colóquios internacionais.

7. (UERN)Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Vínculo

2010 - Atual

Regime: Parcial

Outras informações:

Membro titular da Comissão Permanente de Pós Graduaçãooportaria 3777/2010-GR/UERN

Áreas de atuação

1. Docência Universitária

2. Cirurgia Geral
3. Transplante Renal
4. Cirurgia Vascular

Projetos

Projeto de extensãoProjeto de extensão**2010 - 2012** Doe Vida

Descrição: Projeto tem como objetivo principal, informar, conscientizar e sensibilizar a comunidade da importância de doações de órgãos e tecidos para transplante, através de palestras nas escolas de Ensino Fundamental, Médio e superior, além de todos os hospitais, postos y casas de saúde municipais e da população de forma geral.

Situação: Concluído Natureza: Projeto de extensão

Alunos envolvidos: Graduação (14);

Integrantes: Sonia Elizabeth Lopez Carrillo (Responsável); ; Rafaela Marrocos Bezerra; Hiago Francimar Jácome de Souza; Rômulo Jácome Fonsêca; Târsila da Costa Viana; Marcos Antonio de Souza; Renan Flávio de França Nunes; Arthur Robson da Costa Freire; Felipe Matos Victor; Heitor Augusto Viana Brito; Hallyson Lazaro Batista; Débora Paloma de Oliveira Mesquita ; Gildásio Gomes Fernandes Filho; Rayanne Thalia Moreira lopes ; Nathalie Gabriela Carrillo Cavalcante; Pamela Naide

Número de produções C,T & A: 6/

Outros tipos de projetosOutros tipos de projetos**2012 - 2012** I Concurso de Redação

Descrição: OBJETIVO GERAL-Proporcionar aos alunos matriculados em todos os anos do fundamental maior até o ensino médio do Colégio Diocesano Santa Luzia e demais escolas participantes, a reflexão sobre os problemas que envolvem a doação de órgãos, como a demora nas filas de espera, a dificuldade de se encontrar um doador, a importância da doação entre outros assuntos, e a necessidade de um olhar mais consciente e solidário para as causas que envolvem os transplantes de órgãos.OBJETIVOS ESPECÍFICOS-Conscientizar os alunos sobre a importância da atuação individual e coletiva para o estabelecimento dos valores éticos que contribuem para a construção de um mundo mais humano e solidário.Contribuir para a formação de um indivíduo consciente de seus atos e na formação de sua cidadania, assim como, na sua atuação como personagem central no processo de transformação social. DAS MODALIDADES SELECIONADAS:1ª CARTA ABERTA: A carta deverá ser escrita como forma de agradecimento a uma família que fez a doação de órgãos e persuadir os demais leitores a aderirem à ideia das doações2ª FRASES:Pequenas chamadas persuasivas utilizadas em campanhas comunitárias com a intenção de incentivar a população a participar de uma causa de interesse da comunidade, a fim de conscientizar para mais doações.

Situação: Concluído Natureza: Outros tipos de projetos

Alunos envolvidos: Graduação (16);

Integrantes: Sonia Elizabeth Lopez Carrillo (Responsável); ;

2012 - 2012 Estágio Primeiras Vivências em Medicina

Descrição: Os principais objetivos do estágio são: estimular a aproximação do acadêmico com a rotina de um hospital, fixar conteúdo teórico adquirido nas salas de aula, adquirir conhecimento teórico-prático sobre semiologia médica e técnica operatória, proporcionar a prática supervisionada dos procedimentos de enfermagem e cirúrgicos realizados no serviço e promover uma maior estimulação e integração acadêmico-paciente, com intuito de aprimorar essa relação

Situação: Concluído Natureza: Outros tipos de projetos

Alunos envolvidos: Graduação (3);

Integrantes: Sonia Elizabeth Lopez Carrillo (Responsável); ; Târsila da Costa Viana; Marcos Antonio de Souza; Renan Flávio de França Nunes

2010 - 2010 I curso de Capacitação em diagnóstico de Morte Encefálica

Descrição: capacitação no diagnóstico de morte encefálica, na identificação do potencial doador e no manejo dos distúrbios hemodinâmicos e eletrolíticos do potencial doador de órgãos, direcionada aos alunos da Faculdade de Medicina e Médicos das Unidades de Terapia Intensiva de Mossoró-RN.

Situação: Concluído Natureza: Outros tipos de projetos

Alunos envolvidos: Graduação (11);
Integrantes: Sonia Elizabeth Lopez Carrillo (Responsável); ;

Idiomas

Inglês	Compreende Bem , Fala Razoavelmente , Escreve Razoavelmente , Lê Bem
Espanhol	Compreende Bem , Fala Bem , Escreve Bem , Lê Bem
Português	Compreende Bem , Fala Bem , Escreve Bem , Lê Bem
Quichua	Compreende Bem , Fala Bem , Escreve Bem , Lê Bem

Prêmios e títulos

2012	Preceptor Homenageado, Formandos 2012.1 da Faculdade de Medicina- Universidade do Estado do Rio Grande do Norte /FACS
2011	Docente Homenageado, Formandos da Primeira Turma da Faculdade de Medicina (2010.2) FACS - UERN
2007	Sócio Numerario Permanente da Sociedade Española de Trasplante Hepático, Sociedad Española de Trasplante Hepático-SETH
2006	Concurso Público de Provas e Títulos para Doutorado em Transplantes - Programa de pós graduação Universidad de Valladolid- Espanha, Universidad de Valladolid - Espanha
2005	Por Relevantes Serviços prestados a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - Denominação do Laboratório de Fisiologia da FACS, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
2005	Sócio Efetivo - Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular RJ, Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular do Rio de Janeiro
2004	Concurso Público de Provas e Títulos para professor Universitário Efetivo da Faculdade de Medicina, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
2002	Concurso Publico de provas e títulos para Mestrado Sebsu Strictum - Programa de pós graduação em cirurgia, Faculdade Federal do Ceará - UFC
1998	Concurso Público do Município do Rio de Janeiro Especialidade - Cirurgia Geral, Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro
1995	Segundo Lugar no Concurso para Residência Médica em Cirurgia Vascular e Angiologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ
1994	Moção de Aplausos por serviços Prestados no Pronto Socorro do Hospital São Pedro da Aldeia-RJ, Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia.RJ
1988	Concurso de Seleção para Residência Médica - Cirurgia Geral, em realização conjunta com as Secretarias Municipais de Saúde do Rio de Janeiro e Petropolis, Secretaria Municipal de Saude do Rio de Janeiro

Produção

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

1. JIMÉNEZ-SOUSA, MARÍA A., FERNÁNDEZ-RODRÍGUEZ, AMANDA, HEREDIA, MARÍA, TAMAYO, EDUARDO, GUZMÁN-FULGENCIO, MARÍA, LAJO, CARMEN, **LÓPEZ, ELISABETH**, GÓMEZ-HERRERAS, JOSÉ I., BUSTAMANTE, JESÚS, BERMEJO-MARTÍN, JESÚS F., RESINO, SALVADOR

Genetic polymorphisms located in TGFB1, AGTR1, and VEGFA genes are associated to chronic renal allograft dysfunction. *Cytokine*. , v.58, p.321 - 326, 2012.

Palavras-chave: kidney transplant, allograft rejection, SPNs, Grow factors, Biomarkers

Áreas do conhecimento: Transplantes, Genética Humana e Médica, Mutagenese

Setores de atividade: Atividades de atenção à saúde humana

Referências adicionais: Inglês. Meio de divulgação: Vários. Home page: [\[http://www.elsevier.com\]](http://www.elsevier.com)

2. **CARRILLO, S. E. L.**, GUIMARÃES, S. B., VASCONCELOS, P. R. C. DE, VASCONCELOS, P. R. L. DE

Is subdiaphragmatic aortic cross-clamping a suitable model for spinal cord ischemia/reperfusion infury study in rats?. *Acta Cirúrgica Brasileira (Impresso)*. , v.21, p.219 - 222, 2006.

Palavras-chave: Isquemia, Traumatismo, Reperusão, Medula, Espinhal, Ratos

Áreas do conhecimento: Cirurgia Experimental

Referências adicionais: Inglês. Meio de divulgação: Vários. Home page: [\[http://www.sceilo.br/acb\]](http://www.sceilo.br/acb)

Capítulos de livros publicados

1. **CARRILLO, S. E. L.**, Gonzales J.A, Carrera. S, ASECIO, E., Calero. H

Traumatismo Vasculares Abdominales In: Traumatismo Abdominal Cerrado: Una Tendencia Al Manejo Conservador. 1 ed. Majadahonda : Ergon, 2009, p. 141-150.

Palavras-chave: Traumatismo, trauma vascular, trauma abdominal fechado

Áreas do conhecimento: cirurgia geral, cirurgia Vascular e angiologia

Referências adicionais: Espanha/Espanhol. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788484737186

Trabalhos publicados em anais de eventos (completo)

1. Thelma Tatiana Gomes Xavier, Janina Marinho Bezerra de Oliveira Brasil, Stephan Barisic Júnior, Roberto Antônio de Paiva Luz, **Sonia Elizabeth López Carrillo**, Anna Caroline Rodrigues de Sousa
Situs inversus totalis: Importância do diagnóstico precoce In: I Simpósio Mossoroense de Anatomia Clínico-Cirúrgica, 2011, Mossoró-RN.

I Simpósio Mossoroense de Anatomia Clínico-Cirúrgica. , 2011. p.115 - 119

Palavras-chave: Dor torácica, Defeitos congênitos, Situs inversus

Áreas do conhecimento: Cardiologia

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital

Trabalhos publicados em anais de eventos (resumo)

1. MESQUITA, D. P. O., FERNANDES FILHO, G. G., LOPES, R. T. M., **CARRILLO, S. E. L.**

ABORDAGEM A CERCA DA DOAÇÃO E TRANSPLANTES DE ÓRGÃOS NOS HOSPITAIS DE MOSSORÓ In: V Colóquio de Extensão da UERN, 2011, Mossoró - RN.

V Colóquio de Extensão da UERN. Mossoró - RN: UERN, 2011. v.V. p.234 - 237

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: [\[http://www.uern.br/controladepaginas/proex-publicacoes/arquivos/1263anais_do_v_coloquio_de_extensao_da_uern_extensao_e_semiarido_na_contemporaneidade_\(1\).pdf\]](http://www.uern.br/controladepaginas/proex-publicacoes/arquivos/1263anais_do_v_coloquio_de_extensao_da_uern_extensao_e_semiarido_na_contemporaneidade_(1).pdf)

2. Anna Caroline Rodrigues de Sousa, Luiz Maia de Freitas Junior(, Tallys Ranier D Rocha, ANDRADE, A. V. Antônio Vicente de Andrade, **Sonia Elizabeth López Carrillo**, Marcelo Igor Leite Granjeiro
SÍNDROME DE FRAGILIDADE ÓSSEA COM OSTEÓGENESE IMPERFEITA COMO PRINCIPAL HIPÓTESE DIAGNÓSTICA In: I Simpósio Mossoroense de Anatomia Clínico-Cirúrgica, 2011, Mossoró-RN.

I Simpósio Mossoroense de Anatomia Clínico-Cirúrgica. , 2011. p.31 - 32

Áreas do conhecimento : Clínica Médica

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

Trabalhos publicados em anais de eventos (resumo expandido)

1. Anna Caroline Rodrigues de Sousa, José Edvan de Souza Júnior, **Sonia Elizabeth López Carrillo**, Thelma Tatiana Gomes Xavier, Frederico de Souza Nogueira, Carlos Antônio de Souza Nunes Coloboma de Íris: um relato de caso In: I Simpósio Mossoroense de Anatomia Clínico-Cirúrgica, 2011, Mossoró-RN.

I Simpósio Mossoroense de Anatomia Clínico-Cirúrgica. , 2011. p.31 - 31

Áreas do conhecimento : anatomia topográfica

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

2. **CARRILLO, S. E. L.**, REBOUÇAS, Gleidson Mendes², SOUZA, M. A., FREIRE, Arthur Robson da Costa, NUNES, Renan Flávio de França, FONSECA, Rômulo Jácome¹, SOUZA, Hiago Francimar Jácome, VIANA, Tárila da Costa, MESQUITA, Débora Paloma de Oliveira, LOPES, Rayane Thalya Moreira

UMA INTERVENÇÃO EDUCACIONAL É CAPAZ DE MODIFICAR A PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO ACERCA DA DOAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA TRANSPLANTE? UM ESTUDO QUANTITATIVO REALIZADO NO OESTE DO RIO GRANDE DO NORTE In: XII Congresso Brasileiro de Transplante, x congresso Luso-Brasileiro de Transplantes, XI Encontro de Enfermagem em Transplantes, III Encontro Multidisciplinar em Transplantes, Fórum de Histocompatibilidade da ABH, 2011, Belém do Pará - PA.

XII Congresso Brasileiro de Transplante, x congresso Luso-Brasileiro de Transplantes, XI Encontro de Enfermagem em Transplantes, III Encontro Multidisciplinar em Transplantes, Fórum de Histocompatibilidade da ABH. , 2011. p.924 - 925

Palavras-chave: Transplante, Pesquisa, palestras, doação de órgãos

Áreas do conhecimento : Transplantes

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [\[http://www.congressoabto.org.br/2011/\]](http://www.congressoabto.org.br/2011/)

Apresentação de trabalho e palestra

1. **CARRILLO, S. E. L.**

Diagnóstico de Morte Encefálica, 2011. (Outra, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: doação de órgãos, morte encefálica

Áreas do conhecimento : Transplantes

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Cidade: Mossoró-RN; Evento: Projeto "DOE VIDA"; Inst.promotora/financiadora: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte UERN

2. **CARRILLO, S. E. L.**

Is subdiaphragmatic aortic cross-clamping a suitable for spinal cord ischemie/reperfusion injury in rats?, 2006. (Congresso, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: subdiaphragmatic

Áreas do conhecimento : cirurgia geral

Referências adicionais : Brasil/Inglês. Meio de divulgação: Vários; Local: Brasil; Cidade: Brasil; Inst.promotora/financiadora: Revista Acta Cirúrgica Brasileira

3. **CARRILLO, S. E. L.**

Revascularização Infrainguinal do Membro Inferior com Safena IN - Situ Experiência de 10 anos, 1997. (Outra, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Revascularização

Áreas do conhecimento : cirurgia geral

Referências adicionais : Brasil/Português. *Meio de divulgação:* Outro; *Local:* Brasil; *Cidade:* Curitiba; *Inst.promotora/financiadora:* Curitiba

4. CARRILLO, S. E. L.

Tratamento Cirurgico de Aneurisma de Aorta Abdominal, 1997. (Congresso,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Aneurisma

Áreas do conhecimento : cirurgia geral

Referências adicionais : Brasil/Português. *Meio de divulgação:* Vários; *Local:* Brasil; *Cidade:* Curitiba; *Inst.promotora/financiadora:* XXXII Congresso Brasileiro de Angiologia e Cirurgia Vascular

5. CARRILLO, S. E. L.

In - Sitio Saphenous Vein Arterial By Pass For Infrainguinal Revascularization Using an open Technique, 1992. (Congresso,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Saphenous

Áreas do conhecimento : Medicina,cirurgia Vascular e angiologia

Referências adicionais : Brasil/Inglês. *Meio de divulgação:* Outro; *Local:* Rio de Janeiro; *Cidade:* Rio de Janeiro; *Inst.promotora/financiadora:* Apresentado an el II Pan American Congress on Vascular Surgery

6. CARRILLO, S. E. L.

Reaperations in Infrainguinal In Sitio Saphenous Vein Arterial By Pass for Restauration of Failing and, 1992. (Congresso,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Infrainguinal

Áreas do conhecimento : Medicina,Cirurgia,cirurgia Vascular e angiologia

Referências adicionais : Brasil/Inglês. *Meio de divulgação:* Outro; *Local:* Brasil; *Cidade:* Rio de Janeiro; *Inst.promotora/financiadora:* Apresentado no II Pan American Crongress on Vascular

7. CARRILLO, S. E. L.

The fate of 28 infrainguinal partial in sitio Vein arterial By Pass (In Situ vein Insertion of Short segments of Reserved Vein, 1992. (Congresso,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Vein Arterial

Áreas do conhecimento : cirurgia Vascular e angiologia

Referências adicionais : Brasil/Inglês. *Meio de divulgação:* Outro; *Local:* Rio de Janeiro; *Cidade:* Rio de Janeiro; *Inst.promotora/financiadora:* Apresentado en el II Pan American Congress on Vascular Surgery

Orientações e Supervisões

Orientações e supervisões

Orientações e supervisões concluídas

Orientação de outra natureza

1. Marília Costa Coelho. **MONITORIA EM FISIOLOGIA.** 2013. Orientação de outra natureza (MEDICINA) - (UERN)Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Palavras-chave: Monitoria em Fisiologia

Áreas do conhecimento : fisiologia

Referências adicionais : Brasil/Português.

2. Aurélio Júlio Silva Dantas. **MONITORIA EM FISIOLOGIA.** 2013. Orientação de outra natureza (MEDICINA) - (UERN)Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Palavras-chave: Monitoria em Fisiologia

Áreas do conhecimento : fisiologia

Referências adicionais : Brasil/Português.

3. Mytalle Vieira Cavalcante. **MONITORIA EM FISIOLOGIA.** 2013. Orientação de outra natureza (MEDICINA) - (UERN)Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Palavras-chave: Monitoria em Fisiologia

Áreas do conhecimento : fisiologia

Referências adicionais : Brasil/Português.

4. Thaisa Gracielle M. Camboim. **MONITORIA EM FISILOGIA**. 2013. Orientação de outra natureza (MEDICINA) - (UERN)Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Palavras-chave: Monitoria em Fisiologia

Áreas do conhecimento : fisiologia

Referências adicionais : Brasil/Português.

5. Társila da Costa Viana. **Estagio "Primeiras vivências em Medicina"**. 2012. Orientação de outra natureza (MEDICINA) - (UERN)Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Palavras-chave: Preceptoria, vivências em Medicina

Áreas do conhecimento : MEDICINA DE URGENCIAS EMERGENCIAS

Referências adicionais : Brasil/Português.

6. Renan Flávio de França Nunes. **Estagio "Primeiras vivências em Medicina"**. 2012. Orientação de outra natureza (MEDICINA) - (UERN)Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Palavras-chave: vivências em Medicina, Preceptoria

Áreas do conhecimento : MEDICINA DE URGENCIAS EMERGENCIAS

Referências adicionais : Brasil/Português.

7. Marcos Antonio de Souza. **Estagio "Primeiras vivências em Medicina"**. 2012. Orientação de outra natureza (MEDICINA) - (UERN)Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Palavras-chave: vivências em Medicina, Preceptoria

Áreas do conhecimento : MEDICINA DE URGENCIAS EMERGENCIAS

Referências adicionais : Brasil/Português.

8. Renan Flávio de França Nunes. **MONITORIA EM FISILOGIA**. 2012. Orientação de outra natureza (MEDICINA) - (UERN)Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Palavras-chave: Monitoria em Fisiologia

Áreas do conhecimento : fisiologia

Referências adicionais : Brasil/Português.

9. Diego David Dantas Maia. **MONITORIA EM FISILOGIA**. 2012. Orientação de outra natureza (MEDICINA) - (UERN)Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Palavras-chave: Monitoria em Fisiologia

Áreas do conhecimento : fisiologia

Referências adicionais : Brasil/Português.

10. Livia Marinho de Farias. **MONITORIA EM FISILOGIA**. 2012. Orientação de outra natureza (MEDICINA) - (UERN)Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Palavras-chave: Monitoria em Fisiologia

Áreas do conhecimento : fisiologia

Referências adicionais : Brasil/Português.

11. Marcos Antonio de Souza. **MONITORIA EM FISILOGIA**. 2012. Orientação de outra natureza (MEDICINA) - (UERN)Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Palavras-chave: Monitoria em Fisiologia

Áreas do conhecimento : fisiologia

Referências adicionais : Brasil/Português.

12. Társila da Costa Viana. **MONITORIA EM FISILOGIA**. 2011. Orientação de outra natureza (MEDICINA) - (UERN)Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Palavras-chave: Monitoria em Fisiologia

Áreas do conhecimento : fisiologia

Referências adicionais : Brasil/Português.

13. Ramon Arruda Câmara Santos. **MONITORIA EM FISILOGIA**. 2011. Orientação de outra natureza (MEDICINA) - (UERN)Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Palavras-chave: Monitoria fisiologia

Áreas do conhecimento : fisiologia

Referências adicionais : Brasil/Português.

14. Leandro Magno Costa Freire. **MONITORIA EM FISILOGIA**. 2011. Orientação de outra natureza (MEDICINA) - (UERN)Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Palavras-chave: Monitoria fisiologia

Áreas do conhecimento : fisiologia

Referências adicionais : Brasil/Português.

15. Marcos Antonio de Souza. **MONITORIA EM FISILOGIA**. 2011. Orientação de outra natureza

(MEDICINA) - (UERN)Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Palavras-chave: Monitoria em Fisiologia

Áreas do conhecimento : fisiologia

Referências adicionais : Brasil/Português.

16. Renan Flávio de França Nunes. **MONITORIA EM FISILOGIA**. 2011. Orientação de outra natureza (MEDICINA) - (UERN)Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Palavras-chave: Monitoria em Fisiologia

Áreas do conhecimento : fisiologia

Referências adicionais : Brasil/Português.

17. Ramom Arruda Câmara Santos. **MONITORIA EM FISILOGIA**. 2010. Orientação de outra natureza (MEDICINA) - (UERN)Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Palavras-chave: Monitoria fisiologia

Áreas do conhecimento : fisiologia

Referências adicionais : Brasil/Português.

18. Gildasíó Gomes Fernandes Filho. **MONITORIA EM FISILOGIA**. 2010. Orientação de outra natureza (MEDICINA) - (UERN)Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Palavras-chave: Monitoria fisiologia

Áreas do conhecimento : fisiologia

Referências adicionais : Brasil/Português.

19. Vinicius Marques Ribeiro. **MONITORIA EM FISILOGIA**. 2010. Orientação de outra natureza (MEDICINA) - (UERN)Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Palavras-chave: Monitoria fisiologia

Áreas do conhecimento : fisiologia

Referências adicionais : Brasil/Português.

20. Alcides de Oliveira Barros Filho. **MONITORIA EM FISILOGIA**. 2006. Orientação de outra natureza (MEDICINA) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte UERN

Palavras-chave: Monitoria fisiologia

Áreas do conhecimento : fisiologia

Referências adicionais : Brasil/Português.

21. Michelle Amaral Araújo dos Santos. **MONITORIA EM FISILOGIA**. 2006. Orientação de outra natureza (MEDICINA) - (UERN)Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Palavras-chave: Fisiologia Humana, Monitoria fisiologia

Áreas do conhecimento : fisiologia

Referências adicionais : Brasil/Português.

Orientações e supervisões em andamento

Orientação de outra natureza

1. Mychelle Amaral Araujo dos Santos. **Fisiologia humana**. 2006. Orientação de outra natureza (medicina) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Áreas do conhecimento : fisiologia

Referências adicionais : Brasil/Português.

Eventos

Eventos

Participação em eventos

1. **I Jornada Multidisciplinar de Transplante e Doação de órgãos do RN**, 2012. (Simpósio)

A INFLUÊNCIA DE UMA INTERVENÇÃO EDUCACIONAL SOBRE A CONCEPÇÃO DA DOAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA TRANSPLANTE EM MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE: UMA ANÁLISE ESTATÍSTICA.

2. Conferencista no(a) **I Curso Multidisciplinar em Urgências e Emergências**, 2012. (Outra)
Aspectos Éticos e Legais no Transplante de órgãos.
3. **I Jornada Multidisciplinar de Transplante e Doação de órgãos do RN**, 2012. (Simpósio)
Uma Intervenção Educacional Precoce pode Quebrar o Tabu da Morte Encefálica?.
4. **XIX Jornada Norterio-grandense de Anestesiologia**, 2012. (Simpósio)
-
5. **V colóquio de extensão da UERN: Extensão e semiárido na contemporaneidade**, 2011. (Simpósio)
ABORDAGEM A CERCA DA DOAÇÃO E TRANSPLANTES DE ÓRGÃOS NOS HOSPITAIS DE MOSSORÓ.
6. **Ação Global Nacional**, 2011. (Outra)
Ação Global SESI.
7. Avaliador no(a) **Ciência para todos no Semi-Árido Potiguar**, 2011. (Outra)
Avaliador de projeto da I feira de ciências de Semi-Árido Potiguar.
8. Apresentação de Poster / Painel no(a) **I Simposio Mossoroense de Anatomia Clínico-Cirúrgica**, 2011. (Simpósio)
Coloboma de Íris: um relato de caso.
9. **V colóquio de extensão da UERN: Extensão e semiárido na contemporaneidade**, 2011. (Simpósio)
PROJETO DOE VIDA: DISCUSSÃO ACERCA DA MORTE ENCEFÁLICA E DA DOAÇÃO DE ÓRGÃOS COM ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DE MOSSORÓ E AREIA BRANCA.
10. **V colóquio de extensão da UERN: Extensão e semiárido na contemporaneidade**, 2011. (Simpósio)
PROJETO DOE VIDA: INFLUÊNCIA EM CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL SOBRE A CONCEPÇÃO DA DOAÇÃO DE ÓRGÃOS ATRAVÉS DE NOVAS ABORDAGENS DE ENSINO.
11. Apresentação de Poster / Painel no(a) **I Simposio Mossoroense de Anatomia Clínico-Cirúrgica**, 2011. (Simpósio)
SÍNDROME DE FRAGILIDADE ÓSSEA COM OSTEOGÊNESE IMPERFEITA COMO PRINCIPAL HIPÓTESE DIAGNÓSTICA.
12. **I Simposio Mossoroense de Anatomia Clínico-Cirúrgica**, 2011. (Simpósio)
Situs inversus totalis: Importância do diagnóstico precoce.
13. Conferencista no(a) **XI Fórum de atualização e educação em diabetes**, 2011. (Outra)
Transplante pancreático-renal e diabetes.
14. Apresentação de Poster / Painel no(a) **XII Congresso Brasileiro de Transplante, x congresso Luso-Brasileiro de Transplantes, XI Encontro de Enfermagem em Transplantes, III Encontro Multidisciplinar em Transplantes, Fórum de Histocompatibilidade da ABH**, 2011. (Congresso)
UMA INTERVENÇÃO EDUCACIONAL É CAPAZ DE MODIFICAR A PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO ACERCA DA DOAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA TRANSPLANTE? UM ESTUDO QUANTITATIVO REALIZADO NO OESTE DO RIO GRANDE DO NORTE..
15. **Captação e transporte de Córneas**, 2011. (Outra)
-
16. **I Simposio Mossoroense em Acidente Vascular Encefálico**, 2010. (Simpósio)
-
17. **I Simposio Mossoroense em Acidente Vascular Encefálico**, 2010. (Simpósio)

18. **Curso de Simulação Realística em Comunicação de Má Notícia e Entrevista Familiar do Potencial Doador de Órgãos**, 2010. (Outra)
-
19. **Curso de Simulação Realística em Diagnóstico de Morte Encefálica e Manutenção Hemodinâmica do Potencial Doador de Órgão**, 2010. (Outra)
-
20. **Jornada de Primavera ACIRCAL 2009: INVESTIGACIÓN Y CIRUGIA**, 2009. (Outra)
-
21. **IV Jornada de Atención al Trauma Grave**, 2009. (Simpósio)
-
22. **III Jornada Innovación Docente Intercambio de Experienciass**, 2007. (Simpósio)
-
23. **Congreso Nacional de Urgencias y Emergencias**, 2007. (Congresso)
-
24. **XIX Congreso de la Sociedad Española de Trasplante Hepático**, 2007. (Congresso)
-
25. **VI Encontro Norte-Nordeste de Angiologia e Cirurgia Vascular**, 2006. (Encontro)
-
26. Conferencista no(a) **XI Semana Universitária - UERN**, 2005. (Outra)
Tratamento do aneurisma da aorta abdominal.
27. **Curso de Educação Médica Continuada**, 2005. (Outra)
-
28. **Cirurgia Endovascular Nível Avançado - Realizado 36 Congresso Brasileiro de Angiologia e Cirurgia Vascular e VII Encontro do Cone Sul de Cirurgia Vascular**, 2005. (Congresso)
-
29. **36 Congresso Brasileiro de Angiologia e Cirurgia Vascular e**, 2005. (Congresso)
-
30. **I Seminario Integrador do Curso de Medicina da UERN**, 2004. (Seminário)
-
31. **II Seminario Integrador do Curso de Medicina da UERN**, 2004. (Seminário)
-
32. Apresentação de Poster / Painei no(a) **XIV Jornada Norteriograndense de Anestesiologia e da VIII**, 2003. (Simpósio)
Revascularização Distal dos Membros Inferiores.
33. **XIV Jornada Norteriograndense de Anestesiologia e da VIII**, 2003. (Simpósio)
-
34. **IX Encontro de Medicina e Saúde de Mossoró**, 2002. (Encontro)
-
35. **Modelo Experimental do Estudo de Angiogénese e Tumores Sólidos**, 2002. (Seminário)
-

36. **XIII Jornada Norte Riograndense de Anestesiologia, VII Jornada**, 2001. (Simpósio)
.
37. **I Encontro de Mossoró de Cirurgia Geral e Videolaparoscopia - VII Jornada de Anestesiologia de Mossoró**, 2001. (Encontro)
.
38. **V Pan American Congress on Vascular and Endovascular Surgery - II Pan American Course on Vascular Eco-Color Doppler**, 1998. (Congresso)
.
39. **XIII Encontro de Angiologia e Cirurgia Vascular - Joint Meeting With the Mayo Clinic, Rochester - Minnesota - USA**, 1998. (Encontro)
.
40. **"Revascularização Infrainguinal do Membro Inferior com Safena IN - Situ experiência de 10 anos"**, 1997. (Encontro)
.
41. **XXXII Congresso Brasileiro de Angiologia e Cirurgia Vascular - Tratamento Cirurgico de Aneurisma de Aorta Abdominal**, 1997. (Congresso)
.
42. **1º Curso de Cirurgia Endovascular do Rio de Janeiro - Realizado XII Encontro de Angiologia e Cirurgia do Rio de Janeiro Joint Meeting With the Stale University - USA**, 1997. (Encontro)
.
43. **XII Encontro de Angiologia e Cirurgia Vascular do Rio de Janeiro - Joint Meeting With the Wyne Stale University Detroit - USA**, 1997. (Encontro)
.
44. **IV Pan American Congress on Vascular Surgery - XI Jornada Brasileira de Cirurgia Vascular e Angiologia - I Pan American Course on Vascular Eco-color Doppler**, 1996. (Congresso)
.
45. **X Jornada Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular e III Congresso - Pan Americano de Cirurgia Vascular**, 1994. (Congresso)
.
46. **II Pan American Congress on Vascular Surgery**, 1992. (Congresso)
In situ saphenous vein arterial bypass for infrainguinal revascularization using an open technique.
47. **II Pan American Congress on Vascular Surgery**, 1992. (Congresso)
Reoperations in Infrainguinal in situ saphenous vein arterial bypass for restoration of failing and thrombosed grafis.
48. **2nd Pan American Congress on Vascular Surgery**, 1992. (Congresso)
The fate of 28 infrainguinal patial in situ vein arterial bypass (in situ vein with insertion of short segments of reversed vein).
49. **VII Encontro de Angiologia e Cirurgia Vascular do Rio de Janeiro**, 1992. (Encontro)
.
50. **2nd Pan American Congress on Vascular Surgery**, 1992. (Congresso)
.
51. **VI Encontro de Cirurgia Vascular e Angiologia**, 1991. (Encontro)

52. **IX Encontro Paulista de Cirurgia Vascular**, 1991. (Encontro)
.
53. **I Pan American Congress on Vascular Surgery - V Encontro de Cirurgia Vascular e Angiologia**, 1990. (Congresso)
.
54. **1º Curso de Cirurgia de Trauma - Realizado no Colégio Brasileiro de Cirurgiões - CBC**, 1989. (Outra)
.
55. **IX Jornada Científica - Hospital Municipal Salgado Filho**, 1989. (Simpósio)
.
56. **Curso de Emergências Urológicas - Realizado no Hospital Municipal Salgado Filho**, 1988. (Outra)
.
57. **Curso de Emergências Pediátricas - Realizado na Universidade Nacional de Nordeste**, 1985. (Outra)
.
58. **Atualizações em Microbiologia Clínica - Universidad Nacional de Nordeste y la Escuela de pos Graduação Britânia**, 1983. (Encontro)
.
59. **Curso de Atualizações em Microbiologia Clínica - Realizado na Universidade Nacional de Nordeste**, 1983. (Outra)
.

Organização de evento

1. **Sonia Elizabeth López Carrillo**
Concurso Literário "Doe Vida", 2012. (Outro, Organização de evento)
Palavras-chave: Concurso literário, doação de órgãos
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro
2. **Sonia Elizabeth López Carrillo**
Festival de Música Teatro e Depoimentos de Pacientes transplantados - Encerramento do projeto "Doe Vida", 2012. (Festival, Organização de evento)
Palavras-chave: Atividade cultural, sensibilização para doação de órgãos
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro
3. **Sonia Elizabeth López Carrillo**
Primeira caminhada pela Vida - "Doe órgãos doe vida", 2012. (Outro, Organização de evento)
Palavras-chave: doação de órgãos
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro

Bancas

Bancas

Participação em banca de comissões julgadoras

Concurso público

1. Presidente da Banca no Concurso Público de Docentes nas Disciplinas Elaboração do Trabalho Científico e Metodologia da Pesquisa Científica, 2010
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Palavras-chave: Pesquisa

Áreas do conhecimento: Medicina

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: www.uern.com

2. Anatomia Topográfica - Concurso Público de Provas e Títulos para docentes, 2006
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Palavras-chave: Anatomia Topográfica

Áreas do conhecimento: Medicina, anatomia topográfica

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: www.uern.com

Totais de produção

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódico.....	2
Capítulos de livros publicados.....	1
Trabalhos publicados em anais de eventos.....	5
Apresentações de trabalhos (Congresso).....	5
Apresentações de trabalhos (Outra).....	2

Orientações

Orientação concluída (orientação de outra natureza).....	21
Orientação em andamento (orientação de outra natureza).....	1

Eventos

Participações em eventos (congresso).....	14
Participações em eventos (seminário).....	3
Participações em eventos (simpósio).....	17
Participações em eventos (encontro).....	11
Participações em eventos (outra).....	14
Organização de evento (festival).....	1
Organização de evento (outro).....	2
Participação em banca de comissões julgadoras (concurso público).....	2